



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX SUP. "C" AO Nº 176 QUARTA-FEIRA, 4 DE NOVEMBRO DE 2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA
ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)

2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

3º Secretário

Senadora Ângela Portela (PT-RR)

4ª Secretária

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)

3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

4º - Senador Douglas Cintra (PTB-PE)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori

Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Roberta Lys de Moura Rochael

Coordenadora de Elaboração de Diários

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Florian Augusto Coutinho Madruga

Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

José Farias Maranhão

Coordenador Industrial

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR O ASSASSINATO DE JOVENS NO BRASIL	
Ata da 19ª Reunião, realizada em 28 de setembro de 2015.....	4
Ata da 20ª Reunião, realizada em 29 de setembro de 2015.....	18
Ata da 21ª Reunião, realizada em 5 de outubro de 2015.....	22
1.2 – COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL (CBF) E O COMITÊ ORGANIZADOR LOCAL DA COPA DO MUNDO FIFA BRASIL 2014 (COL)	
Ata da 13ª Reunião, realizada em 14 de outubro de 2015.....	49
Ata da 14ª Reunião, realizada em 21 de outubro de 2015.....	62
1.3 – COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR DENÚNCIAS NOS JULGAMENTOS REALIZADOS PELO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS	
Ata da 20ª Reunião, realizada em 8 de setembro de 2015.....	90
Ata da 21ª Reunião, realizada em 15 de outubro de 2015.....	103
1.4 – COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE REFORMA DO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA	
Ata da 8ª Reunião, realizada em 24 de agosto de 2015.....	142
Ata da 10ª Reunião, realizada em 14 de setembro de 2015.....	194

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 115, de 2015, para investigar o assassinato de jovens no Brasil.

ATA DA 19ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 19ª Reunião, realizada em 28 de setembro de 2015, às 19 horas e 44 minutos, no Plenário 19 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a presidência da Senadora **Lídice da Mata** e com a presença dos Senadores **Humberto Costa e Fátima Bezerra**. Deixaram de comparecer os Senadores **Roberto Rocha, Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota, Lindbergh Farias, Maria do Carmo Alves e Magno Malta**. Na ocasião, foi realizada audiência pública com a presença do Sr. Mauricio Rasi - Assessor da Secretaria Nacional de Segurança Pública; Solange Pinto Xavier - Coordenadora Geral de Proteção à Criança e Adolescente Ameaçado de Morte – PPCAM; Haydée Glória Cruz Caruso, representante do Fórum Brasileiro de Segurança Pública). Após aprovação, a presente Ata será publicada juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 115, de 2015, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar o assassinato de jovens no Brasil.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública para discutirmos o Plano Nacional de Redução de Homicídios.

Estão presentes os seguintes convidados – os quais desde já convido para comporem à Mesa: Maurício Rasi, representante da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça; Solange Pinto Xavier, Coordenadora-Geral de Proteção à Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM), representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; e Srª Haydée Glória Cruz Caruso, representante do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que ainda não se encontra presente, mas está a caminho e estamos aguardando.

Iniciamos a nossa audiência em função do horário previsto para a sua convocação e realização, enquanto aguardamos a sua chegada neste recinto.

Informo que esta audiência, como as demais que foram realizadas, esta também será em caráter interativo, com a possibilidade de participação das pessoas, participação popular. Quem está nos ouvindo pode enviar perguntas, fazer sugestões, dar as suas opiniões a respeito do assunto que nós estamos tratando. E queremos convidar a que possam fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo Alô Senado, através do número 0800-612211.

Com o fim de organizar o tempo disponível desta audiência pública, sugiro que cada um dos nossos convidados possa apresentar a sua exposição por cerca de dez minutos. Se algum de vocês sentir necessidade de um pouco mais de tempo, nós daremos sem nenhuma dificuldade maior.

A respeito do objeto de discussão desta audiência pública, que é o Plano Nacional de Redução de Homicídios, é claro que, em se tratando de uma CPI para investigar o assassinato de jovens, eu diria que já se faz atrasada esta audiência. Ela deveria ter sido uma das primeiras audiências a realizarmos, para que pudéssemos conhecer o plano do Governo a respeito do número enorme de assassinatos existentes no Brasil, e, em especial, poderemos analisar como esse plano pode impactar uma política de redução da letalidade dos jovens brasileiros.

Eu passo a palavra, sem maiores delongas, ao Dr. Maurício Rasi, que, aqui, vai justamente tratar do plano em nome do Ministério da Justiça e da sua Secretaria Nacional de Segurança Pública.

O SR. MAURICIO RASI – Boa noite a todos e a todas.

Gostaria, preliminarmente, de saudar a Senadora Lídice da Mata, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que apura a morte de tantos jovens assassinados no Brasil, e cumprimentar a colega de Governo, Drª Solange, da Secretaria de Direitos Humanos.

Quero dizer que a Senadora tem um grande desafio e todos que fazem parte desta Casa de fazer um amplo debate, uma ampla discussão. Os nossos números são aterrorizantes. Acreditamos que o número de mortes ultrapassa 50 mil mortes no País, sendo que, desse universo, quase 80% representam jovens de 16 a 28 anos de idade. Nós somos os campeões mundiais. Gostaríamos que fôssemos campeões mundiais de futebol ou de outras categorias, mas nós somos os campeões mundiais em números absolutos, e o sétimo em todo o mundo em taxa, representando quase 29 mortes por 100 mil habitantes.

Em razão desses números absurdos, o Governo Federal começa a ser o protagonista, como é o seu papel de indução, de articulação de um amplo debate nacional, visando à construção do Plano Nacional de Redução de Homicídios. Um debate que necessariamente não pode passar apenas pela União. Um debate que precisa envolver Estados, precisa envolver Municípios, precisa envolver a sociedade civil, precisa envolver as ONGs,

que têm tanto papel de acompanhamento das políticas públicas de segurança, precisa envolver o sistema de Justiça, precisa envolver esta Casa, precisa envolver a imprensa, precisa envolver todos.

Não dá mais para admitir o fenômeno de homicídios no País. Não dá mais para admitir esses 80% de jovens, na sua grande maioria negros, pobres, que estão preteridos de todas as políticas sociais, que são encurralados, em vários confrontos com a polícia. Nos registros que temos, às vezes, nós não sabemos na realidade como foi esse confronto. São homicídios e processos que levam nove anos para chegar ao seu final.

Por isso, a razão de envolvermos o sistema de Justiça, o Poder Judiciário, o Ministério Público. Uma necessidade absurda de envolvermos o sistema de execução penal, porque existe um número tão grande de homicídios ocorrendo dentro do nosso sistema penitenciário e esses números não são revelados, esses números são obscuros. A sociedade não quer que esse debate venha à tona.

Então, quando a gente tem uma CPI que trata desse tema, nós, como Governo, como Secretaria Nacional de Segurança Pública, Ministério da Justiça, ficamos extremamente empolgados e ansiosos para que o resultado final venha corroborar e venha fortalecer o trabalho do nosso Plano Nacional de Redução de Homicídios.

Um primeiro diagnóstico feito pelo Governo Federal indica que 70% das mortes ocorrem em quatrocentos Municípios. Fazendo um novo recorte, 81 Municípios foram inicialmente escolhidos para a gente avançar o debate, fazer a articulação e fazer a matriz de pactuação. E, nesses 81 Municípios, nós temos 50% do número de mortes.

Ou seja, se nós conseguirmos travar a boa construção da política, travar a articulação necessária, travar a integração, nós temos grande chance de atingir uma meta que alguns falam que é uma meta muito pequena, mas que, para nós, reduzir em três anos 15% do número de óbitos no País representa a preservação de vidas importantes que estão sendo ceifadas a cada instante e, talvez, nesse momento.

A primeira experiência que nós tivemos de uma ação mais articulada foi o programa chamado Brasil Mais Seguro, que investiu em três anos R\$500 milhões. De maneira específica no Estado de Alagoas, que tinha um índice crescente no número de homicídios, nós tivemos, a partir do ano de 2012, com a implementação do programa Brasil Mais Seguro, quedas importantes tanto na cidade de Maceió quanto no restante do Estado, atingindo um número de 32% na queda do número de homicídios.

Então, nesse instante, dentro de várias especificidades no espaço, nas articulações, na vulnerabilidade de cada ente, de cada Estado e principalmente de cada Município, o programa Brasil Mais Seguro, que trouxe como um exemplo para nós, para que a gente pudesse a partir dele, das experiências dele, trouxesse o Plano Nacional de Redução de Homicídios, faz com que a gente necessite dessa ampla articulação.

Não é apenas a indicação dos espaços desses 81 Municípios. É importante, através do diagnóstico que está sendo produzido, que têm nos revelado coisas magníficas tanto na área de educação, na área da cultura, na área da saúde – sempre intimamente ligadas à questão da violência as questões sociais –, que haja o envolvimento de vários atores.

Não é apenas a intervenção policial que vai fazer com que a gente baixe o número de homicídios. Nós precisamos fazer uma intervenção também pelas perícias, também pelas polícias judiciárias, também pelas polícias militares, mas também, principalmente, para as políticas sociais locais.

A gente conversava rapidamente que, em determinado Município do Nordeste, havia um elevado número de roubos e furtos praticados por adolescentes. O que o Município fez? Sabendo do horário, sabendo do local e tendo ele um equipamento público, que era uma quadra de esportes, ele passou a organizar gincanas e torneios esportivos utilizando-se desses adolescentes em conflito com a lei, desses adolescentes potenciais infratores.

O número de furtos e o número de roubos caiu sensivelmente naquele local.

Então, este é um exemplo, de tantos e tantos, quando se entra para a questão urbana, pontos escuros que indicam locais de violência sexual, locais de homicídios, em que, se fizer uma intervenção urbana, com equipamento público, haverá grande chance.

Só que todo esse cenário quem vai nos dar não é o Governo Federal, são os governos locais, são os governos municipais, é o Estado. Até que ponto o Estado está fortalecendo as suas ouvidorias? Até que ponto os Estados estão fortalecendo as suas controladorias, as suas corregedorias?

É importante nós sabermos que nós temos hoje um alto número de letalidade policial. Será que esses números estão, de maneira profunda, sendo investigados? Será que todas essas vítimas ou esses autores de confronto com a polícia deveriam estar efetivamente mortos?

Então, nós precisamos avançar nesse diagnóstico. O Governo Federal mapeou macrocasas, gangues e drogas, e sempre temos aquela situação: morreu, porque estava envolvido com drogas, e, muitas vezes, essa morte não tem relação íntima com a droga. Porém, criou-se neste País um conceito de que as pessoas estão morrendo por causa do tráfico, e nem sempre é assim.

Então, é importante o Governo Federal, junto com os entes estaduais e municipais, identificar essa macrocausa, de gangues, drogas, violência patrimonial, que gera o latrocínio, a violência interpessoal, a violência doméstica. Quantos feminicídios nós não estamos tendo aqui no nosso País, e será que estão sendo bem investigados? Será que está tendo um olhar de uma violência contra a mulher?

Então, essa é uma macrocausa que precisa ser mais bem ampliada nesse debate do diagnóstico, e o Plano vai nos trazer isso aí. Conflito com as polícias, fatores transversais, com essa ampla disponibilidade de armas.

Nós estamos assistindo, aqui, ao debate, na Câmara, de uma legislação que está tentando abrir, ainda mais, a questão de armas. Ora, nós temos quase 75% dos homicídios praticados por arma de fogo e não são armas que estão vindo das nossas fronteiras, não. São armas nossas, aqui, que, às vezes, não tiveram o devido controle, armas que, às vezes, desaparecem de unidades policiais ou de unidades do Poder Judiciário. Armas que deveriam ser destruídas e não são destruídas no seu tempo. Armas que caem, novamente, na mão da clandestinidade. Armas que são utilizadas para homicídios, como revólveres 38, 380, 22, 32. E não são grandes armas que vêm de fora.

Então, os nossos números precisam passar, sim, por um amplo debate sobre o controle de armas, que é um tema transversal. A intolerância, nós estamos vivendo um momento de intolerância, racial, intolerância religiosa, intolerância sobre aqueles que sofrem o preconceito por suas questões de gênero. Esse é um outro debate que tem que ser colocado.

Então, nesse momento, em que nós estamos fazendo todo esse diagnóstico das causas, dos riscos e das ações que têm que ser adotadas, o Plano Nacional pautou etapas. A primeira etapa foi essa que está sendo vinculada e nós passaremos a fazer o debate nos próximos dias, que é esse amplo diagnóstico, para que a gente possa passar para a segunda etapa, que eram os locais, por que escolheram 81 Municípios, quais são esses Municípios.

E, só para que a gente possa estar ilustrando, são 34 Municípios da Região Nordeste, 22 da Região Sudeste, 10 da Região Norte, 9 da Região Centro-Oeste e 6 da Região Sul. São todas as capitais e Municípios que registraram mais de 100 mortes, mais de 100 homicídios.

Vencida essa segunda etapa, que era a questão dos locais, vem a terceira etapa, que é a construção e o envolvimento com os entes e esse trabalho importantíssimo com os demais órgãos do Governo Federal. O trabalho que a SDH tem feito, tentar conhecer trabalhos importantes como o PPCAAM, tentar entender o que a Educação está fazendo, o que o Ministério da Cultura está fazendo, o que a Saúde está fazendo.

Números que podem cruzar, nesse tema do diagnóstico, para que a gente possa chegar aos Municípios e ao Estado com uma boa pactuação, com uma boa diretriz, com uma boa linha, para que a gente possa fazer a melhor pactuação, mas não na imposição do que o Governo Federal quer, mas ouvir a realidade dos Estados e dos Municípios, a partir de bons diagnósticos. Porque, se não tivermos o diagnóstico local, de nada vai adiantar o Governo Federal jogar algo para esses Municípios ou para esses Estados porque não vai ter adesão, não vai ter o engajamento. Precisamos ouvir os policiais, que, às vezes, são pouco ouvidos, eles não têm escuta.

Há ainda capitais que não têm delegacias especializadas em homicídio. Olha que absurdo! Estamos falando de um plano sabendo que existem capitais que não têm, ao contrário de outros centros que têm 10, 20, 30 delegacias. Precisamos viver boas experiências preventivas. O Rio Grande do Sul incrementou a patrulha Maria da Penha, que tem êxito muito grande na questão da prevenção à violência contra a mulher. Então, delegacias especializadas, perícias, núcleos de análise criminal, inteligência, fortalecimento das corregedorias e das ouvidorias, ações preventivas, integração com ações sociais, controle de armas, verificar melhor esses núcleos de extermínio. E a gente fica feliz, Senadora, com a PEC que passou e com a possibilidade de a Justiça Federal, das delegacias federais investigarem aqueles crimes de homicídios praticados por organizações criminosas, mas com o viés de homicídio, com o viés de grupos de extermínio e, principalmente, a criação de câmaras locais de monitoramento de inquéritos e processos.

A impunidade neste País: nove a dez anos para alguém ser julgado por um homicídio faz com que esse sujeito acredite que possa matar mais 10, mais 20, mais 30, mais 40. É alto o número de pessoas que praticam de maneira sistemática o homicídio porque acreditam que não vai dar nada, porque sabem que não há uma boa perícia, porque sabem que não há um confronto balístico, porque sabem que o exame cadavérico é feito de maneira catastrófica, prejudicando toda a prova adiante. Muitos sabem que, ao ameaçar uma criança ou um adolescente, que foi testemunha de um homicídio – e, aí, o trabalho que a SDH realiza – vai fazer com que essa impunidade aumente ainda mais.

Então, Senadora, são muitos desafios. A Comissão tem um desafio, ela pode contar o Governo Federal. Sabemos que há um momento de grande expectativa, há uma ansiedade do Governo Federal de colocar o pacto o quanto antes na rua, para que a gente possa fazer as matrizes de responsabilidades com os Estados,

com os Municípios, várias reuniões estão sendo feitos, vários trabalhos estão sendo feitos, mas, realmente, para nós, neste instante, não podemos mais perder tempo com tantas mortes ocorrendo.

Sei que esta Comissão vai avançar, o relatório vai fortalecer o nosso trabalho, e a gente espera, em breve espaço de tempo, podermos estar aqui comemorando números como foi o Brasil Mais Seguro em Alagoas, números representativos. Hoje, a gente pode acreditar que a intervenção, a articulação, a indução, a integração podem e devem apresentar uma sensível queda em tantas mortes ocorridas em nosso País.

Essas eram minhas considerações iniciais, estando aberto ao debate futuro.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Antes de passar a palavra para a próxima convidada, quero registrar que recebemos um exemplar do PPCAAM, Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de morte, do IHA, que é o índice de homicídios na adolescência no Brasil, um trabalho de programa de redução da violência letal contra adolescentes e jovens editado pelo Governo Federal, pela Secretaria de Direitos Humanos e pelo Unicef. E também o Guia Municipal de Prevenção da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens da Secretaria de Direitos Humanos, do Unicef, do Observatório de Favelas.

Então, agradeço a Drª Solange, que nos trouxe esse material. Alguns deles eu já tenho pessoalmente, mas ele passa a servir de referência para o próprio relatório que nós vamos fazer nesta Comissão, resultado do nosso trabalho.

Passo, portanto, a palavra agora à Drª Solange Pinto Xavier, Coordenadora-Geral de Proteção à Criança e ao Adolescente, que representa aqui a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

A SRª SOLANGE PINTO XAVIER – Boa noite a todos e a todas!

Senadora, muito obrigada pelo convite. Para nós, da Secretaria de Direitos Humanos, é extremamente importante este momento de podermos estar juntos, com o Ministério da Justiça e com demais parceiros, tendo a oportunidade de pensarmos de uma forma conjunta e alinhavada sobre a questão de homicídios de adolescentes e jovens no País.

Cada vez mais, nós temos claro, como falou o companheiro Maurício – muito prazer, Maurício, e obrigada pela parceria –, que os nossos jovens que têm morrido têm endereço, têm nome, faixa etária, escolaridade. Então, todas essas informações são muito coincidentes. Quando vamos pensar um pouco sobre o sistema socioeducativo, por exemplo, percebemos que as características desses jovens são as mesmas características dos jovens que estão nos meios das instituições socioeducativas: negros de 17 anos, primeiro grau incompleto, geralmente a mãe é a provedora do lar. Então, os nossos jovens têm nome e têm endereço, assim como os do PPCAAM.

Eu gostaria muito de agradecer a oportunidade de podermos apresentar o PPCAAM. Acreditamos que o PPCAAM está dentro de 13 unidades federativas, mas ele acaba sendo uma alternativa para a redução de homicídios, de mortes, na verdade, de adolescentes. Essa política foi criada através de uma portaria em 2007.

Trouxemos uma apresentação, um pouco para deixar registrado, o que achamos importante.

E de onde nasceu o PPCAAM? O PPCAAM nasceu a partir do momento em que estudos começaram a demonstrar o alto índice de homicídios de adolescentes no País. Então, desde 2007, nós temos uma parceria, como a Senadora já falou, com o Laboratório de Violências, através dos direitos humanos e do Unicef, e nós começamos a estudar esse fenômeno da letalidade de homicídios de adolescentes.

O que é o IHA? Ele é uma estimativa de risco de mortalidade, de homicídios de crianças, da faixa etária de 12 a 18 anos. O que ele nos demonstra de muito importante é que se isso que está acontecendo na CPI, Senadora, essa articulação com o pacto, articulação com os demais Ministérios, com os Estados e com os Municípios, se isso não acontecer, nós teremos, ao longo de sete anos, um número significativo de mortes de crianças, de adolescentes de 12 a 18 anos.

Então, ele apresenta os Municípios com mais de 100 mil habitantes. E quais são os dados? Ele pega o Censo, DATASUS, sistema de informação, que são as bases das declarações de óbito.

Pode passar, por favor.

No IHA, que é esse documento que a senhora apresentou, que nós trouxemos, os dados de 2012 demonstram que o que acontece hoje, infelizmente, no nosso País, não mudar, nós teremos 42 mil adolescentes de 12 a 18 anos mortos nesses Municípios, nos dados dos Municípios com mais de 100 mil habitantes.

Aí nós fazemos uma demonstração histórica, desde 2005. Nós podemos perceber que existiu ali 2008, 2009, uma certa diminuição ou ficou um pouco constante, mas depois ele teve um aumento significativo, e ali os dados de 2012 demonstram um aumento alarmante de 3,32 adolescentes.

Pode passar.

Aí nós apresentamos o índice de adolescentes nas 27 unidades federativas. A gente percebe Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo como significativos. E Alagoas, pelos nossos estudos, pelo que nós acompanhamos, tem continuado com um alto índice de homicídios de adolescentes.

Aí a gente mostra por capital. Nas capitais, a gente tem Fortaleza com o maior índice. Maceió passa a ser a segunda capital com o maior índice de homicídios de adolescentes.

Vamos contextualizar um pouquinho: o PPCAAM é o Programa de Proteção de Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, existe desde 2003, como uma forma de a gente diretamente proteger a vida de crianças e adolescentes.

Então, nós do PPCAAM protegemos – em que pese que o pacto trabalha muito com a questão do adolescente e do jovem adulto até 29 anos – desde a mais tenra idade. E o que tem nos surpreendido, infelizmente, é que têm aparecido nos nossos dados, principalmente nos de 2014, crianças ameaçadas de morte. Isso tem sido um dado que nos tem chamado bastante a atenção.

Então, o objetivo do PPCAAM é proteger a vida de crianças e adolescentes. A gente privilegia muito, o tempo todo, a proteção integral, a partir da política do Estatuto da Criança e do Adolescente. Sempre que possível, nós valorizamos a inclusão com familiares, para que a gente possa preservar a convivência familiar e comunitária.

A gente pode atender a até 21 anos, no caso de jovens egressos de medidas socioeducativas. Às vezes, dentro da própria unidade socioeducativa, ele é ameaçado de morte ou ele está para sair e a ameaça se perpetua após a medida socioeducativa – a gente tem condição de atendê-lo até 21 anos de idade.

Pode passar, por favor.

Nos Estados onde nós estamos – um número significativo é no Nordeste. Nós estamos no Pará – no Norte, apenas no Pará. No Amazonas e no Maranhão, que estão em azul, nós estamos fazendo ainda pactuação. Nós estamos no Ceará, na Paraíba, em Pernambuco, em Alagoas, na Bahia, no Distrito Federal, em Minas Gerais, no Espírito Santo, no Rio de Janeiro, em São Paulo, no Paraná e no Rio Grande do Sul.

Uma pergunta: e nos Estados onde o PPCAAM não está, como é que se dá a proteção? Nós temos uma parceria com a sociedade civil, com uma organização da sociedade civil, que nos presta uma assessoria, à Coordenação do PPCAAM.

Então, em qualquer Estado, qualquer pessoa que se sentir ameaçada, seu familiar tiver algum registro de ameaça, ela deve procurar as nossas portas de entrada. Quais são as portas de entrada do PPCAAM? Ministério Público, Poder Judiciário, Conselho Tutelar e Defensoria Pública. Procure qualquer um desses órgãos e esses órgãos entram em contato com a gente, da Coordenação Nacional. A gente, imediatamente, desloca uma equipe técnica para fazer a análise do caso.

Pode passar, por favor.

Aí gente está falando um pouco dos nossos marcos legais. Acho que a gente pode passar. Mas a nossa grande meta é o cumprimento do PNDH-3, que tem como uma das nossas metas orientadoras o Sistema de Proteção de Pessoas Ameaçadas.

Aí nós temos os números de proteção desde 2003, que são 8.090 pessoas protegidas no PPCAAM. Até junho de 2015, nós protegemos 416 pessoas, 174 crianças e adolescentes e 242 familiares.

Aí é o perfil dos nossos protegidos. Como a gente percebe, a grande maioria que estão dentro do programa são homens – sexo masculino: 73%, gênero homem.

Pode passar.

Raça negra: 73%.

Por isso que a gente fala que esses números coincidem, infelizmente, com todas as demais políticas que demonstram a vulnerabilidade de jovens e adolescentes.

Pode passar.

A faixa etária está ali entre 16 e 18 anos, está o maior número de concentração.

Renda familiar: 1 salário mínimo.

Razão da ameaça: nós percebemos que 51% dos adolescentes que estão dentro do programa têm envolvimento com o tráfico, vários níveis de envolvimento, pode ser porque ficou devendo para o traficante, pode ser, porque usou a droga e não pagou, pode ser porque está dentro de uma das células do tráfico e resolve que gostaria de sair e não consegue. Então, há vários níveis de envolvimento com o tráfico, mas podemos verificar que é, sim, uma grande questão sobre a qual precisamos pensar de uma forma conjunta.

Pode passar.

Então, em relação ao adolescente, nós temos uma matriz de risco, Senadora, em que a gente faz análise de qual é a extensão dessa ameaça, e desse ameaçador. Se, por exemplo, a gente percebe que a ameaça vai além da localidade onde esse adolescente está, nós podemos fazer a transferência. Então, o programa tem lá um recurso, nós temos rubricas para poder bancar a família. A gente sempre procura autonomia, mas nós podemos pagar a refeição, habitação, vestuário, até que essa família, em outro local onde ela não está ameaçada, ela possa ser autônoma. A gente verifica o tempo todo essa importância. Dentro do programa, as famílias e

os adolescentes são acompanhados por psicólogos, assistentes sociais, advogados e educadores sociais. Em média, cada Estado tem uma equipe mínima de oito pessoas.

E aí a gente fala um pouco do pacto. Que nós estamos dentro desse pacto, nós acreditamos que uma forma bastante importante da nossa participação não só do PPCAAM, como do Sistema de Proteção de Pessoas Ameaçadas, que são defensores de direitos humanos e o Provita, que é o Programa de Proteção às Vítimas e às Testemunhas Ameaçadas, que nós estamos discutindo de uma forma bastante conjunta. E no momento, estamos com uma discussão bastante pactuada, com o SEPPIR, com a Secretaria da Juventude, com o MJ, porque nós acreditamos que cada um tem o seu nível de contribuição e nós, Secretaria de Direitos Humanos, estamos absolutamente abertos a essa pactuação, por isso que estamos discutindo esse pacto de uma forma bastante ampla.

E a gente ali aponta algumas importantes questões para nós, SDH, que é discutir a metodologia da construção, como é que nós vamos chegar, como o Dr. Maurício falou, lá no território? Nós precisamos pensar a melhor forma de chegarmos ao Município; pensarmos de uma forma transparente e única os programas de proteção; pensarmos a Escola Nacional de Socioeducação. Afinal de contas, nós estamos em diversos Municípios com as medidas socioeducativas, tanto em meio fechado como em meio aberto. A construção de indicadores de monitoramento de violência e a questão da educação em direitos humanos, porque nós acreditamos que essa é uma forma de podermos sensibilizar todo mundo, desde a professora da pré-escola para que ela possa ser sensível às questões de homicídio e às questões do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Agradeço e estamos à disposição.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Eu que agradeço a apresentação do PPCAAM e anunciamos a nossa terceira convidada, já chegando aqui.

Fico grata pelo seu compromisso de estar aqui entre nós, Drª Haydée Glória Cruz Caruso que representa o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, está recuperando ali o fôlego.

A senhora vai fazer alguma apresentação?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Só a fala mesmo. Nós imaginamos em torno de 10 minutos, mas se a senhora precisar de mais, fique à vontade.

São 20h20. Tenho a informação de que às 20h30 a TV Senado interromperá a transmissão por dez minutos para o horário partidário obrigatório. Portanto, se a senhora puder e conseguir falar nesses dez minutos, seria interessante. Senão, não há problema nenhum. Apenas não será transmitida uma parte da sua fala e continuaremos aqui. Está certo? Muito obrigada.

Com a palavra a Drª Haydée.

Pode apertar o botãozinho. Estando verde, pode usá-lo.

A SRª HAYDÉE GLÓRIA CRUZ CARUSO – Agradeço muitíssimo a oportunidade de estar aqui para discutir um assunto da maior relevância.

Falarei como Conselheira do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Sou professora da Universidade de Brasília, do Departamento de Sociologia. Venho compartilhar com os senhores e com as senhoras uma pesquisa recente que o Fórum Brasileiro fez por ocasião do seu encontro nacional que aconteceu no Rio de Janeiro. Foi uma pesquisa feita com o apoio do Datafolha, de âmbito nacional, em que quisemos mensurar um pouco qual era a percepção da população em relação à possibilidade de o Governo Federal lançar um Pacto Nacional de Redução de Homicídios.

Apresentamos no Rio de Janeiro, quando foi anunciado pelo Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, a intenção do Governo Federal com a estratégia do pacto.

É importante perceber, fizemos uma pesquisa a partir dos Municípios acima de 100 mil habitantes, dialogamos com outro estudo importante feito em 2012 pelo Governo Federal, especificamente a Secretaria Nacional de Segurança Pública, que foi a pesquisa de vitimização. É um estudo que, de alguma maneira, dialoga com a pesquisa de vitimização, mas aqui estávamos interessados em perceber como é que a população indicava questões relacionadas a medo e se ela acredita que pode ser vítima.

Para vocês terem uma ideia, perguntamos: “Você tem medo de morrer assassinado?” Oitenta e um por cento da população brasileira, do universo investigado, com uma margem de 3% para cima ou para baixo, respondem que sim, que têm medo de ser assassinados.

A segunda questão que enfatizamos é se ele – ele ou ela – acredita que pode ser vítima no próximo ano. Em torno de 49% acreditando, sim, que podem ser vítimas.

Então, no primeiro momento quisemos entender o que chamamos de sensação de insegurança.

“Você tem medo de ser vítima de violência por parte de criminosos?” Era uma outra pergunta que a gente fez e 91% da população geral dizendo que sim, sendo que desse universo, se fizemos um recorte de gênero, 95% das mulheres identificam. Isso demonstra o que nós todos já sabemos, tanto o Governo quanto a Academia, quanto o Congresso Nacional, que as mulheres se sentem mais vulneráveis.

Chamo a atenção ainda para o medo que se tem em relação à atuação da Polícia Militar. A gente perguntava se tem medo de ser vítima de violência por parte da Polícia Militar, aquela que está mais próxima dos cidadãos, que faz o policiamento ostensivo e 62% dizendo que sim, sendo que 34% dizendo que isso poderia acontecer no próximo ano.

O que é interessante perceber, também a gente perguntava se já sofreu ameaça de homicídio, a gente começa a direcionar para a questão da ameaça: sim, 20% e 80% que não sofreram ameaça. Agora, se teve conhecimento, se tem algum conhecido parente ou uma pessoa próxima vítima de homicídio, esse número vai para 52%. É extremamente alarmante na sociedade brasileira que mais de 50% da população brasileira tenha algum conhecido ou algum parente vítima de homicídio.

Então, esse é um dado muito expressivo e que eu gostaria de frisar aqui com os senhores para o nosso entendimento.

A gente também perguntou sobre a responsabilidade das instituições de segurança pública, entendendo instituições de segurança pública num sentido muito amplo do termo. De modo livre, as pessoas respondiam imediatamente, 76% delas identificando a Polícia Militar como uma instituição responsável e que tem um papel importante a cumprir. Mas aparece o Governo Federal, como resposta espontânea, com 71% das respostas. Isso é muito importante e expressivo, porque coloca uma questão para a sociedade brasileira que é o papel do Governo Federal nas ações de segurança pública. Sabemos, pelo nosso desenho federativo, que o Governo Federal, através do Ministério da Justiça, Senasp, SDH e de secretarias especiais, que todos esses órgãos têm um papel indutor e não condutor e executor direto das políticas. Mas aparecer o Governo Federal como uma figura central coloca para nós o desafio e a emergência de que o Pacto Nacional de Redução de Homicídios seja lançado, não fique no campo das ideias, de uma proposição, como foi feito no encontro anual. Mas que efetivamente seja anunciado para o conjunto da sociedade brasileira.

E chama a atenção também a resposta espontânea em relação ao Congresso Nacional. Então, 63% dos respondentes, homens e mulheres, identificaram o Congresso Nacional – entendendo aí a Câmara e o Senado – com ator fundamental para esse debate sobre a segurança pública.

Pois bem, a gente perguntou ainda a opinião sobre a união das instituições em torno de um projeto nacional de segurança pública. E aí a pergunta direta era se “na sua opinião a união entre governadores, prefeitos, Governo Federal, polícia, Poder Judiciário, Legislativo e sociedade civil em torno de um projeto nacional de segurança pública seria muito, um pouco ou nada eficiente para melhorar a segurança pública e reduzir os assassinatos no País”. Aí 80% da população apoiaram a união desses esforços e dessas instituições.

Sobre a pergunta direta em relação ao Pacto de Redução de Homicídios, se a sociedade apoiaria, 95% disseram que sim, que apoiariam.

Então, aqui obviamente foi uma pesquisa muito rápida, com a capilaridade que o Datafolha pôde nos dar nessa parceria com um fórum brasileiro. Mas eu queria chamar a atenção, no pouco tempo que me resta, pois faltam dois minutos, para a urgência do tema. Isso é óbvio. Todos nós aqui nesta plateia sabemos disso, mas também a necessidade de a gente, ainda em 2015, anunciar isso concretamente com uma programação.

Nós estamos muito cientes, estamos acompanhando os desenvolvimentos feitos pelo Ministério da Justiça, pela Senasp, pelos demais órgãos que vão integrar o pacto. Isso já foi apresentado algumas vezes para um conjunto de especialistas. Eu já tive a oportunidade de assistir a uma exposição da Secretária Nacional de Segurança Pública, Dr^a Regina Miki, sobre o desenho para o Pacto Nacional. Entendemos, como fórum brasileiro, que é um desenho adequado, que envolve os diferentes entes federados, que tem um objeto central que é a questão dos homicídios e a redução deles. E aí eu chamo a atenção para o fato de que não se trata de falar somente da redução no sentido amplo do termo, mas de entender que, dentro desse universo, estamos falando do genocídio da juventude negra brasileira. É disso que estamos falando concretamente. Quando a gente começa a trabalhar os dados desagregados e aí há uma questão central que é a relação juventude/polícia, que precisa ser melhor compreendida e desenvolvida em termos de política pública, sabendo eu que o Governo tem esforços importantes, como o programa Juventude Viva, mas é pouco. Juventude Viva dialoga pouquíssimo com as instituições policiais e as instituições policiais precisam estar por dentro dessa discussão.

Então, minhas considerações finais são no sentido de que isso é mais do que urgente. Não podemos ficar reféns das questões macropolíticas e das questões da macroeconomia brasileira para dizer que este não é o momento adequado.

O momento adequado é agora. E precisamos envolver a sociedade brasileira, que está clamando por isso, por estar envolvida nesses processos decisórios de uma outra governança, para que possamos lidar com as questões de homicídios, com as questões de entender o fluxo de Justiça criminal, para melhor compreender como investigar os casos, como prevenir, como envolver todas as instituições que, de alguma maneira, precisam estar envolvidas nisso.

Eu trago aqui alguns tópicos fundamentais dessa pesquisa rápida que fizemos, para mostrar que 95% da sociedade brasileira apoiam um pacto nacional de redução de homicídios.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada.

Eu acho que esses dados aqui que nós estamos tendo em primeira mão sobre essa entrevista são extremamente importantes. Se pudéssemos ter um relatório...

A SRª HAYDÉE GLÓRIA CRUZ CARUSO (Fora do microfone.) – Está aqui, para compartilhar.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – ... para que nós introduzíssemos esse relatório da pesquisa no nosso relatório geral, seria bem interessante.

Eu vou aproveitar, uma vez que já ouvimos os três convidados, para fazer alguns comentários do público, comentários que vieram daqueles que nos assistem, através do e-Cidadania, o portal de participação e interatividade do Senado.

Um deles foi há pouco, às 20h10, que diz aproximadamente: “Olá, boa noite; há vários fatores que estimulam os jovens à prática do crime ou à vulnerabilidade, como exemplo, a cultura brasileira. Temos que dar exemplos aos jovens pelas mídias, em vídeos musicais, em eventos esportivos e ações sociais, que realmente possam ser entendidos por eles; suas músicas, seu estilo de vida, tudo isso é feito com exemplos sem valores.”

O comentário 2 vem de São Paulo, às 20h04, do Sr. José Maria: “Eu acredito que há uma grande defesa dos menores de idade, porém, quando esses estão cometendo delitos, não há punição. Por que não existem penas mais duras? Parece-me que eles podem fazer tudo o que desejam”.

Todas as duas observações podem ser respondidas ou comentadas pelos senhores.

Eu queria fazer três perguntas para também orientar o nosso relatório, do nosso Senador Lindbergh Farias.

1) O Plano Nacional de Redução de Homicídios foi divulgado pelo Ministro da Justiça durante o Fórum Brasileiro de Segurança Pública no final de julho deste ano. No entanto, houve uma certa frustração por parte dos presentes sobre o plano, porque nem o plano de trabalho sobre a criação nem seu orçamento e cronograma de implementação foram divulgados. Quando – mais especificamente para o Dr. Maurício – o cronograma de trabalho e de implementação será divulgado?

2) Existem ações concretas e específicas para grupos mais vulneráveis, claramente o caso dos homicídios de jovens negros?

3) Para o PPCAAM. Quantas crianças e adolescentes existem hoje abrigados, protegidos pelo programa? Causa-nos até espanto que possamos falar de um plano de proteção à criança. É espantoso que num país como o nosso nós tenhamos que proteger crianças ameaçadas de morte. Eu queria que nos dessem mais dados sobre isso.

E também na mesma direção do anterior, qual o orçamento existente?

E aí um comentário que complementa essas duas perguntas: a prioridade de um projeto de Governo não tem como não estar expressa no seu orçamento. Acabamos, inclusive, de receber o orçamento. Esse é um ponto que eu vou, imediatamente, procurar para analisar de que maneira está previsto tanto o Plano de Redução de Homicídios como o PPCAAM no próximo orçamento de 2016.

Gostaria de ter os dados deste ano. É claro que esses dados são públicos, nós podemos procurar, mas, na medida em que os representantes desses órgãos estão aqui, gostaríamos de ter uma dimensão de como estamos contemplando.

Há um certo – com todos os especialistas que nós já ouvimos, até então – clamor pela execução, pela implementação do Pacto ou do Plano de Redução de Homicídios. Diversos dos nossos convidados se pronunciaram apelando para que o Ministério da Justiça ponha em execução os planos, como há, claramente, uma definição de territorialidade, a identificação de que mais de 50% dos homicídios ocorrem em X Municípios, em 81 Municípios, como foi aqui destacado.

Parece-nos que está, portanto, mais perto de alcançarmos uma efetividade das ações que estamos propondo, porque não estamos propondo ações para serem implantadas em cinco mil Municípios ou em mais de cinco mil Municípios, mas, sim, em menos de cem Municípios, portanto, claramente viável, possível, de ser implementado. O que falta para a implementação, portanto, desse Plano nesses Municípios?

Passo a palavra ao Dr. Maurício, para iniciar a sua intervenção.

O SR. MAURICIO RASI – Inicialmente, eu queria tecer um comentário sobre as colocações que chegaram via redes sociais. Novamente, a gente está expondo um pacote de medidas, um plano, um grande envolvimento com as instituições de segurança, com toda a sociedade, para reduzirmos os homicídios. Esta CPI tem um olhar fixo sobre a questão dos homicídios praticados contra jovens. Como a gente vê, pelas duas indagações, novamente a questão do adolescente infrator, o adolescente em conflito com a lei, parece que, a cada nova iniciativa, a cada novo tema, parece que a questão da redução da maioridade penal é tão ampla, é tão maior que todo tema de debate social, de debate para uma construção que venha a favorecer esse jovem que está sendo vítima de homicídio, vítima de assassinatos...

É muito difícil você ouvir a expressão “o adolescente infrator não sofre qualquer punição”. Isso é um absurdo! Nós temos medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, entre elas o regime da internação, e nós sabemos, temos uma colega de mesa que já trabalhou na Febem, o que representa a internação nas antigas Febem e o que representa a internação na Fundação Casa. Nós sabemos o que isso representa em reflexo. O Governo Federal, através de um projeto de lei, tenta fazer uma discussão mais ampla, a criação do Sinase representa um grande avanço, e esta Casa vem discutindo medidas, como o aumento do tempo da internação, inclusive o próprio Senado.

Então, acho que essa é a primeira colocação que eu queria fazer do quanto precisamos mudar a cultura da sociedade, principalmente em relação a esse adolescente.

Já respondendo a algumas questões, em especial à da Senadora e também do próprio Fórum, é inegável que a mesma ansiedade que reina entre os especialistas, que reina nesta Casa, também reina dentro do Ministério da Justiça.

Porém, o plano nacional não poderia ser colocado apenas especificando-se que se vão investir tantos milhões, alguns milhões na Polícia Judiciária, outros na Polícia Militar e mais outros para fortalecer as perícias.

A partir do momento em que estamos colocando a disposição, fazendo um amplo diagnóstico, identificando as áreas de maior vulnerabilidade nesses territórios, pegamos uma cidade como Maceió, como Fortaleza, onde há altos números de homicídios, e vemos que isso não está ocorrendo em todo o território dessas cidades. Existem regiões mais específicas onde está ocorrendo um número maior de mortes. Existem bairros periféricos onde há um grande número de homicídios praticados contra jovens negros.

Então, o mapa que está sendo desenhado, esse diagnóstico, esse nível de detalhamento nunca ocorreu, dentro de qualquer tipo de plano a ser colocado em prática neste País no tocante a redução de mortes.

E, quando nós fazemos um amplo diagnóstico, quando o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, que é o Sinesp, passa, através dos seus dados, a fazer mapeamento para essa política, nós temos a ideia de fazer uma ação pontual, nós não podemos mais errar, Senadora. Nós não podemos mais assistir.

O plano vai acontecer, sim! O desejo do ministro é intenso, o desejo da nossa secretária nacional, Dra Regina, é maior. Todos os que estão trabalhando nesse plano querem que ele ocorra, mas nós precisamos obedecer etapas, àquelas quatro etapas a que me referi.

Então, o plano está maduro e está sendo hoje convalidado. Ele está recebendo os últimos aportes de informações importantes de outras áreas dentro do Governo Federal, para que a gente possa fazer as primeiras pactuações.

Temos reuniões importantes já no mês de outubro, reuniões que vão envolver capitais, as nove capitais do Nordeste, porque nós precisamos ouvir também. Nós sabemos que alguns Estados começaram as boas práticas. Nós precisamos ouvir as práticas desses Estados, dessas capitais, para que elas possam ser absorvidas, possam ser integradas. Nós não queremos enfiar um novo plano. Nós precisamos ver os planos existentes locais e tentar adaptá-los e aperfeiçoá-los dentro da proposta do Governo Federal.

Existem ações concretas dessa população jovem e negra, ações que vão passar por outros atores sociais, como indicadores de saúde, indicadores educacionais, indicadores sociais, projetos que precisam caminhar juntos. Nós precisamos ter uma ação preventiva. Nós precisamos ter ações repressivas, mas elas precisam ocorrer de maneira simultânea.

Acredito que nós estamos atingindo um nível de amadurecimento muito grande. Nós temos especialistas, nós temos hoje apoio, como o do Fórum Brasileiro de Segurança Pública – um grande parceiro –, do Instituto Igarapé e de outras ONGs que trabalharão simultaneamente.

Nós não podemos apenas impor um plano. Nós precisamos mensurar o resultado desses planos. Nós precisamos acompanhar o desdobramento que esse plano vai ter em todo o País. Senadora, a ansiedade de todos é grande. Mas nós temos certeza de que, ainda este ano, vamos divulgar um cronograma.

Quanto ao orçamento, nós precisamos conhecer as realidades. Não podemos apenas estabelecer orçamentos tão brandos ou tão superficiais, fazendo-se um pacote de medidas, de investimento em equipamento

de perícia, em viatura, em capacitações, não. Nós precisamos conhecer as realidades locais para definir de maneira adequada o valor desse orçamento.

Um ponto importante: nas peças orçamentárias, aparecerão várias ações do Governo Federal que envolvem o nosso Sinesp, que envolvem os nossos cursos de capacitação, que envolvem o Projeto Sisbala, que envolvem equipamentos outros para as perícias, para as polícias judiciárias, para as polícias militares. Estará o nosso plano acobertado em várias rubricas orçamentárias, para que possamos enxergar um pacote de medidas que serão tomadas de maneira sistemática.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada.

Passo a palavra à Drª Solange.

A SRª SOLANGE PINTO XAVIER – Obrigada, Senadora.

Eu gostaria de acrescentar algumas reflexões do Dr. Maurício sobre o tempo de internação de adolescentes.

Na verdade, as pessoas conhecem mais a privação de liberdade, mas, na verdade, o Estatuto da Criança e do Adolescente, no seu art. 122, salvo engano, fala de várias medidas. Então, o adolescente, a partir de 12 anos, ele pode, através do processo judiciário, ter que cumprir reparação de danos, ele pode prestar serviço à comunidade, ele pode estar em liberdade assistida, em semiliberdade. E entendemos que a privação de liberdade deve ser a última e excepcional. Portanto, se o adolescente, aos 12 anos, pratica qualquer tipo de ato infracional, até os 18 anos, ou seja, ao longo de seis anos, ele estará cumprindo medida socioeducativa; deverá estar refletindo sobre o inadequado dos seus atos.

Então, quando a gente pensa na questão da punição, a gente pensa apenas em privação, e acreditamos que essa não é a única forma de a gente poder fazer com que esse adolescente repense sobre o seu plano de vida, juntamente com o seu familiar. Então, isto é uma coisa que eu acho que a gente às vezes trata pouco, mas que é importantíssimo: o adolescente, existem outras formas de esse adolescente estar cumprindo a medida socioeducativa.

Dentro do PPCAAM propriamente dito, no último dado que eu tenho, que é de 30 de junho, nós temos 174 crianças e adolescentes em proteção e 242 familiares. Porque, como eu disse na minha apresentação inicial, nós privilegiamos, e muito, e temos trabalhado muito com os familiares, para que esses familiares, em o adolescente estando incluído no programa, que ele seja acompanhado pelo seu familiar.

Uma coisa muito importante e que foi um avanço para o PPCAAM é que o PPCAAM, hoje, está dentro do PPA, da Secretaria de Direitos Humanos. O nosso Orçamento em 2015 foi de R\$13,1 milhões – valor do Governo Federal. O nosso modelo de convênio é um modelo que nós fazemos diretamente com o governo estadual. E aí nós temos diferentes valores de contrapartida dos governos estaduais. A grande maioria, infelizmente – eu falo “infelizmente” porque a gente gostaria muito que eles pudessem aportar um valor maior, mas a maioria dos Estados aportam 10% do valor do Governo Federal. Existem exceções: Minas Gerais, Pará, São Paulo têm um valor maior de que 10%. Então, esse é o nosso valor, nós acreditamos... Por exemplo, os nossos Ministros, desde a Ministra Maria do Rosário, Ideli, hoje o Pepe Vargas, todos eles têm sido muito sensíveis aos programas de proteção; a sociedade civil está junto com a gente também nessa batalha, para que nós possamos aumentar o nosso valor orçamentário.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – O.k.

Drª Haydée.

A SRª HAYDÉE GLÓRIA CRUZ CARUSO – Bom, na verdade eu vou tentar fazer alguns comentários a partir do que disseram os colegas que me antecederam e também da provocação daqueles que nos assistem, primeiro concordando com o Dr. Maurício de que, de fato, parece que tudo entra no grande guarda-chuva da redução da maioridade penal, e a gente precisa compreender melhor essa questão, porque o que não nos falta no Brasil é punição para as nossas crianças e adolescentes. Então, como bem a doutora colocou, está prevista no ECA uma série de outras questões, nossos adolescentes já ficam por demasiado tempo cumprindo as medidas socioeducativas, e a gente precisa discutir melhor isso.

Mas, no tocante ao Pacto Nacional de Redução de Homicídios, estou tentando fazer um gancho com a colaboração de um dos participantes pelas redes sociais quando fala da questão da mídia, das peças publicitárias, etc. Então, como socióloga e alguém que se dedica também à sociologia da juventude, eu posso dizer que muito poucos jovens são ouvidos na sociedade brasileira. Parte do que a gente tem que construir é de uma linguagem que seja acessada pelos jovens, acessível a eles, mas também construída por eles.

Então, uma das minhas questões, no âmbito do Pacto Nacional de Redução de Homicídios, é como será a campanha publicitária e toda a estratégia de comunicação que precisa falar com essas juventudes, no plural, a partir das linguagens que estão aí, das redes sociais, das novas tecnologias, etc. Senão, de novo vamos reforçar um discurso eminentemente repressivo. Então, temos que trazer as juventudes para esse debate.

Outro aspecto que me parece central, e que temos discutido muito no âmbito do Fórum Brasileiro, é que o Brasil, é que o nosso problema não é de diagnóstico. Nós temos pilhas e pilhas de diagnóstico sobre o fenômeno. O que nós temos agora que focar é no desenho para a aplicação.

Nós sabemos da escolha dos 81 Municípios, do recorte a partir dos Municípios que possuem, em número absoluto, um alto índice, mais de cem por Município. É algo considerável. Não estou discutindo aqui o critério, acho que o critério abarca de maneira satisfatória a nossa necessidade, no sentido de contemplar todas as capitais brasileiras, contemplar as cidades de médio porte ou de região metropolitana, que, de fato, são as mais problemáticas. E, chamando a atenção para um ponto que o Dr. Maurício também detecta, em geral o fenômeno não ocorre no Município em sua plenitude, quicá é um bairro ou um conjunto de ruas.

Então, nesse sentido, podemos aprofundar uma questão ou outra do diagnóstico, mas o painel geral nós já temos. A questão agora é partir para a ação. E temos capacidade instalada, sim, a meu ver, no sentido de que temos já um cenário desenhado, temos Estados e Municípios já envolvidos nessa discussão, porque a Senasp já vem num trabalho contínuo de parcerias com Estados e Municípios. Então, também não se trata exclusivamente de compras de equipamentos, de mais capacitação policial. Não é essa a questão.

O Brasil já tem consolidados alguns programas de capacitação para os profissionais de segurança pública, que são reconhecidos nacional e internacionalmente. Identifico a rede Renaesp, a rede de educação a distância. Também não é essa a questão. A questão é de governança, de como vamos, a partir do Governo Federal, porque é aquele que está induzindo a política, fazer uma triangulação com Estados e Municípios para um determinado fim com uma meta clara.

A meta do Governo Federal é redução de 20%, se eu não estiver equivocada.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Quinze.

A SRª HAYDÉE GLÓRIA CRUZ CARUSO – Já mudou, porque, nas reuniões com os especialistas, era 20%. Mas, enfim, 15% de redução de homicídios. Então, é disso que estamos falando.

Num modelo federativo como o nosso, o que eu estou reforçando aqui é que o nosso desafio é nos fazer entender a partir de uma pauta comum, muito mais do que novas capacitações ou novos equipamentos, que são importantes, claro. Mas o Brasil, na história recente de investimento em segurança pública, sempre se concentrou nesses dois pilares, que eram fundamentais. Agora é o salto de qualidade em torno de uma agenda que é muito precisa.

Então, a minha colaboração está nessa questão de tentarmos pensar, a partir da inteligência que temos já instalada no Governo, na sociedade civil, no Congresso Nacional, na Academia, um modelo de governança que possa, de fato, chegar, no primeiro ano e no segundo ano de implementação do plano, com as metas muito bem definidas, conseguindo acompanhar *pari passu* a redução de homicídios no Brasil.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada.

Dr. Maurício.

O SR. MAURICIO RASI – Eu queria só acrescentar, dentro da fala, que esta questão da governança é extremamente delicada pelo modelo do Pacto Federativo que existe hoje na nossa conceituação jurídica constitucional.

Nós sabemos recentemente, ao criar o Sinesp, que vários Estados não alimentavam o Sinesp, ou seja, o Governo Federal trabalhava com dados de homicídio baseados no DATASUS, que revela, às vezes, uma divergência, porque a pessoa pode ser atacada, vítima de uma ação num local, ser socorrida em outro local e vir a óbito, sendo que esse número estará totalmente contaminado.

Então, hoje, quando estamos na expectativa de que a PEC da Segurança avance ainda mais aqui no Congresso – e já houve a primeira vitória em nível de Senado –, é para que o Governo Federal possa, além da articulação e indução, assumir, sim, o protagonismo dessa governança, porque é muito difícil esse processo de sensibilização.

Nós temos vários Municípios que não têm gabinete de gestão integrada municipal criado. Nós temos alguns Estados em que os gabinetes não estão funcionando à plenitude. Ou seja, se não temos algo que é tão básico, que é uma governança básica, imagina a implementação de um pacto tão amplo!

Então, há necessidade de uma mudança cultural, sim. E eu concordo com a posição de que a governança, talvez, seja o maior desafio. Aliado a isso, ter a aprovação da PEC, vai favorecer muito a aplicação e a implementação do pacto nacional de redução de homicídios.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Eu quero dizer que concordo com todas as falas aqui. No entanto, perdoe-me a Secretaria Nacional. Sem nenhuma intenção de transformar isso numa cobrança irresponsável, mas pela experiência também parlamentar que tenho de haver esse tema nos Estados, apesar de não ser uma coisa fácil, é algo que está colocado na agenda do povo brasileiro. Não é à toa que, na última campanha eleitoral, todos os candidatos à Presidência da República, pela primei-

ra vez, falaram sobre a questão da segurança pública. E não é à toa que um resultado desses é expresso em pesquisa. Talvez até pelo senso de imagem da opinião pública de grande respeito pela Polícia Federal, por sua capacidade investigativa, pelos resultados expressos na divulgação ampla das ações em que a Polícia Federal aparece, possa passar a imagem para a população de que federalizando a sua investigação seja possível resolver. Por uma coisa ou por outra, mas está claramente colocada uma legitimação na opinião pública de uma intervenção maior do Governo Federal na questão da segurança pública.

Esse debate eu vejo na Bahia, em Pernambuco. Eu pude debater bastante o pacto pela vida durante a campanha eleitoral passada, o seu surgimento em Pernambuco, como surgiu, como se deu, como está se desenvolvendo, como se deu na Bahia, como está se desenvolvendo.

É claro que não é uma coisa simples. O Município se envolver nessa discussão, mais difícil ainda, mas não é algo do qual o prefeito convocado pelo Governo Federal e o Governo Estadual possa fugir, porque a opinião pública cobra, as organizações sociais hoje já existentes em todos os Estados cobram.

Nós recebemos aqui situação que aconteceu em Manaus: a mobilização da opinião pública para investigação do crime; ou na Bahia, os assassinatos do Cabula; o movimento negro, suas organizações, como hoje já se pronunciam, já se colocam.

Portanto, há no Brasil, hoje, uma mobilização em torno dessa questão, especialmente relacionada com a juventude, em que o Governo, decidindo um caminho, não tem como a sociedade não acompanhar.

Então, creio que é chegada a hora, até pelas iniciativas nocivas já existentes no âmbito do Congresso Nacional, como a tentativa de ampliação do armamento, nós estamos vendo na televisão uma categoria de funcionários públicos federais, os auditores fiscais, que, através do seu sindicato – aliás, era muito positiva a ação do sindicato até então –, para minha surpresa, inclui na sua pauta principal de reivindicação o porte de arma dos auditores fiscais, que, aliás, não se reduz à fronteira. Até o próprio Ministério com o desejo de apresentar o seu projeto aqui. Isso demonstra que, no Governo, não está amadurecida a discussão a ponto de se ter uma posição unânime. Não é possível que nós tenhamos uma categoria tão avançada em sua formação profissional, tão exigente em sua qualificação e capacitação para um concurso público, e onde o Governo não tenha atuado devidamente para tratar dessa questão. Não é possível!

Eu acho que ou o Governo percebe que o momento é agora, e não pode deixar passar esse momento para tomar a iniciativa, ou vamos enfrentar uma pauta muito negativa – e já a estamos enfrentando – no Congresso Nacional relacionada a essa questão. E essa pauta não vai parar de acontecer nem vai se restringir à maioria penal. A maioria penal é alimentada pela própria imprensa como o grande mal. A violência, no Brasil, é vendida pelos meios de comunicação como de responsabilidade dos jovens. São os jovens adolescentes que praticam os crimes de morte, os mais cruéis deste País! E, do outro lado, o envolvimento com a droga.

Envolvimento com a droga é a senha que entra na comunicação e que entra nos governantes, nos governos. Aliás, na minha opinião, é até, em certa medida, um escudo. Um discurso que serve de escudo para os governos de Estado, e quiçá ao Governo Federal, para justificar a incapacidade de o Estado brasileiro agir frente à violência. É como se nós fôssemos absolutamente impotentes diante da droga, que, aliás, não é sequer tratada assim. Não é o crime organizado que comanda a droga; é a droga. Ela vira um personagem central, toma corpo, e a ação do crime se dá por esse elemento. E como ninguém sabe o que é fica mais fácil de ser vendido como grande responsável.

Então, quero até dizer aqui que a fala de todos, de absolutamente todos os representantes dos movimentos sociais que passaram pelas 19 audiências públicas que nós tivemos aqui, foi de reivindicar, exigir mesmo, que o Governo Federal tome uma decisão com relação ao modelo, ao desenho e à implantação já do plano de redução de homicídios.

Que se atoplem até alguns estudos, que não esperemos que se chegue às conclusões de como vai ser a participação clara de cada Estado. Ou nós iniciamos com duas, três, quatro ou cinco ações e convocamos os Governadores de Estado, convocamos os Secretários de Segurança Pública de todos os Estados para um grande debate a respeito deste pacto ou nós vamos enfrentar uma situação, aí sim, que será de caos e que pode se aproximar de uma necessidade até de intervenção de outros países nessa discussão de busca de analisar as experiências nacionais e internacionais a respeito do enfrentamento desse assunto.

Os governos e os movimentos estão buscando essa interlocução em todos os cantos, inclusive em outros países, em outras experiências de como enfrentar essa questão. É uma característica da América Latina a forma como o crime organizado e o tráfico de drogas tem entrado em nossos países, aproveitando-se da junção da pobreza com a vulnerabilidade da falta de oportunidade da nossa juventude. E é um movimento que acontece não apenas no Brasil. Experiências diversas estão sendo tomadas, a própria discussão sobre a questão das drogas. Não sentimos que há um comando no debate do Governo Federal. É como se o debate estivesse acontecendo por iniciativas mais diversas. E se não ocorrer com centralidade pelo Governo Federal,

vamos continuar em uma batida extremamente perigosa de criarmos um Estado policalesco, que avança em medidas extremamente restritivas da liberdade individual dentro do Brasil.

Quero apenas levantar, até como um desabafo, o posicionamento que estamos vendo de amplos segmentos organizados em nosso País. Ou o Governo Federal faz isso agora ou faz, ou esquece que vai fazer isso, porque começa a entrar no nível de uma grande frustração de que isso não aconteça. E não dá para pôr ajuste fiscal como justificativa para nada, porque ou se tem prioridade, e prioridade é definir onde, na dificuldade, se vai investir, ou não tem mais o que discutir. Se segurança pública não for uma prioridade da Nação, não sei o que é. Educação, saúde e segurança, não há outra coisa. São as três pautas definidas pelo povo. Não tem como o Governo definir outra.

Eu queria abrir às considerações finais de quem achar necessário e passar ao encerramento da nossa audiência pública, que tinha hoje como objetivo ouvir essas instituições pela pressão que as outras organizações que aqui estiveram presentes insistiram em colocar que tratássemos do assunto. Assim como, esperamos, vamos aprovar em breve uma discussão técnica sobre a discussão do extermínio, do genocídio, que caracterização temos daquilo que está acontecendo no Brasil com a juventude negra.

A SRª SOLANGE PINTO XAVIER – Posso?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pode.

A SRª SOLANGE PINTO XAVIER – Primeiro, de novo quero agradecer esta grande oportunidade, Senadora, e falar do compromisso da Secretaria de Direitos Humanos e especialmente da Secretaria Nacional de Promoção de Direitos de Crianças e Adolescentes, de forma pactuada, está fazendo esta discussão. Dentro da Secretaria de Direitos Humanos, há o Dique 100, que no início da sua criação era basicamente para denúncias de questões de crianças e adolescentes, hoje é um Disque 100 de direitos humanos, com números bastante alarmantes, bastante significativos. Parece-me que Irina já esteve aqui apresentando um pouco da Ouvidoria, as questões do Disque 100, que é mais um dado que alarma.

Por fim, quero falar a Secretaria de Direitos Humanos não tem nenhuma honra em ter o PPCAAM, sabe, Senadora?

Eu falo isso com muita clareza. É o único programa de proteção de crianças e adolescentes ameaçados de morte dentro deste planeta que chamamos Terra. Por quê? Por conta dos altos índices de homicídio de adolescentes.

Então, estive, no final de julho, em um fórum latino-americano para discutir a questão de letalidade. Cada país latino-americano mostrou a sua experiência, e nós fomos mostrar a experiência de crianças e adolescentes. E isso em nada nos torna diferenciados do ponto de vista positivo. No entanto, nós sabemos que, hoje, temos um número de pessoas, de crianças e adolescentes protegidos dentro do programa.

Estamos à disposição. Caso alguém precise de alguma informação, através da Secretaria de Direitos Humanos, a gente pode ser facilmente localizado através o nosso site. E, através do nosso site e do nosso programa, daremos todas as orientações caso algum familiar, alguma pessoa se sinta ameaçada.

Muito obrigada pela contribuição.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Agradeço.

Passo a palavra, para as suas despedidas, à Drª Haydée.

A SRª HAYDÉE GLÓRIA CRUZ CARUSO – Primeiro, quero também agradecer muitíssimo esta oportunidade. Acho que, na verdade, é o nosso compromisso. Sou uma servidora pública, professora de uma universidade pública, que tem um compromisso com a pesquisa, e a pesquisa tem que estar a serviço da tomada de decisão dos gestores públicos. Então, acho que o Fórum Brasileiro é uma instituição que agrega pesquisadores como também profissionais de segurança pública. E o sentimento de todos os filiados, os associados ao Fórum Brasileiro é de que este é o ano em que nós temos, sim, que lançar o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios.

Então, há uma expectativa por parte de segmentos importantes das instituições policiais em torno dessa agenda, porque aqueles comprometidos com uma agenda de segurança pública para a cidadania, estes estão almejando que haja, sim, uma articulação, porque isso favorece o bom trabalho policial, a boa ação em segurança pública. Então, a gente tem, por um lado, pesquisadores com pesquisas importantes já consolidadas no Brasil, disponíveis para esse diálogo, e executivos de segurança pública, como nós chamamos, servidores das instituições de segurança pública almejando o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios.

Nesse sentido, nós temos o momento propício, temos pessoas engajadas na questão e um Governo Federal que está, sim, sensível e que está, ao longo do tempo, pelo que eu acompanho, pelo que eu tenho visto, preocupado com questões que eram muito importantes, que foram, de alguma maneira, superadas no Brasil, como, por exemplo, a formação policial. E a Secretaria Nacional de Segurança Pública tem um protagonismo no Brasil – isso é indiscutível, reconhecido, como eu disse – e agora precisa dar esse passo importante, que,

como bem o Dr. Maurício colocou, é difícil. Não é fácil trabalhar em um modelo de governança que articule diferentes instituições, mas é possível.

Temos experiências inovadoras importantes no Brasil – a senhora mesma citou a questão de Pernambuco, que é paradigmática e importante, sim –, em que conseguiram reduzir, com números muito expressivos, e a gente tem essa capacidade de, a partir de uma experiência local, conseguir experimentar, guardadas as devidas proporções, para outros espaços da Federação. Então, é uma questão de vontade política e de envolvimento dos atores-chave que compõem a segurança pública do País.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Obrigada.

Dr. Maurício.

O SR. MAURICIO RASI – Quero agradecer a oportunidade de estar nesta Mesa com o Fórum, com a Secretaria de Direitos Humanos, com a Senadora, com esta CPI; e dizer que alguns protagonistas falharam nesse processo. Os Municípios, na parte de prevenção, e os Estados, na parte de execução, falharam. E, se hoje nós estamos com esses números, é porque esses principais protagonistas falharam.

Então, neste momento de o Governo Federal detectar esses problemas e essas falhas, ele assume, sim, o protagonismo. E eu tenho absoluta certeza de que, neste ano, nós já teremos alguns bons indicadores e que, neste ano ainda, nós teremos que o Plano Nacional pela Redução de Homicídios estará já em aplicabilidade em vários Estados e Municípios.

Muito obrigado pela oportunidade de o Ministério da Justiça estar representado neste instante através da Senasp para fazer este debate.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Não havendo mais nada a tratar nesta reunião, declaro encerrada esta audiência, agradecendo a todos que aqui estiveram presentes, dando essa importante contribuição ao nosso debate, ao nosso estudo, à nossa investigação.

Muito obrigada.

(Iniciada às 19 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 22 horas e 15 minutos.)

**Senadora Lídice da Mata
Presidente**

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 115, de 2015, para investigar o assassinato de jovens no Brasil.

ATA DA 20ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 20ª Reunião, realizada em 29 de setembro de 2015, às 14 horas e 54 minutos, no Plenário 13 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a presidência da Senadora **Lídice da Mata** e com a presença dos Senadores **José Medeiros, Angela Portela, Telmário Mota, Lindbergh Farias, Humberto Costa e Fátima Bezerra**. Deixaram de comparecer os Senadores **Paulo Paim, Maria do Carmo Alves e Eduardo Amorim**. Na ocasião, foram aprovados os seguintes Requerimentos:

Requerimento nº	Autoria	Ementa
36/2015	Senador José Medeiros	Requer a realização de audiência pública em Cuiabá-MT.
37/2015	Senador Humberto Costa	Requer a realização de Audiência Pública Conjunta, no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Assassinato de Jovens no Brasil e da Comissão de Assuntos Sociais, para debater, em Cidade do Sertão Pernambucano, a letalidade intencional de jovens, violência e o consumo de bebidas alcoólicas em cidades sertanejas.
38/2015	Senador Lindbergh Farias	Solicita dados aos Poderes Executivos e Judiciários dos 26 Estados e do Distrito Federal.
39/2015	Senador Lindbergh Farias	Requer a realização de Audiência Pública com as seguintes entidades: ANASPARA, ADEPOL, ADPF e ANADEP.
40/2015	Senador Lindbergh Farias	Solicita dados aos Poderes Executivos e Judiciários dos 26 Estados e do Distrito Federal.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 115, de 2015, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar o assassinato de jovens no Brasil.

Conforme convocação, a presente reunião destinar-se-á à apreciação de requerimentos.

De início, com base no art. 111 do Regimento, coloco em votação as Atas das 13ª, 14ª, 15ª, 16ª, 17ª e 18ª Reuniões, solicitando a dispensa de sua leitura.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam, porque já receberam essas atas, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas.

Todos os requerimentos apresentados perante a Comissão até o momento podem ser apreciadas mediante votação pelo processo simbólico.

Temos os seguintes requerimentos.

Nós temos dois requerimentos na pauta e três requerimentos extrapauta.

Requerimento em pauta.

ITEM 1
Requerimento Nº 36/2015

Requer a realização de audiência pública em Cuiabá-MT.

Autoria: Senador José Medeiros

Não havendo ninguém que queira discutir, aqueles que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Felicito o Senador José Medeiros, que nos vai preparar uma boa audiência em Cuiabá pela aprovação do requerimento.

ITEM 2
Requerimento Nº 37/2015

Requer a realização de Audiência Pública Conjunta, no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Assassinato de Jovens no Brasil e da Comissão de Assuntos Sociais, para debater, em Cidade do Sertão Pernambucano, a letalidade intencional de jovens, violência e o consumo de bebidas alcoólicas em cidades sertanejas.

Autoria: Senador Humberto Costa

Eu acho que a cidade do Sertão ele deve escolher, ele deve marcar depois uma cidade do Sertão pernambucano.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Agora vamos ao requerimento extrapauta.

Eu gostaria de primeiro aprovar a inclusão dos requerimentos extrapauta.

Se as Sras e os Srs. Senadores concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a inclusão desses requerimentos na pauta.

Vamos aos Requerimentos nºs 38, 39 e 40

EXTRAPAUTA
ITEM 3
Requerimento Nº 38/2015

Solicita dados aos Poderes Executivos e Judiciários dos 26 Estados e do Distrito Federal.

Autoria: Senador Lindbergh Farias

Passo a ler a justificativa do Senador.

Nos termos do art. 58, §3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 148 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, considerando conclusões preliminares acerca da limitação de dados sobre a violência contra jovens entre 12 e 29 anos, requeiro a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que officie a solicitação, junto ao Poder Executivo e Judiciário dos 26 Estados e do Distrito Federal, dos seguintes dados:

1. Registros de Ocorrência dos casos de desaparecimento registrados em 2014, incluindo as informações dos denunciante que permitam contatar as famílias para conhecer o desfecho final do caso. Nesse caso, haverá um compromisso oficial do Senado, assumido pelos pesquisadores que tiverem acesso aos dados, de não divulgar as identidades das vítimas nem dos seus familiares. Incluir estratificação por idade, raça e gênero.

2. Número dos inquéritos de “autos de resistência” ou morte em decorrência de intervenção policial encaminhados ao Ministério Público de cada Estado nos anos de 2007 a 2014. Incluir estratificação por idade, raça e gênero.

3. Inquéritos de homicídios tombados no Ministério Público de cada Estado nos anos de 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014, incluindo informações sobre o tipo de crime, número do inquérito, delegacia de origem, data do fato, data de entrada no Ministério Público, classificação, promoção, situação e órgão para o qual foi remetido, data da remessa na data da consulta. Incluir informações sobre idade, raça e gênero.

4. Inquéritos de homicídio (todos os tipos) tombados no Tribunal de Justiça de cada Estado nos anos de 2010 a 2014, incluindo informações sobre comarca de origem, número do inquérito, número do processo, data de tombamento/distribuição no TJ, situação na data da consulta, sentença. Incluir informações sobre idade, raça e gênero.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 4

Requerimento Nº 39/2015

Requer a realização de Audiência Pública com as seguintes entidades: ANASPARA, ADEPOL, ADPF e ANADEP.

Autoria: Senador Lindbergh Farias

São as entidades representativas das associações policiais.

Não havendo quem se pronuncie solicitando a palavra para discussão, coloco em votação.

Os Senadores que concordam com o Senador Lindbergh permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 5

Requerimento Nº 40/2015

Solicita dados aos Poderes Executivos e Judiciários dos 26 Estados e do Distrito Federal.

Autoria: Senador Lindbergh Farias

Trata-se, portanto, de requerimento de informações, cuja justificativa passo a ler:

De acordo com o art. 58, §3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que officie a solicitação, junto aos Poderes Executivos e Judiciários dos 26 Estados e do Distrito Federal, dos seguintes dados:

1. Número de jovens, com idade entre 12 e 29 anos, mortos em 2014 e em 2015 (dados até outubro) em decorrência de intervenção policial de cada uma das duas polícias (Civil e Militar), separando as acontecidas dentro e fora de serviço. Incluir estratificação racial e de gênero.

2. Número de jovens, com idade entre 12 e 29 anos, desaparecidos em 2014 e em 2015 (dados até outubro). Incluir estratificação racial e de gênero.

3. Número de policiais vítimas de homicídio em 2014 e em 2015 (dados até outubro), separando os casos acontecidos dentro e fora de serviço. Incluir a estratificação do número de policiais jovens mortos, com idade igual ou menor a 29 anos. Incluir estratificação racial e de gênero.

4. Número de ocorrências registradas pelas polícias em 2014 e em 2015 (dados até outubro), relativas aos crimes de homicídio, roubo, furto, tráfico de drogas, posse e uso de drogas. Incluir estratificação de jovens com idade igual ou abaixo a 29 anos, raça e gênero.

5. Número de inquéritos tombados no ano de 2014 e em 2015 (dados até outubro) pelo Judiciário relativo aos crimes de: homicídio, roubo, furto, tráfico de drogas, posse e uso de drogas. Incluir estratificação de casos envolvendo jovens com idade igual ou abaixo a 29 anos, raça e gênero.

6. Número de sentenças proferidas no ano de 2014 e em 2015 (dados até outubro) pelo Judiciário relativas aos crimes de: homicídio, roubo, furto, tráfico de drogas, posse e uso de drogas, separando em cada caso de acordo com o resultado da sentença (condenação, absolvição, outros). Incluir estratificação de casos envolvendo jovens com idade igual ou abaixo a 29 anos, raça e gênero.

Se não há nenhum inscrito para debater, ponho em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o mesmo permaneçam como se encontram.

(*Pausa.*)

Aprovado.

Havia uma indicação de se votar os requerimentos em bloco, mas, como tínhamos que ler, fomos votando um a um.

Não havendo objeções, já foi votado. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores já aprovaram.

Dessa forma, com os requerimentos aprovados, não havendo mais nada a tratar, já que nenhum Senador se pronunciou, agradeço a presença de todos, declarando encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(Iniciada às 14 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 5 minutos.)

Senadora Lídice da Mata
Presidente da CPIADJ

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 115, de 2015, para investigar o assassinato de jovens no Brasil.

ATA DA 21ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 21ª Reunião, realizada em 5 de outubro de 2015, às 20 horas e 11 minutos, no Plenário 15 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a presidência da Senadora **Lídice da Mata** e com a presença dos Senadores **Telmário Mota e Humberto Costa**. Deixaram de comparecer os Senadores **José Medeiros, Paulo Paim, Angela Portela, Lindbergh Farias, Maria do Carmo Alves e Eduardo Amorim**. Na ocasião, foi realizada Audiência Pública com a presença da Sra. Tatiane Almeida – representante da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal – ADPF; do Cabo Elisandro Lotin de Souza – representante da Associação Nacional dos Praças – ANASPRa; do Sr. André Praxedes – representante da Associação Nacional dos Defensores Públicos – ANADEP; e Enderson Araújo – Fundador e Editor-Chefe do Projeto Mídia Periférica.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 115, de 2015, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar o assassinato de jovens no Brasil.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública para discutirmos o tema de vitimização policial.

Estão presentes os seguintes convidados, que, desde já, eu peço aos companheiros servidores da Casa que encaminhem até aqui à mesa: Drª Tatiane Almeida, representante da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal.

Vamos bater palmas porque ela merece. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Cabo Elisandro Lotin de Souza, representante da Associação Nacional dos Praças, Anaspra. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – E André Praxedes, representante da Associação Nacional dos Defensores Públicos, da Anadep. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Um esclarecimento: a Associação Nacional dos Delegados da Polícia, Adepol, foi convidada para participar desta audiência pública e informou, por meio de ofício assinado pelo seu Presidente, que, infelizmente, não foi possível designar representante para a presente reunião.

A título de informação, também esclareço que esta audiência será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tiverem interesse em participar com comentários ou perguntas poderão fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania no endereço www.senado.leg.br/ecidadania e do Alô Senado, através no número 0800-612211. Repetindo: pelo Portal e-Cidadania, www.senado.leg.br/ecidadania, e pelo Alô Senado, através no número 0800612211.

Com o fim de organizar o tempo disponível, vamos, para cada convidado, franquear, no primeiro momento, dez minutos, mas permitir que fiquem todos à vontade para fazer todos os esclarecimentos. A noite é pequena e o assunto é muito importante.

Então, vamos começar nossos trabalhos ouvindo a Drª Tatiane Almeida, representante da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal.

Com a palavra.

A SRª TATIANE ALMEIDA – Senador Telmário Mota, em primeiro lugar, quero agradecer o convite feito à Associação dos Delegados de Polícia Federal.

Senhoras e senhores e demais integrantes da Mesa, boa noite!

Certamente, há pessoas mais qualificadas do que eu para falar dos problemas sociológicos que envolvem a vitimização dos jovens negros por homicídio no Brasil, mas eu, como profissional de segurança pública, me interesso pelo tema. E, obviamente, como negra, acho que posso dar a minha contribuição sobre o tema, mas lembro que vou centrar a minha fala na questão da atuação da Polícia Federal no combate aos grupos de extermínio e quero dizer que, como estou aqui como representante da Associação dos Delegados, minhas opiniões não refletem a opinião oficial ou institucional da Polícia Federal.

Em primeiro lugar, eu queria dizer que é uma alegria falar do tema, porque envolve a questão do racismo, e que fico triste de saber que isto ainda é um problema no Brasil. Por outro lado, eu vejo que pelo menos vir aqui discutir esse tema, esse problema, já é um grande avanço.

O Brasil é um país onde existe racismo, e nós não vamos evoluir na solução do problema enquanto fingirmos que somos uma democracia racial. Existe racismo, sim, e ele é estrutural e velado, o que faz com que seja mais difícil ainda para a vítima reagir, porque ela sequer se reconhece nesse papel de vítima.

Aos negros neste País é vedado o direito de igualdade, posto que as oportunidades de escolaridade, de bons empregos, que conduzem a uma mobilidade social, não são distribuídas de forma igualitária em relação aos não negros.

Os negros, apesar de constituírem metade da população, estão sub-representados, por exemplo, no Parlamento, nos altos cargos do Poder Executivo e do Poder Judiciário, o que se reproduz, de uma forma ou de outra, também na iniciativa privada.

Índices de analfabetismo, menos anos de estudo, defasagem escolar, acesso a bens de consumo, água encanada, eletricidade, coleta de lixo, expectativa de vida, mortalidade infantil, densidade habitacional, gravidez na adolescência, taxa de fecundidade, desigualdade social, índice de desenvolvimento humano, renda domiciliar, pobreza e indigência ainda apresentam números desfavoráveis aos negros, em relação aos não negros.

Se é certo que a pobreza não é causa de criminalidade, o Relatório Regional de Desenvolvimento 2013-2014 do PNUD, quando reconheceu que as taxas de homicídios não são linearmente correlacionadas com o nível de pobreza e desigualdade, mostrou também que há uma relação com a baixa qualidade do emprego e insuficiente mobilidade social, com mudanças na estrutura familiar, com evasão escolar e, principalmente, com a falta de capacidade do Estado – e este é um problema bem do Brasil, ou seja, das forças policiais, juízes, Ministério Público e prisões – para fazer frente aos desafios da segurança pública.

Infelizmente, como já identificou o Prof. Hélio Santos, os negros estão enredados em um círculo vicioso. Aos negros são atribuídos empregos mal remunerados, porque eles são menos qualificados. E, como resta menos dinheiro para investir em qualificação, eles acabam sempre trabalhando nos empregos que pagam mal.

Assim, o negro está ligado aos problemas e aos estigmas da pobreza, enquanto a pobreza está ligada aos problemas e estigmas da criminalidade.

Eu gostaria de destacar que existe um problema, no Brasil, de seletividade racial na abordagem policial, que é um problema que não existe só no Brasil. Eu mesma já fui vítima em um País da Europa. Eu fui abordada de forma truculenta, desproporcional, por um policial na rua. E, ao indagar por que ele estaria agindo daquele jeito, ele me disse que eu tinha o perfil da ladra naquela cidade, que é ser brasileira e ser negra.

Aí eu quero dizer que não se pode culpar só o policial por essa circunstância, porque a questão é muito mais institucional. Especialmente no Brasil, a Polícia Militar, que tanto é uma polícia muito letal, como é uma polícia que é muito vítima de mortalidade, tem nas suas fileiras um grande número de negros. Então, quando a gente está discutindo aqui a questão de mortalidade de negros, a gente tem que lembrar aqui também os que os policiais morrem muito. E na Polícia Militar eles são maioria.

O problema da violência e dos homicídios não está ligado apenas a uma solução que venha da atribuição da polícia. Na verdade, a polícia pode fazer até bem pouco. Como destaca o Prof. Arthur Trindade, que hoje é o nosso Secretário de Segurança Pública em Brasília, a solução passa por políticas públicas de segurança mais do que por políticas de segurança pública.

Infelizmente, à polícia acaba sendo atribuído um papel equivocado. De acordo com a Teoria das Tarefas Restantes, à polícia é atribuída a solução de problemas que os demais sistemas não conseguem resolver. E até por isso a polícia costuma ser mais criticada. Só se enxerga a ponta do iceberg, por que há muita criminalidade. Só se enxergam os efeitos, não as causas dessa criminalidade.

Porém, no que cabe à polícia fazer, vou mostrar mais à frente a atuação da Polícia Federal no combate aos grupos de extermínio, de que, notadamente, são vítimas também os jovens negros.

Houve uma pesquisa da Codeplan que mostrou que, no Distrito Federal e Entorno, que é a realidade que eu conheço, 70% das mortes violentas de jovens são de negros e que um jovem negro, aqui, no Distrito Federal e Entorno, tem 2,9 vezes mais chances de morrer do que um jovem não negro.

Os dados que eu vou apresentar aqui me foram gentilmente cedidos pelo Dr. Milton, que é o chefe da Unidade de Repressão aos Crimes contra Pessoas na Polícia Federal e que está desenvolvendo um trabalho brilhante nessa área.

O Dr. Milton, que é uma das maiores autoridades no tema no Brasil, entende – e eu comungo dessa opinião – que o principal problema a ser enfrentado concerne à questão da percepção social, problema relacionado aos grupos de extermínio. Ou seja, a população se sente insegura e pensa que vive em um clima de total falta de segurança e impunidade e que a solução é a punição máxima, ou seja, o extermínio de criminosos.

Coincidentemente, hoje, foi publicada uma pesquisa da Datafolha que confirma esse sentimento.

Se o senhor me permite, Senador, ler um trechinho dessa reportagem...

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Pois não.

A SRª TATIANE ALMEIDA – A Datafolha fez uma pesquisa que tinha a seguinte manchete: “Metade da população das grandes cidades brasileiras acredita que bandido bom é bandido morto.”

Para a pergunta se bandido bom é bandido morto, 50% disseram concordar. O resultado da pesquisa reforça a sensação de especialistas da área de que a sociedade é tolerante com a matança dos suspeitos por policiais. PMs e policiais civis mataram, ao menos, 3.022 pessoas em 2014.

Para o Ouvidor das polícias de São Paulo, Júlio César Fernandes Neves, essa fatia dos brasileiros que “defendem o bandido morto” fomenta a letalidade das corporações policiais. Estão autorizando o mau policial a fazer justiça com as próprias mãos. Esse tipo de pessoa induz o mau policial a cometer o maior erro da sua vida.

O efeito perverso dessa prática está tanto nos crimes provocados por policiais com na morte deles. Em 2014, 398 foram assassinados. Para o Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-SP, Martim Sampaio, quem defende o argumento de morte aos bandidos coloca na mão da polícia o poder de julgar e aplicar a pena capital, por exemplo.

(Soa a campanha.)

A SRª TATIANE ALMEIDA – Segue:

Como a sociedade não vê uma saída concreta para a violência, ela passa a achar que o único jeito de acabar com ela é por meio do extermínio físico do criminoso, tendo como seu agente a polícia.

Para o Coronel Álvaro Camilo, ex-comandante da PM de São Paulo e Deputado Estadual pelo PSD, o policial que se desvia dos ensinamentos da corporação está contaminado pelo sentimento de insegurança, algo que acomete toda a sociedade do País. A sensação de impunidade é tão grande que leva o povo a querer que a justiça seja feita de imediato. O policial age assim não pela vontade da população, mas pela impunidade que reina.

Então, são essas noções que acabam legitimando a polícia a agir aplicando a pena de morte como punição ou vingança. Porém, infelizmente, hoje, neste País, a gente precisa dizer o óbvio: a pena de morte é vedada no nosso ordenamento jurídico e nenhum policial está autorizado a usar a força além do mandamento legal.

A humanidade, apesar dessas ondas de discursos alarmistas em contrário, vive uma evolução no sentido de ser menos tolerante à violência. É inegável que hoje, por exemplo, nós não aceitamos espetáculos como aqueles em que os judeus morriam nas arenas comidos por leões. Houve uma modificação na forma de pensar o crime e o criminoso que levou ao estabelecimento de garantias fundamentais que não podem retroceder, como o princípio da legalidade, do devido processo legal e o banimento das penas cruéis, como as penas capitais.

É importante discutir este tema, especialmente no contexto de crise econômica que se desenha, em que haverá um possível recrudescimento da violência. Então, deve se ficar muito atento às mortes por extermínio de pequenos bandidos e pivetes, inclusive ao assassinato de menores de idade que realizam pequenos furtos, sendo que essas práticas tendem a se difundir na medida em que contam com a convivência de amplos setores da sociedade, amedrontados com o agravamento dos crimes violentos. É como se existisse o sentimento de que matar um pequeno delinquente hoje evita que haja um bandido no futuro.

É necessário refletir sobre a efetividade da punição ou a aplicação de penas capitais ao arrepio da lei. É fundamental destacar que está comprovado que a atuação de grupos de extermínio não resulta na diminuição do cometimento de crimes. Devem-se discutir essas ideologias que vão informando o imaginário popular como a que se reflete na expressão de que “bandido bom é bandido morto”. Há de se perguntar: quem é o bandido? Quem decide o que é bandido? Qual a utilidade de se matar um bandido se o problema da criminalidade não acaba com o homicídio, que, ao contrário, alimenta ressentimentos e cria consequências graves de dúvidas, insegurança e legitimidade que afastam o povo do Estado?

Por exemplo, o fato de algumas forças de segurança pública terem como símbolo caveiras, facas ou armas é sintoma de que a função da polícia está sendo mal interpretada. A polícia não foi concebida com a finalidade de matar. Muito pelo contrário, a primeira vez em que a polícia foi concebida num texto, o da Declaração de Direitos Humanos e do Cidadão, em 1789 –, se dizia que era preciso ter uma força pública que garantisse o gozo dos direitos humanos. Então, é fundamental retomarmos esse sentido da polícia como garantidora dos direitos humanos, tanto para os próprios policiais quanto para a população, reforçando que há um limite na atuação do policial e que a aplicação de pena de morte não é papel da polícia e, muito menos, solução para redução da criminalidade.

Então, Senador, como eu vou falar da questão da atuação da Polícia Federal nos crimes de extermínio, eu queria dizer que esses grupos são responsáveis pela forma mais grave de violação aos direitos humanos, qual seja a violação do direito à vida, comprometem o Estado de direito, posto que a maioria esmagadora desses casos envolve agentes públicos que subvertem seus papéis, o que vou mostrar num gráfico, e se utilizam da força outorgada pelo Estado para cometer os crimes que deveriam combater. É um fenômeno social de extrema violência e que tem como atividade fim a prática habitual de homicídios. E o objetivo – é importante destacar – é a obtenção de vantagens econômicas. Engana-se quem pensa que a ação desses grupos é altruísta e

objetiva a justiça social. Os grupos podem até iniciar suas atividades embalados por essa vontade de vingança contra os bandidos, porém, invariavelmente, resvalam para o cometimento de crimes visando à obtenção de vantagem econômica e acabam por substituir os criminosos, deixando a comunidade refém do seu poder.

Eu gostaria de pedir ao Secretário que passasse um videozinho que tem um pequeno trecho de uma escuta telefônica que a Justiça autorizou que fosse divulgado pela polícia apenas para mostrar o comprometimento e a gravidade do grupo de extermínio que conta com a participação de policiais.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Eu queria que segurasse só um pouquinho, porque terminou a sessão plenária.

Para a gente interagir, informo que estamos aqui, agora, na CPI que investiga o assassinato... Você que ligou a televisão e está nos acompanhando pela TV Senado, informo que nós estamos, neste momento, em uma audiência pública que está apurando, investigando assassinatos de jovens no Brasil e estamos ouvindo a Drª Tatiane Almeida, representante da Associação Nacional de Delegados de Polícia Federal, e estaremos ouvindo o Cabo Elisandro Lotin de Souza, representante da Associação Nacional dos Praças – Anaspra, e o Dr. André Praxedes, representante da Associação Nacional dos Defensores Públicos.

A Drª Tatiane está aqui fazendo a sua explanação. Ela, neste momento, vai apresentar um vídeo.

Nós queremos comunicar ao público que está nos acompanhando que esta audiência é interativa e a interação pode ser feita pelo e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, pelo nº 0800-612211. Já recebemos algumas manifestações aqui e daqui a pouco vamos passar aqui para os nossos convidados e a Drª Tatiane vai continuar a sua explanação.

A SRª TATIANE ALMEIDA – Então, retomando, esse vídeo traz uma escuta telefônica que a Justiça nos permitiu divulgar para mostrar a gravidade do comprometimento das instâncias públicas, no caso dos grupos de extermínio, e como isso compromete a questão do Estado democrático de direito.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRª TATIANE ALMEIDA – Então, só queremos mostrar que esses grupos de extermínio não estão praticando justiça social e não estão matando bandidos. A preocupação não é essa. Temos aí um capitão da Polícia Militar que dá a ordem para a invasão de uma casa e diz que é para matar quem tiver, menino, mulher, todo mundo. E, em alguns casos que foram investigados pela Polícia Federal, o resultado é realmente esse. Não se obedece ao fato de ser um traficante ou de um homicida – não que isso justifique –, não existe esse valor. A vida tem um valor muito relativizado.

Falando, então, da atuação da Polícia Federal, quero dizer que nós atuamos de forma supletiva. Quer dizer, o homicídio não é um crime, por excelência, de atribuição da Polícia Federal, mas, em situações extraordinárias, a Polícia Federal é chamada a atuar, e isto não afasta a responsabilidade dos demais órgãos de Segurança Pública.

Essas situações pontuais se dão, por exemplo, quando o Procurador-Geral da República faz um incidente de deslocamento de competência, nos casos em que há grave violação de direitos humanos, com a finalidade de garantir o cumprimento das obrigações decorrentes de tratados, porque, se o Brasil comete essas violações, ele pode ser responsabilizado perante os organismos internacionais, e, às vezes, por iniciativa própria da Polícia Federal, quando existem essas graves violações de direitos humanos, ou por determinação do Ministro da Justiça.

O objetivo é sempre resguardar o Estado democrático de direito quando há um comprometimento das estruturas estatais e graves violações aos direitos humanos e reduzir o número de homicídios, de tráfico de drogas e armas, roubos e atuação de milícias.

Eu vou pedir só para mostrar um gráfico com os resultados das operações que a Polícia Federal tem feito nos últimos anos.

Mais de dez operações foram feitas nos últimos anos, o que acabou levando à criação de uma unidade de repressão a crimes contra pessoas lá na Polícia Federal.

Mais de 170 pessoas foram presas por envolvimento em atividades típicas de grupos de extermínio.

Aqui, chamo atenção para o fato gravíssimo de que mais de 70 desses presos eram agentes públicos. E chamo atenção para a última coluna, que mostra quantos policiais foram presos em cada uma dessas operações. E, infelizmente, a maioria desses policiais presos são militares.

A Polícia Federal tem um índice de solução muito bom no caso dos homicídios, o que se deve, principalmente, ao fato de ser possível fazer análises estatísticas que permitem solucionar os casos em que a gravidade da atuação dos grupos é tão forte que exige e justifica uma intervenção.

Acerca da localidade em que essas investigações ocorreram, quero destacar que existe um índice de vulnerabilidade da juventude e também da juventude negra. E esses são os Estados em que existe uma vulnerabilidade maior e que coincide com a atuação da polícia.

Nessas localidades, como o meu colega Milton, que trabalhou em quase todas essas operações, destacou, não existe uma estrutura de polícia, nelas, geralmente, a Polícia Civil não está presente, e, quando a Polícia Militar está presente, é de forma muito precária. São dois policiais militares para policiar áreas extensas. A própria Justiça e o Ministério Público também têm uma atuação deficitária. Aí, o que acaba acontecendo é que o Estado não está presente. E, se o Estado não estiver presente, algum grupo irá ocupar esse espaço.

Então, muito se fala em reforma de polícias e do sistema judiciário, mas acho que a primeira coisa a se pensar é em se dar estruturas para as polícias, para o Poder Público, nessas localidades.

Quando a Polícia Federal faz essas operações, existe uma efetividade, mas ela é extremamente momentânea. Se a situação de vulnerabilidade social não se modifica e se o Poder Público não se faz presente, atuando para manutenção da ordem e garantia dos direitos, os grupos acabam se reorganizando.

Existe uma necessidade de atuação na causa dessa criminalidade que passa por políticas sociais, por educação, estruturação, capacitação e valorização dos órgãos e agentes de segurança pública.

Especialmente na Polícia Federal, existe a necessidade da criação de delegacias especializadas no combate às violações aos direitos humanos nas superintendências da Polícia Federal, porque quem atua nesses crimes são as Delinst, e as atribuições são muito diferentes. Essas delegacias vão trabalhar nos crimes eleitorais, na pornografia infantil, em conflitos fundiários, em uma série de crimes que, às vezes, não permitem que seja dada a necessária especialização para atuar contra esses crimes.

(Soa a campainha.)

A SRª TATIANE ALMEIDA – Acho que acabou, não é, Senador?

Eu queria, se o senhor me permitir só mais um minuto, dizer que acho importante também falar um pouco da questão do auto de resistência, porque muito se tem falado na eliminação do auto de resistência como uma solução para a diminuição dos homicídios. Eu quero dizer que isso é uma falácia. Na verdade, o auto de resistência é um procedimento previsto no Código de Processo Penal e tem como objetivo apenas formalizar ocorrências de lesão corporal, homicídio ou tortura eventualmente ocorridos na atuação policial. E a solução não é acabar com o auto de resistência, que é, na verdade, uma garantia de que haverá o controle da atuação policial. O que se precisa fazer é a investigação dos fatos que são narrados no auto de resistência. Então, esses autos têm que virar inquéritos policiais e essas ocorrências têm que virar estatística. Pensa-se, às vezes, que acabar com o auto de resistência vai diminuir o número de homicídios. Não, esses homicídios têm que estar nas estatísticas oficiais.

Sobre a questão da impunidade, que acaba levando a população a legitimar a ação de grupos de extermínio, quero dizer que houve a divulgação de uma pesquisa no Fórum Brasileiro de Segurança Pública que mostrou que, em média, 40% dos casos de investigação de homicídios são finalizados com absolvição, 30% acabam em condenação e outros 30% se perdem por outros motivos.

A pesquisadora Ludmila Ribeiro notou que uma das razões para o elevado número de absolvição é a precariedade dos laudos periciais. Ela diz que, quando chega à fase do júri, o jurado se vê obrigado a absolver aquela pessoa porque não há nenhuma prova pericial constatando o crime. Todos os nossos processos são muito fracos do ponto de vista da perícia. Então, reforçar a perícia também é importante para ajudar na resolução desses crimes.

Quero dizer também que o tempo médio de duração dos processos relacionados aos crimes de homicídio é de 7,3 anos, até a conclusão do caso, o que é muito grave, pois, de acordo com as regras do Código Penal, esse tempo deveria ser de pouco mais de um ano.

Para a pesquisadora Ludmila, os principais gargalos para essa demora no tempo de processamento não estão na fase policial, que demanda cerca de 20% do tempo. Mais de 80% do tempo estão concentrados na fase judicial, sendo 40% na primeira fase de pronúncia e 45% na fase do júri. Entre a pronúncia e o júri, o processo chega a ficar parado, esperando julgamento, por cerca de dois anos. Isto porque o júri é uma instituição que demanda certo tempo de organização. Em Belo Horizonte, por exemplo, se tudo ocorrer corretamente, acontecem cerca de cem audiências anuais.

Quero dizer também que, embora, muitas vezes, o inquérito tenha autoria e materialidade apontadas, alguns estudos, se não houver a sentença penal condenatória, classificam isso como sendo inquérito de homicídio não elucidado, o que não é verdade. O crime foi elucidado na polícia, mas, por alguma razão, houve um gargalo e ele deixou de ser processado em tempo hábil no Poder Judiciário.

O flagrante diminui o processamento em até 2,5 anos e ocorre apenas em 20% dos casos. Então, o flagrante, que depende mais do trabalho do policiamento ostensivo de rua e não do da polícia judicial, é uma causa de melhor elucidação dos crimes. Uma das soluções seria dar valor probatório à fase preliminar do inquérito, com a figura do contraditório, uma maior participação da defesa e, quem sabe, uma reforma do Código de

Processo Penal para desobrigar à repetição, na fase judicial, de uma série de atos que são realizados ainda na fase do inquérito policial, garantindo-se, assim, uma maior agilidade nessas investigações.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Então, ouvimos a Drª Tatiane.

Nós estamos recebendo aqui várias manifestações.

Muito obrigado ao pessoal que está interagindo pelo e-Cidadania.

Quando todos os nossos convidados se manifestarem, nós vamos começar a formular as perguntas do público que está interagindo, até para não quebrar aquilo que está programado, porque cada um trouxe o seu material. A partir daí, sim, abriremos esse debate.

Mas continuem mandando as suas sugestões, as suas falas, as suas opiniões.

Vamos ouvir, em seguida, o Cabo Elisandro, representante da Associação Nacional dos Praças, que também vai fazer a sua fala.

O SR. ELISANDRO LOTIN DE SOUZA – Obrigado, Senador.

Quero agradecer ao Senado Federal, na pessoa do Senador Telmário Mota e dos membros desta CPI, saudar a Drª Tatiane, digníssima delegada da Polícia Federal, nossa companheira no GT que discute a questão do assédio moral e sexual às mulheres, e o Dr. André, da Defensoria Pública, e agradecer a audiência dos telespectadores que estão nos vendo, neste momento, debater um tema de extrema importância para a questão de segurança pública brasileira que, nos últimos anos, ganhou uma certa notoriedade em função do nosso modelo de segurança pública, que é arcaico, obsoleto, retrógrado e que tem inúmeros e inúmeros problemas, sob todos os vieses e sob todos os ângulos.

O nosso objetivo aqui, Senador, é falar sobre a questão da morte dos profissionais de segurança pública, mas não vamos nos furtar a fazer o debate dos erros institucionais dos policiais militares e civis, enfim, dos profissionais de segurança pública, que são cometidos rotineiramente, com os quais, queremos dizer, obviamente, não concordamos, a que somos radicalmente contrários. Defendemos uma polícia cidadã, defendemos uma polícia respeitadora dos direitos humanos, uma polícia que esteja no dia a dia, fazendo polícia comunitária e, efetivamente, prevenindo o crime, no caso específico da Polícia Militar. A partir dessa análise, dessa lógica, teremos, com certeza, uma segurança pública melhor. Agora, para isso, é preciso se discutir muito, Senador. Muita água vai ter que rolar por baixo dessa ponte para que a gente chegue a ter uma polícia, e não me refiro especificamente à Polícia Militar ou à Civil, mas a uma segurança pública em que a cidadania seja respeitada, porque, inclusive dentro dos órgãos de segurança pública, agora especificamente falando da Polícia Militar e do Bombeiro Militar, essa cidadania inexistente.

Os policiais e os bombeiros militares não foram recepcionados, de fato, na Constituição Federal de 1988. Não nos são dados direitos dados a outros trabalhadores, de outras categorias. Ao contrário, utilizam-se muitos regulamentos militares da época da ditadura militar, das décadas de 1980, 1970 e 1960, como forma de opressão interna, como forma de coerção no sentido de desrespeitar esses direitos fundamentais também citados pela Drª Tatiane aqui.

Nós temos, no Brasil, hoje, um número de morte de policiais seis vezes maior do que o dos Estados Unidos, país comumente usado como exemplo. Morrem no Brasil seis vezes mais policiais do que nos Estados Unidos.

Estou falando especificamente da morte, mas, se formos atentar e expandir um pouco esse debate para a questão da violência perpetrada pelo Estado contra policiais e bombeiros militares no Brasil, veremos que é algo absurdo e beira o caos.

Direitos humanos inexistem para policiais e bombeiros militares.

A questão do respeito ao direito do trabalhador, como uma jornada de trabalho justa, inexistente e nem é discutida. E, quando se discute, discute-se sob a ótica estatal de defesa do Estado, nunca do trabalhador.

A questão de respeito à dignidade humana e a questão salarial, como tantas outras, inexistem no âmbito da Polícia e do Bombeiro Militar. Alguns Estados avançaram um pouco, mas outros ainda tratam os seus profissionais como eles eram tratados na década de 1960, na época em que vivíamos o auge da ditadura militar. Isto precisa ser discutido, seja nesta Comissão, seja em outras comissões, seja em qualquer espaço da Câmara Federal ou do Senado Federal, porque, a partir dessa mudança, dessa lógica, a partir de uma política de segurança pública que respeite minimamente o direito do trabalhador, é que nós podemos pensar em discutir uma segurança pública para o conjunto da sociedade brasileira. Se você não dá cidadania, se você não respeita direitos humanos do profissional, se você o tolhe da livre manifestação do pensamento – está escrito nos regulamentos que o policial não pode se manifestar –, se você faz do profissional de segurança pública da base da Polícia e do Bombeiro Militar um mero cumpridor de ordens, sem o mínimo de análise, sem o mínimo de possibilidade de avaliação macro da situação que se apresenta no momento, da situação factual, nós nos tornamos meros cumpridores de determinação, e, via de regra, determinações erradas ou arcaicas ou as mesmas de sempre.

Como a Drª Tatiane mostrou, foi um capitão que avisou que tinha que matar o cidadão. Um capitão é um gestor público. Um capitão é formado para gerir o sistema. E esse policial cumpriu ordem. Não sei se cumpriu, se foi o caso ali.

Nós vivemos, no Brasil, hoje, uma guerra civil não declarada, de que tanto são vítimas a população jovem negra, os jovens, quanto os policiais. É o sem camisa matando o descamisado. E isso acontece por vários fatores. O primeiro deles é entender que a sociedade brasileira é uma sociedade violenta. Vamos parar com o discurso falacioso de que vivemos em um país pacífico! Não vivemos! São 60 mil mortes por ano. São três mil policiais mortos nos últimos cinco ou seis anos. Vemos policial sendo arrastado no Rio de Janeiro, como aconteceu recentemente, vemos policial sendo baleado porque estava de folga, porque estava trabalhando... O policial não é respeitado. E, ao mesmo tempo, a sociedade, que não respeita esse profissional de segurança pública, e o Estado, que é o maior desrespeitador desses direitos do policial, exigem que um policial vá para a rua e preste um serviço de segurança pública de qualidade. Mas como? É ilógico. É absurdo querer falar em direitos humanos para um policial militar, para um bombeiro militar, para um policial civil, para um policial federal, mais especificamente para o policial e para o bombeiro militar, se ele não sabe o que são direitos humanos! Como é que se vai falar em direitos humanos para um policial que é torturado na academia física e psicologicamente?

O filme Tropa de Elite é muito realista. Nós formamos pessoas para serem aquilo que eles são hoje. Nós não formamos pessoas para defender a sociedade. Repito: evoluiu-se em alguns Estados. É verdade! No meu Estado, Santa Catarina, nós temos feito um trabalho de evolução nesse sentido. Mas, via de regra, forma-se o policial militar para ser inimigo da sociedade, em uma lógica que é oriunda de 1964. O modelo é o mesmo, a lógica é a mesma, os regulamentos são os mesmos. E, se o policial ousar contestar, ele vai ser preso, vai ser processado. Nós temos prisão administrativa porque o cara estava com a bota suja. Nós temos prisão administrativa de cinco ou seis dias porque o militar estava sem o chapéu na cabeça. E aí você vai dizer para um policial desses respeitar direito dos outros? Não justifica. É claro que não justifica, até porque hoje as pessoas, em tese, deveriam ter um pouco mais de consciência, mas é um modelo formatado para ser assim. O modelo de segurança pública brasileiro é um modelo de origem francesa, de logo depois da Revolução Francesa, que, fundamentalmente, prima por uma centralização do poder no Estado e, a partir dessa centralização do poder no Estado, joga para a sociedade. O Estado é o que vale. A proteção do Estado, a proteção da propriedade é o que vale. Vida, direitos humanos, entre outras situações, nesse patamar de discussão de segurança pública dado hoje, é secundário. O que vale é o Estado. O que vale é a proteção do Estado e, a partir dessa proteção do Estado, do status quo vigente, que é um modelo excludente.

A Drª Tatiane falou, e é verdade, que a população negra é marginalizada. Mas ela é marginalizada pela polícia? Não, pela sociedade. A população negra é marginalizada pela sociedade. A sociedade é racista, sim. A sociedade é machista, sim. E o policial militar e o bombeiro militar, especificamente no caso da polícia militar, é produto da sociedade. Cinquenta por cento da população creem que bandido bom é bandido morto. Para agravar essa situação, temos um modelo de segurança pública que ainda é centrado em uma lógica de 1964. Faço questão de repetir que, em alguns Estados, avançou-se um pouco, mas a sistemática de segurança pública ainda está muito arcaica. E nós somos produtos disso. Ou, por acaso, se imagina que o policial militar, que o bombeiro militar, que os trabalhadores de segurança pública são seres alheios ao debate do que está acontecendo na sociedade? Não, ele faz parte da sociedade no dia a dia. E, se a sociedade é violenta, ele é violento. Não justifica? Claro que não. Não é assim! Está errado! Tem que ser diferente! Agora, é preciso construir algo diferente, visualizar algo diferente e, a partir dessa visualização, buscar esse algo diferente. E esse visualizar e buscar algo diferente começa com o respeito aos trabalhadores. É o Estado brasileiro, especificamente União e Estados, que mais desrespeita direitos dos profissionais de segurança pública. Nós temos situações de profissionais trabalhando em escalas aviltantes de serviços. Nós temos profissionais trabalhando sem condições mínimas de trabalho. Como a Polícia Militar é a primeira a chegar à ocorrência, naturalmente, os índices de letalidade da Polícia Militar são maiores, pois somos a linha de frente da segurança pública. Quem chega primeiro numa ocorrência é o policial militar é o soldado, é o cabo, é o sargento, é o subtenente. É óbvio que o índice de letalidade policial nessa situação de confronto é bem maior e é real.

A Polícia Federal trabalha numa área de investigação. Quando ela vai prender alguém, já houve uma prévia investigação de oito, nove, dez meses. E aí, quando vai dar o que a gente chama de “ataque”, já está tudo resolvido, é só chegar e pegar. Nós pegamos a ocorrência na hora. Resolve-se na hora. Temos cinco segundos, dois segundos para decidir entre viver ou morrer.

Analise isso sob a perspectiva do Estado do Rio de Janeiro, onde um policial militar é deslocado para uma ocorrência e não sabe se vai voltar vivo, onde os ânimos estão à flor da pele, que é o que está vivendo a sociedade brasileira hoje, pois, por ser de esquerda ou ser de direita, dependendo da situação ou do local, pode-se morrer, pode-se apanhar. E este também é um grande erro que se comete: discute-se segurança pú-

blica a partir de um viés de esquerda ou direita. Meu amigo, tantos os da esquerda, quanto os da direita estão morrendo! Nós temos que discutir segurança pública de forma despolitizada e alheia a debates ideológicos, porque, de esquerda ou de direita, todo mundo está morrendo. “Ah, não pode isso! Não pode aquilo!” Tem que se discutir segurança pública a partir daquilo que foi dado na Constituição de 88. E tem que se mudar a Constituição de 88, inclusive, porque a Constituição de 88 foi muito genérica na questão da segurança pública. Não especificou, não foi clara, não foi objetiva. Peço que alguém defina para mim o que é ordem pública. Ordem pública é o que o político de plantão, o que o governador, o coronel, ou o delegado da Polícia Federal ou da Polícia Civil, enfim, o que quem tem o poder em si quiser no momento. Ordem pública é isso.

Países como Portugal, de onde, basicamente, adotamos o modelo, já se livraram desse modelo de segurança pública que nós temos há muito tempo. E nós ainda estamos arraigados nesse processo.

O que está acontecendo no Brasil hoje é uma guerra civil não declarada, onde todo mundo está morrendo. E quem morre mais? Geralmente, policiais militares da base e pessoas de classes menos favorecidas. Somos nós que estamos nos enfrentando e somos nós todos que estamos morrendo. É isto que está acontecendo no Brasil hoje. E a sociedade vê tudo passivamente, incentivando essa violência através, principalmente, de programas policiais sensacionalistas de péssima qualidade, diga-se de passagem – não quero citar nomes aqui para não criar constrangimentos – que divulgam todo dia que matar é bom. E nós estamos discutindo... E a coisa é tão complicada que a Câmara dos Deputados ainda discute a questão do desarmamento.

Ora, numa situação conjuntural como essa de hoje, onde torcer para A ou para B, de repente, do local que você esteja... É preciso discutir segurança pública a partir da sua origem e levar em conta também questões sociais. O que os jovens hoje têm como perspectiva para sua juventude?

Eu conversava, há pouco, com a Dr^a Tatiane. No sábado, no domingo, à tarde, quando vamos dar uma volta com a esposa e com os amigos, encontramos, nos shoppings, centenas, dezenas de adolescentes como zumbis, sem saber o que fazer. Não existe uma questão cultural de envolvimento... Encontrei meninos de 14 e 15 anos no ponto de ônibus, parados, num sábado à tarde, em pleno sol, de braços cruzados, sem fazer absolutamente nada. A sociedade mudou e a juventude está sedenta de muita coisa e abandonada pelo Poder Público, Senador. Ela está abandonada pelo Poder Público. E, quando ela é abandonada pelo Poder Público, via de regra, o poder criminal coopta essa juventude para o tráfico de drogas. Ela acaba sendo marginalizada e acaba entrando em confronto com a polícia, e acaba, efetivamente, morrendo. Isto é grave e precisa ser combatido.

Eu não estou aqui desmerecendo um tema específico ou outro, em absoluto. Não é essa questão. O papel da CPI é importante, assim como outras CPIs de outros temas discutidos aqui no Congresso Nacional são importantes. Mas, via de regra, eles começam a ser discutidos sob um viés de condenação de um ou absolvição de outro. Via de regra, eles começam a ser discutidos como forma de proteção corporativista de determinados segmentos. Não se analisa a segurança pública de forma desapaixonada do ponto de vista corporativo, do ponto de vista de um viés ideológico ou do ponto de vista de uma real percepção daquilo que está acontecendo na sociedade. A sociedade e os profissionais de segurança pública estão jogados à própria sorte pelo Poder Público, de modo geral. E a culpa não é deste ou daquele governo; a culpa é de todos os governos a partir da Constituição de 1988 – todos, sem exceção –, que criaram uma situação de uma guerra civil não declarada, onde as pessoas estão se matando por R\$5,00 ou por R\$10,00, e a imprensa está ganhando lucros e dinheiro por conta da morte dessas pessoas.

Há uma espécie de perda de valores generalizada no Brasil. Os órgãos de segurança pública, hoje, são feitos para proteger determinados segmentos da sociedade brasileira. Doutora, a Polícia Militar não é feita para proteger o pobre. Ela é feita para proteger o capital, ela é feita para proteger o dinheiro, ela é feita para proteger quem tem poder. Essa é que é a verdade. E é a segurança pública. Eu não estou nem falando da polícia civil e militar, mas da segurança pública como um todo. Nós fomos feitos para proteger determinados segmentos da sociedade, via de regra a aristocracia muito bem endinheirada que existe neste País.

Aí é só fazer a estatística, é só pegar os números. Eu vou citar Joinville, que é a cidade onde eu moro. Em Joinville, nós temos cerca de 600 mil pessoas. A gente divide, geralmente, a cidade em norte e sul. A região sul de Joinville é a região onde estão, eminentemente, os trabalhadores, com 350 mil a 400 mil pessoas, e a região norte é onde estão o poder aquisitivo alto e as empresas, com 200 mil pessoas. Nós temos 12 viaturas na região norte e duas viaturas na região sul. Quem é que nós estamos protegendo? Nós estamos protegendo quem tem dinheiro, quem tem poder. É para isso que a polícia brasileira é treinada. É culpa da polícia? Não, não é culpa da polícia, é culpa do modelo. É culpa de uma lógica institucionalizada, onde se prima por qualquer outra coisa, menos por vida e por direitos humanos, e de todos, das pessoas que estão lá na rua, que são vítimas desse processo, e dos próprios policiais. Não se tem efetivo, não se tem condições de trabalho, os policiais estão sendo escravizados no Brasil todo, estão sendo humilhados, torturados, e, a partir disso, replicam para a socieda-

de esse modelo, e obviamente tem-se aí um caldo, uma sopa muito bacana que culmina com esse processo de morte generalizada de todos os lados, seja dos negros, seja dos policiais, seja dos jovens, seja dos pobres.

Eu tenho dito – para encerrar, Senador – que é preciso discutir isso como um todo, de forma macro, objetiva, e pensando lá na frente. Não adianta discutir segurança pública a partir de “é ciclo completo ou não é ciclo completo”, “quem é vítima e quem não é vítima”. É preciso discutir o modelo desde o início. E aí vou voltar bem na história: quando falo que é preciso discutir desde o início, refiro-me a 1808, quando aportou no Rio de Janeiro esse modelo de segurança pública que está dado hoje.

(Soa a campanha.)

O SR. ELISANDRO LOTIN DE SOUZA – A partir dessa lógica, a partir desse momento, a partir dessa situação concretizada, despolitizada, pensando-se em construir algo, é que a gente pode debater uma segurança pública efetivamente cidadã. Por falar em efetivamente cidadã, nós estamos discutindo polícia comunitária há 20 anos. Há 20 anos se discute no Brasil a lógica de uma polícia comunitária. Eu já vi inúmeros profissionais de segurança pública viajarem o mundo todo – Japão, Inglaterra e outros países – para aprender polícia comunitária e trazer para cá. Isto há 20 anos. E não se consegue avançar em polícia comunitária. E por que não se consegue avançar em polícia comunitária, que pode ser uma saída para esse processo? Por quê? Porque o modelo não permite uma lógica de polícia comunitária. A polícia comunitária significa polícia de proximidade, e a polícia brasileira não é uma polícia de proximidade: é uma polícia centralizada, separada e que protege o Estado. Repito: o modelo brasileiro de segurança pública é o modelo francês. O modelo francês é um modelo estatizado centralizado. Ele não permite uma aproximação. Polícia comunitária nunca deu certo e nunca vai dar. Serviu muito para um discurso nos últimos 20 anos, para um monte de gente escrever livros, fazer teses, mas, na prática, ela nunca funcionou, e nunca vai funcionar, porque o modelo está errado.

Então, toda essa situação que eu citei nos remete também, como profissionais de segurança pública, a um processo de vitimização, tanto quanto a sociedade. Guardadas as devidas proporções, tanto quanto a sociedade, nós, policiais militares, bombeiros militares, policiais civis, que estamos na rua no dia a dia, combatendo a criminalidade, a alta criminalidade e a baixa criminalidade, somos vítimas dessa insegurança pública generalizada que vivemos no Brasil hoje. E é preciso discutir isso de forma séria, objetiva, e pensando para a frente. Eu já participo de eventos como este e de debates como este há bastante tempo, mas, infelizmente a percepção que eu tenho é de que vou continuar participando de debates como este mais alguns anos. Discutimos, discutimos, discutimos, mas, lamentavelmente, pouco avançamos nesse processo.

Agradeço, Senador, e me coloco à disposição para fazer um debate franco, aberto, objetivo, pensando numa segurança pública cidadã efetivamente.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Obrigado.

Ouvimos mais um dos nossos convidados, o Cabo Elisandro, que representa a Associação Nacional dos Praças – Anaspra.

Quero registrar a presença da nossa Presidenta desta CPI, Senadora Lídice da Mata, da nossa querida Bahia.

A Lídice tem uma história exemplar. Ela veio agora do aeroporto direto para cá, porque o tráfego aéreo estava intenso. É uma correria enorme.

Eu convido a nossa Senadora Lídice da Mata para assumir a presidência.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. Fora do microfone.) – Sr. Presidente, peço a V. Exª que continue presidindo. Eu acompanho a reunião daqui. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Há poucas mulheres aqui e três homens. Eu queria que V. Exª viesse compor este quadro aqui. (Risos.)

Agora, nós vamos ouvir o André.

Então, para as pessoas que estão nos vendo pela televisão, nós estamos aqui na CPI que apura o assassinato de jovens. Hoje, tratamos, predominantemente, sobre as vítimas policiais. Estamos ouvindo aqui os nossos convidados, a Drª Tatiane Almeida, representante da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, o Cabo Elisandro, que representa principalmente os policiais militares, e o Dr. André Praxedes, representante da Associação Nacional dos Defensores Públicos, ao qual eu passo a palavra.

O SR. ANDRÉ PRAXEDES – Boa noite.

Inicialmente, eu vou pedir licença ao Senador Telmário para fazer os cumprimentos à Senadora Lídice da Mata, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu queria cumprimentá-la e agradecer pelo convite para que a Associação Nacional dos Defensores se fizesse presente nesta audiência pública. Eu queria dizer, em nome do Presidente da Anadep, Dr. Joaquim Neto, da honra da Anadep por fazer parte desta audiência pública.

Cumprimento o Senador Telmário, ilustre Presidente da Mesa, cumprimento a ilustre Delegada Federal Drª Tatiane, que está ao meu lado esquerdo, e, aqui, perto de mim, da Associação Nacional de Praças, o Cabo Elisandro, que fez considerações muito importantes para todos nós.

Inicialmente, quero dizer que considero fundamental falar um pouco da Defensoria Pública, até porque meu ilustre antecessor fez uma confusão ao nos tratar como Ministério Público.

A Defensoria Pública é uma instituição muito nova no Brasil. Foi criada com a Constituição Federal de 1988, que, diga-se de passagem, Senador, Senadora, completa hoje 27 anos de existência.

A Defensoria Pública no Brasil surgiu com a Constituição Federal, com a Constituição da República, em 1988, onde ela está prevista no art. 134.

A Defensoria, dentro da sua proposta, como instituição, se apresenta como instrumento do regime democrático, incumbindo a essa instituição a promoção dos direitos humanos.

Enfim, é uma instituição muito nova, que ainda está traçando, buscando o seu caminho no País, querendo mostrar ao País – inclusive, eu queria deixar muito claro, registrando aqui perante todos – as dificuldades que a Defensoria brasileira passa atualmente neste quadro histórico.

Eu até abro um parêntese aqui, Senador, para dizer que a Defensoria Pública do Distrito Federal, à qual eu, honrosamente, pertencço, passa por grandes dificuldades. Nós estamos com dificuldades orçamentárias, buscando a nomeação de novos defensores, buscando a nomeação de carreiras de apoio. É uma luta.

Quem sabe até seja uma ideia que se crie aqui uma CPI para discutir os direitos humanos violados da Defensoria Pública no Brasil. Não só aqui, na Capital Federal, mas em todo o Brasil, do Amazonas até o Rio Grande do Sul.

Muito bem. Eu queria deixar claro – é importante – que, devido a esse compromisso, a essa vocação constitucional na defesa dos direitos humanos, eu sempre gostei muito de uma definição da defensoria que eu ouvi: a defensoria é o Estado se protegendo de si próprio. Essa ideia sobre defensoria pública me parece muito interessante. Nós, defensores públicos, integramos uma instituição que é o Estado se protegendo de si próprio. A Defensoria Pública é o Estado se protegendo do Estado polícia, por exemplo.

Eu quero dizer aqui que eu fiquei muito bem impressionado com o que foi falado aqui pelos meus antecessores, pela Drª Tatiane, por sua colocação, e pelo Cabo Elisandro. Eu entendi que foram palavras que vieram, de certa forma, ao encontro das aspirações da Defensoria Pública brasileira. Fiquei muito bem impressionado.

Antes de falarmos do tema central, Senador, que seria a questão da vitimização dos policiais, eu quero sempre deixar claro que nós vivemos um quadro de violência, uma violência que é epidêmica no Brasil. Isto é um fato inconteste. Nesse sentido, eu peço aqui certa licença para trazer alguns dados muito simples sobre esse quadro de violência crônica no Brasil.

Esses dados que vou citar para todos aqui presentes eu colhi num relatório feito por um estudo do Prof. Julio Jacobo, que pertence ao Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos.

Apenas para fazer uma síntese aqui, entre 1980 e 2010, morreram, no Brasil, quase 800 mil cidadãos vítimas de arma de fogo, Senador. Oitocentas mil pessoas. Dessas 800 mil pessoas, 450.255 eram jovens que tinham entre 15 e 29 anos. Completando: desse quadro, dessa mortandade de jovens, duas de cada três vítimas eram jovens. Uma de cada três mortes de jovens se deve a disparo de arma de fogo.

Para nossa perplexidade, o Brasil é, hoje, o país que aparece como líder em homicídios cometidos por arma de fogo. Nós, aqui, matamos muito mais do que a China, que tem sete vezes a população do Brasil, e matamos muito mais do que a Índia, o segundo país mais populoso do mundo. Como entender isto, Cabo Elisandro, num país que, aparentemente, não tem – o Brasil não tem... Agora, nós temos alguns problemas nessa área, mas o Brasil não tem conflitos religiosos, o Brasil não tem conflitos étnicos, o Brasil não tem conflitos por disputas de fronteiras. Como entender, por exemplo, que aqui se mate... O número de mortes que ocorrem no nosso País lembra a guerra civil, como diz aqui o Cabo Elisandro, lembra as guerras no Oriente Médio, as intifadas no Oriente Médio, a Guerra do Golfo. Evidentemente, é preciso aqui um esforço de todos para que nós possamos fazer esta pergunta: onde nós vamos ter que atuar para que possamos enfrentar esse problema?

É importante deixar bem clara a nossa preocupação.

Parece-me, Senador Telmário, que já foi colocado pelos meus antecessores que essa violência epidêmica, crônica, no Brasil, é cometida, em parte, pelo Estado brasileiro. Eu diria que em grande parte. Notadamente, a violência cometida pelo Estado brasileiro, através de seus agentes, contra cidadãos deste País atinge, fundamentalmente, pessoas pertencentes às classes sociais baixas. Eu acredito que aqui não há nenhuma controvérsia em relação a essa questão. Não há! E essas pessoas que sofrem a violência do Estado brasileiro são pessoas com perfil de atendimento da Defensoria Pública, pessoas que têm o perfil de atendimento da Defensoria.

Então, que fique clara a nossa preocupação em relação a isso, que fique muito claro, porque a Defensoria, muito preocupada com a sua vocação institucional na promoção dos direitos humanos, persegue ad nauseam

os seus objetivos, Senadora. A Defensoria Pública brasileira só se justificará perante o País se ela perseguir os seus objetivos constitucionais. Cada defensor público, seja aquele que está lá no Amazonas, seja aquele que está no Rio Grande do Sul, sabe que é objetivo da instituição a promoção dos direitos humanos. Agora, é evidente que nós não desconhecemos que, dentro desse processo de violência que ocorre no Brasil, também os agentes de segurança pública são vítimas desse processo de violência.

Se eles são atingidos, se sofrem a violência que ocorre no Brasil, eu afirmo aqui que a Defensoria Pública, nesse particular, está ao lado dos agentes de segurança. Seria interessante desmistificar a ideia de que a Defensoria Pública, por exercer, no processo penal, a defesa criminal, a defesa do acusado que não constitui o seu advogado, seria muito interessante desmistificar a ideia de que a Defensoria aqui está apostando no quanto pior, melhor, porque isso é mito. A Defensoria é um órgão do Estado. Se este País aqui ruir, não há salvação de ninguém: não se salva o Judiciário, não se salva o Ministério Público, não se salva a Defensoria Pública, não se salva a OAB, não se salva ninguém. Então, nós não temos interesse em apostar no quanto pior, melhor.

E aí é importante que, talvez, para aqueles que não conheçam bem o papel da Defensoria, nós não aqui... Inclusive, ao final aqui da nossa exposição, vamos até fazer algumas propostas aqui com relação a isso. Nós não apostamos numa situação de depauperação da política de segurança pública no Brasil. Queremos que o País... Queremos aqui garantir os direitos humanos de pessoas eventualmente imputáveis. A Defensoria Pública, olhando o interesse daquelas pessoas que sofrem uma imputação criminal e que não constituem seu advogado, pessoas que, regra geral, são fragilizadas materialmente, entra no processo e faz a sua defesa no processo. Mas não é uma defesa a todo custo. Temos limites aqui no exercício da nossa função.

Muito bem. Dentro dessa perspectiva também, falando um pouco, então, da vitimização dos policiais, que nós reconhecemos, quando soubemos do convite para participar desta audiência pública, a primeira coisa que me veio à cabeça quando o nosso Presidente Joaquim Neto fez o convite para que eu representasse aqui, com muita honra, a nossa associação nacional, a primeira coisa que me veio à cabeça foi isto: vamos falar de vitimização policial, mas essa audiência pública deve ser vista dentro de algo maior, que é a CPI sobre assassinato de jovens no Brasil, e a Defensoria acompanha todo o quadro institucional político do País e sabe quem realmente está morrendo no Brasil.

Mas, ainda assim, é muito interessante para nós que também estejamos aqui neste momento em que se está discutindo a vitimização do policial, porque reconhecemos que os policiais sofrem no exercício de suas funções públicas.

Eu também queria levar ao conhecimento de todos – isto aqui foi bem recente – uma pesquisa realizada entre 18 de junho e 8 de julho de 2015 pelo Senasp – Secretaria Nacional de Segurança Pública, um órgão do Ministério da Justiça. Foram enviados formulários eletrônicos aos profissionais de segurança pública que estavam, evidentemente, cadastrados nesse sistema. Fundamentalmente, atingiu mais os policiais militares, depois os policiais civis, o pessoal da Polícia Rodoviária Federal, o pessoal da Polícia Federal...

(Soa a campanha.)

O SR. ANDRÉ PRAXEDES – ... e, finalmente, o Corpo de Bombeiros.

Já estão aí me dando o primeiro toque.

Podemos prosseguir, Senadora?

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. Fora do microfone.) – Pode.

O SR. ANDRÉ PRAXEDES – Muito bem.

Apenas para reforçar aqui o que foi dito, Cabo Elisandro, o que foi detectado nessa entrevista? Ameaças em serviço e fora de serviço. Os agentes de segurança, notadamente os policiais militares, são vítimas de assédio moral e humilhação no ambiente do trabalho. Essa foi uma resposta dos entrevistados. Policiais disseram que foram acusados injustamente da prática de ato ilícito. Houve o diagnóstico de algum tipo de distúrbio psicológico. Isto é importante: do efetivo, hoje, no Brasil, de mais de 700 mil policiais, 109 mil policiais já foram diagnosticados com distúrbios psicológicos. Muitos já passaram dificuldades para sustentar a sua família. Nós sabemos que há informações de que, no Rio de Janeiro, policial militar, por exemplo, mora em favelas, no Complexo do Alemão e em outras, e foram discriminados por serem profissionais de segurança pública. Apurou-se que 44% dos entrevistados escondem a farda ou distintivo no trajeto entre a casa e o trabalho, que 68% dos entrevistados disseram ter medo de serem vítimas de homicídio, que 59,6% também dos entrevistados têm receio alto ou muito alto de adquirirem algum tipo de distúrbio psicológico, que falta apoio da sociedade, que falta apoio do Estado, do comando e que – isto é algo que nos interessa em particular – 51% das pessoas que foram entrevistadas, policiais, repito, militares, civis, bombeiros, disseram ter receio alto pela falta de diretrizes claras sobre como conduzir ações estratégicas, como, por exemplo, abordagens, prisão por droga, uso da

força. Isto também está, hoje, dentro dessas preocupações que afligem a valorosa classe dos agentes de segurança pública.

Então, para nós, está claro, evidentemente, que os agentes de segurança pública – e aí, notadamente, faço menção aos policiais – são vítimas e, até dentro de uma abordagem vitimológica, da vitimologia, até representariam e se enquadrariam em todas as classificações das vítimas dentro do estudo da criminologia, da vitimologia, que é aquela vítima completamente inocente, aquela vítima que é menos culpada do que o seu agressor, aquela vítima que é tão culpada quanto o seu agressor e até aquela vítima que é unicamente culpada.

Eu estou chegando ao fim da nossa exposição e queria já colocar alguns pontos e até me apresentar perante todos aqui, perante a Senadora Lídice da Mata.

Eu, aqui, na Defensoria Pública do Distrito Federal, eu sou profissional do Júri. A Delegada Dr^a Tatiane trouxe alguns dados aqui a respeito do Tribunal do Júri. Eu tenho 12 anos de dedicação ao serviço do Tribunal do Júri e, recentemente, participei de um julgamento que eu considero histórico para nós da carreira, porque foi o julgamento mais longo de que participamos aqui, em Brasília, desde que assumi a Defensoria Pública, em 2003. Foi o julgamento de policiais, à época, policiais, por aquilo que se convencionou chamar de chacina da Estrutural.

A Estrutural é uma comunidade do DF muito carente, de muita pobreza e de muita exclusão social. À época do fato, em 1998, ela não era nem uma Região Administrativa, como é hoje, mas uma invasão.

Foi deflagrada uma operação pelo Governo do Distrito Federal. O Governador era o agora Senador Cristovam Buarque. Da Operação Tornado, realizada pela polícia, resultou, a princípio, a partir daí, a morte de três pessoas e o ferimento de tantas outras. Logo, a partir daí, abriu-se uma investigação, um inquérito, e, portanto, vários integrantes da Polícia Militar do Distrito Federal foram denunciados pela prática de homicídios e lesões corporais. Foram denunciados, Senadora, desde a cúspide, coronéis, majores, capitães, até os praças, ouviu, Cabo Elisandro?

E, como a Defensoria, que, a princípio, à primeira vista, prima facie, a Defensoria sempre está mais, vamos dizer assim, do outro lado nessa questão penal em relação à Polícia Militar... Um dos acusados, durante o processo, acabou ficando sem o seu advogado e foi à Defensoria do Plano Piloto, onde nós atuamos, oficialmos, no prédio do TJDF. Nós assumimos a defesa desse policial, hoje não mais policial, e fomos com ele até o julgamento, que aconteceu agora, que foi realizado agora, no mês de agosto, que foi muito noticiado na mídia do Distrito Federal.

O que eu gostaria de falar para todos é que, particularmente, foi um momento muito interessante para minha vida profissional, porque eu sempre identifiquei essas dificuldades na Polícia. Eu estou falando notadamente da Polícia Militar. E falo notadamente do praça, daquele que está fazendo a segurança preventiva. Eu me senti muito bem. Mesmo sabendo que do outro lado estão pessoas muito humildes, pessoas muito pobres e que houve, realmente, mortes naquele local, eu me senti bem fazendo a defesa do policial, porque eu sei das dificuldades do policial.

À época, a Rede Globo acompanhou essa operação, a Operação Tornado, e gravou imagens da Estrutural em 1998. Se os senhores imaginassem as cenas da Estrutural em 1998, a Polícia fazendo uma operação, às tantas horas da noite... Quer dizer, a Estrutural, à época, era um reduto de muita violência, muito mais. Essas gangues de jovens que a gente vê na Estrutural, no Distrito Federal, no Distrito Federal, já são fruto de um outro momento da criminalidade que havia naquela época e que não foi cuidada. É um absurdo submeter os policiais militares àquelas condições de trabalho! É um absurdo! Eu fiquei estarecido ao ver como o Estado brasileiro tratava os policiais àquela época.

Até houve um gesto simbólico. Quando assumi a defesa, o juiz, já na sexta-feira à noite, já na hora em que todos estavam no limite do cansaço, o juiz deu a palavra à Defensoria Pública e eu fiz uma saudação aos policiais militares, hoje muitos já na reserva, batendo continência, Cabo Elisandro, a todos os policiais. Todos os policiais, sem exceção, nada combinado, se levantaram e bateram continência para a Defensoria.

Eu senti ali que é possível haver uma identidade entre essas carreiras, entre essas funções públicas do Estado que hoje não se comunicam, absolutamente nada. A Defensoria não se comunica com a Polícia Civil, a Defensoria não se comunica com a Polícia Militar.

Muito bem. Acho que podemos contribuir muito para, pelo menos, atenuar esses danos que sofrem os agentes de segurança pública. Claro que deve ser pensado e repensado como poderia haver uma colaboração da Defensoria, que, repito, não busca aqui contribuir para os quadros deprimentes de impunidade no Brasil. Realmente, a taxa de elucidação, de apuração de crime de homicídio no Brasil é muito baixa, vergonhosamente baixa, mas é importante que façamos aqui a pontuação. Sabemos aqui dos problemas da investigação, do processo, que as provas são precariamente colhidas e que vivemos sob a égide de um estado de leis, que temos garantias penais, processuais que devem ser observadas, e a Defensoria tem a função de fazer prevale-

cer isto, mas achamos, dentro dessas preocupações, – e aí já estou chegando para o meu fecho, Senadora –, que a Defensoria poderia contribuir muito, Cabo Elisandro, para essas dificuldades dos policiais. Por exemplo, na questão das abordagens, a Defensoria Pública brasileira, em todos os Estados do Brasil, poderia, eventualmente, fazer convênios, com a Polícia Militar, com a Polícia Civil, e a DPU, a Defensoria da União, também com a Polícia Federal, para que houvesse aulas, esclarecimentos, encontros para falar sobre prisões em flagrantes, falar sobre todo o procedimento do inquérito policial. A Defensoria poderia prestar uma grande contribuição para que possamos ter aqui uma investigação, uma postura dos nossos agentes de segurança pública, que é aquela postura que todos nós desejamos. Ninguém quer aqui uma polícia violenta, ninguém quer aqui uma polícia arbitrária.

Eu, no exercício da nossa profissão, espero, quero, buscamos aqui ter aqui uma polícia cidadã, uma polícia que respeite os direitos humanos de todos os cidadãos deste País, não somente da classe média ou somente das elites, não, mas de todos os cidadãos, sem qualquer distinção.

Finalizando, falando sobre os desafios da nossa democracia, Cabo, o senhor colocou aqui os problemas, os tantos problemas a serem enfrentados. Não é fácil! Não é fácil! Temos muitos problemas, precisamos repensar a segurança pública, precisamos repensar o processo penal, precisamos repensar a magistratura, o Ministério Público, a Defensoria precisa saber exatamente qual é o seu papel, aonde nós queremos chegar.

Muito bem, meus amigos, são estas as reflexões.

Eu quero dizer aqui que tive uma grande satisfação de falar para todos e que estou à disposição para eventuais esclarecimentos e algum debate.

Muito obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Obrigada.

Quero agradecer a todos os três convidados que aqui se pronunciaram trazendo informações e opiniões que serão fundamentais para o nosso trabalho.

O nosso Senador Telmário preferiu trocar comigo. Ele preferiu que eu ficasse na Presidência para ele fazer alguma intervenção, fazer algumas perguntas.

Quero, no entanto, antes de passar a palavra a ele, passar a ler algumas das questões que estão aqui, para que os nossos convidados possam anotar e, eventualmente, responder. São muitas, mas nós vamos ler apenas algumas.

Também quero registrar a presença do meu conterrâneo Enderson Araújo, um jovem com muito trabalho na periferia de Salvador, organizador do Mídia Periférica, uma organização, uma estrutura de comunicação e de articulação da juventude comunitária na nossa cidade.

Depois que o nosso Senador falar, vamos ver se nós quebramos um pouco o protocolo e permitimos que o Enderson também se pronuncie, porque ele tem, certamente, muito a contribuir para a nossa conversa.

Eu vou ler aqui algumas perguntas.

Ricardo Ricciulli Saisse diz: “A redução da maioria penal, por si só, não é a solução. É preciso punir esses jovens, mas não apenas prendê-los. Deveria ter um trabalho ressocializador para reintegrá-los na sociedade.”

O Sr. Luciano Monsore diz: “Por que, quando um PM é assassinado, ninguém se manifesta exigindo justiça, e, quando um bandido morre, queimam ônibus, fecham comércios e avenidas e a imprensa dá ênfase?”

Anderson Fiúza de Andrade, da Bahia pergunta: “Qual a opinião dos palestrantes quanto a um sistema de rede protetiva para policiais ameaçados? Conhecem algum sistema dessa natureza em operação no País? Que modelo sugeririam?” Pergunta muito importante.

Além disso, o Sr. Ítalo de Couto Ferreira pergunta duas vezes, de formas diferentes, em síntese, por que o Estado não adota uma política de retaliação quando um policial morre ou é atacado.

Eu faço questão de fazer essas perguntas porque elas demonstram também a opinião daqueles que nos acompanham, mesmo que não, necessariamente, coincidam com a opinião dos senhores convidados.

Na continuidade, lerei mais algumas contribuições.

Passo a palavra ao nosso Senador Telmário, para as suas observações.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senadora Lídice, nossa Presidenta, convidado Dr. André, Cabo Elisandro; Drª Tatiane, eu fiquei atento à fala de cada um e ouvi bem o que a Drª Tatiane falou, o que o Cabo Alessandro falou e o que o Dr. André Praxedes colocou.

Eu fui anotando algumas coisas. Por exemplo, a Drª Tatiane diz que, em determinado momento, há aquela máxima de que bandido bom é bandido morto, uma máxima adotada pela polícia, adotada por uma mídia sensacionalista e sustentada pela própria sociedade. Por quê? Porque a mídia é a água mole na pedra dura: tanto bate até que fura. E a água fura a pedra não pela força, mas pela insistência.

Ora, quem forma a nossa cabeça? Quando você vai para uma sala de aula, o professor forma a sua cultura, ele o prepara, abre a sua mente. A mídia é uma fonte diária de pesquisa, seja ela na televisão, seja no rádio, seja no periódico, onde quer que seja.

Diariamente, o que mais vende? Se colocarem lá que, hoje, uma mãe foi a uma penitenciária visitar alguém, isso não vende. Mas, se colocarem: “Hoje, os bandidos invadiram a casa lotérica”, isso vende. E essa é a manchete dos jornais. Essa chama.

Por que o Big Brother tem uma alta audiência? Porque a pessoa pode ver o que não é para ser visto, aparentemente. Ora, logo vai-se em cima daquilo que é sensacionalista, daquilo que parece que foge, que está à margem da sociedade.

Então, o que mais vende no jornal?

Podemos ver que o jornal é padrão. Se lermos todos os jornais... Nós temos uma mídia aqui no Senado, e podemos ver que os jornais se padronizam. Onde está a diferença? Na coluna política, na coluna social e um pouco na coluna policial. Mas, no resto, estão padronizados. E é isso que vende jornal. E é isso que forma a cabeça da nossa sociedade.

Por isso aqui, numa hora, o Cabo Elisandro disse assim: “Nós vivemos numa sociedade machista, conservadora e ditatorial”. E ditatorial.

Por exemplo, nós vimos aqui que o policial é produto da sociedade. E é. E é, porque o homem é produto do meio, com suas raríssimas exceções. O homem é produto do meio. Ora, se nós temos uma sociedade que tem essa característica, nós vamos colocar policiais com essa característica. Onde o policial poderia mudar? Isso, dentro da fala que ouvimos aqui dentro. Na sua formação. Mas nós temos uma formação, principalmente do policial militar – pois é esse que está na frente –, militarizada. Aí, bem disse o Cabo Elisandro: “Vamos cobrar direitos humanos de quem não recebe direitos humanos?” Como cobrar direitos humanos de um policial que não tem direitos humanos?

O cara, para ir para a casa dele, tira a farda, esconde, entra num ônibus e fica quieto. Ou então ele é raçudo: coloca uma arma, espera o primeiro assalto e vai trocar bala com o bandido; sem o colete, porque, se tiver o colete, já está caracterizado que ele é policial.

Olha lá o risco de vida dele. Ele não tem direitos humanos. Ele não tem direito a greve. Nós estamos aqui para aprovar uma anistia. Eu estou fazendo coro para se aprovar a anistia desse soldado. E aqui há forças políticas impedindo. É preciso submeter ao Congresso a anistia de militares que gritaram pela sua dor, pela sua necessidade, pela sua equiparação salarial.

Aqui disse uma hora também, muito bem, o Cabo Elisandro: “A polícia não foi feita para proteger a sociedade, mas o sistema dominante: o poder econômico, o poder político, o poder dos ricos sobre os pobres”. Aos pobres cabe a suspeita. Olha, eu digo isso, e sou filho de uma empregada doméstica. Digo com propriedade isso. Pode acreditar. Então, eu sei que ao pobre só vale a suspeita.

Há pouco tempo, comprei um carro, mas eu andava numa moto. E eu parava num posto policial federal, polícia PM... A minha moto era parada todos os dias. E toda hora havia policial lá. E os carrões passavam. E eu sempre questionava: por que só eu? Por que só a minha moto? Por que eu, de moto?

Quando eu morei na Bahia, embora fosse auditor de banco... Eu trabalhava no banco e votei na Lídice. Eu gostaria de votar sempre, porque ela merece isso. Eu ia da Cidade Baixa até a universidade, que era a Católica, de moto, porque era mais rápido, por causa do trânsito. E me paravam na barreira. Eu ficava irritado. Quando eu ia no meu carro, não paravam. Mas a moto paravam, porque a moto caracteriza o mais pobre, o mais vulnerável. É impressionante como funciona o sistema, em todos os níveis, em todos os níveis.

Então, o debate se fundamenta, hoje, na questão da vitimização do policial. Nós temos aqui, e já ouvimos, todos. Inclusive, eu quero aqui repetir uma fala da Drª Natália, que esteve na nossa última audiência pública. Ela fala muito, aqui, do auto de resistência, que seria como uma janela, uma porta aberta para a quebra dos direitos humanos, do Código Penal... Ela usa isso nesse sentido. Estou colocando isso, porque nós fomos formando ideia, fomos formando juízo.

Também em uma fala... Todo mundo aqui falou e colocou coisas importantes, mas o dia a dia ali – vamos fazer como na minha terra –, a labuta está com a PM, porque a PM não investiga; quem investiga é a Polícia Civil, que é um quadro menor. E nós temos recebido aqui, minha Presidenta, Senadora Lídice, sugestões no sentido de que muitos policiais... Seria investir um pouco ao contrário: se a gente colocasse mais investigação, talvez a gente chegasse a mais resultados, porque os índices de criminalidades do que se apura no Brasil são baixíssimos.

Muito bem, eu vou já entrar na pergunta. Eu estou só fazendo uma retrospectiva, porque é importante, Senadora Lídice, para a gente chegar mais ou menos às perguntas.

No final, o Cabo Elisandro disse o seguinte: “Na verdade, a gente vive em uma guerra, uma guerra permanente, uma guerra civil entre policiais e população mais carente; o descamisado combatendo o sem camisa” – se não me engano, foi essa a frase que ele colocou aí.

Então, vai a pergunta agora, e eu a formulo aos três: seria importante desmilitarizar a PM e unificar as polícias? Um ponto. Em uma só, coloquei duas questões aí, não é?

Os grupos de extermínios e as milícias não surgem por uma falta de... Por exemplo, quem faz os grupos de extermínio? Normalmente, são empresários que patrocinam grupos de policiais, militares ou ex-militares, ou polícia civil. Nisso, não estaria agregada uma falta de presença efetiva do Estado? E a Justiça não contribui muito com isso? A Justiça não contribui muito com isso? O resultado não contribui muito com isso?

Porque, prende-se o ladrão em um dia; ele é preso a segunda vez, e a terceira. Aí, além de o policial cansar de prender aquele camarada, imagina o cara que é assaltado... Eu digo isso porque agora, recentemente, mataram um rapaz lá estupidamente na minha cidade, em Roraima, um cara que vendia até armamento, trabalhando. Quer dizer, o bandido assalta a primeira vez, assalta a segunda, assalta a terceira...

É a mesma coisa, Senadora Lídice, eu estou aqui sentado, aí V. Ex^a passa aqui perto de mim, eu belisco V. Ex^a – e vai embora. Passa de novo, e eu belisco de novo; na terceira vez, já vai passar olhando de lado para mim; na quarta, se eu beliscar, vai me beliscar de volta. É uma defesa natural da vida.

Então, parece-me o quê? Como o Estado fica ausente, como as punições às vezes não acontecem, como a Justiça é lenta – e como ela é lenta, quando quer ser lenta; quando não quer ser, ela tem uma celeridade até impressionante –, então, talvez essa falta de punição verdadeiramente dos fatos contribua para criar isso.

É isso o que quero colocar. Na opinião de vocês, o que causa mais a milícia e o que causa mais os grupos de extermínio? E o grupo de extermínio, aparentemente, começa por uma boa causa: defender o patrimônio ou uma sociedade de um número de bandidos. Aí aquilo ali cai para o crime comum, como a gente viu na própria exposição da Dr^a Tatiane, que mostrou aqui um vídeo em que a Polícia Federal evitou um acontecimento quando um capitão dava uma ordem para um subordinado invadir uma casa e exterminar quem estivesse lá – homem, mulher, criança. Não podia haver testemunha.

Então, são essas as colocações. Queria fazer essas perguntas de forma generalizada.

E o que fazer para que a nossa Polícia tenha mais credibilidade, seja mais aceita e seja também mais protegida e integrada à própria sociedade, para evitar essa onda de crimes também contra os nossos policiais.

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada, Senador Telmário.

Passo a palavra a Enderson, para que faça uma pequena consideração, rápida.

Aí, retornarei à Mesa e farei também algumas perguntas.

O SR. ENDERSON ARAÚJO – Boa noite a todos. Queria saudar a Mesa.

Fiquei muito contemplado, muito contente em ver a CPI dando essa guinada. Eu estava numa Mesa do Senado, numa audiência do Senado, quando a Presidenta, Senadora Lídice da Mata, propôs esta CPI. E eu tenho algumas contribuições quanto às falas que foram feitas.

Sobre o fim do auto de resistência, de que a Dr^a Tatiane falou, existem duas coisas que muitas vezes ficam confusas: o fim da PL 4.471 e o fim dos autos de resistência.

A posição da sociedade civil, da militância dos grupos organizados é pelo fim do auto de resistência e pela aprovação no Congresso da PL nº 4.471/2012, que trata dos autos de resistência, visando a investigar esses casos que dão entrada nas delegacias, nos módulos policiais mais a fundo.

Nós não queremos o fim da PL. Queremos que ela seja aprovada e que esses autos de resistência sejam mais investigados. Os termos “auto de resistência” e “resistência seguida de morte” devem ser trocados por lesão corporal decorrente de intervenção policial e morte decorrente de intervenção policial, porque são altíssimas as taxas de mortalidade que acometem a juventude negra. É bom sempre frisar isso.

O Cabo Elisandro falou mais cedo que a juventude não tem perspectiva. Mas a juventude que não tem perspectiva neste Brasil é a juventude negra, porque a juventude de classe média alta, a juventude branca tem perspectiva; ela entra no shopping e não é seguida pelos seguranças do shopping.

Essa mortalidade acomete a juventude negra, ceifando sonhos, perspectivas de vida e marca negativamente toda a vida da sociedade brasileira. Esse não é um fato novo; vem de um processo histórico, o escravismo e o colonialismo, que combinam racismo e o preconceito geracional com exclusão social.

A polícia é o modelo do capitão do mato, se quisermos falar em processo histórico. A mídia forma a sociedade de todas as classes: A, B, C e D. E há um vínculo institucional entre a polícia e a mídia. Nós percebemos isso quando o repórter dos programas sensacionalistas adentram as delegacias para entrevistar as pessoas sob custódia. Se está sob custódia e não foi julgado por um juiz, não há por que um repórter entrar, como houve casos na Bahia de o repórter entrar e fazer o julgamento em público daquele indivíduo que está sob custódia.

Enfim, era somente isso. E uma pergunta que eu queria fazer ao Cabo, que muito me contemplou e muito me deixou contente, ao ver que existem, sim, policiais bons e policiais que têm um diálogo, vamos dizer assim, não institucional. Entendemos que a polícia tem um modelo muito conservador e que não tem essa abertura de diálogo.

Então, uma pergunta: o senhor não é perseguido por ter essa forma de dialogar, que é uma forma bem aberta?

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Voltando à Mesa, eu também queria fazer algumas perguntas.

Eu pude acompanhar pela Rádio Senado uma parte da fala do Cabo Elisandro quando vinha para cá, e verifiquei também que muitos dos dados que nos foram apresentados pela doutora que representou o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, na semana passada, na nossa audiência, já foram também comentados por vocês. São dados que demonstram tanto uma perspectiva de temor por parte da população brasileira, que teme que algo aconteça com ela, que algum tipo de violência lhe aconteça, e há índices bastante altos que demonstram que as mulheres se sentem mais vulneráveis: 95% das mulheres se sentem mais fragilizadas diante da violência que se abate sobre a sociedade em geral.

E também a pesquisa demonstra que uma parte significativa dessa população tem medo do policial, vê no policial uma possibilidade também de violência contra ela. E parte da pesquisa também divulgada, feita com os policiais, dá a visão do policial sobre essa situação de tensionamento social.

Alguns dados já foram aqui colocados: cerca de 75% dos profissionais de segurança pública em serviço já foram alvo de ameaça. Entre os policiais militares, 73% tiveram algum colega próximo vítima de homicídio em serviço. Se considerarmos policiais militares fora de serviço, esse número sobe para 77%.

Uma atitude gravíssima relatada nesta Comissão por diversas vezes está relacionada a práticas internas draconianas da Polícia. A pesquisa do fórum revela que 63% dos profissionais de segurança pública já foram vítimas de assédio moral ou humilhação no ambiente de trabalho. Mais da metade dos policiais já passaram por dificuldades para garantir o sustento de sua família, já foram discriminados.

Bom, esses dados são relativamente conhecidos pelos profissionais de segurança aqui presentes e por parte da sociedade, que teve acesso a essa pesquisa. Minha pergunta vai no sentido de que, tomando conhecimento desses dados amplamente divulgados, quais foram as atitudes tomadas pelas direções das polícias militar e civil para alterar essa realidade dentro da Polícia Militar ou da Polícia Civil? Vocês podem, os dois, comentar esse posicionamento?

Também uma outra pergunta que vem em outra direção: dentre os motivos de insegurança no trabalho, cerca de 65% atribuem as causas de insegurança à impunidade; 60%, à falta de apoio da sociedade; 55%, à falta de apoio do comando; e 55%, à falta de equipamento de proteção. Vocês possuem programas concretos em funcionamento para modificar essa realidade?

E, na direção inversa: por que somente 22% temem ser investigados pela Ouvidoria, e somente 25% temem ser investigados pela Corregedoria? Aproximadamente 45% temem enfrentar sanções judiciais, e 43% temem sanções disciplinares ou administrativas; ou seja, não é pouco, 43%, 42%, mas menos do que a metade da corporação teme ser punida. Que interpretação, o senhor, especialmente, Cabo Elisandro, tem dessa pesquisa?

Vou passar para vocês responderem.

Pode começar quem quiser.

Concedo um tempo de em torno de cinco minutos para responderem tudo, mas com bastante tolerância.

O SR. ELISANDRO LOTIN DE SOUZA – Obrigado, Senadora.

Cumprimentá-la, pois não havia cumprimentado a senhora anteriormente.

Algumas questões que foram colocadas... Primeiro, desculpe-me, pois eu esqueci o nome do...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Enderson Araújo.

O SR. ELISANDRO LOTIN DE SOUZA – Eu concordo com várias questões que você colocou e peço desculpas se não me fez entender bem.

Obviamente, a população negra jovem – e fiz questão de frisar isso – está dentro desse contexto. Ela é muito mais marginalizada em qualquer Estado da Federação. E creio que, na Bahia, por haver, eminentemente, proporcionalmente, mais jovens negros, isso aconteça com muito mais frequência.

A questão da divisão social no Brasil também está no contexto da vitimização dos jovens negros, em número maior, ou mais, mas no caso de brancos também. Aqui se divide a questão de classe, e, dentro da classe, divide-se mais uma vez, que é a questão dos negros. Então, está muito bem colocado. Como você citou com muita propriedade, no Brasil, nós fomos formados, historicamente, com essas divisões, com esse racismo, com o machismo e tudo isso. Então, o que você falou é fato.

A questão de eu sofrer algum tipo de perseguição... Eu sou Presidente da Associação de Praças de Santa Catarina, da Aprasc. A Aprasc hoje representa os 15 mil praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do nosso Estado. Para que a gente pudesse estar aqui hoje falando abertamente... Do ponto de vista regulamentar, eu ainda... Ao fazer o que eu estou fazendo aqui, regulamentarmente falando, com base no regulamento, eu estou cometendo uma infinidade de crimes militares. Porém, a questão da evolução social e do Brasil, etc, etc, nos permitiu criar uma entidade em Santa Catarina... Não fui eu quem a criou, pois eu comecei a participar depois. O ex-Deputado Sargento Soares, do PDT, e outros companheiros lá de Santa Catarina é que a fundaram, e nós nos fizemos valer... E a ideia sempre foi a de ser a voz dos praças. Para isso, a gente sofreu muito no passado, especificamente, com prisões administrativas. A gente agia meio que como subversivos no passado.

Éramos chamados de subversivos, mas, na verdade, o que nós queríamos era só dizer que existia um segmento da segurança pública, que representa 75% da segurança pública, que é o dos praças da Polícia e do Corpo de Bombeiros Militar, que está sendo aviltado em seus direitos todos os dias, e ninguém sabe disso.

A partir disso, surgiu a Aprasc, trazendo essa realidade, e a gente conquistou, a duras penas, com a legitimidade da categoria, tanto em Santa Catarina quanto no Brasil, o direito de poder representá-los e de falar. É claro que, do ponto de vista regulamentar, repito, as regras ainda são as mesmas, mas a conjuntura política acabou, de certa forma, nos blindando, digamos assim.

Então, não tenho tido mais esse problema, que já tive muito no passado, mas outros companheiros tiveram mais. Cito o Prisco, na Bahia, por exemplo, e outros companheiros do Brasil.

Sobre a questão da rede protetiva, que acho que um telespectador colocou. Nós lutamos reiteradamente – e aí é um outro problema... Nós temos inúmeros policiais militares ameaçados no Brasil. Tem policial que tem de se mudar vez por outra, porque acaba enfrentando...

Em Santa Catarina, nós tivemos, em 2012 – cito meu Estado, porque vivi isso –, ataques do crime organizado a ônibus. Deu em mídia nacional: queimaram ônibus, etc, etc, e alguns policiais nossos enfrentaram, acabaram enfrentando essa marginalidade organizada, o tal do PGC, Primeiro Grupo da Capital, que é uma espécie de PCC catarinense.

(Soa a campanha.)

O SR. ELISANDRO LOTIN DE SOUZA – E isso acabou criando situações de ameaça. A família teve de se mudar, e o Estado nunca levou isso em consideração. Aliás, nem Santa Catarina, nem em lugar algum do Brasil.

Nós temos um projeto, inclusive – fazemos questão de apresentar esse projeto depois aqui, no Senado –, para estender essa rede de proteção aos policiais ameaçados, não só aos militares, mas também aos civis. Isso existe muito e é fato.

Minas Gerais, se não me falha a memória, tem um projeto assim. Inclusive, o nosso é um pouco baseado no de Minas. Esse projeto prevê que os policiais acabem tendo a proteção do Estado, principalmente nessas situações de mais periculosidade. Agora, é uma necessidade, sim. E eu estou falando de Santa Catarina, mas não quero nem pensar em falar do Rio de Janeiro e de São Paulo, onde, efetivamente, a criminalidade organizada é muito maior e os enfrentamentos são muito maiores. Então, acontece, sim, e bastante. E é preciso corrigir isso também.

Alguém falou – eu não peguei os nomes das pessoas aqui – na questão da formação. Eu vejo a formação do profissional de segurança pública um pouco mais avançada em alguns lugares e retrógrada em outros. A começar pelo tempo.

Por exemplo, em Santa Catarina, nosso policial militar e nosso bombeiro militar têm que ter nível superior, isto desde 2009. Nós defendemos isso para o Brasil todo. Já temos isso lá. Temos uma academia de nove meses, que eu avalio que ainda, apesar da evolução que houve, tem alguns problemas, e já temos discutido isso.

Não se admite mais, por exemplo, Senadora... Nós tivemos recentemente uma turma de formandas da Polícia Militar, alunas que foram submetidas a treinamento físico às 15h, num sol de 40 graus, e algumas tiveram queimaduras na mão, por exemplo. Então, algumas coisas ainda precisam ser mudadas.

Prefiro muito aprender, entender e defender toda a legislação de direitos humanos oriunda da Convenção de Direitos Humanos Internacional e das leis internacionais de direitos humanos a aprender a marchar. Eu prefiro isso, como policial que quero ser e defensor de cidadania e dignidade e como cidadão, que também sou.

Então, acho que algumas coisas poderiam... Não estou dizendo que não é preciso ter, mas, às vezes, privilegia-se muito determinada situação que é meramente desnecessária para a função de segurança pública do policial. O que marchar ou prestar continência – e aí prestar continência é um cumprimento – pode mudar para um policial na rua? Nada. São mais questões internas.

Então, acho que direitos humanos, cidadania, todas essas legislações inerentes à cidadania são, para mim, fundamentais.

Em outros Estados, academia três, quatro meses. Então, já começa por aí.

Existe uma orientação da Senasp (Secretaria Nacional de Segurança Pública), uma matriz curricular na Senasp, que não é obrigatória. Alguns Estados a cumprem, outros não a cumprem, porque vivemos no sistema federativo, e cada Estado tem a sua autonomia. Contudo, deveria, de repente, achar-se uma forma de obrigar que os Estados cumpram aquela matriz curricular da Senasp, que é construída com base na cidadania.

A questão do auto de resistência. Quero comungar da ideia da delegada. Acho que a própria legislação, e já discutimos isso antes. Eu faço parte do Conasp (Conselho Nacional de Segurança Pública), onde tem o pessoal da Bahia no Conasp, e já discutimos isso lá. Do ponto de vista prático, não muda absolutamente nada. É uma questão de nomenclatura, porque a própria legislação já prevê todo um procedimento. O Código de Processo Penal já prevê todo um seguimento com relação ao auto de resistência.

Agora, se os órgãos de segurança pública não fazem a sua parte, não investigam se há problemas com perícia, se não é aberto inquérito, isso já é outra discussão. Então, o auto de resistência por si só, retirá-lo ou mudar sua nomenclatura, do ponto de vista prático, não muda nada. Caso se deixasse o auto de resistência como está agora e, efetivamente, se cobrasse dos outros órgãos responsáveis – desde ouvidoria, até polícia civil, polícia militar e corregedorias – para investigar, até Ministério Público para acompanhar, que é o verdadeiro fiscalizador, etc, etc, não teríamos o problema e o debate sobre o auto de resistência.

Acho que o debate sobre o auto de resistência é muito pequeno e, na prática, para quem vive isso... E eu não teria problema algum em retirar o auto de resistência; não teria. É que eu vejo que estão criando uma discussão em torno de algo que não muda. Não vai fazer a menor diferença tirar o nome ou mudar o nome, porque ele já existe, já está dado. Vai mudar o nome para... O senhor citou um outro termo. Só mudou o nome; a prática vai continuar a mesma.

É preciso cobrar que haja efetivamente investigação, para ver se aquele caso que originou aquele confronto, que originou aquela morte ou aquela lesão corporal, se esse caso é justificado pelos excludentes de ilicitude previstos no Código Penal ou não.

Agora, para isso, há de se ter corregedorias, investigação, Ministério Público etc. Isso tem de acontecer. A lei está lá e, se for cumprida na sua íntegra... É a mesma coisa, se me permite, que o Estatuto da Criança e do Adolescente. Estamos discutindo diminuir para 16 anos, mas não se cumpre nem o que está no Estatuto de hoje. Como vamos discutir? Temos mania de discutir a coisa aqui em cima, quando o problema está aqui embaixo, e o auto de resistência vem nesse mesmo contexto.

A questão de desmilitarizar e unificar. Há pesquisas do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em que 75% dos policiais e bombeiros militares entrevistados solicitam e querem a desmilitarização. E aí há, obviamente, 25% que acham que não.

Existe uma discussão errada na questão de se desmilitarizar. Essa discussão errada se dá no âmbito inclusive dos profissionais e até no Congresso Nacional em outros espaços. Muitos dizem que, ao desmilitarizar a polícia, esta vai virar uma bagunça, porque se quebra a hierarquia e a disciplina.

Ora, na nossa casa nós temos hierarquia e disciplina, e não é militar. A Polícia Federal tem hierarquia e disciplina, talvez até mais rígida que a nossa, e não é militar. Na Polícia Civil, em qualquer lugar, temos hierarquia e disciplina; em qualquer lugar.

Portanto, dizer que desmilitarizar vai acabar com a hierarquia e disciplina é uma falácia. É uma besteira. Uma coisa não tem nada a ver com a outra. Alguns policiais – 25% ou 30% dos policiais militares do Brasil – não defendem a desmilitarização porque acham, a partir de discursos também falaciosos, que, se deixarmos de ser militares, perderemos alguns direitos, o que é mentira! Não é verdade!

Eu cito o exemplo de que, se nós deixarmos de ser militar – nós temos uma aposentadoria diferenciada –, vamos perder essa aposentadoria. Isso não é verdade! Nós temos essa aposentadoria diferenciada por conta da peculiaridade da nossa profissão. Professor não é militar e tem a aposentadoria diferenciada. Mineiro não é militar e se aposenta de forma diferenciada.

A questão do nosso sistema de previdência e aposentadoria diferenciada não é porque somos militares; é porque a nossa profissão exige. Inclusive pesquisa feita por um bombeiro aqui do Distrito Federal chegou à conclusão de que um policial militar e/ou um bombeiro militar vive, em média, 6,2 anos do que a sociedade brasileira. A expectativa de vida nossa é menor. Por que ela é menor? Nós arcamos com uma carga de responsabilidade negativa que nenhuma outra profissão tem. Permitam-me os meus companheiros da Polícia Civil e da Polícia Federal: para o policial militar, o desgaste, do ponto de vista psicológico, é muito maior.

Enfrentamos um segmento da sociedade que todos da sociedade jogam para debaixo do tapete. Quem vai prender o pai ou o padastro que estuprou a menininha de um ano é um soldado da PM. Imaginar que ele não é afetado psicologicamente por uma situação como essa é utopia.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Claro!

O SR. ELISANDRO LOTIN DE SOUZA – Por isso, por conta da peculiaridade da nossa profissão, nós temos uma aposentadoria diferenciada. Nós fazemos uma escala 24 por 48, por exemplo; são 240 horas no mês, que é o mesmo, em outras palavras, que trabalhar 8 horas por dia durante 30 dias sem folga. E, se colocarmos isso a médio e longo prazo, são 42 anos de serviço. Então, todas essas situações nos remetem a ter uma questão específica de um direito diferenciado.

Eu nem me aposento. Na verdade, um policial militar, um bombeiro militar não se aposenta; ele vai para a reserva remunerada, tanto que ele pode ser reconvocado, durante cinco anos, para a guerra.

Então, o tema desmilitarização tem sido feito pela sociedade e inclusive por gestores do modelo de segurança pública atual de forma errada, de forma enganosa e induzindo a determinadas posições que são erradas. Quando um policial militar ou um bombeiro militar fala em desmilitarizar, Senador, ele fala em ser inserido na Constituição Federal. Só isso. Eu fico imaginando um livrinho verde, que a Constituição, com uma porta desenhada na frente, um trinco, e aí um policial entrando dentro da Constituição, porque, para nós, a Constituição não chegou ainda, desde jornada de trabalho até outras situações que existem. Nós não temos carga definida de jornada de trabalho.

Eu tenho dito que se um comandante meu chegar e me disser: “Cabo Lotin, o senhor vai ficar de serviço 25 dias, todos os dias, 8 horas por dia, sem tirar folga.” “Ah, não senhor”. “Está preso por desobediência!” E eu vou preso! Literalmente preso. E aí, para ser solto, só com o juiz. E, se for em uma sexta-feira, como geralmente acontece essa situação, se na segunda-feira for feriado, o cara fica cinco dias na cela, preso, até conseguir achar um juiz para soltá-lo.

Então, são essas situações que os policiais e bombeiros militares do Brasil querem mudar. Querem ser inseridos no processo da Constituição na perspectiva de jornada de trabalho, de direitos e garantias fundamentais, entre outras situações.

E isso, desmilitarizar ou não, sendo militar ou não, é irrelevante no contexto, porque a hierarquia e a disciplina vão continuar as mesmas, os direitos vão continuar os mesmos. O que nós queremos é respeito, respeito das autoridades e respeito da sociedade.

Grupo de extermínio, milícia e a falta do Estado.

Primeiro, temos que diferenciar grupo de extermínio, que é uma coisa, de milícia, que é bandido. Milícia não é formada para proteger; milícia é formada por bandido – e aí estou partindo do pressuposto das milícias que eu conheço no Rio de Janeiro.

Agora, grupo de extermínio é formado por quem?

Não é uma hipocrisia da sociedade condenar um grupo de extermínio que ela mesma forma?

Quem forma o grupo de extermínio? Os comerciantes, porque o policial prendeu o menor de idade, ou deteve ou reteve o menor de idade, e esse menor de idade não foi preso, acabou voltando e assaltando de novo; porque o policial prendeu o marginal que assaltou o mercado 10, 15 vezes. Esse cara voltou e assaltou de novo. Ou seja, a sensação de impunidade gera no policial um sentimento de estar enxugando gelo, não serve para... (Expressão vedada pelo art. 19 do Regimento Interno do Senado Federal.) nenhuma, desculpe-me a expressão. Isso gera no comerciante, que tem a sua loja assaltada, também esse sentimento.

E aí é uma coisa muito contraditória, porque nunca se prendeu tanto no Brasil. Temos o quarto maior sistema prisional do mundo. São seiscentas e poucas mil pessoas presas. Nunca prendemos tanta gente.

No entanto, a violência continua a mesma. O que está errado? O que está errado, se a polícia prende, se são formados, de forma ilegal, grupos de extermínio que matam pessoas inocentes e culpadas? O que está errado nesse contexto, se a gente faz, faz, faz, enxuga gelo, tem impunidade, e acabam-se criando essas...? Onde vamos parar? Há que se discutir todo o conjunto.

A mídia, com seus programas, incentiva esse processo. Eu disse que o policial é produto do meio. Ele é. Ele vive isso. Ele vive, inclusive, momentos em que é instigado. A sociedade brasileira, não contente com grupos de extermínio, está partindo para os linchamentos. Se pegarmos números recentes... A própria mídia incentiva o linchamento! Pelo amor de Deus! A própria mídia incentiva o linchamento!

(Intervenção fora do microfone.)

Exato.

Então, nós estamos num processo de anomia social, em que todo mundo faz o que quer, independentemente de qualquer coisa. E isso parte de vários setores. Há que se refletir todo o conjunto da sociedade, uma sociedade em que ter um tênis ou um iPhone é melhor do que ser. Há um incentivo para que nossos jovens tenham isso na cabeça. Nossos jovens têm isso na cabeça. “Se eu tiver um iPhone, eu sou gente. Se eu tiver um telefone menor, de menos qualidade, eu não sou ninguém. Eu só sou visto pelos outros a partir do momento em que eu tenho alguma coisa. Se eu não tiver, eu não sou ninguém.” E aí, para ter, como vivemos em crise

econômica, etc – o Brasil é um país em desenvolvimento... Como não tem, acaba criando situações. E aí entra a questão das drogas.

Então, há uma série de fatores que precisam ser analisados.

A falta do Estado é notória em todo lugar. Onde o Estado não entra... Esta frase eu já leio em livros há mais de 20 anos: onde o Estado não entra o bandido entra. Isso é óbvio. E ele vai cooptar menor, vai cooptar quem estiver ali. E o menor que está lá vai pegar um salariozinho de frentista num posto de gasolina, que é R\$780,00, ou vai trabalhar de “avião” para um traficante para ganhar R\$4 mil ou R\$5 mil? Olha os valores! Olha o que nós estamos ensinando!

Repito: os jovens não têm... Os jovens pobres, negros não têm o que fazer e acabam criando situações de uma dependência desse modelo anacrônico, louco, consumista, individualista...

Eu tenho dito, Senadora, para encerrar, que hoje nós não temos um sistema capitalista, comunista ou socialista. Nosso sistema político, intrínseco, se chama “umbigocentrismo”. O que vale mais é o meu umbigo. Nós vivemos uma política hoje de... Qual a sociedade em que eu vivo? Aí eu me olho no espelho. A sociedade em que eu vivo sou eu. O que importa sou eu. Se eu tiver de fazer alguma coisa para alguém para me dar bem, eu vou me dar bem. A cultura do Brasil é essa. Infelizmente, a gente tem que deturpar isso, inclusive.

Policial é cidadão; não é subcidadão. Policial militar e bombeiro militar são cidadãos, e precisam ser aceitos como cidadãos pelo Estado, em primeiro lugar... Nós tivemos que entrar na Justiça. No Paraná, a Apra, que é a Associação de Praças do Estado do Paraná, teve que entrar na Justiça pelo direito de liberdade de expressão. E aí, na sentença, o juiz, que, obviamente, concedeu esse direito com base na Constituição Federal, chegou a usar um argumento, doutor, que eu achei muito interessante. Disse: “Quer dizer que, baseado nos regulamentos e legislações que temos hoje, se um conjunto de policiais militares se unir e quiser fazer uma manifestação contra a corrupção no País, ele vai ser preso por isso?” O policial é um cidadão. Ele é um cidadão e precisa ser reconhecido pelo Estado a partir do momento em que se cabem a ele todos os direitos de todos os cidadãos, a começar por jornada de trabalho, a começar por respeito aos direitos humanos e garantias fundamentais, e podemos estender por vários outros aí, como formação, etc, etc.

Acho que era isto.

Não sei se fiquei devendo alguma coisa. Acho que está bem...

Enfim, estamos à disposição para continuar o debate, se preciso for, e eu não me furto a fazer esse debate quanto tempo for necessário, porque acho que ele é importante para a sociedade.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Agradeço ao senhor.

Passo a palavra à Drª Tatiane.

A SRª TATIANE ALMEIDA – Senadora, vou tentar ser bem rápida.

Eu queria só comentar algumas falas do meu amigo Lotin, que é um policial. O Enderson percebeu que o Lotin é muito sensível para essas questões de direitos humanos, tanto que deu a dica à Regina Miki, de fazer um grupo de trabalho para discutirmos assédio sexual e moral das trabalhadoras de segurança pública. Então, é um colega que eu muito admiro.

Lotin, você tem toda razão quando diz que não é possível exigir que um policial respeite direitos humanos quando ele não tem os seus próprios direitos reconhecidos. Alguns anos atrás, o Professor Balestreri escreveu um livro que foi muito discutido, mas que hoje parece que se perdeu – Direitos humanos: coisa de polícia.

Primeiro, reconhece-se o direito do policial e coloca o policial como vetor de cumprimento de direitos humanos. Eu acho que é esse o caminho para aproximar a sociedade e a polícia, e diminuir a letalidade da polícia.

Como vínhamos discutindo mesmo, Lotin, problema maior do que ter uma polícia violenta é ter uma sociedade violenta, uma sociedade que quer resolver todos os seus conflitos, primeiro, com base no recurso à violência. Nós batemos o carro e já queremos sair brigando. Então, isso é o pior. É claro que é impossível se ter uma polícia que vá atuar da forma mais pacífica possível quando o que a aguarda é uma reação também violenta.

Lotin, eu não gosto de vir a esta Casa, ao Congresso, e fazer um discurso muito corporativista, assim como sei que você não gosta, mas você levantou a bola e quero dizer que a Polícia Federal está na contramão do que você falou, de que as polícias não servem para proteger os mais pobres, mas para proteger os mais favorecidos. Quero dizer que, na Polícia Federal, é totalmente o contrário.

Então, todo mundo acompanha a atuação da Polícia Federal na investigação dos crimes econômicos, de desvio de recursos públicos, de corrupção, e eu acho que nós estamos dando a nossa contribuição para a mudança deste paradigma de atuação da polícia.

Quando você falou na questão do jovem que comete um delito para ter um telefone, eu quero dizer que venho pensando muito na questão da inclusão digital. Existir hoje pressupõe existir também nas redes

sociais. E, se o jovem não pode comprar um telefone, se ele não pode ter um computador, como ele vai existir no Facebook? É complicado.

Houve uma pergunta questionando por que não existe uma reação quando um policial morre. Isso é uma coisa que me deixa muito entristecida. Quando morre um policial em Nova York, por exemplo, o prefeito vai ao enterro; há uma comoção social, como se o Estado e a sociedade dessem o recado de que não é legítimo matar um policial. Matar um policial é um ataque ao próprio Estado. E, aqui no Brasil, isso não acontece. Parece até que os governadores têm certo receio de lamentar a morte de um policial.

Olha só: o policial não é pago para morrer! Sou professora de direitos humanos na Academia de Polícia e sempre digo isso aos meus alunos. Nós não somos remunerados para morrer. É claro que, numa situação de confronto, temos a obrigação de defender as pessoas, mas a verdade é que não é nossa obrigação morrer. Nossa obrigação também é voltar para a nossa família, voltar para a nossa mãe, voltar para os nossos filhos. Infelizmente, não sei por que a morte de um policial aqui no Brasil não causa uma comoção social como causa em outros países.

O Senador falou sobre a questão da mídia. Quero dizer que, infelizmente, as nossas televisões ficam representando a violência de uma forma muito grave, muito alarmista, banalizando-a. Todos os dias você liga a televisão, e sempre se repetem os mesmos casos, isso aliado ao fato de que existe uma impunidade. Fica parecendo que vivemos numa sociedade que incentiva a violência e que não toma providências.

É engraçado como você vai ficando frio, olha aquelas imagens e já não sente grande coisa. Só para dar um exemplo, morei em outro país, e, onde eu estava, eu não tinha televisão, e nem assistia, quando tinha oportunidade, porque não entendia muito bem. E, quando voltei para o Brasil e fui assistir ao Jornal Nacional, percebi o quanto a mídia molda a nossa forma de olhar a realidade. Assisti ao jornal e chorei, porque foi uma sequência de más notícias – alguém morreu, com um ônibus aconteceu isso...

Como isso mexe com a gente! Mas tudo é noticiado de forma reiterada e banalizada, acabando com que a gente não reaja da forma correta.

Sobre a formação do policial, quero dizer que ela está muito voltada para incutir a noção de que o policial deve ser frio e deve ser forte; deve ser herói. E isso é complicado. Ao policial é ensinado desligar suas emoções, o que pode ter consequências graves na formação da sua personalidade.

Eu fiz um mestrado em que estudei a questão do suicídio de policiais, algo grave em todas as polícias. Eu quero dizer que as instituições, de uma forma geral, ainda não atentaram para o fato de que se molda um policial que vai ter algumas complicações psicológicas e que, portanto, é obrigação do Estado dar as condições para que ele possa se tratar.

Eu vou dar um exemplo do que acontece na Polícia Federal. Nosso quadro de médicos e psicólogos foi extremamente reduzido, porque agora existe um sistema integrado de gestão de segurança do servidor. Por conta disso, nós não podemos ter um número adequado de psicólogos, assistentes sociais e médicos dentro da nossa corporação. E vou dizer que o que estou pregando aqui não é um privilégio para o policial. Nós não somos melhores. Na verdade, nós somos piores, porque o que acontece é que nós passamos por questões psicológicas, problemas e frustrações que vão acabar influenciando a forma de lidarmos com as emoções, como reagimos em relação às emoções.

Então, uma das recomendações que eu faria seria para que se verificasse a questão do cuidado com a saúde do policial, porque, enquanto o policial está se matando, as pessoas não estão dando a devida atenção. E quando um policial cometer uma chacina porque teve alguma complicação psicológica? É preciso evitar que isso aconteça.

Quanto ao auto de resistência, de que o Enderson falou, eu quero deixar bem claro que sou totalmente contra o uso do auto de resistência como forma de legalizar uma atuação indevida de um policial. O problema é que se está fazendo uma discussão que não vai levar a nada.

O certo é que nós devemos obrigar os órgãos de segurança pública a transformarem todos os autos de resistência em inquérito policial, porque aquele é o procedimento onde se verificará se, de fato, ocorreram as excludentes de ilicitude, como bem falou o meu colega Lotin. Então, mudar o nome não vai mudar nada. Eu só quero dizer que essa discussão é inócua e faz com que a gente perca tempo com algo que não vai ter eficácia. A eficácia, como eu estou dizendo, se dará justamente exigindo-se que seja investigado de verdade, exigindo-se que haja, por exemplo, uma sindicância nas corregedorias que possa fazer o controle dessa atividade. E mais: quando não se transforma o auto de resistência em um inquérito, nem é possível que o Ministério Público faça o controle externo. Então, esse é o problema.

Já estou terminando.

Quanto à desmilitarização, eu confesso, Lotin, que nem entendo muito o objetivo de se desmilitarizar, mas quero dizer que realmente é possível conviver com desmilitarização e com hierarquia e disciplina, que eu acho que são importantes numa instituição que usa a força.

Sobre a garantia dos direitos dos policiais, eu sou a favor. Se você está falando na mudança de um paradigma que pega como modelo as Forças Armadas, você está correto, porque um policial não pode ser formado como um soldado das Forças Armadas, porque ele não está lidando com o inimigo, mas com o cidadão.

Quanto à unificação, eu vou dizer que entendo que isso vai causar mais confusão do que nós já temos hoje, porque vai ser uma briga para saber quem deve fazer o quê. Hoje mesmo saiu uma notícia de que um agente do DER, Departamento de Estradas de Rodagem, deu voz de prisão a um agente de trânsito, porque o agente de trânsito o abordou e ele não entendia que o agente do DER tinha atribuição para fazer essa abordagem.

Então, eu vou dizer mais uma vez: o problema, por exemplo, dos grupos de extermínio está muito ligado à falta de estrutura da polícia. Então, antes de ficar rediscutindo o modelo, vamos atuar com o modelo que a gente tem. É preciso dar estrutura para as polícias, fortalecer as polícias, fortalecer os Poderes Públicos, principalmente nos lugares de vulnerabilidade. E é preciso políticas sociais que possam incluir a juventude negra.

Eu acho que era só isso.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pois não.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Só para colaborar com as informações e falar para o Lotin e para a Drª Tatiane.

Por exemplo, acho que há cerca de um ano, um capitão ou um major do meu Estado, por uma pressão psicológica, matou a mulher e se matou em seguida. Há cerca de um mês, um tenente da PM lá, também estava numa discussão com a esposa, em casa, estressado; a Polícia Militar veio, numa patrulha, e ele, ali na pressão, matou a esposa e atirou na patrulha. A patrulha teve de matar um tenente. E, ontem, um soldado – vi hoje nas redes sociais – com nível superior, se atirou, matou...

Quer dizer: estão sofrendo um nível de pressão que é preciso passar por um tipo de reparo.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sem dúvida.

Vou passar, agora, a palavra ao nosso Defensor Público, para que também possa fazer alguns comentários sobre tudo o que foi solicitado nas intervenções.

O SR. ANDRÉ PRAXEDES – Prometo ser breve, Senadora.

Bom, até por uma razão muito simples, no tocante à essência de tudo aquilo que se propugna aqui nesta audiência pública, acredito que o nosso Cabo Elisandro e a Drª Delegada são quem têm as informações para trazer para o debate.

Muito bem, da nossa parte, queria só fazer aqui rápidas reflexões.

No tocante, primeiro, a uma ponderação do nosso convidado da Bahia, que foi abordado pelos dois expositores, essa questão sobre a razão de a sociedade ter um certo rechaço à figura do policial. Por que a morte, por exemplo, de um policial não gera comoção, como foi colocado aqui?

Quando há a morte de determinada pessoa, isso gera comoção. Por exemplo, se for uma pessoa de uma favela, aquilo gera comoção nos grupos de direitos humanos. E, quando há uma morte de um policial, isso não ocorre da mesma forma.

Seria importante uma breve reflexão. Não passa de uma reflexão.

A impressão que temos é de que o problema não está na polícia evidentemente. Claro. Está em parte, sim, mas o problema dessa questão é da sociedade. Nós temos uma sociedade complexa. A sociedade brasileira reconhecidamente é complexa.

Acho que o Cabo Elisandro foi feliz quando colocou essa cultura do umbigo, do individualismo, do ego-centrismo. Quem retratou muito bem isso foi o antropólogo Luiz Eduardo Soares, sobre o ônibus 174. Ele coloca, na nossa concepção de forma muito feliz, no final do documentário Ônibus 174, que cabe à polícia o jogo sujo que a sociedade quer se realize. Ela não quer fazê-lo e, então, delega isso às nossas polícias.

Na verdade o problema é este: nós temos aqui uma grande dificuldade de novos paradigmas de uma sociedade. É isso que nós aqui devemos buscar. Enquanto não tivermos uma nova sociedade e não lutarmos por ela... E isso aqui não é tão simples assim. É algo extremamente penoso num país como o Brasil, de sociedade heterogênea como a nossa; isso leva tempo. Não é tão simples assim. Enquanto não tivermos um outro perfil de sociedade, vamos ainda conviver com essas situações, essas anomalias.

Por exemplo, a morte de um policial não gerar comoção. Como não gerar comoção?!

Eu quero dizer que, aos poucos, já vejo alguma pequena luz no final do túnel mudando isso, por exemplo. Talvez, por se reconhecer que o Estado não dá um tratamento tão edificante aos seus agentes de segurança pública... Por exemplo, um tempo atrás, por exemplo, no meu Estado natal, no meu rincão, no Estado do

Ceará, por exemplo, já vi o Governador Camilo Santana, por exemplo, indo a um velório de um policial que foi morto em serviço, prestigiando os familiares. Recentemente, no Rio de Janeiro, por exemplo, houve também um problema, um acontecimento lamentável envolvendo um policial, e Senadores desta Casa – parece-me que foi o Senador do PSOL, Chico Alencar, se não me falha a memória...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Deputado.

O SR. ANDRÉ PRAXEDES – Deputado. Perdão! Ele emprestou absoluta solidariedade à família do policial no Rio de Janeiro, bem como o Deputado Marcelo Freixo. Eu já vejo isso, bem como quem participa das redes sociais.

Então, aos poucos, embora se deseje que isso ocorra mais ainda, já estamos aqui tentando mudar um pouco isso. Mas é um processo muito lento, penso eu.

A outra parte sobre a qual eu gostaria de fazer uma ponderação é esta questão que foi colocada pelo Senador Telmário: a desmilitarização e a unificação da polícia. Quero focar um pouquinho na desmilitarização.

Participei, como representante da Defensoria, há quatro ou cinco meses, de um seminário na UnB. Esse seminário se propunha a discutir a democratização do sistema judiciário. Desse evento participaram várias entidades da sociedade civil. Entre as conclusões que foram tiradas desse seminário, uma delas teria sido a extinção da Polícia Militar. Essa tinha sido uma bandeira levantada. Inclusive, já é algo que se discute. A violência no Brasil é de tal forma alarmante, que as próprias Nações Unidas (ONU) já estão defendendo até a possível extinção da Polícia Militar.

Quero já deixar bem claro que aqui não falamos em nome da Defensoria Pública como instituição. Quero apenas deixar uma ideia que possa provocar uma reflexão.

Vejo que a extinção da Polícia Militar, a princípio, é algo absolutamente utópico na quadra histórica em que vivemos atualmente. Não pode um País como o Brasil, com dimensões continentais, prescindir do aparato policial. É evidente que é preciso repensar a polícia, que é preciso buscarmos uma nova polícia, uma polícia cidadã, uma polícia constitucional, sim! Mas acredito que, no nosso momento histórico, não há como se cogitar a extinção. Essa é a primeira reflexão.

Agora, a desmilitarização, a meu ver, é uma ideia que deve ser, cada vez mais, objeto das nossas reflexões. Por quê? Temos de considerar que a polícia, ao longo de muitos anos, foi uma força auxiliar do Exército nacional e que toda essa cultura de força auxiliar não se dissipa em cinco, seis, sete ou dez anos, ainda que já estejamos com isso desde o encerramento do período militar, desde 1985. Mas isso não acaba com 20 anos. Então, dentro dos órgãos de segurança pública, notadamente nas polícias, há essa cultura militar. Por exemplo, o cidadão vê o cidadão não como cidadão, mas, sim, como, por exemplo, um inimigo. Isso é algo em que, evidentemente, é possível avançarmos.

Desmilitarizar significa o quê? Retirar a condição de Polícia Militar. Continua sendo polícia, mas não militar. Os pilares da hierarquia e da disciplina devem ser mantidos. Quanto a isso, não há problema, porque, em toda estrutura dentro do serviço público, há hierarquia. Na Defensoria, há hierarquia; no Ministério Público, há hierarquia. Por que não haveria de existir hierarquia e também disciplina numa nova polícia?

Agora, tirar o caráter de militar, fazendo com que, por exemplo, a polícia deixe de obedecer ao RDE (Regulamento Disciplinar do Exército), é uma ideia, a meu ver, a se pensar, a se cogitar, dentro da concepção de que estamos precisando de um paradigma de polícia neste País.

Repito, Senadora: estamos hoje comemorando 27 anos dessa Constituição, e a nossa percepção ainda é a de que as nossas instituições policiais – e aí quero fazer mais ênfase à Polícia Militar e à Polícia Civil –, lamentavelmente, ressaltando as exceções, ainda não se educaram sob a égide da Constituição de 1988. É isso aqui que deveria ser objeto da nossa reflexão.

Sem mais.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pois não, Cabo Lotin.

O SR. ELISANDRO LOTIN DE SOUZA – É só para poder responder uma questão que fiquei devendo anteriormente. A senhora perguntou para mim o que as polícias têm feito para melhorar a vida do policial, a partir de todo esse conhecimento que se adquiriu, ao longo desse tempo, com estudos etc.

Lamentavelmente, poucas polícias têm feito algo para melhorar a vida do policial. Ao contrário; via de regra, fazem para piorar. Infelizmente, é isso. Aliás, não só polícias, como bombeiros também. Ao invés de estarmos evoluindo... Estamos evoluindo em algumas coisas, mas em outras estamos regredindo. E cito a questão da jornada de trabalho, que é uma luta histórica nossa. Lamentavelmente, em alguns Estados, quando pensamos que vamos conseguir avançar em alguma coisa, retroagimos e voltamos a ser os últimos escravos do Brasil. Infelizmente é o que acontece com os policiais e bombeiros militares hoje, a ponto de juízes dizerem que policial militar e bombeiro militar podem trabalhar à vontade, sem receber hora extra, sem adicional noturno, sem nada, porque está tudo liberado. Policial pode. E, se reclamar, fica preso. E vai ser preso. Então, é essa a questão. Muito pouco tem sido feito.

O que nós temos feito...

(Interrupção do som.)

O SR. ELISANDRO LOTIN DE SOUZA – ... Senadora – e a senhora perguntou isso –, é justamente incitar um debate interno e, a partir desse debate interno, fazer uma tentativa de mudança de cultura.

E aí a Drª Tatiane lembrou, por exemplo, uma pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que constatou que 43% das mulheres da segurança pública são vítimas de assédio moral e sexual. Foi a partir dessa pesquisa e a partir de uma matéria veiculada em uma emissora de televisão, posteriormente, que comprovou isso de fato – que as mulheres da segurança pública são realmente vítimas de assédio moral e sexual –, que nós instigamos o Ministério da Justiça, em uma conversa com a Secretária Regina Miki, a criar um grupo de trabalho para debater a questão do assédio moral e do assédio sexual no tocante ao universo feminino, ao gênero feminino, para que consigamos mudar um pouco essa cultura. E aí, a partir disso, temos feito debates.

Em Santa Catarina, através da Aprasc, fizemos um debate, fizemos um seminário; já foi construído um seminário me parece que no Mato Grosso; em outros Estados, já começam a se movimentar para isso. Então, as entidades, naquilo que lhes é possível, têm tentado fazer um debate na lógica de mudar.

Agora, há muita coisa que não é papel da entidade; é papel do comando, é papel da instituição e é papel do governo do Estado. Regular questão de jornada de trabalho é papel do Estado. E o Estado brasileiro, como bem disse o doutor, é quem mais descumpra legislações no tocante ao trabalhador da segurança pública.

Uma última questão: a extinção da Polícia Militar. Primeiro, que isso é utópico, obviamente. Imaginem, hoje, uma sociedade sem 500, 600 mil homens para prestar segurança. Com todos os problemas que temos, Senador – e nós somos um crítico –, existe muita coisa de bom que nós fizemos, muita coisa de bom que a Polícia Militar faz para a sociedade. Há vários exemplos, todos os dias, de policiais de folga, de férias, de licença, feridos, que abandonam as suas casas e vão trabalhar nas ruas, policiais e bombeiros, e que prestam serviço de qualidade. Os desvios e os erros nós obviamente condenamos e não concordamos com eles, porque partimos do pressuposto de que somos defensores da sociedade, temos que ser amigos da sociedade e precisamos, inclusive, da sociedade para nos ajudar nas mudanças que queremos.

Há uma espécie de demonização da Polícia Militar. E por que há isso? Porque a Polícia Militar é a única entidade visível 24 horas por dia. Na menor cidade que há no Brasil, lá em Roraima, Rondônia, lá no Rio Grande do Sul, há um policial militar ou um bombeiro militar. Nós somos a única entidade estatal, o único órgão do Estado que está presente em todos os Municípios do Brasil, que atende 24 horas por dia. Se alguém pegar o telefone agora e ligar para o 190, em qualquer lugar do Brasil, um policial militar vai atender.

Então, nós temos problemas? Temos. É óbvio que temos. E estamos fazendo de tudo e pedindo o apoio da sociedade civil organizada para corrigir esses problemas.

Se a 1ª Conseg, realizada em 2009, tivesse sido minimamente aplicada, talvez não estivéssemos fazendo este debate aqui hoje! Minimamente! Criou-se uma expectativa e não se encaminhou nada.

A demonização que existe e que leva ao pensamento de se acabar com a Polícia Militar dá-se por um fato em que reputamos que há alguma coisa de verdade, mas que, em grande parte, é mentira. Há questão da ditadura militar. O relatório da Comissão Nacional da Verdade pede a extinção da Polícia Militar, porque a Polícia Militar perpetrava as torturas. Esperem aí! Os policiais militares e bombeiros militares de hoje não são os do passado! São outros! A questão já começa por aí. Talvez eu seja o mais velho, mas a gurizada nova que entrou na PM hoje nem sabia, nem pensava em ser policial militar na época da ditadura militar. Eles nem tinham nascido, mas pagam o preço por um erro que reputam a nós.

E, se nós formos a fundo nesse debate, também é uma injustiça ou uma meia verdade, para ser justo, dizer que a Polícia Militar é quem perpetrava as torturas. Alguém me ache um quartel onde havia tortura, a não ser os quartéis do Exército, ou as delegacias do DOI-CODI, do DOPS! Quem foi o maior torturador neste Brasil? Foi um policial militar? Não! Foi um delegado da Polícia Civil. São raros os policiais militares. E eu digo policiais militares. Não confundam isso com Exército. Mas são raros os policiais militares que participaram efetivamente disso. Na sua grande maioria, eram delegados da Polícia Civil e até da Polícia Federal – não me lembro de um agora especificamente, mas imagino que haja, pelo contexto da situação. Os locais de tortura eram unidades civis! Não eram unicidade militares, a não ser do Exército. Então, é um tanto quanto injusto reputar essa situação a nós.

Para encerrar efetivamente, Senadora – perdoe-me pela explanação –, os primeiros condenados e perseguidos pela ditadura militar foram policiais militares. Antes de se torturarem outras pessoas, havia policiais militares sendo torturados nos quartéis, porque, antes de se implementar aquele regime ditatorial que veio, que vigeu por 25 anos, 30 anos, a ditadura precisava fazer depuração interna. E os primeiros a serem torturados, presos, processados e humilhados foram policiais militares, e até hoje, inclusive, há policial militar que é considerado desaparecido político e que foi morto e torturado, efetivamente.

Então, antes de qualquer outra coisa para a sociedade, nós fomos torturados. E, se voltarmos mais atrás ainda, vou me lembrar de João Cândido, e aí dá para citar uma série de situações,

A sociedade brasileira, doutor, é militarizada. A sociedade é militarizada! Aliás, o militarismo, na construção desta Nação, sempre teve o seu dedinho, a começar pela proclamação de República. Se nós analisarmos a

história, em todo grande evento nacional, nos últimos 200 anos, há um militar lá atrás, dizendo alguma coisa ou mexendo as peças – diretamente, como foi na ditadura, ou indiretamente em outras situações. E isso continua até hoje.

Queria agradecer pelo espaço do debate, Senadora, e pedir desculpas por ter sido talvez até um pouco prolixo em algumas situações, mas é que, para nós, é uma oportunidade rara de podermos nos expressar e colocar essa verdade, essa outra visão, e dizer para a sociedade civil e para a sociedade brasileira como um todo que nós queremos, sim, ser partícipes do processo de construção de um novo modelo de policiamento, um policiamento que insira os policiais e bombeiros na sociedade e que defenda, efetivamente, a segurança pública de todos.

Que a segurança pública não seja apenas algumas palavras na Constituição da República. Que ela não seja só de direito. Que ela seja de direito, de fato e para todos, inclusive para nós, policiais e bombeiros militares.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Obrigada a todos vocês.

Eu queria agradecer também às pessoas que nos acompanharam pelo canal e-Cidadania. Eu vou até ler mais três perguntas aqui; mesmo que vocês não as respondam, pelo adiantado da hora. Elas serão úteis para que vocês tenham ideia sobre o contexto que foi colocado, e nós aqui, pelo menos no que houver de perguntas para mim e para o Senador Telmário, vamos responder pelo endereço eletrônico que recebemos aqui.

Agradeço a Damião Pereira Educador Físico, que fez diversas perguntas e diversos comentários. Um deles é:

Quero parabenizar o Cabo Elisandro Lotin pela consciência social da realidade da violência que mata mais de 60 mil pessoas no Brasil, excelente consciência, e o parabenizo também pela coragem de vir aí e expor a verdade, o Brasil precisa de mais homens com essa consciência e coragem.

Ele também parabeniza o Defensor Público André Praxedes e pergunta se, na sua visão, se realmente investíssemos numa educação de qualidade, todas essas patologias sociais não seriam resolvidas sem tanta morte e sem tanta violência.

Também nessa mesma direção, ele se dirige a mim e ao Senador Telmário, sobre a importância de uma educação de qualidade proporcionada a todas as crianças brasileiras nesse contexto social.

Muitos outros fizeram perguntas que nós tentaremos passar para os senhores convidados. Algumas perguntas são feitas repetidamente pela mesma pessoa, há perguntas semelhantes, e a mesma pessoa fala sobre diversos assuntos. Então, passaremos uma cópia, para que os senhores respondam aquelas que sentirem que devem responder efetivamente.

Eu queria apenas acrescentar algo, para que os senhores pensem numa dimensão que nós temos trabalhado na Comissão. É repetida essa situação em diversos tipos de depoimento, o que eu pretendo levantar para que vocês reflitam a respeito. Eu não tive oportunidade de ouvir, no início, uma fala sobre isso, mas eu queria insistir nisso.

As diversas falas das organizações populares aqui chegam neste sentido, e as pesquisas demonstram a incidência maior da violência sobre a juventude negra. Ela não se reduz a uma conclusão de que a juventude negra seja a maioria e, por isso, é a maioria a ser atingida. O que as pesquisas demonstram também é que há um crescimento da violência sobre os jovens negros e uma diminuição da violência sobre os jovens brancos. Isso tem que nos fazer tirar algumas conclusões.

Há uma conclusão que já foi aqui ressaltada: somos uma sociedade machista e escravocrata, o que, portanto, se reflete numa postura de racismo institucional que nós precisamos entender para combater. Os jovens que morrem, da polícia, também majoritariamente no Brasil são jovens policiais negros que matam jovens negros, na sua comunidade e na sociedade, porque há um território definido como território suspeito e como território onde o crime se dá. E não são os locais onde moram as parcelas da população com uma renda melhor; são os locais onde moram aqueles que têm uma renda pior. É nessa sociedade em que também está caracterizado um tipo. Há uma decisão e uma definição que se vai formando na população – e eu não sei se chega a ser definido nas polícias – do tipo do suspeito, mas o suspeito é principalmente o jovem negro.

Falando para a população da capital do meu Estado, um jovem branco com droga que é preso em Ondina certamente será caracterizado como usuário e, no máximo, será levado para que seja registrada a sua situação. E, logo depois, será liberado.

Se um jovem da mesma idade, talvez até frequentando a mesma escola ou a mesma universidade, for negro e morar no subúrbio de Salvador, se ele estiver com a mesma quantidade de droga, ele será preso como traficante e tratado de forma bastante diferente pela nossa população, pela imprensa, pela polícia, por todos.

Lembro também que fizemos um levantamento, Cabo Lotin, da distribuição da polícia na cidade de Salvador, no tempo em que havia aquele formato de módulo policial. Hoje, não se usa mais isso, há apenas as patrulhas. Havia um número muito maior de módulos policiais nas áreas de classe média. Aliás, um dos últimos módulos policiais a ser desativado foi justamente o de Ondina. Quando a polícia decidiu retirar o módulo

policial, ela começou a retirá-lo justamente na área popular. E o argumento era o de que ali havia a possibilidade maior de crime contra o policial, que ali se encontrava mais vulnerável. Não sei os dados existentes que demonstram isso, mas muitos desses módulos, em vez de servirem a isso, eram usados justamente para prender e machucar aqueles jovens negros e pobres, que eram presos em alguma manifestação. No início, eram usados para prender e machucar estudantes que se manifestavam na rua contra a ditadura, mas, depois, eram usados no Carnaval, nas festas populares, para exatamente machucar aqueles que eram presos numa briga ou em algo dessa natureza, para a manutenção da ordem pública.

Então, nessa questão, volto a dizer que estamos juntando a situação da pobreza com a juventude. Qualquer segmento de juventude, em princípio, é um segmento que se coloca utopicamente na busca de novas experiências na sociedade e é um segmento vulnerável, em qualquer nível de renda da população. O jovem negro e pobre – e o jovem pobre é, em geral, um jovem negro, porque assim foi organizada a sociedade brasileira – é mais vulnerável. E aí encontramos justamente aqueles que hoje são as principais vítimas. A isso se junta o crime organizado. Não é porque ele é jovem que ele é bandido. Ele é a vítima e é a fração mais vulnerável da população para ser atraída para o crime.

Então, é essa a visão que queremos que a polícia tenha. Muitos que nos escrevem aqui o fazem para dizer: “Tem de punir o jovem, tem de prender o jovem!” E é sempre o jovem que é mais vulnerável.

Então, a nossa experiência aqui faz com que tenhamos, necessariamente, por discutirmos com a juventude, um painel como este, que nos permite ouvir as discussões, o que passa pelo debate de uma nova política de segurança pública, que vocês são responsáveis por trazer aqui. E a trouxeram aqui em grande dimensão. Podemos discutir uma política de enfrentamento às drogas no Brasil – não é o único crime organizado neste País, mas é aquele que mais se relaciona, certamente, com a população de jovens no Brasil – e a forma como esse crime é tratado na sociedade.

A guerra às drogas é feita pela sociedade e é responsável por vitimar policiais jovens e jovens na sociedade brasileira.

Então, o objetivo nosso é discutir isto: a morte de jovens; de que maneira ela ocorre, como ela ocorre e por que ela ocorre. E aí a ligação que ela tem com a situação das polícias, com a situação de como é tratada essa questão racial no Brasil. Nós não podemos, em momento algum, discutir nada disso sem levar em conta essa situação.

E eu tenho certeza de que, também nas polícias, o policial negro, como é tratado desde o início, é diferenciado, é diferente. E é isso que é preciso que nós possamos ressaltar também neste debate.

Eu concordo em parte apenas quando se diz que não há comoção. Eu vejo a cobertura da imprensa e dificilmente não vejo um registro lamentando a morte de um policial. É claro que, muitas vezes, em uma chacinha de dez, vinte jovens em uma comunidade, envolvem-se dez, vinte mães e pais de família de uma só vez. Quando se matam também dez policiais juntos, há comoção de dez, vinte famílias que se manifestam.

O que nós devemos evitar, Cabo Lotin, é justamente, na minha opinião, a ideia de uma população em que seja um contra o outro, a polícia contra a juventude, e principalmente a ideia de que bandido bom seja bandido morto, porque essa ideia é que vitima também a polícia. Na medida em que, na morte de um policial em ação, a polícia entra em uma comunidade para se vingar – como alguém aqui colocou como sendo a política certa –, essa postura também virá por parte dos bandidos, gerando uma violência cuja vítima maior é a população inocente, é a população do entorno. Quando se entra em uma comunidade para fazer a vingança da morte do policial, a bala perdida atinge crianças, adolescentes, mulheres, pessoas que passam na comunidade igualmente. E vice-versa, na mesma medida. Quando reagem os bandidos para matar o policial, ocorre da mesma forma.

Nós não podemos aceitar as coisas que aconteceram, na semana passada, no Rio de Janeiro, quando jovens de classe média invadiram um ônibus, ou pessoas de classe média, independentemente da idade, invadiram um ônibus para localizar jovens com determinadas características para poder bater, para poder... Isso, sim, é a situação do caos na sociedade e que não serve nem à polícia, nem à população, nem à juventude. Nós queremos, portanto, um novo debate, que possa ser capaz de interditar esse tipo de comportamento.

Por isso, uma nova polícia. Não contra a Polícia Militar ou contra a Polícia Civil. Porque, quando nós discutimos com a Polícia Civil, a Polícia Civil diz: “Eu quero uma nova forma de organização da Polícia Civil, em que não apenas os delegados possam exercer a função de comando”. Quando se discute com a Polícia Militar, esta também faz uma grande crítica à forma como é exercido o poder dentro da Polícia Militar, pelos coronéis, pelos oficiais, de forma violenta contra os cabos, contra os praças, soldados portanto, e até os sargentos, que são a base primeira da oficialidade da polícia.

Então, o que é preciso se discutir não é que a polícia não tenha hierarquia, nem tenha algum tipo de controle de disciplina, mas, sim, que ela seja capaz de ser uma polícia cidadã e uma polícia justa com ela própria: que os policiais civis e militares tenham as mesmas oportunidades de crescimento na profissão e com direitos para o exercício correto da sua profissão. Nesse sentido, somos aliados da Polícia Civil e da Polícia Militar.

Eu não assumo a carapuça de não ser aliada da Polícia Militar, porque uma das primeiras greves que apoiei como estudante, ainda no período da ditadura militar, na cidade de Salvador, foi a greve da Polícia Mili-

tar, que inclusive, naquele período, deixou mortos, deixou policiais na cadeira de rodas, porque a ditadura não aceitou aquele tipo de manifestação.

E hoje, na democracia, a polícia faz greve. Mas nós precisamos discutir de que forma faz a greve, de que maneira se comporta a polícia na greve. Se não for assim, seremos injustos com a sociedade. Só a polícia? E a polícia não pode fazer greve armada! A polícia não pode fazer greve encapuzada. É preciso discutir uma forma de organização que dê ao policial o mesmo direito que tem um cidadão civil, que também é punido durante o período da greve.

Então, acho que é isto que precisamos numa sociedade: que todos tenham direitos iguais e direitos equilibradamente exercidos, de forma correta.

O Defensor, Dr. André, quer falar.

O SR. ANDRÉ PRAXEDES – É só para concluir sua colocação muito precisa, Senadora, dentro dessa questão que atinge a todos nós, da violência que se abate sobre o País.

Eu me lembro de um episódio que envolve um pouco a nossa instituição Defensoria, que aconteceu no Rio de Janeiro, dentro dessa ideia de intolerância contra os mais pobres, contra negros. Foi o que aconteceu no Rio um mês atrás. A polícia, como regra geral, fazia abordagens em ônibus, em veículos vindos de determinadas localidades do Rio para evitar que esses jovens frequentassem as praias do Rio de Janeiro no domingo, por exemplo.

O que a Defensoria fez lá? Devido à situação absolutamente difícil, que foi a polícia chegar a impedir que um jovem morador de uma comunidade carente do Rio frequentasse a praia, a Defensoria entrou com uma ação na Justiça, e o Judiciário do Rio de Janeiro deu uma liminar, impedindo que a polícia fizesse as abordagens para obstaculizar essas pessoas de irem às praias.

O que aconteceu? Evidentemente, a polícia tinha de cumprir a ordem judicial, e aí, no outro final de semana, aconteceram os arrastões no Rio de Janeiro. Por causa desse episódio, em que houve aquelas cenas horríveis veiculadas pela televisão – praias lotadas, superlotadas, e um ou outro menor, muitos ali assaltando ou roubando –, a Defensoria Pública do Rio de Janeiro pagou um preço muito alto: foi criticada ferozmente, em redes sociais; a defensora pública foi objeto de achaques e de grandes ofensas por parte de redes sociais, em virtude de dizer que prisão neste País deve decorrer ou de flagrante de ato infracional ou por ordem judicial.

Não há hipótese de se impedir quem quer que seja de se movimentar. O Estado que procure dar segurança pública, colocar policiamento ostensivo nas praias, para evitar isso.

Apenas isso.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Eu agradeço enormemente por essa contribuição, e voltaremos a buscá-la de alguma forma. Já trouxemos aqui outros policiais, inclusive representantes da Polícia Militar e da Polícia Civil.

Vamos continuar travando esse debate até o encerramento dos nossos trabalhos no nosso relatório, contemplando sugestões a respeito disso.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 20 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 23 horas e 10 minutos.)

Senadora Lídice da Mata
Presidente da CPIADJ

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 616, de 2015, destinada a investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL).

ATA DA 13ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 13ª Reunião, realizada em 14 de outubro de 2015, às 14 horas e 34 minutos, no Plenário 13 – Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a presidência do **Senador Romário** e com a presença dos Senadores: **Humberto Costa, Ciro Nogueira, Donizeti Nogueira e Hélio José**. Deixaram de comparecer os Senadores **Zezé Perrela, João Alberto Souza, Romero Jucá Omar Aziz, Paulo Bauer, Davi Alcolumbre e Fernando Collor**. Na oportunidade, foi realizada audiência pública com **Roberto de Andrade**, Presidente do Sport Club Corinthians Paulista; e **Eurico Miranda**, Presidente do Clube de Regatas Vasco da Gama.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 616, de 2015, com a finalidade de investigar a situação do futebol brasileiro.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública com presidentes de Clubes do Futebol da Série A, nos termos do Plano de Trabalho proposto pelo Relator, Senador Romero Jucá, para compreender a realidade organizacional e financeira dos clubes brasileiros, a relação desses com as entidades de administração do desporto e as relações tradicionais e a organização das competições nacionais.

Esta audiência pública também tem fundamento no Requerimento nº 91, de 2015, de minha autoria, que estende o convite proposto no Plano de Trabalho para todos os clubes da Série A.

Está presente, no momento, e já peço para comparecer à mesa, o Sr. Roberto de Andrade, Presidente da Diretoria do Sport Club Corinthians Paulista.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Nosso outro convidado é o Sr. Dr. Eurico Miranda, Presidente do Clube de Regatas Vasco da Gama, que já se encontra em Brasília e está chegando a esta Casa.

Esclareço também que foi convidado para participar desta audiência pública o Sr. Alexandre Kalil, ex-Presidente do Atlético Mineiro e atual Presidente da Liga de Minas. Esse convite não foi aceito pelo Sr. Alexandre Kalil, esclarecendo que, convidado, não participaria de audiência pública desta Comissão.

Ainda reiteramos o convite para participar da audiência pública aos seguintes clubes da Série A: Grêmio, Internacional, Joinville, Figueirense, Atlético Paranaense, Palmeiras, Ponte Preta, Flamengo, Botafogo, Fluminense, Atlético Mineiro, Cruzeiro, Goiás, Esporte Clube de Recife, Bahia. Responderam ao convite apenas os clubes Internacional e Flamengo, informando que não poderiam comparecer à audiência pública em razão dos jogos agendados para a presente data.

Esclareço que os ofícios de convites referidos estão disponíveis na página da Comissão e foram encaminhados aos endereços de *e-mails* informados pela Presidência dos clubes.

Para organizar nossos trabalhos, esclareço que, após a exposição inicial dos nossos convidados, a palavra será concedida aos Senadores, na ordem de inscrição. Terão preferência para uso da palavra, na seguinte ordem, o Relator, o Presidente, membros e não membros.

Com a finalidade de organizar o tempo disponível nesta audiência pública, sugiro que cada convidado tenha dez minutos para sua exposição.

Concedo a palavra ao convidado Sr. Roberto de Andrade, Presidente do Sport Club Corinthians Paulista. Por favor, Presidente.

O SR. ROBERTO DE ANDRADE – Estou aqui, podendo colaborar com o futebol.

Faço parte da Diretoria do Corinthians desde 2007. Exatamente em outubro, agora, fez oito anos. Acho que todos se lembram de todos os escândalos que envolveram o Corinthians na época, em 2007. O nosso grupo político ganhou as eleições e, de lá até o dia de hoje, fizemos grandes reformas não só na parte física do clube como também em mentalidade. Enfim, colocamos o clube no eixo. É o que estamos fazendo até hoje.

O Corinthians, desde 2008 até a presente data, tem todos os seus balanços auditados por empresas de primeiro escalão. Nenhum balanço foi fechado com alguma ressalva pela auditoria. Isso nos dá um respaldo muito grande para trabalhar e continuar nessa busca de melhorar o futebol, cada um fazendo a sua parte. Por parte do Corinthians, desde então, sempre achamos que tínhamos que ter total transparência em todos os assuntos. É o que procuramos fazer no nosso dia a dia. Já temos os nossos órgãos internos, que é o Cori e o

Conselho Deliberativo, e não tivemos nenhuma ressalva em nenhuma conta por nenhum ano. Isso nos orgulha bastante porque não é uma prática comum em clube de futebol.

Sabemos que as dificuldades estão a cada dia ficando grandes para se tocar o futebol no País. Está difícil. Salários, enfim, tudo está um pouco fora dos padrões das receitas dos clubes. Mas, com muito trabalho, com muita seriedade, a gente vem conseguindo colocar o Corinthians no seu lugar de melhor expressão. Nesses anos todos, conseguimos construir um grande centro de treinamento – não tínhamos isso –, que, hoje, é um dos melhores do Brasil e do mundo, e um estádio a altura do Corinthians também, onde tivemos a abertura da Copa e teremos as Olimpíadas no próximo ano.

Estamos à disposição dos senhores para esclarecer o que for possível.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Presidente.

Passo a palavra ao nosso Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PP - PI) – Quero saudar o nosso convidado, Dr. Roberto, nosso Presidente, e dizer que o que o senhor disse é uma realidade: eu, que sou um são-paulino doente, estou convivendo, desde a chegada desse moço à Presidência no Corinthians, com o fato de que as coisas realmente mudaram, e nós só temos que parabenizar a gestão do nosso Presidente Andres Sanchez, como também a sua. Nós notamos uma evolução muito grande na administração desse que é um dos maiores clubes do nosso País.

Esta Comissão aqui tem o intuito de trazer, no meu ponto de vista, até novas propostas para que possamos melhorar. Não é nem tentar esclarecer; o objetivo aqui não é só esclarecer qualquer tipo de desvio de conduta, mas eu acho que o que esta Comissão vai deixar de mais positivo é algo que nós pudermos propor para o futuro do futebol brasileiro.

Eu tenho uma preocupação que já externei, Dr. Roberto, na audiência passada, em que estive aqui o ex-presidente do meu São Paulo – o outro era o presidente do Santos –, com a formação de jogadores no País. Eu tenho muita preocupação hoje com a atual legislação, pois os clubes formadores de opinião, no meu ponto de vista, têm muito poucos frutos para poderem manter seus jogadores. A instituição da Lei Pelé, com o fim do passe, tem causado uma deterioração muito grande na formação dos jogadores, principalmente... No meu Estado, por exemplo, eu fui presidente do River Atlético Clube por quatro anos; no meu Estado, hoje não existe nenhum clube com investimentos na categoria de base.

Então, eu acho que grande parte da culpa do que aconteceu no futebol brasileiro nos últimos anos foi por conta da falta de formação. É lógico que isso daí está sobrecarregando muito os grandes clubes, que têm estrutura e têm como fazer esses investimentos.

Assim, eu gostaria de saber do senhor se acha que tem de haver algum aprimoramento e também o que poderia ser feito para que nós pudéssemos valorizar os clubes que formam realmente jogadores de futebol, para que eles tenham um ganho maior ao formar uma grande estrela, um grande jogador no futuro. No Brasil hoje, grande parte dos nossos jogadores estão saindo até antes de brilharem internamente. Nós temos notícia de que a quantidade de jogadores que estão sendo transferidos ainda com pouca idade, sem antes brilhar no nosso País, é muito grande. Eu queria saber se o senhor tem alguma ideia, alguma proposta nessa área que pudesse auxiliar esta Comissão a formalizar nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Obrigado, Senador.

Passo a palavra, de novo, ao Sr. Roberto de Andrade.

O SR. ROBERTO DE ANDRADE – Obrigado.

Senador, quando foi criada a Lei Pelé, preocupou-se com o atleta, com a defesa do atleta, com uma condição melhor para o atleta. Só que o clube foi completamente esquecido nesse projeto. Os clubes não têm defesa alguma. O primeiro contrato que se pode fazer com o garoto é aos 16 anos, mas ele normalmente ingressa no clube com a idade de 11 anos, 12 anos, e o clube vai fazendo investimentos ao longo desse tempo: escola, médico, dentista, enfim, tudo aquilo que cabe ao clube no que tange a ajudar os atletas na parte social. E, com 16 anos, na hora de assinar o contrato, ele está praticamente livre; pode aparecer qualquer outro clube, oferecendo qualquer dinheiro ao garoto, ou à família, ou a quem o representa e levá-lo para outro clube. O clube não tem defesa alguma quanto a isso, porque só vale depois de assinado. Até então, o atleta não tem vínculo algum com o clube.

Isso acontece não só na parte da garotada, como também com o profissional. A Lei Pelé acabou com a Lei do Passe e deixou os clubes sem nenhum amparo. Hoje, ouvimos dizer: “Na renovação do atleta, teve-se que gastar mais...” A renovação do atleta é uma nova compra, é uma recompra. Independentemente dos valores que foram investidos – um, cem, quinhentos –, quando vence o contrato, perdem-se todos os direitos econômicos. Eles se acabam junto com o prazo do contrato. Então, você precisa readquiri-los. E você está sujeito à oferta daquilo que o garoto, enfim, o atleta vai solicitar a você.

Então, eu recomendaria que essa lei fosse revista urgentemente para os clubes terem uma retaguarda com relação a isso, porque, além do investimento feito, é o futuro. Sem isso... Não existem atletas se não existirem clubes. Pensaram muito em defender os atletas e esqueceram os clubes. Os clubes estão acabando, como o senhor próprio disse, o clube da sociedade, que não investe mais... Não tem como investir, porque são valores altíssimos.

Só para os senhores terem uma ideia, o Corinthians faz um investimento nas suas categorias de base na ordem de 23 a 24 milhões por ano. Não é qualquer clube que pode fazer isso. E a gente também não tem a certeza de que todos que lá estão serão atletas do profissional, que é o que a gente almeja, ou seja, ter 100% dos seus atletas oriundos da categoria de base. E, nesse período, de 11, 12 anos até a idade em que ele chega ao profissional, normalmente com 18 ou 19, a gente perde muito garoto também para outros clubes por questões financeiras. Isso, eu acredito que, se pudessem rever, seria uma ótima solução para os clubes.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Obrigado, Presidente.

Tramitou aqui nesta Casa a Medida Provisória nº 679, que virou a Lei nº 13.155 (Lei do Profut). A pergunta que tenho para fazer ao senhor é: a repactuação, ou seja, o parcelamento... Dentro da lei, há alguns artigos que se referem exatamente ao parcelamento da dívida. O Corinthians é um dos clubes que assumiu essa posição? Está dentro desse parcelamento – vai fazer ou está fazendo?

O SR. ROBERTO DE ANDRADE – O Corinthians já tinha...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Agradeço a presença do Dr. Eurico Miranda, Presidente do Club de Regatas Vasco da Gama.

Por favor, doutor.

O SR. ROBERTO DE ANDRADE – O Corinthians já tinha todo o seu débito fiscal parcelado, já tinha feito um Refis, mas, com os nossos advogados, achamos por bem aderir ao projeto por conta de que nós teríamos todas as sanções, se estivéssemos fora, como se estivéssemos dentro do Profut. Então, aderimos, sim, ao Profut e estamos dando entrada. Nesses próximos dias, acredito que já se comece a fazer o recolhimento dessas novas guias. Mas, hoje, nós temos 100% dos nossos impostos em dia.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Depois continuaremos com as perguntas, Presidente, já que chegou aqui o Dr. Eurico Miranda.

Muito obrigado pela presença, doutor. Seja bem-vindo.

Por favor, passo a palavra ao senhor.

O SR. EURICO MIRANDA – Eu estou aqui com prazer, até porque esta CPI é presidida por um homem do futebol, que conhece futebol. Eu vim aqui com o maior prazer. Sou sincero a você que eu vim convidado, mas, se fosse para outra CPI, convocado por gente que não tem nada a ver com futebol, seria difícil eu vir.

Mas venho aqui, com o maior prazer, e estou aqui à disposição para dizer o pouco que eu sei. Tenho 50 anos de futebol, mas não são 50 anos de acompanhar futebol; são 50 anos de gestão de futebol. Acho que posso passar alguma coisa.

Estou à sua disposição e à disposição dos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, doutor.

Senador Ciro, quer usar a palavra mais uma vez? Por favor, Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PP - PI) – Quero saudar esse querido amigo, meu companheiro na Câmara dos Deputados.

Eu estive à frente do River Atlético por três anos. Nos três anos, nós fomos campeões, e parte dos títulos que temos do River têm um pouquinho da ajuda que o nosso Eurico Miranda sempre nos deu, a esse clube irmão.

Eurico, eu tinha feito uma pergunta ao Presidente Roberto. Uma preocupação que eu tenho é no que diz respeito à questão de formação de jogadores no nosso País, e acho que você estava aqui presente quando houve a mudança na Lei Pelé. Aquela lei, do meu ponto de vista, deixou os nossos clubes totalmente desprotegidos no que diz respeito à formação de jogadores.

Nosso Presidente Roberto colocou que alguns clubes que começam a investir em jogadores desde os 12 anos de idade só podem fazer o primeiro contrato aos 16, e esse contrato nem sempre tem um respaldo que possa garantir os investimentos que os clubes devem fazer. No meu Estado, por exemplo, nenhum clube hoje investe em categorias de base, para que se possam formar grandes jogadores, como tivemos no passado. E acho que isso tem acontecido por todo o País. É raro um clube que tenha realmente – não sei os grandes clubes... O Presidente Roberto disse que gasta por ano no Corinthians mais de R\$20 milhões nas categorias de base. Se não houver um respaldo para que se venha a recuperar esse dinheiro na formação de jogadores, fica difícil que esses investimentos possam prosperar pelo País.

Eu queria saber o que se pode fazer. Você viveu aquele momento quando houve o fim da lei do passe: o que poderíamos corrigir para que os clubes possam valorizar novamente a formação de jogadores?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Por favor, Dr. Eurico.

O SR. EURICO MIRANDA – Nós vivemos muitos problemas. Esse realmente é o maior deles. Mas todo mundo fala, comenta que a gente tomou de 7 a 1 da Alemanha. Querem botar a culpa numa coisa, a culpa em outra, mas a culpa é desse problema que a gente tem hoje no Brasil. Os alemães aprenderam. Eles viram que tinham de ter formação. Aqui, nós... E fizeram um trabalho, cresceram, e nós regredimos, mas tudo fruto dessa lei, de uma famigerada lei que precisa ser... Ela tem de ser modificada. Por quê?

Quando você diz que é no seu Estado, não é no seu Estado; é no Brasil inteiro. Os clubes tinham sempre, com problemas e tal, mas tinham a formação dos atletas. Era como se fosse uma peneira que havia; depois, dali, eles iam para os centros maiores, etc., por aí. Hoje, acabou, porque, com a lei, inclusive os grandes clubes ficaram totalmente desprotegidos. Aí, você tem um menino que começa com 12 anos. Eu tenho casos lá no Vasco que começaram com 9, começaram com 8. Você tem esse menino que chega e desponta com 12, 13 anos. Ele vai para onde quiser. Aparece um patrocinador, que querem chamar – está bom – de “segundo pai”, porque ele toma conta. Aí, ele leva o jogador para onde quer, e onde quer levar ele diz assim: “Eu trago ele para cá, mas 50% dele são meus!”, tanto que a FIFA agora proibiu que se tenha essa participação de terceiros nos direitos econômicos do jogador. Mas você sabe que é possível burlar isso, e eles têm como burlar. E os clubes desistem. Alguns ainda continuam insistindo, mas o grande problema que nós temos hoje no futebol brasileiro, quer dizer, na qualidade do futebol brasileiro, é porque nós descuidamos da formação.

Além disso, aqueles clubes que ainda investem na formação recebem uma fiscalização do Ministério Público e do Ministério do Trabalho que é uma coisa impressionante. Eu acho que eles preferem, com esse tipo de fiscalização, que esses meninos estejam na marginalidade, porque as exigências que são feitas... Eu não tenho do que me queixar. No caso do Vasco, eu tenho escola dentro do clube, tenho alojamento dentro do clube, tenho refeição dentro do clube, mas eles colocam uma série de exigências. Você tem que ter alojamentos separados por categorias. As categorias não podem estar misturadas. Isso tudo vai dificultando e vai permitindo que... Aí, o que acontece? Se eu perguntar a você, você não é capaz de me dizer... Desses jogadores que, de repente, estão na Seleção Brasileira, tem três, quatro, cinco, seis ou sete que você nunca viu jogar aqui. Eles foram direto lá para fora. Aparecem assim. Porque, daqui, foram embora.

É preciso se legislar no sentido... Não é fácil. Tentou-se antes. É preciso haver uma limitação de idade para que o jogador possa ir. Você não pode levar um jogador aqui... Apesar de a FIFA também ter colocado que o jogador só pode ir com 18 anos, há como se mascarar isso. O garoto vai embora com aquela história de que o pai vai trabalhar, que arranjou um emprego lá... Aí pode. Aí ele sai com 16 anos. Esses dois meninos que também... Estão em outras seleções. Mas esses são casos diferentes. São filhos de jogador que estava jogando lá fora. Aí tudo bem. Mas levado do jeito que está...

Tem que haver uma legislação que dificulte essa saída, porque, para o clube, não há outra saída. Se o clube pensar que ele vai ter que ficar investindo num atleta, se ele não conseguir formar atleta na sua divisão de base, ele não vai sustentar time de jeito nenhum, ou, então, vai para aquela história de “finge que eu pago”. “Você vai jogar aqui para eu fingir que vou te pagar, porque não há condição”. Hoje, você tem fuga de patrocinador, tem fuga... O momento do futebol é muito difícil, Ciro. É muito difícil. Mas a origem está aí.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem.

Presidente, eu fiz uma pergunta ao Presidente do Corinthians e gostaria de fazê-la ao senhor. Diz respeito à Medida Provisória nº 679, que virou a Lei nº 13.155. Um dos artigos trata da repactuação, ou seja, o parcelamento dessas dívidas. São duas perguntas. A primeira é se o Vasco vai participar dessa repactuação, ou seja, se vai parcelar essa dívida.

O SR. EURICO MIRANDA – Eu fui o primeiro a aderir.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – E qual é o débito do Vasco hoje em relação a essa dívida?

O SR. EURICO MIRANDA – Eu fui o primeiro a aderir, até porque eu acho que essa medida é a salvação dos clubes de futebol. Eu não via, na dívida fiscal dos clubes de futebol, outra saída. Essa foi uma medida que... Você reduz, você paga em 240 meses, reduzindo 100% do encargo fiscal, 70% da multa e 40% dos juros e ainda, nos dois primeiros anos, paga só a metade. Quer dizer, quem não aderir a isso está pensando em outra situação, em não pagar nunca, porque, da maneira como a dívida se encontrava, e as dívidas que os clubes tinham...

Eles tinham uma dívida indiscutível e tinham dívidas contestadas. Mas sabemos que, se a dívida é contestada com o Fisco, há uma probabilidade de 90% de a decisão ser a favor do Fisco e de 10% de a decisão ser a seu favor, tanto que eu aderi – e fui o primeiro – antes da regulamentação. No Fisco, também foi assim: eles levaram 30 dias para fazer a regulamentação. E, agora, tem de levar até novembro. Eu paguei a primeira parcela que eu tinha de pagar. Eu a paguei.

O que está assustando – e muita gente fica falando – é que há as chamadas contrapartidas. Mas as contrapartidas têm de existir! Quer dizer, você não pode deixar de pagar dali para frente. Seus impostos têm de ser recolhidos, você tem de pagar a sua parcela. Qual é a outra contrapartida? Bota-se na lei. E, botando na lei, as pessoas se apavoram e falam que há não sei o quê. Não há nada demais. Dizem que o seu clube tem de ter conselho fiscal. Todos os clubes têm conselho fiscal. “Ah, tem de haver uma sala para o conselho fiscal.” Têm sala! “O conselho fiscal é independente.” Ele é independente! Isso aí assusta quem? “Ah, tem de haver prestação de contas!” Elas são prestadas! E você as joga no seu *site*. Nisso aí não há contrapartida. Agora, tem de passar ali, e você tem de cumprir isso.

Agora, há um problema que está atingindo todos os clubes, não a mim, não o Vasco, mas que está atingindo a maioria dos clubes. Tinha de se entender, ilustre Senador, que tinha de haver um corte. Para os clubes de menor investimento, há uma contrapartida, por exemplo, que está sendo exigida, que é você ter a certidão...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – A certidão negativa.

O SR. EURICO MIRANDA – A certidão negativa ou a certidão positiva com efeito de negativa. São duas coisas que estão atrapalhando esses clubes de menor investimento: o chamado *fair play* trabalhista e esse problema da CND. Tinha de haver um corte. Daqui para frente, a partir do vigor da lei, você tem de chegar aqui e dizer: “Agora, vocês têm de cumprir todas as obrigações.” Eles tinham problemas tão sérios para trás, que fica difícil você manter um *fair play* trabalhista, por exemplo, com a dívida que eles tinham. Tem de haver o corte, a partir do momento da edição da lei.

Eu entendi... Sou sincero, não sou muito chegado a fazer muitas badalações. Tenho amigos políticos, mas não faço badalação com político. E tenho a honra de ser amigo do Senador, pelas qualidades dele.

Eu fiz questão de vir aqui e de falar com a Presidente Dilma. Eu passei por alguns presidentes no futebol, por muitos. E ela conseguiu sancionar essa medida, ela conseguiu transformar ou converter em lei essa medida provisória. Ela a sancionou. Sei da pressão que é feita pelo menos pelas autoridades fiscais no sentido de não permitir isso, de não permitir aquilo. Eu falei que ela prestou o maior benefício aos clubes de futebol. Estou resumindo. No meu entendimento, essa medida provisória, para mim, foi a salvação dos clubes. Agora, eles têm de cumprir as contrapartidas, não é? Não se trata de você agora dizer: “Vou aderir ao Profut e continuo não pagando nada, continuo não recolhendo, não recolho o Fundo de Garantia.”

Eu aderi no primeiro mês. Já há três meses sou obrigado a estar com o meu recolhimento em dia, com o meu Fundo de Garantia em dia, com o meu PIS em dia. Quer dizer, estou bem.

E há o problema do *fair play* trabalhista. Também muita gente está se colocando – e eu estou até me estendendo –, muita gente está criticando e dizendo da dificuldade. Não é para chegar e apresentar o *fair play* trabalhista agora. Não. Cumprir o *fair play* trabalhista, não. Isso é a partir da próxima competição. Por exemplo: a lei foi editada agora, no meio de uma competição. Ela não pode ter efeitos em cima dessa competição. Agora, para a próxima competição, tudo bem que seja exigido isto, o *fair play* trabalhista. Isso está assustando um pouco os clubes, está assustando um pouco os clubes menores, de menor investimento, mas, repito, para mim foi a salvação dos clubes.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Presidente, eu particularmente entendo, se ouvir esse lado, que realmente essa lei, claro que ela é positiva em relação a salvar os nossos clubes, devido ao grande valor da dívida que existia, mas todos sabem que eu fui contrário a essa lei, principalmente no momento em que tiraram a responsabilidade da entidade maior do futebol, que é a CBF. Na minha opinião, a CBF, como entidade maior, tinha a responsabilidade de fazer cumprir algumas coisas que estão na lei. Não fazendo com que o clube cumpra com isso, ela não terá nenhum tipo de punição. Como a lei já está vigendo, nós temos que torcer para que dê certo e para que as coisas aconteçam.

Outra coisa, o valor da dívida do Vasco nesse Refis, nesse parcelamento, qual é o valor?

O SR. EURICO MIRANDA – Posso lhe dizer que o Vasco paga hoje uma parcela de 270 mil. Quer dizer, na verdade a parcela seria de 540 mil. Com a redução que houve, a dívida passou para 120 milhões ou 130 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Cento e trinta milhões?

O SR. EURICO MIRANDA – Cento e trinta milhões.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Presidente do Corinthians.

O SR. ROBERTO DE ANDRADE – O valor do nosso Refis é de cento e sessenta e poucos milhões, quase 170 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Eu gostaria de agradecer a presença do Deputado Federal e ex-presidente eterno do Corinthians Andres Sanchez. Gostaria de perguntar se tem alguma coisa a dizer.

Por favor, Presidente.

O SR. ANDRES SANCHEZ (PT - SP) – Eu queria fazer um comentário em cima do que o Presidente do Vasco disse em relação a esses débitos, porque nós vamos ter que apresentar, todo início de temporada, a CND à CBF. Isso é uma temeridade, porque você pode ficar fora do campeonato caso isso não saia. E quem conhece o funcionamento da Receita sabe que a negativa por vezes não sai não por falta de pagamento e sim por problemas de sistema, por alguma outra coisa.

Então, como sugestão, como têm que ser apresentadas as guias, em vez de a negativa, por que não se podem apresentar todas as guias pagas? É a mesma coisa, só que não ficamos na dependência da Receita Federal em soltar a negativa. Apresentam-se as guias à CBF, com os valores recolhidos mês a mês, e estamos quites.

O SR. EURICO MIRANDA – Essa é a melhor solução, até porque, às vezes, não sai uma certidão porque foi descoberto um debitozinho lá atrás, pequeno. Agora, se são daquele ano, estão as guias com todo o recolhimento, é a melhor prova de que está em dia.

O SR. ANDRES SANCHEZ (PT - SP) – Pode ser mandada até mês a mês em vez de uma vez só no ano.

O SR. EURICO MIRANDA – Exatamente.

O SR. ANDRES SANCHEZ (PT - SP) – Todo mês subsequente manda-se o mês corrido.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Vindo agora mais para o presente, comenta-se muito sobre a possibilidade, pelo que tenho visto, pelo que tenho lido ultimamente, desta nova liga de futebol Sul-Minas-Rio, com a participação do Fla-Flu, do Rio; do Atlético Mineiro e do Cruzeiro, de Minas; do Internacional, do Grêmio e de outro clube de que não me lembro o nome, do Rio Grande do Sul; e de mais três clubes de Santa Catarina. Eu gostaria de saber dos senhores: qual o seu posicionamento em relação a essa liga?

O SR. EURICO MIRANDA – Eu queria dizer que, há 50 anos, como eu disse, estou militando no futebol e nunca vi nada tão ilegal e tão imoral! Este é meu grande receio: para onde estão conduzindo o futebol brasileiro? É ilegal por quê? É simples, é muito simples, é coisa que não se discute e que está no Estatuto do Torcedor, que é lei. Você aprova e publica um calendário para o ano seguinte, que é obrigação escrita na lei. A lei obriga que você publique isso. Você o publica. De repente, aparece alguém ou alguns que dizem assim: “Vamos mudar, vamos botar isto aqui. Não é isso, é aquilo.” É imoral, porque é algo que prejudica os terceiros, como o Vasco. A mim, não me prejudica nada, muito pelo contrário! Se eu fosse discutir, se eles me chamassem para participar, eu diria: “Não vou.” Não vou por quê? Porque vou prejudicar inúmeros outros clubes.

Há um contrato do campeonato estadual, em que disputam 14 clubes. Depois, vou até deixar isto para o Senador, para o Senador ver o calendário. Eles o publicam. Eles publicam um calendário colorido, bonitinho. Não há um espaço, não há uma data! A CBF o publica. E, depois, em função da fragilidade da sua direção, do receio de que esses clubes pressionem para isto ou para aquilo, pressionem para a eleição ou para que sejam retirados, eles não tomam a atitude que tinham de tomar, que tinham de mostrar. Eles tinham de dizer: “Não! Isso é ilegal. Quer fundar uma liga, quer fazer a liga? Faça! Ela só não pode acontecer no próximo ano, porque o Estatuto do Torcedor, que é lei, diz que você tem de fazer aquilo dois anos antes.”

A CBF podia matar isso no nascedouro, mas não o faz. Por quê? Não o faz, porque eles estão fragilizados. E não sei por que estão fragilizados. Eles não estão fragilizados para uma coisa, mas estão fragilizados para outras. Se estão fragilizados, basta que dois, três ou quatro cheguem lá e digam que vai acontecer isso ou aquilo, para eles dizerem: “Ah, vamos esperar, vamos empurrar com a barriga, não vamos tomar uma decisão. Se a gente tomar uma decisão agora, pode ser que aconteça algo.” E aí não fazem nada.

Digo a você por que ela é imoral e ilegal. Ela é imoral, porque ela traz esse prejuízo a esses clubes. No Rio de Janeiro, por exemplo...

Pode me dar aqui, por favor! Que pena que molhou! Mas vou deixar isto aqui bonitinho, para você ver como é o calendário.

Eles assinam. Eles assinam! A CBF assina, diz quais são as datas, diz as datas de todas as competições, demonstra que não há uma data sequer que você possa utilizar no ano seguinte e não toma providência nenhuma em relação a isso.

Aí, o que prejudica os outros clubes? Eu dizia: no Rio de Janeiro, por exemplo, campeonato estadual. No campeonato estadual do Rio de Janeiro, há 14 – além dos 4, mais 14 – clubes que seriam prejudicados; mais 19 clubes da segunda; mais vinte e tantos da terceira; mais quarenta e outros tantos clubes que sobrevivem e vivem, exclusivamente, em função do Campeonato Carioca. Todos eles têm contrato no Campeonato Carioca. Têm contrato no Campeonato Carioca, têm contrato no Campeonato Gaúcho, têm contrato no Campeonato Mineiro, têm contrato... Em todos os campeonatos que querem formar essa liga, há contratos em vigor. “Ah, eu não vou...” – como dizem lá no Rio, bravateiros, com o negócio da dupla Fla-Flu – “vou jogar com o segundo time; vou jogar com o time de sub 23”. E aí? Vão receber a mesma coisa? Os outros clubes vão receber a mesma coisa? Não vão ter prejuízo?

Isso é um processo que, no meu entender – e é por isso que eu digo que é imoral –, isso é um processo de elitização do futebol. Falo com a maior tranquilidade aqui, porque, primeiro, aqui está o nosso ilustre Senador, é só a gente buscar as origens dele. Ele jogou, pela primeira vez, em um clube pequeno. Além de jogar num clube de bairro, começar de bairro, jogou no Olaria, que é um clube pequeno. É torcedor, porque o pai era, e não dá para ele torcer para um clube grande, mas ele quer dizer que é torcedor do América, que já foi um clube grande, mas é um clube médio. Mas é só ver... Esses clubes não podem acabar. E esse tipo de coisa é no sentido de acabar com esses clubes. As pessoas vêm, fazem um discurso: “Ah, isso aqui é bom para nós”. “Isso aqui é bom para nós.” Só que eles se esquecem de que eles não jogam sozinhos. Eles vão ficar jogando... São quantos? Doze agora. Vão ficar jogando doze, entre eles, o tempo inteiro?

Isso tomaria – e eu vou dizer – tomaria uma proporção muito maior se o grande centro, que é São Paulo, tivesse aderido e tivesse participado. Como São Paulo ainda tem uma pequena resistência, como São Paulo respeitou o contrato, e não só respeitou o contrato, renovou o contrato que tinha do Campeonato Paulista, que impede que eles possam participar de outro tipo de competição... Por isso, acho que tem que haver aqui, inclusive, um movimento de salvação dos chamados clubes de menor investimento, porque esse processo de elitização...

Eu vou dizer aqui uma coisa de que eles não vão gostar. Há uns doutos aí, metidos, que entendem, metidos a entender de futebol e metidos a entender de administração, que ganham nome na mídia esportiva e ficam ditando cátedra. Eles só não pagam a conta. A conta eles não pagam, mas ficam ditando cátedra. E aí eles têm todas as soluções para esse tipo de coisa.

E eu sei, só quem preside um clube e uma instituição como aquela sabe, que você – não são só eles, não, é de maneira geral –, eles todos dão muita opinião, mas, na hora em que você tem que botar o teu jamegão embaixo para assumir a responsabilidade...

Outra coisa que a gente não abordou no problema dessa lei, quando foi do Profut, é que hoje há a responsabilidade fiscal, hoje o cara que está lá vai responder pela má gestão, e isso se aplica também a federações e confederações. Hoje ele responde pela má gestão. A partir dali, vai responder com certeza.

Então, o que acontece? Eles dizem: “Ah, isso é muito bom, vamos fazer isso, deveria ser assim, deveria ser assado”, mas, na hora, não vão pagar a conta e não querem saber se o outro morreu, se aquele clube acabou. Não.

Vou repetir só para finalizar: foi a coisa mais ilegal e imoral que vi acontecer nos últimos 50 anos em que estou no futebol.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Presidente, por favor.

O SR. ROBERTO DE ANDRADE – O Corinthians não pensa diferente do Presidente Eurico. Eu fui convidado para participar da Liga, neguei de imediato. Sou a favor de uma liga, sim, mas uma liga que contemple todos os clubes, não meia dúzia de clubes.

Também não sei de onde eles vão tirar datas para que se façam os jogos desse Sul-Minas, porque o nosso calendário é tomado e você não consegue fazer um amistoso sequer. Para conseguir uma receita extra para um clube, você não consegue uma data. Nem uma transferência de jogo a CBF autoriza, porque tem que cumprir o calendário religiosamente, de acordo com o que é publicado, como o Presidente Eurico disse. Isso é do código do torcedor, você só pode mudar a cada dois anos, até a forma do campeonato você não pode mudar de um ano para outro, porque o código do torcedor reza isso.

Enfim, a gente, o Corinthians está muito feliz com o seu campeonato regional. Como disse o Presidente, acabamos de renovar o nosso vínculo com a televisão para mais seis anos. Então, não iríamos romper o que a gente tem de certo por uma coisa incerta e que não se sabe onde vai parar.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Nós sabemos que a situação dos clubes é bastante precária financeiramente, diferentemente, por exemplo, da CBF, principalmente, da maioria das suas federações. No meu entendimento, um desses problemas é a má redistribuição da verba, de toda a parte que chega para o futebol. Os senhores entendem dessa forma?

O SR. ROBERTO DE ANDRADE – Esse questionamento da televisão, eu enxergo de forma diferente, não porque o Corinthians tem a maior parte disso. Não, penso igual se fosse defender qualquer outro clube. São duas instituições privadas. A gente sabe que, por parte da Globo, ela não põe dinheiro porque acha os clubes bonitos ou porque ela gosta de futebol. Ela coloca dinheiro porque quer o seu retorno. Retorno de que forma? Em anunciantes investindo no horário do futebol. Por que se paga mais ao Corinthians, ao Flamengo, pouca coisa a mais do que aos outros clubes do segundo escalão, chamando assim, os valores pagos pela Globo? Porque são os clubes que dão mais audiência. Sendo assim, se é o que mais dá audiência, ela também cobra mais do seu anunciante. Então, é uma divisão. Se os senhores pegarem, todo mundo diz aí, o campeonato inglês, a diferença do que ganha mais para o que ganha menos dá quatro vezes; aqui no Brasil, dá três vezes e meia. Então, é mais justo o nosso do que o deles, que todo mundo cita como exemplo.

Essa é uma discussão que não é só dos clubes, é de uma empresa privada, porque, a qualquer momento, ela pode mudar. Os valores são acordos, os valores são acordados. Hoje é uma coisa, a situação do País pode estar levando a que, no ano que vem, os números sejam muito diferentes do que são hoje, e todos perderão receita. Os clubes, com essa receita que nós temos hoje, já têm dificuldade de se manter, imaginem se essas receitas fossem reduzidas, como todo mundo acha que tem de ser! Enfim, não concordo muito com isso.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Então, o senhor entende que essa falência dos clubes é uma das causas, e é a minha opinião, da má gestão da administração durante todos esses anos? É por isso que os clubes estão nessa situação, e as federações e a Confederação Brasileira não?

O SR. ROBERTO DE ANDRADE – Quem contrata o jogador para pagar x de salário é responsável por aquele que contrata. O jogador não vem jogar no clube sem o acordo, sem a assinatura do contrato. Cada um sabe o que faz. Vou dar um exemplo recente do Corinthians, da torcida. Eu não podia andar na rua, pois todos queriam a renovação do Guerreiro, um grande jogador, não discuto isso, mas, se tivesse sido feita naquele momento, estaria quebrando o clube o contrato da monta que era para renovar com o Guerreiro. Eu falei: não. Não sei se Deus me ajudou por estar no caminho certo, mas estamos liderando o campeonato sem a presença do grande jogador Guerreiro. Enfim, se a gente for analisar a fundo o que a gente não tem conhecimento sobre os clubes, veremos que uma grande parte dos clubes passa por uma situação ruim por má gestão, disso eu tenho quase certeza. Uma boa parte das dívidas que são feitas, de tudo o que é feito, é por causa da má gestão.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Eu gostaria de cumprimentar o Presidente Romário pela condução dos trabalhos, pela tranquilidade com que está sendo encaminhada esta discussão, cumprimentar o Eurico Miranda e o Roberto, Presidentes de dois grandes times brasileiros. Meu pai, que está no céu, era corintiano, então, eu o admiro muito, tenho três irmãos corintianos.

Eu queria saber, Roberto, com essa crise toda, a herança da democracia corintiana, do nosso querido Sócrates e de outros, em que contribuiu para melhorar a administração, se não, se sim, se foi para o bem ou para o mal. Como é que você avalia aquela questão do processo, por exemplo, do Bahia, toda aquela abertura, aquela mudança de paradigma que lá foi colocado para tentar recuperar um time de importância, com uma torcida enorme, como o Bahia, assim como o seu time, que também tem uma torcida muito grande no País.

Eurico, primeiro, quero parabenizá-lo por estar tirando o Vasco do atoleiro em que se encontrava, já não está mais parado nos 13 pontos. Torço para que o Vasco continue na elite do futebol brasileiro, que não vá para a Classe B.

O SR. EURICO MIRANDA – Não há hipótese de o Vasco sair da elite do futebol brasileiro. Pode até estar na décima divisão que estará na elite.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Sempre, é um time admirável! Mas, você está fazendo um trabalho de recuperação.

Você, que é um antigo dirigente, de muito tempo, participou, foi, veio e voltou agora, como você vê essa necessidade de passar a limpo essa quebra-de-cabeça nos nossos times, com algumas federações com muitos recursos e os times sem condições de sobreviver? E a confusão que a gente vê em alguns campeonatos, já citei, na vez passada, coisas como o jogo de interesses? Por exemplo, o time do Gama, que é o time com maior torcida do Distrito Federal, foi prejudicado na Série D do Campeonato Brasileiro porque houve um jogo entre dois times patrocinados pela mesma empresa, um jogo em que nitidamente ninguém jogou para ganhar, que acabou tirando o Gama da fase seguinte da Série D do Campeonato Brasileiro. E isso além de todas as questões a que a gente assistiu há um tempo atrás, naquela confusão com a Portuguesa, com o Fluminense, aquelas coisas todas. Como é que você e o próprio Roberto, pela importância do trabalho de vocês no futebol brasileiro, veem...?

O nosso Parlamento aqui, nós estamos tentando fazer o nosso trabalho, estamos chamando todos os que podemos chamar para falar a respeito do assunto, para que possamos contribuir para que essa caixa-preta do futebol brasileiro possa ter mais clareza, a gente possa ter mais condições de dar um pouco mais de apoio para o nosso futebol de base, para ter vários Romários, que saiu de uma região pobre, foi uma estrela nesse mundo afora.

O SR. EURICO MIRANDA (*Fora do microfone.*) – Sem o velho Romário vai ser difícil.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Pois é, mas nós precisamos acreditar que nós temos um celeiro de esportistas – eu sei que ele é um gênio –, pelo menos, medianos.

Eu acho que nosso Brasil hoje está numa situação tão crítica porque os times de base, eles praticamente não estão tendo muito apoio. Quando eu vejo um time igual ao meu... Eu sou cruzeirense, meu time é o Cruzeiro Esporte Clube, de Minas Gerais, embora eu seja goiano de nascimento – dizem que o mineiro é o goiano cansado, que não conseguiu chegar até a praia do Rio e nem do Espírito Santo. Mas, então, eu sou cruzeirense,

é o meu time de futebol, um time que foi duas vezes campeão brasileiro e chega à situação a que chegou agora, segundo uma informação, com uma dívida enorme. Então, quer dizer, é esse tipo de situação que estamos discutindo aqui.

O grande objetivo do Romário e nosso aqui é tentar ver uma forma mais moderna de dirigir, para que os nossos times, realmente não aconteça de ficarem na situação em que estão e nem vejamos tanto escândalo em negócio de lá, negócio para cá, em nível de interesse.

Então, como você e o Roberto acham que nós podemos, de fato, tocar o dedo na ferida e resolver a parada por aqui?

O SR. EURICO MIRANDA – Bom, eu acho que, primeiro, quebradeira eu já vi em tudo quanto é setor. Não é o futebol que é o privilegiado com a quebradeira. Em vez de quebrar... Por onde nós estamos caminhando, estamos caminhando para quebrar tudo. O que acho que tem que ser levado em consideração é que nós – nós, no caso aqui, nós dois, por exemplo, e há outros também – presidimos instituições centenárias! Você pode contar nos dedos quais são as instituições centenárias que ainda existem neste País. Elas todas foram desaparecendo, demonstrando a força que é... Você não pode desprezar uma instituição que tem 30 milhões de torcedores, tem 20 milhões de torcedores, tem 10 milhões de torcedores. Você não pode desprezar, pelo contrário. E, vindo lá de trás, sempre com muito sacrifício. E aqui eles não...

O Estado, ajuda muito pouco, para não dizer que não ajuda nada. Eu, por exemplo, o meu clube tem 117 anos; eu nunca recebi uma subvenção governamental – nunca! Agora, pratico remo, pratico basquete, pratico isso tudo, eu pratico atletismo com meninos e meninas, sem nenhum tipo de incentivo. Claro que isso contribui. Só estou falando de uma maneira geral. Mas muito mais em cima da pergunta que o Senador fez no início, e ele não estava se referindo... Quando se fala em federação, em CBF forte e federações fortes, a grande receita da CBF não é – esse que é o grande problema – o negócio de televisão. A grande receita da CBF é a quantidade de patrocinadores. Vocês já viram a quantidade de patrocinadores que a CBF tem? E os clubes – você é Cruzeiro, não é? –, o clube está atrás de um patrocinador para ver se bota..., e não encontra. A CBF tem uns 20. Está bom, eu acho até normal, mas o que eu entendo é que a arrecadação da CBF... Aí é que é o problema, porque o Romário já chegou à conclusão de que o problema da quebradeira dos clubes é um problema de má gestão. E não é só isso, não, porque má gestão...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Um deles.

O SR. EURICO MIRANDA – É má gestão, mas também é o problema dessa má divisão.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Má redistribuição.

O SR. EURICO MIRANDA – Má distribuição, mas não é de televisão.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Eu não me referi somente à televisão.

O SR. EURICO MIRANDA – Não, é que ele comentou o negócio da televisão. E eu quero justificar, porque é o seguinte: entendo que se a gente falar do problema do Corinthians e do Vasco, nós vamos resolver o problema fácil, fácil. Isso se soluciona. São coisas que não têm problema. Do Cruzeiro, resolve fácil. Agora, só que o Vasco, o Corinthians e o Cruzeiro não jogam sozinhos. E essa quantidade de clubes que têm aí? Você disputa a Série B, a Série C e a Série D. Se você souber como um clube disputa a Série D, qual a dificuldade que ele tem, se você for saber como um clube que disputa ou mesmo um campeonato estadual ou um campeonato brasileiro, o sujeito faz a Copa do Brasil, faz isso, faz aquilo, verá que certos clubes têm problema para dar alimentação ao seu jogador. O que precisa? Aí é o problema da má distribuição. A CBF tem obrigação. Ela não tem que contar história, não adianta contar história...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Está no Estatuto.

O SR. EURICO MIRANDA – Não adianta contar a história que ela faz, que ela chega e dá a passagem, porque, se não der passagem, não tem jogo. O sujeito não vai jogar. O de Brasília vai jogar no Maranhão, em Pernambuco, como? Vai à pé? Tem que dar a passagem. E daí? Agora, só a passagem não resolve. E dá uma passagem e você tem que levar um número limitado de pessoas. Não dá nem para... Nós sofremos isso no próprio Campeonato Brasileiro. Dá um número de passagem que não dá para levar toda a delegação.

Então, o que entendo é que o problema da distribuição, a distribuição, o que arrecada a CBF, ela deveria distribuir, porque ela arrecada em função de quê? Em função da Seleção. Os jogadores são de onde? São dos clubes. Já não paga nada ao clube quando o clube cede seu jogador para a Seleção. O Corinthians agora está lá com três jogadores. E o salário quem paga? Quem paga é o clube. Agora, a CBF arrecada não é...

Aí eu fujo da televisão. Há aqueles negócios daqueles acertos de jogos amistosos pela televisão, que o cara paga, compra o jogo, a televisão só transmite. Há essas coisas também. Isso é um assunto que já vem muito lá de trás. Mas não é a televisão; são os patrocinadores. Os patrocinadores que você não tem nos clubes, você não consegue para o clube. E eles tinham a obrigação de estar distribuindo.

E a solução, já que ele perguntou qual era a solução, a solução já foi dada aqui. A solução é os ilustres Parlamentares... Eu tenho muita esperança agora, porque o Deputado Andres está presidindo uma comissão para ver se... Eu, por sugestão minha, revogava a Lei Pelé, mas ela pode ser aprimorada. O Deputado está agora numa comissão que está querendo aprimorar a Lei Pelé, que é, repito, eu acho que vou, já tem 20 anos, morrer dizendo isto: é a grande responsável pelo problema que o futebol brasileiro está atravessando.

E agora vou dizer mais, olhando ali para o Andres, e já tinha comentado isto com ele: se não for tomada, viu Senadores, uma providência mesmo, séria, vai explodir. Vai explodir, porque ninguém respeita mais nada. Hoje em dia, no futebol, você faz as coisas para não serem cumpridas. Não interessa o documento escrito. A palavra, então? Isso aí deixou de acontecer há muito tempo. Sendo assim, fica um querendo passar o outro para trás e não encontrando solução, não encontrando uma luz no fim do túnel. Movimentos eu entendo que são válidos. Jogador de futebol tem sindicato, mas não é o sindicato que fala. Aí se cria o bom senso. Aí os caras, não satisfeitos com o bom senso, criam o mau senso. Aí, só num segmento, que seria o do jogador de futebol, já há quatro, cinco que pensam de um jeito e pensam de outro.

No dia em que acabar o clube, acabou o futebol. No dia em que acabar o clube, acabou o futebol. O clube é a célula, é a célula *mater* do futebol. E os clubes cada vez mais estão se afastando, porque cada um está cuidando única e exclusivamente do seu interesse, está olhando só para o seu umbigo. Ainda bem que o Presidente do Corinthians, com a força que tem o Corinthians, deu uma declaração forte, forte, para todo mundo entender: “Eu só participo quando todos sentarem para discutir.” Não é impondo condições! Todos devem sentar, porque não vou sentar com meia dúzia. Por que é que eu vou sentar com meia dúzia? Vou sentar com aqueles que efetivamente têm o direito de participar, e vamos discutir. Aí tudo bem, aí o Corinthians participa. Essa é a minha posição. Eu também não sou contra a Liga, não, muito pelo contrário. Mas não com aquele negócio de o cara chegar e dizer: “Nós é que vamos ser os donos.”

E quanto à modernização, meu ilustre, deixe-me dizer que esse também é o grande problema do futebol brasileiro, ou seja, a chamada modernização e profissionalização. A chamada administração profissional no futebol brasileiro é algo terrível, porque o profissional que hoje está, por exemplo, no Corinthians pode fazer lá a maior sujeirada, porque, primeiro, ele não responde por ela. Quem vai responder por ela é o presidente. Aí ele vai lá para o Vasco. E lá ou vai fazer a mesma sujeirada, ou não vai. Mas não é responsável nunca. O profissional não é responsável pela gestão. A gestão vai sempre em cima do dirigente, sendo que cada vez mais os dirigentes... Os clubes que ainda estão mais ou menos são aqueles em que os dirigentes ainda atuam. Eu falo pelo meu. Passaram por lá uns profissionais que dinamitaram o meu clube, acabaram com o meu clube com essa história de CEO. Agora inventaram o CEO e não sei mais o quê. Eu não sou do tempo do CEO – diretor executivo remunerado –, eu não sou desse tempo. Eles deixam uma dívida e quem paga é a instituição.

Então, muito cuidado quando se fala em modernização do futebol. Eu tentei ver se mudava nessa lei a questão da modernização e profissionalização do futebol. Então, muito cuidado quando se fala em modernização, porque o que há de paraquedista, o que há de paraquedista aproveitando-se no futebol! Mas isso não é de graça, não. A gente está falando de profissional que não é de graça. Um CEO ganha 150 mil por mês; um executivo de futebol ganha 200 mil por mês! Esse tipo de coisa é que leva à má gestão.

E aí ele vem e diz para você, lá para o presidente – comigo seria diferente, porque eles não têm nem condições de chegar perto de mim –: “Presidente, escuta, esse aqui é um muito bom, o senhor pode contratar”. E o Presidente, que é, no final, quem contrata – ninguém mais contrata – chega lá e assina. Dali a um ou dois meses, esse CEO, esse diretor executivo vai embora, vai para outro clube, e é você quem fica com a banana na mão para resolver. Então, muito cuidado com esse negócio de modernização.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, doutor.

Particularmente, eu entendo que nós, que somos amantes do futebol, precisamos urgentemente modernizar, moralizar, fiscalizar e profissionalizar o futebol. É claro que, quanto a quem vai fazer, vai depender de o presidente do clube ter a sabedoria de colocar aquele determinado profissional naquele lugar. Se vai pagá-lo ou não, isso é algo de dentro do clube. Agora, que o nosso futebol, neste momento, realmente está uma bagunça generalizada não há quem possa dizer diferente.

O SR. EURICO MIRANDA – Mas não é por causa do profissional.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Não...

O SR. EURICO MIRANDA – Se você vai para a CBF, o que mais tem lá é profissional. Lá só tem profissional.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Quando se profissionaliza um clube, não significa que... Você pode profissionalizar um clube com um diretor não remunerado, mas com uma pessoa técnica naquela área. Que o próprio Presidente do Clube escolha e coloque ali. Tanto é que o nosso futebol hoje está em um momento bem crítico.

Aproveitando esta oportunidade, eu gostaria de perguntar aos senhores o que entendem dessa ausência do Presidente da CBF nas viagens da Seleção, principalmente em viagens como essa última, a estreia em uma competição tão importante como a eliminatória para a Copa do Mundo.

Presidente.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Roberto, eu gostaria que você respondesse à pergunta de S. Ex^a o nosso Senador Romário.

O SR. ROBERTO DE ANDRADE – Eu vou falar.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – A sua resposta eu gostaria de ouvi-la, mas queria só aproveitar, porque estou com a fala, para dizer ao nosso Deputado Eurico Miranda, Presidente do Vasco, que sou Senador pelo Distrito Federal e me chamo Hélio José.

O SR. EURICO MIRANDA – Eu sei.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Eu gostaria de dizer para V. Ex^a que eu acredito realmente na organização e profissionalização. Agora, tem que cobrar responsabilidade de todos. Eu acho que, se o estatuto está ruim, tem que mudar o estatuto do clube; tem que penalizar o dirigente que está ganhando muito para isso.

Eu não concordo com esses salários estrondosos. Eu acho que gênios como Romário têm ser remunerados e reconhecidos, mas tem que ter limite. Eu, inclusive, estava pensando, quando vi o Fluminense, na situação em que está, dizendo que, o conjunto o salário do Ronaldo Gaúcho iria dar R\$ 900 mil, enquanto o salário mínimo de um trabalhador brasileiro é de pouco mais de R\$ 700 ou R\$ 800 no máximo – não sei sequer o valor último, mas é por aí –, que, se você multiplicar por 100, terá R\$ 80 mil. Ou seja, o camarada vai ganhar R\$ 900 mil na situação de crise que vivemos hoje! Isso é para enterrar de vez o time de futebol, que é um time glorioso.

O SR. EURICO MIRANDA – Mas não é só ele que ganha, não. Sabe quantos anos o trabalhador brasileiro tem que trabalhar para ganhar o que ele ganha em um mês? Cem!

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Então, isso é um absurdo, um desrespeito! Quero crer que têm de ser bem remunerados os gênios, mas tem que haver um certo limite, uma dosagem nas questões. E não estou criticando aqui nenhuma pessoa individualmente.

O SR. EURICO MIRANDA – Mas, por favor, com todo respeito, não compare o Ronaldinho Gaúcho com o Romário!

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Claro que não. Não posso comparar. Romário é Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Isso é verdade! (*Risos.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Sem querer fazer juízo de valor, mas o Romário é o Romário. Além disso, é amigo nosso desta Casa. O Romário é tão bom que, nesta Casa, todo relatório que ele faz consegue aprovar por unanimidade no Plenário do Senado, o que é a coisa mais difícil.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Obrigado, Senador.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – O último foi o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Estou sendo realista, porque ele é realmente um cara que procura trabalhar de forma tranquila.

Roberto, essa questão, por exemplo, da herança de toda aquela discussão que o Sócrates fez, que depois vocês pegaram e depois escutei na Bahia, e tudo, que você voltou para um outro estilo mais profissional e o Corinthians continua bem, graças a Deus, pelo bem do nosso futebol, acho que em tudo você tem sugestão a dar. Queria que você respondesse à pergunta do Romário, depois às minhas e desse sugestão para nós sobre o que nós podemos fazer para, de fato... Esta CPI não vai terminar em pizza; se depender de mim e do Romário, não vai terminar em pizza. E tenho certeza também de que os nossos outros companheiros aqui da CPI, todos aqui estão imbuídos em realmente ver o resultado, o encaminhamento, o que vocês acham que podemos fazer para passar a limpo essa questão do futebol.

O SR. ROBERTO DE ANDRADE – O Presidente Eurico já falou quase tudo que vivemos hoje. Agora, falando da época da democracia, aquilo pouco contribuiu para o clube, aquilo era um ato dos atletas e não trouxe benefício nenhum ao clube. Aquilo chamou atenção da mídia, porque nada mais era; o que não havia eram as concentrações. E ouvia-se a opinião de dois ou três jogadores que mandavam no elenco do Corinthians. Então, aquilo ficou cravado na história do clube como se fosse um ato fora de série. Não entendo assim, não enxergo assim. Ao clube trouxe muito pouco benefício.

Agora, baseado naquilo que o senhor disse e em tudo o que o Presidente Eurico disse também, posso somar o seguinte: uma má gestão no clube – dependendo do clube a gestão é por dois anos, três, alguns clubes até quatro – você precisa de outras três ou quatro gestões para arrumar, acertar aquilo que foi deixado de ruim. Um presidente, a maioria deles – não sei, não posso qualificar todos – querem, na sua gestão, ser vencedores. Não pensam no clube, em deixar um clube melhor para o próximo que vier. Lógico que, se vier título no período da sua gestão, ótimo, melhor ainda. Agora, tem que preparar um clube melhor. Muito pelo contrário: monta-se um time com valores fora da normalidade do que o futebol pode pagar, fora da sua receita e vão

dando jeito. É como o Presidente disse: paga depois, porque ele quer o título de qualquer jeito. E sabemos que, para alcançar um título como o Brasileiro, você tem que ter um time forte e um time forte normalmente custa um pouco mais do que um time médio, vamos dizer assim.

Agora, o que eu poderia citar como sugestão é que se crie um órgão que fiscalize isso. Como um clube pode trazer um jogador gastando €10 milhões, pagando 800 mil a 900 mil por mês se ele não comprova que tem essa receita e nem de onde tirar? Nunca foi perguntado isso. Se você mandar um contrato para a CBF de dez anos com esse atleta ganhando um milhão por mês, ela registra. Não existe questionamento disso. Ninguém exige do clube uma prestação de contas se ele está apto a ter aquele time que ele está propondo fazer. Todo mundo no Brasil gosta de copiar as coisas de fora. Fala-se muito isso, isso, aquilo de outro país. Na Inglaterra, ninguém contrata nada sem o órgão fiscalizador dar direito a isso. Você tem que mostrar que tem receita para aquela contratação.

Então, acho que, na minha visão, uma das coisas seria até uma proteção ao dirigente... Porque, como falou o Eurico, no clube você tem o diretor de futebol, o vice-presidente de futebol, diretor técnico, alguns remunerados e vem uma pressão muito grande. Todo mundo quer fazer um time forte para que chegue perto dos títulos. É o que todo mundo quer e não sou diferente. Agora, temos que ter o mesmo pensamento, mas com responsabilidade no orçamento, como em qualquer empresa. Ninguém faz nada fora do normal, porque o conselho da empresa veta. A mesma coisa tem que acontecer no futebol.

O estatuto dos clubes, na sua maioria, não prevê isso no seu conselho deliberativo, porque, até então, se você for discutir qualquer coisa num conselho de 400 pessoas, você não sai do lugar, você não faz mais nada e o clube acaba. Então, tem que haver algum outro órgão que fiscalize isso e que ponha uma baliza no futebol. Essa é a minha visão.

Senador Romário, com relação ao Presidente da CBF, eu não sei os motivos por que ele, os verdadeiros motivos, vamos dizer assim, por que ele não está acompanhando a Seleção Brasileira. O que eu tenho lido, as suas justificativas são de que ele não pode abandonar o País por conta de esta CPI estar existindo e que ele está levantando documentos que são exigidos a ele. É o que eu tenho lido. Mas acho isso também lamentável, e a gente sabe, entre linhas, o porquê de ele não estar viajando, não é?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Dr. Eurico.

O SR. EURICO MIRANDA – Eu tenho que sempre me lembrar daquilo: a gente vai envelhecendo no futebol. Eu, sempre que estive à frente do futebol, a todas as viagens, fosse para onde fosse, eu ia. Quando era do futebol, eu sempre fui. Hoje, como eu não estou cem por cento, eu não tenho ido a algumas, ou até à maioria; eu não vou. Só há uma justificativa para não ir à viagem do time: é o sujeito não estar bem fisicamente. Essa é a única justificativa. O outro não tem justificativa. Simplesmente não tem justificativa. Quem dirige o futebol tem que, no jogo, tem que estar presente. O presidente tem que estar presente. Tem que estar presente. Não há justificativa para ele não estar presente. É isso. Se não viaja, meu amigo, aí, não há quem possa dizer por que não viaja. Eu não sei se é por que não precise. Porque podia não estar viajando para determinado lugar, mas não está viajando para nenhum lugar. Aí, isso aí, realmente, é algo para que não tem muita justificativa, não.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem. Muito obrigado pela presença dos senhores.

Antes de encerrar, passo a palavra aqui ao nosso...

O SR. ANDRES SANCHEZ (PT - SP) – É só porque eu estive na última reunião aqui e foi muito debatido – eu tenho certeza de que o Vasco e o Corinthians jamais fizeram isso, mas queria perguntar –: a CBF, quando soube que vocês foram convidados a vir, ela pediu, ela exigiu, ela comentou alguma coisa para vocês não viem, para deixarem de vir, alguma coisa do gênero? Só por desengano de consciência.

O SR. ROBERTO DE ANDRADE – Não, comigo...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Por favor, presidente.

O SR. ROBERTO DE ANDRADE – Não, não. Com o Corinthians, de forma alguma, não houve manifestação nenhuma e também não teria nem por que, não é?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Dr. Eurico?

O SR. EURICO MIRANDA – Me pedir? Como se isso adiantasse alguma coisa! Eu já disse aqui que eu vim... A mim, não iam me pedir nada. Ninguém me pediu nada. E eu vim aqui porque acho que você – não posso tratar como “você”; antes eu podia te tratar como “você” – eu espero que V. Exª salve, venha, dê uma grande contribuição para salvar o futebol. Você pode fazer isso. Não precisa... Não siga muito esses, esses, esses doutos que têm só opinião deles, mas siga o seu sentimento, o seu conhecimento por ter vivenciado isso. Eu acho que você pode dar uma contribuição enorme e acho que a maior delas é ajudar aqui o nosso Deputado Andres a dar uma burilada nessa Lei Pelé. Porque se ele der uma burilada nessa Lei Pelé, como deve ser dada, aí vai atingir tudo o que a gente quer: CBF, federação, etc., tudo pode ser atingido se der uma burilada nessa Lei Pelé.

E eu quero dizer que fiquei muito honrado de vir aqui e toda vez que for convidado para aqui vir... E a V. Ex^a eu dou o direito de me convocar também. A outros eu não dou não! Mas convidado ou convocado para aqui vir, eu venho com o maior prazer.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, doutor.

Mais uma vez, muito obrigado pela presença dos senhores. É claro que nesta audiência pública nós poderíamos ter tido a presença dos outros Senadores, mas todos sabemos que aqui é um pouco corrido, existem muitas outras comissões em determinado dia. Realmente fica muito difícil a presença dos Senadores.

Enfim, dentro do que a gente pôde fazer, eu acredito que foi uma audiência bem interessante. Os senhores passaram aqui algumas coisas que são importantes e relevantes para o nosso futebol. E tenho muita certeza de que pelo menos eu consegui pegar dos senhores muitas coisas que levaremos à frente nesta CPI.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos.

Convidamos para a próxima reunião, a ser realizada na próxima quarta-feira, dia 20 de outubro, às 14h30, com pauta a ser oportunamente encaminhada.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 1 minuto)

SENADOR ROMÁRIO
Presidente

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 616, de 2015, destinada a investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL).

ATA DA 14ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 14ª Reunião, realizada em 21 de outubro de 2015, às 14 horas e 40 minutos, no Plenário 02 – Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, sob a presidência do **Senador Romário** e com a presença dos Senadores: **Humberto Costa, Zezé Perrela, João Alberto Souza, Romero Jucá, Omar Aziz, Paulo Bauer, Davi Alcolumbre, Hélio José, Randolfe Rodrigues, Roberto Rocha e Wellington Fagundes**. Deixaram de comparecer os Senadores: **Ciro Nogueira, Donizeti Nogueira e Fernando Collor**. Estiveram presentes, também, o Senador não membro Wilder Moraes e os Deputados Federais Andres Sanchez e Marcus Vicente. Na oportunidade, foi realizada audiência pública com: Reinaldo Carneiro Bastos, Presidente da Federação Paulista de Futebol; Mauro Carmélio Costa Júnior, Presidente da Federação Cearense de Futebol; André Luiz Pitta Pires, Presidente da Federação Goiana de Futebol; Evandro Carvalho, Presidente da Federação Pernambucana de Futebol; Gustavo Vieira, Presidente da Federação de Futebol do Estado do Espírito Santo; Heitor Luiz da Costa Junior, Presidente da Federação de Futebol do Estado de Rondônia, e Roberto Góes, Presidente da Federação Amapaense de Futebol.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 616, de 2015, com a finalidade de investigar a situação do futebol brasileiro.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública com presidentes de federações estaduais de futebol, nos termos do plano de trabalho proposto pelo Relator, Senador Romero Jucá, e do Requerimento n. 14/2015, de minha autoria.

Estão presentes os seguintes convidados, os quais peço que componham a mesa: Sr. Reinaldo Carneiro Bastos, Presidente da Federação Paulista de Futebol; Sr. Mauro Carmélio Costa Júnior, Presidente da Federação Cearense de Futebol; V. Ex^a, Deputado Rogério Góes, Presidente da Federação Amapaense de Futebol; Sr. André Luiz Pitta Pires, Presidente da Federação Goiana de Futebol; Sr. Evandro Carvalho, Presidente da Federação Pernambucana de Futebol; Sr. Gustavo Vieira, Presidente da Federação de Futebol do Estado do Espírito Santo; Sr. Heitor Luiz da Costa Junior, Presidente da Federação de Futebol do Estado de Rondônia.

Vou fazer uma correção aqui: é Deputado Roberto Góes.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar, com comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Para organizar nossos trabalhos, esclareço que, após a exposição inicial dos nossos convidados, a palavra será concedida aos Senadores na ordem de sua inscrição. Terão preferência para uso da palavra, na seguinte ordem, o Relator, o Presidente, os membros e os não membros.

Com o fim de organizar o tempo disponível desta audiência pública, sugiro que cada convidado tenha dez minutos para sua exposição.

Antes de iniciarmos as exposições, agradeço a presença dos senhores. Infelizmente, a mesa acabou ficando um pouco pequena, mas acredito que o que vale, o mais importante nesta reunião de hoje é o que os senhores irão dizer, principalmente porque os senhores estão aqui como testemunhas, pois vivem há muito tempo no futebol.

Eu tenho certeza de que os senhores passarão coisas importantes, interessantes e relevantes para o objetivo desta CPI, que é principalmente moralizar esse nosso futebol brasileiro, que ultimamente tem atravessado momentos bem tristes e caóticos.

Começamos, aqui, por conceder a palavra ao Sr. Reinaldo Carneiro Bastos, Presidente da Federação Paulista de Futebol.

O SR. REINALDO CARNEIRO BASTOS – Boa tarde, Senador Romário. Boa tarde, Srs. Senadores.

Sou Reinaldo Carneiro Bastos, Presidente da Federação Paulista de Futebol, há cerca de pouco mais de cem dias. O futebol é uma entidade que congrega 140 clubes profissionais, 60 ligas amadoras.

Temos por volta de 500 árbitros. Fazemos em torno de 3,5 mil jogos por ano.

Nesse curto espaço de tempo, já tomamos algumas atitudes na entidade. Contratei um Vice-Presidente Executivo para a Federação Paulista de Futebol. Criamos junto com ele, por sugestão dele, novos departamentos, um deles é a Vice-Presidência de Integração do Atleta Profissional, que está ocupada pelo Mauro Silva, nosso

campeão do mundo e um grande parceiro. Ele é um homem que tem feito uma interação da Federação com atletas, treinadores e gerentes de futebol. Ele tem ido aos clubes, visitado os clubes e trazido uma representação dos atletas, dos treinadores e dos gerentes à Federação. Estamos ouvindo todos os segmentos.

Criamos um departamento de desenvolvimento da arbitragem que vai cuidar de tratar da deficiência exclusiva de cada um. Hoje, o treinamento é feito para todos de forma igual. Vamos pegar possíveis deficiências de cada um e tratar especificamente cada deficiência.

Estamos atualizando nosso sistema de gestão. Nomeamos uma comissão independente para reforma e modernização do estatuto. Assim que chegamos, contratamos uma grande empresa especializada em recursos humanos para fazer o trabalho de valorização de cargos e salários da Federação Paulista de Futebol.

Pela primeira vez, um fato inédito no Brasil, tivemos exame antidoping na última divisão no futebol de São Paulo, na quarta divisão, que chamamos de Série B. Em todos os campeonatos da Série A1, Série A2 e Série A3 e segunda divisão, fazemos controle de dopagem.

Fazemos 16 campeonatos por ano. Temos mais de 60 clubes disputando Sub-15 e mais de 70 clubes, Sub-17. Temos competições Sub-11, Sub-20 da primeira e da segunda divisão. Tivemos 28,4 mil atletas inscritos em 2014.

Mas temos a consciência de que precisamos melhorar e evoluir muito ainda no futebol brasileiro. Vivemos um momento difícil, de falta de credibilidade no nosso esporte. Estou no futebol porque amo esse esporte. Gosto dele. Eu vivo... A forma que vi de colaborar com o futebol foi sendo dirigente. Não tinha nenhuma habilidade com a bola, então, resolvi ser dirigente de futebol. Então, gosto muito do que faço.

Estamos no início de uma caminhada. Na Federação, temos um caminho longo a percorrer. Na segunda-feira agora, vamos apresentar aos clubes e à imprensa um novo projeto de marca e de valorização do campeonato paulista. Em resumo, temos um trabalho muito grande pela frente. Temos tido a parceria e a colaboração dos clubes de uma forma que me deixa muito feliz e emocionado. Tenho a presença e o apoio de clube humilde a clube grande, de clube rico, de clube menos rico. Temos um contato frequente e apoio para a decisão. Temos decisões duras para serem tomadas. Temos decisões difíceis. Temos uma legislação muito difícil. Precisamos entender que a legislação é feita para todos, para todos os clubes.

E um clube que tem um grande potencial, ele tem uma estrutura, ele tem até um suporte financeiro para se adequar a essa situação. Um clube humilde, um clube da última divisão, um clube do interior de um Estado, não tem essa estrutura, não tem essa bagagem, não tem essa forma de se adequar. Nós vamos sofrer muito com o fomento do futebol.

Eu penso em futebol o tempo inteiro e às vezes eu fico pensando se não está na hora de se criar uma legislação para o micro e pequeno clube, que simplifique a vida deles. É muito difícil, é quase impossível, eu tenho presidentes de clubes menores, clubes corretos, organizados, que estão desistindo, por conta das exigências. E precisamos ter exigências, eu quero deixar bem claro que a gente precisa cobrar muito gestão, transparência, qualidade, e nós vamos fazer isso, mas de formas diferentes. Nós temos grandes empresas e temos pequenas e microempresas; as exigências das grandes empresas são diferentes das micro e pequenas empresas.

É esse apelo que eu deixo aqui, que a gente consiga sensibilizar os senhores, o Senador Romário conhece o futebol como atleta e até como dirigente, que a gente olhe a possibilidade de os clubes serem tratados, sim, de uma forma moderna, de uma forma clara, de uma forma transparente como empresa, mas, como as empresas são. Um micro e um pequeno clube, um clube pequeno do interior, que ele tenha uma legislação em que a burocracia seja mais simples, que a burocracia seja mais fácil para que ele possa fomentar.

Se os senhores analisarem, em 2010, quando o Luiz Felipe Scolari convocou a seleção, nós, a imprensa toda questionou se o Neymar e o Ganso não iam. De lá para cá, não há mais questionamentos, nós não produzimos mais nenhum craque fora de série, nós não temos, porque o fomento diminuiu, diminuiu a quantidade de camisas disponíveis para o moleque jogar. E o moleque, para aparecer, ele não precisa de uma camisa de time grande não, ele precisa de uma camisa. Ele precisa disputar uma competição, uma competição humilde ou uma competição milionária, mas ele precisa de uma camisa para disputar uma competição, porque ele vai ser visto por alguém e ele vai galgar o caminho que a competência dele lhe permitir.

São essas as minhas palavras e esse é o apelo que eu deixo: de a gente preservar o micro e o pequeno clube. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Presidente, muito obrigado aqui pelas palavras.

Eu passo a palavra agora ao Sr. Mauro Carmélio Costa Júnior, Presidente da Federação Cearense de Futebol.

O SR. MAURO CARMÉLIO COSTA JÚNIOR – Boa tarde a todos.

Cumprimento V. Ex^a, Senador Romário, e os demais Senadores presentes, e agradeço o convite para colaborar com esta Comissão, falar do futebol brasileiro, mais especificamente da realidade do futebol cearense,

uma realidade tão distinta da dos Estados mais aquinhoados de receitas, pondo-me, desde logo, à disposição para quaisquer questionamentos nesta ou em qualquer oportunidade. Queria pedir permissão para discorrer o tempo que me for permitido sobre o futebol cearense.

Sou advogado, especializado em Direito Bancário, Securitário e Desportivo, tenho 53 anos de idade, sou casado e tenho três filhos. Assumi a Federação Cearense de Futebol em 2010, tendo, portanto, cinco anos à frente da entidade regional.

Recebi do meu antecessor uma federação sucateada, parada no tempo, sem informática, com máquinas de escrever espalhadas nas salas, com uma estrutura arcaica, seja estrutural, seja de capacitação dos funcionários. Infelizmente, tive que fazer uma grande renovação de quadros, uns por aposentadoria, outros por incapacidade de adaptação, e hoje tenho uma federação enxuta, mas eficiente. Tive que investir em mobiliário e em terminais de computação, que eram inexistentes.

Recebi uma federação que fazia campeonatos estaduais em duas divisões e duas copas nas categorias Sub-18 e Sub-16. Desde 2011, a Federação Cearense realiza quatro competições profissionais: Série A, Série B, Série C e a Taça Fares Lopes, competição profissional do segundo semestre que indica o representante cearense na Copa do Brasil, na qual se homenageia um ex-esportista e ex-presidente da federação local e dá calendário para os clubes cearenses ao longo do ano, notadamente para os que não disputam o Campeonato Brasileiro.

Com isso, movimentamos aproximadamente 30 clubes profissionais por ano; dois clubes bem estruturados, o Ceará Sporting Clube e o Fortaleza Esporte Clube; e o restante, um misto de clubes emergentes e sobreviventes.

Para as categorias de base, saímos de 60 jogos ao ano para 400 jogos. Realizamos cinco competições anuais, bancando toda a despesa de arbitragem, delegado, bolas, gandulas, ambulância e, às vezes, até aluguel e marcação de campo e transporte dos próprios clubes. E como foi feito e é feito isso? Qual é o milagre? A Federação Cearense de Futebol não recebe nenhuma verba estatal, seja municipal, seja estadual, seja federal. Nenhum convênio de verba passa pela federação. Mesmo assim, realizamos, nas categorias de base, o Sub-20, o Sub-17, o Sub-15 e o Sub-13, além do estadual feminino, esse com muita dificuldade, pela pouca adesão dos maiores clubes cearenses.

Investi na arbitragem cearense trazendo instrutor FIFA para qualificar nossos árbitros. Realizo cursos periódicos para renovar e treinamento para aprimorar nossos 120 árbitros. Eles possuem acompanhamento de nutricionista, psicólogo, preparador físico, médico, ambulância etc. Espero que esse investimento seja recompensado com a revelação de talentos.

Tenho muito orgulho do trabalho que realizei. Muito foi mudado no futebol cearense. Muito ainda eu gostaria de realizar. A engenhosidade combatendo a falta de recursos tem limites e barreiras que busco suplantar.

Fui um dos primeiros a apoiar a volta da Copa do Nordeste, que é um produto vitorioso, visto ser o nordestino apaixonado pelo futebol.

Acredito que o calendário atual, apertando as datas para o estadual, é danoso ao futebol cearense, ao futebol nordestino. Nossa realidade é diferente. Um Estado como o nosso não pode sobreviver de apenas dois clubes. A realidade de Estados como Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul é diferente da nossa. Somos a décima federação no *ranking* nacional, em que o futebol de Pernambuco, Bahia, Goiás, Santa Catarina e Paraná está muito à nossa frente. O Brasil, Senador Romário, é grande demais, tem realidades distintas. Tirar uma federação ou um Estado como retrato do País é um erro.

O que penso sobre o futebol atual? Acho que o País precisa investir mais nas categorias de base. Deveria voltar a obrigatoriedade da prática esportiva nas escolas, local onde nascem futuros atletas. Pleiteio a volta do Brasileiro de seleções estaduais nas categorias Sub-20 e Sub-17, em que haveria maior oportunidade de visão dos atletas fora do eixo Sul-Sudeste. Entendo também que deveriam ser revistos os custos do futebol profissional, com uma maneira de se desonerar sua prática. Esporte é saúde, futebol é a prática esportiva mais barata do mundo, para ser praticado na rua, na porta de casa, mas, infelizmente, é muito oneroso para quem o leva a sério. Temos talento nato, mas precisamos de apoio.

Estou à disposição dos senhores para colaborar com esta Comissão.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Presidente Mauro Carmélio.

Passo a palavra agora ao Deputado Federal Roberto Góes, Presidente da Federação Amapaense de Futebol.

O SR. ROBERTO GÓES – Primeiro, agradeço pelo convite para estar aqui. E agradeço a presença de todos os colegas Deputados: Andres Sanchez que está por aqui; nosso Vice-Presidente e Deputado Federal Vicente Candido; e outros Deputados que estão aqui junto conosco.

Sou Presidente da Federação Amapaense de Futebol, uma federação pequena, mas organizada.

E, aqui, eu queria colaborar com o que foi dito pela Federação Paulista, o Dr. Reinaldo.

Existe esta CPI, e eu acho que, aqui, do limão devemos fazer uma limonada, Senador Romário, e devemos trabalhar de forma muito clara, principalmente na reforma das leis para os clubes. Há clubes grandes, há clubes pequenos, como foi dito.

Infelizmente, nossos clubes são profissionais, mas têm uma estrutura de amador e ainda pagam um imposto muito pesado para se manter. A minha federação tem 10 clubes profissionais, 13 clubes amadores e 16 ligas. Estou à frente da Federação de Futebol já há mais de dez anos. Tenho trabalhado incansavelmente para a melhoria do futebol no País. Não é fácil fazer futebol neste País, o senhor sabe disso, pois já foi jogador de futebol, já foi ídolo da Seleção Brasileira, já teve uma boa relação com a própria CBF, já foi dirigente de clube e sabe que a situação do futebol brasileiro, mesmo com todos os problemas, nós somos os melhores ainda.

Quero me colocar à disposição da CPI, como convidado, e agradecer a presença de todos os nossos presidente de federação, que estão aqui, junto com V. Ex^a, junto com o Relator Romero e junto com todos os Senadores, no melhor objetivo, que é fazer com que melhoremos o futebol brasileiro, não caçando as bruxas, não apontando defeitos, mas, sim, buscando a solução, que é isso que nós queremos.

Faço parte de uma comissão de esporte que está tratando sobre a questão da violência nos estádios, que é um problema grave no Brasil, como é em outros países também. Tive a oportunidade de visitar outros países. Estamos trabalhando a questão das leis que possam garantir melhores condições para os clubes, para os atletas.

Quero também parabenizar aqui a Presidente Dilma, que encaminhou um projeto à Câmara, onde foi discutido. O Deputado Jovair, aqui presente, teve oportunidade de trabalhar, como Relator, na comissão, que, com certeza, vai melhorar muito, fazendo com que os clubes que estão endividados possam ter tempo para sanar as suas dívidas e melhorar o seu plantel, o seu centro de treinamento, melhorar ativamente o futebol brasileiro.

No mais, agradeço o convite de V. Ex^a e me coloco à disposição da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Deputado, Presidente Federação Amapaense, Roberto Góes.

Antes de passar a palavra ao próximo, gostaria de agradecer a presença dos Deputados Federais aqui, hoje, nesta Comissão: Deputado Andres Sanchez, Deputado Marcus Vicente, Deputado Vicente Cândido, Deputado Jovair Arantes, e todos os presentes, e os Senadores que vêm participando sempre desta CPI.

Passo a palavra, agora, ao senhor André Luiz Pitta Pires, Presidente da Federação Goiana de Futebol.

O SR. ANDRÉ LUIZ PITTA PIRES – Boa tarde, Senador Romário; boa tarde a todos os Senadores e Deputados Federais aqui presentes.

Meu nome é André Luiz Pitta Pires, 38 anos, sou nascido em Santos e fui criança para Goiás ainda. Assumi a Federação Goiana de Futebol há cerca de sete anos. A Federação Goiana de Futebol, no momento em que assumi, vivia algumas dificuldades em relação a problemas tributários, trabalhistas. Nós viemos, ao longo desses anos, buscando a melhoria e a limpeza do nome da Federação, para que nos desse uma condição de um futuro promissor, conseguirmos buscar convênios, parcerias e uma forma de ajudar os clubes goianos.

Hoje, a Federação Goiana de Futebol detém todas as certidões tributárias e trabalhistas, sem nenhum tipo de pendência. Não temos processos judiciais, nenhum tipo de problema na Justiça. Estamos buscando fomentar principalmente o futebol de base, o futebol das equipes mais fracas. Até porque nós entendemos que temos que respeitar os grandes clubes do futebol brasileiro e também de Goiás, mas eles já se encontram dentro de uma estrutura muito boa, com uma torcida muito forte e uma condição financeira muito maior do que os pequenos clubes do futebol, não só goiano, mas também brasileiro.

No futebol goiano, hoje, nós temos em atividade 29 clubes profissionais envolvidos em primeira, segunda e terceira divisão. Nós temos 120 clubes não profissionais divididos em 9 competições, sendo Sub-20, Sub-17, Sub-15, Sub-14 e futebol feminino, que nós realizamos todos os anos. Estamos buscando parcerias, ações sociais, buscando movimentar as categorias de base, porque o futebol brasileiro, hoje, sem dúvida nenhuma, precisa alavancar a base. Nós estamos vendo vários garotos indo embora do Brasil, sem mesmo passar por nossos clubes.

E acho que é importante a presença de V. Ex^{as}, Senadores e Deputados, todos abdicando do seu tempo para podermos estar aqui juntos, buscando melhorias para o futebol, não só dos nossos Estados, mas também para o futebol brasileiro. Preocupa-nos muito quando falamos no fim da possibilidade dos estaduais, onde nós matariamos cerca de 500 clubes do futebol brasileiro. Onde não há um clube grande jogando, o pequeno não tem força financeira nem política para conseguir disputar as competições.

Agradeço poder estar presente aqui hoje e espero esclarecer tudo que for colocado a mim e ao futebol. Que eu possa ajudar, para que nós possamos melhorar o futebol brasileiro, que carece de muitas melhorias.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, presidente.

Agora, passarei a palavra ao Sr. Evandro Carvalho, Presidente da Federação Pernambucana de Futebol.

O SR. EVANDRO CARVALHO – Boa tarde a todos.

Senador Romário, Srs. Deputados, Srs. Senadores, demais colegas, presidentes de federações, minhas senhores e meus senhores, meu nome é Evandro Barros de Carvalho, Presidente da Federação Pernambucana de Futebol, sendo que o primeiro processo eleitoral a que me submeti foi em janeiro deste ano, em complemento a um período de dois anos de presidência por força do óbito do ex-presidente.

Eu gostaria, nesta oportunidade, de agradecer o convite para comparecer a esta reunião. Entendo que poderemos contribuir, efetivamente, com exemplos, com sugestões e com ideias que possam melhorar e qualificar melhor as gestões das federações, a disputa dos jogos e o desenvolvimento e o fomento do nosso futebol.

Eu gostaria, Senador Romário, de me ater, especificamente, a um programa em Pernambuco, motivo pelo qual faço uma referência elogiosa ao ex-Governador Eduardo Campos, falecido num acidente quando ainda em campanha na disputa pela Presidência da República. O Governador Eduardo Campos implantou em Pernambuco um projeto que visava – e visa, porque nós o temos ainda; está provisoriamente suspenso devido a essa crise econômico-financeira pela qual passamos e que, conjunturalmente, também atinge o Estado de Pernambuco, ainda que nosso Estado tenha tido, nos últimos oito anos, o melhor índice e pico de desenvolvimento em termos de economia estadual... Esse programa foi que possibilitou a Pernambuco ter o único clube do Norte e do Nordeste na Série A atualmente; possibilitou ter dois clubes na Série B; possibilitou ter um clube na Série C e dois na Série D; possibilitou realizarmos o que, evidentemente, a grande mídia nacional não divulga. Mas, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Pernambuco – e eu me orgulho de dizer isso – é o único Estado do Brasil em que o torcedor em campo tem um seguro médico que permite a ele, em uma emergência ou uma urgência médica, ser atendido nos hospitais privados, seja em cirurgia ou em UTI.

Pernambuco – e eu me orgulho disso também – é o único Estado em que os atletas, a partir de 13 anos, têm seguro de vida nas disputas das competições amadoras, inclusive os profissionais em que a lei não determina à federação arcar com esse custo. É um custo que a lei determina ao clube de futebol, mas os clubes pernambucanos não precisam arcar com esse custo, porque a federação o faz.

E tudo isso decorreu, Sr. Presidente, da visão do nosso ex-Governador e do atual Governador em fomentar e em entender que a arrecadação do ICMS poderia, na medida em que ela é projetada e alavancada com números superavitários, poderia ter um percentual destinado aos clubes de futebol.

Então, nós realizamos hoje, Presidente, uma competição que eu calculo, estimo que seja a maior do mundo. Nós temos hoje mais de 700 clubes, com mais de 20 mil atletas, na faixa de 15 a 17 anos, jogando anualmente. E nós nos orgulhamos de ter implantado o primeiro programa, que nós chamamos de Primeiro Emprego. A federação qualifica, através de uma comissão, os 11 melhores jogadores abaixo de 17 anos; a federação os contrata como profissionais e os insere em cada clube profissional do Estado.

tudo isso só é possível não por mérito deste Presidente, não por qualificação de sua diretoria; pela visão do ex-Governador em ter um projeto que permitiu alavancar e direcionar os clubes de Pernambuco o montante...

E eu vou passar à mão de V. Ex^a, para que possa, naturalmente, também ser objeto de análise por todos. Nós conseguimos repassar aos clubes de Pernambuco R\$51,4 bilhões. Isso permitiu, nesse período do programa, fazer com que os clubes se fortalecessem, com que um clube do interior, como o Salgueiro, ultrapassasse o Clube Náutico Capibaribe, um clube de história de um século, de cem anos, e disputasse por duas vezes a Copa Nordeste. Permitiu que tivéssemos clubes do interior. Nós temos hoje nove estádios com qualificação para jogos de Série B e Copa Brasil. Permitiu que nós tivéssemos estádio próprio em Salgueiro, estádio em Petrolina, estádio de Caruaru, com capacidade para 22 mil pessoas.

Então, toda essa estrutura do futebol, toda essa capacidade a Federação teve, junto com os clubes, de se desenvolver como entidade de fomento, que é como nós que fazemos a Federação Pernambucana nos vemos. E procuramos estabelecer esse parâmetro que nós somos uma entidade de fomento que visa a descobrir oportunidades que possibilitem o fortalecimento dos nossos clubes.

O programa, que foi desenvolvido em Pernambuco a um custo ínfimo de R\$30 por usuário, quando nós comparamos com o programa da nota fiscal paulista, que é outro modelo e não visa ao futebol, que tem um custo de R\$833 por usuário... Nós conseguimos implantar um programa em Pernambuco, ao custo de R\$30, que arrecadou mais de R\$50 milhões para os clubes e as instituições amadoras de prática de futebol.

A minha proposta, Senador, se é que me é permitido formular alguma proposta, seria que tivéssemos uma ação do Governo da União visivelmente projetada para os Estados e Municípios, com a qual nós buscássemos criar condições de projetos como esse, que tem um cunho pedagógico, que faz com que, na ponta, naquele pequeno comércio que ainda não é integrado *on-line*, em *real time*, com a nota fiscal eletrônica, que possibilite o comprometimento do pequeno comerciante e de toda a população de buscar que essas ações revertam em

recursos para os clubes. Porque, sem dúvida, a colocação do Presidente Reinaldo, de que nós temos que verificar e estabelecer a discrepância de relação entre um clube grande, como no meu Estado o Sport Club do Recife...

O Sport Club do Recife, para que os senhores dimensionem o que é hoje, o Sport está, parece-me, entre os três ou quatro do Brasil que não possuem um passivo de ordem trabalhista, previdenciária, fiscal ou comercial; que possui um patrimônio de mais de R\$1 bilhão em área física em construção. Possui estádio próprio e está em vias de iniciar a construção de uma arena para 50 mil pessoas.

É evidente que a realidade de um clube deste não pode ser comparada à realidade do Central de Caruaru, do Salgueiro. O Salgueiro tem centro de treinamento com quatro campos. O Porto, de Caruaru, é um clube pequeno na estrutura e na dimensão do futebol brasileiro, mas um clube que já colocou quatro jogadores da Seleção Brasileira formados na sua base. E tudo isso não cai do céu. Tudo isto não é possível se alcançar se não existirem recursos, se não prevalecerem metas e projetos públicos que viabilizem, com discernimento, com objetividade, o incentivo ao desenvolvimento do futebol nessa malha básica que é o futebol formado do interior e das pequenas comunidades.

Então, eu gostaria de dizer que, no meu Estado, o nosso orgulho não resulta apenas do desenvolvimento e da performance dos nossos clubes profissionais, como o Sport, na Série A. Mas é muito mais pela nossa relação com a prefeitura e com o Estado em projetos sociais como esse.

Muito obrigado. Estou à disposição para, nesta audiência, ou em qualquer outra, responder e prestar quaisquer esclarecimentos em prol do futebol.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Sr. Evandro.

Passo a palavra agora ao Sr. Gustavo Vieira, Presidente da Federação de Futebol do Espírito Santo.

O SR. GUSTAVO VIEIRA – Boa tarde a todos. Cumprimentando o Senador Romário, eu cumprimento os demais Senadores e Deputados presentes.

Agradeço o convite de V. Ex^a, Senador Romário, e me coloco à inteira disposição no sentido de contribuir com os trabalhos desta Comissão durante esta reunião e, se necessário, em uma próxima.

Eu sou capixaba, tenho 40 anos, sou empresário, administrador, especializado em gestão esportiva. Assumi a Presidência da Federação no dia 27 de abril deste ano, exatamente há seis meses.

Faço um alerta aqui, em nomes dos clubes e profissionais do meu Estado, aos Senadores, aos desportistas presentes nesta sala e aos demais que estão nos assistindo, para que seja revista a questão da obrigatoriedade de apresentação para participação nas competições profissionais das CNDs, assim como a apresentação do certificado de regularidade do FGTS e a comprovação de pagamento dos salários e contrato dos demais atletas, agora, então, exigidos pelo Estatuto do Torcedor, após o Profut ter sido sancionado pela Presidente Dilma.

Isso certamente irá ocasionar a impossibilidade de participação de inúmeros clubes profissionais em competições no próximo ano em todo Brasil. Somente no meu Estado, em um levantamento fizemos semana passada, metade dos clubes, ou seja, cinco clubes da nossa primeira divisão, não poderiam hoje participar do nosso campeonato, o que representa, aproximadamente, uma redução de 200 empregos diretos e inúmeros atletas de categorias de bases que não terão onde desenvolver suas atividades esportivas. Será um verdadeiro genocídio de clubes, postos de trabalhos e sonhos em todo o Brasil.

Srs. Senadores, faço esse apelo em nome dos clubes e atletas do meu Estado, como a Desportiva Ferroviária, que tem 50 anos de existência e que descobriu e formou atletas como Sávio, que passou pelo Flamengo, Real Madrid e seleção brasileira; Geovani Silva, que jogou com o Senador Romário no Vasco, seleção brasileira e que, atualmente, é nosso vice-presidente; além do Kieza, que é o artilheiro do Brasileiro da Série B pelo Esporte Clube Bahia.

Nesse contexto também entra o Rio Branco Atlético Clube, clube centenário, e o Estrela, de Cachoeiro Itapemirim, cidade do Rei Roberto Carlos, que exercem importante papel na sociedade capixaba e na formação de jovens atletas, além da inclusão social que, infelizmente, o Estado deveria, mas não consegue realizar.

Temos que rever esse ponto específico urgentemente. Concordamos que temos que evoluir no que se refere à gestão dos clubes e das federações. Mas não será matando, principalmente os clubes de pequeno e médio porte, que iremos avançar. Muito pelo contrário, são esses clubes, talvez, a única chance de inclusão social de um número de jovens de áreas de risco e áreas rurais, no caso, o meu Estado, visto que o modelo de desenvolvimento esportivo no Brasil se dá exclusivamente através dos clubes, e não através das escolas e universidades públicas, como em países como Estados Unidos, Canadá, China e Austrália, verdadeiras potências esportivas. Temos que ajudar os clubes de pequeno e médio porte, para que eles possam continuar a exercer seu importante papel na sociedade brasileira.

O futebol capixaba gera atualmente mil empregos diretos e renda para inúmeros fornecedores. Com essa nova exigência apresentada pelo Profut, através da alteração do art. 10 do Estatuto do Torcedor, iremos simplesmente desmobilizar toda a cadeia produtiva do futebol do meu Estado que, em números, representa,

em média anual, três mil atletas participando de todas as competições; ingresso anual de 800 novos atletas através das categorias de base; 14 competições oficiais entre amadores e profissionais, destacando aqui a Sub-17 Nacional, que realizamos desde 2008. Em 2008, ela teve a participação do Neymar. Nada mais nada menos que um terço da seleção brasileira sub 20, que esteve no Espírito Santo semana passada, passou pelo Espírito Santo nessa nossa competição.

Realizamos 700 jogos no ano/média. Nossa federação possui todas certidões e somos a única federação no Brasil a ter um projeto aprovado, executado e com prestações de contas aprovadas pelo Ministério do Esporte.

Faço outra sugestão: aprimorar o mecanismo de proteção aos clubes formadores, hoje praticamente inexistente.

Boa tarde a todos. Coloco-me à inteira disposição de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Presidente.

Agora, como último expositor, o Sr. Heitor Luiz da Costa Junior, Presidente da Federação de Futebol do Estado de Rondônia.

O SR. HEITOR LUIZ DA COSTA JUNIOR – Sr. Senador Romário, Srs. Senadores, Srs. Deputados, quero, na oportunidade, congratular-me especialmente os Ex^{mos} Srs. Senadores do Estado de Rondônia, Valdir Raupp, Ivo Cassol e Acir Gurgacz, que, durante todo esse período que nós estamos frente à Federação, nunca se omitiram em ajudar a desenvolver o futebol do Estado de Rondônia.

Na oportunidade, meu nome é Heitor Costa, sou mineiro, estou em Rondônia há 40 anos e sou odontólogo. Fui ajudar a desbravar, à época, o Território Federal de Rondônia.

V. Ex^a administrou muito bem o Estado do Amazonas... Jorge Teixeira foi o nosso primeiro governador na época. E na ocasião passou a Estado. Hoje é um Estado jovem, um Estado com alguns problemas, pois ainda está na fase de implantação dos Poderes, Deputado Romero Jucá. E eu assumi a Federação, eu exerci o mandato de deputado estadual por quatro legislaturas...

Eu fui convidado, na época, pelo Presidente da Assembleia, pelo Prefeito Chiquilito – que infelizmente faleceu. Na época, o Jerônimo Santana era o governador – para assumir a nossa Federação, que estava sob intervenção, Senador Romário. E nós começamos uma vida nova.

Rondônia é um Estado tipicamente diferente. Rondônia tem uma miscigenação muito grande. São – como se diz – brasileiros de todo o Brasil, que estão ajudando a desenvolver aquela região. Mas a Federação cumpriu e cumpre religiosamente, transparentemente, as suas funções.

Hoje a Federação realiza todos os seus campeonatos, fomenta a base e tem um relacionamento muito bom com os clubes. E conseguimos colocar Rondônia no cenário nacional, participando das atividades da Confederação Brasileira de Futebol, tais como Copa do Brasil, Copa Verde e Série D. Também participamos de competições de base: Copa São Paulo, Copa Promissão, Copa Espírito Santo – para a qual recebi convite do ilustre colega Gustavo Vieira.

Então, rapidamente, nós vamos estar aqui, à disposição de vocês.

Conforme o cronograma da Federação, ela mantém um calendário anual com competições que vão desde as categorias de base – Sub-16, Sub-17, Sub-20 –, incluindo o Campeonato Estadual Feminino, culminando com o Campeonato Rodoniense de Futebol da Primeira Divisão. É desnecessário dizer que a nossa Região é muito carente de recursos. Portanto, é muito difícil conseguir qualquer tipo de ajuda do Poder Público aos clubes e ligas filiados.

Quanto às categorias de base, anualmente temos os campeonatos dessas categorias, como os do Infanto-Juvenil Sub-17 e Sub-20 Femininos. Nós temos nossos calendários, que já foram publicados, para o ano de 2016.

A Federação mantém um programa de ajuda simples, simbólica, aos clubes e às ligas, extrapolando a sua verdadeira função, Senador, que seria somente organizar as competições, em razão das dificuldades financeiras na nossa Região.

Então, nós fornecemos bolas, material esportivo e as transferências de atletas em comum acordo com os colegas de outras federações. Então, a Federação fornece bola para todas as competições e tem conseguido – com muita luta, por sinal – patrocínios junto às empresas de renome, que vêm ajudando os clubes filiados, principalmente do campeonato profissional, no pagamento de despesas, tais como as referentes à arbitragem e premiação.

Não temos... Isto é um apelo que eu vou fazer, Srs. Senadores: não temos, em todo o Estado, um só estádio à altura de recebermos grandes competições em nível nacional. O sonho da população de Rondônia, de quase dois milhões de habitantes, é termos, lá, grandes clubes na Copa do Brasil. Mas infelizmente, na capital do Estado, temos o velho Aluísio Ferreira – se não me engano V. Ex^a já jogou lá... Se eu não me engano... *(Risos.)*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HEITOR LUIZ DA COSTA JUNIOR – Ficou no banco? *(Risos.)*

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Isso aí é uma coisa... Presidente, primeiro eu já gostei do senhor de primeira. Estou falando a verdade.

O SR. HEITOR LUIZ DA COSTA JUNIOR – Obrigado. Obrigado.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – O Romário outro dia deu uma entrevista dizendo que era o maior finalizador do futebol brasileiro. Liguei para ele e falei: “Romário, você se esqueceu de mim.” Ele disse: “Ô rapaz, eu esqueci mesmo.”

O SR. HEITOR LUIZ DA COSTA JUNIOR – Então, desculpa! *(Risos.)*

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Mas deixa eu lhe dizer uma coisa: joguei, fiz dois gols lá.

O SR. HEITOR LUIZ DA COSTA JUNIOR – Então, vamos prestar homenagem a V. Ex^a.

Concluindo, principalmente no campeonato profissional, nós só temos um estádio. Grandes cidades, a nossa Capital hoje com quase 500 mil habitantes ou mais, com as duas hidrelétricas que foram recentemente inauguradas, eram mais de 70 mil homens lá trabalhando. Então, Rondônia e Porto Velho crescem acelerados e desordenados.

Então, nós precisamos, aproveitando o convite do Senador Romário, para que aqui viéssemos, para que pudéssemos dispor, realmente contribuir para ajudar a desenvolver a realidade do nosso futebol nacional... Eu me coloquei à disposição, como bom mineiro que sou, para aqui vir e realmente estar junto com vocês, para que nós realmente possamos achar essas soluções que são muito interessantes.

E, concluindo, não há incentivo do Poder Público, tampouco da iniciativa privada, aos clubes e ligas. A iniciativa privada não vislumbra o retorno, a falta de estádios, com a devida infraestrutura. Então, realmente eles ficam preocupados, não ajudam, fogem, porque nós não temos um estádio à altura para nós recebermos, que é o maior orgulho receber o Corinthians lá, o Cruzeiro, e muitos cruzeirenses lá.

E, evidentemente, há essa falta de estádio com infraestrutura para sediar os jogos e que recebem público. A exemplo deste ano, a nossa média foi muito baixa, do nosso campeonato, mas conseguimos concluir. A federação faz o seu balanço religiosamente, anualmente, tanto que é publicado no nosso *site*, no *site* da Confederação Brasileira de Futebol, nós temos todas as certidões, não tem uma vírgula de problema com o INSS. Então, com esse período, eu consegui, graças a Deus, dar uma mentalidade numa federação humilde, pequena, mas que pertence ao nosso País.

Então, Srs. Senadores, muito obrigado pela atenção. Muito obrigado, Senador Romário. Estamos aí à disposição de V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Presidente.

De acordo com o que foi dito aqui, por mim, anteriormente, vamos seguir com a reunião. Nosso Relator, o Senador Romero Jucá, encontra-se presente. Parabéns pelo casamento.

Gostaria de falar alguma coisa?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Gostaria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Eu passo a palavra ao Relator, Senador Romero Jucá, para que faça suas indagações que entenda necessárias.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Primeiro, eu quero saudar os nossos convidados, presidentes de federações, o Reinaldo Carneiro Bastos, da Federação Paulista de Futebol; o Mauro Carmélio Costa Júnior, da Federação Cearense; o André Luiz Pitta, da Federação de Goiás; o Evandro Carvalho, meu conterrâneo, da Federação de Pernambuco; o Gustavo Vieira, do Espírito Santo; Heitor Costa Junior, da Federação de Rondônia, e Roberto Góes, Presidente da Federação do Amapá.

Quero dizer que, para nós, a presença de vocês aqui é muito importante porque, ao aceitar essa relatoria, sabemos que toda CPI surge de fatos negativos, ela surge de pontos fora de curva que, efetivamente, precisam ser avaliados, investigados. Se houver regularidade, punidos, mas, na verdade, a boa CPI é aquela que usa a experiência errada para construir um novo destino correto. E a minha intenção na relatoria da CPI é exatamente procurar, junto com quem faz o futebol brasileiro – e aí o Presidente Romário tem uma experiência muito maior do que eu de vivência do outro lado do balcão, vamos dizer assim, do campo de futebol –, usarmos a experiência do Senado, usarmos a bagagem de vocês construirmos efetivamente uma legislação que possa melhorar o futebol brasileiro.

O futebol brasileiro é muito diferente, porque o Brasil é muito desigual.

Aqui não está o meu companheiro Zeca Xaud, de Roraima. Vai estar, animado do jeito que ele é. Mas uma coisa é você discutir a Federação do Amapá, de Roraima, de Rondônia, outra coisa é você discutir a Federação de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais. Uma coisa é você discutir a federação e os clubes de capital,

outra coisa é você discutir, como falou aqui o presidente de Pernambuco, a situação do Salgueiro, do Porto, enfim, de clubes do interior que têm outra realidade.

Então, qual é o nosso desafio? Modernizar a legislação, dar mais transparência ao futebol, criar mecanismos de sustentabilidade do futebol e dos clubes. Falou-se aqui na questão da CND. Eu me preocupo com essa questão, porque se a gente colocar os clubes no regime normal de arrecadação e pagamento, é um processo que sabemos que não vai dar certo. Então, o que podemos fazer?

Eu estava aqui conversando com o João Avai, com o André Sanches. Nós temos que usar até a tramitação do que ocorreu e o típico do que deu certo e do que deu errado e procurar, aqui na CPI, propor alguns projetos que ajustem a legislação vigente, que começou a funcionar, apresenta alguns acertos e algumas dificuldades.

Então, a gente tem esse desafio. Nós queremos efetivamente verificar como melhorar a questão do cadastramento dos clubes, a participação dos times de futebol, a questão das receitas, como ampliar as receitas dos clubes. Como é a relação dos clubes com a CBF. O que pode melhorar? Como pode melhorar, não é?

A gente vê essa questão da violência nos estádios. Existem experiências inovadoras e positivas em alguns Estados. Em outros, nós temos dificuldade. Então, o que eu queria? Eu não tenho pergunta direta, aqui, porque aqui nós temos experiências...Vocês vão falar? Os Senadores vão perguntar. Mas eu queria pedir, solicitar a contribuição de vocês, para que efetivamente contribuam com esse trabalho que a gente pretende fazer para modernizar o futebol brasileiro.

Como vocês podem fazer isso? Encaminhando para mim sugestões, temas, dificuldades. A gente quer conhecer a fundo o detalhe. E quem conhece o detalhe são vocês. A gente quer ir a fundo conhecer o detalhe, para ver como a gente constrói uma alternativa usando a política, usando a experiência das Senadoras e dos Senadores do Senado da República, para a gente poder ter um relatório que efetivamente seja algo construtivo.

Nós vamos punir quem tiver feito errado, vamos atuar onde houver a necessidade de atuar para corrigir rumos. Mas a gente tem que olhar o futebol brasileiro para o futuro. E discutir efetivamente com os clubes e com as federações: qual é o modelo melhor? Aqui já se discutiu que deveria ter campeonato estadual, deveria ter campeonato nacional, como é em alguns países. Mas os países que têm campeonato nacional não são do tamanho do Brasil, nem há diferença de região, como tem o Brasil.

Uma coisa é fazer um campeonato nacional na Espanha, na Itália, na Inglaterra, na própria Alemanha; outra coisa é fazer um campeonato único, ou dois ou três, no Brasil! Isso atende à formação de atletas? Isso atende à questão das categorias de base? Como a gente vai fazer para formar atletas e voltar a ser efetivamente o melhor futebol do mundo? O que a gente tem que fazer para isso?

Então, eu queria registrar a importância do depoimento de vocês. Pedir essa colaboração. Eu estarei à disposição para conversar pessoalmente, para receber questões por escrito, para serem colocadas dificuldades, para fazer reuniões com segmentos de federação, não aqui na CPI, mas no meu gabinete, chamando mais algum Senador que tenha interesse.

Enfim, a gente sentar e aprofundar os problemas. Essa é a minha intenção. É a gente sair aqui desse trabalho com uma condição de apontar uma direção melhor para o futebol brasileiro. E a contribuição dos senhores vai ser muito importante.

Eram essas as minhas palavras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem.

Nós somos, na verdade, cinco Senadores que iremos fazer perguntas. Vamos fazê-las, então, por blocos. Acredito que eu serei o primeiro, como Presidente. Depois, o segundo será o Senador Wellington Fagundes. Terceiro, o Senador Omar Aziz. Quarto, o Senador Davi Alcolumbre. Quinto, o Senador Zeze Perrella. Até o momento foram os que apareceram aqui.

O Senador Hélio José também fará suas perguntas.

Eu aqui formatei algumas perguntas, específicas para os Srs. Presidentes, e vou começar com o Presidente do São Paulo, o Sr. Reinaldo Carneiro Bastos.

Há 14 anos, a Propaganda Estática Internacional detém o contrato de placa do campeonato paulista. Nós temos informações de que, pelo menos em duas oportunidades, a Federação Paulista fechou por um contrato menor do que outro oferecido. Por que a Federação Paulista nunca abre uma concorrência? Essa é a primeira pergunta que eu tenho a fazer ao senhor.

A segunda – se o quiser anotar –, o senhor está entre os cotados para substituir o Marco Polo Del Nero nas reuniões da Conmebol. Se não em engano, é isso o que tem saído na imprensa. O senhor não acha meio complicado o Presidente da CBF descumprir as suas obrigações internacionais por medo de ser preso? E os demais dirigentes, como o senhor, por exemplo, fazendo de conta que ainda as coisas não estão definidas?

O Brasil inteiro sabe que Marco Polo Del Nero não sai do País por medo. O ato de substituí-lo no exterior não pode ser considerado pelas pessoas como cumplicidade?

O que recebe a Federação Paulista de Futebol no contrato com a General Motors, valores em dinheiro, no caso, e se for em veículos também.

Quais são os outros contratos de patrocínio e de prestação de serviços mantidos pela Federação Paulista de Futebol? E quanto a Federação recebe por eles?

Marco Polo del Nero era Presidente da Federação paulista e por anos manteve o contrato de patrocínio com a GM, ao chegar à CBF substituiu a Volkswagen pela GM em contrato de patrocínio por empresas, empresas automobilísticas. O que o senhor poderia atribuir a essa substituição?

Quanto foi que a Federação Paulista recebeu da CBF no ano de 2014?

Essas são as perguntas ao Sr. Presidente da Federação Paulista.

Passo agora ao Sr. Mauro Carmélio Costa Júnior, Presidente da Federação do Ceará.

No dia 27 de maio, quando estourou a FIFA *case*, o senhor estava em Zurique e deu a seguinte entrevista: “O estrago foi grande e precisamos juntar os cacos internos e externos do futebol brasileiro.” Qual foi o objetivo e a intenção dessa frase, por favor?

O senhor considera que a situação está superada com a permanência de Marco Polo del Nero como Presidente?

O senhor é tão fiel à cúpula da CBF que em setembro ao responder ao primeiro convite da CPI copiou a correspondência para o Srs. Walter Feldman, Vandemberg e outros lobistas da CBF. Essa providência foi exigida pela cúpula da CBF ou foi de sua própria iniciativa?

Ao Sr. Roberto Goés, da Federação do Amapá, Deputado.

Pelo acordo do legado da Copa, os Estados, que não foram sedes da Copa, receberiam cada qual um centro de treinamento de alto nível. A CBF já começou a construir o CT do seu Estado conforme tinha sido acordado? Em caso afirmativo, quem será o proprietário desse CT?

Esta é a primeira pergunta.

A segunda: em caso de resposta negativa, há informação da CBF que as obras não começaram e se não começaram o motivo de não terem começado.

Ao Sr. André Luiz Pitta Pires, de Goiânia, de Goiás: pelo acordo do legado da Copa ...

Na verdade, essa pergunta que acabei de fazer para o Deputado e Presidente é para os cinco, para os quatro Presidentes das federações que não receberam, não foram sede da Copa do Mundo. Por favor, se puderem anotar.

Pelo acordo Legado da Copa, os Estados que não foram sede da Copa receberiam, cada um, centros de treinamento de alto nível. A CBF já começou a construir o CT do seu Estado, conforme tinha sido acordado? Em caso afirmativo, quem será o proprietário do CT?

O senhor foi um apoiador, desde a primeira hora, de Marco Polo Del Nero. Logo após o estouro da FIFA *case* correu a informação de que o senhor vendeu uma fazenda, gerando muitos comentários de seus colegas. O senhor, hoje, confirma essa venda? Em caso afirmativo, qual é a relação entre esses dois fatos? Essa última pergunta é para o Presidente da Federação de Goiás, Sr. André Luiz Pitta Pires.

Presidente Evandro Carvalho, antes da minha pergunta, eu gostaria de parabenizar pelo que foi colocado aqui pelo senhor e pelo que está sendo realizado hoje em Pernambuco pela sua Federação, onde – o senhor mesmo afirmou – esse projeto é um projeto que começou com o nosso falecido Eduardo Campos, que está tendo o segmento agora com o atual Governador Paulo Câmara. Parabéns!

Neste ano o senhor conseguiu, junto à CBF, um adiantamento de dois milhões para o Santa Cruz. A explicação foi de que a TAM havia dado dois milhões. Na mesma semana, entretanto, a TAM demitiu 600 pessoas. Qual o tipo de relação que o senhor tem com o Del Nero que lhe permite conseguir esse tipo de ajuda?

Sr. Gustavo Vieira, do Espírito Santo: qual a situação da Desportiva? O que a Federação capixaba fez em defesa daquele clube na década passada quando foi rebaixado pela CBF? Essa é a primeira pergunta.

A segunda: o senhor tem conhecimento de que a Desportiva vem ganhando da CBF algum processo judicial em todas as instâncias que já se pronunciaram? Saiu agora há pouco, na versão *on-line* da *Folha de S.Paulo*, a notícia de que, para evitar o pagamento de indenização à Desportiva capixaba, a CBF, a Federação e a Ferroviária tentaram um acordo judicial. Esse acordo acaba de ser declarado nulo pelo juiz, sob o argumento de falsidade. O documento apontado como falso foi assinado por: José Maria Marin, ex-Presidente da CBF; Carlos Eugênio Lopes, diretor jurídico da CBF; pelo Deputado Marcos Vicente, então Presidente da Federação do Espírito Santo; e por um representante da Ferroviária, que já não mais integra a Desportiva capixaba. Além de trazer essa notícia, eu gostaria de ouvir do senhor qual a posição da Federação e se o senhor pode declarar alguma coisa sobre esse julgamento.

E a mesma pergunta que eu fiz para os outros, acerca do legado da Copa.

Passaremos agora ao Sr. Heitor Luiz de Costa Junior, Presidente da Federação de Rondônia. A pergunta é igual para o senhor, acerca do legado da Copa e dos CTs. O senhor é o único Presidente da história da Federação rondoniense. Assumiu em abril de 1989, quando a entidade foi fundada. Montou a sede dentro de sua propriedade. Vinte e seis anos de mandato. Em minha opinião, eu gostaria de saber do senhor se não é um pouco de exagero todo esse tempo dentro da Federação.

A Federação Rondoniense de Futebol foi acionada na justiça várias vezes pelo Ministério Público do Estado de Rondônia. São ações sobre segurança, meio ambiente e segurança de edificações. Por gentileza, eu gostaria que o senhor pudesse nos dar algum tipo de explicações sobre essas ações.

Bem, essas são as minhas perguntas.

Agora passo a palavra ao Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, Romero Jucá, quero saudar a todos os companheiros Senadores.

Eu gostaria de também ir um pouco na linha do... eu acho que saudei o Senador Romário como sendo o Senador Romero Jucá. (*Risos.*)

Eu gostaria de ir aqui na linha do Senador Romero Jucá, porque entendo que é importante – principalmente vocês que têm a experiência do dia a dia – trazer para esta Comissão exatamente as angústias que vocês vivem, de que forma vocês entendem que se pode melhorar o futebol brasileiro. Porque é o objetivo de todos: vocês que militam e o nosso aqui no Parlamento também, porque representamos a população brasileira para quem, sem dúvida nenhuma, o futebol é a paixão.

Então, nós temos uma responsabilidade também com esse público que tanto idolatra o futebol. É nessa linha que eu gostaria, da mesma forma que o Senador Romário, de elogiar o Evandro, porque apresentou aqui um trabalho que está sendo feito e inclusive o entregou. Eu gostaria que esse material, Senador, fosse distribuído a todos nós. Pelo menos eu gostaria de tê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Será feito.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – V. S^a demonstrou que está procurando organizar uma federação, que tem um propósito. Eu acho que isso é extremamente bom. Nós estivemos aqui em outra audiência e me estranhou ter ouvido daqui um presidente de um dos times dizendo que as federações são mais organizadas do que os times. Não entendi bem o porquê de ele dizer daquela forma. Mas é claro que a federação tem esse papel, realmente, de ajudar a organizar, dentro de cada unidade, os clubes.

É nessa linha que gostaria de perguntar realmente quais são os maiores problemas ou dificuldades de todo o sistema organizacional do futebol, que vocês entendem que seja necessário mudar, avançar, modificar. É uma pergunta bastante ampla. Eu acho que vocês podem respondê-la aqui sucintamente, mas de repente vocês podem mandar, como sugeriu o Senador Romero Jucá, essas sugestões de uma forma mais ampla, com a visão de cada um, até porque nosso País é muito grande, as diferenças realmente são muito grandes.

Eu estive aqui pensando, enquanto vocês falavam: será que a gente tinha que criar também um fundo de desenvolvimento do futebol, em que todos poderiam contribuir para que a gente pudesse ter uma harmonia maior dentro do País? Quem sabe seja uma sugestão a ser analisada.

O Presidente Heitor falou muito da angústia do seu Estado, de não ter um estádio de futebol. Eu sou do Mato Grosso. Lá no Mato Grosso, nós tivemos a oportunidade de ser subsede da Copa do Mundo. Aquilo foi uma euforia muito grande, para a população e para todos da classe política de Mato Grosso conquistar ser uma subsede. Mato Grosso do Sul disputou bastante essa possibilidade, porque se falava muito do Pantanal. Então, por que Mato Grosso e por que não Mato Grosso do Sul? Enfim, Mato Grosso ganhou a “parada”, como dizem. E aí fomos trabalhar exatamente aquilo que exigia a FIFA para cumprir com as obrigações. Claro, houve uma euforia por parte do governador também. Muitas obras foram começadas, muitas obras concluídas, mas antes tudo dizia que ficaria pronto até o início da Copa do Mundo. A gente sabia que muitas delas eram impossíveis, mas o fato é que Mato Grosso conquistou muitas obras em função da Copa do Mundo.

Mas também houve muitas críticas àquela época, porque nós votamos aqui uma lei, a Lei da FIFA, em que certas regiões passaram a ser praticamente um território internacional; se o Brasil estava correto em se submeter àquelas exigências da FIFA. Claro, para nós, tudo era padrão FIFA. O padrão FIFA era um padrão a ser copiado por qualquer um, porque era um padrão sem defeito. Passada a Copa do Mundo, observamos que, além de levar 7 a 1, ainda tivemos todos esses problemas que começam a aflorar agora, no mundo inteiro, em relação ao futebol.

Mas, especificamente no caso do estádio, construímos um estádio exemplar, um estádio cuja arquitetura ganhou prêmio, e no evento da Copa do Mundo, não tivemos nenhum incidente. Portanto, aquilo que parecia até impossível para um Estado do interior, organizar o evento, foi organizado a exemplo. Passada a Copa do

Mundo, hoje há outro Governo. Critica-se muito o Estado ter realizado a Copa do Mundo, porque nos submetemos a alguns endividamentos.

Mas o mais importante é a questão do estádio, que está lá. E muitos cobram o motivo de se construir o estádio, e o Estado ter que se endividar, para construí-lo. Eu penso que, inclusive, é uma coisa que a gente poderia aqui, Senador Romário, discutir um pouco melhor em outra oportunidade também: de que forma a gente pode viabilizar para que não só o estádio de Mato Grosso tenha viabilidade, como também que o de Rondônia na sua construção seja um projeto para dar mais estatura à questão do futebol.

Tenho só três perguntas preparadas aqui, gostaria de ler. Uma dirigida ao Sr. Reinaldo Carneiro Bastos: o senhor tornou-se Presidente da Federação Paulista de Futebol a partir de maio deste ano, quando o Marco Polo Del Nero, de quem o senhor era Vice-Presidente..., assumindo, então, a Direção da CBF. Mas antes o senhor presidiu a Federação Paulista por cerca de 12 anos. Não é isso?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Não, ele presidiu por 12 anos.

Antes de Del Nero, a Federação Paulista contou com a Presidência de Eduardo José Farah por 15 anos. Aí podemos concluir que o senhor aguardou muito para assumir o protagonismo dos trabalhos.

Duas perguntas: o que pensa no processo de renovação da direção das federações com mandatos prefixados? A Federação Paulista conta com clubes da Série A1, 2 e 3 da segunda divisão e das ligas municipais filiadas à Federação. Além do desequilibrado repasse de receitas da Federação para os clubes da Série A1 e A2 que só recebem 6% da cota, o senhor poderia apontar quais outros graves problemas que a federação deve enfrentar para que os clubes de menor expressão não desapareçam? Essa é a primeira pergunta.

A segunda pergunta é para o Sr. Mauro Carmélio. Recentemente o Tribunal de Contas do Estado do Ceará condenou a Federação Cearense de Futebol a arcar com os prejuízos causados ao Estádio do Castelão. O TCE em regra não é competente para auditar entidades privadas que não estão sob sua jurisdição. Contudo, por intermédio de uma parceria com o Poder Público decorrente do termo de permissão de uso do bem público firmado entre a Secretaria de Esporte e a federação, o Tribunal encontrou irregularidades nas contas da federação.

O que o senhor pensa da obrigatoriedade de autoridades externas mais frequentes nas contas da federação? Acredita que com isso a transparência e a segurança seriam ampliadas em benefícios dos associados?

Ao falar, eu vi que o senhor fez uma expressão de retração. Como eu disse aqui, essas perguntas foram preparados pela assessoria e, claro, se houver alguma incongruência, V. S^a tem toda a condição de questioná-las.

Agora a terceira aos demais, todos Presidentes de federação presentes. No início do mês, a CBF apresentou um pacote de inovação a todos os Presidentes de federação de futebol aqui presentes. Os senhores poderiam em breves palavras tratar sobre o trabalho apresentado pela Ernest & Young, assim como sobre o programa de modernização de gestão e de responsabilidade fiscal do futebol brasileiro? Ficaram satisfeitos com o pacote? Acreditam que a CBF vem cumprindo com excelência o papel de representar todas as federações de futebol do Brasil?

Bom, essas são as perguntas.

O assessor está me corrigindo, afirmando que eu falei autoridade em vez de auditorias. Mas isso é apenas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Eu quero só dizer que o essas perguntas, todas elas, claro, vão ficar nos *Anais*, porque nós temos aqui compromissos. Eu mesmo tenho que sair, daqui a pouco, para uma consulta médica. Isso não quer dizer que eu não queira a resposta de cada uma delas, enfim, e ter acesso a outras considerações que vocês fizerem, porque também cada uma aqui está com assessoria, e tudo isso aqui a gente vai depois compilar, para poder embasar o nosso trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Senador Wellington.

Passo a palavra agora ao Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente, Senador Romário, Relator Senador Romero Jucá, em nome dele quero cumprimentar os outros Senadores e quero cumprimentar os Presidentes das federações...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador, antes de começar, qual é o número real de gols? Só para a gente...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – São 1.742.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Está anotado.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – E, se você quiser, eu mando mostrar onde foram feitos os gols.

Eu tive um problema no menisco, se não eu seria o titular, do lado do Bebeto. Você nem apareceria naquela Copa, Romário. (*Risos.*)

Nem estaria lá.

Mas, tendo você como Presidente, um dos maiores artilheiros do futebol brasileiro...

E mais: o que ele disse no Globo Esporte de duas semanas atrás é verdade: não houve ninguém para finalizar como o Romário. Ninguém. Não apareceu no futebol brasileiro, nem no mundial, alguém finalizar isso tão bem como você.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Nem V. Ex^a?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Não, porque eu me machuquei. Eu me machuquei. Nesse aspecto, eu perco para você, não há problema.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Por isso que ele vai finalizar bem a CPI, contribuindo para a melhoria do futebol.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Bem, eu tenho umas posições. Eu fui dirigente de futebol, sou nacionalino, e, como governador – já disse isso aqui para outros convidados –, tive que construir uma estrutura toda para a Copa do Mundo. Tive que construir uma arena, que é um estádio muito bonito, tive de construir dois centros de treinamento, mas não há futebol no meu Estado. Nós estamos na Série D, capengando. O Estado tem uma estrutura fantástica para absolutamente nada.

Mas não é uma discussão para se travar agora; essa discussão nós tínhamos de ter travado quando o Brasil quis se credenciar para ser sede da Copa do Mundo. Ninguém obrigou o Brasil a ser sede da Copa do Mundo. Eu não culpo a FIFA por isso, porque a FIFA disse: “Quer ser? Tem que ser assim. Se não for assim, não é.”

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT. *Fora do microfone.*) – E nós votamos.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – E nós aceitamos.

Então, se alguém cometeu alguma improbidade lá atrás, com certeza, não foram os governadores que tiveram que construir. E, naquele momento de euforia, o bairrismo era muito grande. Todo mundo queria ser sede da Copa. Quem não queria ser uma das subsedes, para ter quatro jogos? Quatro jogos era o mínimo. E ainda tive a felicidade de ter tido grandes jogos no Estado na primeira fase. Houve Inglaterra e Itália, Portugal e Estados Unidos e mais dois jogos muito bons. Quer dizer, os quatro jogos na Copa, em Manaus, foram jogos bons.

E eu dizia há pouco ao Deputado Andrés o seguinte: eu construí, saí no final de março para ser candidato ao Senado e, em junho, na Copa, nem convidado fui. Eu não recebi um convite para ir. Mas isso faz parte do que eu vivo.

Qual é o meu interesse aqui na CPI? – e já coloquei isso para o Senador Romário. Nosso interesse é mais menos aquele de que falou o Senador Romero Jucá: não estou aqui pra condenar ninguém, nem para botar o dedo na cara de ninguém. Ninguém está aqui para isso. Queremos questionar algumas coisas.

Eu sei que a grande maioria das federações brasileiras sobrevivem das taxas percentuais que recebem de jogos: quanto mais renda tiver, melhor para as federações; quanto menos renda tiverem, pior para as federações. Então, a federação é a maior interessada em que haja bons jogos, que haja um bom futebol e um bom público, para que possa haver recursos para a federação. E sobrevivem também de um repasse que a CBF faz para algumas federações, da ordem de R\$50 mil por mês, parece-me, ou algo assim; eu não sei o quanto está hoje, mas era isso.

Agora, uma coisa eu queria pedir aos senhores: quando nós temos uma entidade com que não estamos satisfeitos, nós procuramos mudá-la, não criar outra. Imaginem que grande parte da população brasileira não está feliz com a Presidente; como não conseguem tirá-la, “não, vamos criar agora uma liga para presidir o País”. É uma liga. E essa liga coloca um dos que perderam a eleição para Presidente para ser presidente daquela liga.

Hoje, quem propõe uma liga não têm nenhum respeito pela grandeza deste País em relação ao futebol, porque só está pensando nele! Está pensando em três, quatro Estados, quando nós temos 27 Estados, pois somos uma federação! Então, um alguém que não é... O cara dizer “ah, sou ligado ao futebol”? Qualquer pessoa é ligada ao futebol, estando à frente de um grande clube. Eu quero saber se o cara realmente é ligado ao futebol estando dirigindo um clube pequeno brasileiro.

Para os senhores terem uma ideia, a Confederação Brasileira de Futebol, há anos, tem priorizado o futebol de 100 clubes. Isso existe no Estado de São Paulo. Acho que há mais clubes participantes das Séries A1, A2, A3 do que em todo campeonato que a CBF organiza. Porque na Série A, tem 20 clubes; na Série B, 20 clubes; na Série C, 20 clubes; e, na Série D, 40 clubes. Acabou. São 100. Aí, Senador Romário, não há Liga que sobreviva sem a ajuda das televisões.

Porque hoje o maior investidor de um clube não é a renda, não. Ontem, cheguei em casa ainda cedo e estava assistindo ao jogo do Botafogo e Ceará, no Rio de Janeiro. A renda foi de R\$170 mil. Isso não dá para pagar o treinador. A renda todinha do Maracanã ontem – sei lá onde foi o jogo – não paga o treinador do Botafogo. Um jogo não paga o treinador do Botafogo. E aí o que acontece com Náutico e com Santa Cruz, de Pernambuco? Porque o nosso querido Evandro só coloca coisa boa. Lógico que, com a colaboração do Governo, se fez lá uma promoção e essa promoção tinha um percentual – como o meu Estado já fez, “eu quero a nota”, e uma parte disso ia para os clubes. Mas isso são questões paliativas, porque, quando chega o momento em que não há esse recurso, o clube volta à mesma. A iniciativa é boa, mas a consolidação é melhor ainda.

Do ponto de vista organizacional, eu digo que o futebol brasileiro não pode ser chamado de desorganizado, porque, se marcar um jogo no Amapá, do Presidente Roberto Góes, às 16h, vão estar lá um árbitro, dois bandeirinhas, mesários. Vai estar tudo organizado, o jogo vai acontecer, o jogo vai começar às 16h. Faça chuva, faça sol, vai haver jogo. Só a organização nossa é que permite isso em todos os cantos do Brasil em qualquer momento. Marcar um jogo no Rio de Janeiro, no Maracanã, às 16h, começando no horário, é normal, porque as televisões todas estão lá, mas eu quero que vocês entendam o seguinte: no interior do Estado do Amazonas, se marcar um jogo às 16h e ele começar às 16h, estando presentes lá a Federação, a arbitragem, o mesário, todo mundo, é porque há organização.

Do ponto de vista da desorganização, os erros que nós estamos cometendo estão, cada vez mais, aprofundando o futebol brasileiro. Primeiro, a Lei Pelé é o maior erro que se cometeu dentro deste Congresso Nacional. Apresentou-se uma lei em que se beneficia empresário de jogador e não se beneficiam os clubes. O menino tem dez anos, e estão pedindo para a mãe e o pai: “Assinem aqui, porque se lá na frente der certo, eu vou ficar milionário com o filho” – ele não diz isso para a mãe. E o clube não leva vantagem nenhuma.

Quando falamos em base, a base é importante para o clube, porque o clube vai formar aquele jogador, vai colocá-lo para jogar e, mais tarde, vai poder negociá-lo e ter lucro. Hoje, o único que não tem lucro é o clube, só se ele for proprietário do passe. E, na grande maioria dos clubes hoje, você não conversa mais com o presidente do clube para adquirir um jogador, você conversa com o empresário do jogador. Culpa de quem? Culpa do imediatismo, porque aqui, no Brasil, ninguém pode dizer que era...

Qual foi o legado da Copa? Nada, zero. Os Estados se endividaram. Em todos os Estados que tiveram que fazer a Copa, como o meu, como Mato Grosso, como Rio Grande do Norte, houve endividamento. Não houve recurso a fundo perdido para os Estados, para fazer a Copa ou fazer a mobilidade urbana ou coisa parecida. Houve financiamento que o Estado está pagando hoje.

O que eu quero dizer aqui, Senador Romário, é que essa dificuldade que nós temos no Brasil todo em relação às federações... Olha, ser presidente da Federação do Amapá ou a do Amazonas não pode ser um... Não se pode dizer: “Vou ser presidente da federação”. É importante? É. Mas o futebol que praticamos... Por exemplo, o Vilhena, de Rondônia. Vilhena é um clube estruturado, que, no ano passado, formou um grande time. Este ano, somente 11 ou 12 jogadores poderiam entrar em campo porque ele não renovou o contrato e estava com problema na regularização e não havia jogador para jogar, para substituir. Foi para campo com 12 jogadores: 11 em campo e um reserva. Não tinha 12. Não é que estavam machucados, não havia como fazer contrato. Essa é a realidade do futebol brasileiro na grande maioria.

A referência não pode ser esses 20 clubes. Você pega o Esporte, que está fazendo um bom campeonato na Série A. Mas veja o Náutico, onde foi parar; veja o Santa Cruz, que foi para a Série D. Sabe por quê? Porque o cara se endivida todo para chegar à Série A, chega lá e não fica um ano, volta, e volta todo quebrado. O time volta todo quebrado financeiramente.

Você pega a Federação Paulista de Futebol. Todos os grandes clubes de São Paulo estão endividados. O São Paulo, que eu achava que era um time todo organizado, quando veio aqui, expuseram quase 800 milhões de dívidas. O São Paulo! O São Paulo não paga o mês do jogador. Está dando uma parte do salário e aquele negócio do direito de imagem não paga. Nós não estamos falando de um time lá do interior de Goiânia, não, estamos falando do São Paulo, um clube que tem um estádio próprio. Então, nós estamos numa situação...

Eu queria fazer uma pergunta para vocês – ninguém vota em ninguém porque a pessoa tem que se comprometer a alguma coisa –: eu quero saber qual foi o compromisso do Del Nero com as Federações Cearenses de Futebol, com as Goianas, as Capixabas, as Amapaenses, as Pernambucanas, as Rondonienses e as Paulistas? Se vocês votaram. Eu não sei quem votou em quem, mas, quando eu fui ser candidato, as vezes em que eu fui ser candidato, eu tive que me comprometer com algumas coisas com o povo do meu Estado. Ninguém ganha eleição sem assumir compromisso. Alguma coisa ele deve ter dito. Ou não? Ou porque ele é bonito e vocês foram lá e votaram nele? Qual foi o compromisso que ele assumiu com as Federações brasileiras, com vocês aí? Por exemplo: “Olha, com a Federação do Amapá, ele assumiu o compromisso de que faria um esforço para a gente ter um campeonato”.

Senador Romário, no futebol do Norte, o campeonato estadual dura três meses, nos outros nove meses, o clube fica fechado, não tem nenhuma atividade. Ele tem um dinheirinho para fazer um campeonato estadual, esse campeonato estadual dá direito a quem foi campeão representar o Estado na Copa Brasil. O cara está lutando para estar na Copa Brasil, para receber uma cota de R\$50 mil a R\$100 mil. Na Copa Brasil, qualquer clube da nossa região forma um time para disputar a Copa Brasil, faz um investimento, parte para o jogo; perder de 2 a 0 no Estado já não tem nem direito a ir a outro Estado jogar. A CBF faz isso com a gente, e nós temos que aceitar.

Então, você não faz planejamento no futebol do Norte, na grande maioria dos Estados, com algumas exceções. Hoje, o Remo está indo para a Série C. Estamos torcendo muito para o Paysandu ir para a Série A. É de um Estado vizinho. Nós torcemos pelos Estados vizinhos, quando há alguém disputando, e torcemos muito para que isso aconteça, porque isso também melhora a competitividade dentro da região.

Então, a situação é essa. A situação do futebol brasileiro não é só a questão da corrupção. A questão é muito mais profunda do que a corrupção. A corrupção é uma coisa muito séria que nós temos de banir de qualquer lugar. A organização do futebol tem que ter critérios. Eu fico rindo, como brasileiro, que o presidente da Federação de não sei onde queira criar Liga. Eu quero que ele crie uma Liga com os times do Amapá, Amazonas e Rondônia, para ver o que é bom para tosse. Ele quer criar a Liga, aí ele pega o Flamengo, porque agora... Meu amigo, ninguém faz isso por nada! Alguma coisa tem por trás.

O futebol já está capengando, dividido ficará pior. E, se a gente realmente não criar...

E a minha proposta, Senador Romero – eu já lhe coloquei –, é que a gente proíba a saída de jovens antes dos 23 anos do Brasil. A gente precisa conhecer quem joga na Seleção pelo menos. O cara pelo menos tem que saber falar português. Daqui a pouco, nem português o jogador da Seleção vai falar. Tem que proibir! Simples! Não dá para a gente pegar um garoto de 16 anos, e ele ir embora daqui e jogar na Rússia, na China. Não; tem que proibir.

É isso, Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador. Também temos que proibir que essas pessoas da CBF, Gilmar Rinaldi e companhia, façam essa sacanagem com as convocações, que nós estamos vendo aí. E o nosso treinador está indo pelo mesmo caminho, infelizmente. O exemplo maior é o goleiro que agarrou no último jogo. Piada, não é?

Mas, enfim, antes de continuar aqui, eu gostaria de agradecer e dizer que é uma honra e um prazer ter aqui o meu companheiro, campeão do mundo e hoje amigo, Mauro Silva. Guerreiro, obrigado pela presença.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Esse aí...

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Mas agora, Presidente, o Senador Romário também jogou mais que todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Esse aí segurava o piano para mim lá atrás. *(Risos.)*

Obrigado pela presença, Maurão.

Agora, passo a palavra ao Senador Davi Alcolumbre.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Presidente, eu havia falado com o Senador Omar e tinha pedido a ele a inversão por conta de uma audiência que eu tenho agora no Ministério, às 16 horas. E o Senador Omar, empolgado com o debate, disse-me: “Davi, calma, não vamos fazer a inversão, porque eu vou falar apenas dois minutos”. E aí eu fiquei, em respeito. Como um bom jogador, eu imaginava também que ele seria um bom orador e resumiria tudo que ele falou agora em dois minutos.

Mas eu queria agradecer, Senador Romário – não vou poder me alongar aqui na CPI –, queria cumprimentá-lo pelo trabalho que vem realizando à frente da Comissão Parlamentar de Inquérito do Futebol, registrar a presença do Senador Romero Jucá e agradecer a confiança de, na ausência de S. Ex^a, na relatoria da Comissão, designar-me, com o apoio de todos os membros desta Comissão, Relator interino naquele período da transição...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Relator interino e adjunto permanente. V. Ex^a, pela boa postura, continua firme ao meu lado.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Eu queria agradecer ao nosso Relator Romero Jucá, mas eu me sinto, Presidente Romário – cumprimento todos os dirigentes de Federações em nome do Deputado e presidente da Federação Amapaense de Futebol, Deputado Roberto Góes; cumprimento todos que vieram aqui fazer as suas ponderações e as suas colocações a respeito do futebol brasileiro –, eu me sinto contemplado, totalmente contemplado na fala do Senador Omar Aziz, porque falou da nossa Região, da Região Amazônica, do Norte; falou do meu Estado, o Amapá, Estado que represento nesta Casa; e fiquei muito feliz

com as colocações do Senador Omar, quando diz que o futebol brasileiro são vários “futebóis” e que a Região Norte, infelizmente, hoje, não tem o devido apoio.

Então, se há uma coisa que quero pedir ao Senador Romero, que é o Relator desta CPI e que é do Norte também, de um Estado vizinho ao nosso, é que a Confederação Brasileira de Futebol possa olhar com carinho para o Norte do Brasil e para o futebol da nossa Região, especialmente do Estado do Amapá. Não posso fazer a defesa do Estado de São Paulo, do Estado do Rio, do Estado de Minas Gerais, porque já acho que estão muito bem contemplados pela Confederação Brasileira de Futebol. Acho que nós é que estamos com esse crédito com a CBF.

Mas a única pergunta que tenho – e volto a dizer que me senti contemplado pelas palavras do ex-Governador e Senador Omar Aziz – é dirigida ao presidente da Federação Amapaense de Futebol, em relação a uma pergunta que o Presidente da Comissão, Senador Romário, fez aqui, na questão do centro de treinamento que foi proposto pela CBF. Eu queria saber de V. S^a em que pé se encontra esse compromisso assumido pela Confederação com os Estados que não tiveram a felicidade de ter eventos da Copa do Mundo, que é o caso do nosso Estado, o Amapá. Queria ouvir do nosso presidente em que pé está essa questão do centro de treinamento proposto e saber dos questionamentos feitos pelo Senador Romário, de quem vai manter, de quem vai administrar, se já há uma área, se há um projeto, enfim, em que pé está a situação da construção do centro de treinamento do Estado do Amapá?

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Essa pergunta ele pode responder agora, já que S. Ex^a vai ter que se ausentar.

O SR. ROBERTO GÓES (PDT - AP) – Senador Davi Alcolumbre, na verdade, a pergunta é muito boa, porque nós tivemos, eu, como Presidente da Federação, tive a oportunidade de participar, junto com o ex-Presidente Ricardo Teixeira e com a maioria dos presidentes na organização da Copa do Mundo no Brasil. Participei de varias reuniões e com o próprio Presidente Marco Polo Del Nero.

E o Amapá foi agraciado ou foi contemplado com centro de treinamento. Nós recebemos, através da Federação de Futebol, um documento da CBF, dentro das especificações. Já foi uma equipe técnica da CBF olhar os terrenos, com a presença de alguns membros da Federação – já olharam os terrenos! –, estamos trabalhando na legalização e a CBF, juntamente com o comitê organizador, vai tratar da questão da construção da obra.

Na última reunião que eu tive na CBF, o Amapá está contemplado, como estão contemplados já outros Estados. Como o Pará já foi contemplado, outros vão ser contemplados ainda este ano. E o Amapá vai ser contemplado este ano ainda, com a compra do terreno, que é um compromisso da CBF juntamente com a interlocução.

E está faltando só a questão, como o projeto é muito complexo, tem campo de futebol, vai ter academia, vai ter sala de reunião ou vai ter sala de aula, e vai atender mais ou menos, que eu saiba, mais de 300 pessoas crianças por dia, de manhã e de tarde... Há o compromisso, ainda, depois, de que esse patrimônio montado, esse patrimônio fique à disposição da CBF. E a CBF vai colocar à disposição das Federações, através dos governos ou prefeituras; estão se organizando nesse sentido.

A CBF ainda não definiu, depois da obra pronta, quem vai mantê-la, ou se ela vai manter por um tempo determinado, um ano, dois anos, três anos, quatro anos, cinco anos, ou vai buscar alguns parceiros, ou parceiros através de patrocínio, patrocinadores da própria Confederação, ou se vai haver alguma participação efetiva do Governo Federal, das prefeituras, do governo dos Estados. Mas que o Amapá foi contemplado, foi, dentro das especificações do legado da Copa do Mundo. E, com certeza, esse patrimônio que vai se colocar à disposição do Município de Macapá vai atender muitas pessoas, as crianças carentes, principalmente aquelas que mais precisam.

Então, eu me sinto contemplado. Lógico que temos outras promessas de outros centros de treinamento, principalmente para Santana – e pedi que a gente pudesse viabilizar outras questões para o Laranjal e Oiapoque –, mas sabemos também do compromisso que a CBF tem com outros Estados e outros Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem.

Temos aqui, agora, a fala de mais um Senador, o Senador Zeze Perrella. Então, depois da fala do Senador, os senhores, por favor, poderão responder às perguntas.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Eu não vou, Senador Romário, fazer perguntas, porque acho que já foram feitas várias perguntas. Eu queria só fazer um comentário com relação ao que disse o Presidente da Federação do Espírito Santo, o Gustavo, porque acho que a sua preocupação com relação à

CND não se justifica. A partir do momento em que os clubes aderirem ao Profut, esse clube que aderir ao Profut obviamente vai ficar em dia com as suas obrigações tributárias, não é?

O SR. ANDRES SANCHEZ (PT - SP) – Senador, V. Exª me permite um aparte, por favor?

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Pois não.

O SR. ANDRES SANCHEZ (PT - SP) – O problema da CND não é estar em dia, porque, às vezes, pela burocracia que há, você está com tudo em dia, pagou, mas demora-se, mesmo assim, 60, 90, às vezes, 120 dias para ser possível pegar a CND. Então, acho que tinha que ser, quanto à CND, quem a tem e quem não pagar, deveria mostrar que está com o recibo pago. Seria uma solução.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Mas são situações, Deputado Andres, fáceis de serem resolvidas, porque, a partir do momento em que você entrou com pedido de CND, você pode participar. Se você não conseguir esse documento em 90 ou em 100 dias, você é excluído. Então, eu acho que ninguém aqui que não esteja em dia com as suas obrigações vai pedir uma CND para receber uma negativa. Então, eu acho que isso é factível de ser resolvido.

Eu acho que tínhamos que resolver o problema mais sério do futebol brasileiro, e eu falo isso como ex-Presidente de clube que fui, que refere-se à questão da gestão temerária, que realmente é uma questão difícil.

A maioria dos senhores ou aqueles ou aqueles que estão nos seus mandatos há muitos anos talvez pegaram as suas Federações com muita dificuldade, de outros gestores que, às vezes, não tiveram a responsabilidade que vocês estão tendo. E são situações, às vezes, intransponíveis. A Federação Mineira, por exemplo, é totalmente falida. Vem ao longo dos anos – e eu não estou, obviamente, criticando nenhum deles, até porque eu tinha uma relação muito boa com todos eles –, mas sei das dificuldades que cada Federação passa. Não se tem recurso para nada, principalmente as Federações pequenas, que têm um percentual da renda dos jogos; mas essa renda, no Estado de vocês, inexistente na maioria das vezes. Às vezes, os clubes pagam para jogar. E o único recurso que talvez a grande maioria das Federações tenha é esse recurso que a CBF manda para vocês no final do mês.

Eu acho que nós tínhamos que ter, na verdade, uma gestão mais profissionalizada mesmo. Eu acho que as Federações deveriam ser prestigiadas, sim. Eu defendo sempre, e já falei isso ao presidente da CBF; falava lá desde o tempo do Ricardo Teixeira. Eu sempre defendi – e não estou inventando nada, é no mundo inteiro assim – que se libere a criação das Ligas. Não Ligas estaduais – Minas Gerais tem uma Liga, outros Estados não têm –, mas uma Liga Brasileira de Futebol. E a CBF deveria cuidar da Seleção Brasileira. Seria até um desgaste muito menor para o presidente da Federação. A cada jogo em que o clube se sente roubado pelo juiz, ou prejudicado por uma arbitragem, ele bota a culpa no presidente da CBF. Então, não sei qual é a vantagem da CBF querer fazer o Campeonato Brasileiro.

O próprio presidente da CBF que aí está, o Marco Polo, disse-me que a maioria dos clubes não querem a Liga. Mas isso não é verdade!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador, só uma colocação. O que o presidente da CBF não faz hoje é tomar conta da Seleção Brasileira. Nem viajar ele viaja, por medo de ser preso.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Sim, mas, se fosse a única obrigação, talvez ele fizesse.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – A ideia é interessante, a partir do momento em que ele cumpra a sua obrigação.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Verdade. Mas isso aí...

O que eu defendo, Senador Romário... Na Europa é assim, nos Estados Unidos são assim. Eu acho que nós temos que copiar aquilo que dá certo. Eu não estou defendendo o fim das Federações estaduais não, porque os clubes locais têm que ser cuidados sim, tem que haver um cuidado especial. De repente, seria o caso de criarmos as Ligas estaduais. As Federações estaduais também se transformariam em Ligas. E vamos nós cuidar do campeonato; vamos deixar a CBF cuidar somente da Seleção Brasileira. O desgaste do presidente, obviamente, seria muito menor desde que cuidasse, como diz o Senador Romário. Isso aí eu deixo a juízo de cada um.

Mas eu acho inexplicável onde a CBF, às vezes, cuida da Copa do Brasil. O direito de televisão da Copa do Brasil é todo da CBF. Ela distribui para os clubes. Eu, como clube, gostaria de negociar os meus contratos. Eu acho que os clubes deveriam... E eu tenho certeza de que o Deputado Andres concorda com o que eu estou falando aqui. A liga é uma reivindicação antiga dos clubes. O Clube dos Treze quase que era uma Liga quando surgiu. E o futebol melhorou muito pós-criação do Clube dos Treze, que, de repente, poucos anos atrás, implodiu, por causa da questão da televisão e tudo o mais.

A situação hoje dos clubes não está fácil não. A própria televisão está procurando os clubes agora para renegociar os contratos, reduzindo em até 25%, porque a crise pegou todo mundo.

Outra coisa que eu digo: quando eu disse isto aqui no Senado, Senador Romário, que eu era contra criar esses estádios... Um estádio de futebol em Brasília que custa R\$1,2 bilhão, e ninguém jogar? É estádio para fazer *shows* nos fins de semana.

Com todo o respeito ao Senador Omar, eu sei que ele fez com a melhor das boas intenções, mas um estádio de R\$600 milhões... E, no estádio dele, não houve superfaturamento não! O estádio dele foi um dos mais baratos. Mas em um Estado que não existe um futebol que justifique um investimento desses!

Aí eu digo: estádio de futebol só é viável hoje no Sul e no Sudeste. Sabemos disso! O Mineirão foi uma redenção para o Cruzeiro. As receitas do Cruzeiro quadruplicaram depois do Mineirão. Mas lá há dois grandes clubes. Não se justifica gastar bilhões de reais para construir estádio para ninguém jogar, alugado hoje para cultos evangélicos, com todo o respeito, e para *shows* musicais, porque futebol mesmo não existe.

Então, eu acho que nós deveríamos ter mais responsabilidade com tudo isso.

E sou absolutamente solidário a vocês, presidentes de Federações, porque eu sei o que cada um de vocês passa e sei a dificuldade que é. Não o Reinaldo, que é presidente de uma Federação rica – e, acredito eu, bem administrada.

Mas não se faz nada sem dinheiro. Infelizmente é assim. Vocês vivem numa penúria danada. Nós tínhamos realmente que profissionalizar isso para fazer com que o futebol brasileiro realmente evoluísse. Era só copiar o que está dando certo lá fora. Existe Liga na Europa, existe Liga nos Estados Unidos, existe Liga para todo lado, menos aqui, que é a terra do futebol.

Eu não vou fazer perguntas, só queria fazer esse comentário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Senador Zeze Perrella.

Eu volto a palavra, agora, para o Presidente de São Paulo, para responder às perguntas, por favor.

Com a palavra o Sr. Reinaldo Carneiro Bastos.

O SR. REINALDO CARNEIRO BASTOS – Senador Romário, a questão da publicidade estática é verdade, sim. Eu não sei há quantos anos atrás – três, quatro, cinco; eu não era presidente à época –, a Federação e os clubes receberam uma proposta em dinheiro superior à da estática. A Federação, como de praxe – seus departamentos –, exigiu as garantias de pagamento e entenderam os departamentos que não havia garantias suficientes de quem ofereceu um pagamento maior. A Federação chamou os clubes e apresentou as duas propostas. Como eles iriam decidir? E os clubes decidiram por ter garantia de recebimento em vez de ter um valor maior sem garantia. E o contrato foi feito. A Federação como anuente e todos os clubes assinando.

Eu substituí o Marco Polo uma única vez na CONMEBOL. Eu faço parte do comitê de competições da CONMEBOL. Tinha uma reunião um dia antes do comitê executivo, eu fiquei no dia seguinte e repeti. Depois, eu fui uma segunda vez, na Rússia; dois casos seguidos, porque havia de novo que se tratar de assuntos da eliminatória, porque a minha comissão é que tinha trabalhado... A minha comissão faz parte da Federação chilena, da Federação Paraguaia e da Federação Uruguaia, que tratava do assunto. Então, foram as duas únicas vezes que eu estive representando a CBF e o Presidente Marco Polo. Depois, houve outras reuniões e eu não fui mais.

Acho muito ruim não comparecer. Creio que estar presente é muito importante. Em estando presente você ocupa espaço, defende os interesses do seu País. Torço e acredito que o Presidente deve resolver esse assunto o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Em relação à primeira pergunta, Presidente, já que o senhor agora é o Presidente da Federação, existe a possibilidade de abrir uma concorrência?

O SR. REINALDO CARNEIRO BASTOS – Senador, nós estamos num processo de mudança na Federação. A situação do País é um desastre. Nós não temos investimento de nenhum lugar. Uma situação muito difícil. O Presidente do Santos me trouxe uma proposta dessa mesma empresa para este ano. Para o senhor ter uma ideia, é inferior à que nós temos com a correção do que a gente tinha o ano passado, com a correção desse ano, mas é inferior.

Nós estamos pensando nisso... Eu estou pensando nisso. Nós vamos mudar a forma de fazer as coisas. Eu tenho pouco tempo lá, mas tenho a consciência de que as coisas têm que ser feitas claramente, com transparência, apesar de nesse caso, especificamente, os clubes assinarem junto, serem pressionados. Mas nós podemos e devemos fazer melhor. Nós estamos, ainda, longe do ideal. Mas vamos fazer! Vamos fazer!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Eu só quero dizer para o senhor que tenho consciência desse momento em que o senhor está conduzindo a Federação. Como eu falei, o meu amigo e ex-companheiro Mauro Silva esteve aqui comigo, em Brasília, há dois meses passados. Conversamos muito. Ele também entende que a Federação, com a sua presença do senhor, hoje, como senhor à frente da Federação, a Federação Paulista vai ter uma nova cara. E eu espero que realmente isso aconteça, pelo bem do

futebol brasileiro. Quando se fala no futebol brasileiro, não tem como não falar do futebol paulista e principalmente dele.

O senhor poderia responder também às outras perguntas, por favor?

O SR. REINALDO CARNEIRO BASTOS – A questão dos contratos da CBF, GM e depois Volks é um assunto da CBF e eu não participo. Eu não tenho conhecimento de como essa transição aconteceu.

Sobre os valores de patrocínio da Federação ou de cotas da CBF, pelo modo de pensarmos, do que queremos apresentar, do que queremos fazer – queríamos mostrar, apresentar –, mas temos decisões judiciais, temos sigilo fiscal, temos sigilo bancário, que nos impedem, neste momento, de falar sobre esses assuntos.

Sobre o valor da CBF com a Federação, para o senhor ter uma noção, Senador, não tem um significado muito importante para a Federação Paulista, não, mas, para as Federações menores, é uma questão de sobrevivência.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Mas dentro dessa nova transição da Federação sobre a qual o senhor mesmo acabou de falar, que acredito que acontecerá, não seria importante também colocar para todos os valores que são recebidos pela Federação Paulista não só da CBF, mas também pelos contratos que existem?

O SR. REINALDO CARNEIRO BASTOS – A respeito da Federação Paulista, Senador, eu acho importante, sim. Como V. Ex^a deve ter conversado com meu Vice-Presidente, o Mauro, nós estamos descentralizando, estamos dando poderes aos departamentos. Eu tenho um departamento jurídico que me diz que eu não posso falar sobre isso, mas nós podemos, sim, e falamos muito, falar que nós não vamos mais assinar contrato que não podemos mostrar para ninguém. Nós estamos nos organizando... Eu não sei quando, mas, no ano que vem, agora, em janeiro, daqui a 60 dias, a partir de agora... Nós já estamos nos arrumando para que tudo que nós fizermos seja claro, transparente e divulgado. Agora, quanto ao que eu herdei, ao que eu tenho, eu tenho que cumprir a orientação do meu departamento jurídico.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem.

Quanto à posição real do senhor hoje dentro da Federação Paulista, o senhor é o Presidente por direito ou está apenas ocupando um espaço interino que foi deixado pelo Presidente Marco Polo Del Nero?

O SR. REINALDO CARNEIRO BASTOS – Senador Romário, ele entregou a carta de renúncia dele no dia 16 de abril e eu fiz uma reunião de diretoria no dia 17 de abril. A posse foi lavrada em ata e já está registrada. O mandato é meu. Eu sou responsável. O que acontecer na Federação é de minha responsabilidade, única e exclusivamente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Presidente.

O senhor poderia responder as duas últimas perguntas, por favor?

Na verdade, estão relacionadas ao que o senhor disse, ou seja, que seu departamento jurídico pediu para que o senhor não respondesse.

Então, vamos passar agora à pergunta para o Sr. Mauro Carmélio Costa Júnior, Presidente da Federação Cearense.

Muito obrigado, Presidente, pela resposta.

Quero dizer que o senhor está em boas mãos com o seu Vice-Presidente. Esse é bom.

O SR. REINALDO CARNEIRO BASTOS – Estou muito feliz. Ele é firme.

O SR. MAURO CARMÉLIO COSTA JÚNIOR – Senador, vamos aqui para as perguntas.

Primeiro, a do Senador Romero Jucá.

Com toda certeza, eu vou encaminhar à CPI sugestões para modernizar o futebol brasileiro. Com toda certeza.

Com relação às suas indagações, Excelência, eu queria que o senhor repetisse a frase que eu disse lá em Zurique.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – “O estrago foi grande. Precisamos juntar os cacos internos e externos do futebol brasileiro.”

O SR. MAURO CARMÉLIO COSTA JÚNIOR – Realmente. Se nós temos um ex-Presidente da CBF sendo preso em Zurique, é mais do que correta essa frase. Isso está superado? Não, tanto que estamos aqui tentando modificar, modernizar o futebol brasileiro. Com toda certeza. Quanto a isso, não há nenhuma situação.

Quanto à correspondência que eu encaminhei... Não fui eu que encaminhei, mas minha secretária, que mandou, por zelo, por cuidado. E, quando ela me mostrou uma resposta da sua assessoria, da CPI, eu, imediatamente, respondi, pedi desculpas pelo zelo, por ela ter feito essa indagação, sem nenhum problema. Eu pensei até que esse assunto não seria tocado aqui na CPI.

Vamos lá. O Senador Wellington pergunta qual é o maior problema que a Federação enfrenta.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Presidente, em relação a essa situação, quero deixar bem claro aqui para o senhor e para todos que esses senhores, aqui nesta CPI, não têm nenhum tipo de relação. Eles não têm nem autonomia para nada.

O SR. MAURO CARMÉLIO COSTA JÚNIOR – Sim, foi um erro, e eu admiti isso.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Eles são lobistas da CBF, ou seja, o Sr. Walter Feldman, Sr. Vandenberg e outros.

Quero deixar isso bem claro aqui.

O SR. MAURO CARMÉLIO COSTA JÚNIOR – Sim, tranquilamente, peço desculpas, agora em público também. Já o fiz por *e-mail* e estou pedindo desculpas em público por um erro.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Está desculpado, Presidente.

O SR. MAURO CARMÉLIO COSTA JÚNIOR – Qual é o maior problema que a Federação Cearense enfrenta?

Excelências, tenho um grande problema no futebol: os clubes pequenos dependem muito das prefeituras municipais. Quando o presidente de um clube não é do mesmo partido ou da mesma coligação do prefeito, fatalmente, o clube não vai jogar no Município a que está ligado. E vou ter que mudá-lo de cidade, de local. É esse grande sofrimento. Quer dizer, há uma dependência muito grande dos meus presidentes de clubes em relação à situação de seus estádios e suas acomodações. Assim, sempre, no começo de um campeonato, peço um documento do administrador do estádio e, se possível, faço uma visita ao prefeito para ver a responsabilidade dessa situação, porque os clubes não podem, Senador, ficar dependendo de partido político, de agrados e da situação... Estamos fomentando e estamos levando o futebol a cada interior, a cada cidade, seja da Primeira Divisão, seja da Segunda Divisão ou Terceira Divisão.

Queria também acrescentar... O Senador Wellington também falou de uma condenação do TCE. Esse fato ocorreu em 2007. Quero relembrar que assumi a Federação em 2010. Não havia ainda a orientação do Estatuto do Torcedor, de que o clube se responsabiliza pelo estádio, e o presidente da época, de boa-fé, assinou um termo de compromisso com a Secretaria de Esportes. Houve uma quebra grande em um jogo do Fortaleza ou do Ceará – não me lembro bem, pois foi em 2007. Pode ter sido dos dois. E fomos condenados pelo TCE, dentro do TCE. No entanto, com toda certeza, já estamos recorrendo, e vai-se mostrar a não participação da Federação nesse episódio e, sim, dos clubes de futebol.

Ernst & Young está fazendo realmente um levantamento na CBF e nas Federações. Acho que, pela experiência que tem no mercado, poderá trazer grande contribuição ao futebol brasileiro.

O Senador Omar Aziz perguntou o que Marco Polo prometeu aos presidentes? A mim, prometeu moderar o futebol brasileiro, e estou vendo internamente algumas mudanças sendo feitas.

O Senador Davi não fez nenhuma indagação e muito menos o Senador Zeze Perrella, grande Presidente do Cruzeiro.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Na verdade, a vez agora seria do Deputado Federal e Presidente, há alguns anos, Sr. Roberto Góes.

Deputado, uma pergunta bem direta: na sua concepção, V. Ex^a entende que essas atitudes do Presidente da CBF, Marco Polo Del Nero, de não se ausentar do País por medo de ser preso têm sido danosas ao nosso esporte, ao nosso futebol?

O SR. ROBERTO GÓES (PDT - AP) – Senador, com relação à atitude do Presidente da CBF, é uma decisão pessoal dele participar ou não de qualquer evento fora do País. Lógico que nós temos como Presidente da Federação Amapaense de Futebol e pela relação que temos até com o próprio presidente, vimos acompanhando isso passo a passo. Já participei de algumas reuniões dentro da própria CBF com os presidentes de Federações, em que o próprio Presidente Marco Polo se colocou à disposição de todos, buscando alternativas para melhorar.

Agora, a partir do momento em que houver qualquer denúncia ou que a própria CPI, ao final de seu trabalho, tenha qualquer denúncia, qualquer situação que diga que o Presidente Marco Polo teve algum desvio de conduta, lógico, que cabe à assembleia geral tratar desse assunto. Mas a saída do Presidente cabe, logicamente, ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Então, na concepção de V. Ex^a o futebol brasileiro, através de Marco Polo del Nero, está em boas mãos?

O SR. ROBERTO GÓES – Melhorou bastante. Eu, como Presidente da Federação, já estou indo para o terceiro mandato. Com a vinda do Presidente Marco Polo para a CBF, houve uma aproximação muito grande com as Federações, principalmente com as Federações menores, uma integração dessas Federações, uma competição que há muitos anos não se via na Região Norte, que é a Copa Verde, antigo Copão da Amazônia, quando todas as Federações dos Estados se congregavam. Hoje, há uma participação efetiva da CBF nessas competições regionais que fazem essa integração.

O Brasil é um país muito grande, de dimensões continentais. Quem mora na Amazônia sabe a distância que é de um Estado para o outro e as dificuldades existentes. Os nossos clubes, principalmente os clubes mais carentes da nossa região, sobrevivem, lógico, com um apoio pequeno ainda – muito pequeno –, mas que realmente ajuda muito e contribui com o futebol, principalmente com o futebol do meu Amapá, que tem clubes profissionais, mas ainda com estrutura de amador ou de time de várzeas.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – V. Exª sabe que, para ser presidente de uma entidade como a CBF, existem algumas obrigações. Uma delas, por exemplo, é participar de algumas reuniões da FIFA, da CONMEBOL e acompanhar a nossa Seleção Brasileira nos jogos no exterior. E essa ausência do Marco Polo Del Nero e do Presidente atual da FIFA, na sua concepção, não mancha o futebol brasileiro?

O SR. ROBERTO GÓES – Com relação à FIFA, eu acho importante a presença do presidente da Confederação Brasileira de Futebol. Com relação aos jogos da própria Seleção Brasileira, eu, particularmente, já tive a oportunidade de ser chefe de uma Delegação Brasileira por duas vezes representando o Presidente da CBF, à época, Ricardo Teixeira. Eu fui chefe da Delegação Brasileira na Copa América em 2004, no Peru...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Mas ele foi lá.

O SR. ROBERTO GÓES – Foi. Foi ele, foi o Ministro dos Esportes. E, depois, fui chefe da Delegação Brasileira Na Venezuela, com o Dunga, com o Jorginho, com os outros. Fomos campeões. Tivemos a participação, depois no Brasil, do presidente da CBF juntamente com o Presidente do Brasil, que foi uma grande honra para o País. Então, nessa relação dos jogos, há geralmente ou um presidente de clube ou um presidente de Federação acompanhando a Seleção Brasileira nesses eventos, muitos deles oficiais, outros não oficiais.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Na verdade, eu posso afirmar que V. Exª tem razão: sempre há outra pessoa, que é o chefe da Delegação, até porque eu vivi muitos anos isso aí. Só que o presidente da CBF, desde quando eu comecei a jogar futebol, sempre acompanhou a Seleção.

Muito bem. Agora, eu gostaria que o Sr. André Luiz Pitta Pires, Presidente da Federação Goiana respondesse as perguntas. A primeira é aquela que...

O SR. ANDRÉ LUIZ PITTA PIRES (*Fora do microfone.*) – Do legado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Exatamente.

O SR. ANDRÉ LUIZ PITTA PIRES – Senador Romário, em relação ao legado da Copa, primeiramente, a CBF solicitou que iria dar prioridade a alguns Estados que tinham maior necessidade, até porque esse recurso é oriundo da FIFA e vem por etapas. Então, iniciou-se por alguns Estados que tinham necessidade maior desse centro de treinamento e agora, há poucos dias, a CBF encaminhou um ofício circular a todas as Federações que vão participar desse legado para que iniciássemos uma busca por uma área, de preferência, que apresentássemos três opções com valores, quem são os vizinhos da área, se tem asfalto, se não tem asfalto, se tem condição de saneamento, todas as condições da área, se a área é liberada ou não para que possa ser feito um complexo esportivo. Então, ela pediu para nós buscarmos essas condições. Nós estamos procurando, lá no Estado, uma condição para que nós possamos apresentar esses terrenos para, daí para a frente, começar a construção.

Em relação a quem será o proprietário, acredito que a CBF, e não sei como é essa relação com a FIFA dessa questão de ser proprietário ou não... Sei que não serão as Federações.

Em relação à pergunta, o senhor poderia ler, por favor, Senador Romero, em relação à fazenda?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Centro de Treinamento...

O SR. ANDRÉ LUIZ PITTA PIRES – Não, embaixo.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Em caso de resposta negativa, a informação da CBF sobre se a obra não começou ou se começará; e o senhor foi apoiador de Marco Apolo Del Nero. Logo após estouro do FIFA Case, correu a informação de que o senhor vendeu uma fazenda, gerando muitos comentários de seus colegas. O senhor confirma essa venda? Em caso afirmativo, qual a relação entre os dois fatos?

O SR. ANDRÉ LUIZ PITTA PIRES – Até me estranha muito essa questão da fazenda, porque nunca tive fazenda, chácara, sítio, nada! Nunca tive anteriormente. Não vendi e não adquiri. Então, essa informação nunca existiu. Não tem essa informação.

Dando prosseguimento ao que o Senador Wellington deixou, a pergunta em relação ao crescimento, às melhorias da CBF através da Ernst & Young, acho que é uma empresa que tem um profissionalismo muito grande, uma empresa muito bem preparada no mercado para que possa estruturar a CBF. Tivemos algumas reuniões com pessoas da Ernst & Young, que está fazendo um levantamento geral de como funciona, primeiro, a CBF, os seus departamentos, as suas diretorias e também a relação com as Federações e, automaticamente, com os clubes. Efetivamente, ainda não tem... Um planejamento não foi apresentado para nós, mas, de qualquer forma, o levantamento é extremamente importante para que ela possa nos traçar um planejamento de futuro promissor, de melhorias, de transparência e de um melhor futebol para atender a todos.

O Senador Omar Aziz, que, infelizmente, não está presente, no momento em que ele estava falando, me deu até vontade de interrompê-lo para aplaudir, porque são importantes as palavras que ele colocou em relação ao que estamos vendo no futebol brasileiro a partir do momento da Lei Pelé. Vimos que, a partir do momento da Lei Pelé, todo novo jogador que se destaca é capitaneado por um clube de fora do País ou pelos grandes clubes, sem que o clube menor, que, na maioria das vezes, é o formador, tenha qualquer benefício com isso. Então, acho que, e é até uma sugestão, temos que buscar alternativas para suprir, até porque os clubes, a partir do momento da Lei Pelé, perderam aquele grande interesse na formação da base, na formação dos atletas, principalmente os pequenos.

A partir do momento em que o Goiás começa a formar, apesar de o Goiás ser um clube grande dentro do nosso Estado, sabemos que qualquer jogador jovem que nasça no Goiás, tem vontade de jogar no São Paulo, no Flamengo, no Corinthians e em vários outros clubes. Então, o Goiás sabe que, com a formação desse atleta, pode vir rapidamente um grande clube desse e levar esse atleta embora, sem o Goiás ter nenhum tipo de benefício financeiro por tudo que ele fez por aquele atleta durante a sua manutenção na base do clube. Por incrível que pareça, o Goiás faz um trabalho excepcional. É um clube com certificado formador, tem vários centros de treinamento. Ele preza muito por isso, mas, infelizmente, perde muitos jogadores nesta condição.

Acho que seria fundamental buscarmos algumas alternativas para forçar um pouco mais os clubes a trabalharem suas categorias de base em todas as categorias, dos 14 aos 20 anos, e alternativas, como o próprio Senador falou, para a saída desses garotos jovens para fora do Brasil, através dos empresários, sem que os clubes tivessem nenhum benefício financeiro sobre isso. Cansamos de ver vários nomes de jogadores fora do Brasil que nunca vimos jogar no Brasil. Então, acho que temos que ter um cuidado com isso. O futebol brasileiro vem perdendo muito com isso. Acho que é importantíssimo que possamos buscar alternativas para essa questão.

Em relação ao que ele falou da Liga, eu concordo. Acho que temos que fazer futebol para todos, os grandes e os pequenos. Em relação à própria Liga Sul-Minas-Rio, que tem se colocado agora, não há nada contrário a ela, só que pegou Sul, pegou Minas, pegou Rio, tentou pegar São Paulo, que não teve interesse. E o Espírito Santo, que pertence àquela região? Será que, porque ele não tem um grande clube, não pode participar? Então, é isso que buscamos. Temos que fazer futebol para o grande e para o pequeno, principalmente, porque os pequenos são os maiores formadores de atletas no futebol brasileiro.

Então, acho que temos que rever alguns pontos. Acho que é importante termos a Liga. É importante termos os clubes grandes fortes, mas, se não dermos condição de os clubes pequenos também se manterem, sobreviverem e poderem fomentar, tirar a criança da rua, formar atletas, para que a gente tenha, como já cansamos de ter, grandes jogadores no futebol brasileiro, eu acho que nós vamos ficar em dificuldades.

Eu acho que o Senador Omar Aziz foi perfeito nas colocações dele, por isso acho que servem para a gente buscar alguma melhoria, alguma medida que possa contribuir para a não saída desses atletas e também para a valorização do futebol das equipes menores.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Presidente.

Agora passo a palavra ao Presidente da Federação Pernambucana, Sr. Evandro Carvalho. O senhor poderia responder à pergunta que foi feita por mim?

O SR. EVANDRO CARVALHO – Pois não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Eu não lembro, não sei se os outros Senadores fizeram alguma outra pergunta...

O SR. EVANDRO CARVALHO – Eu anotei. Eu anotei.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – É sobre os 2 milhões da TAM.

O SR. EVANDRO CARVALHO – Pergunta direta, específica, a de V. Ex^a, e que eu estranho, primeiro, porque o valor não é esse, é maior. Na verdade, essa informação foi equivocada. E eu entendo que é uma obrigação do presidente da Federação buscar o fomento. Eu captei empréstimo de R\$1 milhão para o Santa Cruz junto à CBF e a Federação pagou; captei empréstimo de R\$1 milhão para o Náutico e de R\$400 mil para o Salgueiro. Como ano passado também captei R\$500 mil para um, R\$600 mil para outro. Então, entendo que isso é obrigação do presidente, na medida em que ele tem capacidade financeira e contratos que garantam.

Em relação à TAM, eu estranho, porque nós não temos nenhuma relação comercial com a TAM...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Esse dinheiro não saiu da TAM?

O SR. EVANDRO CARVALHO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Nem um real?

O SR. EVANDRO CARVALHO – Nem um real. Não tenho nenhuma relação com a TAM, nunca tive contrato com a TAM, não temos nenhum patrocínio da TAM. O que nós temos é da Coca-Cola, Pênalti, Rede Globo, enfim, patrocinadores locais.

Quanto às outras ponderações que foram feitas, eu gostaria de ressaltar que, em relação a todos os Senadores, basicamente, para não me alongar muito, de fato, o grande problema que nós temos hoje na visão de Pernambuco é a questão da violência no futebol.

Senador Romário, o senhor imagine que, em uma Federação como a de Pernambuco, nós investimos R\$300 mil de recurso próprio e captamos R\$2,7 milhões – isso foi matéria nacional e internacional, inclusive no UOL – e desenvolvemos, há três anos, o primeiro *software* de monitoramento de rede social para segurança do torcedor. Ou seja, nós criamos e fizemos um convênio com o Governo do Estado, com custo zero para o Governo do Estado. A Federação investiu R\$300 mil e captamos, junto a uma série de empresas de tecnologia, capitaneadas pela Sucinta, o aporte de 2,7 bilhões. Investimos no desenvolvimento de um *software* que monitora todas as redes sociais, que trabalhou, que buscou informações.

Tivemos um incidente trágico em Pernambuco com um torcedor morto. Os três responsáveis, os três criminosos foram condenados já pelo Tribunal do Júri graças a quê? Graças aos investimentos da Federação no televisionamento dos estádios que nós temos e graças ao *software* que o permitiu, além, evidentemente, de uma parceria que a Federação Pernambucana tem e mantém com o Disque Denúncia. Para todo evento que ocorre relacionado a futebol, a Federação tem um convênio. A Federação coloca o que eles chamam de recompensa em dinheiro, em pecúnia, e isso gera também uma participação da população em denunciar esses vândalos, esses criminosos.

Eu entendo que seria indispensável que nós tivéssemos um fundo, nós tivéssemos recursos para que todos os Estados pudessem desenvolver tecnologias, ter ferramenta. E é indispensável a participação do Congresso Nacional no endurecimento dessa lei.

Em Pernambuco, nós temos uma dificuldade enorme de trabalho junto ao Ministério Público e ao Judiciário para tentar interpretar, para tentar tipificar a conduta de torcedores, ora como formação de quadrilha, ora como associação criminosa. Porque, eu lhe digo, eu estou cansado... Eu fui talvez o primeiro Presidente, junto com o do São Paulo, a administrativamente suspender torcida organizada. Respondi a mandado de segurança, a ações de todas as espécies, suspendi a entrada em campo e ganhei todas essas em nível de decisão judicial.

Agora, é preciso que a gente consiga uma legislação que interprete a conduta de agressão, de dano patrimonial particular e público, quando cometida por torcedores, não dentro da ótica de menor poder ofensivo, mas dentro da tipificação penal de formação de quadrilha e de associação criminosa. Só assim, Senador, com ferramenta de tecnologia que propicia a inteligência policial, militar e civil atuar e só assim com a legislação dura, que permita autuação em flagrante desses vândalos por pelo menos 30, 40 dias.

Eu fui delegado, há muito tempo, há 14 ou 15 anos. Eu presidi um flagrante em que encaminhei ao presídio sete torcedores, à época nem existia, acredito, a legislação, por uma interpretação minha, pessoal, e fui criticado, como formação de quadrilha.

Se nós não tivermos uma legislação dura, vigorosa, que entenda que aquele torcedor, quando se junta, quando se reúne, perde a identidade individual e passa a ter uma identidade coletiva criminosa, nós não conseguiremos debelar a violência, mesmo com todo o televisionamento em campo, como Pernambuco tem...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Concordo plenamente com o senhor.

O SR. EVANDRO CARVALHO – ... mesmo com as ferramentas tecnológicas que nós desenvolvemos, foi um sacrifício para uma Federação como a de Pernambuco investir R\$300 mil e ainda buscar no mercado privado R\$2,7 milhões para desenvolver e implantar um *software* em convênio com o Estado. É uma tarefa difícil; não é fácil. E não dá o resultado necessário, porque nós temos que, simplesmente, assinar um ato proibindo o torcedor de ir a campo. Aí, eu pergunto: como se controla? Não se controla. Como se mantém essa vigilância para que ele não vá a campo? Não se mantém. Nós não temos essa estrutura.

É preciso que nós tenhamos rigidez, como os ingleses tiveram, para que essas pessoas sejam tratadas como criminosos. Nós estamos, em Pernambuco, com ações de extinção das torcidas organizadas. O Presidente do Sport Club do Recife foi ameaçado de morte, porque se debate permanentemente conosco contra a conduta criminosa de torcedores, e, ainda assim, nós somos punidos no STJD.

O Sport sofreu uma multa de R\$50 mil e perdeu dois mandos de campo porque um grupo de 10 ou 20 marginais foram a Curitiba e se envolveram em uma briga. Mas nós não demos apoio. O Clube não deu os ingressos. O Clube expulsou do quadro societário todos os membros da torcida organizada. O Clube proíbe a entrada dos membros da torcida no estádio, nós colocamos o ingresso a R\$100,00 para proibi-los de entrar e, ainda assim, nós somos punidos. E por quê? Porque nós temos uma legislação frouxa, uma legislação que não corresponde à realidade da violência que nós vivemos.

Acredito que seriam essas as únicas ponderações que eu tenho a fazer, estranhando só a questão da TAM, porque nós não temos nenhuma relação comercial com ela.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Presidente. Muito obrigado.

Passo agora a palavra ao Sr. Gustavo Vieira, Presidente da Federação de Futebol do Estado do Espírito Santo.

O SR. MARCUS VICENTE (Bloco/PP - ES) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Deputado, por favor. Fique à vontade.

O SR. MARCUS VICENTE (Bloco/PP - ES) – Sr. Presidente, pelo companheirismo das duas Casas, só para esclarecer, como notícia complementar: a Federação, há mais de um ano – pelo menos há um ano e dois meses – foi excluída do polo passivo da ação. Esse é o termo técnico. O Dr. Evandro... A Federação foi excluída, porque ela não tinha nada a ver com a situação. Então, antes mesmo da fala do Presidente da Federação, só para esclarecer, até para ele ficar absolutamente à vontade, pois estou aqui como Deputado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Primeiramente, agradeço a presença de V. Ex^a aqui e ressalto que esse dado foi tirado de uma informação hoje do *site* UOL, da *Folha de S. Paulo*.

O SR. MARCUS VICENTE (Bloco/PP - ES) – Sim, sim. Eu estou apenas esclarecendo, até porque eu tenho sete companheiros aqui de Federação, meus ex-colegas – e preciso deixar isso claro –, e já estou requerendo a certidão dessa decisão.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Está o.k.. Obrigado pela participação.

Presidente, por favor.

O SR. GUSTAVO VIEIRA – Senador, qual a primeira pergunta? A questão da Desportiva?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – É.

O SR. GUSTAVO VIEIRA – É bom esclarecer que a Desportiva Ferroviária Vale do Rio Doce é um clube de 50 anos, que veio da Vale do Rio Doce. Era um clube financiado pela Vale do Rio Doce. Ocorre que, com a privatização, a Vale perdeu a sua capacidade de investimento, infelizmente. Diante desse cenário, ela fez uma composição com um grupo econômico do Espírito Santo e se transformou em Desportiva Capixaba S/A, que, infelizmente, não obteve êxito esportivo.

De alguns anos para cá – acho que cerca de quatro anos –, voltou a antiga Desportiva Ferroviária, com uma nova diretoria, tendo sido feita uma separação jurídica da Desportiva Capixaba... Acho que o senhor está se referindo à Desportiva Capixaba S/A, e não à Desportiva Ferroviária.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Isso; Capixaba. Exatamente.

O SR. GUSTAVO VIEIRA – O Deputado já esclareceu a questão do termo técnico que ele usou.

Eu, de fato, assumi recentemente a Federação, há seis meses. Assim, não estou tão por dentro dessa questão, mas vou me aprofundar melhor.

A questão do Legado FIFA já foi esclarecida aqui pelos demais colegas das outras Federações. Na verdade, nós recebemos um ofício da CBF, no dia 14 de setembro, listando quais são as características dos terrenos a serem adquiridos diretamente pela CBF com recursos provenientes do Fundo FIFA, do Legado FIFA, pode-se dizer assim.

Na sexta-feira, agora, eu irei iniciar o trabalho de mapeamento desses três terrenos, juntamente com a diretoria da Federação, já definindo o local ou a cidade que irá receber esse centro de treinamento. É um local que abrange um cinturão de área de risco, a fim de atender esses jovens e adolescentes. Então, é basicamente essa a questão do Legado FIFA.

Outra pergunta foi com relação ao pacote de inovação da CBF. Eu venho acompanhando; participei da última reunião; fiquei muito satisfeito com o que eu ouvi. Na verdade, até a gente fez uma proposta à CBF no sentido de padronizar os balanços, as demonstrações financeiras das Federações, para que fique tudo bem claro. A Federação Capixaba já trabalha há muito tempo nesse sentido. Também foi anunciado o programa de *compliance*, um programa de transparência e anticorrupção na CBF. A Federação do Espírito Santo já contratou também uma empresa especializada nisso. Devemos lançar até o final do ano o programa de *compliance*.

Acerca da questão do porquê do voto do Marco Polo Del Nero, na ocasião eu não era presidente, então, não posso responder por isso. Não querendo polemizar, volto a falar da CNDs, que foi abordada pelo Senador Zeze Perrella. Acho que dificilmente os meus clubes conseguirão ter agilidade, em virtude da burocracia do Estado de conseguir as certidões. Lembro que, para se inscrever no Campeonato – não é participar; inscrever significa ter o nome constando em tabela – você tem que apresentar as certidões. Então, cinco clubes, no meu Estado, entre os dez, não podem sequer se inscrever nas competições, e isso praticamente ocorre em todas as Federações. A sugestão que dou aqui é de que seja implementado isso a partir de 2017 para a Série A do Campeonato Brasileiro; 2018, Séries B e C; a partir de 2019, Série D e demais clubes que não fazem parte da Série D.

Era basicamente isso. Se houver algum questionamento, estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Presidente.

Agora, por último, o Sr. Heitor Luiz da Costa Junior, Presidente da Federação de Futebol do Estado de Rondônia.

V. S^a pode começar pelo legado da Copa, Presidente.

O SR. HEITOR LUIZ DA COSTA JUNIOR – Sim, senhor.

Senador, quanto ao legado, o meu já está iniciado. O terreno já foi adquirido, e por quê? Realmente, como disse aqui, não temos estádio. Não quero suntuosidade, mas um estádio em que possamos ter condições de receptionar grandes equipes,

Então, para esse legado, já existe o terreno, as obras já estão iniciando, e pretendemos, conforme afirmação da própria Confederação Brasileira de Futebol, inaugurar dentro de seis a oito meses. O proprietário do terreno é a Confederação Brasileira de Futebol.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – A CBF.

O SR. HEITOR LUIZ DA COSTA JUNIOR – A CBF.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – E uma pergunta, Presidente: será construído um centro de treinamento e, dentro desse centro, um estádio de futebol. É isso?

O SR. HEITOR LUIZ DA COSTA JUNIOR – Não, não, não. Apenas um centro de treinamento pelo fato de não termos um estádio.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Apenas o centro de treinamento. O.k.

O SR. HEITOR LUIZ DA COSTA JUNIOR – Dois campos sintéticos.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Ah, este é que é o centro de treinamento: dois campos sintéticos.

O SR. HEITOR LUIZ DA COSTA JUNIOR – Agora, a estrutura normal, auditório, academia, refeitório, a parte administrativa, isso é o Legado da Copa que estamos recebendo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem.

O SR. HEITOR LUIZ DA COSTA JUNIOR – A segunda pergunta de V. Ex^a é referente ao período em que estou à frente da Federação.

No início da minha explanação, eu disse que, à época, eu era Deputado Estadual e recebi um convite para ajudar a resgatar a Federação porque ela estava sob intervenção. E disputei, com apoio das autoridades locais, o presidente da Assembleia, o próprio prefeito, o governador, e começamos a tirar a Federação do ostracismo, porque ela não existia, estava jogada nas escadarias do estádio. De lá para cá, implantei o profissionalismo nesse período todo, e tocamos junto com o estádio. O estádio se implantando; os clubes, novos – hoje, participando do campeonato, não existe clube centenário, o clube que está mais velho ali tem 20 e poucos anos. Com o passar dos anos, os filiados democraticamente, dentro do que determina a legislação em vigor, foram me reconduzindo. Por isso, estou esse período ainda, indagado por V. Ex^a. Com a nova 671, com a alternância do poder, já estamos alterando o estatuto: uma reeleição mais um. Estou preparando meu sucessor, já contribuí. Implantamos o profissionalismo. Tanto que a CBF já alterou, e já aprovamos a alteração das reeleições como eram antigamente.

Com referência o Ministério Público, de ações, não aconteceram ações, mas, sim, questionamentos. Por exemplo, os estádios pertencem ao Estado e a responsabilidade é dos clubes. Até por falta de conhecimento, de orientação, o próprio Ministério Público me indagava acerca do estádio de Ji-Paraná. Eu informava que o estádio pertence ao Governo do Estado e dava as devidas respostas. Agora, quanto às ações, realmente nunca aconteceram e sim as orientações.

E o Ministério Público achava que era responsabilidade da Federação. Então, ia lá, orientava, conversava com todos eles e, evidentemente, eles reconheciam. Mesmo querendo, não podemos pelo fato de ser um bem público.

Por isso que eu tenho clamado, Senador Romário, que a CPI busque também esse anseio. O próprio Senador Romero Jucá, que é da nossa região, o Senador Omar, e o Senador do Amapá, porque Rondônia precisa urgentemente de um estádio. Não um estádio nível Copa FIFA, um estádio que preencha os anseios da população da nossa capital. Eu disse e repito que ela tem 500 mil habitantes.

Quanto ao pacote de inovação, o que primou mais foi a transparência; a consultoria que está trabalhando na CBF tem nos orientado principalmente nessa parte de balanço, como disse o colega Ricardo. O compromisso com o atual Presidente Marco Polo Del Nero é este: ele propôs a transparência. Na nossa Série D, Senador Romero Jucá, a dificuldade – uma pena que o Omar Aziz não esteja, porque ele acompanhou o problema do Nacional também – é pagarmos as arbitragens, que são muito caras. Então, a CBF assumiu esse compromisso

conosco. E isso deu um alívio tão grande que, realmente, está fluindo a competição. E este ano atingiu um patamar muito grande.

Então, eu acredito, Senador Romário, que precisamos fazer esse trabalho na Região Amazônica de apoio aos nossos clubes. O estádio, na capital – volto a frisar –, muitos pensam que é da Federação, Senador Romário, pelo fato de nós mexermos com futebol. Não é; infelizmente, não pertence à entidade e, sim, ao Governo do Estado.

Eu acho que foi muito interessante, muito importante termos participado aqui. Nós poderíamos também aproveitar a presença de outros Senadores da Região Amazônica, como o Senador Randolfe, para discutirmos, com os nossos colegas dos seis Estados – Acre, Amazonas, Roraima, Amapá – para acharmos uma solução interessante. Como está propondo o Senador Romário, fazermos uma reunião lá no Amapá ou em Rondônia – seriam muito bem-vindos – e contribuímos com a Comissão.

Agradeço. Não sei se já encerrou, mas agradeço de coração e me coloco à disposição.

Parabenizo o Senador Romário e todos vocês por estarem discutindo, buscando soluções para o futebol brasileiro. Acho que, se todos nós nos unirmos, desarmarmos os espíritos, nós vamos realmente atingir o objetivo ideal.

Muito obrigado. É uma emoção muito grande ter participado aqui no Senado. Esses microfones me deram uma saudade terrível, porque há 15 anos eu deixei a vida parlamentar.

Desejo sucesso ao Senador Romário, que fez uma belíssima administração, com todo respeito, na Câmara, e veio com milhões e milhões de votos ao Senado. Vamos aguardar os próximos passos.

Muito obrigado e desculpem alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Obrigado.

Eu só queria dizer aos Srs. Presidente de Federação que, se não me engano, a FIFA deixou como legado, entregará ou já entregou à CBF US\$100 milhões, que foi mais ou menos o valor a ser redistribuído nesses centros de treinamentos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Isso.

Uma coisa que me estranha muito é o fato de apenas dois campos de futebol e principalmente campo de futebol de sete...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Ah, então, os senhores me desculpem, o meu entendimento foi equivocado.

O SR. MARCUS VICENTE (Bloco/PP - ES) – Senador, US\$40 milhões já ficaram na Receita.

Estou falando só para dar a informação. É importante a CPI saber disso.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – É bom saber.

O SR. MARCUS VICENTE (Bloco/PP - ES) – Foram US\$40 milhões na Receita Federal.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Na verdade, dos US\$100 milhões, US\$40 milhões foram para impostos, 40%.

É estranho isso, mas enfim.

Segundo divulgou a CBF. É isso?

O SR. MARCUS VICENTE (Bloco/PP - ES) – Isso é claro, é o percentual. Isso é claro. Isso é feito claramente dentro da lei.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Eu queria só saber o que é 40% e qual lei é essa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Esses 100 milhões que a FIFA deixou aqui no Brasil foi como uma doação, não é? Legado. E numa doação, num legado, o Brasil paga 40% de imposto? Eles levam daqui um bi e pouco sem pagar imposto e a gente recebe de volta cem, pagando quarenta de imposto.

Está certo. Bem interessante. Esse é um negócio...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Deveriam ter colocado na lei de isenção a entrada também, não só a saída.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Parabéns para a FIFA e para a CBF.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – E para a Receita Federal também. É verdade. Tem razão.

Eu sei que alguns dos senhores têm um pouco de pressa, porque segundo informações, já estão saindo.

Só para finalizar, Presidente da Federação Paulista, quatro perguntinhas rápidas. O senhor conhece o Sindafebol (Sindicato Nacional das Associações de Futebol)? O senhor ocupa algum cargo nesse sindicato? Qual a atividade desse sindicato? Esse sindicato recebe algum dinheiro da CBF?

O SR. REINALDO CARNEIRO BASTOS – O Sindafebol é popularmente conhecido, Senador Romário, como o sindicato do futebol. O Presidente é o ex-Presidente do Palmeiras, Mustafá Contursi; eu sou diretor financeiro. Ele recebe, via CBF, a contribuição das Federações e dos clubes que fazem parte do sindicato do futebol, que representa entidades de administração do desporto e clubes, em âmbito nacional.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem.

Eu gostaria de agradecer a presença de todos os senhores, os presidentes das sete Federações que estão aqui, e dizer uma frase que eu acabei de dizer para o...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente Romário? Senador Romário?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Já passo a palavra, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Inclusive, V. Exª merece.

Votando, então, uma frase que disse ao Deputado Federal Roberto Góes que pessoas estão me vendo como inimigo de A, B ou C. Na verdade, quero deixar bem claro para todos que sou amigo do futebol. Eu sou quem eu sou e sou muito agradecido a tudo que o futebol fez por mim. Na época em que eu joguei, tenho bastante consciência que eu retribuí muito ao futebol o que o futebol me deu. E agora, como Senador da República e principalmente legitimado para estar aqui por quase cinco milhões de votos, e hoje Presidente desta CPI, eleito pelos meus colegas, eu tenho, por obrigação, de continuar sendo amigo do futebol.

Então, aquelas pessoas que infelizmente são inimigas do futebol podem se sentir, sim, inimigas minhas, porque eu sou simplesmente amigo do futebol e quero o futebol do meu Brasil evoluído, modernizado e moralizado. Eu não quero mais o futebol chegar na próxima Copa e tomar de sete a um. Eu não quero mais o futebol, na próxima Copa América, sendo eliminado por uma seleção, porque na verdade, no meu tempo e no tempo do Mauro Silva, com certeza a gente não deixaria isso acontecer.

Então, quero deixar isso bem claro, mais uma vez. Vou continuar aqui lutando com todas as armas possíveis para continuar ajudando o futebol a melhorar. E se aqueles que entendem diferente acharem que eu virei inimigo, cada um na sua guerra.

Por favor, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Senador Romário, primeiro, só reiterar o apoio à condução de V. Exª desta CPI. E a CPI proposta por V. Exª e legitimamente dirigida por V. Exª é uma CPI para que o futebol brasileiro não passe mais vergonha.

É a melhor forma de evitarmos outros sete a um, outras desclassificações para a toda poderosa Seleção do Paraguai, em pênaltis; para evitar outras vergonhas desse tipo, ou evitar que o nosso maior mérito seja ganhar da Venezuela. Para evitar essas vergonhas que o futebol brasileiro está passando, eu não tenho dúvida de que só passando o futebol brasileiro a limpo.

Então, o nosso apoio à sua condução desta CPI é incondicional.

E eu queria, Senador Romário... Estamos carentes de uma informação, aqui nesta CPI. Acabamos de nos deparar, Senador Romero, com uma conta que não fecha: a isenção que houve para a FIFA para a realização da Copa do Mundo e a tributação que houve sobre os dividendos da FIFA aqui para o nosso futebol.

Eu queria sugerir, Presidente, que sequer é matéria necessária para convocar o representante da Receita Federal aqui. Acho que a CPI não pode tirar em uma audiência pública isso. Mas eu creio que seria objeto de um pedido de informações...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Com certeza.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – ...desta CPI à Receita Federal sobre os procedimentos em relação a isso. É o que encaminho a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem. Mais uma vez, obrigado pela presença dos senhores.

Coloco aqui em votação a ata da 12ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

Está encerrada esta reunião.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos. Convido para a próxima reunião, que será realizada na próxima quarta-feira, 28 de outubro, às 14h30, para ouvirmos, em audiência pública, os Presidentes das Federações de Futebol dos Estados Acre, Alagoas, Amazonas, Roraima, Pará, Mato Grosso, Maranhão e Piauí.

Maurão, obrigado pela presença, irmão.

Guerra é guerra!

(Iniciada às 14 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 15 minutos.)

SENADOR ROMÁRIO

Presidente

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 407, de 2015, para apurar as denúncias de que julgamentos realizados no âmbito do CARF- Conselho Administrativo de Recursos Fiscais foram manipulados para, em descompasso com a lei, anular autuações fiscais ou reduzir substancialmente os tributos cobrados.

ATA DA 20ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 20ª Reunião, realizada em 08 de outubro de 2015, às 9 horas e 18 minutos, no Plenário 19 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a presidência do **Senador Ataídes Oliveira** e com a presença dos Senadores **José Pimentel, Humberto Costa, Donizeti Nogueira, Simone Tebet, Otto Alencar, Hélio José, Wilder Moraes, Vanessa Grazziotin, Randolfe Rodrigues e Eduardo Amorim**. Esteve presente também o Senador não membro **Valdir Raupp**. Deixaram de comparecer os Senadores: **Acir Gurgacz e Douglas Cintra**. Na oportunidade foram rejeitados os seguintes requerimentos:

Requerimento nº	Autoria	Ementa
156/2015	Sen. Ataídes Oliveira	<i>Convoca o Sr. Gilberto Carvalho para prestar depoimento.</i>
157/2015	Sen. Ataídes Oliveira	<i>Convoca o Sr. Luís Cláudio Lula da Silva para prestar depoimento.</i>
158/2015	Sen. Ataídes Oliveira	<i>Convoca a Sra. Erenice Alves Guerra para prestar depoimento.</i>
159/2015	Sen. Ataídes Oliveira	<i>Convoca o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva para prestar depoimento.</i>

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Bom dia a todos os presentes, senhoras e senhores, retaguarda aqui da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito. Bom dia, Senadores. Bom dia, Senadoras.

Em 8 de outubro de 2015, declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 407, de 2015.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à apreciação de requerimentos.

Hoje, nós temos aqui quatro requerimentos a serem deliberados por este Plenário. Acaba de chegar em minhas mãos um requerimento, de autoria do Senador José, Pimentel, pedindo que esses aludidos, referendados quatro requerimentos fossem votado em conjunto, em globo.

Eu pergunto aos demais Senadores e à nossa Relatora, Senadora Vanessa Grazziotin, se concordam.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Pela ordem, Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Presidente, eu concordo e subscrevi também o requerimento. E, com todo o respeito que tenho por V. Exª, pela sua condução da CPI do Carf, que tem contribuído muito para mostrar as mazelas e a relação do tráfico de influências que existia dentro do órgão – inclusive, V. Exª apresentou um projeto que, espero, seja logo apreciado na Agenda Brasil, o que já até solicitei –, acredito que, de alguma forma... Há requerimentos com a convocação do ex-Presidente Lula, um dos presidentes que mais ajudou o meu Estado, que mais fez pelo meu Estado e por quem eu tenho, apesar de todas as circunstâncias de hoje e agravantes, que, às vezes, são colocadas... Acontecem coisas no subsolo do poder, e quem paga é quem está no primeiro andar, é o gestor principal.

Isso é como o que ocorre com os cirurgiões. Eu sou cirurgião. E, ao operar um paciente com quatro auxiliares, se um dos auxiliares, o quarto auxiliar, por exemplo, criar um problema, quem pagará será o cirurgião. Mesmo não tendo cometido erro, o cirurgião paga, porque ele é ordenador de despesa; é a pessoa realmente responsável pelo ato.

E a figura de qualquer ex-presidente da República no Brasil, por mais que tenha tido problemas, deve ser sempre respeitada. Isso, porque foi colocado no poder pela vontade popular. E o Lula foi colocado duas vezes.

Eu, por exemplo, acompanhei os oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso e participei de um grupo que o apoiava. E o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso é um homem honrado. Eu não tenho a menor dúvida disso. Inclusive, recentemente, ele disse que a Presidente Dilma também é – e não tenho dúvi-

da disso – uma mulher honrada. Realmente tem problemas, mas tenho absoluta certeza de que a história dela confirma isso.

No governo Fernando Henrique Cardoso, tantos e quantos foram os escândalos que pipocaram, e o Presidente nunca foi submetido a uma CPI, nunca se abriu uma CPI, nunca se chegou à possibilidade de se abrir uma CPI. Houve o escândalo da proposta de emenda constitucional para reeleição, quando vários Deputados Federais confessaram que receberam R\$200 mil. E quem não se lembra do Ronivon Santiago; do escândalo do Banco Central, do Chico Lopes, que abriu antes de desvalorizar o dólar, e a Avenida Paulista dobrou a fortuna e a riqueza? E aconteceu o escândalo do Banco do Brasil, do Eduardo Sérgio, e tantos e tantos pipocaram, e ninguém nunca fez um requerimento convocando o Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Eu acho que o propósito de V. Ex^a é de esclarecimento, mas, na verdade, creio que é um requerimento que pode ser dispensável, até porque o Presidente Lula tem sido permanentemente acusado, e acusa-se no Brasil hoje, porque existe uma regra no País que precisa ser eliminada, que é o julgamento simplório, é o pre-julgamento, que é uma das coisas que eu mais deploro e rejeito ao longo da minha vida. Quantos e tantos políticos que eu vi serem acusados, e depois inocentados?

Não posso me esquecer de que, quando secretário de Saúde, acusaram o Alcení Guerra de estar envolvido em uma série de atos de corrupção no Ministério da Saúde, no governo Collor. E, depois, ele foi inocentado. Mas, até ser inocentando, ele pagou um preço muito alto, no rádio, na televisão, nos jornais; e sua família pagou um preço muito alto também.

Portanto, acredito que, com provas contundentes, todos devem ser investigados. Mas, com notícia de jornal, de folha de jornal – e, às vezes, o jornal ao invés de usar imparcialidade, passa a ser parte contrária no processo –, eu acredito que isso deve ser completamente dispensado.

E eu sou daqueles que nunca deixei de tomar a minha decisão por consciência, e já a tomei algumas vezes, aqui no Senado, até contra o próprio Governo. Mas, nesse caso, assinei o requerimento consciente de que não haverá necessidade dessa convocação. Portanto, apesar de saber da sua lisura, da sua correção como homem político, como empresário – homem digno, honrado, que tem uma história de vida ilibada... Não tenho nada contra V. Ex^a.

E essa história é uma coisa importante, porque hoje o político não precisa, no currículo, ter tido poder ou ter exercido poder. É preciso colocar no painel e dizer: “O Senador Ataídes Oliveira não foi acusado de nada. O Senador Otto Alencar, acusado de nada”.

Já exerci cargos três vezes de secretário de Estado – Saúde, Indústria e Comércio, Infraestrutura. Fui vice-governador, governador, conselheiro. E, graças a Deus, tive sempre o apoio de um órgão que deve ser consultado sempre, o fiscal da lei, que é o Ministério Público. Esse Ministério Público me salvou muitas vezes, quando, sem ter vontade de cometer o erro, ao consultá-lo, me disse: “Não vai por aí, porque você está errado!”

Então, essa é uma coisa que eu queria dizer aqui. Gostaria de dar um depoimento a favor de um dos presidentes que mais ajudou o meu Estado, o Estado da Bahia. Em pouco tempo, deixou marcas de obras, de realizações, de trabalhos em benefício do nosso povo, não só na área de infraestrutura, mas, acima de tudo, na área social.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Quer a palavra, Senador?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Não? *(Pausa.)*

Senador Otto, respeito as considerações de V. Ex^a. E V. Ex^a sabe do respeito que eu tenho por V. Ex^a. Nós estamos juntos na CMA e, a cada reunião, a minha admiração por V. Ex^a aumenta, pela firmeza nas suas colocações, pelas suas convicções, às vezes, até mesmo contra o Governo, em alguns pontos. De forma, que eu tenho uma admiração muito especial por V. Ex^a.

V. Ex^a coloca que não nos podemos ater simplesmente à notícia jornalística para tomar as nossas decisões nesta Casa. Nós sabemos que estamos aqui a representar o povo brasileiro.

Como já é de conhecimento, V. Ex^a sempre esteve conosco aqui nesta CPI. Por algumas poucas vezes, V. Ex^a não pôde estar, mas o Senador Pimentel sempre esteve aqui, com afinco, conosco, assim como a Senadora Vanessa. O Senador Humberto Costa não esteve tão presente, mas, com certeza, por outras inúmeras atividades aqui na Casa que, às vezes, não permitem estejamos realmente em todas as atividades ao mesmo tempo, até porque é impossível.

Eu gostaria até de justificar, Senador Otto Alencar, mas não sei se devo fazer isso. A MP 471 levou-nos a redigir esse requerimento e, hoje, aqui colocá-lo em votação. A Medida Provisória nº 471, de 2009, estendeu estes benefícios fiscais – o IPI, o PIS e Cofins.

Eu, como empresário, primeiramente quero dizer que eu sou a favor. O Estado – o Município, a União, o Distrito Federal – tem que fazer alguma coisa para atrair os empresários, porque nós sabemos que são os empresários que geram emprego e renda no País. Agora, isso tem de ser feito muito à luz do dia, com as portas abertas.

Com a Operação Zelotes, temos compartilhado muito informações. E, aqui, a Senadora e nossa querida Relatora está sempre presente; e o nosso Vice-Presidente desta Comissão, o Senador Donizete Nogueira. Temos estado muito com o Ministério Público Federal e também com a Polícia Federal.

De forma que essa medida provisória, segundo a Operação Zelotes, de acordo com o que nós temos em nossos computadores, deixa algumas dúvidas. O Senador Randolfe esteve na última reunião, e, depois, isso vai para a imprensa, afirmando que esta CPI deve jogar luzes sobre a MP 471.

Não pelo que o Senador Randolfe colocou – hoje, ele não está presente aqui; eu o convidei a estar aqui presente e falei, inclusive, sobre o horário em que iniciariamos hoje a nossa reunião, mas, lamentavelmente, ele não se encontra aqui –, vou deixar só por aqui.

Nessas informações, cita-se o nome do ex-Ministro Gilberto Carvalho; o nome da ex-Ministra Erenice Guerra; o nome de Luís Cláudio, filho do Presidente Lula; o nome do ex-Presidente Lula, que merece, sim, todo o respeito – concordo com V. Ex^a, Senador Otto –, pois foi chefe de Estado por dois mandatos, eleito pelo voto popular.

Aqui se linca a MP 471 com dois personagens muito interessantes, que são o Sr. Alexandre Paes Santos, que, como sabemos, é um grande lobista de Brasília, e também o Sr. José Ricardo; são sócios da SGR.

Dessa forma, essas informações é que nos levaram a fazer os referidos requerimentos, que passo, então, a ler, um a um. Vamos, então, votá-los em globo.

Senadora Simone Tebet, sempre atuante na medida do possível nesta CPI, agradeço a sua presença.

Temos quatro requerimentos a serem hoje colocados em votação. Seguindo aqui o requerimento do Senador Pimentel para a votação em globo, vamos, então, começar pelo primeiro requerimento.

ITEM 1 REQUERIMENTO Nº 156, DE 2015

Convoca o Sr. Gilberto Carvalho para prestar depoimento.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira.

Requer, nos termos do art. 58, §3º, da Constituição Federal, e do art. 2º da Lei nº 1.579...

Eu queria perguntar se a nossa Senadora quer, primeiro, fazer uso da palavra, antes da apreciação do requerimento. Perdoe-me, Senadora!

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Acho, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Perdoe-me!

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Imagine!

Quero dizer que concordo perfeitamente com a proposta inicial de os votarmos em bloco, porque todos se referem ao mesmo assunto. Há uma conexão entre absolutamente todos.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, quero dizer que sou favorável – já antecipo minha opinião – à rejeição de todos eles, porque tenho aqui um estudo aprofundado, feito, inclusive, em colaboração com a Consultoria, que mostra não haver nenhum nexos com o tema específico analisado por esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Muito obrigado, Senadora. Mais uma vez, eu lhe peço desculpa por não ter passado a palavra a V. Ex^a antes.

O Senador Randolfe acaba de chegar à nossa reunião.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Estou ao seu dispor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Só como informação, Senador Randolfe, temos quatro requerimentos a serem julgados hoje, que estão pautados para serem aprovados hoje nesta Comissão.

Aqui, há uma solicitação ou, melhor dizendo, um requerimento do Senador Pimentel, subscrito pelos demais Senadores, que solicita que façamos o julgamento dos quatro requerimentos em bloco.

Consulto se V. Ex^a quer usar da palavra e fazer algum comentário.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Primeiro, tenho uma dúvida regimental, Sr. Presidente: não é preciso, regimentalmente, que a convocação seja apreciada individualmente? Quero só esse esclarecimento. Estou em dúvida em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Não, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Pode ser em bloco?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Pode ser em bloco.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Então, em decorrência disso, o senhor me permita...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – Nós já votamos o requerimento, já o aprovamos.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Eu só estava prestando uma informação ao Senador Randolfe. Já colocamos em julgamento o requerimento referente a essa votação em globo, que já foi aprovado pelo Pleno.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Então, V. Exª estava me comunicando a decisão de que seria votado em globo?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Eu a estava comunicando.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Perfeito, perfeito!

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Isso. Era só para informar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Vejo, Sr. Presidente, que, na pauta dos requerimentos aqui propostos, existe a convocação de Gilberto Carvalho, Luís Cláudio Lula da Silva, Erenice Alves Guerra e Luiz Inácio Lula da Silva.

Permita-me, se houver possibilidade, construir um acordo com V. Exª e com a Relatora, com o Plenário. Entre os quatro requerimentos aqui apresentados, todos os quatro são da autoria de V. Exª, mas um combina com o que eu havia apresentado também. Eu havia também apresentado um requerimento no sentido da convocação da Srª Erenice Guerra, e o de V. Exª supre essa necessidade.

Pelos elementos que nós temos nesta CPI, pelas informações que temos nesta CPI e notadamente pelo que foi veiculado pela imprensa na semana passada, sinceramente, de imediato, não vejo as razões necessárias para, pelo menos neste momento – pelo menos neste momento! –, convocar os Srs. Gilberto Carvalho, Luís Cláudio Lula da Silva e Luiz Inácio Lula da Silva. Não vejo que razões existam para a convocação. O que foi divulgado na semana passada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, em um conjunto de matérias, o que V. Exª inclusive informou que poderia constar de algumas informações nesta CPI, pelo que vi, leva-nos à necessidade de, no meu entendimento, convocar a Srª Erenice, e não os demais que aqui estão.

Então, apelo a V. Exª para a possibilidade da constituição de uma mediação e de um acordo aqui com o Plenário, para que V. Exª retirasse os três requerimentos – Luiz Inácio Lula da Silva, Luís Cláudio Lula da Silva, Gilberto de Carvalho – e mantivesse somente o de convocação da Srª Erenice.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, eu estou subscrevendo os quatro requerimentos, para que sejam votados. E, como já apresentamos a votação em globo dos quatro requerimentos, regimentalmente não se pode retirar. Mas, para superar qualquer dúvida, eu estou subscrevendo os quatro requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Perfeito, Senador Pimentel.

Senador Randolfe, eu gostaria também de consultar os nossos Senadores e Senadoras. A proposta de V. Exª tem fundamento, uma vez que a ex-Ministra Erenice Guerra já foi citada várias vezes aqui nesta CPI e, em depoimentos na Operação Zelotes, tanto no Ministério Público Federal, como na Polícia Federal, mencionou-se o relacionamento da ex-Ministra dentro do escritório SGR, de propriedade do Sr. Alexandre Paes dos Santos e do Sr. José Ricardo. Esse escritório, no nosso entendimento, até então, salvo melhor juízo, é o núcleo nervoso dessa corrupção dentro do Carf, e agora vem novamente o nome da ex-Ministra.

Eu consultaria, então, os nossos colegas, Senadores e Senadoras, sobre não se retirar, conforme o Senador José Pimentel colocou, mas aprovar o nome da Srª Erenice, para que ela venha aqui nos prestar informações.

Eu também vou na mesma linha do Senador Randolfe: nós faríamos esse acordo e deixaríamos...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, V. Exª não nos procurou para fazer qualquer acordo quando apresentou o requerimento referente ao Presidente Lula. Portanto, não há acordo. Já aprovamos a votação em globo e vamos a voto.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Perfeito. Então, vamos a voto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Permita-me, Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – ... tentar insistir em uma mediação, para converter o da Srª Erenice em convite.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Não há acordo. Eu já subscrevi como convocação.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Vamos colocar, então, em votação o Requerimento nº 156, de 2015.

Requeiro, nos termos do art. 58, §3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei 1.579, de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocado para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito o Sr. Gilberto Carvalho, ex-Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República.

O segundo requerimento é o de nº 157, de 2015.

ITEM 2 REQUERIMENTO Nº 157, DE 2015

Convoca o Sr. Luís Cláudio Lula da Silva para prestar depoimento.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira.

Requeiro, nos termos do art. 58, §3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1.579/52 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocado para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito o Sr. Luís Cláudio Lula da Silva, empresário e sócio da LFT Marketing Esportivo.

O terceiro requerimento é o de nº 158, de 2015.

ITEM 3 REQUERIMENTO Nº 158, DE 2015

Convoca a Srª Erenice Alves Guerra para prestar depoimento.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira.

Requeiro, nos termos do art. 58, §3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1.579/52 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocada para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito a Srª Erenice Alves Guerra, advogada e ex-Ministra-Chefe da Casa Civil.

O quarto e último requerimento é o de nº 159, de 2015.

ITEM 4 REQUERIMENTO Nº 159, DE 2015

Convoca o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva para prestar depoimento.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira.

Requeiro, nos termos do art. 58, §3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1.579/52 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocado para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, ex-Presidente da República.

Os referidos requerimentos são de minha autoria e, agora, estão subscritos pelo nobre Senador José Pimentel.

Conforme já foi decidido pelo Plenário, colocamos os requerimentos em votação em globo.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com a convocação permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Rejeitados os referidos requerimentos, com o voto contrário do Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Não, Sr. Presidente, meu voto não conta, porque a titular do Bloco está presente, que é a Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – V. Exª é suplente?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sou suplente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Então, não há voto contrário.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Sr. Presidente, o Senador Randolfe não pode votar porque ele está na REDE.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Mas tem direito à palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Estou na suplência.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Quer fazer algum comentário, Senador Randolfe?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Não, Sr. Presidente. Já se decidiu. Está decidido.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Perfeito.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, feita a votação, quero, primeiro, tecer alguns comentários.

Quero dizer que, como Relatora, tenho a convicção e absoluta opinião de que a votação foi extremamente acertada, porque não podemos, regimentalmente, fugir do eixo central determinado para a apuração desta CPI. Como eu já disse anteriormente, tenho aqui um trabalho extremamente vasto, que mostra que essa Medida Provisória nº 471, que foi foco da matéria divulgada na última quinta-feira pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, não tem absolutamente nada a ver com as investigações em curso nesta CPI.

A Medida Provisória nº 471, que foi aprovada sem nenhuma emenda pelo Parlamento brasileiro, tanto pela Câmara como pelo Senado, teve como objetivo tão somente prorrogar por cinco anos os incentivos fiscais para o setor automobilístico no âmbito da Sudam e da Sudene. A única coisa que fez, além da legislação que já existia, foi estabelecer a obrigatoriedade de 10% do investimento desses benefícios fiscais em desenvolvimento científico e tecnológico.

Então, acho que está correto. Faço questão de falar isso como Relatora, Sr. Presidente, para lamentar o fato de que, logo no dia seguinte à publicação dessa matéria, tenha saído uma observação no jornal insinuando que a relatoria da Comissão assim como a Presidência estariam tentando blindar personagens de possíveis investigações. Esse não é o meu objetivo.

Não tenho procuração para falar em nome de V. Exª, mas me sinto muito à vontade em falar que essa nunca foi a conduta de nossa CPI. E se, por acaso, na reunião passada, quando ouvimos pessoas aqui convocadas, nós chegamos a comentar o fato de que não faríamos perguntas, foi porque nós próprios, de forma aberta, de forma coletiva, de forma transparente, decidimos que, quando os convocados estivessem aqui baseados em liminar, não teria mais por que ficarmos fazendo muitos questionamentos.

Mas, diante dos fatos acontecidos e apesar de a imprensa não ter feito esse registro, eu, como Relatora, fui a primeira a fazer inúmeras perguntas ao depoente, que, como todos nós sabemos, o que não resolveu absolutamente nada, porque nenhuma delas foi respondida, nem as minhas perguntas, nem as perguntas que V. Exª fez.

Então, apenas deixar claro que nós, aqui nesta CPI, não temos o objetivo de proteger quem quer que seja. Agora, deixo claro também que ninguém vai desviar o foco da CPI. O nosso trabalho é difícil e tem um alvo. Qual é o alvo? Grandes empresas que se utilizam de uma quadrilha que tomou conta do Carf para receber proteção e impedi-las, de forma ilegal, de recolher ao Fisco brasileiro aquilo que devem.

Mas quero dizer que as investigações continuam. Eu acredito que nós estamos no bom caminho, apesar de não contar com a colaboração de quem quer que seja, Sr. Presidente.

Era isso. Muito obrigada.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Relatora, Vanessa.

Antes de passar a palavra ao Senador Donizeti, quando a nossa Relatora, Vanessa, apresentou o seu plano de trabalho, Senador Humberto Costa, nós deixamos muito claro que os trabalhos desta CPI seriam partidários, porque vemos que essas CPIs – eu tenho pouca experiência, porque só participei de uma – viram um debate político enorme. E nós vimos conduzindo os trabalhos desta Comissão com muitas dificuldades, mas sempre pautados pelo que aconteceu dentro do Carf ao longo desses seis anos, em que foi julgado mais de 1,3 trilhão. Esse dinheiro deveria estar, hoje, no Erário público e no lugar certo.

Eu só queria fazer uma colocação, Senadora, a respeito desses requerimentos, ou seja, dessa possível negociata dessa MP, e trazer à luz desta CPI as várias jurisprudências que dizem que pode, sim, ser analisada. Então, não estamos fazendo aqui a coisa a bel-prazer. Eu só queria fazer essa colocação, sempre com o máximo respeito que tenho por V. Exª.

E nós vamos continuar os nossos trabalhos de modo firme. Inclusive, na semana seguinte, na quinta-feira, já podemos deixar marcada a reunião para a acareação do Sr. Hugo e também da Srª Gegliane. Hugo era

o motorista, Senador Humberto Costa, que buscava o dinheiro nos bancos e entregava para a administradora desse escritório, que era a Sr^a Geglíane, que fazia a devida distribuição. Então, na quinta-feira.

Eu passo a palavra ao Senador Donizeti para as suas considerações.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Penso que nós vivemos tempos diferentes e estranhos, porque essa medida provisória foi editada em 1999. Foi uma prorrogação da medida provisória. Essa medida provisória foi feita para, inclusive, levar a Ford para a Bahia. Ela foi reeditada para beneficiar uma série de empresas.

Aí, aparece um cidadão que, de repente, quis ganhar alguma coisa e pode ter dito isso, ou quis incriminar alguém indevidamente e pode ter dito isso. Mas eu não acredito que nem a Presidência da República, nem o Senado Federal, nem a Câmara votaram a medida provisória movidos por esses interesses.

Mas está meio usual. Antes, podia. Agora, não pode. Antes, podia fazer o que foi feito nas administrações anteriores em relação ao Tribunal de Contas.

Ontem, as contas da Presidenta foram rejeitadas indevidamente porque toda a resposta que foi pedida foi obtida; tudo que vinha sendo feito há anos por todos os outros presidentes agora não pode ser feito. E muda regra, não no meio do jogo, mas depois que o jogo acabou.

Então, essa medida provisória é mais um desses fatos que ocorreram em governos anteriores e que, por uma questão de interesse do País, foi feita novamente. E aí querem incriminar o homem mais sério, que deu a maior contribuição já ocorrida na história deste País nesse último período, que é o Presidente Lula, só porque querem tirá-lo do próximo jogo.

Então, eu fico pensando, Senador Pimentel, que este é um momento de reflexão, mas, acima de tudo, de indignação com as injustiças que estão sendo praticadas, e também de partir para o combate.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Concedo a palavra à Senadora Simone Tebet.

A SR^a SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, apenas para justificar o meu posicionamento. Nós não podemos esquecer, claro, que estamos numa Casa política. O Parlamento tem essa principal atribuição. Mas nós estamos aqui numa Comissão Parlamentar de Inquérito, que é um dos poucos instrumentos que temos fiscalizatório e investigativo. Portanto, aqui nesta CPI, nós temos atribuições extras e, entre elas, a quebra de sigilo, seja bancário, seja fiscal, a requisição de documentos e convocação de autoridades. Por isso mesmo, por termos aqui uma função muito parecida com a função judicial, investigativa e conclusiva em relação à vida inclusive das pessoas, nós temos sempre de ter em mente que aqui não podemos ter coloração partidária. Estivesse eu em qualquer partido político, teria tomado a mesma posição com quem quer que seja, independentemente de estarmos falando do melhor ou do pior presidente da República que já houve na história deste País. Isso porque nós estamos aqui para fazer um trabalho sério, e, principalmente, uma das grandes responsabilidades nossas é atuar com imparcialidade e isenção.

E, diante dessa imparcialidade e dessa isenção, analisando rapidamente a matéria veiculada no jornal e mesmo o foco principal desta CPI, não vejo nenhum liame de conexão do objeto formal desta CPI – e isso é importante. Os indícios de irregularidades que foram apontados nessa matéria em relação a essa MP, se houver – e vão ser investigados –, podem gerar aí outras CPIs ou outros procedimentos desta Casa, e não este. Eu não consigo visualizar realmente nenhum nexo de causalidade, de conexão entre o fato divulgado e o objeto desta CPI.

Já tive oportunidade de me manifestar a respeito sobre a preocupação que tenho em relação a esta Comissão. Eu sinto a angústia da nossa Relatora, o peso que cai sobre seus ombros. Já lhe disse que me somo no sentido de poder ajudá-la, dentro do possível, a carregar essa responsabilidade que não é pequena.

Isso porque nós estamos diante de uma CPI, como disse anteriormente, que corre em paralelo a um processo investigativo na Polícia Federal. E está havendo diligências hoje. A Operação Zelotes determinou a busca e apreensão em oito estabelecimentos, cinco em Brasília e dois no Rio de Janeiro. Isso dificulta ao invés de facilitar. Nós, muitas vezes, nos vemos boicotados. As informações chegam tardiamente. Nós não temos os elementos necessários para fazer um bom trabalho.

Daí por que, faltando pouco mais de um mês para terminarmos os trabalhos – nós prorrogamos, mas vamos terminar em novembro –, temos que correr contra o tempo para dar uma satisfação à sociedade. Trazer mais um elemento novo, que é mera expectativa de indício de alguma possível irregularidade para esta Comissão, eu vejo isso como algo extremamente nocivo. O que nós não podemos é fazer com que esta CPI acabe em pizza, trazendo elementos novos, sendo que nós não estamos conseguindo sequer apurar aqueles já existentes.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Senadora Simone, eu já disse, logo no início da reunião, os pressupostos que nos levaram a redigir os requerimentos. Agradeço as suas colocações, as suas considerações, sempre muito contundentes, sempre muito sábias.

Também disse que o Supremo Tribunal Federal, em diversos acórdãos, em jurisprudência, coloca que a CPI tem poderes, mas poderes mesmo quem tem é o Plenário.

Passo a palavra, então, ao Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, Srª Relatora, quero começar registrando que, nas tarefas que eu assumo, eu procuro estar sempre presente.

Nesta CPI, parece-me que eu tenho uma ausência, porque coincidiu a votação da Medida Provisória nº 680, e era uma matéria muito polêmica, no mesmo horário, no mesmo dia, em plenários diferentes. Por isso, naquela reunião estive ausente.

E quero começar registrando que eu já participei de muitas CPIs, até porque sou um dos mais idosos aqui da Casa: estou com 62 anos de idade, 21 anos de Parlamento e, tanto na Câmara Federal como no Senado Federal, eu tenho regularmente participado de comissões parlamentares de inquérito.

E, ao longo desse período, nós tivemos um grande embate dentro da Câmara e do Senado sobre o alcance de cada CPI e as suas preocupações, até porque esse instrumento foi fortemente fortalecido pela Constituição de 88, mas os marcos legais infraconstitucionais são anteriores à Constituição de 88, e tínhamos muitas dúvidas. Nesse período, o Supremo Tribunal Federal tem ajudado muito na definição dos marcos, dos limites e dos alcances de cada CPI.

O nosso Ministro Ayres de Brito, no HC 86.431, diz que fatos conexos podem ser acrescidos à CPI, desde que tenham requerimento assinado por um terço da Casa ou das Casas por onde tramita a CPI.

Portanto, essa matéria, na nossa leitura, não tem nenhuma conexão, tanto que nós estamos tentando trazer para cá o presidente da República que teve o cuidado de acolher um pedido de vários governadores, para que se pudesse estender um benefício fiscal concedido em 1999, o que era importante para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Teve o cuidado também de que o Parlamento indicasse pela Oposição os relatores dessa Medida 471, os relatores do DEM, até em homenagem ao Estado da Bahia, porque, ali, essa decisão de 99 tinha como finalidade tirar a Ford do Rio Grande do Sul e trazer para a Bahia. Disputas legítimas de territórios e de investimentos. Errados estariam os baianos se não brigassem para levar para lá uma empresa com aquela estrutura, com aquela infraestrutura, que traz um impacto na economia do Estado onde ela está instalada.

Portanto, essa Medida nº 471 se limitou a prorrogar os benefícios que já haviam sido aprovados em 1999, no governo do Sr. Fernando Henrique Cardoso. Nós não ampliamos nessa medida provisória nenhum centavo os incentivos. Ao mesmo tempo, ela foi analisada à luz do dia, tendo como relatores na Câmara um Deputado do DEM, antigamente PFL, e, no Senado, um Senador do DEM, na época PFL.

Portanto, qualquer cidadão que analisa minimamente essas questões tem clareza de que, se tivesse outras intenções, não seriam esses relatores. E foi aprovado, por unanimidade, na Câmara e no Senado. Por conseguinte, não paira qualquer dúvida, qualquer preocupação – e sem nenhuma emenda.

É natural que pessoas procurem criar fatos, procurem vender facilidades. Isso está cheio. E nós tivemos sempre o cuidado muito forte de nunca trazer um presidente da República para processos de CPIs aqui no Congresso Nacional e tampouco ex-presidentes.

Todos nós sabemos que oito Deputados Federais renunciaram ao mandato em 1997 quando aprovamos a emenda da reeleição do Sr. Fernando Henrique Cardoso, que foi dirigida para ele, que estava no exercício do mandato, e para os demais. Naquele processo, oito Deputados Federais renunciaram e disseram que receberam R\$200 mil cada um, para votar na reeleição. E nós nunca entramos com nenhuma CPI, convocando o presidente da República para isso – nem durante, nem após.

Lamentavelmente, V. Exª assim não procede – desculpe-me dizer com franqueza aqui. E, sem qualquer justificativa plausível, tenta trazer o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva para esta CPI.

Eu sou uma daquelas pessoas, nosso Presidente, que gosto de fazer justiça. Posso até errar, se o mundo informações que eu tenho é insuficiente, para me convencer. Mas, quando houve aqui um Líder de partido, questionando a condução de V. Exª, este Senador da República, que tem embates políticos com V. Exª, fez questão de registrar posição. Hoje, eu não faria mais isso, Senador Ataídes, porque o senhor está cometendo uma injustiça, ao convocar um ex-presidente da República, com o único objetivo de macular a sua imagem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Senador José Pimentel, V. Exª sabe o respeito e a admiração que eu tenho por V. Exª. E agradeço muito a pontualidade de V. Exª nos trabalhos desta CPI, o que não é fácil.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Não só nesta CPI, não. Em todas aquelas comissões de que faço parte, sou um dos primeiros a chegar, e um dos últimos a sair.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – V. Exª é muito proativo e muito dinâmico, e nós sabemos disso. V. Exª tem contribuído muito com sua experiência e com sua sabedoria, nos nossos trabalhos e no trabalho da nossa Relatora.

Eu só gostaria de fazer uma colocação: o senhor mencionou um acórdão do ex-Presidente Ayres Britto. Nós temos aqui diversos acórdãos – e eu vou ler só um –, várias jurisprudências, que deixam claro, sem sombra de dúvida, que a CPI tem autonomia para fazer um requerimento como o que fizemos, para elucidar fatos correlatos. Eu os chamo de fatos correlatos, porque, segundo a Operação Zelotes, o Sr. Alexandre Paes dos Santos teve uma reunião com o ex-Ministro Gilberto Carvalho, da Casa Civil; José Ricardo, que é o centro nervoso dessa corrupção, sócio do Alexandre Paes dos Santos (APS), também esteve com Gilberto Carvalho, com Erenice Guerra.

E a jurisprudência diz – eu vou ler só uma; são tantas aqui, eu devo ter mais de dez, mas vou ler só uma muito rapidamente:

A consulta à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal não deixa dúvida quanto à possibilidade e à legalidade de uma comissão parlamentar de inquérito estender seus atos investigatórios a fatos conexos aos que justificam sua criação. Alegam-se, nesse sentido, os seguintes precedentes [mas vou mencionar só um]: Inquérito 2.245, relatoria do ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa, julgamento no plenário da Corte em 28/8/2007. Acórdão. Quinta preliminar. Ampliação do objetivo de investigação de comissão parlamentar de inquérito no curso dos trabalhos. Possibilidade. Precedentes. Não há ilegalidade no fato de a investigação da CPMI dos Correios [na época] ter sido ampliada, em razão do surgimento de fatos novos relacionados com os que constituíam o seu objeto inicial. Precedentes: MS 23.639, do Distrito Federal, Relator Celso de Mello; HC 71.089, do Rio de Janeiro, Relator Ministro Paulo Brossard [e tantos outros, mas nós não vamos estender muito aqui].

E, por derradeiro, Senador Pimentel, com toda a vênia, eu discordo de V. Exª, quando disse que eu cometi uma falha, um erro. Não!

Eu acho que é dever, é atribuição de um Senador da República, seja na presidência de uma comissão parlamentar de inquérito, ou não, fiscalizar a coisa pública, uma vez que o Ministério Público Federal e a Polícia Federal disseram que há uma conexão com essa medida provisória – eu volto aqui a ratificar que eu não sou contra esses incentivos; pelo contrário, eu sou a favor, desde que sejam feitos à luz do dia e com publicidade... Enfim, eu também não quero, neste momento, ler uma síntese da história dessa MPF. Eu não quero ler, mas eu tenho a síntese de toda essa história. Eu quero dizer a V. Exª que eu não me sinto, em nenhum momento, culpado por ter elaborado esses requerimentos e hoje colocado aqui em votação, e o Pleno é soberano.

Eu posso colocar que eu gostaria que esses fatos, aqui na CPI, fossem elucidados, talvez não com a presença do ex-Presidente Lula, mas dos demais, do Gilberto Carvalho, por exemplo. Que ele nos explicasse: “Olha, não há relação nenhuma, isso aqui foi feito à luz do dia, não foi feito em gabinete”. Eu gostaria, mas ratifico e reafirmo que o Pleno é soberano, foi julgado, e eu também respeito as considerações de V. Exª, a quem eu tenho muito respeito e muita admiração.

Passo a palavra – permite-me, Senadora?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Claro!

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – ...ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, o Senador Pimentel conhece as posições que tenho assumido aqui no Congresso. Sabe que, em episódios de intolerância nessa atual conjuntura, eu tenho apresentado a minha solidariedade não só ao Partido dos Trabalhadores, como ao Presidente Lula.

Assim eu fiz, quando do triste incidente, do lamentável incidente contra a democracia, da bomba jogada contra o Instituto Lula. Assim o fiz – aí não tem a ver com o Partido dos Trabalhadores, mas tinha a ver com o movimento social – com as demonstrações de intolerância contra a Liderança do MST, João Pedro Stédile; assim o fiz, nesta semana no plenário, apartando o Senador Lindbergh e apresentando uma nota pública do nosso Partido, repudiando os atos lamentáveis de intolerância ocorridos no velório do companheiro José Eduardo Dutra.

Da mesma forma que tenho essas convicções de que são inaceitáveis atos de intolerância e de linchamentos públicos, eu também considero indispensável o cumprimento das prerrogativas das instituições do Parlamento.

Eu celebro esta instituição, a comissão parlamentar de inquérito, como uma das mais importantes instituições que o Parlamento tem. Eu vou reiterar o que tenho dito várias vezes em várias comissões: a instituição de comissões parlamentares de inquérito existe por força da Constituição de 88, por obra de um regime de-

mocrático. Em regimes de exceção, não há a prerrogativa de o Parlamento investigar, de o Parlamento inquirir. Essa prerrogativa é da democracia. Por isso, a Constituição deu esses poderes, no art. 58, §2º da Constituição.

Entendendo e compreendendo isso, eu acho que o instrumento da CPI não pode ser banalizado. Ao mesmo tempo, o instrumento da CPI não pode ser desmoralizado. O que marca um Estado democrático de direito, o que marca uma democracia, o que marca o princípio do império da lei é que ninguém está acima dela, Por isso, é contumaz a definição de que CPI se sabe como começa; não se sabe como termina.

Então, na CPI – e já está consagrado também isso na jurisprudência –, não só são permitidos, como são bem-vindos fatos novos, sejam eles quais forem.

Com a devida permissão – eu acho isso e aqui concordei com isso –, por este motivo, eu propus uma intermediação. Eu não vejo motivos para a convocação do ex-Presidente Lula, mesmo do seu filho. Não via motivos para a convocação deles e para a convocação também do Gilberto Carvalho.

Entretanto, não tenho essa mesma convicção, e acho que ela poderia dar contribuição a esta CPI, em relação à Srª Erenice Guerra. Ao menos o convite, eu acho que seria a oportunidade que a CPI tinha de apreciar, porque, ao mesmo tempo em que não é aceitável o linchamento público, não é aceitável também, na mesma medida, que investigações não avancem, que não ocorram investigações.

Há outras razões também, e permitam-me aqui antecipá-las: Tenho conhecimento de que, entre os dados desta CPI, constam que, pelo menos de R\$300 bilhões, não se prestaram contas à Receita Federal. São R\$300 bilhões em autos, em empresas, e não foram prestadas contas à Receita Federal. São R\$300 bilhões, seis vezes o ajuste fiscal, oito vezes o ajuste fiscal proposto pelo Ministro Levy.

Ora, esse é um tema, por exemplo, sobre o qual esta CPI tem que se debruçar. Quais são essas empresas? Por que essas empresas não quitaram? Que interesses estavam envolvidos no Carf relacionados com essas empresas? Qual é a responsabilidade da Receita Federal por não ter tido a execução desses autos?

Essa, por exemplo, é uma das várias informações em que eu acho que a CPI tem uma contribuição enorme a dar.

Eu não sou titular desta CPI. A vaga do nosso Bloco pertence, com muita honra, à Senadora Vanessa Grazziotin. Não sou o titular desta CPI, mas, como membro, mesmo suplente, quero aqui contribuir para que a CPI cumpra o seu dever. Qualquer CPI que não cumprir o seu fundamento, o seu destino de investigação, acaba não atuando como comissão parlamentar de inquérito.

Então, acho que é necessária a mediação entre não passar da linha para cometer injustiças e linchamento público – também estou de acordo –, mas também não se impedindo que comissões parlamentares de inquérito cumpram o seu fundamental, sagrado e indispensável dever, que é o da investigação.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Senador Randolfe.

Causa-me, Senador, certa surpresa essa sua colocação no sentido de que o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o seu filho Luís Cláudio e o ex-Ministro Gilberto Carvalho não sejam convocados – V. Exª fez essa colocação agora –, e sim a convocação tão somente da ex-Ministra Erenice Guerra.

Causa-me surpresa porque, na última reunião que tivemos na quinta-feira passada, V. Exª colocou na sua fala que a CPI teria a obrigação, o dever de esclarecer esses fatos, inclusive, usando a frase de um magistrado da Suprema Corte dos Estados Unidos que disse: “O melhor desinfetante é a luz”.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Por isso, protocolizei o requerimento em relação à Erenice.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – E aí, Senador Randolfe, quero afirmar a V. Exª que nós, que estamos à frente desta CPI... A ex-Ministra Erenice Guerra, nessa referendada MP 471, não é mencionada. Nós redigimos esse requerimento, porque ela tinha um acesso enorme dentro desse escritório e junto do APS.

Se nós estamos a buscar essa luz que V. Exª colocou sobre essa medida provisória, as pessoas que nós teríamos de convocar para dar explicação seriam, então, na época, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a então Ministra da Casa Civil e hoje Presidente da República, Presidente Dilma Rousseff, e o Sr. Gilberto Carvalho.

Então, causa-me surpresa V. Exª colocar que nós não deveríamos ter redigido esses requerimentos e, sim, tão somente o da Erenice. Parece que não confere...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, deveria me causar surpresa a mudança bipolar de comportamento de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Não, bipolar, nunca, jamais.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Não me causou...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Está nas notas taquigráficas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – V. Exª colocou que era dever da Comissão, e nós estamos fazendo, não atendendo ao pedido de V. Exª. Claro, as considerações de V. Exª são de suma importância para os nossos trabalhos. Eu gostaria até que V. Exª estivesse um pouco mais aqui, mas eu sei que V. Exª, inclusive, é Vice-Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Senador Ataídes, eu sou suplente nesta Comissão. Eu estive, na semana passada, a partir de um fato claro, colocado aqui, que eu acho que deveria ser investigado.

Agora, V. Exª passou de um tipo de posição na semana passada para o radicalmente oposto, sem um método de investigação. Permita-me, Presidente, divergir de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Aqui, para se investigar, é preciso se ouvir. É exatamente isso que nós fizemos.

Eu só queria fazer essa colocação.

E passo a palavra, então, à Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, eu me sinto novamente no dever de voltar ao tema sobre a conexão ou não do fato tema da matéria jornalística da semana passada a esta CPI, ou seja, a Medida Provisória nº 471.

V. Exª leu aqui alguns julgamentos proferidos pela Corte, de que eu tomei a liberdade de fazer uma leitura mais acautelada. Se percebemos, todos eles falam na conexão com o objeto inicial. Todos eles remetem a isso. Diante disso, nós precisamos analisar o que, em primeiro lugar, essa medida provisória tem a ver com o assunto ora investigado.

Segunda pergunta: em que essa medida provisória colaborou para que os desmandos no Carf pudessem acontecer ou para que as empresas fossem beneficiadas, no sentido de pôr fim a uma discussão jurídica por elas estabelecida no âmbito do Carf, dentro de um contencioso?

As respostas todas são negativas, Senador Randolfe. Todas são negativas.

Vamos repetir. A Medida Provisória nº 471 foi editada em 2009 e aprovada por Câmara e Senado em 2010. O único objetivo da medida provisória foi prorrogar um benefício fiscal ao setor automobilístico, existente no âmbito da Sudam, da Sudene e da Sudeco, por mais cinco anos. E se acrescentou um elemento novo, qual seja a obrigatoriedade de se investirem 10% em desenvolvimento científico e tecnológico em inovação, que é o Inovar Auto, que, aliás, está sendo tema de muitos questionamentos no mundo inteiro no âmbito da Organização Mundial do Comércio, por conta de que vários países consideram isso como uma ação de protecionismo que desequilibra a concorrência no mercado internacional. Então, é disso que trata a MP.

Eu disse, na quinta-feira passada, que, possivelmente, eu não tinha conhecimento de várias questões colocadas na matéria. De fato, foi comprovado isso. De alguns aspectos do que a matéria publicou, há documentos na CPI; de outros não há documentos na CPI.

Para vincular um fato ao outro, eu creio que nós temos de levar em consideração também a jurisprudência que diz que nós estaríamos mudando, o que não é impossível. É permitido, contanto que haja – o que foi relatado aqui pelo Senador Pimentel – um aditamento com as assinaturas.

Vejam o que aconteceu agora recentemente, no ano passado: uma decisão liminar da Ministra Rosa Weber decidiu que a Comissão Parlamentar de Inquérito com o objetivo de apurar denúncias de irregularidade na Petrobras seja instalada conforme o requerimento apresentado por Senadores, e não aquela ampla. Disse, inclusive, a Ministra, que aquilo feria direitos e interesses da minoria.

Então, a lei tem de ser clara para defender todos os interesses – da maioria e da minoria também.

Portanto, foi isso que me levou a votar da forma como votei.

Em relação às nossas investigações, não quero entrar na polêmica, pois tenho a tranquilidade de saber que temos feito, Senadores, tudo o que é possível ser feito. É difícil? É muito difícil! Nós estamos trabalhando em conjunto com a Polícia Federal e o Ministério Público, mas o nosso diálogo não tem sido estreito – é bom que se diga isso aqui. Eu não sei até hoje se dispomos, na CPI, de absolutamente tudo. Acho que temos de tomar muito cuidado para não parecer que puxamos muito a corda para um lado e fazemos de conta que não vemos o outro.

O jornal *Folha de S. Paulo* de ontem, Srs. Senadores, na página Poder A5, divulga uma matéria tão grande quanto a da última quinta-feira, que diz: “Ministro do TCU se torna alvo de investigação de fraudes fiscais”. Esse caso, sim, totalmente vinculado a esse tema. É a fala do Ministro Nardes. Está aqui, é uma matéria enorme! A gente não vê nenhuma polêmica em relação a isso.

Eu, como Relatora, tenho me reservado o direito de não apresentar muitos requerimentos, sobretudo de convocação, para não ser interpretada no sentido de que estou tentando dirigir as investigações desta CPI. Agora, estranho que a presteza de alguns seja para algumas questões e para outras não. Isso é que deve ser

objeto de estranhamento, porque a matéria divulgada no jornal de ontem trata de casos, por exemplo, que envolvem a RBS, que é um caso no qual estamos trabalhando, investigando aqui; que envolve uma empresa de um sobrinho, e aqui não estou dizendo nada que não esteja publicado, apesar de ser sigiloso. Agora, de onde sai eu também não sei. A matéria fala também de um contrato, da atuação de uma empresa que era da propriedade do Ministro do Tribunal de Contas, dele e de seu sobrinho, nesse caso da RBS, mas não ouvimos absolutamente nada aqui.

Como Relatora, diante do que aconteceu ontem, por ser o Ministro Relator das contas de 2014, eu me absteve de tomar qualquer iniciativa, como não tomei, frente à matéria da semana passada. Acho que tenho uma grande responsabilidade, como todos têm, mas sobretudo eu, como Relatora, de me aprofundar mais antes de tomar qualquer iniciativa, porque a minha ação poderia ser interpretada como uma ação política.

Já pensou, apresentar um requerimento, Senador? Eu, Relatora da CPI? Vão dizer que estou perseguindo, que estou intimidando, porque o Governo, a Advocacia-Geral da União entrou com um requerimento pedindo a suspeição, e isso virou um fato político. Imaginem se fosse eu, Relatora de uma CPI! Eu seria capa do jornal; isso seria interpretado como uma tentativa de intimidação.

Então, eu acho que nós temos de trabalhar como estamos trabalhando até agora, com serenidade, com maturidade. O tema é complexo, é difícil; é um tema, senhoras e senhores, que envolve uma quantia de recursos enormemente superior à envolvida, por exemplo, na Lava-Jato. Muito maior!

Não sei se todos perceberam que, além do problema da atuação dentro da legalidade, e aí a própria OCDE deverá divulgar, ou já divulgou, um grande plano para evitar a evasão fiscal... Além de todos esses mecanismos aparentemente legais, que não são legais, como, por exemplo, determinar regras mais rígidas, uniformes, no mundo sobre o preço de transferência... O que vem a ser isso?

Quando a filial de uma multinacional compra da sua matriz determinado produto e registra que pagou R\$1 milhão a tonelada, mas, na realidade, pagou R\$100 mil a tonelada, só que manda para fora R\$1 milhão, Senador Pimentel. Aí, os R\$100 mil pagam a tonelada, e os outros R\$900 mil ficam lá nas contas dos paraísos fiscais. Há a questão do lucro também, registrado nos países onde as filiais estão.

Então, além dessas questões, que são complexas, pela sua natureza, há um problema maior, que é o crime que acontece. O que nós investigamos é isto: é o crime. São pendências, são denúncias, são autuações feitas a empresas por não recolherem todos os tributos que deveriam recolher e que depois são judicializados, primeiro, no âmbito administrativo e, depois, no âmbito judicial.

E o que a gente viu? O que se revelou? O que investiga a Operação Zelotes? Que é uma máfia, e a gente hoje tem uma convicção muito forte em relação a isso. Chega ao ponto aqui de, semana passada, no depoimento de uma senhora, filha de um comandante de todo esse esquema e do Carf, dizer que é conselheira e que não tem nada a ver com o seu pai; como não têm nada ver as secretárias, não têm nada a ver os contínuos que se transformam em conselheiros do Carf. Não é verdade? Então, são quadrilhas que se instalam lá e que contribuem com essas empresas.

Então, eu espero, Senador, que, neste período que nós temos pela frente ainda... Eu repito: ao mesmo tempo em que estamos investigando, estamos trabalhando no relatório, estamos trabalhando na parte da legislação. Não sei se foi publicada no *Diário do Senado* a indicação dos nomes.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, veja: nós aprovamos aqui o requerimento e o entregamos ao Presidente da Casa, para que formasse uma comissão de alto nível para trabalhar, analisando não só os projetos que tramitam, como o importantíssimo projeto de V. Exª, que é a PEC, importantíssima, uma atualização da Lei de Execução Fiscal e tantas outras, e outras que têm de ser analisadas. Sugerimos essa comissão. E, depois de muito diálogo, entendeu-se e chegamos à conclusão de que, em vez de se criar uma nova comissão, a comissão que já foi instituída para tratar da desburocratização seria ampliada com nomes por nós sugeridos, ampliada, e que, no âmbito dessa comissão, que já está em funcionamento, seria formada uma subcomissão para tratar especificamente disso.

Então, o nome do Dr. Heleno e outros nomes – acho que são três nomes – já foram indicados pelo Presidente. Solicitei uma reunião, liguei para o Ministério Mauro Campbell, que é o Ministro do STJ que coordena essa comissão, para que a gente possa ter um encontro, não formal, no âmbito da CPI, mas um encontro de todos os membros com os membros da comissão de alto nível para que a gente possa levar as nossas angústias, levar aquilo que a gente acha que seja possível de ser feito.

Então, apenas, Senador, dizer que considero normal esse conjunto de polêmicas instalado, porque, afinal de contas, por mais que se diga, nós somos isentos. O Parlamento é a política, é a exata expressão da política,

e esses embates são plenamente aceitáveis. O que não pode ser aceito é quando eles passam do limite; limite de que o político fique acima das leis, de que direitos sejam cerceados, e tudo mais.

Então, isso nós não podemos aceitar de jeito nenhum, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

Peço desculpas por ter me estendido.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Senadora Vanessa.

Não quero aqui usar uma figura de linguagem, o pleonasma, mas, no inquérito da Polícia Federal de que nós temos conhecimento, essa história da 471 liga-se com o Sr. Alexandre Paes dos Santos e o escritório Marcondes & Mautoni. Esses dois, o *link* dessas duas personalidades é que nos levou a redigir os referidos requerimentos.

Pois bem. Coloco em votação as atas da 18ª e da 19ª Reunião.

Os Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 9 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 28 minutos.)

Senador Ataídes Oliveira

Presidente

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 407, de 2015, para apurar as denúncias de que julgamentos realizados no âmbito do CARF- Conselho Administrativo de Recursos Fiscais foram manipulados para, em descompasso com a lei, anular autuações fiscais ou reduzir substancialmente os tributos cobrados.

ATA DA 21ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 21ª Reunião, realizada em 15 de outubro de 2015, às 9 horas e 32 minutos, no Plenário 2 da Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, sob a presidência do **Senador Ataídes Oliveira** e com a presença dos Senadores **José Pimentel, Humberto Costa, Donizeti Nogueira, Vanessa Grazziotin e Randolfe Rodrigues**. Deixaram de comparecer os Senadores: **Acir Gurgacz, Simone Tebet, Otto Alencar, Hélio José, Wilder Moraes e Douglas Cintra**. Na oportunidade foi realizada acareação entre o Sr. Hugo Rodrigues Borges e a Sra. Gegliane Maria Bessa Pinto.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Bom dia a todos e a todas.

Em 15 de outubro de 2015, declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 407, de 2015.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à realização de acareação entre a Srª Gegliane Maria Bessa Pinto e Hugo Rodrigues Borges, em decorrência da aprovação do Requerimento nº 154, de 2015, de minha autoria.

Tendo em vista que a acareação, segundo o art. 229 do Código de Processo Penal, de aplicação subsidiária aos trabalhos da CPI, é um procedimento destinado a esclarecer pontos divergentes entre os depoimentos prestados, esta Presidência adotará a seguinte ordem de trabalho. Como já é de praxe, logo de início, passarei a palavra à nossa Relatora, Vanessa Grazziotin, e posteriormente aos nossos Senadores.

Aqui está o Senador José Pimentel, tão presente, ratifico.

Esclareço que os Parlamentares poderão formular suas perguntas a qualquer dos depoentes, sempre tendo em vista que a acareação destina-se a esclarecer pontos divergentes entre os depoimentos.

Portanto, solicito à Secretaria que conduza os depoentes à presente sala de reunião, por favor.

A Presidência informa que a convocada, Srª Gegliane Maria Bessa, obteve uma decisão, em caráter liminar, do Supremo Tribunal Federal para que lhe seja garantido o direito de permanecer calada perante esta CPI, se assim o desejar, além da assistência do seu advogado, Dr. Marcus Vinícius Gusmão.

Cumprimento aqui, então, o Sr. Hugo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Pois bem. À nossa esquerda, está o Sr. Hugo e, à nossa direita, está a Srª Gegliane, acompanhada do Dr. Marcus.

Passo, então, a palavra à nossa Relatora, Senadora Vanessa Grazziotin, para suas indagações.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Bom dia, Sr. Presidente, Sr. Senador José Pimentel, senhoras e senhores, Srª Gegliane, Sr. Hugo.

Sr. Presidente, hoje, gostaria de fazer uma sugestão a V. Exª. Participei de todo o primeiro momento com a Srª Gegliane – estive presente durante toda a reunião –, mas não acompanhei toda a reunião em que esteve o Sr. Hugo. Não tive essa possibilidade, porque precisei ausentar-me, precisei viajar.

Então, não me sinto muito à vontade, Sr. Presidente, para iniciar. Então, gostaria, dessa feita, de devolver a palavra a V. Exª, porque sei que a reunião em que fez a oitiva do Sr. Hugo foi prolongada. De fato, o Sr. Hugo contribuiu e colaborou bastante com esta CPI. Por isso, até para um melhor andamento dos trabalhos, passaria para V. Exª iniciar.

Sr. Presidente, antes de fazer isso, gostaria, primeiro, de tirar uma dúvida que tenho. O Sr. Hugo está aqui juntamente com a Srª Gegliane. Ambos trabalhavam no mesmo escritório, para uma mesma empresa, uma empresa de propriedade do Sr. José Ricardo. No exato local, também tinha participação societária – não sei se nessa ou em todas, porque, no local funcionava, pelo que temos conhecimento, várias empresas juntas – o Sr. Alexandre Paes dos Santos. Não é isso?

Inclusive a Srª Gegliane, quando deixou de trabalhar no escritório, foi trabalhar num negócio próprio, montado pelo Sr. José Ricardo, uma empresa de que ela mesma nos falou aqui: Divina Gula de Alimentos.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, não é uma acareação. Estou apenas levantando.

Pelo que ambos disseram, não exerciam nenhum cargo de relevância. Eram apenas servidores daquele escritório: um sacava o dinheiro; a outra fazia uma contabilidade.

No entanto, vemos muita diferença entre os dois, Presidente. Vemos, por exemplo, o Sr. Hugo aqui, sozinho. O senhor não está com advogado, Sr. Hugo? *(Pausa.)*

Sozinho, sem advogado. Na primeira vez, a mesma coisa. Não dispunha de nenhum *habeas corpus*, não impetrou absolutamente nada.

A Srª Gegliane está aqui pela segunda vez com advogado e com *habeas corpus*. Então, parece-me que, por parte dos ex-patrões, existe uma diferença de tratamento.

A Srª Gegliane está bem amparada e, aliás, está numa situação extremamente delicada. A notícia que nós tínhamos, Senador Pimentel, era de que ela se encontrava com seu esposo, fora do Brasil, vivendo na África do Sul, em outro continente. Veio para cá por conta desse processo e aqui se encontra até hoje, sendo impedida de voltar a ter o convívio com seu esposo, porque assim a Justiça determinou.

E, aqui no Brasil, onde ela está, aqui em Brasília, ela está amparada. Então, acho que precisamos, com toda a sinceridade, Srª Gegliane, ter conhecimento de algo que a senhora insiste em omitir à CPI.

Então, eu perguntaria, e por isso fiz essa introdução, se a Srª Gegliane gostaria que, ao invés de estarmos aqui falando publicamente, sendo gravado tudo o que estamos falando em público, se a senhora não gostaria de ter essa reunião, que eu tenho a certeza absoluta de que será muito interessante, ainda mais se o Sr. Hugo proceder aqui agora, como fez na última reunião, se a senhora gostaria que fosse uma reunião reservada. Agora, isso só é possível se a senhora nos ajudar. Porque se a senhora for usar o seu direito de ficar calada, obviamente que nós não vamos fazer uma reunião reservada, secreta, para a senhora dizer que não vai falar nada.

A senhora preferiria? *(Pausa.)*

É ela quem responde, doutor.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Claro. O senhor tem todo o direito de se comunicar com ela.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Bom dia, Senadora! Bom dia a todos!

Desde o primeiro momento em que eu estava na África do Sul – eu estou lá – acompanhando o meu marido, que é Adido Militar, fui para lá porque o meu marido recebeu essa missão e nós estamos morando lá. Quando eu recebi o telefonema, pedindo a colaboração, em momento algum eu me recusei a vir e colaborar. Em momento algum eu cheguei aqui para não falar a verdade. De tudo aquilo que eu tinha conhecimento eu tenho falado. Eu não preciso mentir. Essa não é a minha índole. Se a senhora for procurar investigar a minha vida, a minha história de vida, eu não tenho esse caráter nem essa índole.

Eu vim aqui, desde o primeiro momento, disposta a colaborar com a verdade, com aquilo que eu tinha conhecimento e tenho feito isso. Vim aqui, com a passagem que esta Casa pagou de vinda e volta, com duas diárias que o Senado também pagou, que seria o tempo que eu ficaria aqui, no entanto, estou presa aqui, porque estou impossibilitada de voltar para a minha casa, estou aqui vivendo essa injustiça, porque eu não fiz nada, eu não tinha conhecimento de nada. Eu trabalhava em um lugar que, para mim, era um lugar normal como qualquer outro lugar. No entanto, eu estou aqui, longe da minha casa, do meu marido, da minha vida, impossibilitada de viver a minha vida.

Então, não tenho por que não falar a verdade naquilo que eu conheço, porque a prejudica sou eu. Eu estou sem o meu marido, sem a minha vida, sem a minha família. O meu marido está doente, precisando fazer exames, ele tem que ficar três dias internado; eu tenho um enteado de 12 anos e não tenho com quem deixá-lo. Nós estamos do outro lado do mundo, em um país onde é muito difícil. A minha casa, com um mês que eu estava lá, foi invadida por bandidos. Levaram nossas coisas todas, vocês devem ter esse conhecimento também. Inclusive o meu grande medo é: na África do Sul, quando eles pegam uma mulher branca, elas a estupra. E eles chegaram a me carregar no colo do meu quarto até o quarto de hóspedes. E pela misericórdia de Deus, pela graça de Deus, do qual eu sou muito devota, eu creio que foi Deus que não permitiu o pior.

Então, assim, eu não estou aqui para mentir. Eu não estou aqui para não falar a verdade. Essa não foi a minha intenção. Quando eu saí de casa para vir aqui colaborar com a verdade, eu saí com essa verdade e completamente disposta, tranquila para falar aquilo de que eu tinha conhecimento. Agora, eu não tenho como falar aquilo que, às vezes, vocês precisam ouvir se eu não tinha conhecimento. Eu não posso inventar história nem criar histórias. Isso não! Mas a verdade, eu estou completamente disposta a falar.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Srª Gegliane, primeiro eu quero dizer que nós sabemos da sua situação. E nós não estamos aqui para lhe provocar qualquer tipo de

constrangimento. Esse não é o objetivo da CPI. Nós convocamos V. S^a novamente para que V. S^a possa colaborar com os nossos trabalhos.

Agora, V. S^a tem que entender que se encontra no Brasil, impossibilidade como a senhora própria disse – eu quero dizer que como mulher, como mãe, entendo muito a sua situação; pessoalmente, sou muito solidária a V. S^a –, mas que a senhora está aqui por uma determinação da Justiça. Eu não creio que a Justiça seja tão irresponsável ou leviana para tomar uma medida tão drástica, tão rígida contra V. S^a, se V. S^a não tivesse nenhuma informação e não tivesse absolutamente nada com o caso que está sendo investigado por nós, mas que está sendo investigado com uma profundidade ainda maior pela Polícia Federal e pelo Ministério Público há mais tempo do que pela CPI.

Então, se nós obtemos informações fartas, suficientes, para mostrar, Sr^a Gegliane, que muito do que a senhora falou não bate com que a gente ouviu de outros depoimentos, não bate com documentos que nós estamos analisando, imagina V. S^a, a Polícia Federal e o Ministério Público, que, repito, há mais tempo e com uma profundidade maior analisa o caso.

Mas o que eu perguntei foi se a senhora prefere fazer uma reunião reservada, porque eu, repito, nós não queremos lhe causar, pessoalmente, nenhum constrangimento. A senhora não é o alvo central da investigação, mas a senhora é uma peça importante para colaborar com a investigação. A senhora não está sendo acusada diretamente de cometer um crime, mas, se a senhora tem conhecimento de muita coisa que a senhora viu, que a senhora presenciou, que a senhora, como uma mera funcionária, colaborou e não diz ou passa informação que não bate com aquelas coletadas nos atos de investigação, aí a senhora se prejudica.

Então, eu pergunto se a senhora concordaria em colaborar conosco, manter um diálogo franco, aberto, sincero com o Sr. Hugo, pessoa com a qual a senhora trabalhou durante muito tempo, durante bastante tempo, e a quem a senhora remete que teria conhecimento de questões que a senhora não tem, por exemplo... Porque era uma movimentação de recursos em espécie assim bem interessante, o que não é comum e não é natural em uma empresa que trabalha com cheque, que trabalha com contas bancárias, com transferências e tudo mais. Onde os senhores trabalhavam, não, era dinheiro que era movimentado em espécie. A senhora diz: “Não, ele tirava o dinheiro, e eu não sei de mais nada. Esse já não é comigo.” Então se a senhora gostaria que nós tirássemos todos da sala, todos que estão aqui, ficassemos só nós da Mesa e os Senadores e fizéssemos a sessão reservada.

Se a senhora prefere que seja assim, porque também estou entendendo que o seu estado é bem diferente hoje do que na primeira vez em que a senhora esteve aqui, e nós não queremos, eu repito, lhe causar qualquer constrangimento. O que nós queremos da senhora são informações – que a senhora colabore – de atos que não são de responsabilidade sua, apenas a senhora os exercia pela função que tinha como uma trabalhadora, uma servidora de uma empresa e de um escritório. Se a senhora prefere que esta reunião seja fechada ou se sente à vontade que ela siga da forma como está.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Presidente, enquanto é feita a consulta, eu quero registrar que o nosso Senador Donizeti completa hoje 60 anos bem vividos.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Parabéns, Senador Donizeti. Que Deus continue lhe dando muita sabedoria, muita saúde e muitos anos de vida!!!

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Preparado para viver os próximos 60.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Se o Senador Pimentel não tivesse falado a quantidade de anos, nós imaginariamos que o senhor estava completando 40 anos de idade.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Então, V. Ex^a, a partir de hoje, é um homem sexagenário!

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E já pode andar no transporte coletivo sem pagar passagem, viu, Senador!

A SR^a GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Para mim, Senadora, não... É, realmente, a situação é constrangedora, estar aqui é constrangedor. Igual estou falando para senhora: nunca fiz nada de errado. Eu tenho uma história de vida, de trabalho, de honestidade e, assim, nunca peguei nada de ninguém, nunca fiz nada de errado nesta vida. Nunca. Nunca. Tenho total convicção e falo com toda clareza e tranquilidade do mundo para falar isso. Então, não tenho nenhum problema de ela ser aberta ou fechada, porque eu não tenho nada, já falei para senhora, a esconder. Eu não tenho nada para não falar a verdade.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente, eu já sugeri que V. Ex^a começasse, mas eu só gostaria de fazer um questionamento preliminar: o seu advogado, Sr^a Gegliane, é pago por quem?

O SR. MARCUS VINÍCIUS BERNARDES GUSMÃO – Senadora, com licença. Pela ordem.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, é o Presidente.

O SR. MARCUS VINÍCIUS BERNARDES GUSMÃO – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Dr. Marcus, a pergunta da Senadora Relatora foi feita à Srª Gegliane, viu?

Então, peço a V. Sª que, por favor, permaneça em silêncio e tenha contato tão-somente com a sua cliente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu gostaria de ouvir dela.

O SR. MARCUS VINÍCIUS BERNARDES GUSMÃO – Eu gostaria de usar da palavra pela ordem, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Aqui não tem uso da palavra pela ordem.

O SR. MARCUS VINÍCIUS BERNARDES GUSMÃO – Isso não é...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O senhor não tem direito à palavra. O senhor está aqui tão-somente por causa do *habeas corpus* impetrado por V. Sª. Então, quem...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O que é de interesse do Senado os Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Responda, então, Srª Gegliane, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O seu advogado a senhora...

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Eu estou pagando.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Onde a senhora está trabalhando atualmente?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Eu não estou trabalhando. Eu estou na África do Sul com meu marido, acompanhando o meu marido.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E a senhora obtém esses recursos para pagar o seu advogado de onde?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Com meu marido.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O seu marido lhe envia os recursos?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Na verdade, quando a gente foi embora daqui, a gente vendeu carro, vendeu... Antes de me casar com ele, eu tinha um apartamento e ele tinha outro. E, quando a gente casou, eu vendi todos os móveis desse apartamento, depois, quando a gente foi embora, vendi todos os móveis dos nossos apartamentos... Então, ficou um recurso aqui, que é nosso. Nós o estamos usando.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Esse recurso a senhora está usando para pagar ao seu advogado?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Eu estou pagando. Meu marido me manda também valores desde que eu estou aqui sem emprego, sem residência, sem... Eu fiquei aqui sem roupa, sem sapato, sem residência, sem... Na verdade, nem os meus pertences pessoais... Eu tive que comprar desodorante, eu tive que comprar perfume, porque nem isso eu tinha. Eu vim para ficar dois dias e estou aqui há mais de três meses.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Veja bem, Srª Gegliane: a senhora se envolveu nesse caso não porque tenha cometido qualquer ilícito diretamente, mas porque a senhora trabalhava numa empresa que está sendo investigada por, possivelmente, ter cometido não um, mas inúmeros ilícitos.

A senhora era funcionária do Sr. José Ricardo?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Sim, fui funcionária dele.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, a senhora foi envolvida no caso por causa da empresa dele, não é verdade? Vamos fazer um raciocínio juntas. Seria natural, Srª Gegliane, que a senhora chegasse para o seu antigo chefe e dissesse “olha, eu não tenho nada a ver com isso. Eu trabalhava para o senhor. Então, o senhor, por favor, me ampare!” Não há nenhum problema quanto a isso.

Eu, às vezes, me coloco no lugar, digamos assim... Se fosse comigo, se eu fosse uma secretária e estivesse longe daqui, mas fosse chamada e envolvida num caso... “Não tenho dinheiro, ganho pouco salário...,” Porque adido militar, nós sabemos que o salário que ele ganha, ainda mais vivendo fora do País... Pode até receber em outra moeda, em dólar, mas são recursos que dão para a pessoa sobreviver. Não dá para a pessoa guardar, fazer fortuna, não é? Dá para sobreviver. Então, seria natural que a senhora dissesse a ele “o senhor, pelo menos, já que eu estou metida nisso por causa do senhor... Como eu vou ficar?”

A senhora nunca o procurou?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não. Nunca. Nunca. Nunca.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Nunca? Em absoluto?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não. Nunca. Nunca.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A senhora sabe que está diante de uma CPI e tem que tomar muito cuidado.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Sim. Sim. Sim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Nunca mais falou com ele?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E o seu sentimento em relação a ele qual é?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Raiva.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O seu sentimento em relação a ele é de raiva?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Sim, raiva, porque, honestamente – digo para a senhora –, eu nunca imaginei, convivendo com eles... Eu não falo só dele, mas do escritório. Eram pessoas que passavam honestidade. Você tinha que prestar conta de um real, porque ele desconfiava. Você tinha que estar sempre com cuidado. Ele era extremamente centralizador. E eu sempre... Eu chegava até a comentar que eu os achava inteligentes, bem-sucedidos, trabalhadores. Então, em momento algum eu imaginei que tivesse essa dimensão disso tudo, porque eles passavam... Eu não falo só dele, mas do escritório onde trabalhavam as pessoas, que eram tributaristas...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O Sr. Edson...

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Sim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ..., o Sr. Alexandre Paes dos Santos...

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Eles todos, como eu estou falando para a senhora, sempre passaram uma imagem de pessoas muito corretas. É como eu estou falando: era tudo muito controlado, tudo muito ali, na linha. Então, eu sempre olhei para eles... Eu até tinha admiração por eles, porque eu achei que eles eram bem-sucedidos, inteligentes, bem formados, pessoas capacitadas.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A gente pode recapitular a última vez que a senhora veio aqui? Por que mesmo a senhora deixou de trabalhar lá e foi trabalhar por conta própria?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – O Zé Ricardo saiu e montou outro escritório.

Inclusive, entrei na Justiça do Trabalho para receber meus direitos. Ele ficou seis meses sem pagar salário, sem dar baixa nos meus direitos trabalhistas. Entrei na Justiça pra receber esses direitos. Ele ficou seis meses. E o que aconteceu? O restaurante já existia antes. O Alexandre abriu com a Natalie esse restaurante. Em seis meses, o restaurante deu um prejuízo de quase R\$100 mil, por falta, acho, de cuidado, de fazer a coisa acontecer. E, então, o Alexandre falou assim: “eu te dou 10% para você fazer o restaurante acontecer; o restaurante está montado, está com esse prejuízo. Você quer apostar?” E eu falei: “quero, aposto”. E fui ao Bradesco, peguei um empréstimo de cento e poucos mil para pagar o que devia, mais alguma coisa para eu reestruturá-lo como *self service*, já que ele era à *la carte*. Eu não acreditava em à *la carte* porque é uma coisa que não vai para frente, a meu ver. E realmente não foi, não aconteceu. E, aí, fui trabalhar e trabalhei muito, fizemos divulgação, reestruturamos, fizemos uma comida diferenciada, e o restaurante aconteceu. E o restaurante paga esse empréstimo até hoje, porque eu fiz em enormes parcelas.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A senhora é proprietária do restaurante ainda?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não, quando fui embora, saí da sociedade.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas o empréstimo está em seu nome?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não, não está no meu nome. O empréstimo está no nome do próprio restaurante.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, a senhora foi ao Bradesco e fez o empréstimo no nome do...

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Do restaurante. E esse empréstimo existe.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E essa pessoa tão honesta que a senhora achava que era, o Sr. José Ricardo, ficou seis meses sem lhe pagar, sendo tão honesto como a senhora achava?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Sim. É igual eu estou falando para a senhora: para mim, quando eu estava lá, trabalhando com ele, nunca imaginei. Sempre achei que era uma pessoa extremamente correta, com tudo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas a senhora, que já trabalhou em outros locais antes, achava que uma empresa que manipulava tanto recurso em espécie, fazia

tanto pagamento, tantas distribuições, e isso era algo que pudesse ser explicado, algo honesto, correto? Mexer com tanto dinheiro?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Olha, Senadora, os recursos que vi sendo repassados eram para sócios, para pessoas que trabalhavam com eles. Então, a meu ver, aquilo não tinha nada de errado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Em dinheiro? Em espécie?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Alguns em espécie, outros em transferências.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas em espécie era muito.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Havia valores assim em espécie. Não consigo me recordar de valores, não consigo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E tanta gente que não era sócio, que aparece em planilhas, em anotações suas, Srª Gegliane?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não. Poucas...Olha, vou dizer para a senhora: até cito as pessoas para quem foram feitos pagamentos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Bom Presidente, vou passar, porque acho que V. Exª tem melhores condições do que eu de dar início.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Vou indagar ao nosso querido Senador Pimentel se ele...

A priori, faço um esclarecimento ao Dr. Marcos sobre o *habeas corpus* requereu para a sua paciente Srª Gegliane Bessa.

Aqui está dito o seguinte: “...requerem a concessão de medida liminar a fim de assegurar à paciente o direito público subjetivo de permanecer em silêncio ou deixar de responder às perguntas que possam gerar sua autoincriminação, bem como fazer-se acompanhar por seu advogado e de que com este comunicar-se durante a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito”. Pedem a confirmação da liminar requerida.

Portanto, o fato que V.Sª arguiu não condiz com *habeas corpus*.

O SR. MARCUS VINÍCIUS BERNARDES GUSMÃO – V. Exª me permite...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Não, não permito. Não permito.

O SR. MARCUS VINÍCIUS BERNARDES GUSMÃO – Garante-me a lei, Excelência, Estatuto da Advocacia.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Não, não permito. O *habeas corpus* está aqui, não permito.

O SR. MARCUS VINÍCIUS BERNARDES GUSMÃO – É a lei que me garante a palavra, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Então, peço que V. Sª permaneça se comunicando tão-somente com a sua cliente.

Vamos lá.

Srª Gegliane, percebo que a senhora foi usada dentro desse escritório, dentro dessa empresa. Não tenho dúvidas mais.

O Sr. Hugo esteve aqui conosco e resolveu contar tudo aquilo com o que ele conviveu no escritório durante quase seis anos. E o sentimento que a senhora acabou de colocar aí, esse sentimento de raiva, o Sr. Hugo, aqui, que muito contribuiu com esta CPI, também colocou por diversas vezes...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Sim; muito maior. Além da raiva, o ódio. Então, a conclusão a que eu chego, salvo melhor juízo, é de que não só o Sr. Hugo como a senhora foram usados por esses malfeitores, que a senhora, como disse aqui, achava serem pessoas de boa conduta.

E eu queria dizer à senhora, como disse ao Sr. Hugo, que aqui, nesta CPI, pode-se fazer a sua defesa, como ele fez a dele. Eu, inclusive, ajudei-o a fazer a sua defesa.

Se a gente pegar, Senador José Pimentel, as notas taquigráficas, poderemos observar ali que nós contribuímos com o depoimento do Sr. Hugo na sua defesa, onde ele coloca, claramente, que era ele que buscava aqueles milhões nos bancos, que entregava para a Srª Gegliane e, ainda, que hoje ele tem ódio, que ele tem raiva porque ele trabalhou, inclusive, em situação análoga à de escravo. Ele nos disse, inclusive, que era maltratado pelo Sr. José Ricardo, enfim.

Eu faço essa ponderação, Srª Gegliane, porque eu não esperava que a senhora chegasse aqui, vinda de tão longe, a nosso convite, e a senhora até hoje permanecesse aqui, no Brasil, longe do seu marido... Não era esse o nosso propósito; o nosso propósito era o de que a senhora viesse aqui e, realmente, contribuísse, como o Sr. Hugo contribuiu, e a senhora fosse embora cuidar da sua vida.

Esses malfeitores, Srª Gegliane, a única coisa que eles podem fazer é isso que estão fazendo: colocar um advogado à disposição da senhora. É só isso que eles podem fazer, e a senhora ter ódio e raiva deles. É só isso que eles podem fazer!

No final das contas, eu acho que eles vão se dar muito bem. Espero eu que não, mas é possível que eles se deem bem, porque eles têm milhões e milhões do dinheiro público em seus patrimônios. Isso está muito claro pelo trabalho da nossa CPI, pelo trabalho da Operação Zelotes da Polícia Federal.

Agora, eu vejo que a senhora, seguindo orientação do seu advogado, seguindo orientação, imagino eu, do José Ricardo, do Eduardo e do Édison Paes dos Santos, está sendo induzida ao silêncio.

Eu digo, com toda a sinceridade, Senador Pimentel, que, se fosse eu na situação da Srª Gegliane – e olha que não é fácil, porque a necessidade é difícil... Você precisa do emprego, você cai dentro de um escritório como esse, e o patrão o coloca para fazer um punhado de coisas que, como ela mesma disse, “achava que tudo aquilo fosse legal, que tudo aquilo fosse correto”. Eu a entendo perfeitamente. E, assim, ela continuou os trabalhos dela. Se eu fosse ela, faria o que o Sr. Hugo fez: contaria logo tudo, iria embora e largaria esse povo, sem ter mais satisfações a dar a eles!

Eles foram, Srª Gegliane, covardes com a senhora. Essa que é a verdade: eles foram covardes com a senhora! Usaram a senhora; abusaram da sua boa-fé. E a senhora está aqui nessa situação, como a senhora colocou – e muito nos sensibilizou –, a defender esses malandros.

Agora, então, nós vamos começar a fazer perguntas, e o Hugo está pronto. Desde o primeiro dia, ele disse: “Estou pronto. Eu falo o que vocês quiserem. Eu falo a verdade.” O que senti dentro daquele escritório. E vai ficar muito constrangedor para a senhora não responder às perguntas, porque havia uma ligação muito grande entre o Sr. Hugo e a senhora. O Hugo buscava os milhões no banco. Como ele disse, praticamente, um trabalho de escravo. Vai lá. Busca. Pega. Se você levar um tiro de assaltante, é problema seu. Vai lá e busca o dinheiro. Ele chegava e entregava o dinheiro para a senhora. Isso está nas notas taquigráficas, na Operação Zelotes, nas planilhas. A senhora não vai ter como sair disso. E a situação da senhora vai só se agravando cada vez mais.

Então, eu pediria à senhora – já aos meus 55 anos de idade, com experiência que carregamos nas costas, vindo de família pobre – para contar logo o que a senhora sabe, porque nós mesmos aqui da CPI, eu, como Presidente desta CPI, posso intervir junto à Operação Zelotes inclusive para liberar a senhora. Quem está segurando a senhora aqui não é a CPI. É o Ministério Público Federal e a Polícia Federal.

Eu queria fazer essas considerações.

Vamos, então, começar aqui com algumas perguntas.

Já é sabido, então, que o Sr. Hugo é que buscava os milhões em banco. Não é, Sr. Hugo?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O senhor buscava o dinheiro.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Buscava o dinheiro no banco.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O senhor sacava o dinheiro. A pedido de quem o senhor ia ao banco buscar?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Bom, o serviço de escritório, dessas despesas burocráticas do escritório, foi tudo direcionado para a Gegliane, porque ela tinha a sala dela, ela tinha todo... Não é?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Mas quem buscava o dinheiro?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Eu buscava o dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – E quem pedia para o senhor buscar esse dinheiro?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – A Gegliane, porque era a mando do Zé Ricardo. Ele dava ordem para ela, até porque a gente tinha planilhas de contas que iam vencer no dia. Obviamente, passava o telefonema, ligava no ramal e dizia... Se tivesse alguma coisa extra para fazer, então, ela acrescentava na planilha. Então, era feito o cheque, passado para mim tudo o que tinha para fazer e eu ia e despachava no banco.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – A senhora confirma que pedia ao Sr. Hugo para ir ao banco buscar o dinheiro?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Sim. Quanto a isso que o Hugo está falando, o que acontece? Tanto eu quanto o Hugo, a gente tinha acesso ao Sr. José Ricardo. Não era só eu ou só ele. Não! O Zé Ricardo tanto pedia para mim quanto pedia para ele. Entendeu? Então, assim... Ele precisava de algum valor de alguma coisa... E tinham as contas a serem pagas todos os dias. Todo o dia tinha uma planilha diária, até mesmo porque eu sou extremamente organizada. É igual eu falei para o senhor, o Zé Ricardo era centralizador, desconfiado. Então, assim, sempre tive o cuidado de cada centavo estar lá anotado para prestar conta das coisas dele. Então, tanto eu quanto o Hugo, qualquer um ia à sala dele, pegava, levava a planilha dos pagamentos...

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Exatamente.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Se ele precisava de alguma coisa, ele solicitava naquele dia, era colocado na planilha, ele assinava o cheque e o Hugo ia ao banco.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Exatamente.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Se ele pediu algum valor, como era de costume ele pedir, solicitar valores, esse valor chegava, era repassado para ele. Esse valor não ficava comigo para eu fazer nada com ele. Se ele solicitava um valor, esse valor chegava dentro do escritório e ia para a mão dele.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O.k.

Então, tinha um cofre no escritório? Existia um cofre no escritório, Srª Gegliane?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Sim. Existia um cofre.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – A senhora tinha acesso à senha, a esse cofre?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Existia um cofre grande que ficava com o Hugo, atrás da mesa dele. Eu não tinha acesso a esse cofre. Eu não tinha a senha, nem tinha a chave.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – E qual é o cofre que estava do seu lado, na sua sala?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Eu tinha um cofre pequenininho...

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Não, era grande!

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não!

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Era grande.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Pequeno.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Dessa altura aqui o cofre.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não. Esse era o cofre que ficava atrás de você.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Não, na sua sala. O que ficava na minha... Que nem era a minha sala, era a sala do Martins, que é um funcionário que tinha lá também...

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Depois você trocou de sala.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Troquei. Fiquei lá embaixo. Minha sala era só uma mesinha com uma cadeirinha, de frente para o banheiro.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Tá. Durante quase um ano, você ficou naquela sala e você usou aquele cofre grande.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Pouquíssimas vezes. Uma vez só, que foi um dinheiro que foi sacado, e este dinheiro ficou nesse cofre por um dia ou dois dias e levaram o dinheiro. O Dr. Eduardo, o José Ricardo... sabe-se lá o que foi feito com esse dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Então, a senhora confirma que havia um cofre também na sala da senhora?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Eu tinha um cofre pequeno.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O.k..

Ficavam alguns numerários nesse cofre?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Ficavam poucos numerários. A gente ficou tendo uma obra mais ou menos por uns seis, sete meses, alguma coisa assim, e sempre a gente mantinha dinheiro, porque todo final de semana eu tinha que pagar trabalhador, às vezes, a gente tinha que comprar material, então, ficavam valores assim. E o que ficava de valor nesse cofre? Pagamento de funcionários.

Os funcionários retiravam valor, eram separados, e nesse pequeno cofre ficavam valores até ir pagando, porque nem sempre estavam todos os funcionários no mesmo dia, lá no escritório. Então, às vezes ficava guardado, um estava em algum lugar, outro noutro, não dava para pagar todo mundo no mesmo dia.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Mas a senhora só pagava as despesas do escritório, só as despesas administrativas? Ou a senhora pagava alguns advogados, alguns conselheiros?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – A senhora chegou a fazer alguns pagamentos?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não, nunca fiz pagamento para conselheiro, nunca conheci nenhum conselheiro. Eu fazia pagamento para advogados sim, os advogados do escritório, que eram associados, pessoas que, assim, eu achava que eram sócios do Zé Ricardo. Inclusive até, algumas vezes, cheguei até a comentar com o Sr. Hugo. Nossa, por que que essa pessoa recebe tanto...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Quem são essas pessoas, Srª Gegliane?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – O Sr. Edson.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Edson.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – O Sr. Gruginski.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O Gruginski.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – É, o Juliano também, eu cheguei a fazer pagamento.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Juliano?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – É.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Juliano? Juliano? Quem é Juliano? É conselheiro o Juliano?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não, eu acho que ele não é, não, não é conselheiro, ele tinha serviços com o Zé Ricardo.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Juliano. Outros nomes para que a senhora fazia pagamento?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – E os advogados que trabalhavam no escritório.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Os advogados?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – É.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – A senhora lembra nome?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Adriana.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Adriana.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Paulo Cortez.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O Paulo. Uhum.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – É, deixe eu tentar lembrar aqui, é...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – A Adriana é filha do Sr. Edson Rodrigues?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não, a Adriana, não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Ah, não! É a Meigan que é filha do Sr. Edson, né?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – É Adriana, Paulo Cortez, Clara.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Clara? O sobrenome dela, a senhora tem? Da Clara?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Venusta.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Hã?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não lembro.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Venusta.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Ve?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – ...nusta. É um nome, tem uns seis nomes, se não engano.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Venusta.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Deixe eu ver se tinha mais alguém. Estou esquecendo de alguém? O Eduardo, né?

A SRª PRESIDENTE (Geglíane Maria Bessa Pinto) – Uhum.

O SR. GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Eduardo.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O Eduardo.

O SR. GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – E a Evanice, né?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Evanice?

O SR. GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – É, mas ela era parte da família, então, não...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Evanice.

O SR. GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – ...mas mesmo assim, ela tinha um salário mensal, então...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Ela tinha uma retirada?

O SR. GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – É, mensal.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Evanice.

Sr. Hugo, o senhor viu ou assistiu à Srª Geglíane fazendo alguns pagamentos sem serem administrativos?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Olha, até isso, isso é verdade mesmo o que ela está falando, porque era mensalmente esses pagamentos que eram feitos, né? Então, como ela estava falando desse cofre na minha sala, foi assim que mudamos para a QL 14, em que houve um saque, e, agora, não me lembro o valor, se foram 200 mil, mas foram assim blocos de notas fechados com notas de 50. E esse valor ficou nesse cofre a que ela está se referindo e ficava nessa minha sala.

Ela também tinha acesso à chave desse cofre. E, aí, conforme o Zé Ricardo ia solicitando, esse dinheiro era entregue para o Zé Ricardo, ou era para o Zé Ricardo, ou era para o Dr. Eduardo. Então, demorou um dia esse dinheiro no cofre, um dia, dois dias, mais ou menos, e não sabemos o que foi que ele fez com esse dinheiro, e acredito que ela também não saiba. Tá, acabou aí.

Então, esses pagamentos eram feitos mesmo. Ela tinha pequenos valores que a gente sacava no banco e deixávamos nesse cofre, para fazer esses pagamentos, só que teve aquele saque que falei, de 1,2 milhão, em que saquei três vezes de 400 mil, e que esse valor ficou no cofre dela.

Então, veja bem, o Zé Ricardo passava ordem para ela, digamos: separa 100 mil que fulano vai vir buscar. Acredito, não sei se ela sabia também quem era essa pessoa, mas era feito. Um envelope A4, onde era colocado esse valor dentro, era embrulhado e repassado para essa pessoa. Tudo o que ela falou no início, concordo com ela, da gente olhar para eles, a gente ver que eram pessoas idôneas, que tinham respeito, nós respeitávamos eles mesmo, porque tínhamos essa confiança neles.

Por isso, o que era mandado a gente fazia, na boa. Mas eu e Gegliane nos questionávamos lá dentro sobre algumas atitudes, alguns repasses. A gente questionava isso: “Para onde vai... O que é esse dinheiro? Para que é?”. Entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Srª Gegliane, o Sr. Hugo fazia, também, alguns pagamentos? A senhora se lembra de ele fazer alguns pagamentos?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO (*Fora do microfone.*) – Ele fazia o pagamento...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – A terceiros?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Fazia o pagamento dessas pessoas, também. Algumas vezes, ele separava e pagava a eles, também – esses advogados.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES (*Fora do microfone.*) – Discordo, ouviu?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – E pagamentos a terceiros, pessoas estranhas, além desses nomes que eu citei para o senhor, eu nunca fiz e nunca vi ninguém fazendo lá dentro.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Mas eu vi. A Gegliane... É isso que eu acabei de falar. Havia, sim, esse pagamento, Gegliane.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Você pegava o envelope A4, o Zé Ricardo ligava no seu ramal...

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Nunca.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – “Você separa 50 mil, 100 mil, 200 mil, que fulano...”

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – E entregue para ele.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Entrega para ele.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não. Entrega para ele.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Não. Para o Zé Ricardo, não.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Para ele. Para o Zé Ricardo, Hugo.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – A pessoa tocava a campainha...

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Nunca.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Vocês investigaram as recepcionistas?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – É. É o...

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Vocês já investigaram as recepcionistas que estavam lá?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Isso.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Porque elas podem confirmar isso que estou falando.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Sim.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Porque a pessoa tocava o interfone, a sacolinha direto na mão, e...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Permite-me, Sr. Hugo?

Srª Gegliane, nós temos um e-mail em que o Zé Ricardo pede à senhora...

O SR. GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Vá até o cofre, coloque o dinheiro dentro deste envelope...

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Está vendo? Então...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – E entrega para as pessoas tais.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Nós temos esse e-mail.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Nós temos o e-mail. Nós temos o e-mail em nosso poder.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Então... Agora, o Sr. Hugo está colocando que a senhora colocava esse dinheiro no envelope e entregava a algumas pessoas.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Isso não é verdade. Eu não...

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Não. É, sim.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Eu até separei envelopes conforme o Dr. José Ricardo pediu, mas eram entregues a ele. Eu nunca entreguei...

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Não. Eram entregues a essas pessoas, tanto... Olha, tanto é verdade que em uma situação, parece que você foi ao banheiro, ou você ia sair, ia fazer alguma coisa, e você pediu que quando essa pessoa chegasse que eu entregasse essa sacola destinada a essa pessoa.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Hugo.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Era até um rapaz, era motorista, que foi buscar. Aí eu falei assim: “Gegliane, ele não apareceu, não”. Então, essa sacolinha ficou em seu poder lá na sala.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Hugo, nunca foi colocado valor em sacola.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Claro, foi!

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Nunca! Hugo, nunca.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Claro, Gegliane, eu vi. Eu pegava a sacola para você para você colocar o dinheiro, como é que não tem?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Nunca! Nunca, Hugo. Nunca. Nunca.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Para a Gegliane: se não eram valores, o que havia na sacola?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Nunca houve sacola, Senadora. Ninguém pegando sacola, lá. E eu peço...

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Eu não estou te acusando de nada, não, mas isso eu vi com meus olhos. Eu estava lá, eu presenciei.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Eu peço que a senhora convoque recepcionistas, para alguém dizer, lá dentro da empresa, quando aconteceu isso; quando houve esse tipo de movimentação dentro da empresa.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Teve, sim. É, porque elas abriam a porta, elas sabem quem é.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Exatamente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A senhora falou aqui que fazia depósito. Logo no início, a senhora disse assim: “Olha, eu não fazia entrega de dinheiro para nenhum estranho. Fazia para quem estava no escritório.” E citou aqui o nome do Sr. Edson – Edson era sócio.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Sim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sócio na empresa, nós sabemos – e também Conselheiro do Carf.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO. *Fazendo soar a campainha.*) – Edson Rodrigues.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Conselheiro do Carf.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Edson Rodrigues.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, a senhora diz que nunca entregou nada, não sabia de conselheiro. Era Conselheiro do Carf.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Ah.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O Sr. Edson. A senhora não sabia disso?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não. Eu sabia que ele era sócio do José Ricardo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E o José Ricardo a senhora não sabia que era do Carf, também?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não, o Zé Ricardo eu sabia que era Conselheiro.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E o Sr. Edson a senhora não sabia que era do Carf?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Perfeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, me permita... É que...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O Sr. Gruginski... O senhor deixa só eu concluir essa minha linha de raciocínio?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Perfeito.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O Sr. Gruginski também era sócio.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Sócio.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E esse Juliano, quem é esse Juliano?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Esse Juliano estava sempre lá. Não sei dizer para a senhora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Como é o nome dele, inteiro?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Juliano Nardes.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Juliano Nardes.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – É. Ele estava sempre lá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Perfeitamente. É o sobrinho do Sr. Nardes, Conselheiro do TCU?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Eu não sei se ele é sobrinho, eu não conheço a vida do Juliano. Eu conheço...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Mas é Sr. Juliano Nardes, a senhora confirma?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – É.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Ele era advogado?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Ele era advogado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É sócio da empresa?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Ele não era sócio, mas trabalhava com o Zé Ricardo. Ele estava sempre no escritório...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E ele recebia muito dinheiro?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Eu não posso dizer para a senhora valores que ele recebia. Eu não tenho como dizer para a senhora quais eram os valores que ele recebia. Isso eu não...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, as planilhas que a senhora enviava para... A senhora mesmo disse que ele era muito “correto”, entre aspas, não é?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Sim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Gostava de tudo explicado. Então esse Juliano que aparece aqui era esse Juliano Nardes. E quem é tio?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não sei. Essa...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas a senhora escreveu.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não. Vou explicar para a senhora o que é esse tio. O Zé Ricardo pediu algumas retiradas e um dia ele me pediu: “Me traz uma relaçãozinha com as retiradas e as datas.” Eu levei para ele, e ele próprio escreveu códigos nessas retiradas. Não fui eu, não tenho conhecimento de quem é que...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Quem escreveu o código?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – O José Ricardo. E ele...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Esse Tio, então, é código do José Ricardo.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Exatamente.

E ele me pediu o seguinte: “Coloca isso no arquivo, porque, quando eu precisar disso aqui, eu quero ter acesso.” Eu peguei, digitei no *e-mail*, porque eu falei: “É a maneira mais prática de ele ter acesso a isso.” E mandei, mas eu nunca perguntei para ele e nem sei quem é, que código é esse ao qual ele se refere como Tio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – E com qual frequência o Sr. Juliano ia lá com a senhora?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Senador Randolfe Rodrigues, a palavra estava com a Relatora...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, não, não. Podemos... Não há problema.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Então, vamos fazer o seguinte: tínhamos acertado *a priori*, Senador Randolfe Rodrigues – é uma satisfação tê-lo aqui conosco –, que a palavra primeiramente seria concedida a nossa Relatora, e ela me devolveu a palavra. Eu consultei o Senador José Pimentel se ele iria fazer uso, e ele disse que não. Eu estou aqui com diversas perguntas, mas, com todo o prazer, eu passo a V. Exª a palavra, para que V. Exª, então, faça as suas indagações, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Não, Presidente, não são indagações. Eu queria só continuar nessa linha que a Srª Gegliane..., que está ajudando a mim e à Senadora Vanessa. E eu estava perguntando qual era a frequência com que o Sr. Juliano frequentava...

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Olha, ele ia bastante ao escritório. Não posso dizer para o senhor uma frequência certa, mas pelo menos umas duas vezes na semana ele passava lá para falar com o Zé Ricardo, passava lá. Ele não tinha sala lá.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Vamos tentar pegar um fio da meada para a gente poder entender. Então, o Gruginsky disse que era sócio, o Sr. Edson também, e o Juliano não. E a senhora escrevia na planilha. O que a senhora escrevia na planilha? Quem pagava para o escritório e para quem o escritório pagava, ou seja, entrada e saída normal?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Sim, sim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Aí há o que a senhora mesmo disse, está lá Juliano, 200 mil; Tio, 200 mil; Tio, 200 mil. Como eram feitos esses pagamentos? Quem fazia? De que forma?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Pois é, olha só, o Zé Ricardo solicitava valores. Esses valores chegavam e ele ficava com eles. Algumas vezes...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Os valores que a senhora fala é o dinheiro?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Isso.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Ele solicitava dinheiro e vocês, o Sr. Hugo ou a senhora tiravam o dinheiro do banco e o dinheiro ia para lá.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Sim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Era guardado no cofre?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Muito difícil, o dinheiro não ficava guardado em cofre. Quando ele pedia um valor, às vezes, até o próprio Hugo ia lá levar o valor para ele, porque eu falava assim: “Hugo, deixa lá com ele pra mim!” O Hugo deixava. Às vezes, o Hugo: “Não, não vou, não. Estou apressado!”, não sei o quê. Então, eu pegava e levava para ele. Entendeu?

Então, quando ele solicitava um valor...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O Sr. Zé Ricardo.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Sim, o Sr. José Ricardo.

Quando ele solicitava um valor, aquele valor chegava, e a gente já repassava pra ele.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Perfeito.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – O que ele fazia ou deixava de fazer...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, não, mas como é que aparecia o nome do Ju aqui? A senhora não só passava para ele, porque a senhora registrava.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Sim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E como que era repassado para o Sr. Juliano o dinheiro?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – É isso que eu estou explicando para a senhora, umas duas ou três vezes, o próprio José Ricardo deixou o valor para eu entregar para o Juliano.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Em dinheiro?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Em dinheiro.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Um envelope?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Sim, o dinheiro num envelope.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Aí a senhora disse que não tinha envelope, não tinha dinheiro, que...

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não, eu disse para a senhora que eu fiz pagamento e o nome do Juliano está aí para as pessoas que eu paguei. E é óbvio que, quando eu ia pagar, eu colocava num envelope...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, para o Juliano foi dado um envelope em dinheiro. E para o tio?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não, nunca entreguei nada para o tio, já expliquei para a senhora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Quem entregava o dinheiro para o tio? Isso, porque, da mesma forma que a senhora escreveu Juliano na planilha, a senhora escrevia tio e mandava por *e-mail*. Quem era esse tio?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Eu estou explicando para a senhora que isso era um código do Sr. José Ricardo, não sou eu.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Com que ele chegava para a senhora e dizia tanto? Como é que é? Explica isso aqui para a gente.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Eu acabei de explicar para a senhora. Ele pedia retiradas. As retiradas que ele pedia eu nunca sabia, não tinha como saber para quem eram.

Então, estava sempre assim: retirada JR, retirada JR. E em algumas retiradas ele colocou códigos. E, como era código, eu coloquei na planilha de receitas e despesas o que ele tinha colocado.

Eu não sei quem é tio, porque eu nunca perguntei, mesmo porque não é do meu interesse. Ele mandou colocar tio e, a meu ver, poderia ser o tio dele, sei lá quem.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Nós não tínhamos autoridade de perguntar, mesmo, porque era complicado.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Nunca que eu iria perguntar para o meu chefe quem era fulano ou ciclano e por que ele tava fazendo um pagamento.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, todos os pagamentos feitos ao Sr. Juliano eram pagamentos feitos em espécie?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Sim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Todos em espécie.

A senhora saberia dizer por que isso?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não, senhora.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – E quantos foram?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Eu não me recordo exatamente assim... Mas eu acho que eu me lembro de uns dois ou três que ele, o José Ricardo, me pediu para fazer para o Juliano.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – De quanto, mais ou menos, cada um?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Valores, eu não tenho como lembrar. Não lembro.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A senhora não lembra valores como R\$0,5 milhão?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não, não lembro.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não lembra que os valores eram R\$500 mil...?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não, mesmo porque, algumas vezes...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Valor significativo, diferentemente de pagar R\$10 mil, R\$5 mil. Estamos falando de R\$0,5 milhão.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Deixa eu explicar uma coisa para a senhora. Ele pedia para você fazer retiradas, aquela retirada você entregava para ele. Duas vezes que ele pediu e deixou alguma coisa para o Juliano, ele já deixou um envelope fechado e falou assim: “O Juliano vai passar aqui e vai pegar isso aqui”. O que acontece? Eu não sei quanto tinha lá dentro. Eu sei que tinha dinheiro, porque, quando o Juliano chegou, ele abriu o envelope, contou e ainda falou assim: “Está faltando”. Eu lembro essa cena. E eu falei: “Juliano, isso aí é com o José Ricardo. Ele deixou isso aí. Eu não tenho nada com isso. Você fala com ele”.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, mas a senhora não entregava só envelope, a senhora fazia planilhas, a senhora colocava o valor na planilha. Como a senhora sabia...?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – O que ele determinava.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, a senhora sabia, quando estava entregando, quanto é que entregava e quantos vezes entregou.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Eu já acabei de falar para a senhora: eu entreguei duas ou três vezes valores para o Juliano...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E a senhora escrevia quanto a senhora entregava.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – As planilhas... Eu não tenho como me lembrar valores. As planilhas estão aí, a senhora pode ver. Eu não tenho como lembrar valores que eu entreguei ou deixei de entregar, em espécie. Valor, valor.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Hugo, você ouviu falar em tio lá, no escritório?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Não, esse Juliano eu já vi algumas vezes. No momento em que passava na recepção do escritório, às vezes, ele estava lá. Vinha com a moto, com o capacete na mão, sabia que ele era o Juliano, mas houve mesmo de ele ir ao escritório para pegar dinheiro.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A senhora saberia dizer que serviço ele prestava para o qual recebia recursos em espécie?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não, senhora. Não sei qual era o tipo de serviço que ele prestava.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas ele dava expediente no escritório?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não, ele não dava expediente lá. Ele passava algumas vezes no escritório.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Passava para fazer o que no escritório?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Às vezes, ele ficava...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pegar dinheiro?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não... Ele, às vezes, chegava lá e ficava trancado na sala com o Dr. José Ricardo. O que eles conversavam, faziam eu não faço ideia.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Só isso? Ele não tinha mesa, não trabalhava, não fazia nada?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Só ia lá pegar os envelopes com dinheiro vivo?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Ele ia lá, ele ficava na sala com o José Ricardo, ele tinha reuniões com o José Ricardo e, algumas vezes, ele passou para pegar valores.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Todas as pessoas que tinham negócios com o escritório do Sr. José Ricardo, como ele, recebiam dinheiro assim em envelope, em espécie?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Algumas vezes, o Edson recebeu envelope, o Gruginski também recebeu em espécie. Outras vezes, em depósito, transferência.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E quem é Dr. Piva?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Eu não conheço o Dr. Piva. Eu acho que, duas vezes, o Dr. José Ricardo deixou valor para entregar para essa pessoa. Eu não conheço. Eu só vi essa pessoa aquelas duas vezes e...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A senhora teve...

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – E nunca, nunca vi no escritório antes.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A senhora teve algum problema com o Dr. Piva?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Eu lembro que, uma vez, ele me destratou. Não sei exatamente... Não consigo recordar como foi, o que aconteceu, mas, uma vez, ele me destratou.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas destratou assim por causa de quê?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não lembro. Não lembro.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas a senhora nem o conhecia, e ele já chegou a tratando mal?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Pois é. Não conhecia. E, realmente, já tentei lembrar o que aconteceu. Eu lembro que teve alguma coisa, que eu fiquei chateada, mas eu não me recordo exatamente do quê.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E o Juliano a tratava bem?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Normal.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Ou teve algum problema com ele?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não, nunca me tratou mal o Juliano. Nunca.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Nunca teve problemas?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Nunca?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não, que eu recorde, não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E por que o José Ricardo, com frequência, dizia estar insatisfeito com o Sr. Juliano?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não, não lembro.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eles brigavam?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Nunca os vi brigando, não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas a senhora nunca teve notícia? Se a senhora se comunicava com o Dr. José Ricardo, ele falava isso?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não. Eu me comunicava com o Dr. José Ricardo como uma funcionária normal. O José Ricardo não falava o que acontecia, não falava dos negócios dele, do que ele fazia ou deixava de fazer.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas temos informações, por escrito, inclusive, de que o Sr. José Ricardo teria repreendido tanto o Dr. Piva, que a senhora não sabe dizer... O Dr. Piva recebia recursos também?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Eu acabei de falar para a senhora que, por duas vezes, eu o vi recebendo... Eu entreguei valor que o José Ricardo deixou para ele.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E quais eram os valores a senhora não lembra.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, ele se reportou à senhora dizendo que estava tomando satisfações e repreendendo tanto o Dr. Piva quanto o Juliano por a terem tratado mal. A senhora não se recorda desse fato?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não. O Piva sim, o Juliano não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Qual a empresa que o Sr. Juliano tinha, que trabalhava junto, no escritório?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Eu não sei, não lembro o nome da...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Quem manipulava os contratos do escritório?

O SR. GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Os contratos do escritório ficavam com o Dr. José Ricardo, ele não deixava a gente ter acesso a contrato de cliente.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES (*Fora do microfone.*) – Ficava uma pasta com ele mesmo, lá. Para pegar... Para a gente ver alguma coisa quando ele pedia alguma informação, a gente entrava na sala dele para pegar essa pasta com esses contratos.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Quando ele queria uma nota, ele anotava os dados no papel.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Exatamente.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Ele nunca me entregou contrato.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E os contratos não eram arquivados na empresa?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Com ele.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Com ele, em uma pasta dessas de A a Z, daquelas pretas, com um gancho. Ficavam ali nas pastas plásticas, por ordem alfabética.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A empresa Ecoglobal, vocês ouviram alguma vez falar sobre essa empresa?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Eu não, não ouvi.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Eu acho que eu já ouvi, mas assim, não...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Já ouviu?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Eu ouvi alguma coisa de Ecoglobal, mas não sei falar...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A senhora fazia depósito para essa empresa? Fez alguma vez depósitos bancários?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Eu não me recordo se foi feito depósito para essa empresa.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Também não me recordo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas a senhora tratava sobre contratos com o Dr. José Ricardo. A senhora falava com ele sobre contratos entre o escritório e outras empresas.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não, senhora. Não tratava de contrato. Nunca tratei de contrato.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Olha, a gente tem um e-mail aqui em que a senhora diz: “O Juliano não trouxe os documentos, nem o contrato assinado”.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Então, veja bem...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A senhora escreveu isso, agora diz que não tinha acesso a contrato.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Isso aí, posso explicar para a senhora perfeitamente. Ele saiu e falou assim: “O Juliano vai passar aqui, vai deixar uns documentos e vai deixar um contrato assinado.” Por isso que eu falei: Ele passou e não deixou. Não porque eu tratava de contrato.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Era ordem mesmo que ele impunha lá e tinha que resolver isso.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, a senhora não sabe falar de nenhum contrato assinado entre...

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não, senhora. Nunca.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ...as empresas?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não. E isso aí, exatamente, ele saiu e falou: “O Juliano vai deixar isso aqui”. O Juliano chegou sem isso aí.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E a RBS, a senhora ouviu falar dessa empresa lá no escritório?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Já ouvi falar sim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O que a senhora...

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Eu não me lembro se foi feita nota fiscal para essa empresa, eu não consigo lembrar, assim, mas eu já ouvi esse nome RBS.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas a senhora viu ligado a quê? De que forma?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Igual eu estou falando para a senhora, não lembro se foi emitida alguma nota para essa empresa, não me lembro assim dela. Mas o nome eu já vi.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não sabe dizer que tipo de trabalho havia realizado, pelo escritório do Sr. José Ricardo, com essa empresa?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – É igual eu estou falando para a senhora, se havia trabalho realizado, eu não tenho conhecimento disso. Eu lembro do nome. Não sei se foi porque teve alguma nota emitida para essa RBS, não me lembro.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas as planilhas era a senhora que fazia.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Sim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E a senhora fez lançamentos em planilhas de valores significativos da RBS.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Então foi emitida nota dessa RBS. É isso que eu estou falando para a senhora, o nome eu me lembro, só que eu não sou um computador para chegar aqui e lembrar de fatos há...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – De quase R\$3 milhões.

O SR. GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Mas não era meu.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Uma delas.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Eu não tenho como gravar valores de uma coisa que...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Como esse valor – porque a senhora escrevia na planilha – chegou à empresa?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Ele chegava através de uma nota fiscal.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, valor através de nota fiscal? Como chegava, depositava em banco, entregava um envelope?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Sim, a nota fiscal era emitida, enviada ao cliente, o cliente depositava o valor na conta da empresa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E aí esse dinheiro que era depositado na conta da empresa, era todo sacado, em espécie, na boca do caixa?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não, senhora. Eu vou explicar uma coisa aqui para a senhora quanto a esses valores de saque. A gente pagava as contas, e se ele solicitasse algum valor, era tudo no mesmo cheque, eram todas as contas do dia, era um cheque só. Você chega no Bradesco, o Bradesco pega aquele cheque e ele retira como saque. Então, aparece o valor total do cheque como saque.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Isso.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Mas isso não quer dizer que aquele valor foi completamente sacado. Aí o Bradesco sacava o valor inteiro do cheque e ele ia pagando as contas, e o saldo que sobrava, algumas vezes, ele solicitava que levasse dinheiro para ele; aquele saldo, o Seu Hugo levava e era repassado a ele.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Isso.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Entendeu?

Então, assim: os valores que constam como saque, todos os cheques que eram emitidos, até mesmo para pagar. Não era todo dia que ele pedia valor.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Isso.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Mas todo dia havia valores a pagar. Eles tinham uma despesa muito alta, mesmo porque a família inteira era paga por esse valor do escritório.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Exatamente.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Então, assim: todo mundo da família deles que tinham uma despesa alta. A mãe, o irmão, o outro irmão, a irmã, ele próprio, eram todos pagos com valor da empresa. En-

tão, esse cheque era feito no valor total, chegando no Bradesco ele era retirado como um saque. Mas isso não quer dizer que era sacado aquele valor todo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Isso eu entendi, mas os pagamentos do escritório, o que sobrava era muito dinheiro. E por que esse dinheiro era sacado em espécie e entregue para as pessoas em envelopes? Por que... Já que eram contratos, assim como o escritório do Sr. José Ricardo recebia o dinheiro por depósito bancário, por que ele... Se ele subcontratava pessoas ou outras empresas, por que ele também não depositava? E ele fazia todos esses pagamentos em espécie, tirando. E não era pouco dinheiro, não; era muito dinheiro.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Eu não tenho como dizer isso para a senhora, porque....

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Aí é que está: nós não sabíamos, mesmo.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – ... eu não tinha como questionar. Eu não tenho como questionar o meu chefe do porquê que ele está fazendo pagamento em espécie e não em depósito. Ele determinava e eu obedecia, nós obedecíamos ordens.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Exatamente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E a senhora achava isso normal?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Olha, Senadora, é tipo assim: eu achava que... Eu, até, algumas vezes, falava para ele: “Seu Zé Ricardo, faz transferência, porque é tão perigoso.” E ele falava: “Não me questione. Pegue o valor e pronto!”

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Exatamente.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Então, assim, eu não tenho que questionar o meu chefe se ele está levando muito ou pouco dinheiro. Isso não existe.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas a senhora achava que isso era normal e que ele era uma pessoa muito séria e honesta.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Sim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mesmo agindo desse jeito.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – É, nós tínhamos essa convicção.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Sim, eu...

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Mas a gente podia fazer o quê? Iríamos lá falar? “Vamos na delegacia?” Não tinha como, não é?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Eu não achava que o fato de ele pegar valores, isso, eu, honestamente, não achava que ele estava fazendo alguma coisa. Mesmo porque, igual eu estou falando para a senhora, ele sempre passou um perfil de uma pessoa muito correta, muito honesta.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Exatamente. A gente desconfiar é normal – não é? – por conta dessa movimentação toda, mas, até então, a gente confiava.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O Igor, a senhora já ouviu falar nessa pessoa?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Eu ouvi falar nesse Igor uma vez que o Dr. José Ricardo tinha um valor, acho que era para o Juliano, e aí ele falou assim que não era para.... Ele redistribuiu o valor do Juliano, mas esse valor estava com ele e ele mesmo redistribuía. Ele mesmo anotou para mim, para que eu anotasse no controle para ele. Eu não conheço essa pessoa. Não conheço.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Nunca viu?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E os pagamentos que eram feitos, eram feitos só em moeda nossa, em reais?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Sim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E dólar ou outro tipo de moeda?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não, não.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Eu nunca vi moeda...

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Também não.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – A única vez que eu vi moeda em dólar foi quando ele foi viajar, ...

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Isso, é verdade.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – ... que ele pediu para ir ao banco e...

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Trocar.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não fazia pagamento em dólar ou em outro...?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não, nunca vi dólar no escritório.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Eu indago ao Senador Randolfe Rodrigues...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – ... se quer fazer uso da palavra?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Com a palavra, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu não sei se já foi perguntado, Srª Geglíane, mas, se foi, eu quero reiterar: com que frequência o Sr. Hugo entregava dinheiro em espécie para a senhora?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Eu não posso dizer, assim, uma frequência. Era uma coisa, a rotina de um escritório. Quando havia alguma coisa a pagar – não é? –, os salários de funcionário; a parte administrativa, ficamos uns sete meses fazendo reforma, então, esses pedreiros, essas pessoas que trabalhavam em reformas eram pagas todo final de semana, entendeu? Então, não há como dizer para o senhor a frequência disso. Era um escritório com uma rotina normal.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Em espécie, sempre?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Os funcionários eram pagos em espécie, e os pedreiros também.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Esse dinheiro, onde era guardado?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Esse dinheiro chegava e já era repassado, porque, quando a gente pegava um valor, para fazer determinado pagamento, já ia ser feito o pagamento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Qual a maior quantia que a senhora chegou a guardar no escritório?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não me recordo de valor que eu cheguei a guardar no escritório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Mas era guardado lá.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Dificilmente ficava valor guardado no escritório. Como eu estou explicando para o senhor, se fosse o Zé Ricardo que solicitasse um valor, na hora em que chegava do banco o valor já era repassado para ele. Se fosse um valor para pagamentos de funcionário, pagamentos de alguma pessoa que estava prestando algum serviço no escritório, era feito. Não havia o costume de deixar dinheiro guardado no escritório. A não ser coisa pouca, algo diário, às vezes para abastecer um carro, coisas corriqueiras da área administrativa do escritório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – A senhora separava dinheiro em envelope? Havia alguém que ajudava nesse serviço?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Todas as vezes em que o Zé Ricardo solicitava o valor, era sempre colocado num envelope e passado para ele. Nunca levei dinheiro sem ser organizado dentro do envelope.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – A senhora entregou envelopes, e esses envelopes todos eram entregues no período em que a senhora trabalhou no SGR, não é isso?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – J.R.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Na...

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – J.R. Silva.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Na SGR não?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Eu trabalhei na J.R. Silva.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – E a senhora chegou a entregar para alguém desta outra empresa – a SGR?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – A SGR é uma empresa do Zé Ricardo também. E o Edson e o Gruginsk, que eram sócios, não sei até quando, como é que era a sociedade deles – eu não tenho conhecimento disso –, mas eles receberam valores, pagamentos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – E qual foi mesmo o período em que a senhora trabalhou?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – ‘Eu trabalhei de dezembro de 2009 até – eu acho – agosto de 2012.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – O seu salário, como era pago?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – O meu salário era pago como o de todos os outros funcionários.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Em espécie?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Regularmente?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Nunca houve atraso?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Houve. Quando ele saiu do escritório, para montar um outro escritório, ele largou todos os funcionários e ficou devendo seis meses de salário e todos os direitos trabalhistas. Tanto é que eu entrei na Justiça, para que ele pagasse os meus direitos trabalhistas. Inclusive, o meu imposto de renda está com problema, porque ele recolheu o meu imposto e não pagou o imposto para a Receita.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Isso aconteceu com você também, Hugo?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Não. O meu salário é bem pequeno.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – E a Consultoria tinha dívidas?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Dívidas... Como assim?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Dívidas. Dívidas. Tinha dívida com alguém, com pessoas, com empresas, com banco...

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Eu acho que... Eu não me recordo disso, mas, se eu não estou enganada, eu acho que ele tinha um empréstimo no banco. Não me recordo muito. Não consigo lembrar.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Vamos ver se a senhora consegue lembrar mais alguma coisa. Vou insistir naquelas perguntas anteriores.

A senhora... Teve um período lá, em 2010, em que a senhora enviou um *e-mail* para o Sr. José Ricardo, no qual a senhora diz a ele que, conforme o acerto e a solicitação que ele lhe passou, seguem os valores e as datas. Valores de pagamentos. Aí temos aqui “Ju”, com um total de quase um milhão de reais, novecentos e pouco, e aí as parcelas que eram pagas e as datas. E aqui temos um “tio”. Do mesmo jeito. O total e as datas. E o valor. Valores altos também. Para o Ju, que era o Juliano, a senhora disse que entregava um dinheiro para ele no envelope. E para o tio?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Nunca entreguei. Como eu já falei para a senhora, eu nunca entreguei nada para alguém com esse nome e nem conheço essa pessoa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas a senhora escrevia?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Eu escrevia aquilo que o Zé Ricardo mandava.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E a senhora nunca teve ideia de quem era esse tio?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não. Nunca.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Nunca teve ideia?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E como eram feitos esses valores pagos ao tio?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não tenho ideia.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Porque eram muitos valores, em datas próximas, e a senhora fazia esse registro.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Eu fazia esse registro conforme o Zé Ricardo mandava.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E quem ia tirar o dinheiro do banco?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES (*Fora do microfone.*) – Eu que ia tirar o dinheiro do banco.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E como esse tio recebia o dinheiro?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES (*Fora do microfone.*) – Não sei. É isso que eu estou falando. Houve, sim, alguns pagamentos que foram buscados por DOC, por envelope...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Quem?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – A gente não sabe quem é. Eu não sei. Eu acredito que a Gegliane também não saiba, porque era uma ordem dele.

Era ordem do José Ricardo. Então, eu acredito que ela também não sabia. Ele falava assim: “Tal horário vai vir tal pessoa e você entrega pra ele”.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Permite-me, Senadora?

Sr. Hugo, quando o senhor esteve aqui – e eu disse, logo no início da minha fala, hoje, na abertura dos trabalhos –, V. S^a contribuiu muito conosco, não é? Dizendo inclusive que a senhora Gegliane era administradora do escritório.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Está nas notas taquigráficas nossas aqui. E que esses pagamentos, esse dinheiro que o senhor ia ao banco e buscava, o senhor entregava para ela, e ela, então, fazia todos os pagamentos.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Exatamente. Quando eu chegava, ela fazia...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Só mais um minuto.

Que ela, então, fazia todos esses pagamentos. Fazia pagamentos inclusive a terceiro.

O senhor simplesmente buscava esse dinheiro.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Em espécie.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Em espécie.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – E ela pagava funcionários e os consultores do escritório.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – As despesas. O serviço diário, burocrático, do escritório. Era uma vez... Pela emissão das notas fiscais, dá pra saber quando entrava essa quantidade de dinheiro, entendeu? Não era todo dia, era uma vez ou outra.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Certo.

Sr^a Gegliane, essa afirmação do Sr. Hugo – e ele aqui ratifica – que esses pagamentos do escritório eram feitos pela senhora, porque a senhora era a contadora, a administradora do escritório, a senhora confirma essa declaração que o Sr. Hugo fez aqui na CPI?

A SR^a GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Senador, eu não sou contadora. O escritório tem um escritório de contabilidade. Eu nunca tive conhecimento em contabilidade, como estão falando.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – É verdade.

A SR^a GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Eu não sou secretária. No escritório existia uma secretária, entendeu? E eu era assistente administrativa do escritório.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O Sr. Hugo colocou que a senhora era a administradora.

A SR^a GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não. Quem administrava o escritório era o José Ricardo e o Eduardo. Eu era assistente deles.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – De organizar as contas, de fazer... Deixar tudo organizadinho.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Mas o pagamento quem fazia era a senhora Gegliane?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Era, porque ela tinha a planilha e já sabia para onde e o que nós tínhamos que pagar. Então...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Para onde ia o dinheiro?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Exatamente. Emitia o cheque. Aí a briga minha e dela de ir lá pegar a assinatura, porque ninguém queria vê-lo. Mas ia lá e acabava discutindo. Ou eu ia, às vezes, ou ela ia. Ela teve aquele valor, ia no banco... É aquilo que eu te falei, lembra? Que fazia os pagamentos. Ora o banco não tinha dinheiro para me devolver, porque o limite é até cinco mil; às vezes sobravam sete... Onde eu fazia aquela transaçõzinha que colocava na minha conta e pegava... pra resolver o problema.

Então, vinha com esses recibos, pagamento de tudo que foi feito, entregava pra ela e ela organizava nas pastas tudo certinho, porque ela é bem organizada mesmo. Ela lançava na planilha. Por quê? Porque quando ele perguntava pra ela, ela já sabia... Sabia assim, porque estava anotado e porque foi ele que pediu. Então estava tudo certinho, porque ele cobrava muito mesmo. Se faltasse um centavo, ela tinha que explicar por que faltou aquele centavo, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Certo.

A origem... O Senador Randolfe estava com a palavra, aí a Senadora Vanessa pegou a palavra, eu peguei a palavra, aí virou um bate-bola.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Não se preocupe, Presidente, faz parte da dinâmica.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Então vamos continuar no bate-bola. Deixe-me só fazer mais uma pergunta ao Sr. Hugo e à Sr^a Gegliane.

A origem desses dinheiros. Porque sobre os pagamentos a senhora já disse que fazia pagamento para o Gruginski, para o Edson, para o Juliano, para o Adriano, para o Paulo Cortez, para a Clara – eu não sabia desse nome –, para o APS, para a Ivanice, não é? Para a Meigan Sack também, eu imagino.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Não? Para a Meigan não?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não. Eu nunca vi a Meigan antes. Nunca a vi no escritório. Nunca fiz nenhum pagamento pra ela. Nunca nem... Eu vi o nome dela aqui na operação...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – A origem desse dinheiro? O Hugo ou a senhora podem me dizer a origem desse dinheiro que vocês, em especial você, Hugo, ia buscar no banco? E também a senhora que administrava, segundo o Hugo, o escritório? Qual a origem desse dinheiro? De onde vinha esse dinheiro?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Então, está na nota fiscal. O dinheiro vem... Aquelas notas emitidas... *(Fora do microfone.)*

...vêm dali, do nome, da razão da empresa que depositava.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Quais são essas empresas? A senhora pode dizer, Srª Gegliane? A senhora se lembra de algumas dessas empresas que faziam esses pagamentos mais vultosos?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Eu não consigo lembrar o nome das empresas, mas tem na planilha que o senhor tem acesso todas as entradas. Quando está lá, receitas e despesas, as receitas, nunca entrou nenhum valor na conta do escritório que não fosse emitida uma nota fiscal.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Exatamente.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Nunca. Então, assim, podia ser um valor alto ou podia ser R\$20. Existia uma nota fiscal para o valor entrar.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – E quem emitia essa nota fiscal era a senhora?

O SR. GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Às vezes. Às vezes o Hugo.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Às vezes eu.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Hugo emitia muito mais, porque eu detestava datilografar.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Tinha uma máquina eletrônica.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Hugo, você disse que quem emitia essas notas fiscais era a Srª Gegliane.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Tanto eu quanto... Não, tanto ela e às vezes eu, porque eu sabia datilografar...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Você não colocou isso para nós.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Então, eu posso não lembrar.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Você colocou que só buscava o dinheiro no banco e entregava para a Gegliane.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Não, buscava, mas tinha uma nota... O Zé Ricardo já deixava escrito na nota: emite essa nota. Então, eu fazia na máquina porque ela não sabia mesmo datilografar...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Então, você não era tão somente o motorista.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Você fazia mais alguma coisa.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – É aquilo que eu te falei, muita coisa. Por isso que eu estou te falando que meu trabalho era muito estressante, porque eu ficava o dia todo na rua.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Agora, Presidente, veja, todo dinheiro, a Srª Gegliane falou, todo recurso que entrava tinha nota fiscal, portanto, a empresa registrava.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Isso.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E por que esse cuidado na hora de fazer os pagamentos não eram tomados? Por que a gente tem várias notas, nós já verificamos vários contatos entre a senhora e o Sr. José Ricardo, em que tratam da seguinte questão: olha, aquele dinheiro que já foi retirado – valores altos, repito, acima de R\$500 mil, quase R\$1 milhão – guarde bem e coloque nos envelopes e coloque esses nomes e eles vão aí pegar. A senhora mesma disse que Juliano ia lá e pegava. E o tio? Quem entregava o envelope do tio? A senhora escrevia o nome no envelope, botava, separava o dinheiro e entregava para o Dr. José Ricardo?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Eu separava... Eu não colocava nomes em envelope. Ele pedia... Se ele pedisse valores separados, era feito conforme ele tinha solicitado. Mas eu nunca escrevi nome de ninguém em envelope, porque, quando ele solicitava um dinheiro, ele não me dizia para que era. Depois, ele pedia a planilha onde estava anotado “retirada José Ricardo”, “retirada JR”, “retirada JR”.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Isso.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Por quê? Porque todas as retiradas que ele fazia eu anotava como retirada JR, porque eu não sabia para onde era. Ele, depois, falava assim: “Anote aqui isso aqui.” Códigos, entendeu? E aí eu anotava conforme ele pedia, para que depois...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas houve alguns pagamentos em que ele lhe pediu cuidado: “Olha, o dinheiro tem que ficar bem guardado. Tome cuidado. Escreva no envelope e coloque que... E a senhora entregue.” Então, a senhora fez todo o procedimento porque ele lhe disse isto:

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não, senhora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – “Tome cuidado e entregue esse dinheiro.”

O SR. GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Ele não... Eu tenho certeza de que não foi dessa maneira como a senhora está colocando. Ele pediu para eu separar. Ele nunca falou para eu escrever o nome de ninguém em envelope. Eu tenho certeza absoluta disso. Eu nunca escrevi nome de ninguém no envelope e ele nunca me mandou...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Só escrevia os nomes na planilha?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Eu escrevia: retirada JR e quando ele pegava aquela retirada e botava código, eu transferia, sim, para a planilha conforme ele tinha colocado.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – É verdade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – O nome “tio” quem escrevia?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Hã? Ele.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Ele.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Ele.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Permita-me, Senadora Vanessa. Hugo, os valores escritos “tio” você lembra para quem era repassado o dinheiro?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Não. Nunca ouvi falar. Ele não falava mesmo, não adianta, ele não falava para mim, não falava para ela. Por isso que ela anotava “destinado a JR”, porque ela já sabia que isso era ele que tinha que resolver. Mas ela não sabia mesmo, porque o José Ricardo era assim. Você dava ordem e você não tinha que questionar, entendeu? Tinha que proceder daquela maneira.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Então, o famoso tio vocês nunca viram?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Não, nunca vi e nunca ouvi esse nome, não. Nem...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Mas o tio você viu? Estava lá?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Eu ouvi... Ele escreveu e eu repassei isso para ele. Por quê? Quando ele colocou nos valores códigos, ele falou assim: “Eu vou precisar disso. Coloca isso no arquivo para quando eu precisar eu ter acesso.” Eu redigitei a informação que ele tinha me dado no e-mail e mandei para o e-mail dele, porque era a maneira de quando ele precisar estar lá para ele ter acesso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – A senhora... Só para ficar bem claro aqui de quem estamos tratando, e agora não é do tio, é do Juliano, a senhora disse que é o Juliano Nardes. A senhora podia me descrever como é fisicamente o Sr. Juliano Nardes?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Ele é magro, tem o cabelo na cor do senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – A idade média?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Eu não sei quantos anos ele tem, mas ele não é velho. Ele é jovem, é uma pessoa jovem. Deve ter uns 30...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Entendi. Perfeito. Só para caracterizar mesmo quem é.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO. *Fora do microfone.*) – Ela já disse o nome. É o Juliano Nardes, então...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – É, mas nunca se sabe, Presidente. Às vezes, o cidadão pode alegar que é homônimo. Então, é bom ficar claro quem é, ficar bem caracterizado quem é.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – É verdade.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A senhora já ouviu falar... Lá no escritório, por acaso, ele falava, tratava assim de pagamento a ministro?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não, senhora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Nunca viu nenhuma anotação? Nunca ele escreveu isso na planilha?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não. Esse nome ministro ele nunca colocou em planilha.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A senhora nunca viu nada?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não. Estou tentando lembrar, mas não. Eu acho que nunca vi.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Custos, ministro?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Permite-me, Relatora?

A senhora encontrou com a ex-Ministra Erenice Guerra, no escritório, alguma vez?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não de eu ter encontrado. Já a vi no escritório sim.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Ela ia frequentemente ao escritório?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Como posso dizer para o senhor? Eu não sei qual é a frequência que o senhor está me perguntando. Que ela ia ao escritório, ia.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Duas vezes por semana, por exemplo?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Tinha semana que ela até passava lá uma ou duas vezes. Aí, depois, ela sumia. Então, não tinha uma coisa certa de toda semana passar lá. Não. Eu já vi várias vezes a Ministra lá sim, mas uma coisa que não era uma rotina, que não era...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Ela tinha negócio com o Sr. Alexandre?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Aí eu não sei responder para o senhor, porque os negócios deles...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – A senhora se lembra de ter feito algum pagamento a ela?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – E ao ex-Ministro Silas? Também passava sempre pelo escritório?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Passava. Ele andava, às vezes, no escritório. Depois, ele sumiu completamente. Nunca mais nem...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Ele ia com frequência?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não era uma coisa com frequência, mas ele andava lá, passava uma vez na semana. Um período, ele realmente andou frequentando, só que depois ele sumiu.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – E o contato dele no escritório era mais com o Zé Ricardo ou com o Alexandre Paes dos Santos, APS?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Honestamente, eu não sei dizer com quem era o contato dele, porque eles chegavam, entravam numa sala de reuniões. E, às vezes, eu nem sabia quem estava dentro da sala de reuniões.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Essa reunião que ocorreu com o ex-Governador Cid Gomes, lá do Ceará, com o Zé Ricardo e o APS, conforme relatado pelo Sr. Hugo, a senhora tem conhecimento dessa reunião?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Eu vi o Governador, sim, lá no escritório, mas o que eles trataram, se eles tiveram reunião, isso eu não sei dizer para o senhor. Que ele esteve no escritório, esteve.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Uma só vez ou mais vezes?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Uma só vez. Só vi uma vez.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Com o José Ricardo ou com o Alexandre?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Estava todo mundo junto. Estava todo mundo junto.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – A senhora fez algum pagamento a alguém do Ceará ou recebeu alguma importância de alguma empresa do Ceará?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O trabalho que o Sr. Alexandre Paes realizava era o mesmo trabalho que o Sr. José Ricardo?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Eu não sei dizer para a senhora o trabalho que cada um realizava, mas eu posso dizer para a senhora que eu acho que não era, porque, até onde sei, o Sr. Alexandre não tem conhecimento tributário para realizar as atividades que o Zé Ricardo realizava, mas eu não sei...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas o que eles tinham em comum nos negócios? Ou eram só empresas que funcionavam ali?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Eu não sei falar isso para a senhora, porque eu não tinha conhecimento do que eles tratavam, qual era a relação deles, o que eles tinham juntos. Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – A senhora nunca entregou um envelope para a ex-Ministra Erenice?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Ou ao ex-Ministro Silas?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Nunca entregou um envelope a eles não?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – A alguém encaminhado por eles?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – E Parlamentares? A senhora tem conhecimento de algum Parlamentar que foi lá no escritório? Algum emissário representante dos Parlamentares?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Tem alguma notícia de Parlamentares com quem tenha tido contato?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES (*Fora do microfone.*) – ...era só para entregar o processo dele e ir embora. Não teve...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Para Parlamentares, a senhora nunca teve nenhum tipo de contato, nenhum representante?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Não entregou nenhum envelope?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Hugo, no sentido que o Senador Ataídes perguntou, as mesmas perguntas: Você chegou a ver a ex-ministra Erenice, o Sr. Silas Rondeau?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Eu vi algumas vezes... É o que ela falou, mesmo. Ela não ia com frequência, às vezes ia dois dias, dava uma sumidinha, depois aparecia de novo, fazia aquela movimentaçãozinha no escritório e ia embora. Depois sumiu.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Qual era a movimentação?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Olhe só, Senador, ele prestou uma informação interessante. Qual foi o motivo pelo qual a ex-Ministra Erenice Guerra se ausentou de vez do escritório? Qual foi o motivo que a levou a isso?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – O motivo eu não sei, porque isso não dava para...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Não, o senhor nos disse aqui: a imprensa.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Ah tá, é verdade, bem lembrado. É porque uns repórteres descobriram e tal, por conta da movimentação. De vez em quando, alguns ficavam plantados ali na frente do escritório. Então, o José Ricardo questionou nesse sentido, porque não queria a imagem dele vinculada, aquela coisa e tal. E aí começaram a dispersar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Que período foi esse?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Eu não me lembro. Com sinceridade, eu não me lembro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Entendi.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Mas eu acredito que seja... Como nós nos mudamos, foi aquilo que ela falou, mais ou menos em agosto de 2012. Foi quando o José Ricardo desmembrou a sociedade com o Dr. Alexandre e foi para outro escritório, partiu dali já. Poucos dias antes, eles começaram já.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Então, a ex-Ministra frequentava o escritório até meados de 2012.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Exatamente, por aí. Não de muito tempo, não. Ela começou um mês, mais ou menos, por aí, dois meses, ficou essa ida dela ao escritório, mas poucas vezes. Mas aí começou a ter uma frequência maior e depois dispersou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Tinha reuniões?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Tinha reuniões lá, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – E em relação ao ex-Ministro Silas Rondeau?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Eu o vi pouquíssimas vezes lá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Menos que a ex-Ministra Erenice?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Bem menos, pouquíssimas vezes. Confirma?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Confirmando.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Você fala com muita ênfase.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – É porque eu o vi, mesmo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Você fala com muita ênfase da ex-Ministra Erenice. Fala inclusive... Pelo visto, ela tinha uma frequência.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Tinha uma frequência lá. Depois dispersou por conta disso, dos repórteres passando.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Da presença da imprensa.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – É.

E aí eu acho que houve um desentendimento entre eles. Porque você fica ouvindo conversinhas daqui e dali, então você mais ou menos assimila alguma coisa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Conte-me aí quais eram as conversinhas.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Não, no sentido de repórteres. “Dá uma olhadinha para mim, vê se tem algum repórter aí.”

Então, não tinha ninguém, passava com o carro pela garagem. Aí a gente, às vezes, ficava olhando, para ver se...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Você chegou já a ser abordado nesse sentido? “Dá uma olhadinha, vê se tem repórter?”

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Já, para dar uma olhada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Por ela?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Não, por ela, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Pelo representante dela?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Pelo José Ricardo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Ah, tá. Isso quando ela ia lá?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Quando ela ia lá.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Permita-me, Senador. Quem é esse representante que lhe pedia para verificar?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – O José Ricardo.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O próprio José Ricardo?

Srª Gegliane, a senhora tem conhecimento desse fato, de que a Srª Erenice, quando ia ao escritório, pedia ao pessoal que tomasse cuidado, olhasse para ver se a imprensa não estaria ali por perto?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não, senhor. Nunca ninguém me pediu para olhar nada, para verificar nada, assim, se tinha imprensa. Não, nunca.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O volume de dinheiro que corria mensalmente ali dentro, a senhora tem noção desse volume de dinheiro? O mês em que a senhora viu mais dinheiro dentro daquele escritório? O volume, em espécie, que passou durante os trinta dias, por exemplo. Um milhão, dez, vinte, trinta?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Senador, assim, lembrar de valores que passaram...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Uma base.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Mas, eu me lembro de que ele pedia valores tipo 200, 250, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Mas a senhora viu milhões passarem por ali?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Eu vi milhões chegarem à conta e vi milhões indo para a conta pessoal dele, para uma fazenda que eles tinham, de café.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Terra Fértil. Fazia muitos pagamentos?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Eu vi milhões indo para a conta da mãe dele. Eu vi milhões sendo pagos de despesas pessoais de todos eles.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Milhões?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – É, porque, assim, quando eu digo isso para o senhor, o senhor pode constatar, pegando o extrato bancário, para ver que eu estou realmente falando a verdade. Realmente foram milhões para o Edson, milhões para a mãe dele, milhões para a Agropecuária Terra Fértil, que era a fazenda de café.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Aquela ação trabalhista que o ex-sócio do Zé Ricardo, Cortez...

O SR. GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Sim?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – A senhora esteve nesta audiência, não é isso?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – A senhora foi...

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Intimada.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – ...indicada.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Indicada pelo Zé Ricardo?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Não?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Pelo Paulo Cortez, como testemunha de que ele trabalhava com o Zé Ricardo.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Que recebeu 1 milhão e 200 do Zé Ricardo, é isso?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não, a ação trabalhista que o Paulo Cortez colocou contra o Zé Ricardo foi a respeito de salários mensais que o Zé Ricardo não pagou para ele.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Mas eu gostaria de fazer, novamente, uma pergunta que eu fiz logo no início. A origem desse dinheiro, de onde vinha esse dinheiro para abastecer esse escritório e fazer esses diversos pagamentos? Vocês não se lembram de nenhuma outra empresa que foi feita...

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Só, não... A RBS.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Você sempre colocou bem claramente...

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Não, a RBS eu me lembro perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – A RBS.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – ...de um valor que era em torno de 13 milhões mesmo, que isso entrou na conta.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Veio de onde esse dinheiro?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Da RBS, da própria RBS.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Da RBS, desculpa.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Da RBS.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Da RBS para o escritório.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Para o escritório. Teve a tal... Eu não lembro o nome, mas é alguma coisa Maltoni, que tinha também diversas...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Mauri Maltoni.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – É.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Qual era o valor?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E por que esse dinheiro que entrou e teve nota, porque, quando ele saía, ele saía em envelopes, sem nota e sem nada?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Pois é. Aquilo, uma parte dos arrecadadores pediam, levavam... Tiravam do banco e levavam para ele 200 mil, 300 mil. Realmente era entregue diretamente para ele. Daí, o que ele fazia com esse dinheiro a gente não sabe.

Agora, teve aquele milhão, que eu me lembro perfeitamente de 1 milhão e 200 que foi tirado da conta do Idep, que eu saquei, foi em três vezes, foram dias seguidos de 400 mil, e esse dinheiro ficou no cofre. Era esse dinheiro que ele mandava: "Gegliane, separa aí tanto e leva para fulano." Era isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Idep?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Idep.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Idep, era o instituto do Zé Ricardo, não é?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – É.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Então, a RBS, então, uma certa vez, repassou 13 milhões?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – A RBS passou 13 milhões. Para a gente, era...

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Eu não me recordo de valores, quanto, mas todos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Mas recorda a RBS?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – É, da RBS eu me recordo, sim. Não me recordo de valores, mas todos os valores que entraram foram... Entraram com nota fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Entendi.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Tudo, o imposto pago, tudo certinho.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Eu estou falando para o senhor, não tem como eu lembrar de valores, mas tem como o senhor...

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Pelas notas fiscais.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – ...ter os valores.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Mas outras empresas, o que você lembra? Você se lembra?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Não, mas, assim, eu não lembro, não. Tinha outras empresas lá, mas era valor menor, muito pouco, não chegava a 50 mil, não, bem menos. É por conta de assessoria mesmo, de processo que não tem ligação com o Conselho. Era contato que já tinha mesmo, assim, quando eles montaram a empresa.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Esse dinheiro da RBS, esses 13 milhões, Srª Geglíane, que eu volto aqui a repetir que o Sr. Hugo disse que a senhora era administradora e era a pessoa de confiança do Zé Ricardo. Porque a senhora era a pessoa de confiança do Zé Ricardo.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não, eu não era a pessoa de confiança do Zé Ricardo, Senador; eu era uma funcionária normal. Não tinha isso de ser...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Ela não era uma pessoa de confiança?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Sim, porque é muito organizada, ela fazia as coisas. Então, ele confiava nela nesse sentido, porque ela é muito organizada: qualquer coisa que ele falasse na hora, já estava com um papel na mão para mostrar, justamente para ela... Para dizer que ela fez alguma coisa errada ou isso, ou aquilo. Então, estava tudo certinho, ali, anotado do jeito que ele pediu.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Então, a senhora gozava, então, dessa admiração do Sr. José Ricardo?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Tanto que eu questionei, porque a Geglíane sabe, porque ele me escrachava mesmo, que a Geglíane é inteligente, e eu que não sabia de nada. Então, para mim, está tudo certo; quanto mais responsabilidade para ela, para mim, eu só recebia ordens. Dê o meu trabalho que eu vou fazer na rua, está tudo certo. Eu ficava contando, dava 18 horas, eu ia embora.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – E, voltando novamente atrás, a Srª Geglíane então é que administrava o escritório.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Administrava, tanto que aquela planilha que eu te falei, que você fez uma planilha gigante, de 2009 a 2012, você mandou na gráfica imprimir dois canudos gigantes, que eram para o Dr. Alexandre e Dr. Zé Ricardo fazer a contabilidade deles e saber quem devia para quem, porque, no final das contas, no frigar dos ovos, o Zé Ricardo saiu devendo 2 milhões, tanto que, às vezes, eu ia no escritório pegar correspondência, e o Dr. Alexandre falava: “Cadê o José Ricardo? Eu preciso receber o meu dinheiro. Onde foi que ele enterrou esse dinheiro?” Todo mundo, as recepcionistas, todo mundo ouviu essa história, entendeu?

Então, assim, essa planilha é que facilita. É como eu falei: se tivesse a planilha, você saberia de onde veio e para onde foi.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Vocês receberam alguma importância em cheque?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Era ordem de pagamento que chegava em banco?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Era nota fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – E lá então o Hugo ia buscar esse dinheiro.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Exatamente. Pagar contas.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Aí você chegava e entregava esse dinheiro para a Srª Geglíane.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Pequenas quantias para ela. Às vezes, uma quantia maior direto para o José Ricardo.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Houve uma pequena contradição porque o senhor, naquele dia, disse que todo o dinheiro era entregue para a Gegliane.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – A parte maior, milhões.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O volume maior era passado a Srª Gegliane.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Sempre em espécie?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Sempre em dinheiro. Eu chegava na mesa dela e conferia valor por valor ali, para saber se eu entreguei o valor correto. Porque, na verdade, como ela estava recebendo um dinheiro, ela tinha que conferir se estava no mesmo valor correto.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O José Ricardo e o APS, o Sr. Alexandre, segundo vocês se lembram, se eles tiveram alguma reunião na Casa Civil alguma vez?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Eu não tenho como falar para o senhor sobre reuniões, porque a gente não tinha nem conhecimento. Quem cuidava de reuniões, de agendamento era a secretária deles. Eles tinham uma secretária.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Como é o nome da secretária?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Primeiro, foi Rejane; depois, foi Lúcia. Eu não lembro o sobre-nome delas. Elas cuidavam de agendamento de reuniões. Várias vezes tinha gente na sala de reunião que não sabia nem quem estava lá.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Uma pergunta interessante, Srª Gegliane – e percebo que a senhora está contribuindo, está falando aqui conosco, não é, Senador Randolfe? Houve uma retirada do escritório do Dr. Saliba, de 2009 a 2011, de R\$10.260,00. Eu pergunto à senhora ou ao Hugo: a que se referia essa retirada? É uma retirada de pró-labore, um pagamento por serviço prestado? A senhora se lembra de alguma coisa?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não, senhor; não tenho como saber de que foi não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Não lembra.

A senhora se lembra de ter feito algum pagamento ao escritório Saliba?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não lembro.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Não. Eu sei que esse escritório funcionava lá dentro, mas eles eram independentes...

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Eles funcionavam independente de qualquer coisa. Eles pagavam aluguel.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O que quer dizer essa Holden, Dr. Silas, contida na planilha de despesas de 2011?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – O Hugo disse, em um depoimento aqui anterior, que houve uma reunião num escritório e tal e aqui já ficou esclarecido.

A contradição aqui que acho interessante, a presença do Sr. Silas e Erenice Guerra no escritório. Disse que Erenice Guerra esteve uma vez no escritório de José Ricardo.

A Srª Gegliane disse isso. Você disse que a Srª Erenice tinha uma frequência maior. E, agora, a senhora também está confirmando que ela também ia lá mais rotineiramente.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Algumas vezes.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Isso foi muito bom, porque esclareceu esse contradito aqui.

Outro fato aqui é que o Hugo disse que antes do rompimento da sociedade entre o APS e José Ricardo, ocorrido em 2012, Erenice Guerra e Silas faziam visitas constantes.

Volto a palavra à Srª Relatora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu só quero tirar uma dúvida.

A senhora disse, e o Sr. Hugo reafirmou, que não mexiam com outras moedas, além de Real, a não ser em viagem...

Como era? A senhora pode falar?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Viagem de férias, viagem normal.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Do Sr. José Ricardo.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – É.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Era dólar?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Sim. Eu acho que foi dólar, não lembro. Não lembro se ele... Acho que foi dólar, não consigo me recordar.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES (*Fora do microfone.*) – Foi dólar, eu lembro. Foi quantidade pouca mesmo, só para viagem mesmo.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Normal.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO. *Fora do microfone.*) – E quando aconteceu isso?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Quando foi isso?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Ah, não lembro. A data eu não tenho como...

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES (*Fora do microfone.*) – Normalmente, era meio do ano, não era? Ou início de ano. Viagem internacional. Não são negócios, não.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – É, ele viajou... Viagem com a família de férias.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas a senhora se lembra de ter feito algum comunicado com ele em que a senhora perguntava “o que faço com os euros?”

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A senhora que escreveu, Srª Gegliane.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Mas, então, com certeza, ele deve ter pedido para pegar euro também para essa viagem, porque eu lembro que ele viajou à Europa, viajou... Ele fez uma viagem, e foi um mês de férias.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Quem era Honorato?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Honorato?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Honorato.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Havia uma pessoa chamada Honorato que, às vezes, ia ao escritório, mas eu não sei nada sobre ele.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas ele trabalhava no escritório?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Ele ia algumas vezes... Honorato... Eu não estou me recordando. Era um senhorzinho que, às vezes, ia lá procurar o Dr. José Ricardo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Porque as anotações que a gente tem não indicam que seja uma compra de moeda estrangeira para algo específico; indicam que havia moedas estrangeiras para mais de uma coisa...

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... porque a senhora se refere a um valor que uma pessoa levaria e, em relação a outros valores, a senhora diz: “o que faço com os outros valores?”

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não, não tinha.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A senhora escrevia isso.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não, não havia outras moedas dentro do escritório. Não havia. As vezes que eu me recordo que teve alguma coisa foi quando ele foi viajar, e ele pediu, realmente, moedas. Não me recordo... Eu só lembro de dólar, não lembro valores, mas foi para a viagem dele. E do Eduardo também. O Eduardo também viajou.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES (*Fora do microfone.*) – Eu vi mesmo ele falando para o pessoal comprar.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO. *Fora do microfone.*) – Você chegou a ir comprar...

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES (*Fora do microfone.*) – Não. Comprar, não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – ... a ir comprar euros?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Não?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES (*Fora do microfone.*) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – E por que desses euros, então, que a Senadora está indagando, Srª Gegliane?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Eu não me recordo de nada em euro. Não...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Mas está escrito.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não me recordo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – Pela senhora.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não... Não me recorde de nada em euro. Eu volto a falar: se houve alguma coisa de euro, foi para a viagem deles. Eles viajaram, tanto o Eduardo quanto o Zé Ricardo, e eles realmente tinham moedas.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Perguntas, Senador Randolfe?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sim.

Srª Gegliane, vamos voltar a uma questão anterior. O Sr. Eduardo Gonçalves Valadão a senhora conhece?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Qual a relação dele com o Sr. José Ricardo?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Eles eram sócios.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Eles eram sócios.

A senhora tinha acesso aos *e-mails* que eles trocavam um com o outro?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Tinha acesso às comunicações que eles mantinham?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não, senhor. Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – A senhora nunca teve nenhuma informação sobre isso?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não. *E-mail* entre eles? Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – O período em que a senhora – me permita, voltando – trabalhou lá foi de 2009, dezembro de 2009...

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Dezembro de 2009...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – ... a agosto de 2012?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Das informações trocadas entre o Sr. José Ricardo e o Sr. Eduardo Gonçalves, em algum momento ele pediu para a senhora cumprir alguma tarefa relacionada a Parlamentares?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Entregar algo para algum Parlamentar?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – A senhora não tem notícia de Parlamentares que tenham frequentado lá o escritório?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Voltando aqui: qual a relação que o escritório tinha – se a senhora tem conhecimento – com a consultoria, a empresa Marcondes e Mautoni?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não tenho conhecimento de qual era a relação deles.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Mas o empresário Mauro Marcondes e a esposa dele, Cristina Marcondes, frequentavam o escritório?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Eu nunca vi eles lá. Nunca vi.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Não? A senhora nunca teve contato?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não, eu nunca vi.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Entendi.

Perguntando, Presidente, ainda, só para um esclarecimento aqui...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO. *Fora do microfone.*) – Fique à vontade, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – ... perguntando para o Sr. Hugo... Aliás, na verdade, para o Sr. Hugo e para a Srª Gegliane: esse repasse de que vocês falaram ainda há pouco para a RBS, ou melhor, o depósito da RBS para o escritório. Acho que foi você, Gegliane, que disse que foi a maior movimentação que você já viu lá. Essa foi a maior movimentação?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Foram 13 milhões, não é isso?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não lembro o valor exato; não posso confirmar o valor para o senhor, porque não me recordo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – São 13 milhões, Hugo?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Em torno de 13 milhões.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Vocês não sabem a título de que era esse depósito? Não tem informação?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – De um tempo, eles já estavam com esse processo rolando. Eles estavam muito ansiosos para sair esse processo. Parece-me que perderam, que deu um revertério no processo, aquela coisa e tal, e ficou por isso mesmo, e eles foram tentar ver se conseguiam novamente ganhar esse processo – e ganharam.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – O escritório.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – O escritório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Os outros depósitos que eram feitos...

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Então, o Dr. Edson, o Dr. Gruginsky, todo mundo trabalhou nesse processo. É quando esse dinheiro entrou; eles receberam a parte deles, que foi transferida. E foi isso mesmo, o imposto foi pago...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Senador, V. Exª me permite?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Sobre esse pagamento, Sr. Hugo, ao Gruginsky, por exemplo, desse dinheiro, alguma coisa foi paga diretamente a algum conselheiro em atividade nessa época? Pergunto aos dois, Srª Geglíane e Sr. Hugo.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Conselheiro, não; só mesmo ao Dr. Edson, ao Dr. Gruginsky...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – A senhora se lembra de, em algum momento, pagar alguma importância a algum conselheiro da ativa?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Só a ex-conselheiros?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Só a essas pessoas as quais eu...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Ao Gruginsky, ao Edson, à Drª Adriana, ao Paulo Cortez.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Sim.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Eles eram sócios mesmo. Eram esses mesmos, entendeu? Agora, a conselheiros...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Então, esses 13 milhões foram divididos entre os sócios?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Exatamente, tanto que há planilha com esse valor, para onde foi – entendeu?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Entendi.

Afora os sócios, a senhora não lembra, D. Geglíane, de entregar para mais ninguém.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não lembro e, assim, que eu presenciasse, não vi entregando nada para outras pessoas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Acho que você falou em dinheiro para Mantoni e Marcondes, é isso?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Entrou, a nota foi emitida, foi depositado...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Entrou ou saiu?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Entrou e, depois, com cheque, vai fazendo esses pagamentos, como ela mesma falou... Não é um valor total; vai fazendo pagamentos e tudo, às vezes pega um pouquinho para levar para o escritório...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É só bom deixar claro aqui que esse dinheiro, como nós vimos aqui, foi para os sócios, que pediam retirada em espécie e repassavam entre as pessoas que receberam. No dinheiro, tem esse tal de tio e o Juliano, sem nota fiscal, sem registro, a não ser em planilhas, e tantos outros também. Então, não é... E havia, inclusive, um contrato, de que eles não têm conhecimento, mas havia um contrato. Agora, se há um contrato e se é legal, porque distribuir dinheiro em espécie?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Exatamente.

Hugo, você conheceu o Mauro, da Marcondes?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Como?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – O Mauro Marcondes você conhecia? Chegou a ver?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Não; só pelo nome mesmo, mas em nota fiscal.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Só o nome da empresa.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Só o nome da empresa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Nem a esposa dele, a Cristina Marcondes?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Eles não frequentavam o escritório? Não tinham...

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Eu não conheço; então, não sei se foram também, para eu ver pessoalmente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Você só sabia das relações do escritório?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – É, por conta da nota fiscal mesmo, onde você vê o nome. Como aqueles processos do Conselho eu manuseava muito, para poder organizar para ele poder julgar... Vinham, no *Diário Oficial*, aqueles processos que iam ser julgados. Então, de tanto manusear isso, você acaba memorizando.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Uma informação que o Sr. Hugo nos prestou aqui, que nos causa uma tremenda estranheza. Quero prestar essa informação a V. Ex^a, se V. Ex^a, porventura, ainda não a tem: esses ex-conselheiros, Senador Randolfe – já é de conhecimento aqui da Senadora Vanessa –, saíam e montavam escritórios. Esses escritórios, inclusive, eram escritórios familiares. Então, o Sr. Edson chegava e deixava,.. O Sr. Edson, inclusive, era auditor da Receita, pediu demissão de um belo salário, com um currículo extraordinário dentro da Receita Federal, colocou um escritório e botou a sua filha como conselheira, a Sr^a Meigan Sack.

Mas o que nos causa estranheza, conforme o que o Sr. Hugo disse, é que esses processos, Senador Randolfe, eram decididos dentro dos escritórios. O Sr. Hugo disse que, no dia do julgamento, ele pegava todos aqueles processos, botava dentro do carro e levava para o Carf...

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Isso. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – ... para o Conselho Administrativo, e colocava sobre a mesa do conselheiro.

A senhora tem essa informação também, Sr^a Gegliane?

A SR^a GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não senhor.

Como o Hugo falou, eu nunca manuseie nenhum processo – nenhum!

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Ela não tinha mesmo ligação com processo.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Eu só queria fazer essa colocação. E veja que barbaridade, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Hugo, o senhor chegou a presenciar divisão de dinheiro em envelopes?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Lá? Não?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Nunca...

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Nunca.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – ... teve essa circunstância ou essa situação?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Voltando ainda àqueles 13 milhões, e, aí, eu pergunto para o Hugo se ele tem conhecimento e para a senhora, D. Gegliane.

Sabem se, depois daquele depósito, houve algum pagamento, alguma transferência para o Sr. Juliano Nardes?

A SR^a GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Eu não tenho como dizer para o senhor datas de quando foram feitos alguns pagamentos pra o Sr. Juliano; eu sei que foram feitos, mas eu não tenho como dizer datas pra o senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Então, deixe-me tentar precisar com a senhora.

Qual foi a data em que os 13 milhões entraram na empresa?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não me recordo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – O ano?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não consigo me recordar de datas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Não; o ano ou o mês. Pode ser.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não, não lembro. Não tenho como dizer isso para o senhor, porque eu realmente não me recordo de datas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Entendi. Mas a senhora não...

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Eu, na verdade, sou péssima de datas; eu quase não sei nem a data do meu aniversário nem do meu marido.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Certo.

A senhora trabalhou lá entre dezembro de 2009 a agosto de 2012. Nesse período, a senhora não tem uma ideia de qual ano foi esse depósito?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não; mas isso o senhor pode...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Lembra, Hugo?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Não; não lembro mais ou menos, Não sei se..

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – O senhor tem...

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Não sei foi 2011 ou 2012.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – O senhor tem dados, notas...

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Mas na nota tem a nota.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Tem nota.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – A data da nota fiscal.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – O que eu quero lhe perguntar é o seguinte: após isso, a senhora tem lembrança de ter feito a entrega de algum envelope ao Sr. Juliano Nardes?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – É exatamente isso que estou falando pra o senhor. Não tenho como lembrar de datas, mas a isso o senhor pode ter acesso nas planilhas que eram feitas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Não; nas planilhas eu poderei ter do depósito, mas a entrega do envelope eu não vou ter em planilha, não é?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – A retirada do valor tem data.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Tem.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Entendeu?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Ah, entendi.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Tudo que é... Tudo era extremamente organizado conforme o José Ricardo pedia. Não tem...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Mas, nas planilhas, tem a data das entregas, inclusive para o Sr. Juliano.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Tem data da retirada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Da retirada.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Da entrega dos valores para eles.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Perfeito.

Sr. Presidente, eu não tenho mais perguntas. Só queria... Eu acho que, depois desse depoimento, das informações prestadas por Dª Gegliane e pelo Hugo, parece-me imperioso, aqui, nesta CPI, Sr. Presidente, Srª Relatora, apreciarmos um requerimento quebrando o sigilo bancário e fiscal do Sr. Juliano Nardes, bem como o seu sigilo telefônico.

Pelo menos, é necessário, neste momento, termos essas informações, e acho que um de nós desta Comissão pode preparar, protocolizar esse requerimento. E acho que, diante dessas informações que Dª Gegliane e o Sr. Hugo prestam são importantíssimas aqui para a CPI, parece-me necessário aprofundarmos qual a relação que o Sr. Juliano Nardes tinha com o Sr. José Ricardo da Silva, com o Sr. APS, enfim, com os outros sócios.

Além disso, queria comunicar a V. Exª que também estarei protocolizando um requerimento solicitando a quebra e a transferência do sigilo bancário e fiscal do Sr. José Ricardo e da empresa SGR.

Eu queria agradecer ao Hugo e agradecer à Gegliane pelas informações que eles prestaram a esta CPI. Na minha avaliação, elas foram prestigiosas, são de muito valor, abrem luzes sobre outro caminho para a nossa investigação. Nós temos um personagem novo, ao que me parece aqui, pelo menos, um personagem oficializado aqui, que é o Sr. Juliano Nardes, e que antes até de solicitarmos qualquer convocação a ele, parece-me que é necessário e fundamental fazermos o requerimento de transferência dos sigilos bancários e fiscal e telefônico.

Obrigado, Presidente. Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Senador Randolfe, vejo que é de bom alvitre o encaminhamento que V. Exª sugere. Diante dos fatos tão evidenciados aqui, envolvendo o nome do Sr. Juliano Nardes, peço, pois, a V. Exª que faça esse requerimento – e ele tem que obedecer um prazo para o julgamento –, e nós, na próxima reunião da semana seguinte, que ainda vamos aqui designar, talvez seja para a próxima quinta-feira, colocaremos então em votação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Assim procederei, Presidente, E só comunicando: também os requerimentos de transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Sérgio Ricardo e das duas empresas dele, a SGR e a JR Silva.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Se não me falha a memória, esse sigilo bancário, telemático, do José Ricardo já foi quebrado e já temos na nossa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Mas me parece que não temos das empresas – não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Pedimos também das empresas, se não me falha a memória.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – A secretaria da CPI poderia confirmar se já foi aprovado o requerimento de transferência dos sigilos fiscal e bancário das empresas SGR e JR Silva?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Não há problema. Faça o requerimento e se, porventura, já tiver realizado esse procedimento, desconsideramos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Mas é de bom alvitre.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Passo a palavra à Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Acho que escapou ou não estou me recordando se tivemos alguma resposta em relação a isso, mas pergunto: chegava dinheiro em espécie no escritório também?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Nunca?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Só do banco, quando emitia cheque ou sacava; mas, de outra maneira, não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não.

E de que contas eram sacadas?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Era das contas da SGR e da JR Silva que eram feitas essas movimentações; e, uma vez ou outra, do Idep...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Só das empresas ligadas... De fora, nunca receberam nada? Nem envelope, nem dinheiro, que você se recorde.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Nem envelope, nem nada.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Srª Gegliane, antes de fazer minhas considerações finais, quero voltar novamente... Porque nos surpreende, como a Senadora Vanessa colocou logo no início, que o Sr. Hugo venha aqui sem a representação de um advogado, sem um *habeas corpus*, e V. Sª, que veio acompanhada do Dr. Marcus e de posse de um *habeas corpus*, como disse o Senador Randolfe hoje, contribuiu bastante com os nossos trabalhos e tenho muito a agradecer.

Volto a perguntar à senhora: quem está pagando os honorários ao advogado?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Eu.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – A senhora mesmo?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – A senhora tem recursos para tal?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Tenho; eu e meu marido.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – É?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – A senhora poderia falar quanto é que a senhora está pagando de honorários?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Estou pagando...

O SR. MARCUS VINÍCIUS BERNARDES GUSMÃO (*Fora do microfone.*) – Mais uma vez, Excelência?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Estou perguntando à Srª Gegliane. Peço a V. Sª que permaneça em silêncio.

O SR. MARCUS VINÍCIUS BERNARDES GUSMÃO (*Fora do microfone.*) – Isso é violação de prerrogativa, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Estou perguntando a V. Sª...

O SR. MARCUS VINÍCIUS BERNARDES GUSMÃO (*Fora do microfone.*) – A CPI da Petrobras deu o mesmo problema e aqui vai dar de novo?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – A senhora pode falar quanto está pagando?

O SR. MARCUS VINÍCIUS BERNARDES GUSMÃO (*Fora do microfone.*) – Não, isso não de nenhum interesse da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Não estou perguntando ao senhor.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Por favor, vou repetir mais uma vez: permaneça em silêncio, obedeça a liminar.

O SR. MARCUS VINÍCIUS BERNARDES GUSMÃO (*Fora do microfone.*) – O senhor não tem o direito de cassar a minha palavra. Senador. O que me dá a palavra é a lei.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Peço ao senhor... O senhor não está aqui numa audiência de tribunal, falando com um magistrado; o senhor está numa Comissão.

O SR. MARCUS VINÍCIUS BERNARDES GUSMÃO (*Fora do microfone.*) – O Estatuto da Advocacia me garante a palavra, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Não atrapalha a sua cliente, por favor. A senhora responde sim ou não.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Estou pagando o meu advogado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Pois é; mas a quantia a senhora poderia dizer?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – É um valor que eu consigo pagar.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – A senhora não quer dizer quanto não?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Se o meu advogado não quer falar quanto estou pagando para ele... Mas posso garantir ao senhor que não é nada absurdo.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – É a senhora? Não é o Zé Ricardo que está pagando? Não é o APS?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não, senhor; não é ninguém que está pagando. Sou eu. Sou eu, e ele dividiu em várias parcelas.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O. k.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Como ele disse, ele pode mostrar o contrato para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Srª Gegliane, hoje, qual é o conceito que a senhora tem do José Ricardo e do Alexandre? Qual é o conceito que a senhora faz deles? A senhora disse, logo no início, que hoje tem raiva deles.

O Hugo deixou muito claro, no seu depoimento a esta CPI, que tinha ódio e raiva do José Ricardo, porque o José Ricardo fazia dele não só um funcionário; ele o usava não só como funcionário, mas também como um escravo. E o Hugo deixou também muito claro para nós que se arrependeu amargamente de ter trabalhado, durante vários anos, nesse escritório. Eu inclusive perguntei ao Hugo se ele voltaria a trabalhar com o José Ricardo com um salário extraordinário, por exemplo, de R\$50 mil. Ele disse: "Não. Foi o maior arrependimento da minha vida, e eu jamais retornaria a esse escritório." Inclusive o Hugo chegou a fazer empréstimo no nome dele para o escritório. Foi isso mesmo?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Não. Foi não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Você fez um empréstimo de R\$19 mil?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Não. É meu. Esse é meu, pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Aquele foi seu?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – É.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Está, está.

Qual é o conceito que a senhora tem, hoje, então, diante de tudo por que a senhora está passando – esses constrangimentos, estar longe do seu marido? Como a senhora vê, então, o José Ricardo, o Sr. Alexandre Paz e os demais, Edson Cortez, as pessoas que estavam lá no escritório? A senhora os vê como pessoas honestas, pessoas de boa conduta, ou a senhora tem um conceito de que aquele escritório era um ninho de corrupção dentro do Carf? De compras e de julgados dentro do Carf? Qual é o conceito que a senhora tem? A senhora poderia falar para nós?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Posso. Eu posso falar para o senhor o seguinte: o meu conceito, hoje, é de estar vivendo uma grande injustiça na minha vida. Por quê? Porque eu não fiz nada, eu não tinha conhecimento de nada. O meu erro foi ter nascido – não digo pobre –, mas precisei trabalhar, fui atrás de um emprego e não tinha bola de cristal nem era adivinha para saber o que acontecia.

Então, quando você tem um emprego, você trabalha, você recebe e disso você sobrevive. Era isso que acontecia na minha vida, inclusive fazia vários outros trabalhos extras, como o Hugo pode confirmar. Eu vendia Natura, vendia Boticário...

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – É verdade.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – ... fazia trabalhos manuais, dava aula à noite.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Mas qual é o conceito da senhora?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Eu vou chegar.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Eu não tenho dúvida de que a senhora realmente foi usada. Não tenho dúvida.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Para mim, que sou uma pessoa honesta, que fui uma pessoa que sempre botei Deus acima de tudo – sou uma pessoa muito religiosa –, jamais, se soubesse que isso aconteceria lá dentro, eu estaria num lugar desses, porque esse não é o meu lugar, essa não é a minha índole. Eu jamais estaria num lugar, se eu soubesse que era corrupto.

O que eu sinto hoje é dor, dor por estar sofrendo uma injustiça, porque o que eu estou vivendo é injusto, injusto. Eu fui tirada de casa. Meu marido está doente. Eu sofri um câncer. Eu já passei muitas coisas na minha vida, mas eu digo para o senhor que viver um câncer é pequeno diante disso que eu estou vivendo, desse absurdo todo. Por quê? Porque é exatamente isto que eu estou falando para o senhor: quem vê cara não vê coração.

Eu cheguei a cogitar a hipótese de querer fazer Direito, porque eu admirava os meus chefes. Inclusive o Hugo começou a fazer Direito.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Foi.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – O José Ricardo começou a pagar o curso de Direito para ele, mas ele não deu continuidade, porque ele tinha preguiça de estudar. Então, ele não queria estudar. Ele dizia assim: “Eu vou para a aula dormir? Ah, não. Eu já estou velho, cansado. Eu não quero.” Eu falava: “Hugo, aproveita a oportunidade. Vai estudar.” Falava isso com ele. Eu falei: “Poxa, aproveita que o José Ricardo está lhe proporcionando isso e vai.” Ele: “Não, eu estou cansado.”

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Mas não era o José Ricardo. Era o Dr. Ivani. Era o Dr. Ivani que arca-va, porque ele não queria pagar na hora para mim.

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Então, assim... Hoje, é de indignação, de dor, de olhar para essas pessoas e ver... É desumano colocar você numa situação tão injusta como essa.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – O José Ricardo não gostava de mim, não. Ele não gostava. Nunca gostou de mim.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Está.

O conceito que a senhora tem, então, do José Ricardo e do Alexandre é um conceito de pessoas honestas, sérias?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não, senhor. Como eu vou dizer que essas pessoas são honestas e sérias quando me colocam numa situação de injustiça desse tamanho?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Perfeito. Eu entendo senhora então. Entendo perfeitamente esta raiva que a senhora tem. E se fosse eu, não seria diferente. Foi o que exatamente o sentimento que o Sr. Hugo nos colocou aqui. Eu percebo que o Ministério Público e Polícia Federal, nessa Operação Zelotes... Eu espero que tão logo a senhora contribua mais ainda com eles, tão logo eles liberam a senhora, para a senhora tocar a sua vida, não é?

Eu vejo, Srª Gegliane e Hugo, que nada é por acaso. O que a senhora está passando é porque a senhora fez parte daquilo lá. Por força de circunstância ou não, a senhora fez parte daquilo. A senhora é uma pessoa muito esclarecida. O Hugo também é uma pessoa muito esclarecida. Talvez, por força de circunstância, vocês toparam aquilo. Mas eu imagino que vocês percebiam, como o Hugo disse – está aqui nas notas taquigráficas –, que achava aquilo muito estranho, não é, Hugo? A senhora achava aquilo muito estranho ou a senhora achava aquilo muito normal?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Na verdade, Senador, eu achava... eu até chegava a comentar assim: nossa, mas vai muito dinheiro para o Edson, muito dinheiro para o Gruginski. Inclusive o Hugo, que tinha conhecimento e já trabalhava há muito tempo com o Zé Ricardo, falou assim: “Além dos contratos que eles têm juntos, o Zé Ricardo ainda tinha empréstimo com o Edson, que ainda pagava empréstimos”. Então...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – A senhora trabalhou em outra empresa antes, não é?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – A senhora viu esses mesmos procedimentos nessa empresa, de dinheiro vivo assim?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Não.

Então, causava à senhora também estranheza aquela movimentação daquela forma, não é?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – É aquele fato, não é? É como eu falei para o senhor: eu não tinha como julgar as atitudes. Cada pessoa trabalha de um jeito. Então, se ele trabalhava daquela maneira... Você, poxa! Uma vez, eu até cheguei a falar para ele: por que não faz transferência? Por que tirar... E aí ele me deu um... Não é? Então, não cabia a mim questionar por que ele queria daquela maneira. A empresa era dele, o dinheiro era dele, e você obedece ordens, você não questiona.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Só para encerrar e fazer o agradecimento, só para tirar mais uma dúvida. O escritório do Dr. Saliba funcionava dentro do escritório do Zé Ricardo? Eu pergunto à senhora e ao senhor.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES – Fica dentro... O escritório era grande. Então, tinha vários cômodos na casa. Ele ficava numa parte mais para o fundo.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Ah, está. O escritório do Dr. Saliba funcionava dentro. A senhora confirma?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Eles alugaram um espaço, eles pagavam um aluguel por esse espaço, mensalmente, e eles tinham... era meio que independente, não tinha nada misturado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – A senhora fez o contrato de aluguel? Foi a senhora que o fez?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não senhor. Quem fez foram eles.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – A senhora sabe qual era o valor desse aluguel?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não me recordo assim, mas...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Como é que a senhora sabe que era um aluguel? Como é que a senhora pode afirmar?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Porque eles mesmos falavam que o aluguel...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Eles quem?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – O Zé Ricardo. O Saliba... Quando ele foi para lá, o Saliba vai alugar uma parte aqui...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – A senhora recebeu algum dinheiro de aluguel desse escritório?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Eu não lembro. Acho que ele depositava na conta.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Na conta do Zé Ricardo?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Do escritório.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Do escritório?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – É.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – A senhora não tem esse controle?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Não, nem recordo. Falando assim, eu não me recordo.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – É fácil a gente ter acesso a esse contrato de aluguel?

A SRª GEGLIANE MARIA BESSA PINTO – Acho que é só o senhor solicitar que eles devam...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Vamos solicitar esse contrato, por favor.

Senador Pimentel, tão ocupado aqui, nesta Casa, Líder do Governo, está em tudo quanto é canto. É igual à televisão de rodoviária: não desliga para nada. É sempre um prazer enorme ter o senhor aqui com a gente, Senador Pimentel. Eu repito sempre esse prazer de ter V. Exª aqui com a gente aqui.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Nosso Presidente, eu quero começar registrando que, quando chega próximo ao final do ano, uma série de proposições que estavam num rito relativamente calmo se acelera. Nós fizemos ontem aquele debate sobre a ampliação das competências das Assembleias Legislativas, e como queremos, na quinta-feira, estar com esse processo concluso. Fui convidado para ajudar naquele debate em que V. Exª, Senadora Vanessa, esteve muito presente. Nós queremos chegar à quinta-feira já com o texto ajustado, juntamente com o relator, para que a gente possa votar na próxima quarta-feira aquela importante matéria das nossas Assembleias Legislativas.

Por isso, terminei me ausentando. Mas como eu tenho tranquilidade aqui na condução por parte da nossa Senadora Vanessa e por V. Exª, Senador Ataídes, eu fico mais tranquilo. Por isso, me perdoe a ausência temporária.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Até peço, Senador, se me permite – essa nossa PEC que muda o formato do Carf, que está na Agenda Brasil – para V. Exª intervir para nós e ver se, a partir do ano que vem, a gente tenha um novo Carf, que a gente feche aquelas portas, ou melhor, aquelas porteiros da corrupção, porque se essa paridade continuar existindo... O Hugo disse na última vez em que ele esteve aqui conosco que esses processos desses conselheiros eram levados para os escritórios. Lá nos escritórios é que eles davam os pareceres e depois o Hugo – no caso do José Ricardo – é que levava esses processos e os colocava na mesa do conselheiro julgador. Ou seja, não tem como essa coisa funcionar lícitamente. É impossível. Então, vamos acelerar. Eu peço a V. Exª para intervir – V. Exª tem uma força enorme aqui, e não poderia ser diferente – para a gente, a partir do ano que vem, ter um novo Carf. Também há outras proposições da nossa Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, com relação à proposta de emenda à Constituição de autoria de V. Exª, que todos nós desta CPI subscrevemos, ou seja, demos apoio, eu entendo que nós precisamos, rapidamente, trazê-la para a Comissão de Constituição e Justiça, porque é obrigatório passar por ali e, em seguida, levar a Plenário. Vou conversar com o nosso Presidente Renan Calheiros para que nós possamos, na próxima semana, fazer essa distribuição e, a partir daí, dar essa celeridade.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Já está com a relatoria do Senador Delcídio.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Então é só pedir a ele o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Por favor.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Faremos isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Pois bem, eu agradeço a presença do Hugo, mais uma vez. Hugo, você está sempre muito disposto. Agradeço muito a sua presença. Agradeço as informações. Agradeço também a Srª Gegliane Bessa. Espero, Srª Gegliane, que o mais rápido possível a senhora possa retornar à sua vida normal.

Eu repito, Senador José Pimentel: tanto o Hugo quanto a Srª Gegliane foram usados, foram abusados por esses elementos. A Srª Gegliane disse que hoje o sentimento é de raiva. O Sr. Hugo disse que não é só raiva, como também ódio. Então, percebe-se que eles foram realmente usados. Quero agradecer também a presença do Dr. Marcos. Peço-lhe desculpas por algum contratempo. Eu dispense V. Sªs, mais uma vez agradecendo.

Não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada esta aludida reunião.

Acaba de chegar aqui o nosso querido Deputado Florence.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 9 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 48 minutos)

Senador Ataídes Oliveira
Presidente

Comissão de Especialistas com a finalidade de apresentar anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.**ATA DA 8ª REUNIÃO**

Ata Circunstanciada da 8ª Reunião, realizada em 24 de agosto de 2015, às 10 horas e 37 minutos, no Plenário nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a presidência do **Sr. Georges de Moura Ferreira** e com a presença dos membros: **Respício Antônio do Espírito Santo Júnior, Doriedo Luiz dos Prazeres, Antônio Ivaldo Machado de Andrade, Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira, Tércio Ivan de Barros, Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira, Kerlington Pimentel de Freitas, Ronei Saggioro Glanzmann, Ricardo Bisinotto Catanant, Roberto José Silveira Honorato, Cláudio Jorge Pinto Alves, Geraldo Ribeiro Vieira, José Adriano Castanho Ferreira e Carlos Ebner**. Deixaram de comparecer os membros: **Donizeti de Andrade, Maria Helena Fonseca de Souza Rolim, Celso Faria de Souza, Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva, Thiago Pereira Pedroso, Ricardo Nogueira da Silva, Ricardo Bernardi e Fernando Silva Alves de Camargo**. Na oportunidade, ocorreram debates sobre sistema aeroportuário; classificação dos aeródromos quanto à sua certificação; modalidade de exploração; formação e adestramento de pessoal; busca e salvamento; certificação de aeronaves; competência da autoridade aeronáutica para promover a segurança de voo; e perigo baloeiro. A reunião foi suspensa às 12h52, e retomada às 14h23. Após aprovação, a presente Ata será publicada juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Bom dia, senhores.

Convido para tomar lugar à Mesa nosso Vice-Presidente.

Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Especialistas, destinada a apresentar anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.

Coloco em votação a Ata da 6ª Reunião.

Aqueles que a aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovada.

Conforme convocação, esta reunião se destina à conclusão de assuntos pendentes da reunião anterior e à discussão acerca dos seguintes temas:

1) Sistema aeroportuário e classificação dos aeródromos quanto à sua certificação e modalidade de exploração (Grupo 3);

2) Registro Aeronáutico Brasileiro e competência da autoridade aeronáutica para promover a segurança de voo (Grupo 2).

Foi-nos proposto colocarmos em uma pauta a questão do SAR, contribuição feita pelo Kerlington, e também verificaremos que, conforme o decorrer dos debates, teremos a apresentação do Grupo 3 sobre a aeronavegabilidade.

Uma vez que as contribuições já foram abertas, sendo que se aproximam feriados e muitos membros voltados de interesse a esse assunto devem cumprir compromisso até no exterior.

Também gostaria de dar alguns recados por parte da nossa Relatora, que, infelizmente, não pôde estar aqui hoje. Ela teve uma indisposição grave de sábado para domingo, chegou a ser hospitalizada, mas já está em casa. Inclusive, já mandou por e-mail diversas... Ela já fez algumas alterações nas tabelas, inclusive no sistema aeroportuário. Ela já passou as contribuições feitas pelo Sr. Geraldo e também pede para agradecer ao Sr. Geraldo as contribuições feitas.

Ela também pede para avisar que até o dia 16/9 ela já terá uma proposta, um capítulo para o meio ambiente, ou se faz a criação de um novo capítulo dentro do Código para tratar de questões de meio ambiente. Ela pede, por favor, a que todos que fizerem suas contribuições, para que mandem as propostas até sexta-feira, na parte da manhã, porque as inserções serão feitas até sexta-feira, na parte da tarde, uma vez que no fim de semana ela não terá mais disponível o grupo que está dando apoio lá em São Paulo.

Também será feita a discussão se haverá abertura de um capítulo designado Código de Defesa para tratar dos direitos do consumidor dentro do Código Brasileiro de Aeronáutica.

Quero pedir, por favor, que seja feita a abertura, antes de começarmos aqui os debates, sobre uma tabela que eu encaminhei de uma planilha de inclusões e alterações. Por favor.

Na semana passada, nós apresentamos uma tabela que já constituía praticamente 20% das contribuições feitas em relação ao Código.

Dos assuntos que foram abordados então, na segunda-feira passada, essas contribuições foram enviadas por membros dos grupos. Ou seja, nós tivemos propostas de alteração pelo Sr. Kerlington, no art. 28; Sr. Donizete Andrade, 119, 111 e seguintes, basicamente pessoal do grupo de aeronavegabilidade; também

alterações de algumas definições do art. 26, pelo Sr. Doriel do, que praticamente foram exauridas na semana passada, e do art. 30.

Parece também que foi feita uma alteração do art. 40. Parece que o Antonio Ivaldo e o Tércio trocaram alguns e-mails e parece que também chegaram à denominação quanto à redação do art. 40. É isso? Só um minutinho.

O SR. ANTONIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Eu revisei o art. 40 com base nas contribuições durante a reunião da semana passada.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Certo.

Eu queria pedir a abertura da tabela comparativa, por favor. Tabela comparativa geral.

Essa tabela nos chegou hoje às 2h50 da manhã. Quero agradecer novamente ao Dr. Vicente, que tem feito um trabalho exaustivo em cima disso aí. Depois pego o nome dele para novamente constar em ata, como nós pedimos que fosse feito na semana passada.

Dentro da atualidade, o Código Brasileiro de Aeronáutica é composto por 343 artigos. As sugestões de novas redações enviadas já correspondem a um total de 25,07% sobre o total de artigos.

Segundo o Kerlington, que vai falar hoje sobre SAR e que também vai falar alguma coisa sobre pessoal e também as contribuições do Dr. Geraldo, acredito que esse número deve subir rapidamente.

Também vamos discutir na segunda parte aquela tabela daquele cronograma passado a todos, que temos até setembro para fazer o cumprimento. Obviamente, também vou pedir que os grupos se realinhem no sentido de verificar os objetivos e as metas que estão sendo traçadas. Tudo bem?

Então, esta tabela estará disponibilizada aos senhores hoje, já deve ser passada daqui a pouco via e-mail a todos. Só não foi passada hoje porque acordei com o aviso de e-mail, então fui tratar disso aí. O.k.? A Profª Maria Helena pediu que eu aguardasse.

Então, temos aí praticamente três colunas. Inclusive, se os senhores observarem, na primeira coluna constam os artigos vigentes; na segunda coluna, com as partes destacadas, consta a primeira versão das propostas apresentadas; na terceira coluna, com as partes destacadas, constam os textos da segunda versão das propostas, e, na terceira coluna ou com partes destacadas da mesma cor, constam os textos com a terceira visão das propostas. Ou seja, os textos estão evoluindo dentro da primeira proposta que foi passada, da segunda que foi apresentada, da terceira... Aí, a Profª Maria Helena pediu que fosse apreciada a seguinte proposta: assim que atingirmos o número de 50% das propostas apresentadas e apreciadas, será mandado ao grupo jurídico para que seja feita uma análise e que tenhamos, juntamente com os grupos, os artigos de forma definitiva e pronta para final deliberação. Aí, também queremos abrir aqui um segundo momento.

Nós tratamos, semana passada, de alguns assuntos bem polêmicos. Um deles foi a abertura de capital. Pelo que eu sei, o Castanho quer fazer uma apresentação, quer trazer números, quer fazer algumas formulações a respeito do assunto, assim também como outros membros do grupo.

Então, o que podemos trabalhar nesse sentido? Nós podemos abrir uma audiência temática para discutir sobre esse assunto. Ou seja, como nós teremos inclusive muitos membros que viajarão e estarão fora, podemos pegar essas audiências, não por elas estarem mais esvaziadas, até mesmo porque os debates e assuntos serão menores. Por outro lado, temos que lembrar que as audiências aqui são todas públicas e estão sendo gravadas, estão sendo filmadas, estão disponibilizadas, são abertas a convidados, temos as galerias aí, então, vamos abrir esse trabalho dessa planilha temática, no qual podemos conceder, por exemplo, ao grupo que queira debater a questão da abertura de capital, num determinado momento, dentro da reunião, dentro da Comissão, em meia hora, por exemplo, para que seja feita a apresentação, obviamente, com a contrapartida, e podemos aproveitar também para fazer algum red flag, pegar alguns outros temas que sejam de interesse, sobre os quais se queira fazer um debate de forma mais pública.

Obviamente que esse debate, essa planilha temática não vai interferir no trabalho da planilha que nós já fizemos aqui na forma jurídica. Porém, obviamente, senhores, como vivemos um regime democrático dentro da Comissão, conforme já foi decidido, quem sabe o convencimento sobre demais membros possa ser... De certa forma, àqueles que tenham entendimento e estudaram melhor o assunto e quiserem ter uma outra versão dos fatos, obviamente que, no momento de deliberar, poderemos, então, tratar de outra forma e até mesmo deixar dois textos prontos. Porque, se momento da deliberação final, a proposta original não for aceita, obviamente que temos que ter uma segunda proposta pronta e encaminhada para não serem abertos novamente os debates. O.k.?

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Eu gostaria de fazer só uma observação com relação a isso.

Semana passada nós tivemos um assunto ligado exatamente a esse tema, que foi divulgado na mídia de uma maneira que até entendo incorreta. A deliberação naquele dia não foi pela aprovação, reprovação de

100% ou de 20%, foi de encaminhamento para um estudo para se ter noção de como caminharia a partir dali. A mídia divulgou que a Comissão teria aprovado.

Então, que tomemos certos cuidados com relação à divulgação daqui, porque envolve o grupo inteiro e ainda não há uma deliberação. A deliberação pode até vir a ser o contrário disso. Então, compromete os membros, eu creio, que estão aqui fazendo o seu trabalho.

Outra coisa que eu gostaria de propor – se precisar eu trago por escrito – é um requerimento para que... Acho muito válida essa comissão temática, esse dia, enfim, para tratar de um assunto ou desse assunto. Que a gente traga aqui a Comissão de Valores Mobiliários ou alguém para falar sobre o assunto, para que essa Comissão tenha a instrução adequada, direta dos órgãos reguladores econômicos e possa fazer uma avaliação mais aprofundada sobre o assunto, já que, creio, e que todos entendem aqui ser o centro nervoso dessa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Perfeito. Como dissemos, na semana passada a maioria dos membros decidiu que seria encaminhado para um estudo sobre os 100%. Ou seja, a maioria decidiu nesse sentido, como nós falamos.

Houve essa orientação? Sim. Houve uma deliberação? Não. Porque como já foi dito a mim pela Consultoria do Senado, a única deliberação que faremos é ao final. Ou seja, quando, então, realmente teremos o resultado final aprovado por todos.

Houve, sim, encaminhamento para o estudo sobre 100% do capital. Sim. Aprovação não houve. Agora, obviamente que a mídia se autocontrola. Às vezes a maneira como querem chamar a atenção, de uma forma... Eu mesmo recebi alguns elogios, mas também recebi, como dizemos na aviação, alguns catrapos sobre essa posição da Comissão, porque a sociedade reage obviamente. Como todos os membros aqui estão cada vez mais públicos, até mesmo pela divulgação que tem a Comissão na imprensa, obviamente que seremos asseidiados tanto para elogios como também para questionamentos. Às vezes, nem sempre de forma tão educada.

Assim sendo, senhores, algo mais para colocar sobre esses assuntos? (Pausa.)

Vamos passar adiante, então, por favor?

Senhores, eu gostaria de voltar ao assunto que encerramos na semana passada que, salvo engano, foi sobre o art. 30, digo, art. 28. Por favor, abaixo na tabela o art. 28.

Bem, sobre esse assunto, senhores – inclusive, vamos entrar na questão das autoridades –, nós recebemos aqui do Sr. Flademir Candido da Silva, através do site e-Cidadania, uma proposta ou um questionamento para o grupo. Eu estou vendo que vamos entrar nesse assunto.

Na última sessão o Cel. Fernando fechou sua brilhante explanação com a frase: “Não desconfie do mundo. Mas, na questão das autoridades do setor, o Brasil é o único país onde persiste a dualidade entre autoridade aeronáutica e de aviação civil.” Não está na hora do Brasil se ajustar?

Bem, acredito que esse trabalho está sendo feito e, ao longo desses trabalhos, o Flademir terá a resposta que procura, e nós também.

Senhores, para o art. 28 temos ali duas propostas. Qual é o grupo responsável e quem está fazendo a apresentação desse tema? (Pausa.)

Grupo 3, Transporte Aéreo.

O Grupo 3, Transporte Aéreo, chegou a algum denominador em relação ao art. 28, sobre os aeródromos civis e militares, públicos ou privados?

Desculpe-me, Professor.

O SR. RESPÍCIO ANTONIO DO ESPIRITO SANTO JÚNIOR – Até onde eu saiba, uma posição única, fechada, não.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Não.

Certo.

Alguém quer fazer algum comentário sobre a matéria? (Pausa.)

Pois não, Dr. Geraldo. O senhor pode, por favor, acionar aí?

O SR. GERALDO VIEIRA – Presidente, nós encaminhamos à Abear (Associação Brasileira de Empresas Aéreas) uma sugestão, nesse final de semana, fora do prazo acordado com a relatoria.

Foi encaminhado no domingo, ontem à tarde, e essa proposta é abrangente para todo sistema aeroportuário brasileiro, que é o primeiro capítulo do título do Código que trata da infraestrutura aeronáutica.

O Capítulo 1 trata da estruturação do setor. Estamos trazendo uma proposta bem avançada em relação ao que existe hoje no CBA. Eu gostaria de verificar com o senhor se é possível caminharmos nesse assunto, fazermos a discussão já considerando a proposta que encaminhamos, porque abrange esses sistemas todos que estão em debate com relação ao que nós entendemos sobre categorias de aeroportos ou regime jurídico de outorga.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Desculpe-me, Dr. Geraldo. Vamos levar em consideração os trabalhos entregues pelo senhor. Mas o que eu proponho, acho interessante que, dentro do que nós temos, pelo menos definirmos essa posição agora. Obviamente que será colocada a posição do senhor. O.k.?

As contribuições do senhor não serão colocadas à parte. Nós só pedimos agora que os membros, sentindo-se já em condição para que possam debater ou pelo menos aprimorar, porque, de repente, é algo que está bem próximo à proposta do senhor. O.k.?

Então, senhores, em relação ao art. 28, a questão dos aeródromos civis ou militares. Temos uma proposta, devido às últimas colaborações feitas na reunião passada, que classificam os aeródromos não como civis e militares, mas apenas como público ou privados. Os senhores anuem com essa condição?

O SR. GERALDO VIEIRA – Eu acho...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Pois não.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES (Fora do microfone.) – Eu mandei uma proposta para essa das 28, que havia incluído as correções que ele e o Coronel sugeriram.

O 28 estão obsoleto.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Está obsoleto o 28?

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES (Fora do microfone.) – Havia aqui a inclusão dos demais...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Licença. Espera. Dorieldo, só um pouquinho.

Já tem a inscrição do Brigadeiro, e aí o senhor tem a palavra.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Deixa. Está todo mundo...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Não, é que tem de ser gravado. Ligou. Liberou. Pronto.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Eu encaminhei uma sugestão para o art. 28, que foi uma reformulação na última seção, que mudava a redação da última linha e incluía um parágrafo único. Essa nova redação não foi inserida ali, porque, nas últimas discussões, houve esse questionamento, e eu clareei mais, para dizer que o aeródromo de uso privativo não é equivalente ao de uso militar. São naturezas distintas. Então, aquele “ou” ali eu coloquei antes: o de uso privado ou de uso militar, para não entender que há equivalência. Esse “ou” ali é um “ou” de equivalência, praticamente isso.

E foi inserido um parágrafo único, explicativo também, do que se entende por aeródromo de uso privativo e do que se entende por infraestrutura de uso militar. É uma pena que não tenha sido incluído na tabela, mas eu enviei.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Pois não, Brigadeiro Gustavo.

O SR. GERALDO VIEIRA – Presidente, por gentileza. Nós não estamos conseguindo abrir essa tabela aqui.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Desculpe. Essa tabela chegou para nós às 2h50 da manhã. Então, não a encaminhei para o grupo ainda, mas a secretaria vai encaminhar por e-mail a todos.

O SR. GERALDO VIEIRA – Daqui não dá para fazer a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Se for possível pedir para alguém imprimir...

Sim, Brigadeiro.

O SR. GUSTAVO ADOLFO CAMARGO DE OLIVEIRA – O que a gente perdeu... Esse texto em verde acho que está aceitável.

A única questão que tenho é com relação ao §4º, uma coisa que foi perdida na hora em que a gente passou...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GUSTAVO ADOLFO CAMARGO DE OLIVEIRA – O 4º está embaixo.

Na hora em que se fala que os aeródromos públicos são classificados em civis e militares, a gente não falou que os aeródromos militares, em geral, são de uso restrito. Então, é a única coisa que eu sugeriria é que, “em civis e militares, os aeródromos militares são, em geral, de uso restrito”.

Aí, de uso restrito, em cima se aponta que se pode liberar o uso público de uso restrito para outros...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Só um minuto, que aí eu já até abro aqui e faço essa... Isso já foi mandado, não é?

O SR. GUSTAVO ADOLFO CAMARGO DE OLIVEIRA – Já enviei.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Enviou?

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Isso é na proposta verde: §4º.

O SR. GUSTAVO ADOLFO CAMARGO DE OLIVEIRA – É que está um pouquinho diferente do que eu escrevi no e-mail. Na minha proposta, eu tinha colocado um §5º, mas ia colocar uma vírgula...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O.k. Só um instante.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS (Fora do microfone.) – Sr. Presidente, enquanto o senhor procura, eu posso falar aqui?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Pode, fique à vontade.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Em relação à nossa proposta, na verdade, tivemos até uma reunião no grupo de estudos do ITA, com a presença do Presidente, na quinta-feira passada, em São José, e tivemos oportunidade de debater juridicamente essas questões de uso e de natureza jurídica.

Então, na verdade, é só imaginar um quadro; só imaginar um esquema: aeródromos são públicos e privados. Quer dizer, a natureza jurídica deles é pública ou privada. Vamos pegar agora o público e abrir mais uma forquilha: os públicos se dividem em civis e militares, natureza jurídica. Nós não podemos confundir natureza jurídica com destinação, com uso.

Então, podemos dizer que o aeródromo público é de uso restrito, como é o caso do militar. Então, é só isso que se está separando aqui: a natureza jurídica diferente da política de uso. Um aeródromo público pode ter natureza de uso... Por exemplo, um público, de hospital, é público, mas ele tem uso restrito: não posso desembarcar passageiro com mala, etc.

Então, só essa é a orientação que justificou nossa escrita ali.

O SR. ANTONIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Eu tenho um comentário sobre o assunto. Não sou especialista em Direito, mas, no processo de certificação de determinada oficina de manutenção – isso é um fato que aconteceu comigo alguns anos atrás –, quando fui fazer a certificação da oficina de manutenção na autoridade aeronáutica, na Anac, a resposta que obtive da Anac é que eu não poderia certificar a oficina de manutenção porque o aeródromo era privado. Ele tinha um proprietário que era dono daquele aeródromo. Então, não era possível certificar a oficina de manutenção.

Na época, conversando com a Anac, a solução a que nós chegamos, de consenso, foi que o proprietário do aeródromo emitiu uma carta de próprio punho falando que, apesar de aquele aeródromo ser privado, ele era de uso público, e, a partir daquela carta de próprio punho, a Anac autorizou o início do processo de certificação da oficina.

Então, estou falando que, sobre ser público ou privado, para mim não faz tanta diferença. A minha preocupação nesse ponto é quando eu quiser certificar uma oficina de manutenção num aeródromo que seja de propriedade privada, como o Código Brasileiro de Aeronáutica vai olhar para isso?

Essa é minha grande dúvida. Só isso.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Na verdade, é uma relação comercial. Não tem nada a ver com Aeronáutica isso. Isso é uma relação privada: se você tem um espaço privado, e aquilo pertence a alguém, você tem de ter uma relação comercial com o proprietário. Vamos supor: eu sou o dono do aeródromo; você alugou o espaço com um fim. É relação comercial. Não é relação aeronáutica. E, muitas vezes também, o regulador não consegue entender as questões jurídicas, porque a maioria das pessoas, por exemplo, que está lá são engenheiros, são administradores, enfim. Mas, a rigor, não tem problema algum, tanto que não era necessária a autorização do proprietário, porque ele já aquiesceu quando você alugou. Então, a rigor, isso não seria necessário.

O SR. ANTONIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Na realidade, a pista era dele, e a oficina era dele também.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – É.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sr. Glanzmann, por favor.

O SR. RONEI SAGGIORO GLANZMANN – Obrigado. Bom dia, pessoal.

O que acontece? Eu tenho uma certa preocupação com essa questão da natureza jurídica dos aeródromos versus a questão da exploração do uso desse aeródromo, porque entendo que, se a gente for pelo caminho da natureza, a gente pode estar criando algum tipo de problema com os preceitos da prestação do serviço público.

Nos aeródromos públicos – esta é uma pergunta para o Kerlington –, é necessariamente prestado serviço público? Por exemplo, num aeródromo militar, ao classificá-lo como público, ele presta um serviço público?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Um minutinho. O Dr. Geraldo pediu a palavra.

Dr. Geraldo, por favor.

O SR. GERALDO VIEIRA – Eu creio que há um equívoco aqui na discussão, no que se propõe...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GERALDO VIEIRA – Eu creio que há uma questão essencial, primeira: nosso CBA não está disciplinando aeródromo militar. Faz-se hoje uma distinção para esferas diferentes de autoridade. O que o Código faz hoje, e acho que é um modelo adequado, nós não estamos aqui tratando da natureza jurídica do aeródromo.

Nós estamos tratando, nessa classificação, para facilitar a ordenação da disciplina legal que vem posteriormente, estamos classificando aeródromos por destinação.

Aqui, o CBA não está discutindo natureza jurídica, e a observação dele é absolutamente pertinente. Temos que discutir aqui, feita a classificação civil e militar, é o regime de exploração do aeródromo, porque temos que avançar definindo o regime de exploração. Então, eu vou ter aeródromos explorados em regime público, sujeitos a normas gerais da Lei de Concessão, e aeródromos privados, que podem exercer uma exploração de tráfego, que abrange também parte do tráfego atendido pelo aeródromo público.

Então, parece-me que podemos aprofundar essa discussão, entendendo que estamos fazendo uma classificação pela destinação, pelo uso do aeródromo. Não estamos aqui discutindo a natureza jurídica do uso, nem a natureza jurídica da exploração. É mais ou menos na direção do que foi sustentado pelo colega.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Inevitavelmente, a gente está construindo um Código. Tudo o que tem no Código prescreve a natureza jurídica de tudo. É impossível eu tratar de qualquer assunto dentro de um código que eu não trate a natureza jurídica dele.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – A rigor, estou falando a rigor.

Agora, se os senhores entenderem...

Na verdade, no Brasil só e na Espanha trata-se, se não me engano, de público e militar. O mundo todo navega no que a gente propôs. Então, como a gente está olhando também para fora, tentando uniformizar isso, a rigor, não vai haver problema algum, Ronei, porque o militar é espécie do gênero público. Você entende? Mas é um público especial. Eu digo que quando a gente fala de público é macro. Aí, dentro do guarda-chuva público, há um monte de coisas, um monte de especificações.

Então, a rigor isso não vai ser problema. Eu sugeri apenas uma melhor redação, olhando para fora, pois o mundo está fazendo isso, doutor. E, quando se coloca a questão do uso, difere-se da questão da natureza jurídica, porque, se colocar isso aqui – e não tem problema colocar – vai continuar tendo a mesma natureza jurídica. Quando o juiz for interpretar isso em alguma lide, ele vai entender que a natureza jurídica, por exemplo, de um aeródromo militar, é pública, mas é restrita.

Somente isso, mas, a rigor, na prática, não muda nada. Só a melhor redação dada para a questão de teologia jurídica é a questão de dividir entre público e privado, espécie de gênero. A rigor, não muda nada, mas está aí.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Nós temos aqui duas inscrições, o Cysneiros e o Castanho, na ordem.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Para mim, muda tudo, Kerlington. Tudo, porque, se você põe uma infraestrutura militar como de uso público... Primeiramente, eu não vi nenhuma redação... Se você quiser apresentar, pode mostrar...

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS (Fora do microfone.) – Eu mandei...

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Não, não. Eu não li em nenhum lugar, Kerlington, que se refira a aeródromo militar como espécie de aeródromo público.

E, depois, muda tudo, sim. Se eu estou dizendo que um aeródromo militar vai ser de uso público, qualquer pessoa que tenha uma empresa aérea pode pedir para realizar voo para aquela infraestrutura. E outra: ela deixará de ser uma infraestrutura de uso privativo da força aérea, para o fim de defesa, porque a infraestrutura militar foi criada para prestar serviço de defesa. Existe uma diferença entre o serviço de defesa, que as Forças Armadas prestam para nós, cidadãos, para o País, e o serviço aéreo, que é o transporte de passageiros, cargas e correio.

Então, se eu estou dizendo que aquela infraestrutura militar é de uso público, no dia de amanhã, qualquer empresa aérea aqui representada pela Abear pode ir à Anac e dizer que quer realizar um voo para a Base Aérea de Santa Cruz, ou para São Gabriel da Cachoeira. E o Comando, se tiver outro propósito para aquele aeroporto, vai poder negar? “Mas você disse que ele é de uso público. Então, se é, eu posso realizar voos para lá”. E aí nós vamos passar a ter conflitos entre o serviço de defesa, que o Comando presta, as Forças Armadas prestam, e o atendimento à sociedade, que é o serviço aéreo.

Estamos tratando aqui, o nosso Código está se dedicando ao serviço de aviação. Concordo plenamente com as ponderações que o Geraldo fez. Aqui, não estamos discutindo serviço de defesa. Pode até ser discutido numa outra lei, mas o fim e o propósito do Código Brasileiro de Aeronáutica, aqui, é a aviação. E, se o serviço público é para a aviação, e você determina que uma infraestrutura aeronáutica vai atender a aviação, futuramente, haverá conflitos com o serviço das Forças Armadas.

Agora, se a Comissão quiser aprovar, ela é soberana. Estou apenas fazendo essas ponderações, porque, se mudarmos isso, futuramente teremos muitos problemas.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Cysneiros, por favor.

O SR. HUGO JOSÉ SARUBBI CYSNEIROS DE OLIVEIRA – Bom dia a todos.

Faço aqui duas observações bem rápidas. Primeiro, imagino que, antes de usar a palavra “público” ou mesmo “privado”, a gente precisa explicar para que finalidade a gente está criando essa classificação. Por quê? Classificar um bem – e um aeródromo é um bem – como público ou privado, na mente do juiz, pode ser facilmente interpretado como uma classificação sob aquela ótica de saber se um bem é público para fins públicos; público para fins privados; se é um bem privado... E por aí vai: bens da União de uma maneira geral. Então, a gente pode estar tentando acertar em um alvo e, sem querer, terminar atirando em outro, e isso pode gerar certo problema no futuro.

Portanto, eu começaria essa classificação já dizendo: “sob a ótica da finalidade, ou do modelo de exploração, ou do...”, o aeroporto ou o aeródromo poderá ser classificado como público ou como privado. Isso para não se confundir, e aí, sim, seria a natureza jurídica no sentido de propriedade daquele bem. Ninguém aqui está discutindo propriedade. Não é verdade? Mas, se a gente, de cara, já disser que o aeródromo poderá ser público ou privado, para um terceiro... E a gente tem de imaginar esse terceiro um juiz, sem nenhum tipo de crítica ou preconceito ao juiz. Mas quem já milita na área sabe que, muitas vezes, é preciso explicar para o juiz que o regime jurídico de determinada questão é muito distinto de outras coisas. Então, seria bom dizer sob que ótica essa classificação está sendo feita.

E aí vem, respondendo uma pergunta que o Ronei fez, se um aeródromo privado é privado por não ter serviços públicos, eu acho que essa classificação, por exemplo, não seria a mais adequada, porque, no final das contas, a aviação, de maneira genérica, é um tema público. Um aeródromo privado tem, sim, o seu interesse público ali. Por quê? Porque a atividade aeronáutica é uma atividade que tem, no seu pano de fundo, o interesse do Estado, independentemente de para que ela serve.

Então, talvez, eu acho que a forma mais próxima seja o que o Dr. Geraldo falou. Não sei se entendi corretamente, mas seria focando mais no modo de exploração do aeródromo.

O SR. GERALDO VIEIRA (Fora do microfone.) – Tudo se resume ao regime de exploração...

O SR. HUGO JOSÉ SARUBBI CYSNEIROS DE OLIVEIRA – Ao regime de exploração do aeródromo do que...

O SR. GERALDO VIEIRA (Fora do microfone.) – Se nós mantivermos no sistema o modelo do atual Código, nós vamos ficar absolutamente defasados no que se refere a telecomunicações, a portos, a ferrovias...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Está ligado o seu microfone, Dr. Geraldo?

O SR. GERALDO VIEIRA – O que nós temos é de nos preocupar com o regime de exploração. Civil e militar é mera classificação didática, porque temos aqui aeroportos compartilhados. Temos aeroportos que são bases áreas: Brasília, Galeão. Então, ao definir o regime de exploração, estamos definindo aqui a jurisdição das respectivas autoridades.

Creio que não dá para atuar a natureza jurídica pública ou privada como um sistema que possamos adotar, que seja compatível inclusive com a reforma constitucional. Não estamos discutindo a natureza jurídica do bem, até porque esse Código tem uma disposição, a dizer que os aeroportos são universalidades, equiparadas a bens públicos federais. Isso tem um sentido, e vamos discutir isso no momento próprio.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Castanho.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Eu só gostaria de fazer uma sugestão, até como leigo, mas que participa do sistema, que usa o sistema. E se fizéssemos – a título de sugestão, e os advogados vão poder dizer se é possível ou não – uma separação entre público, privado e militar? Estender essa terceira linha, e, aí, dentro do militar, colocam-se as possibilidades, a título de exceção.

O SR. GERALDO VIEIRA – Eu sou contrário. Estaríamos criando um próprio alçapão para cair. Essa discussão não é relevante. Para efeito da destinação, uso militar é uma coisa, e civil é outra. Quando discutirmos o uso civil, vamos discutir, nos vários tipos de aeródromos, qual o regime jurídico de exploração.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Bom, em relação a esse assunto, faremos o seguinte: o Doriello fez uma inserção, uma apresentação em cima dele, assim como o Dr. Geraldo. E o Doriello, então, vai ficar encarregado de colocar essas inserções, tanto a dele quanto a...

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES (Fora do microfone.) – Acho que dá para acrescentar. Tem ali a inserção do Dr. Geraldo...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Dr. Geraldo, o senhor já apresentou sua inserção via pen drive?

O SR. GERALDO VIEIRA – Desculpe-me, não ouvi.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O senhor apresentou via pen drive?

O SR. GERALDO VIEIRA – O meu pen drive eu entreguei à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Está lá?

O SR. GERALDO VIEIRA – E...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Já tem ali esse art. 28?

O SR. GERALDO VIEIRA – Tem todo o sistema aeroportuário. A parte da classificação e organização do sistema está proposta.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Se puder abrir, só para nós vermos o art. 28. Por favor. (Pausa.)

Sim, Cysneiros.

O SR. HUGO JOSÉ SARUBBI CYSNEIROS DE OLIVEIRA – Rapidamente.

Código Civil, art. 98:

Art. 98. São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.

Então, veja que a lei civil só admite dois tipos de bens: públicos e particulares, não é nem privados. Então, não dá para correr o risco de colocar um artigo de lei e o juiz interpretar que a gente está especializando essa classificação do Código Civil. É por isso que eu acho que, quando a redação for dada, ela deverá começar já dizendo que “para fins de [...] os aeródromos poderão ser classificados como [...]”.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Bom, então, segundo a proposta do Dr. Geraldo: “Nenhum aeródromo civil poderá ser construído, administrado ou explorado sem prévia autorização ou concessão.” Esse é o art. 30.

O SR. GERALDO VIEIRA – Presidente, eu não fiz a correlação amarrando com o CBA porque é impossível. Nós vamos criar novos artigos...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Isso vai ser reformatado.

O SR. GERALDO VIEIRA – Desculpe-me. Talvez tenha sido uma falha minha. Não há como correlacionar. Eu entendo assim: como todos aqui são especialistas em aviação civil, todos conhecem o Código Brasileiro de Aeronáutica, eu achei mais lógico, mais prudente nós tratarmos o capítulo inteiro do sistema aeroportuário sem a preocupação de correlacionar com as disposições do Código atual.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Isso aí, na tabela que estamos trabalhando, vai ser mesurado. Obviamente, isso aí vai ser colocado conforme...

O SR. GERALDO VIEIRA – Se for fracionado, vai perder a lógica da sistematização.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Às vezes, lá em São Paulo o pessoal trabalha *pari passu* com o senhor e vê, mais ou menos, como é que... Porque essa organização ainda está em aberto. Vamos ver como nós chegamos a essa organização, se dá para fazer essa comparação entre códigos, porque alguns artigos serão suprimidos e, obviamente, alguns serão acrescentados. Então, essa ordem ainda não nos preocupa.

Esse art. 30 seria qual? O 28.

O SR. GERALDO VIEIRA – O art. 30 do atual Código?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Seria relativo a qual do senhor aí?

O SR. GERALDO VIEIRA – Eu não fiz a comparação. Vou fazer agora, neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Seria o art. 28, não é? Seria correspondente a qual da revisão do senhor?

O SR. GERALDO VIEIRA – O art. 30 diz que nenhum aeródromo civil...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Não, não.

O SR. GERALDO VIEIRA – O 28?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Os aeródromos são classificados em civis e militares. Qual a correlação que tem com o trabalho do senhor? (Pausa.)

O SR. GERALDO VIEIRA – Olha, eu... Nós fizemos um trabalho diferente. O art. 26 define as várias formas de aeródromos e, no final, nos parágrafos, por necessidade de consolidação... Nos parágrafos do art. 27 nós tratamos do que é aeródromo civil, nós definimos o que é aeródromo militar e o que é aeródromo civil.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Coloca o art. 27, por favor, na tabela.

O SR. GERALDO VIEIRA – E regulamentamos, nos parágrafos, nas definições – nos pareceu mais adequado tratar a matéria dessa forma... É o art. 27 da proposta. “Para os fins desta lei, considera-se aeródromo...” Aí vem a definição de aeródromo, de aeródromo civil e a definição de aeródromo militar. A partir daí, a classificação diz respeito ao regime de exploração. Mas lá no final, nos parágrafos, se o senhor vir os §§1º, 2º e 3º... (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim. (Pausa.)

O SR. GERALDO VIEIRA – ..., eles... Os §§ 1º e 2º tratam da matéria. E, a partir daí, nós não tratamos mais, no Código, de aeródromo militar. E nós eliminamos, no Código, também a possibilidade de uso de aeródromos civis ou aeroportos pelo militar porque achamos que está na norma que define segurança nacional, estado de defesa e estado de sítio o uso militar do aeródromo civil.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Perfeito.

Inclusive, aqui, na nossa tabela, nós até já suprimimos o art. 29, uma vez que a classificação já tinha sido colocada no bojo do art. 28.

O art. 29 simplesmente fala que os aeródromos civis são classificados em públicos e militares e colocamos isso no bojo do art. 28. O.k.?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Pois não, Brigadeiro.

O SR. GUSTAVO ADOLFO CAMARGO DE OLIVEIRA – Pelo que eu vi rapidamente... Não pude ver a proposta detalhadamente, mas entendo que ela está muito consistente. A gente só precisa dar uma olhada com mais carinho.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim, senhor.

O SR. GUSTAVO ADOLFO CAMARGO DE OLIVEIRA – E talvez haja um tempo para discutir e apresentar na próxima reunião, sei lá.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Perfeito. Sem problema.

É aquilo que eu disse. O Dr. Geraldo deu uma contribuição muito relevante. Nós vamos, inclusive, inserir as propostas dele na tabela, nessa tabela que nós estamos acompanhando. Chegou um pouco tardio, mas, obviamente, nós analisaremos isso, porque essa é uma questão que merece uma atenção muito especial.

Podemos voltar para a tabela original?

O SR. GERALDO VIEIRA – Presidente, acho que nós vamos ter aí nos nossos debates, sempre, essa dificuldade de correlacionar o que nós queremos mudar, inovar, modernizar com o que está no Código. O CBA nos colocou numa saia justa desde 1986. Ele foi, basicamente, elaborado e pensado em 1982, ainda num modelo nacional estatal desenvolvimentista. Então, os autores do Código olhavam para o segmento como um segmento público a ser explorado monopolizadamente pela União Federal e organizaram as funções dentro desse modelo que significava a opção por uma matriz política.

Se nós formos, aqui, adotar rigorosamente... Nós podemos usar a estrutura do Código no que se refere aos assuntos que o Código está disciplinando, mas comparar, artigo por artigo, o que se tem e o que se pretende fazer vai ser praticamente impossível.

Então, acho que a oferta de sugestão a respeito do tema nos alavanca mais e nos tira desse modelo engessado do CBA, que cumpriu sua função excelentemente no passado, mas que está absolutamente divorciado das formas jurídicas adotadas hoje em outros segmentos de atividade econômica. O Código não nos dá nem os fundamentos nem as bases que nós... Mediante simples alteração de artigo, está a consertar, modernizar e inovar. Daí a dificuldade que eu tive, embora eu tenha uma experiência de mais de 30 anos em trabalho com o Congresso Nacional, em fazer oferta por tema.

O que foi feito com o Sipaer é ótimo. Nós estamos tratando ali do sistema de preventivos, e ficou excelente, porque ficou harmônico, e comparar isso com o que está no Código... Não nos auxilia em nada comparar, porque nós conhecemos o Código.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Nós concordamos com o senhor, tanto que o desenho da nossa Comissão realmente não está preso ao modelo atual do Código, tanto que, desde o início, nós dividimos os grupos de trabalho seguindo orientação da Convenção de Chicago, de 1944, e, depois, dentro dos assuntos técnicos... Obviamente, o Código delineia apenas um *pari passu*. É aquilo que eu falei. Obviamente, as alterações serão feitas e as adaptações serão colocadas.

Eu vou passar a palavra para o Respício, mas uma coisa importante que eu vejo é a seguinte: não sei se foi feito... Talvez o Código de 86/82 tenha sido feito dentro de uma política pública, definido dentro de um modelo industrial, voltado dentro de um modelo industrial, aparentemente. Não sei se há algum resquício em cima disso ou se isso criou um excesso de regulamentação, mas o meu sonho é que, se fosse realmente feito um código... Aí, entra a mão do Catanant, entra na mão de outras pessoas, para verificar em relação ao modelo que esse código pode dar... Se ele puder envolver uma política pública desenvolvimentista e inclusiva para a aviação, para mim, seria excelente. Eu acho que é desse modelo que temos que ir atrás. Eu acho que é para isso que estamos trabalhando. Se der para desenhar uma política pública voltada nesse sentido dentro do Código, dentro do trabalho que nós fizemos, perfeito.

Agora, nós já estamos atentos às colocações de que o senhor falou, e é realmente difícil comparar artigo por artigo dentro do que nós queremos mudar. Mas acho que vamos chegar, ao final, a um denominador.

Respício.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – A luzinha aqui não acende mais.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Ela está com um delay. É porque está dando um...

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – A gente tem que se balizar pelo áudio da sala, porque a luzinha...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Tem que se balizar pelo áudio, esperar a luzinha acender, e ficar esperto quando ela apaga, porque quero lembrar que tudo que é dito aqui é gravado.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Sim, sim. É porque tem um bichinho que deve ir e voltar. Ele está com a perninha doendo e demora para ir e voltar. É segunda-feira...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Acho que já ligou.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Já ligou.

Concordando com o que você falou e, ao mesmo tempo, concordando com o que o Geraldo falou, eu não fiquei nem um pouco satisfeito desde o início e não estou confortável até agora em ler artigo por artigo, até mesmo porque, na minha fala do dia 12 de dezembro de 2012, na última audiência pública da Subcomissão de Aviação Civil, eu levantei uma folha em branco e falei “é aqui que deve começar o novo Código Brasileiro de Aeronáutica”.

Eu estava conversando aqui rapidamente com o Ronei. Uma sugestão: que tal passarmos a chamar esses aeroportos militares, termo que também me causa um estranhamento bastante profundo, de bases aéreas militares, que é o que eles verdadeiramente são? Se nós começarmos a rotular de uma forma bem mais particular, some o “aeroporto militar” aí rapidinho. Por quê? Porque, na minha opinião, isso aqui é um código de aviação civil, não um código de aviação militar. Esta é a minha visão do que estamos fazendo aqui: nós estamos reformando, nós estamos modernizando algo que é para a aviação civil. Então, para que introduzir esse termo, um termo “frankenstein” mesmo, “aeroporto”, que é totalmente virado para a aviação civil, “militar”, que é totalmente virado para a parte militar, juntando dois termos que não têm nada a ver um com o outro. Então, por que não começar a colocar “base aérea militar” em algum ponto que seja absolutamente necessário? Esta é a minha visão.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Perfeito.

O SR. GUSTAVO ADOLFO CAMARGO DE OLIVEIRA – Eu posso responder.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Pois não.

O SR. GUSTAVO ADOLFO CAMARGO DE OLIVEIRA – A gente está falando de aeródromo, e é mais ou menos a mesma coisa. Nem todo aeródromo militar tem uma base aérea associada, porque a base aérea é a infraestrutura adicional ao aeródromo, assim como um aeroporto tem uma infraestrutura adicional ao aeródromo para tratar do passageiro e de outras coisas.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Está na hora de mudarmos isso também. Estamos aqui com a oportunidade de mudar isso. Nos Estados Unidos, você tem bases aéreas compartilhadas de Air National Guard e tudo mais. O americano é bem específico quando fala de aeródromos, airports e airbases.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sr. Geraldo.

O SR. GERALDO VIEIRA – Na realidade, isso foi bem feito lá atrás. O legislador, quando fez a classificação em civil e militar, deixou bem claro o que é aeródromo militar e o que é aeródromo civil. Quando ele trata de aeroporto, ele quis se referir aos aeródromos civis, não aos militares. Isso está claro no Código.

Mas eu acho também – concordo com o Respício – que não há prejuízo algum que se... Base aérea militar é base aérea, civil e militar não existe. Base é base, é uma expressão bem definida. Eu, por exemplo, acho que a definição como aeródromo militar me satisfaz do ponto de vista legal. Acho que daí não decorre dificuldade na classificação, porque nós não temos base aérea civil. Acho que chamar de base aérea atualiza, fica mais compatível com os textos das convenções. Não vejo preocupação alguma. Na realidade, o aeródromo militar entra aqui por uma única razão: porque nós estamos fazendo uma norma para a aviação civil e porque, circunstancialmente, no Brasil, nós temos alguns aeródromos civis, públicos ou privados, que são compartilhados com o uso militar.

A definição é importante só para definir a jurisdição das autoridades envolvidas. Quando da criação da Anac, na Lei nº 11.182, já havia a preocupação de se definir, na norma, ato conjunto, quando houver compartilhamento... Eu penso que pode se adotar a expressão “base”, Respício, mas num único artigo, para dizer que o Código é civil, que a atividade militar é outra coisa. Quando elas se misturam pelo uso do mesmo espaço físico, nós temos que ter coordenação das autoridades envolvidas, a civil e a militar. Nada além disso. O resto é questão de defesa nacional, de segurança nacional, de uso militar.

Outro ponto que temos que deixar claro é a questão do controle do espaço aéreo. Isso vem de um raciocínio político no Brasil. Criou-se o Ministério da Defesa, transferiram-se as atribuições do Ministério da Aeronáutica para o Comando da Aeronáutica, mas, na realidade, quem faz uso e exerce poder normativo é o Decea.

Então, essas questões da organização do Estado, de como ele se organiza, são questões de que devemos ter o cuidado de tratar o mínimo possível no Estado e deixar para lei própria. Tanto que, nas minhas propostas, não falo mais em Anac ou em SAC. Não há por que falar nisso, porque essas coisas mudam. Amanhã, muda o Presidente, aí muda o nome de ministérios, muda o nome do órgão. Nós fazemos uma lei que já nasce desatualizada. A lei, essa que estamos tentando melhorar em relação ao modelo lá de trás, é uma lei que se pretende fazer para durar mais 20 ou 30 anos. Então, tudo que se denomina que não seja pelo gênero desatualiza a lei imediatamente e leva aos conflitos.

Nós temos, aqui, nessa parte da classificação, uma preocupação básica nesse Código diz respeito – e aí é que está a questão – a como explorar aeroporto e aeródromo civil e qual a relação que vamos ter com o consumo, porque o transporte aéreo virou transporte de massa. O resto é fazer errando o mínimo possível. É atualizar o que foi feito com uma visão de 50 anos atrás. Essa é a visão do CBA, que é uma cópia literal do Código Brasileiro do Ar.

Então, nós estamos aqui defasados pelo menos 60 anos no que se refere à produção de um texto que acolha e possibilite a modernização e a expansão do setor e a participação dos capitais privados. Essa é a questão. É por isso que a questão essencial, quando se classifica, diz respeito, necessariamente, ao regime de uso. Essa é a discussão que temos que fazer logo em seguida.

É por isso que acho complicado, Respício... Não é preciso ser advogado, não. Você é um advogado ad hoc, você é um professor especializado e conhece a matéria com profundidade e acompanha os dramas que o setor vive hoje, as disfunções institucionais e estruturais.

De maneira que fazer oferta de sugestão de mudança atrelado a um modelo que nos deixa numa saia justa... Nós estamos aqui a comparar artigo com artigo para verificar se vai uma vírgula a mais ou a menos? Não! A nossa tarefa aqui é produzir um texto que sirva à Nação, ao País, que seja moderno, e nós não vamos conseguir isso comparando artigos. No máximo, se adotarmos a estrutura do Código, uma estrutura de divisão de matérias, pelo menos vamos ficar com a liberdade de trabalhar por matéria, por segmento, por capítulo, por seção. Mas, comparando por artigo, por parágrafo, não vamos chegar a lugar algum. As discussões vão se eternizar e não vamos ter condições de produzir algo que seja valioso.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Eu acredito no seguinte: mais importante do que a discussão – obviamente é importante trazermos as discussões aqui, as discussões aqui se dão em alto nível –, mas seria mais importante que os grupos conversassem entre si e, conversassem com a relatoria e que já viéssemos com os pontos praticamente debelados e as dúvidas retiradas. Ou seja, é importante fazer um estudo prévio. Eu acredito que, agora, com o Dr. Geraldo dentro, com as pessoas mais concatenadas em fazer essas discussões, em fazer essas incisões, espero que isso realmente aconteça, porque, se nós formos ler um por um, se formos debater um por um, sem que tenha realmente um estudo prévio, um comprometimento de trazer aqui, poderemos ficar aqui três anos e a coisa não sairá. Mas, com certeza, os membros aqui têm essa sensibilidade e vamos trabalhar em prol disso aí.

Só um minutinho, porque foi feita a inscrição do Brigadeiro Gustavo e do Antônio. Depois, passarei a palavra ao Doriêdo.

O SR. GUSTAVO ADOLFO CAMARGO DE OLIVEIRA – Mais uma vez, concordo com a colocação do Dr. Geraldo. Eu acho que o Código atual faz a diferenciação entre aeródromo e aeroporto. E eu acho que essa diferenciação tem que ser mantida. É a mesma diferenciação entre aeródromo e base aérea, porque uma base aérea é, normalmente, uma infraestrutura associada a um aeródromo. Então, existem aeródromos militares que não têm base aérea e existem aeródromos civis que não têm aeroporto. É por isso que estou dizendo que não é próprio que chamemos de base militar, mas de aeródromo militar.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – É só para lembrar que lá no início da Comissão, desde o início a gente começou a trabalhar uma estrutura própria. Para ter uma estrutura própria, a gente tinha de partir de algum lugar. A gente partiu da ICAL, mas, como foi comentado até pelos advogados aqui presentes, qualquer assunto que a gente fosse estudar para propor um texto, obrigatoriamente a gente tinha que olhar como está escrito hoje no Código.

Então, concordo que tem que ter uma estrutura própria, mas também relembro que a lei não muda, não pode, do dia para a noite, criar problemas para quem já está no sistema.

Então, a gente, de qualquer forma, tem que olhar como está escrita hoje a lei. Pode ter uma estrutura diferente, mas, de alguma forma, na tabela, a gente vai ter que olhar como está escrita a lei hoje e não só o Código Brasileiro de Aeronáutica, mas também outras leis brasileiras que já estão em vigor.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Outra preocupação também que eu, principalmente, tenho, Dr. Geraldo, eu concordo com isso, é que o ideal seria que nós tivéssemos um código, que todo mundo exercesse a criatividade, chegasse aqui, propusesse, mas, pense – o senhor é advogado, não é? –: é muito difícil ter uma lei hoje, principalmente dessas mais antigas, de mais de 30 anos, dizer: “Ah, vamos pegar aqui o nosso Código e saber em que os estudiosos que fizeram esse art. 28 se embasaram, que ideia eles tiveram na mente”. Tudo bem. O senhor, que estudou muito o assunto, chegou aí. Mas nós fizemos uma pesquisa aqui no Congresso há um ano, querendo ver, na época de elaboração do Código, que filosofia orientou isso, o que estava por trás de cada um desses artigos. E nós não encontramos. Isso não foi escrito, isso não foi registrado.

Eu tenho trabalhado, particularmente, com a seguinte orientação: se um artigo eu penso que deveria tratar um assunto de uma forma melhor, eu o deixo do lado do outro. Se esse que está aqui está obsoleto por essa e essa razão, construo um outro à parte, não atrelado necessariamente à mesma estrutura. Mas é importante que futuramente quem for aplicar a lei, seja ele um jurista ou mesmo um advogado, saiba que ideia nós matamos, que ideia nós trouxemos para o lugar daquela que nós matamos e o que subsidiou aquela ideia nova. É bom nós termos esse registro, até mesmo por mais transparência. Isso vai facilitar futuramente o exercício do trabalho de quem for aplicar a lei e ficará um trabalho mais claro.

Bom, era só essa minha ponderação quanto ao porquê dessa outra estrutura.

Voltando à questão da preocupação quanto às classificações, é uma questão de contexto. Não só do Brasil, também dos Estados Unidos, da Alemanha, mais de 70 anos atrás, nós temos que reconhecer, entre aspas, “o papel militar” que houve no desenvolvimento da aviação. Nos Estados Unidos, por exemplo, na época da Guerra Fria, se construíram várias bases e aeródromos ao longo do território. Hoje boa parte delas estão desativadas e convertidas para o uso civil. Os alemães também construíram muitas pistas e hoje têm uso público. Mas para isso houve uma mudança de destinação.

A partir do momento que a Força Aérea percebeu que aquela infraestrutura poderia ter uso público, civil, que não comprometeria o militar... Porque o militar pode usar qualquer infraestrutura que quiser, claro. Em caso de guerra ou mesmo pelo simples fato da emergência de uma probabilidade de guerra, os militares podem usar qualquer infraestrutura, até as de uso privativo, inclusive, mediante requisição. Então, eu não vejo por que nos preocuparmos tanto aqui, no Código Civil, com uma estrutura militar, dada essa primazia que a Força Aérea tem.

O contexto de 70 anos atrás é muito diferente do nosso. A infraestrutura militar, o papel militar foi importante para desenvolver a aviação, no sentido de haver ganho de escala, juntar aviação civil e aviação militar para que houvesse um desenvolvimento. Por isso até hoje nós temos vários voos regulares sendo feitos para infraestrutura de uso militar. Nós temos essas coisas. Só que hoje a aviação civil começa a se desenvolver. E nesse ponto eu concordo com o Respício que talvez esteja na hora de dar uma carta de alforria, dar uma emancipação para a aviação civil.

A aviação civil tem infraestrutura própria hoje. Nós temos o FNAC com essa finalidade de construir essa infraestrutura e também de deixar a nossa Força Aérea funcionar melhor. Ela tem a infraestrutura dela para o seu uso privativo e, se em um certo ponto, ela reconhecer: “Essa infraestrutura só eu tenho no local e eu dou a anuência para que ela funcione para uso civil”, é uma decisão dela.

Eu não penso que nós tenhamos que pensar, daqui para a frente, o desenvolvimento da aviação contando com infraestrutura militar, porque nós já temos recursos, FNAC. Nós já temos uma aviação com um nível de desenvolvimento que já deixou o nível de incipiência para trás. Nós temos uma das maiores aviações do mundo. E, logicamente, aí entra a questão comercial. Se nós já temos uma aviação se desenvolvendo, por que não viabilizarmos esse desenvolvimento com o capital privado junto com o capital governamental?

Então, eu penso que o contexto que nós estamos vivendo hoje é diferente do contexto anterior. Hoje nós estamos vivenciando a globalização, o advento do capital privado interessado em prover a infraestrutura, prover serviços aéreos. Então, eu não estou dizendo assim: nós não precisamos mais do Governo, não precisamos mais do militar. Não é isso. O que eu proponho é que a gente pense, daqui para a frente, como esse desenvolvimento vai se dar. E eu penso, particularmente, que não precisa desse nível de atrelamento que teve no passado para ter ganho de escala. Eu penso que agora a gente pode separar um pouco mais as coisas, dado o nível de autonomia que nós já temos.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores, só para nós andarmos um pouco mais no trabalho, não ficarmos presos em um artigo a manhã inteira praticamente, proponho que nós façamos o seguinte: pegamos as contribuições – inclusive, o pessoal da Consultoria já passou para o e-mail de todos essa

tabela comparativa, já está no e-mail de todo mundo –, então, do Dr. Geraldo, vamos colocar, inserir nessa tabela, passar aos membros e, basicamente, senhores, vamos fechar essas contribuições. Peço a que todos para que façam isso pelo menos dentro do prazo que nós estabelecemos, porque agora acho que nós já temos mais ou menos qual é o ponto, qual é o consenso em relação à proposta que foi colocada.

E nisso, se nós formos verificar se todos anuem com a supressão do art. 29, que praticamente foi incluído nos textos dos demais artigos, termina suprimido, temos a questão do art. 30, que fala a respeito da utilização do aeródromo civil. Nós temos praticamente o art. 30, o texto consolidado dentro da proposta 3. Os senhores fizeram alguma propositura em relação a esse tema?

O SR. GERALDO VIEIRA – Sr. Presidente, eu acho que nós temos de novo que falar em metodologia e sistematização. Homologação e registro de aeródromo é tema subalterno, é tema de regulação da atividade de aviação civil. O Código, quando foi feito, foi com os olhos voltados para a década de 60, 70 – não digo nem 80, mas 60, 70. Naquele momento, nós tínhamos aeródromos clandestinos, enfim, era outra realidade. O legislador, à época, o Congresso, à época, os especialistas que fizeram o Código, o fizeram dentro de um outro Planeta. O Planeta mudou. Nós estamos agora no Planeta Terra no momento de hoje. Então, falar em certificação, em homologação, em registro no Código, não é essa a questão principal.

Por isso a minha proposta é que, dentro desse jogo de ofertas, a minha obrigação, o meu dever é tentar explicar e convencer os meus colegas de que a minha proposta, que eu trouxe, é um avanço. As questões colaterais ou correlatas a essa proposta terão que ser discutidas posteriormente. Questão da administração do aeroporto, da autoridade aeroportuária, das funções institucionais das autoridades, elas vão depender do modelo que nós adotarmos, flexível ou menos flexível, intervencionista ou menos intervencionista, que vai qualificar posteriormente a redação e a oferta das normas correlatas.

Então, eu peço desculpas ao senhor. No esforço de avançar rapidamente, eu gostaria de poder apresentar, se for o caso, hoje ou na próxima reunião, ao subgrupo do qual participo, a minha oferta, defendê-la e mostrar onde há os avanços, sem uma preocupação de estar discutindo dispositivo por dispositivo. Nós não podemos perder tempo aqui discutindo se o aeroporto tem de ser homologado ou não. Está mais do que óbvio que sim; se a norma ambiental se aplica ou não. Está mais do que óbvio que sim.

Então, eu acho que nós estamos depreciando o trabalho da Comissão ao não discutir os avanços que nós temos que fazer. Nós podemos fazer isso em subgrupos ou não, podemos nos dividir aqui, um grupo trata agora, emergencialmente, da reorganização do sistema aeroportuário brasileiro, outro grupo trata da questão das responsabilidades civis em função do novo Código Civil, um terceiro grupo pode tratar de outro tema, mas, artigo por artigo, Sr. Presidente, nós não vamos chegar a lugar nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Nós decidimos isso dentro do subgrupo já. Nós já temos essa definição. Aliás, um dos assuntos de que nós vamos tratar hoje, que eu conversei com alguns coordenadores, é exatamente a questão dessas contribuições dentro dos subgrupos, até mesmo para nós realinharmos a nossa tabela. Ou seja, também há essa preocupação, Dr. Geraldo. Então, nós estamos, de certa forma, *pari passu*. Nós temos, por exemplo, as contribuições. Nós tínhamos um certo cronograma, inclusive, hoje eu já conversei com alguns grupos e com alguns coordenadores de subgrupos para realinhar a questão dos cronogramas nisso aí, pelas contribuições.

E mais: a questão de todos os artigos é porque, de toda forma, o que acontece? Nós temos o grupo jurídico de São Paulo, leia-se: grupo jurídico não é um pessoal à parte. Pelo contrário. São desembargadores, juristas, advogados, pessoas da afinidade da nossa Relatora que estão trabalhando e, de certa forma, readequando todos os artigos, seja na forma de atualização jurídica de alguns conceitos que existiam pré Constituição de 1988, então, já estão também aproveitando esse momento para verificar toda essa redação para passar. É um trabalho grande? Sim. Agora, obviamente nós temos os temas principais. Se os grupos conseguirem isolar esses temas principais dentro desse trabalho e passar adiante, de repente, aquilo que apenas necessitar de adequação, porque o trabalho de revisão de todo texto, esse já está sendo feito, obviamente será apresentado e será, posteriormente, debatido até mesmo antes de uma deliberação.

Aproveitando, o Doriêdo ficou de fazer uma apresentação sobre essa questão do art. 30, algumas considerações. De repente, assistindo à demonstração dele – ele queria fazê-la, já tinha feito a inscrição anteriormente –, o senhor também já pode fazer suas considerações.

O SR. GERALDO VIEIRA – Presidente, eu não queria sair daqui hoje com a sensação de que existe um outro grupo para produzir normas, que existe uma comissão, outra, dentro da Comissão. O que foi informado anteriormente é que a assessoria da professora Relatora iria simplesmente incluir na tabela as propostas para que se tivesse uma visão geral do que estava sendo realizado. Mas me pareceu aqui que a comissão que foi criada tem aí a sua responsabilidade. Eu não entendi bem. Eu não entendi bem essa participação dos juristas de São Paulo, desembargadores. Por que não foram convidados, então, para integrar esta Comissão para pode-

rem estar aqui conosco para debater essas matérias? Desculpe-me. Posso ter entendido mal a sua explicação. Pelo que eu entendi, tem alguém em São Paulo trabalhando, sistematizando, olhando, melhorando, enfim. Nós queremos saber até onde vale o nosso trabalho ou não. Faço esse questionamento como questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Deixe só eu desenhar rapidamente. Os grupos aqui trabalham uma tabela comparativa, o artigo, como é atualmente, a proposta de alteração, a justificativa das mudanças. Tudo isso é passado para a Professora, que tem o papel de organizar. A Professora pediu ajuda, obviamente, porque é um trabalho muito grande, e estão trabalhando dentro das nossas contribuições. Então, não tem pano preto, não tem nada sendo feito às escuras. Muito pelo contrário: todos aqui estão sendo efusivamente convidados. Inclusive, estamos recebendo aqui uma média de, como falo, chegam a ser cem e-mails por dia. Quanto a isso, o senhor pode ficar tranquilo, porque não existe paralelismo.

Doriello, por favor.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Dr. Geraldo, eu não me sinto confortável... Com a questão da homologação eu concordo. Isso vem desde o Código de 1966. A homologação é um instituto obsoleto.

Inclusive, na primeira apresentação que eu fiz aqui, eu demonstrei que só o Brasil usa esse conceito. No mundo inteiro, se fala de certificação de infraestrutura. No entanto, deixar esse assunto fora do Código é preocupante, porque, de tempos em tempos, o Brasil recebe uma auditoria da OACI e o Anexo 14 determina que todos os países tenham, em nível 1 de regulamentação, que é lei, a previsibilidade de que a infraestrutura aeroportuária deva ser certificada.

Na apresentação que eu faço aqui, cumprindo com meus compromissos com o Grupo 3, incluí que o instituto de homologação dê lugar ao de certificação, e que nós desenhemos uma forma mais flexível de se fazer certificação aeroportuária. Só que deixar esse assunto fora do Código causa um problema para nós, porque quando a Organização de Aviação Civil vier nos auditar não é a Anac que vai perder um ponto ou o comando; vai ser o Brasil que vai perder. Aí nós teremos uma questão protocolar a menos e isso vai ser ruim para o nosso País. Como esse Código também está sendo reformado em observância a obrigações do Brasil assumidas perante a Organização de Aviação Civil, essa eu entendo como uma dessas obrigações.

Era só essa colocação.

Bom, senhores, primeiro posicionamento: o nosso Código prevê a questão do cadastro, o cadastro deve continuar existindo.

Para que serve um cadastro de infraestrutura? O aeronavegante, quando faz seu plano de voo, precisa ter o acesso mínimo a dados para fazer o plano de voo. O cadastro da Anac hoje recebe esses dados, a Anac, com as inspeções, as auditorias que faz e outros meios, alimenta esse cadastro de dados e esses dados integram também, devem integrar, a base de dados do Comando, que tem o serviço de Informação Aeronáutica, o AIP, o Rotaer, então, isso, por lei, é obrigatório e também é auditado. Nós devemos ter um cadastro, seja ele para infraestrutura de uso privativo, para infraestrutura de uso público, ele deve conter isso. E os militares têm lá também os registros deles, que constam. Eles já têm total autonomia para cuidar deles.

Hoje, como está a situação? Nenhum aeródromo deve ficar fora do cadastro, nenhum aeródromo civil. Então, o Código já delimitou exatamente o alcance do cadastro, o civil. E estabelece no §1º que os “aeródromos de uso público” – eu não sou simpático a essa expressão, a Constituição Federal usa “infraestrutura aeroportuária”, mas tudo bem, entendo aqui o raciocínio –, eles devem constar do cadastro, sendo que um aeródromo público é aberto ao tráfego geral por um processo que se chama homologação e o privado por um simples processo de registro, que é coletar os dados mínimos aeronáuticos, um termo de responsabilidade civil firmado por um engenheiro responsável e é lançado ali no cadastro.

Feito isso está completo o processo? Hoje não, porque nós temos duas autoridades: a Anac toma conta do cadastro, mas o Comando da Aeronáutica gerencia as publicações aeronáuticas. Então, entrou no cadastro, deve ser reportado ao Comando, o Comando coloca lá as publicações aeronáuticas dele, Rotaer e tudo mais.

A ênfase aqui hoje é sobre a homologação. O que é essa homologação? Homologação é quando um inspetor, hoje, na Anac, um auditor, vai in loco e verifica o quando é homólogo o que ele tem na norma e o que ele vê lá. “Ah, a pintura da pista atende à nossa norma? Está o.k.? O formato da infraestrutura está certinha?” Ele vai ticando. Tica, volta e a Anac declara, por uma portaria, que aquela infraestrutura é suficientemente homóloga ao que está em norma para que ela se torne de uso aeronáutico.

Qual a diferença do privado? É que no caso da homologação há também a participação de um ente público. Aquilo não foi aberto ao tráfego simplesmente por um termo de responsabilidade de um engenheiro. A autoridade de aviação civil viu e consentiu que aquela estrutura é apta para uso público, considerados aqueles limites da infraestrutura. Basicamente é isso.

O §2º trata de um tema que é muito discutido hoje: os aeródromos privados, que eles não são voltados para exploração comercial e tem tudo a ver com o que nós estamos discutindo aqui. No mundo da aviação,

quando se fala em exploração comercial, se está tratando de venda dos serviços. A aviação no mundo inteiro funciona assim, a OACI e a lata estão aqui também. Se você tem uma infraestrutura ou uma aeronave para vender serviços, você está destinando ao uso do público, porque se você tem dinheiro, qualquer um pode chegar e usar, comprar o serviço. Ele é impessoal. Um dos princípios que regem a prestação do serviço, seja aéreo, seja aeroportuário, é o da impessoalidade. Tem o dinheiro para comprar, pronto, você pode usar.

Então, exploração comercial é essa coisa voltada para o público, ao passo que aquilo que é de uso privado é para o consumo próprio. Se você tem o seu carro que é para o seu consumo próprio, você não vai sair por aí prestando serviço de táxi. E, se você fizer, a prefeitura vai te pegar, porque você não tem permissão para prestar esse serviço. É mais ou menos essa lógica aí que nós enfrentamos aqui hoje.

Bom, para atualizar esse artigo, se assim pode ser aceito, eu pesquisei – outros integrantes do grupo também criticaram essa proposta do Grupo 3 – e fizemos a seguinte redação no art. 30: em síntese, nenhum aeródromo civil fica fora do cadastro. Tem que ser cadastro, e esse cadastro feito pela autoridade da aviação civil.

Agora que começam as propostas. No §1º: “Os aeródromos de uso público abertos ao tráfego internacional deverão ser certificados pela autoridade de aviação civil (...)”. Por que colocamos “deverão” e não “serão”? Porque a autoridade não é obrigada a certificar. Certificação é um processo que deve partir do interessado, do responsável pela infraestrutura. Ela deve certificar porque é de responsabilidade, de competência dela. Mas a motivação, a busca parte do interessado da infraestrutura. Se ele não quiser certificar, ele sofre sanções de interdição, de restrição operacional, sejam quais forem. Mas não é a agência que vai declará-lo certificado pelo simples fato de ela querer. Tem que haver a busca dele. Continuando:

(...) a qual” [no caso, a atividade de aviação civil] estabelecerá padrões mínimos de segurança operacional para a operação dos mesmos [no caso, essas infraestruturas] podendo, complementarmente, editar recomendações e boas práticas.

O que esse §1º diz? Primeiramente, é a autoridade de aviação civil que tem a competência para certificar. Segundo, como ela vai certificar isso? Obedecendo aos padrões mínimos. Quem estabelece esses padrões mínimos hoje em âmbito global? A OACI. Nós temos o Anexo 14, Capítulo 1, que é voltado para a aviação regular de uma forma geral, e o Capítulo 2 voltado para heliportos, essa parte mais de aviação geral da aviação. Então, a OACI estabelece esses padrões mínimos. E ao Brasil cabe simplesmente analisar, ver se vai aceitar tudo, se declara diferença ou não, e aí adotar esses padrões para o Brasil.

No entanto, aquela parte ali “complementarmente, editar recomendações e boas práticas” o que quer dizer? A FAA tem um documento que eu acho interessante. No Brasil, está se tentando fazer isso por meio das ISs, das Instruções Suplementares. A FAA tem Advisorys Circulars, as ACs. Elas são cogentes? Não, mas simplesmente facilitam a aplicação da lei ou da norma. Faz-se um documento elucidando, facilitando o entendimento do regulado: olha, se você quiser cumprir isso aqui, uma forma que a autoridade de aviação civil aceita é essa; título sugestivo. Se ele tiver uma outra lá que atenda e que, provado que esteja em conformidade com a lei, tudo bem.

Mas esta questão de “editar recomendações e boas práticas” é o seguinte: nós já chegamos à conclusão de que nem tudo dá para se colocar na lei, nem tudo dá para se colocar em norma. Às vezes, uma Nota Técnica, um relatório explicativo... E como uma das funções da agência reguladora é reduzir a assimetria de informação, eu entendo que deve ir além de norma, porque a gente não deve pensar a regulação só no sentido de fazer norma. A gente tem que ter outras coisas auxiliares para aumentar a transparência, facilitar o entendimento de quem vai aplicar a norma e principalmente do regulado, que é quem deve cumpri-la. Por isso que nós sugerimos isso aí. Aí fica a critério de a Comissão deixar ou não.

Este aqui vai dar discussão:

§2º A certificação para o uso público torna-se obrigatória a infraestruturas aeroportuárias que anualmente processem 2.500 passageiros embarcados ou mais, provenientes de voos regulares.

Por que isso aí? A FAA tem um conceito de Commercial Service Airport em que ela só considera a partir de 2,5 mil passageiros de voos regulares processados por ano. Abaixo disso, seria o que se chama de o mínimo desprezível. Qual o risco operacional de acidentes de 2,5 mil passageiros no Brasil? Zero. Eu posso trazer, Presidente, aproveito até a oportunidade para pedir permissão, um estudioso nosso que fez um estudo sobre isso, foi apresentado nos Estados Unidos, não foi apresentado no Brasil. Fez uma análise durante 13 anos no Brasil e nesses aeroportos nesta faixa de 2,5 mil até 10 mil passageiros quantos acidentes com fatalidade? Zero.

Então, até 10 mil passageiros poderia ser elevado. No entanto, eu seria contrário por causa da questão da exploração comercial, que o Dr. Geraldo já colocou.

Por que esses 2,5 mil passageiros então? Isso é um número regulatório? Não. É política pública. O Prof. Respício defende que o Código tenha um viés de empreendedorismo. Portanto, esses 2,5 mil nós o consideramos um número mínimo que permita ao particular experimentar o mercado, ver, a partir daí, se é viável, se vale a pena prestar esse serviço e começar a cumprir os requisitos de certificação da Anac.

O que são 2,5 mil passageiros por ano? O nosso engenheiro, Antônio Ivaldo fez as contas – de repente, ele pode até complementar –: seriam dois voos de ATR por a semana.

Eu enviei para vocês, para a Mesa, os dados estatísticos da Anac de 2012 até 2014 para depois serem...

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Seria um voo de ATR por semana ou um voo diário de Caravan nos cinco dias úteis da semana.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Obrigado pela intervenção.

Será enviada para vocês depois a tabela de dados estatísticos que a agência tem para que examinem, vejam a transparência do dado.

Como está isso hoje lá na Anac? Nós temos pouco mais de uma centena de aeroportos que recebem voos regulares e os que estão na faixa de 2,5 mil passageiros são um número muito pequeno, inferior a dez. O que significa isso hoje, estatisticamente falando? Que o aeroporto começa a ter voos regulares praticamente nessa faixa. A partir do momento em que ele já começou a ter uma regularidade, ele entrou nessa faixa. Portanto, esse é um número importante que dá a ideia de que a partir do momento em que você tenha viabilidade de ter voo regular, começa esse número. Talvez seja essa mesma motivação da FAA. Desconheço. Mas esse número também não está aí para ser fixo. Ele pode ser retirado, pode subir. Só o estou apresentando aqui porque o fundamento tomei do FAA e também dos dados estatísticos que nós temos da Anac, que mostra isso como o início, como a fumaça do serviço público regular na infraestrutura.

§3º A partir do limite operacional previsto no §2º [esses 2,5 mil], a exigência para certificação contemplará a graduação, conforme o nível de risco operacional no funcionamento da infraestrutura aeroportuária em termos de probabilidade e severidade.

O que está sendo proposto aí? Adotar uma estrutura parecida com a da FAA. Ou seja, certificar a infraestrutura aeroportuária conforme o nível de risco que ela representa para a operação, não adotar um número único para todo mundo. Faz-se um estudo de risco, de probabilidade para cada infraestrutura aeroportuária e, com base naquele estudo, determinam-se as condições de certificação. E essa certificação virá a ser graduada. O que é isso? É você não exigir, não ter a mesma exigência de Congonhas para um aeroporto no meio do mato, lá no Amazonas, o que é totalmente descabível. Por isso essa exigência. Vai certificar? Vai. Mas é uma certificação que, a partir desses 2,5 mil passageiros, ocorre por estratos que são definidos conforme estudos para cada tipo de infraestrutura, para não correr o risco de sermos injustos, chegando a um aeroporto, por exemplo, que tem um nível de risco de segurança menor do que o de um outro e fazendo uma exigência igual, gerando custos desnecessários.

§4º Os aeródromos de uso privado serão abertos ao tráfego por meio de processo de registro.

Isso aí fica do jeito como está hoje. A infraestrutura que é para consumo próprio, para uso privativo, simplesmente consta lá do cadastro para que o aeronavegante saiba que existe, no caso, para fazer um plano de voo para lá. Mas simplesmente não tem mais nenhuma certificação.

§5º Os aeródromos de uso privado só poderão ser utilizados com permissão de seu proprietário, vedada a exploração comercial.

Fica como está hoje no Código, sendo que eu me comprometo a fazer uma explicação, se não exceder muito o tempo aqui, do que se pode entender por exploração comercial. É um conceito que envolve institutos do Código Brasileiro de Aeronáutica e também do Código Civil, lá do Direito Empresarial. Então, nós temos de discutir um pouquinho, mas não é complicado, não. Dá para chegar a um termo. Eu só não quis alongar esse assunto da exploração comercial, porque é um tema do art. 36. O nosso amigo Antônio Ivaldo também fará uma proposta. Então eu preferi deixar que, se tiver de ser previsto algo sobre o conceito de exploração comercial, que fique no art. 36, por isso eu não adentrei.

Aí entra o §6º também, que trata do tema do art. 36, só que tem uma interface com o 30, atual. Por isso eu deixei de vermelho. Se for o caso de ser aceito, a gente o desloca para o 36 futuramente. O que ele diz?

§6º Os proprietários de infraestruturas aeroportuárias de uso privado e por eles administradas poderão fixar preços pelo uso dela até o limite operacional previsto no até o limite operacional previsto

no § 2º [que são o dos 2.500], e, acima desses, só se obtida delegação de autorização na forma da lei e dos regulamentos vigentes.

O que isso quer dizer? Para a FAA, o Commercial Service Airport só começa a existir a partir de 2.500 passageiros. É como se se dissesse que abaixo disso nem chega a ser exploração comercial. É como aquele estudante de faculdade que, no fim do seu estudo, vende canetas ou qualquer outra coisa para coletar fundos para sua formatura. Isso é exploração comercial? Não. É uma migalha o que ele está vendendo. Ele nem tem habitualidade e profissionalismo de venda. Então, isso é uma forma também de se estimular o empreendedorismo. Imaginem uma localidade – e não são poucas no Brasil –, no Pará, no Centro-Oeste – há muitos lugares onde há pista privada, mas não há pista pública –, onde um indivíduo detentor de uma aeronave pequena, de até 19 assentos, revolve fazer voos. Aí, ele chega àquela infraestrutura e recebe uma restrição: “Não, mas essa infraestrutura é de uso privativo. A Anac não deixa você trazer pessoas para cá”. Então, até 2.500, esse pequeno, esse nanico vai ter oportunidade de experimentar o mercado. Chegou a esse ponto ali, “olha, meu amigo, agora você já sentiu a fumaça da exploração comercial. A partir daqui a infraestrutura decide: ou ela se certifica e busca a delegação ou fica naquele nível”. Mas a ideia é essa.

E outra ideia também, em se tratando dos públicos, muitas pistas, principalmente na Amazônia, a maioria que nós temos no Amazonas, é de que, com esse limite, eles conseguem exercer o papel social, manter o mínimo de voos para atender uma comunidade. Se você corta isso para efeito de certificação, “não vamos exigir que você certifique”, igual a outro aeroporto lá... Você corta isso na raiz e aquela comunidade fica sem atendimento. Isso já aconteceu no Amazonas. Aqui, mesmo nesta sala ou em outras daqui para frente, os Senadores já debateram essa questão, que é uma questão inaceitável.

Mas por que esse número? Porque é preciso ter um ponto de corte. A lei da Argentina – eu usei o Código Aeronáutico da Argentina – diz que será considerado aeroporto aquilo que tenha movimento que justifique isso. Espera aí! Que movimento é esse? Não tem um número. Fica uma coisa ao sabor do gestor público. Isso é indesejável. É bom que tenha uma trava. Mesmo que vocês não concordem, a ideia colocada é essa. Porque a trava reduz a discricionariedade ruim. Não tem como, depois, o agente virar e... Não. Está ali, gera uma trava, fica uma coisa mais objetiva. Da mesma forma que há várias leis no Brasil com números... Por exemplo, a definição do faturamento do que é microempresa, um número para aposentadoria... Nós temos várias leis que têm um número, e esse número não é um número regulatório, não é um número que, daqui a dez ou quinze anos... Se quiser mexer nele, pode. Pode até colocar no final do Código, nas Disposições Transitórias, que ele virá a ser revisto, mas a ideia é que ele não seja um número regulatório. Ele é um número para fazer, para deixar aquela pessoa que é iniciante sentir o mercado. Aí, a partir dali vem o Governo com a regulamentação dele. A gente tem que pensar nisso.

Bom, §7º. É do jeito que está hoje. Na verdade, esse parágrafo só foi inserido para elucidar como o sistema hoje funciona: “A abertura do aeródromo ao tráfego aéreo, após cadastrado, só se efetiva mediante publicação no Serviço de Informações Aeronáuticas”.

É aquilo que eu disse antes: não basta constar do cadastro da Anac; é preciso também ter o Serviço de Informação Aeronáutica, que é tratado em outro anexo, e, por competência, hoje, está com o Comando da Aeronáutica. Então, não basta lançar no cadastro; é preciso efetivar no AIP.

Artigo 8º. Eu acatei uma sugestão da SAC. Como estava excluído do cadastro, nós preferimos deixar excluído da Publicação Aeronáutica, porque, se não está na Publicação Aeronáutica, não vai ter uso aeronáutico. Acaba sendo...

Serão excluídas das publicações aeronáuticas infraestruturas que apresentarem risco operacional intolerável ou inaceitável nos termos de regulamentos editados pela autoridade de aviação civil e aeronáutica também.

Por sugestão do Brigadeiro, essa expressão “autoridade de aviação civil e aeronáutica também” – integrantes do grupo também propuseram uma discussão pela frente –, por enquanto, eu deixei ali para não confundir.

O que esse parágrafo quer dizer, em síntese? O fato de estar abaixo de 2.500 passageiros, hipoteticamente, quer dizer que o responsável pode ofertar qualquer coisa? Não. Tem que ter um mínimo para se dizer que ele tem um risco operacional ou inaceitável. Hoje, na Anac, a nossa repartição que cuida da security, definiu os mínimos para os pequeníssimos aeroportos security. Há uma Nota Técnica da Anac que define que uma pista, para ter o mínimo aceitável em security, tem que conter, no mínimo, uma cerca operacional e um controle de acesso, no mínimo.

A partir daí, vêm as outras coisas. Se não tiver uma cerca operacional, entra um boi na pista, choca-se com a aeronave, e acabou. Aí, é risco severo. E, se não houver controle de acesso, pode haver assaltos e outras coisas também, que são atos de interferência ilícita.

Quanto à Safety, eu não tomei conhecimento se o Safety tem um mínimo definido para o que é tolerável, o que é aceitável, mas a tendência é de que haja também estudos nesse sentido para se definir. A partir desse mínimo, o indivíduo começa a operar. É esse mínimo que a gente vai considerar para dizer o seguinte: não dá para aceitar isso como uma infraestrutura de uso aeronáutico; pequeníssimo. Chegou aos 2.500, “vem cá meu amigo, agora, você tem de cumprir aqui os requisitos mínimos, daqui para frente, gradados, para você ser certificado para o uso público”.

Bom, essa é a proposta feita aqui com o Grupo 3, que também teve participação. Agora, deixo para os debates.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Dr. Ivaldo, por favor.

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Só um comentário. Não ficou claro para mim. Por exemplo, se o particular, o empresário, o dono da terra estiver interessado em construir um aeródromo, apesar de ele não precisar, para fazer o processo de cadastro, ele vai ter de seguir um padrão de construção daquele aeródromo, que vai ser ditado pela autoridade de aviação civil.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Isso está na Resolução nº 158 da Anac. Aí, ele segue aquele mesmo rito.

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Aí, teria de ter alguém responsável. Por exemplo, a Anac não vai lá verificar se ele atendeu, mas alguém tem de dizer para a Anac que sim...

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Um responsável técnico.

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Tem que ter um responsável técnico para garantir que aquele aeródromo atende a um padrão mínimo da autoridade de aviação civil.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Isso consta do Anexo III da Resolução nº 158. Há um formulário, que é preenchido e, ali, vai a assinatura de um responsável técnico, tradicionalmente um engenheiro que atesta para a Anac essa responsabilidade. Por que isso? Porque a Anac não tem recursos hoje para auditar ou fiscalizar o universo das infraestruturas de uso público. Então, imagine se a gente incluir as de uso privativo. Aí, o número sobe para quase 4 mil, e fica inviável. Não vai ter orçamento que dê conta disso. Então, temos de ser um pouquinho mais seletivos. Aí, entra a questão da seletividade nos de uso público.

Por isso, quando se tem uma infraestrutura de uso privativo, ela é para o consumo próprio do proprietário, ele deve cercar-se de consultorias, de conhecimentos hábeis para ter algo funcionando com um mínimo de segurança. E aí entra a figura desse responsável técnico.

Então, quando a Anac recebe esse Anexo III da 158 preenchido e assinado, ela entende que esse responsável técnico já assinou embaixo, dizendo que aquela estrutura está apta para o uso aeronáutico de forma privativa ou restrita.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Dr. Carlos, por favor.

O SR. CARLOS EBNER – Dorieldo, só uma questão, para ficar mais claro.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Sim.

O SR. CARLOS EBNER – Você fala, no §1º, que de uso público, abertos ao tráfego internacional, deverão seguir certas condições.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Sim, sim.

O SR. CARLOS EBNER – Quando eu li o artigo, pareceu-me que os de uso doméstico não teriam de seguir as mesmas condições, quando não é o caso. Que haveria uma diferença entre doméstico e internacional. Certo?

Isso me chamou a atenção e eu queria só entender por que estamos excluindo os domésticos. Parece que eles estão sendo excluídos...

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Não.

O SR. CARLOS EBNER – ...quando você só faz uma parte do internacional.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Qual o caput, por favor?

O SR. CARLOS EBNER – O segundo ponto, só para...

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Sim.

O SR. CARLOS EBNER – Quando, no art. 2º, faz menção a 2.500 passageiros/ano, nada contra o número. Acho que o número pode ser 2.500 ou 5.000, o que for, mas há uma política de aviação regional que não sei se está considerando esses 2.500; ela dá o desenvolvimento de 270 aeroportos no Brasil, um número muito elevado, e, com certeza, alguns aeroportos não terão esses 2.500 passageiros no início. Certo? Então, esse Código seria um inibidor desse plano.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Não.

O SR. CARLOS EBNER – Só me explicar, porque entendi que seria obrigatório ter, no mínimo. 2.500.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Não. Vamos pegar a primeira parte, a primeira coisa.

O SR. CARLOS EBNER – Perfeito.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Os domésticos estão no caput, nenhum aeródromo civil. Pronto. Então, está ali doméstico, está internacional, está tudo.

A ideia no §1º, dos internacionais, é porque os internacionais são observados com mais rigor pela OACI. Então, esses padrões mínimos que constam do Anexo 14, os aeródromos de uso internacional têm um rigor maior, porque esses aí devem atender padrões globais.

Quando o Brasil concordou em firmar a Convenção de Chicago, nesse ponto ali, ele se comprometeu a aplicar o Anexo 14 nos internacionais, em que há um rigor muito maior. No entanto, com relação aos domésticos, exercemos a nossa soberania com maior rigor. O que acontece? Os domésticos estão ali, a partir dos 2.500 passageiros. Isso não tem nada a ver com a política de aeroportos regionais. Política de aeroportos regionais é uma política de investimentos. Se o aeroporto começar com 2.500, ele vai estar dentro dessa faixa. Ele vai poder operar com os requisitos mínimos, que é o que consideramos risco tolerável ou aceitável. A partir de 2.500 passageiros, ele já passa a ser certificável, o que seria, hoje, o homologável. Então, ali, há os públicos domésticos e os internacionais.

No §1º, os internacionais foram citados por causa do rigor maior que temos em relação a eles e também pelo fato de eles serem auditados não só por nós, mas também pela OACI. Aí, há um tratamento com maior rigor com relação aos internacionais. Só isso.

O SR. CARLOS EBNER – Entendo. Eu só gostaria talvez fosse melhor, escrever no texto “uso doméstico”, só para não parecer que o internacional é diferenciado, e nós não estamos tomando conta da casa.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Está certo.

O SR. CARLOS EBNER – Com relação ao segundo item, voltando à política de aviação regional, podemos ter aeroportos com menos de 2.500 passageiros.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – E já temos.

O SR. CARLOS EBNER – Já temos. E esses não poderiam ser comerciais então?

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Não. Ele é comercial. Ele pode ser comercial.

O SR. CARLOS EBNER – Ele pode ser comercial?

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Só há uma diferença. Aquele com 2.500, em sendo de uso público, já é comercial.

O SR. CARLOS EBNER – Acima de 2.500?

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Acima de 2.500, ele continua sendo comercial, só que tem de atender a requisitos a mais de certificação.

O SR. CARLOS EBNER – Então, abaixo de 2.500, ele também pode ser comercial?

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Ele é comercial.

O SR. CARLOS EBNER – Isso numa certificação que seria obrigatória?

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – É. Aqui, na verdade,...

O SR. CARLOS EBNER – Ficou um pouco confuso, não é?

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Não é confusão. É aquele termo “graduação”, que coloquei ali. Por quê? Até 2.500 é o mínimo do mínimo. A partir de 2.500, ele começa a se sujeitar a uma certificação graduada. O que é isso? Haverá um estudo de risco operacional para aquele aeroporto, porque o que é conceito...

O SR. CARLOS EBNER – Não. Eu conheço. É o caso do carrinho de bombeiros, essa coisa toda, não?

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Não.

O SR. CARLOS EBNER – Não?

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Carrinho de bombeiro é outro. A tendência do carrinho de bombeiro é ser isento com 10.000 passageiros. É outro estudo, que inclusive está sendo feito. Posso até trazer a esta Comissão.

A ideia dos 2.500 é para certificar de um modo geral: carro de bombeiro, cerca, tudo, certo? Não só safety, porque o bombeiro é safety. A ideia também é security. A ideia é que, a partir desses 2.500, ele comece a atender mais requisitos de segurança.

Há uma diferença ali e há pessoas que entenderam errado: “Ah, você igualou o público e o privado aqui”. Não. Não se igualou. O privado continua sendo privado; e o público continua público. A diferença é que, se um privado consentir em receber voos regulares, ele pode até esses 2.500. No entanto, os privados têm um problema: a questão da continuidade. Se o dono não quiser mais receber voos regulares ali, ele cessa o acordo com a empresa aérea, e isso acaba. Já o público, não. O público, como está hoje no art. 37 do CBA, uma vez público, se rege pelos princípios da impessoalidade, ou seja, não pode discriminar aeronave. O privado pode. Se eu tiver

uma pista privada e disse o seguinte: “Sou simpático à Azul. Quero que só a Azul pouse aqui”. Pode ser. Não há problema. “Ah, quero só que a TAM pouse”. Tudo bem, ele é privado. Agora, o público, não. Ele é obrigado a atender todo mundo. Então, essa é a diferença.

No caso de um privado, até aquele limite de 2.500, pode pousar, condicionado a um acordo entre o dono da infraestrutura e a empresa aérea, porque aí já foge até do espectro nosso de regulação pública. Hoje, continua da mesma forma.

A única coisa que está mudando aqui, Ebner, é a exigência de certificação. Não queremos inviabilizar o nascimento de um aeroportinho com abaixo de 2.500. Agora, a partir de 2.500, começa a haver uma certificação graduada, de forma a exigir requisitos dele de acordo com o risco de segurança operacional envolvido, que tem a ver com o tamanho da aeronave, com o número de passageiros transportados e coisas assim.

Só estamos querendo tornar a certificação mais flexível e menos injusta, principalmente na questão de custos, para que isso seja mais justo. Daí a importância dos estudos aeronáuticos a partir desse limite.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores, devido ao adiantado da hora, vamos comprimir um pouco essas contribuições. Por isso, reitero: na questão de rever ou não todos os artigos, bater cada artigo, é importante que todos estudem e venham preparados para discutir apenas aqueles pontos mais interessantes.

E acatando aquilo que já falei, volto a dizer que a questão do art. 30, do art. 40, do art. 50, isso é apenas uma guideline. Não significa que essa será a redação final do texto. Será apenas um paralelo ao texto antigo, ao texto anterior, e isso, obviamente, será objeto de inserção.

Castanho.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Eu só gostaria de saber do Dorieldo, com relação a esses 2.500 passageiros ou abaixo, esses mínimos de apoio, porque security nesses aeroportos é o menos importante. O mais importante nesses aeroportos é safety.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Acho que os dois são importantes.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Não, porque vai ser um aeroporto no meio do nada. Um atentado a uma aeronave dessas, o risco é muito pequeno. Com relação ao safety, o risco aumenta exponencialmente quando você não estabelece uma estrutura de apoio à navegação adequada, mínima e de segurança. E isso vai desde apoio a um procedimento por instrumento até o bombeiro, sim, porque hoje nós estamos pensando em tirar os bombeiros dos aeroportos menores e esse é o custo menor. Deveríamos colocar em todos os aeroportos, seja ele qual fosse. Só sabe isso quem sente na pele a necessidade, quando vai operar em um aeroporto desses. Você não tem apoio, você faz literalmente o que é chamado na aviação “pelada”, tem que fazer, porque, muitas vezes, desses aeroportos, você não tem um apoio próximo. E você tem que fazer aquilo, porque você não tem mais nem combustível. Essas aeronaves, geralmente, são restritas. Temos que considerar isso também.

Então, esses mínimos de safety são muito, muito importantes. Se não estabelecermos esses mínimos de safety, nós vamos ter acidentes no interior do Estado aos montes.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Primeiramente, a lei não é lugar de estabelecer esses mínimos. Esses mínimos são estabelecidos em estudos de risco aeronáutico. Isso no mundo todo é prática. A Organização de Aviação Civil (OACI) determina isso nos anexos. No Anexo 14 isso é explicitamente determinado. Por quê? Não existe infraestrutura equivalente a outra. Você pode ter uma pista de 2.000m de comprimento, PCN 40, mesmo formato, bonitinho, numa localidade a 1.000m, na mesma altitude e elas não são iguais. O que define um aeroporto? É o serviço, a operação. A infraestrutura pode ser igualzinha, mas aí você tem variáveis abstratas, subjetivas envolvidas, que é a capacidade de gerenciamento, medidas mitigadoras e mais uma série de outras. Por isso que o serviço é uma coisa abstrata, tão complicado de se discutir. Mas aí vêm os estudos de risco aeronáutico para avaliar isso.

O que é um mínimo para o aeroporto A? E para o aeroporto B? É igual? Não? Isso tem que existir. São definidos em estudos de risco, porque, se fizemos um nivelamento por baixo, definindo requisitos iguais para todas as infraestruturas, nós seremos injustos, e não é isso o que se faz no resto do mundo. Nos Estados Unidos, por exemplo, que são a maior potência de aviação no mundo, cada infraestrutura de uso público tem um estudo de risco. Isso deve ser feito. Tem que ser uma prática aqui no Brasil. Devemos desenvolver, e quem faz esses estudos de risco será o interessado na infraestrutura. Esses estudos serão avaliados pela agência reguladora, validados ou não, assim como na FAA. Mas esse já é um assunto de norma, não de lei. Aqui, em lei, só devemos dar diretriz à filosofia de como deve se dar a certificação. Mas não devemos entrar em mínimos, porque esses mínimos são muito dinâmicos. São assuntos de norma.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Eu concordo plenamente, mas a questão não foi essa. A questão é que esta Comissão precisa ter conhecimento de quais são esses mínimos adotados para poder entender se esses 2.500 ou abaixo são viáveis ou não.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Então, vai ter que trazer a Anac para dentro!

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Precisamos ter conhecimento desses mínimos. Se não tivermos conhecimento, não há como avaliar isso. Senão você estará dando carta branca para uma situação em que vai virar um garimpo o nosso interior. Essa é uma questão.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Bom, nós temos aqui a inscrição do Geraldo, depois o Respício, o Glanzmann e o Brigadeiro Gustavo. Depois, poderemos encerrar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim, senhor.

O SR. GERALDO VIEIRA – Rapidamente.

Eu acho que a questão essencial na classificação do Dorieldo é a forma como o setor privado tem de poder prestar serviço público. A questão essencial é definir o que vai para a concessão, o que pode ser autorização, de acordo com o modelo constitucional vigente. Nós, do setor privado, acreditamos, pelo quadro crônico de escassez de recursos de investimentos, que é possível, sob regime privado, um aeródromo civil privado prestar serviço público.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Eu concordo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GERALDO VIEIRA – Ótimo. Nós só entendemos que deve ser vedada a exploração comercial, para fazer uma destituição coerente, àqueles de uso particular, que o indivíduo constrói na sua fazenda e tudo o mais. O resto todo é derivado e pode ser objeto de prestação de serviços públicos.

Os outros segmentos da atividade econômica, os outros setores já superaram essa questão do modelo de outorga. Então, achamos que facilita, e eu acho que a nossa proposta vai na direção do que vocês estão fazendo, porém aprofunda um pouco, mas deixa claro para o País que eu posso empreender, mediante uma proposição adequada ao Poder Público, que fará a outorga mediante a autorização independentemente de questões vinculadas à certificação ou homologação.

Vamos lá. Na sua sustentação você falou várias vezes em FAA. Aqui nós falamos em Anac, o.k.? O que pretendemos aqui para que o modelo possa ser modernizado e não fique atolado no modelo do CBA, da década de 70, é que tudo que é da Anac é da Anac. Significa dizer o seguinte: certificações, homologações, registros, tudo isso pode ser feito por regulação. A lei da Anac já permite isso aí, não é verdade? Então, se a lei da Anac já permite isso daí, na medida em que a gente vai ao código e começa a estabelecer, categorizar – isso pode ser certificado, isso não pode ser certificado, isso tem que ter 2.000 passageiros, isso não tem que ter dois mil passageiros –, nós estamos criando obstáculos e obstruções ao acesso do capital privado no segmento.

Então, melhor fazer isso assim: definir primeiro que aeródromo civil privado pode ser explorado sob regime público independentemente da propriedade do bem e mediante autorização e delegar à Anac que estabeleça na legislação própria dela, como faz o FAA, todas as condicionantes para que a outorga da autorização seja expedida...

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Só um detalhezinho. Pode? Esse assunto é do 36 e aí...

O SR. GERALDO VIEIRA – Como é?

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Porque esse assunto da conversão de infraestruturas de uso privado para uso público, para a exploração comercial é um tema do art. 36. Inclusive, o meu colega Antônio Ivaldo vai falar dele mais detidamente. Aqui, o objeto foi tratar só do registro da infraestrutura. Então, eu não posso mesclar assuntos de naturezas distintas, mesmo porque o 36 já vai tratar disso.

O SR. GERALDO VIEIRA – Não, não. Eu estou fazendo uma observação preliminar.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Tudo bem.

O SR. GERALDO VIEIRA – Tudo o que diz respeito a normas de procedimento que não tenha caráter substantivo vai para a regulação da Anac, que observará as recomendações da ICAO, enfim, e tudo mais. E que no código constem simplesmente as normas que conceituam e permitem que o setor privado vá fazer os seus investimentos sob o controle e fiscalização dos agentes governamentais.

Quando você começa a tratar a certificação e homologação como o instituto jurídico que vai permitir a exploração, você está invertendo, é como colocar os bois diante da carroça, em nosso entendimento. Melhor você dizer: “Tudo isso pode ser autorizado e pode ser feito de acordo com as normas e procedimentos da Anac”.

O que nós não queremos aqui, achamos assim, é que a evolução, a modernização do setor, não necessariamente se você engessa e diz que será só através de concessão mediante licitação pública, você cria o impedimento de entrada e obstrução. Se serão 2.500 passageiros ou não, se a lei argentina não prevê, se a FAA diz que, nos Estados Unidos, para a realidade deles, é 2.500 ou não, isso pode ser resolvido em nível regulamentar.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Geraldo, aqui não há nenhuma restrição a investimento privado. Aqui só estamos condicionando como será feita a certificação da infraestrutura. Só. O investimento privado é tratado no art. 36.

O SR. GERALDO VIEIRA – Não, eu estou dizendo que isso não é necessário constar no código, não tem sentido.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – O que não é? A certificação não é assunto do código?

O SR. GERALDO VIEIRA – Não, pelo seguinte: você tem outras formas operacionais além daquelas que o Governo – você é funcionário da Anac também, não é? –, além daquelas que vocês trabalharam, emitindo um decreto regulando a possibilidade de prestação de serviços de infraestrutura aeronáutica mediante um aeródromo civil previamente autorizado. Porém que não fizesse concorrência com aeroporto público, que as condicionantes que o Governo encontrou para limitar as possibilidades do capital privado e empreender a construção de aeroporto seja greenfield ou não, seja pela transformação do que não é greenfield e pode ser transformado em exploração para uso público, as condicionantes que o Governo encontrou no nosso segmento, no setor de aviação civil não combinam com as autorizações que foram emitidas no setor portuário, no setor ferroviário, no setor de telecomunicações.

Então, eu estou vendo que tratar desta matéria de certificação e homologação sem antes definir a forma que o setor privado tem para entrar no setor e fazer investimento em infraestrutura não é recomendável. Essa é a nossa opinião.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores...

Você tinha a palavra, Respício. Por favor.

O SR. RESPÍCIO ANTONIO DO ESPIRITO SANTO JÚNIOR – Só para lembrar que há uma palavrinha logo depois de passageiros chamada “embarcados”. Então, grosso modo, são 5.000 passageiros movimentados nesse aeroporto. Não são 2.500 passageiros movimentados. São, grosso modo, 5.000, porque são 2.500 embarcados. É claro que a conta não vai bater zero a zero, mas só para suscitar esse item.

Veio-me à mente algo, Dorieldo. Você falou com relação à certificação mínima, cerco operacional...

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – São os itens mínimos para tolerabilidade de funcionamento. No caso do security, exclusivamente, há uma cerca operacional e controle de acesso.

O SR. RESPÍCIO ANTONIO DO ESPIRITO SANTO JÚNIOR – Veio-me imediatamente à cabeça algo que eu tenho estudado há algum tempo e que pipocou agora, apesar de eu já estar namorando esse segmento há algum tempo: hidroaviação. Não dá para cercar.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Entra a isenção de requisitos conforme nossa RBAC-01, porque, nesse caso, é não aplicável. Então, haveria isenção de requisitos.

O SR. RESPÍCIO ANTONIO DO ESPIRITO SANTO JÚNIOR – O.k.! Então isso estaria dentro do §3º, daquele item em que você falou que cada caso é um caso. Os mínimos serão colocados de acordo com a especificidade do aeródromo.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Graduação. Ali seria graduação, porque a graduação requer um estudo de risco. Nesse caso do hidroaeroporto, hidroaeródromo, como você quiser, feito um estudo de risco que detectou que não havia nada de possibilidade de haver colisão, simplesmente conforme o RBAC-01, que é o de isenção, haveria isenção de requisitos. E aí está dentro desse conceito de graduação.

O SR. RESPÍCIO ANTONIO DO ESPIRITO SANTO JÚNIOR – A hidroaviação tem uma característica bastante interessante: a parte aeronáutica da coisa é simultaneamente hidroviária, não importa se é água doce ou água salgada. A operação aérea vai estar na hidropista e no taxiamento, até mesmo porque pela Marinha – vamos dizer assim –, a partir do momento em que a aeronave tocou na água, ela deixa de ser uma aeronave e passa a ser uma embarcação e vice-versa. Então, há um tratamento todo da parte da Capitania dos Portos e tudo o mais. Mas, por exemplo, aquela hidropista não está associada a um, aspas, “aeroporto”, porque pode ser uma marina, pode ser qualquer coisa, qualquer infraestrutura que não tenha uma finalidade aeronáutica. A finalidade aeronáutica é apenas a hidropista e, mesmo assim, simultaneamente – é quase que uma simbiose com a parte de Capitania dos Portos. Quer dizer, é um segmento muito híbrido, muito particular e algumas coisas podem não valer para aquele ponto.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Mas, quanto ao conceito de aeródromo que a gente tem hoje no código – imaginemos que o próximo código de aviação seja algo nessa direção –, aeródromo é uma área

apta para pouso e decolagem. A água, a superfície aquática a que você se refere, desde que a aeronave seja compatível, constitui uma área. Então, em tese, ela também é um aeródromo, um local de pouso.

O SR. RESPÍCIO ANTONIO DO ESPIRITO SANTO JÚNIOR – É o que eu estou dizendo: há uma delicadeza muito grande nessa situação, porque, quando a aeronave está na água, não é uma aeronave, é uma embarcação. Há uma zona cinzenta aí e a gente tem que parar e pensar talvez só nesse segmento. Ela é uma embarcação. Ela está sob a Capitania dos Portos, sob toda a guarda, deixou de ser um avião, tanto que as tripulações têm que ter curso de arrais amador e tudo o mais. Então, existe um tratamento todo que é totalmente hidroviário na história, e não mais aeronáutico.

Quanto ao embarque e desembarque, a mesma coisa. Quer dizer, nós precisamos talvez pensar um pouco mais à frente, quem sabe abrir um segmento específico, mas só para levantar o assunto, e não para dizer que correto ou errado.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Até mesmo porque isso aqui não será encerrado hoje. A gente vai passar daqui para frente e receber sugestões.

O SR. RESPÍCIO ANTONIO DO ESPIRITO SANTO JÚNIOR – Perfeito. E, como você mesmo falou, de forma tão apropriada, a FAA pode nos emprestar tudo disso.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Sim.

O SR. RESPÍCIO ANTONIO DO ESPIRITO SANTO JÚNIOR – Porque há advisory circular específica para seaplane. Então, a gente pode pegar emprestado muito do que a FAA diz na sua advisory circular.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores, há o Glanzmann, que pediu a palavra, e, depois, o Brigadeiro.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Tudo bem, Brigadeiro. Sem problema.

Há algo também que vai ser interessante.

Eu estou sentindo uma preocupação. O Castanho colocou uma coisa interessante. Ele falou que realmente há a preocupação com os aeroportos que estão no interior, onde ninguém opera. O problema é que muitos hoje operam. Acho que seria uma possibilidade até de trazê-los para a legalidade, inclusive, para a formalidade, porque, no interior do Amazonas, no interior do Pará, no interior do Acre, realmente há empresas, há aqueles que chamamos de taqueiros – os caras que fazem transporte clandestino – que têm verdadeiras linhas aéreas sistemáticas instaladas dentro desses locais. Uma vez que há essa estrutura, é possível começar a cobrar o controle e a legalidade desse pessoal.

Agora, o mais importante, obviamente, eu acredito que é respeitar as características de operação da região. Hoje, as exigências são grandes, manda a lei, mas, por outro lado, as pessoas operam mesmo sem ter essas condições. Eu acredito que pode melhorar dentro dessa proposição.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Concordo plenamente. Não é essa a questão. A questão é saber onde... Concordo mais até com o Dr. Geraldo, quando ele coloca que quem tem que definir isso é a Anac. Hoje, há uma confiança na agência no sentido do que ela estabelece como mínimos, só que já se sabe dos mínimos. Dar aqui uma carta branca sem ter esses mínimos, sem a gente ver esses mínimos é complicado.

Então, se colocar na mão da agência para fazer isso, há essa confiança recíproca para que ela faça todo o trâmite.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Exato.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Não dá para a gente dar, no CBA, a autoridade para fazer sem saber quais são os mínimos. Quem vai estabelecer? A agência? Se a agência vai estabelecer, há um grau de confiança suficiente. Mas precisamos saber quem vai estabelecer esses mínimos para quem não tem que cadastrar ou certificar...

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – É a Anac que vai fixar, Castanho. Isso está na lei. É competência dela.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim. O Código simplesmente vai determinar que a Anac cumpra a função que é dela. Só isso.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Então, já se estabelece no código, como o Dr. Geraldo falou, que a Anac vai resolver essa questão e não precisamos estabelecer mínimos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Não está falando em mínimos aqui. Glanzmann, por favor.

O SR. RONEI SAGGIORO GLANZMANN – Obrigado, Presidente.

A minha observação é com relação ao §5º. As últimas palavras, a última frase estabelece: “Vedada a exploração comercial.”

Ao ler a proposta...

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Calma. Eu tenho uma apresentação só para esse ponto.

O SR. RONEI SAGGIORO GLANZMANN – É um ponto polêmico realmente.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Eu sei.

O SR. RONEI SAGGIORO GLANZMANN – Mas o meu entendimento desse artigo... Vamos testar se eu estou tendo o entendimento correto. São 2.500 passageiros embarcados da aviação regular. Então, nesse aeródromo privado pode operar voo charter à vontade, voo de fretamento à vontade, aviação geral à vontade, inclusive ligações aéreas sistemáticas, e todos os serviços privados que estão dentro da aviação geral.

A minha preocupação é a seguinte: nem tudo que falei eu entendo como serviço tipicamente público, mas alguns eu entendo como serviço tipicamente público: por exemplo, charter e fretamento.

Na ligação aérea sistemática, ainda que haja predominância do interesse privado, pode ser que haja resquício de interesse público também.

Da aviação geral de táxi aéreo para baixo, os serviços aeroespecializados, eu já entendo como serviços tipicamente privados. Vamos fazer essa discussão no Título VI do Código, mas eu já entendo como serviço tipicamente privado.

O meu ponto é o seguinte: a gente fala que é “vedada a exploração comercial”, mas a gente permite que tudo isso que comentei seja operado nesse aeroporto. E vamos limitar somente aos 2.500 passageiros embarcados de voos regulares.

Não é mais fácil tirar “vedada a exploração comercial”? Porque, como se está deixando tudo isso, é claro que está havendo exploração comercial.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Só que é uma exploração muito nanica. O que são 2.500 passageiros? Você poderia fazer com uma aeronave pequena o transporte desses 2.500 passageiros, como aqueles LETs de até 19 assentos. É um negócio muito pequeno. É igual ao vendedor de caneta na sua comissão de formatura. Por exemplo, um aeroporto com uma pista de 2.500m, um PCN 40, que pode receber voos da TAM e GOL, dentro de uma semana, fecharia esse limite.

Então, a ideia aqui, nesses 2.500, isso não foi feito pensando nessa turma que você trouxe aqui. O charter e o voo regular demandam ganho de escala. A ideia aqui seria assim: um público nanico. É um indivíduo que comprou uma aeronave pequena, está fazendo aqueles voos, está testando o mercado. Esse mercado está nascendo; 2.500 seria o nascedouro de um mercado. Como eu disse – e será encaminhado para vocês –, nas estatísticas da Anac, um aeroporto, hoje, que tem voos regulares, é muito difícil achar algo abaixo disso. Acho que acima disso começa a viabilizar o voo regular. Então, eu entendo que até esses limites de 2.500 você tem esse nascedouro. Agora, imagine um limite inferior a 2.500. Não seria factível, tendo em vista as aeronaves que temos hoje – os ATRs, os boeings –, mas para um aviãozinho menor, certo? E o risco operacional disso é muito pequeno.

Eu proponho, Presidente, trazer um especialista para falar de um estudo de risco que concluiu que, até 10.000 passageiros, se poderia dar isenção de requisitos porque é um número que tem zero fatalidade de acidentes. Então, o risco operacional que a gente tem até esse limite de 2.500 é ínfimo, é inexistente.

O SR. RONEI SAGGIORO GLANZMANN – Mas a aviação geral poderia operar nesses aeroportos também?

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Pode.

O SR. RONEI SAGGIORO GLANZMANN – Livremente?

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Livremente. Até os 2.500.

O SR. RONEI SAGGIORO GLANZMANN – E o charter e fretamento?

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Até os 2.500.

O SR. RONEI SAGGIORO GLANZMANN – Então, regular está incluído aí?

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Não, desculpa. Não, o charter não. Os 2.500 são para os regulares, que têm Hotran.

O SR. RONEI SAGGIORO GLANZMANN – A minha dúvida é exatamente esta: esse aeroporto é privado, tipicamente não está preparado para prestar serviço público, porque ele não tem todas aquelas características do serviço público, enfim, o proprietário desse aeroporto pode fechá-lo a qualquer momento. Então, imagine que ali se instalem várias operações típicas do serviço público, por exemplo, uma empresa “charteira” monte a sua base operacional ali.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Não vai chegar a nesse nível, pode se despreocupar. E sabe por quê? No Brasil, só a partir de 10.000 passageiros no voo regular é que uma infraestrutura começa a ter dinheiro para pagar alguém para tomar conta. Está entendendo? E 2.500 não dá; 2.500 é muito pouco.

O SR. RONEI SAGGIORO GLANZMANN – Mas minha dúvida é exatamente esta: esses passageiros do voo charter estão contemplados dentro dos 2.500 ou não?

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Fora.

O SR. RONEI SAGGIORO GLANZMANN – Pois é. Então, uma empresa “charteira” poderia se instalar nesse aeroporto, vender bilhetes com prazo de validade de um ano, no limite da extrapolação do raciocínio, poderia vender centenas de milhões de bilhetes. E aí o proprietário desse aeroporto, de uma hora para outra, pode virar e falar: “Olha, a partir de amanhã não quero mais, quero fechar minhas portas”. Como é que fica essa relação de serviços tipicamente públicos? Porque, no meu entendimento, os serviços de charter e fretamento são serviços tipicamente públicos, principalmente o de charter, mais ainda que o fretamento, porque o charter tem a venda de bilhetes aberta ao público e estaria sendo prestado numa infraestrutura caracterizada como privada, que não tem todo aquele regramento. Estou falando de política econômica. Estou tirando da parte de política de regulação técnica. De regulação econômica, exclusivamente, nós teríamos um volume grande de passageiros operando em infraestruturas privadas.

O meu ponto é este: o que são esses 2.500 passageiros? Eu estou entendendo que charter estaria fora disso.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – É muito difícil, Ronei, você ter uma redação que preveja todas as hipóteses. Quando nós escrevemos aquilo ali, principalmente, na discussão com o Ivaldo, também acho que conversamos com o CJ, a preocupação nossa era esta: uma localidade provida só de infraestrutura de uso privativo. Se você conceitua por tipo a exploração comercial, diz que é charter, regular, é típico do serviço público e não pode, você já matou, no embrião, essa localidade para poder receber voos. Nós temos no Brasil o caso de Confresa, que recebe voos regulares, muito conhecido aqui do Presidente. Búzios já recebeu voos regulares da Team; Mucuri, no sul da Bahia, já recebeu voos regulares da Pantanal; Comandatuba já recebeu TAM e Gol. Qual mais?

O SR. RONEI SAGGIORO GLANZMANN – Minaçu já recebeu a Sete, não recebe mais.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Tem uma porção. O que estamos querendo dizer é o seguinte: a coisa não vai chegar a esse nível que o preocupa porque, primeiramente, estamos tratando de localidades de pequena demanda. E aí também entra a discricionariedade da agência pelo seguinte: se você tem uma infraestrutura de uso público lá, em que esse serviço de volume pode ser prestado, por que é que vai para o privado? E outra: numa estrutura como essa, uma “charteira”, para ter volume, vai exigir uma capacidade de pista, uma capacidade muito maior daquela infraestrutura, que vai aproximá-lo mais do aeroporto empresarial, típico de prestação de serviço.

Eu entendo válida a preocupação, mas eu acho que, dentro desses limites de 2.500, não vai suscitar tanto essa preocupação. O que eu proponho, se houver tempo aqui, é fazer uma apresentação desse conceito de exploração comercial e, a partir daí, ver como pôr algumas traves ali, se for o caso, ou melhorar a redação. Acho que, antes de não sabermos o que se entende por exploração comercial, fica difícil partirmos para essa discussão.

Eu concordo com o Dr. Geraldo...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Só um minutinho. Queria passar a palavra ao Brigadeiro Gustavo, que já está inscrito há um bom tempo.

O SR. GUSTAVO ADOLFO CAMARGO DE OLIVEIRA – Com relação à segurança operacional, queria lembrar que mesmo no processo de registro simplificado da Anac a parte de plano básico de zona de proteção passa pela nossa análise, a gente exige isso. Ou seja, na segurança, em termos de obstáculos e até mesmo na eventualidade de haver um procedimento de descida, vamos exigir que os obstáculos estejam conforme, que apresentem o seu plano básico de zona de proteção.

Com relação à pergunta do professor sobre hidroavião, eu também andei estudando há um tempo, porque eu estava querendo entender o problema do pouso eventual. Descobri que temos uma única pista, hidropista registrada no Brasil, que é paralela à do Aeroporto Santos Dumont, mas também o processo passa pela Marinha. Da mesma forma, a Anac não poderia fazer o registro sem fazer o processo pela Marinha. Então, do mesmo jeito que ela faz o processo passar por lá, no meu entendimento, como na regulação o processo passa pelo Comando da Aeronáutica para avaliar os planos básicos de zona de proteção, vai ter que passar a hidropista pela Marinha, para ela avaliar se podem ser feitas aquelas proteções necessárias para ter a hidropista. Acho que não está tudo escrito, mas na regulação acho que existem essas nuances.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores, só terminando essas considerações, vamos parar para almoço após o término do debate em relação ao art. 30. E no retorno, obviamente às 14 horas em ponto, cravadas, temos o assunto a tratar em relação ao art. 36, que tem uma apresentação marcada.

O nosso amigo Catanant vai fazer isso ou você? Honorato, ele quer fazer também uma rápida apresentação sobre a questão da aeronavegabilidade, as contribuições que já foram encaminhadas. E também temos o Kerlington, que quer fazer apresentação sobre SAR.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O.k.

O SR. GUSTAVO ADOLFO CAMARGO DE OLIVEIRA – Da mesma forma das outras, existem artigos e propostas de alterações dos artigos num modelo que estávamos trabalhando. Fica aberto para comentários até a próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Concordo. Esta é a melhor forma: todos estudam a lei e pegam apenas os pontos principais, para não ficar em debate um por um.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Só um minutinho. O Catanant pediu a palavra.

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – Eu acho que esses pontos que estamos tratando aqui são pontos especiais dos mais relevantes para considerarmos na reforma. A proposta está bem embasada, dou os parabéns ao Doriêdo, mas quero sugerir que, ao invés de passarmos a um outro ponto, eventualmente, depois do almoço, poderíamos retomar e continuar a discussão com a apresentação em torno da questão da exploração comercial, que me parece bastante sensível, aproveitar o embalo e tentar esgotar isso hoje.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim, vamos à questão. Os arts. 30 e 36 são praticamente conexos. Os assuntos estão interligados.

Castanho, sim.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Na última reunião, pediram-me para fazer uma apresentação sobre a questão do balão, trouxe a apresentação, agora fica a critério da Comissão eu fazer essa apresentação. Seriam dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Certo. Então, vamos fazer assim: vamos exaurir esses debates que estão pendentes, essas apresentações que faremos agora. Por quê? O que acontece? Queremos colocar essas apresentações todas para uma audiência temática. Também vai ser importante que os grupos tenham uma meia hora para coordenar e refazer a questão do cronograma, que os grupos aproveitem e conversem para dizer como é que será o cronograma. Então, nós vamos exaurir a questão dos arts. 30 e 36, vamos fazer apresentação apenas, como o Kerlington colocou, da SAR, a apresentação que ele quer fazer. Entraremos no que disse o Kerlington e, depois do Kerlington, podemos fazer a apresentação – parece que o Respício quer fazer uma apresentação, quer um tempo. Então, você vai fazer a apresentação do balão em dez minutos, e vamos precisar de uma hora para que os grupos realinhem a questão do cronograma, das contribuições que foram feitas.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Gostaria de fazer uma proposta aqui, em nome do colega que sugeriu isso, de determinarmos um tempo para que cada um se posicione, porque, senão, às vezes, até eu mesmo me excedo no tempo, que houvesse um tempo, foi a sugestão. Adianta, ganha tempo, fica mais objetiva a conversa.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Inclusive, nós podemos deliberar em relação ao tempo para os debates, no máximo dez minutos. Porque nós gostamos do assunto aviação, que é sempre apaixonante, o debate vai embora. Realmente, nós temos que definir algumas situações. O.k., senhores?

Então, vamos suspender para o almoço. Retornaremos para a conclusão do art. 30, depois, o art. 36, também a questão da SAR, a apresentação do Honorato, do Castanho, do Respício e a reunião dos grupos.

(Suspensa às 12 horas e 52 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores, vamos tomar assento, por favor.

Bem-vindos.

Pontualmente, às 14 horas, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Art. 30. O Catanant pediu especial atenção ao art. 30 para ver se nós tínhamos mais alguma coisa. E vamos ver se exaurimos esta pauta agora.

Não desconsidero a importância do assunto, mas vamos dar dez minutos para ver se temos mais alguma contribuição ou algum debate para fazer sobre o art. 30, para passarmos, então, para o art. 36, por mais 15 minutos. Aí, então, passaremos à apresentação do Grupo SAR e de pessoal, por dez minutos, com o Kerlington, depois teremos a apresentação do Catanant, por dez, quinze minutos.

Honorato.

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – Eu só dei a ideia de que o Doriêdo pudesse já expor o material que ele tem sobre a exploração comercial.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Perfeito.

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – Está no meio do caminho.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Está no 36.

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – Interessam o 30 e o 36.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Então, só falta o nosso Vice-Presidente retornar ao hábito.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O senhor já quer falar do 36?

Os senhores querem fazer mais alguma colocação em relação ao 30 no momento?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Brigadeiro, pois não.

Sim, senhor.

O SR. GUSTAVO ADOLFO CAMARGO DE OLIVEIRA – A apresentação do Geraldo eu achei que está bem consistente também, porque envolve esses artigos todos.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim.

O SR. GUSTAVO ADOLFO CAMARGO DE OLIVEIRA – Então, minha sugestão é que deixemos para decidir na próxima reunião, para termos tempo de dar uma lida na proposta que foi apresentada pelo Dr. Geraldo.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Então, em relação ao art. 30, façamos assim: o pessoal, o apoio jurídico de São Paulo...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – ...vai colocar dentro daquela tabela, dentro daquele quadro comparativo, lembrando que não é um quadro terminal, que, independente do número de artigos, muitas coisas são realocadas. É apenas para vermos um paralelismo, termos uma visão plana e aérea da situação.

Dessa forma, vamos passar, então, ao art. 36. Espero que o Antônio possa fazer suas considerações.

O SR. TERCIO IVAN DE BARROS – Presidente, só uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Deixe-me só fazer uma ligação para o Doriêdo.

Pois não, quem falou?

Tercio, sim, senhor!

O SR. TERCIO IVAN DE BARROS – Eu gostaria que esses documentos, dentro do possível, fossem agilizados para que tenhamos condições de fazer um bom estudo, um estudo mais profundo, para não recebermos essa informação em cima da hora, ficarmos ouvindo e não termos, às vezes, o que opinar a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Dr. Tercio, a pauta de hoje, inclusive o art. 30 e o art. 36, eu reencaminhei para todo mundo na quinta-feira.

O SR. TERCIO IVAN DE BARROS – Eu recebi. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Perfeito.

Esse novo material que está chegando agora, por exemplo, esse quadro comparativo ficou pronto hoje, às 2 horas da manhã, porque alguns mandaram a contribuição durante o sábado. Os nossos amigos lá, realmente, foram trabalhar no domingo. O Dr. Geraldo disponibilizou praticamente agora o material dele para todos nós. Já está à disposição também.

O SR. TERCIO IVAN DE BARROS – Está ótimo!

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O senhor, por favor, cobre. Pode cobrar. Da minha parte, só posso pedir a todos que estudem o assunto, venham para cá praticamente com as propostas prontas e predefinidas, porque, se criarmos um assunto novo em cima de assuntos que estamos tratando e que são polêmicos, nós vamos demorar muito tempo para chegar a um consenso.

O SR. TERCIO IVAN DE BARROS – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – À disposição, Tercio.

Antônio, por favor.

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Com relação ao art. 36, a nossa preocupação foi fomentar a utilização de aeródromos e infraestruturas aeroportuárias ao redor do País pela iniciativa privada. A ideia é tentar melhorar o código com relação a esse assunto.

O que foi feito no art. 36, basicamente, foi a adição de um parágrafo, que é o §6º. A Constituição permite a exploração dessa infraestrutura, seja por concessão ou autorização, e o Código Brasileiro de Aeronáutica também tem essa previsão. O que nós entendemos é que seria necessário ter alguma coisa mais clara no código. Claro que só esse artigo não resolve o assunto. Ele está em conjunto com o art. 30. Por isso que é importante falar dos dois em conjunto. Mas também temos interesse em proteger a própria União com relação aos locais

onde foram efetuadas concessões recentemente, como Guarulhos, como Confins, Brasília, Rio de Janeiro. Não faz sentido prevermos autorização de construção de aeroportos que irão concorrer com locais que tenham uma ampla infraestrutura, e essa infraestrutura foi concedida à iniciativa privada recentemente a um determinado custo, e evitar qualquer pedido de regulação econômico-financeira, de recálculo ou alguma coisa do tipo.

Então, o que sugerimos é que seja inserido um §6º, que seria:

§ 6º A autorização para explorar infraestrutura aeroportuária com operação de voos regulares só será admitida nas seguintes hipóteses:

- a) Regiões metropolitanas em que a infraestrutura aeroportuária principal e existente esteja saturada e impassível de ampliação;
- b) Regiões do interior brasileiro em que a admissão de aeroporto autorizado não implicar competição ruinosa a infraestrutura de uso público já existente e em funcionamento.

Então, repetindo, a ideia não é criar um aeroporto ao lado de um local de outro aeroporto, que vai competir, de forma ruinosa, com ele, mas permitir que, em locais onde não há, seja possível um empresário ou um empreendedor construir um aeroporto que possa atender a quem de direito. E que ele possa, inclusive, atender voos regulares. É por isso que está clara ali a questão dos voos regulares.

Há um item que não está claro na tabela aí, mas a ideia é cancelar o art. 36-A. A ideia de cancelá-lo não está aí, mas eu vou ler para os senhores:

Art. 36-A A autoridade de aviação civil poderá expedir regulamento específico para aeródromos públicos situados na área da Amazônia Legal, adequando suas operações às condições locais, com vistas a promover o fomento regional, a integração social, o atendimento de comunidades isoladas, o acesso à saúde e o apoio a operações de segurança.

Esse art. 36-A está relacionado à questão de que falamos anteriormente, de ter um certo limite em que é obrigatória a certificação do aeroporto. Então, em vez de separar por regiões do País, como está hoje no código, em que na Amazônia Legal, teoricamente, eu teria regras diferenciadas, a ideia é que, dependendo do tamanho da movimentação, eu não precisaria certificar.

No §6º no art. 36, a ideia é facilitar e deixar claro na lei que pode ser emitida autorização para a exploração de infraestrutura de operação de voos regulares.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Há um detalhe que eu gostaria de lembrar aqui: como trabalhamos no Grupo 3, essa proposta tem uma base, tem uma referência que atende a uma metodologia estabelecida no Regimento Interno. Foi feito um benchmarking da lei de aeropuertos, no México, de 1995, revisada em 1999. E, lá no México, temos o instituto das concesiones, como temos no Brasil as concessões, que também são feitas por meio de licitações. Há o instituto dos permisos, algo que se aproxima do que temos aqui com o nome de autorização, mas dão o equivalente. Há também um outro instituto lá, que se chama concesión sin licitación pública, que é uma concessão sem licitação pública. Essa se torna inviável de se aplicar aqui, no Brasil, hoje, no momento, porque o art. 175 da nossa Constituição determina que os serviços públicos de incumbência do Poder Público são delegados mediante concessão, permissão sempre via licitação. Como se colocou “sempre”, são cem por cento das possibilidades, não há margem de exceção. Então, no Brasil, não temos o instituto da concessão sem licitação. Teríamos, no caso do aeroporto, a autorização.

O que foi feito? Essa estrutura que achamos na lei mexicana é regulada no art. 12 da lei de aeropuertos como concesiones sin licitación pública, que é aquele instituto de outorga que é usado quando se tem uma infraestrutura principal, um lugar, que chegou a um limite, já não tem mais como expandir, esgotou, e o regulado pode recorrer ao Estado para outra concessão para ele operar um aeroporto complementar, assim dizendo. Então, logo, vemos que a autorização para explorar aeroporto aparece com uma noção de complementaridade, ou seja, você tem uma infraestrutura básica, construída pelo governo ou mesmo pelo setor privado, mas vem para complementar quando uma se esgota, que seria o caso da alínea “a”.

No Brasil, há um acórdão do TCU, o Acórdão nº 346, de 2008 – o Catanant conhece muito bem –, em que o TCU manifesta que as concessões de serviços aéreos no Brasil, como não estão sujeitas a licitação – é algo mais de mercado – estão mais para autorizações do que para concessões.

Como estamos tratando de autorizações para aeroportos, que é um instituto que não está regido pela licitação, por analogia, seria mais conveniente que essa concesión sin licitación do México seja entendida, no nosso caso, como autorização, e não como concessão sem licitação. Daí é que veio a proposta da alínea “a”.

A alínea “b”, como ele disse, é a proposta de política pública de utilizar a autorização para plantar infraestruturas onde não existe nada, no meio do nada, ou, mesmo que exista, onde não haja interferência ou competição para funcionamento ruim.

Apenas um lembrete sobre o benchmarking de que falei: se as pessoas quiserem consultar a lei mexicana, também vão chegar ao mesmo resultado, acredito.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Respício.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Desde o início, aquele termo “competição ruinosa” é catastrófico. Para se provar academicamente, economicamente “competição ruinosa” é perder na certa. Talvez pudéssemos ser mais diretos, quer dizer, “implicar concorrência direta”. Concorrência direta é muito mais fácil de você documentar do que uma competição ruinosa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – A competição é desejável. Ocorre que a competição pode ser ruim para o todo, para a sociedade, quando coloca em risco a disponibilidade de querer fazer o investimento ou quando ela afugentar o investidor. Então, talvez fosse a ideia pensarmos em outra expressão. Concordo com isso, porque a pessoa, quando escreve a norma, nem sempre consegue captar todas as apreensões que vai haver. De repente, é o caso de deixar em evidência esse termo “competição ruinosa”, Presidente, e coletarmos dos membros da Comissão outras expressões que significassem o que se deseja, que é proteger o investimento feito seja pelo Estado ou por outro e evitar que haja a insegurança de o indivíduo investir em infraestrutura e, no outro dia, outro indivíduo chegar ao lado dele e derrubá-lo.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – É, mas, de qualquer modo, eu, como sou fã de livre mercado, acredito que poderia ser dada autorização – estou falando por mim – e que se virassem os empresários que estão no comando ou o Poder Público que está no comando. Mesmo que um tivesse que fechar depois, não importa qual, se transformaria depois em um condomínio, em sei lá o quê.

Lembro-me deste termo bastante desagradável, “competição ruinosa”, quando, há vários anos, a Gol começou a colocar voos a R\$50,00 e o DAC falou que não podia, porque seria competição ruinosa. Para mim, é o absurdo do absurdo chegar a um termo desses, já que estamos funcionando em livre mercado não apenas no provimento de serviços aéreos...

(Soa a campanha.)

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – ...de transporte de passageiros, mas também com a ideia, com o princípio de fazer um empreendedorismo na área de infraestrutura aeroportuária. É só com isso que, talvez, tenhamos que tomar muito cuidado quando se fala em competição ruinosa.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Geraldo, por favor.

O SR. GERALDO VIEIRA – Presidente, o meu receio aqui é o seguinte: a primeira proposta, essa que foi relatada pelo grupo, nos mantém atolados no modelo intervencionista das décadas de 70, 80. Não faz avanço nenhum na minha visão.

Essa proposta que está aí, do mesmo modo, leva aos mesmos efeitos, até pela manutenção da redação atual do código. Vamos entender qual a razão pela qual o legislador à época inseriu dispositivos, os vigentes e não os propostos. Aqui se fala em “monopólio da União”, em “competição ruinosa”. Isso é coisa de 30 anos atrás. Hoje, temos um sistema no Cade que faz o controle da ordem econômica, um sistema sofisticado, que está funcionando adequadamente, através do qual fizemos avanços ótimos.

Na lei da criação da Anac, inserimos um dispositivo segundo o qual em qualquer matéria concorrencial a Anac submete-a ao Cade porque sequer está aparelhada internamente e com pessoal qualificado minimamente para olhar questões ligadas à concorrência. Isso está exatamente no sentido do que sustenta o Prof. Respício.

Em segundo lugar, no que se refere aos dispositivos propostos, me parece, de igual modo, que eles padecem dos mesmos vícios quando, ao tratar da concorrência, estabelecem limitações de concorrência em região metropolitana. Eu até entendo e aceito que o Governo tenha preocupação de cuidar bem dessa criança que está acabando de nascer, que são as concessões outorgadas recentemente, que vão ser, agora, na sequência, talvez no ano que vem, postas em licitação. Não concordo com o modelo que o Governo adotou, mas concordo que o princípio foi correto e conceder está correto.

Aqui, particularmente, esse dispositivo tem – e volto eu, de novo, a dizer – um defeito básico que é definir procedimentos no que se refere a essas possibilidades de competição. No modelo que sugerimos que vocês examinem, da outorga da concessão ou da outorga de autorização, está vinculada a uma decisão política do Poder Público Federal. Ele pode autorizar ou não. O que estamos colocando, e os senhores vão verificar na proposta, na sugestão de redação, é que qualquer que seja a situação, seja concessão, seja autorização na modalidade em que estamos propondo, isso só ocorrerá mediante ajuste e subordinação à política nacional de aviação civil.

Então, restringir competição em região metropolitana, como se isso pudesse ser verdade daqui a 20, 30 anos, não. Basta dizer o seguinte: os dados de outorga observarão a política nacional de aviação civil que é formulada pela SAC. Aliás, em tese, poderia ser até, ainda que indevidamente, sujeita à aprovação do Congresso Nacional. Então, nossa proposta contempla isso de maneira melhor porque cada governo, em cada tempo, em cada momento, em cada década vai aferir se é possível ou não realizar uma segunda outorga dentro ou fora da região metropolitana em qualquer lugar. Se o governo diz: “Quero manter a cotação para que esses concessionários continuem atuando aqui, isoladamente, nessa grande região, nessa interlândia do aeroporto por mais 20 anos”, é política formulada pelo Poder Executivo. Nesse caso, não há que se falar em outorga, nem em concessão, nem de autorização. Agora, subordinar a esses requisitos que estão sendo propostos não me parece, para uma lei geral como o novo CBA, adequado.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores, entendo que o Brasil passou por uma época de vários modelos econômicos e várias políticas públicas. Tivemos uma época de “liberou geral”, que foi praticamente a década de 50 para a de 60, em que o Brasil chegou a ter quase 500 cidades atendidas pelo serviço aéreo regular. No entanto, de certa forma, não havia um parâmetro, e muitas empresas acabaram quebrando. Por isso, no começo da década de 60, surgiram o Sitar e o Conac. Obviamente, a partir daí, tentou-se desenhar um modelo estatal, com política industrial, que foi altamente regulado. Então, entramos na década de 80 com esse modelo, passamos por uma desregulamentação no começo da década de 90, que, depois, levou a que empresas não se adequassem ao mercado. Hoje, estamos em um modelo em que estamos praticamente construindo. Ou seja: sei que se espera que possamos pegar a base dessa experiência que já tivemos, porque sei que há uma preocupação do Governo, por experiências anteriores, no sentido de que um “liberou geral”, liberando para todo mundo, sem deixar limites, já restou obviamente danoso em outras épocas.

Por outro lado, o próprio Governo tem que garantir que algumas concessões feitas continuem rentáveis, porque, senão, abrir a concorrência... “Olha, o pessoal fez a primeira concessão, pegou pesado e agora vão entrar essas concorrências dessa forma?” No mais, concordo totalmente com o Dr. Geraldo em relação à necessidade dessa ampliação.

Aproveitando o debate, apesar de o tempo estar se esgotando para esse assunto, eu gostaria muito que os grupos, principalmente o de transporte aéreo, fixasse algo, porque não existe dentro do Código Brasileiro de Aeronáutica uma delimitação entre área operacional e área comercial. Acho que, em relação principalmente aos hangares, às áreas onde operam, seria interessante delimitar, porque a precificação que é feita para as empresas que estão em áreas operacionais é feita com base em áreas comerciais, e, às vezes, isso não está claro. Parece que a Portaria nº 228, da SAC, abordou alguma coisa nesse sentido, em relação às áreas comerciais e áreas operacionais, mas eu gostaria muito que o grupo também desse atenção, para que fizéssemos essa inserção dentro do texto do código, até mesmo para aprimorar a questão da área onde as empresas devem atuar.

Senhores, em relação ao art. 30, alguém tem mais alguma consideração?

Sim, Kerlington.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Acompanho o Dr. Geraldo em número, gênero e grau. Acho que é a segunda vez que ele se posiciona sobre dar generalidade ao tratamento. Não sei como isso, de fato, vai ser operacionalizado. Volto para o grupo essa minha dúvida. Desculpe-me, acho que não entendi bem. Abri-lhantou, colocou sua posição, mas não é o que está aqui a posição dele e não sei como vamos tratar isso. Não estou dizendo que sou favorável aqui ou ali. Mas digo que, com essas duas posições, inclusive a do Respício, que coaduna com a do Geraldo, não sei como vai ser tratado isso. Essa é a minha dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Isso, obviamente, será analisado. Receberemos as contribuições, analisaremos, teremos que ver o interesse que vai surgir. Acho que a SAC vai se manifestar em relação a isso também até mesmo por conta desses contratos e dessas concessões que está havendo. Acho que isso aqui é coisa que vamos amadurecer, e rápido.

Brigadeiro.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS (Fora do microfone.) – Vamos passar para frente e depois voltar para isso. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O que faremos é o seguinte: vamos colocar dentro da tabela as sugestões que foram feitas e vamos apenas contar com a colaboração dos grupos. Se ficarmos debatendo e revolvendo os assuntos, realmente... Temos que formatar o quanto antes a proposta final para que o grupo de apoio possa colocar isso e mandar para a Consultoria do Senado Federal, senão, eles não terão tempo hábil para trabalhar.

Brigadeiro, pois não.

O SR. GUSTAVO ADOLFO CAMARGO DE OLIVEIRA – Estou na linha do Kerllington. Para mim, o art. 39, que nos foi submetido pelo Dr. Geraldo, trata desse assunto de forma muito mais adequada. É questão de pe-

garmos o texto que ele nos submeteu, darmos uma lida e trazermos as críticas na próxima semana. É porque o art. 39 dele é o que lida com esse assunto aqui. Acho que ele está muito bom, delimita os casos em que o aeródromo autorizado vai se submeter a uma restrição em função de outro já existente.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Glanzmann.

O SR. RONEI SAGGIORO GLANZMANN – Aqui é só uma observação. O ponto é: essa matéria já foi inserida duas vezes aqui, pelo Congresso Nacional, não exatamente desse jeito, mas o assunto autorização já foi vetado duas vezes pela Presidente da República. É um assunto muito controverso, é um assunto muito caro ao Governo Federal, exatamente nesta linha: implica diretamente na continuidade do processo de concessão que foi iniciado. Acho que ainda temos um caminho muito longo a seguir com a concessão. E temos alguns riscos aqui, com relação à parte de concessão.

Eu também sou a favor da competição, do livre mercado, mas o ponto aqui é a utilização do instrumento da autorização, que talvez seja o instrumento mais precário de todas as outorgas – temos concessão, permissão e autorização.

A autorização tem características preocupantes: ela pode ser revogada a qualquer momento, por qualquer uma das partes.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira. Fora do microfone.) – Aqui não. Aqui, se for mediante contrato de adesão...

O SR. RONEI SAGGIORO GLANZMANN – Mas o ponto é que estamos tratando do instrumento de autorização. A doutrina diz que, quando a gente tem um serviço tipicamente público, onde há a predominância do interesse público e a importância do serviço público, deveria prevalecer a concessão. A autorização deveria ser para aqueles serviços, ainda que classificados como públicos, em que ainda prevalece o interesse privado, ou ainda, em que você tem resquícios do interesse público. E, ali, portanto, você autorizaria, dado que a prioridade do serviço ali prestado não seja de natureza privada.

Aqui, a gente vai usar esse instrumento para aeroportos que terão a predominância do interesse público. Então, de novo, volto a insistir: imaginem um aeroporto, lá no interior do Amazonas, onde há uma empresa aérea operando, vendendo passagens, atendendo passageiros, e essa infraestrutura cresce. Ai, de repente, o detentor dessa autorização, do dia para a noite, briga ou tem questões pessoais com o dono da empresa aérea e diz: “Eu vou fechar o meu aeroporto”. E aqui é um aeroporto público, onde você tem a predominância desse interesse.

Então, a gente tem que tomar um pouco de cuidado, além da questão da concessão, com a questão de a gente utilizar um instrumento de outorga, que, no meu entendimento, pela sua precariedade, não é o mais adequado para infraestruturas onde haja a predominância do interesse público.

É por isso que, hoje, a autorização é regulamentada para serviços da aviação geral, porque – pelo menos eu entendo assim – já são serviços, apesar de alguns deles serem classificados como públicos, onde há a predominância do interesse privado.

Então, é só um alerta que eu trago, bem como o alerta de que essa matéria é bastante cara para o Governo, tanto que já foi vetada duas vezes. Então, não é um assunto tão trivial assim.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Em relação a essas concessões, precárias que sejam, ou autorizações, eu acredito que a preocupação vale em relação ao aeroporto que vai para o interior da Amazônia, onde, de repente, o cara faz um contrato, como nós temos em algumas regiões lá, onde há eventos sazonais e onde funcionam até linhas aéreas que não são sistemáticas, embora funcionem como tais, e se aí surge uma questão entre o operador e o proprietário do aeroporto operador, já se gera uma questão até contratual. Então, obviamente, no caso, haveria esse nível de proteção. Quer dizer: se os particulares não conseguirem resolver a sua vida, eu não sei se o Governo vai continuar com o contrato. Talvez, ele possa até ajudar.

O SR. RONEI SAGGIORO GLANZMANN – Pois é; mas e o passageiro que comprou a passagem?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O passageiro é responsabilidade, por enquanto, ao que eu sinto, objetiva. Se o pré-contrato de trabalho... Porque nós sabemos que o contrato de transporte aéreo é um pré-contrato, que precisa ser aperfeiçoado; é uma expectativa de um direito. Agora, obviamente, se ele não conseguir cumprir com isso, o operador vai ter que arcar, e ele vai ter que vir junto com o proprietário do aeroporto nessa forma. O.k?

Sr. Geraldo, por favor.

O SR. GERALDO VIEIRA – Só para um esclarecimento. Em primeiro lugar, o Governo não vetou pelas razões declinadas por você nem porque seja contra autorização. Quando fez esses vetos, já havia sancionado leis prevendo autorização para outros setores da economia, como telecomunicações, como portos, como ferrovias e tudo mais. Então, vamos fazer primeiro esse esclarecimento.

Em segundo lugar, o que nós estamos propondo aqui – e que não é novidade, não estamos reinventando a roda – é a autorização sem o vínculo de precariedade – é óbvio!

A autorização, aqui, no caso, para a prestação do serviço público contempla todas as cláusulas contratuais elencadas na Lei Geral de Concessões, exceto duas: o valor do contrato, porque aí é por conta e risco, e o Poder Público não tem a obrigação de zelar pelo equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão; e, em segundo lugar, a reversão dos bens.

Em sendo assim, fica óbvio que, numa interrupção no que diz respeito à discussão da continuidade do serviço público, vão estar lá todas as salvaguardas no contrato, na hipótese de autorização. E já é mais do que conhecido na doutrina e tudo mais que o operador aeroportuário tem a responsabilidade objetiva pela paralisação do serviço se não for por justa causa ou força maior. De modo que o passageiro da aviação regular estará absolutamente seguro.

E, ainda, a cláusula define também que, se ele, eventualmente, tiver interesse em paralisar a atividade, ele terá que avisar com antecedência mínima, inclusive com prazo fixado no regulamento da autoridade civil, que assume, aí, a responsabilidade de poder concedente e, obviamente, no conjunto da responsabilidade, estarão estabelecidas as regras que ressalvam o usuário.

Mas os modelos jurídicos são conhecidos. Não estamos trazendo nada de novo; estamos apenas pedindo o seguinte: vamos colocar a aviação, que lida com alta tecnologia, com altos investimentos, no mesmo padrão de igualdade dos outros setores da economia. Esse foi o filho bastardo, o filho velho, desatualizado, coxo, e assim não pode continuar.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores, eu vou passar a palavra, rapidamente, para o Doriêdo. Em seguida, não havendo mais argumentação, eu gostaria de passar para a apresentação dos grupos. São três apresentações. E, se houver tempo hábil, eu quero passar também para a apresentação do Castanho, porque eu quero encerrar aqui os nossos trabalhos um pouco mais cedo, haja vista que alguns coordenadores de grupo têm compromissos às 16h30. E eu queria muito que os coordenadores conversassem com os seus grupos respectivos.

Por favor, Doriêdo.

O SR. DORIÊDO LUIZ DOS PRAZERES – Bom, eu não consigo entender essa lógica da precariedade para a autorização do serviço público, porque isso nasceu no Direito brasileiro, tratando daquela precariedade da autorização para uso de bem público. Uma coisa é eu instalar uma banca em uma calçada e ter uma autorização para fazê-lo, e, no outro dia, o Estado chega lá e, dizendo que aquilo não é mais conveniente para ele, manda-me tirar a minha banca e ir embora. É uma coisa de pequena monta. Agora, um aeroporto, não.

E outra coisa: aqui não se aplica a precariedade, porque a própria Constituição já prevê, no art. 21, três institutos de outorga: a concessão, a permissão e a autorização – isso no art. 21. No art. 175, ela explica um pouquinho. Ela dispõe que, em se tratando daqueles serviços de incumbência do Poder Público, aplicam-se a concessão e a permissão. Então, pronto, ela explicou para que servem a concessão e a permissão. É nos casos de incumbência do Poder Público? É; para eles tem esses dois. Não é de incumbência do Poder Público? Aí vem a autorização.

E como se dá essa diferenciação? A concessão é o Poder Público indo atrás de um particular para prestar um serviço que é de incumbência dele. O Estado quer passar aquilo para a iniciativa privada, embora continue de incumbência dele. Tanto é que, se o serviço for interrompido, a Lei nº 8.987 tem lá vários institutos, como o da encampação, o da rescisão do contrato etc. Há vários institutos para isso, ou seja, para os casos de incumbência do Estado. Se o privado parar, volta para o Estado.

E no caso da autorização? É o caminho inverso. É o particular que está indo ao Poder Público pedir uma delegação para prestar um serviço público.

A autorização, eu diria, é um instituto típico de primeiro mundo, de país desenvolvido. E por quê? O país começa a se desenvolver e, quando ele ainda está engatinhando, é atrasado, vem o investimento estatal para fomentar a existência daquele setor. Ai entra o Estado construindo uma infraestrutura aqui, outra ali; vêm as infraestruturas militares, que ajudam, bem como outras. Agora, quando ele está desenvolvido, com um nível de desenvolvimento em que já há capitais, sejam domésticos, sejam internacionais, aí já faz jus o Estado adotar a complementariedade. O que é isso? Existe uma infraestrutura ali, que é de incumbência do Estado, e o Poder Público pode decidir entre adicionar mais uma sobre a sua incumbência – isso é típico de países que têm uma visão mais esquerdista, mais intervencionista, de manter um maior controle do Estado – ou ele pode ter uma visão mais liberal e deixar que aquela infraestrutura adicional seja inteiramente provida e administrada pela iniciativa privada. É para esses casos que a Constituição prevê a autorização.

A autorização, na Constituição, é isso! O Constituinte já previu, mesmo que naquele momento nós estivéssemos em uma fase de terceiro mundo, que nós não seríamos terceiro mundo para toda a vida; que iríamos nos desenvolver. E, para desenvolver, você tem isso: infraestruturas do Poder Público que podem ser geridas pelo Poder Público ou que possam ser geridas pela iniciativa privada, mediante a permissão ou a concessão,

em cada caso distinto; e pode haver também infraestruturas providas pelo capital privado. Para isso, veio a autorização. Não é uma questão de precariedade. Ela será precária dependendo do instrumento que for dado, e as cláusulas que estiverem ali é que vão prever.

Ninguém vai fazer investimento num aeroporto sabendo que ele pode ter a autorização cassada no outro dia. Então, a autorização para aeroporto a título precário é totalmente incompatível com o que está sendo discutido aqui.

É a minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O.k.

Então, senhores, nós vamos pegar as planilhas e vamos fazer a inserção do texto do Dr. Geraldo.

Peço encarecidamente aos senhores que estudem para que nós possamos chegar a um consenso. Isso porque nós estamos trabalhando e já estamos com 25% das contribuições, praticamente, fechadas. “Ah, está pronto? Viu 25% e não falou com ninguém?” Não! As contribuições dos grupos, até agora, já somaram 25%. Eu acredito que, se continuar o input aí, com a vontade que o Geraldo está, isso logo vai subir. Por isso mesmo, eu peço para que os grupos realinhem a sua agenda.

Dentro disso, eu gostaria de passar a palavra, por 10 minutos, ao Kerlington...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Ah, tudo bem. Desculpe! Se tivessem dito que seria o Brigadeiro, eu teria anunciado o Brigadeiro.

Passo a palavra ao Brigadeiro Gustavo, por favor, para que ele fale sobre SAR, ou seja, para que ele faça a apresentação das contribuições que foram encaminhadas. (Pausa.)

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Rapidamente, em 10 minutos.

Pessoal, em relação ao Anexo 1 (Licenças), a gente tem a redação atual, que fala de sistemas de formação e adestramento. A gente mudou para “formação e qualificação”. A gente colocou só o que mudaria aqui, a redação proposta: “Formação e qualificação de pessoal de voo; formação e qualificação de pessoal de infraestrutura de aviação civil”.

No documento estão todas as justificativas que fizemos, conforme foi tratado junto com a SPO-Anac, com a colaboração do servidor da Anac que está ali atrás, o Adriano de Paula, que também ajudou a gente nisso. Então, a gente fez isso andar um pouco junto com a SPO, que lida, no dia a dia, com a ponta.

A questão do aeroclube era muito sensível. O aeroclube tem duas partes: a parte de formação em aviação e a parte de desporto. Então, a Anac entende – e eu também entendi assim – que a parte de formação de pilotos tem que ser tutelada por ela, mas a parte de desporto não. A parte de desporto é aquilo que o Georges trouxe aqui na reunião passada, ou seja, realmente...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira. Fora do microfone.) – Isenção tarifária.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Nesse sentido, a Anac também concorda que o pessoal de desporto tem que ser tratado mais como esporte do que como atividade aérea em si.

Está tudo aqui nos comentários.

Pode baixar aqui, por favor.

Como utilidade pública, ali, porque ela não paga uma série de taxas. Os aviões dela têm alguns benefícios. Geralmente, os terrenos onde eles se localizam são públicos. Só, se não me engano, o de Eldorado do Sul que é próprio; porém, a rigor, todos eles são públicos.

No 98, a gente mudou um pouco ali: “As entidades que ministrem cursos para a instrução teórica ou prática...” Nós colocamos: “... cursos para a instrução teórica ou prática de pessoal da aviação civil”. Então, a gente tirou do guarda-chuva do regulador os cursos de CRM, SGCO, RVSM, pois estes, a rigor, não precisariam estar de baixo do guarda-chuva do CBA por se tratar de cursos que, por si só, não vão interferir na atividade aérea.

O §1º a gente mudou também. A questão é a seguinte: “A autoridade de aviação civil editará regulamentos...” São os famosos RBACs, que já existem.

E o §2º – “A formação e a qualificação do pessoal das Forças Armadas serão estabelecidas por leis” – continua, mais ou menos, no mesmo diapasão lá de trás.

Onde a gente inovou foi no §3º – pode descer, por favor –: “A formação e a qualificação do pessoal de voo” – notem: pessoal de voo, não de pessoal – “dos órgãos públicos, bem como os requisitos básicos para operação de aeronaves pelo respectivo pessoal, terão regulação especial da Autoridade de Aviação Civil”.

Como funciona hoje? Em 1986, quando esse Código nasceu, não existia aviação de Estado, aviação de defesa social. Não existia aviação de polícia, de bombeiros, do SAMU, do Detran, do Ibama, da Funai. Não existia isso na época. E, hoje, nós temos um cenário em que só a PM de São Paulo tem 31 helicópteros, afora os aviões – e estou falando de São Paulo – da Polícia Civil, enfim.

A aviação de Estado se desenvolveu demais – a aviação que eu chamo de aviação de defesa social. E o requisito para um comandante, por exemplo, de uma aeronave do SAMU, que pousa no meio de uma rua, era o mesmo requisito de um PCH saindo de um aeroclube, de um cara que decolava de aeroporto para outro aeroporto. O requisito era o mesmo para ele tirar a carteira, para ele pilotar e ser comandante.

Então, hoje, na prática, o que acontece? Já está no forno a RBAC nº 90, que ainda não existe, será uma invenção brasileira, que vai tratar exatamente dessa aviação dos órgãos públicos, que são da aviação civil, não é militar, mas que tem de ter um tratamento diferente na formação do pessoal que nela atua. Isso só para equalizar que a mesma autorização de um PP para operar uma aeronave não pode ser aquela de um comandante de uma aeronave do Corpo de Bombeiros, do SAMU etc.

A justificativa está aqui – pode baixar, por favor –, não vou ler, até porque os senhores vão ter ou já tiveram acesso a esse arquivo.

O art. 99 a gente excluiu, porque, no parágrafo anterior, a gente já disse isso aqui.

E, aqui embaixo, com a ajuda também, na qualificação do pessoal da infraestrutura aeronáutica, que hoje é qualificado pelo Decea – não é isso, Brigadeiro?, a Anac não tem nada a ver com isso, porque isso que a gente continuou deixando de baixo do...

Cadê?

Não, não; pode deixar no 100. (Pausa.)

O parágrafo único continua igual, porque cabe à autoridade aeronáutica... E, aqui, se não me engano, estão chamando o Comando da Aeronáutica de autoridade aeronáutica – é isso?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Então, continua a mesma coisa. Quem vai certificar esse pessoal de tráfego aéreo – não é isso, Brigadeiro? – continua sendo... A Anac não participa disso; o órgão regulador não participa disso.

Aqui, eu coloquei “carece de melhorias”, porque eu iria falar com o Brigadeiro; mas, como já falei, já está equalizado. Isso aqui não é a minha expertise.

Então, basicamente é isso no que se refere à questão do pessoal.

Está aberto a...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Pois não, Respício.

O SR. RESPÍCIO ANTONIO DO ESPIRITO SANTO JÚNIOR – É uma dúvida que eu tive quando li o que está ali. Como é que fica, em se tratando do aerodesporto, esse novo universo de aeronaves não tripuladas, os drones etc., etc.?

Pergunto porque, em várias newsletters americanas que eu assino, apesar de eu não ser da área específica, cada vez mais há relatos, nos Estados Unidos, principalmente da parte da aviação geral e da executiva, de tráfego de drones, não da comercial, de grande porte, mas da aviação geral e da executiva. Até mesmo em aerodesporto, nos Estados Unidos, estão se havendo toda hora com o tráfego de drones. Então, como é que fica esse oversight do nosso fiscalizador regulador em cima desse aerodesporto novo?

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Em relação a isso aí temos que ver se o VANT vai ser aerodesporto. Acho que ainda não está regulado isso. Vai depender do art. 20.

O SR. RESPÍCIO ANTONIO DO ESPIRITO SANTO JÚNIOR – Eu sei, mas, com certeza, vai haver uma área de VANT que vai ser aerodesporto, assim como você tem um aerodesporto do outro lado.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Como a gente tem, por exemplo, aerodesporto com asa delta, como a gente tem voo experimental, paraquedismo, que interferem diretamente no voo; porém, isso terá de ser regulado, terão de ser criadas áreas específicas, como se tem a área de salto, como se tem, nas cartas, as áreas restritas. Isso vai ter que ser regulamentado, porque o tratamento do desporto já é o tratamento existente e que não conflita. Então, quando se regulamentar o VANT, a depender do art. 20, dizendo o que é o VANT, ele vai ter que entrar na mesma regra do que acontece com a asa delta, do que acontece com o aeromodelismo.

Lá em Osasco, por exemplo, no centro de São Paulo, há uma pista de aeromodelismo por que a gente passa a 500 pés. Mas ela tem uma regra, quer dizer, até hoje não houve acidente com isso. A sacada vai ser, no art. 20, dizer o que é; no nosso art. 20 hoje, dizer, por exemplo, que para o VANT da Polícia Federal o cara vai ter de tirar carteira, porque o cara voa lá em cima. Não conheço muito bem VANT, mas o cara voa mesmo.

E a questão do aerodesporto, a meu ver, continuaria sendo regulada do mesmo jeito que é hoje. Também não sou especialista em aerodesporto, mas não conflita com a gente. Eu os vejo voando, eu lido com eles quando eles estão voando: asa delta, paragliding, paraquedas, voo experimental.

O SR. RESPÍCIO ANTONIO DO ESPIRITO SANTO JÚNIOR – É só para nós termos uma anotação bastante gritante, porque esse é um tema que...

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Mas se remeter, por exemplo, se falar que é aeronave, remete para cá. Você vê que não é aqui? A gente está tratando de pessoal, qualificação de pessoal. Depende do que você vai considerar que é VANT. Não sei se entendeu.

O SR. RESPÍCIO ANTONIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Sim, entendi.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Depende do que falar. Se disser que é aeronave, vai ter de vir para cá. Se disser que é aerodesporto, vai ter que ir para onde se trata de aerodesporto, entende? Eu acho que não é aqui.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – E aquela parte que você levantou muito bem com relação às aeronaves de Estado: PM, Polícia Federal etc.? Cada vez mais esses entes começarão a utilizar voos.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Aí entra na regra do VANT. Você percebe que a gente está tratando de aeronave e não de pessoal? Aqui está tratando de pessoal. Se você disser que é aeronave, vai entrar aqui. Então, depende do que você vai dizer que é aeronave.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores, quero só pedir, ao fazer uma intervenção, primeiro, que todo esse material passado, que está na Comissão, os senhores repassassem para o grupo. Não precisam ter medo porque a caixa de correio suporta. Então, vamos pegar todo esse material que está disponível e reencaminhar para o grupo, para que não tenham dúvida de que estamos...

Só me permitam passar a palavra para o Honorato e depois passarei a palavra para o Brigadeiro Gustavo para nós cumprirmos nosso cronograma.

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – Sobre o assunto VANT, aeronave remotamente pilotada, eu acho que posso contribuir um pouquinho. Em todo o mundo, tem-se tratado do assunto da seguinte forma: as regras que são aplicadas à aviação tripulada sempre que possível serão aplicadas à aviação não tripulada. E isso envolve licença, envolve o projeto, envolve manutenção, envolve o PPA de operações etc., etc.

E há uma tendência também para que o aerodesporto, do qual vocês estavam falando, seja considerado aeromodelismo e tratado como já é tratado o aeromodelismo em áreas específicas. Mesmo que a gente considere essa tendência, que se considere como aeronave, como aeronave remotamente pilotada, cabe à autoridade de aviação de cada país estipular qual é o nível de regulamentação que vai colocar, tendo em vista o risco que isso pode implicar etc.

Então, eu vejo, com relação a pessoal, que a ideia é criar o arcabouço que, futuramente, quando for tratado pela autoridade, possibilite que exista uma licença sobre habilitação para determinados tipos de aeronave remotamente pilotada.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O.k.

Bom, Brigadeiro Gustavo, por favor, em relação à SAR.

O SR. GUSTAVO ADOLFO CAMARGO DE OLIVEIRA – Obrigado, Sr. Presidente.

Antes, para fechar, lembro os senhores que, quando eu falei do art. 15, que, na verdade, trata de reserva de área para, entre outras, atividades desportivas, ele cita alguns exemplos de atividades desportivas. E eu coloquei veículos não tripulados ali, Sr. Presidente, atividades desportivas com veículos não tripulados dentro do escopo das coisas que teriam a possibilidade de serem feitas em áreas reservadas para poder separar as coisas. Eu acho que a gente ainda precisa tratar do assunto VANT quando estivermos em uso comercial e outras coisas.

Mais uma vez, prefiro ter esse enfoque do Honorato de manter o VANT como sendo um tipo de aeronave, o que, de acordo com os certificados de aeronavegabilidade, com os certificados de quem o controla, a certificação de quem o controla, vai ser ou não integrado no espaço aéreo junto com as demais aeronaves. Então, ele vai ter que ter a capacidade de comprovar que ele não vai colidir com ninguém, que ele consegue se manter dentro de um certo volume de navegação. Conseguindo comprovar isso, ele se integra. Enquanto não conseguir comprovar isso, ele ficará sendo trabalhado em áreas específicas para esse uso restrito ou proibido, de acordo com o tipo. Quanto mais inseguro for, maior a gradação da área que a gente vai dar. É mais ou menos isso.

Enquanto não conseguir comprovar isso, ele ficará sendo trabalhado em áreas específicas para esse uso restrito ou proibido, de acordo com o tipo. Quão mais inseguro for, maior a gradação da área que a gente vai dar. É mais ou menos isso.

Bom, com relação ao SAR, o trabalho também não foi feito por mim, foi feito pelo pessoal do Decea. Eles apresentaram aqui do art. 49 ao 65. Então, os comentários que foram feitos, a maioria das atualizações são do tipo “inserir Comando da Aeronáutica”.

Chamo a atenção para a questão da assistência por navio e por pessoas em terra. Queria pedir para o pessoal dar uma lida com carinho para ver se concorda com aquilo.

E a gente está propondo também, quanto ao art. 65, que diz o seguinte: “O proprietário ou explorador da aeronave que prestou socorro pode reter a carga até ser paga a cota que lhe corresponde da remuneração da assistência ou salvamento mediante entendimento com o proprietário da mesma ou com a seguradora”, ou

seja, a gente entendeu que está dando um direito de arresto em caráter precário, a nossa proposta é remover o art. 65 por achar que ele está excessivo.

Basicamente é isso. A gente está submetendo o texto para que o pessoal leia e ofereça as críticas para a gente poder melhorar os artigos relativos à SAR.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Dorieldo...

Antonio, por favor.

O SR. ANTONIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Eu tenho um comentário com relação à SAR. Esse foi um pedido do gerente de segurança de voo da Petrobras até. Quando eu falei para ele que eu iria participar da comissão para reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica, a primeira coisa que ele comentou comigo foi para verificar no código por que as empresas que trabalham offshore como a Petrobras, a Shell ou a Chevron e Statoil, do mesmo modo como é feito no Reino Unido, nos Estados Unidos ou em outros países, não poderiam contratar uma aeronave dedicada a atender essas áreas, que são áreas bastante agressivas, porque temos que voar até 200 milhas dentro da água e nem sempre as aeronaves da Força Aérea ou da Marinha estão disponíveis para atender um local de tão difícil acesso.

Eu li rapidamente o texto que foi proposto e, em princípio, ele mantém da mesma forma como estava anteriormente. A minha sugestão é, para mexer com o grupo aqui até, se eu tenho uma operação tão arriscada como é a operação offshore, quem sabe essa conta não deveria ser paga pelas empresas petrolíferas? Então, por exemplo, se eu for operar offshore, as empresas petrolíferas obrigatoriamente ou opcionalmente, não sei, poderiam contratar um helicóptero, alguns helicópteros para fazerem busca e salvamento.

O SR. GUSTAVO ADOLFO CAMARGO DE OLIVEIRA – Obrigado pela sugestão.

Eu estou procurando aqui em que artigo a gente colocou isso. A gente procurou abrir a possibilidade para fazer um acordo operacional em que o outro explorador, uma empresa, por exemplo, como está sendo citado pelo Dorieldo, faça a busca e salvamento. Lembro que foi colocada essa opção de fazer o acordo operacional e também, lá no final, que quem se submeteu ao acordo operacional, a princípio, não está, não concorre a receber uma remuneração por ter feito isso. Então, no art. 57 a gente colocou... Estou tentando abrir, porque estou sem esse arquivo completo aqui, eu só tinha uma parcela. Mas se você procurar a parte de acordo operacional, quando a gente fala em acordo operacional, a gente está justamente visando a esse tipo de suporte, do tipo ao mexer com uma empresa de offshore, se ela tiver interesse, interesse mútuo, se faz um acordo operacional em que ela vai fazer a prestação de serviço.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O.k.

Dr. Tercio.

O SR. TERCIO IVAN DE BARROS – Eu gostaria que esse assunto que o Antonio levantou realmente fosse tratado, que alguém pague pelo menos à Infraero as tarifas que são devidas, e não com esse desconto absurdo que nós estamos sendo cobrados, recebendo hoje.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. TERCIO IVAN DE BARROS – Vou explicar. Ele está dizendo que as tarifas de aeroportos offshore devam ser pagas, por exemplo, pela Petrobras. Eu estou ratificando o que ele disse, para que a Infraero receba algo melhor do que aquilo que ela recebe hoje.

O SR. ANTONIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Só comentando, Dr. Tercio, na realidade, eu estava falando de busca e salvamento.

O SR. TERCIO IVAN DE BARROS – Eu só estou acrescentando sobre a tarifa, que deve ser mais correta para a Infraero.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim, Dr. Geraldo.

O SR. GERALDO VIEIRA – Eu queria só dar uma palavra de apoio ao Dr. Tercio...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Faça só um esforço com esse microfone, porque ele é meio temperamental.

O SR. GERALDO VIEIRA – Desculpe.

O Dr. Tercio foi um pouco adiante do tema que estava sendo discutido, mas com absoluta pertinência. O tema envolve custos, ressarcimento de custos por que, para quem e como fazer. Mas o Dr. Tercio quis se referir às tarifas de controle do espaço aéreo pagas ao Comando da Aeronáutica, em que há uma superposição de tarifas do controle na área do terminal. Por isso que ele fez uma ligação, um link, com a plataforma da empresa petrolífera que recebe helicópteros, enfim. Mas, nesse caso, se trata de um navio plataforma. É um “heliporto” – entre aspas – civil, privado, enfim, e não explorado em regime público.

Essa questão da tarifa – só para tranquilizar o Dr. Tercio – nós vamos examinar na sequência quando entrar em administração aeroportuária, na questão das concessões, dos monopólios naturais, das necessidades de monitoramento de preço, enfim. A readequação dessa questão tarifária é uma questão muito importante para o Ministério da Aeronáutica, para o Comando da Aeronáutica, porque é uma fonte de recursos importante para eles. Então, como há sempre insuficiência de recursos, o Dr. Tercio está dizendo que não adianta cobrir um santo e descobrir outro.

Então, tudo isso vai ser objeto dos capítulos seguintes do sistema aeroportuário, ocasião em que a gente vai tratar da questão da exploração em nível de concessão e autorização. Depois disso, então, tratamos das tarifas.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Com certeza. Acho que esse é um assunto premente e de interesse tanto da Infraero quanto do Governo e dos operadores. É um dos red flex, por assim dizer.

Senhores, abertas as contribuições para que possamos exaurir o assunto, alguém tem mais alguma colaboração?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Pois não, Glanzmann.

O SR. RONEI SAGGIORO GLANZMANN – Um assunto rápido com relação não à parte de SAR, mas à parte de pessoal. A menção ao termo “aeroclube” no texto da lei, eu já falei isso aqui uma vez, eu acho complicado, a gente acaba criando novos conceitos. Aeroclube, na verdade, nada mais é do que aquilo que o Kerlington comentou. Presta dois tipos de atividade: atividade de capacitação e atividade de aerodesporto. Então, eu acho que aeroclube deveria ser inserido como uma escola formadora – quando fizer esse serviço –, uma escola formadora de pessoal.

A gente tem muito problema com aeroclube reivindicando permanência em aeródromos públicos, de forma gratuita, alegando que não são uma escola formadora, que são uma entidade diferente de tudo e de todos, que eles teriam prerrogativas de utilidade pública e serviço público. Mas na prática a gente sabe que não é isso. Na prática, ele é o quê? Ou ele é uma escola, pode ser, de um lado, uma escola, e, de outro lado, um centro de aerodesporto. Então, a gente tem que enquadrá-lo na sua essência.

Se a sua função é formação de pessoal, então, ele e todas as demais escolas que não são aeroclubes, mas que também formam pilotos, formam pessoal de voo também tenham as mesmas prerrogativas ou não tenham as prerrogativas que os aeroclubes não têm. O meu problema é: tratamos hoje aeroclube de uma maneira e tratamos uma escola que muitas vezes forma até mais do que o aeroclube de outra maneira. Então, vamos botar todo mundo no mesmo pacote, entendeu?

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Justamente o que está aqui na justificativa é exatamente isso que você falou. Mas, assim, quando o aeroclube for tratar assunto de formação, ele vai estar sujeito à regulação de formação. Ele vai ser tratado como 141, porque é a RBAC 141 que trata de escola.

Quando ele for fazer a atividade esportiva e recreativa, ele vai fazer atividade esportiva e recreativa.

Agora, cabe aqui à Comissão dizer se realmente a gente vai mudar a filosofia disso, dizer se ele é de utilidade pública ou não. Aí é uma questão de filosofia da Comissão. Eu escrevi aqui porque, a rigor, existem grandes e tradicionais aeroclubes. Mas se a gente propuser a filosofia de tirar da parte aerodesportiva a questão de utilidade pública, também somos nós que decidimos. Eu não tenho opinião formada... Quer dizer, eu tenho opinião formada, mas a minha opinião pouco interessa aqui.

Realmente o CBA vai tratar de duas atividades que ele faz. Na verdade, na parte de formação, ele vai estar debaixo do guarda-chuva da Anac e, na parte de desporto, ele vai continuar fazendo na parte desportiva que compete a ele.

O SR. RONEI SAGGIORO GLANZMANN – A minha proposta – para deixar bem claro – é que a gente suprima a palavra “aeroclube” de todo o Código Brasileiro de Aeronáutica. Eu acho que aeroclube é uma coisa que nós inventamos, é um jargão que o setor utiliza. Eu acho que existe escola formadora de piloto e entidade de aerodesporto.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sempre com o resquício histórico praticamente, não é?

O SR. RONEI SAGGIORO GLANZMANN – Isso, com o registro histórico.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Castanho, por favor, a última intervenção.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Concordo com a questão de que, com relação aos aeroclubes, na última década, pode-se dizer, foi acabando a história de que eram exclusivamente de formação. Os que sobram realmente ainda se empenham nisso e os que estão capengando por aí fazem apenas aerodesporto hoje. Então, acho que a palavra “aeroclube” não tem muito sentido mais, até porque, na próxima década, deve-se extinguir e ficar as escolas de formação. Os aeroclubes que se focarem na formação têm espaço; aeroclube que ficar para aerodesporto infelizmente tem os dias contados.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – O.k. Na prática, é o que já está acontecendo. Todo aeroclube é um...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Infelizmente, capengando é a palavra mais correta. São muitos, mas pouquíssimos conseguem seguir com esse blend.

Depois da consideração do Doriello, vamos passar a palavra ao Honorato. Por favor.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Eu também acredito que o termo “escolas de formação” está mais alinhado com o que vem sendo feito mundo afora, porque eu lembro que, no início dos trabalhos, eu participei do grupo 2, o Kerlington estava presente, e eu peguei a tarefa de olhar esses artigos de 97 a 100 de outras leis para ver equivalência e eu tive dificuldade porque não achei nenhuma. Todo mundo fala em escolas de formação. Eu não achei o termo “aeroclube” em outras leis. Isso eu estou falando mesmo... Assim, aqui na América Latina há uma menção ou outra, mas é uma coisa de um artigo só. Não é um sistema robusto como temos no Código.

Então, eu também endosso a minha adesão aos que defendem que a gente use o termo “escolas de formação”.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Perfeitamente.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Presidente, só para fechar o assunto. Se for usar o... Se a gente decidir que aeroclube é uma organização de instrução, é assim hoje que a regulação trata, então, não será preciso tratar do aeroclube no Código, porque, veja só, se aeroclube é formação, então, a gente vai excluir tudo no Código que fala de aeroclube, vai tirar a utilidade pública disso. Temos também que pensar nas consequências práticas ou até em uma transição para os que já estão, porque temos, Castanho, quantos aeroclubes do Brasil? Não sei, temos alguns que estão sob o regime de utilidade pública, que estão sobre terreno público. Então, eu entendo que se vamos fazer isso, temos que pensar como no xadrez, no que vai acontecer daqui para frente. E se ele vai ser organização de instrução, pode arrancar isso tudo que fala de aeroclube porque ele vai entrar na regra comum.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores, eu quero só lembrar uma coisa. O debate é importante, mas não vamos nos esquecer de escrever as contribuições, por favor, e de encaminhá-las, o que considero mais importante ainda. Então, seria interessante que os senhores fossem tomando nota daquilo que está acontecendo aqui, daquilo que foi aplicado para que passem isso por escrito para a relatora, por favor, para que possamos realmente caminhar com os nossos trabalhos.

Honorato, por favor, esteja à vontade. Dez minutos. Todo o tempo do mundo.

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – O.k., obrigado. Vou tentar ir direto aos pontos; não vai levar muito tempo.

Eu peço à Mesa para colocar... Foram três arquivos encaminhados por e-mail em documento compactado. Um que tem uma tabela de uma linha só. Enquanto o pessoal localiza, eu faço um comentário.

No início dos trabalhos a gente pegou definições, não com o intuito de colocá-las no Código, mas para que a gente pudesse... Um outro, que foi num e-mail encaminhado a todos na semana passada. Há três arquivos lá, há uma tabela de uma linha só.

Pegamos algumas definições que foram distribuídas a todos para nivelar conhecimento e para podermos tratar desses artigos.

Eu me refiro aos artigos do Sistema de Segurança de Voo, de que se trata a partir do art. 66.

Lá mandamos o que é certificação aeronáutica, produtos aeronáuticos... Há até uma discussão interna ao grupo. Aeronavegabilidade e aeronavegabilidade continuada.

Bem, a tabela que foi encaminhada, que só tem uma linha, talvez não dê para levantarmos aqui agora, é uma discussão do grupo em cima de tentar trazer um direcionamento para os trabalhos. No início desta Comissão, nos orientamos aos anexos da Icao. Bem, aeronavegabilidade e operações, o conteúdo técnico dos anexos é bastante pesado. Então, houve um amadurecimento do grupo e um entendimento de que não iríamos trazer detalhes técnicos desses anexos ao CBA, uma vez que o Brasil, como signatário da Convenção de Chicago, tem um compromisso de seguir os anexos dessa convenção, que foi internalizada pelo Decreto nº 21.703, de 1946. Esse texto basicamente fica para comentário dos interessados.

Também procuramos buscar simplificar o texto nessa parte que tratamos de início.

Pode pegar aquele PDF que eu mandei hoje.

Agora, passo ao texto em si.

Em relação ao documento encaminhado, quem chegou a abrir e dar uma lida, vai perceber algumas diferenças, algumas modificações que eu fiz para ser mais direto, porque aquele era o documento de trabalho que estávamos utilizando, então, havia alguns comentários que não são pertinentes, já tinham sido ultrapassados.

De forma geral, destaco que fizemos um ajuste, trocando a palavra “homologação”. Assim como o Do-rieldo estava tratando hoje mais cedo dessa palavra no âmbito da infraestrutura aeronáutica, quando falamos de certificação de aeronaves, a mesma coisa acontece. O Código fala de certificado de homologação de tipo e a prática tem sido nos últimos anos tratar isso como uma certificação de tipo.

Houve a substituição dessa palavra e um ajuste em relação ao nome da autoridade aeronáutica colocada por vários pontos, no caso, a autoridade de aviação civil.

Então, temos aqui, coletando os arts. 66 até o 71 e depois o 114. Vou direto ao ponto em que temos as maiores discussões, mas peço também que todos deem uma olhada nos documentos encaminhados, em especial neste documento. Agradeço as contribuições que podem surgir.

Por favor, desça ao art. 68, §2º.

O Código faz uma construção com relação às aeronaves. No art. 20, lá no início, ele fala que todas as aeronaves, para terem acesso ao espaço aéreo brasileiro – as aeronaves brasileiras – devem ter Certificado de Aeronavegabilidade, dentre outros certificados.

Aqui, no art. 67, há uma menção de que, para que o Certificado de Aeronavegabilidade seja emitido, é necessário que as aeronaves passem por certificação de tipo, exatamente §2º, esse em que eu coloco o foco agora. Ali, incluímos: “Exceto nas hipóteses previstas no §3º”, porque na prática, em algumas situações, algumas aeronaves são habilitadas ao voo no espaço aéreo brasileiro sem que tenham sido certificadas. Mais na frente vou mostrar. O art. 114 faz parte de uma seção chamada Certificado de Aeronavegabilidade, só ele está. Mais à frente vamos mostrar. A ideia aqui é colocarmos a figura dos certificados de aeronavegabilidade especiais.

Peço que desça ao art. 69. Aí, em especial, há algum ajuste de nomenclatura, chamo a atenção para o que está em amarelo, é uma novidade. Está sendo criada uma figura da certificação de organização de projeto. Uma coisa que não existe no Brasil, as aeronaves são certificadas projeto a projeto e a organização que desenvolve aquela aeronave não é certificada.

Isso nunca foi feito aqui no Brasil.

No mundo, está havendo um amadurecimento do entendimento desse assunto. A EASA, Agência Europeia, já trabalha nesse sentido. Ela certifica uma organização que passa a ter algumas prerrogativas, falando claramente, na emissão de aprovações intermediárias ao processo de certificação. Ou seja, o certificado de tipo ainda continua sendo um documento emitido pela autoridade, tem todo sentido ser dessa forma, mas algumas aprovações intermediárias são bastante benéficas se aquela organização certificada puder atuar.

Chamo a atenção para esse tópico. A construção ali é de organizações de projetos e de produção. De projeto e produção se deu através de um benchmarking feito com uma lei americana de 2012, que traz dessa forma. É bem possível que toda regulamentação internacional que fale nesse assunto se direcione nessa linha.

Acho que nesse artigo é esse ponto.

Agora, descendo um pouquinho, no art. 70, §4º, por favor.

Esse parágrafo não foi uma discussão do grupo, mas resolvi colocar em amarelo aqui. Eu não tinha feito um comentário na época em que estávamos discutindo, mas agora relendo antes de fazer esta apresentação, achei que é bem pertinente. Tem a ver um pouco com a discussão que estava acontecendo logo antes do início desta exposição. Esse parágrafo prevê que um limite de manutenção até 100 horas pode ser feita por mecânico e lista ali duas situações: os aeroclubes e as aeronaves do §4º do art. 107.

Aí, a crítica aqui – e a minha sugestão é de exclusão desse parágrafo – é que acho que é um nível de um detalhe muito grande para uma lei. No fim das contas, uma manutenção de 100 horas não quer dizer muita coisa. Não dá para sabermos se é uma manutenção mais crítica ou se é mais simples. Já vimos caso de fabricante que, para facilitar a vida do operador, estendeu o limite de horas de uma tarefa de manutenção para 200 horas e os operadores, na verdade, reclamaram porque pararam de poder exercer essa prerrogativa.

A questão dos aeroclubes está ali. O §4º do art. 107 foi revogado em 2013. Então, atualmente essa disposição é apenas para os aeroclubes, não fica bem claro que é essa manutenção de 100 horas.

Esse mecanismo de manutenção de 100 horas está refletido no Regulamento da Anac, no RBAC 43. Ele pode ser excluído sem maiores problemas, embora não tenhamos colocado essa contribuição, é uma coisa que eu queria agregar.

Agora, mais à frente um pouco, o art. 114. O art. 114, como eu falei, trata de Certificados de Aeronavegabilidade. Temos um pouco mais de redação porque...

O SR. ANTONIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Só uma dúvida... Desculpe-me, o item é novo?

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – Olhe meu tempo lá. (Risos.)

O SR. ANTONIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Só porque as aeronaves da administração federal, estadual ou municipal, por exemplo, as aeronaves de aeroclube vão continuar no RBAC, podendo ser feitas por mecânicos de manutenção aeronáutica?

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – Continua isso. Acho que a questão é a seguinte: autoridade de aviação civil tem um mandato legal pela Lei nº 11.182 para regular o setor. Esse tipo de questão está dentro desse contexto, desnecessário mantê-lo na lei.

O §4º do 107 fala de aeronaves de serviços a entidades da administração indireta federal, estadual e municipal. Ele já foi revogado em 2013. O.k.?

Agora, no §3º do art. 114, mais um pouco abaixo, por favor.

A questão aqui é especificar alguns certificados de aeronavegabilidade que fogem à regra geral de que, para que sejam emitidos Certificados de Aeronavegabilidade, deve haver o certificado de tipo.

Esse é um assunto que já foi tratado em pelo menos um projeto de lei e é bastante interessante, bastante importante.

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – Ele lista ali três categorias de aeronaves com as quais seria passível o certificado especial.

As aeronaves experimentais... Aí, aquela questão que discutimos na semana passada. O Código relaciona muito aeronave experimental com a aeronave de construção amadora e, na verdade aeronave experimental abarca uma série de situações e todas elas, para esse tipo de situação, não existe certificado de tipo, mesmo para construção amadora não existe certificado de tipo.

Certificado para construção amadora já é previsto, mas para as outras finalidades, não.

O segundo caso, acho que ainda fica suspenso aqui, a depender de uma outra discussão que talvez venha a surgir nesta Comissão. Ele coloca ali aeronaves com característica especiais destinadas à missão policial de segurança pública. Acredito que essa questão tenha surgido por conta de uma aeronave que a Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, o “caveirão”, Huey 2, quando ela trouxe, é uma aeronave que vem da utilização militar, não tinha certificação de tipo e foi feito todo um processo, utilizado um mecanismo previsto no art. 20, salvo autorização especial. Enfim, a ideia é colocar casos desse tipo também.

O terceiro caso é mais genérico, fala de situações de utilização limitada, são casos que abarcam as outras situações.

Aí, o restante. Foram colocados três parágrafos adicionais, não vou descer à leitura deles. Eu acho que, sendo mais sucinto, são estes os principais pontos: certificado de projeto e uma descrição maior dos certificados de aeronavegabilidade especial.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Certo. Lembrando que nós temos a fala do Respício. Se encerrarmos até as 16h, podemos até passar para o Castanho fazer as colocações que ele tanto está desejoso de fazer em relação aos balões.

Se bem que também, Castanho, foi apresentado à Comissão – o Kerlington está inscrito para falar, não esqueci –, dentro daquele tema que foi colocado em relação a capital estrangeiro, o Castanho está pedindo para que sejam tomadas providências por parte da Comissão de Especialistas para que sejam adotadas providências para oitiva de especialistas da Comissão de Valor Imobiliário e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica para que apresentem parecer técnico e instruem os membros desta Casa sobre possíveis impactos da abertura de capital estrangeiro nas empresas aéreas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Oitiva parece um pouco coercitivo. Pode ser uma palavra... Eu entendo, chama-se oitiva, depoimento, o pessoal começa a ficar preocupado com a vida... Nós entendemos que não é oitiva, é participação. Aquilo que eu falei, pretendemos abrir uma audiência temática para tratar desses assuntos e talvez de outro que já colocamos anteriormente. Enfim, se os senhores concordam... Precisamos fazer uma votação para haver anuência. Só não temos ainda uma data marcada para tanto, mas podemos decidir posteriormente. Os senhores concordam? (Pausa.)

Perfeito.

Vamos tomar as providências, lembrando aquilo que a nossa Relatora Maria Helena pediu. Senhores, antes de começarmos a debater ou a fazer audiências públicas, a questão desses chamamentos para as contribuições, vamos pelo menos atingir 51% das nossas contribuições? Vamos ter isso como uma meta para que realmente possamos andar o trabalho, porque senão vamos tomar uma, duas e, de repente passa um mês. No mês que vem já há alguns feriados.

Só mais uma, aproveitando aqui, Castanho, já vou te passar a palavra.

Também há o Requerimento nº 2, da parte do Sr. Doriello, solicitando a oitiva de especialista da Anac para apresentar estudo sobre isenção de requisitos de normas para pequenos aeroportos.

O SR. GERALDO VIEIRA – Desculpe-me, não ouvi.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Perdão. Para apresentar estudo sobre isenção de requisitos de normas para pequenos aeroportos.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – O tema de hoje, nós falamos aqui daqueles...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Também seria marcada uma audiência para tanto, talvez até seguida. Poderíamos pegar uma data específica e ouvir essas contribuições.

O SR. GERALDO VIEIRA – Eu acho que Comissão vai evoluir para admitir autorização, nesse caso por requerimento do proprietário, observadas as regras da Anac.

Acho que, neste País imenso, continental, autoridade de aviação civil pode estabelecer por regulamento próprio esses requisitos. Acho que não temos que entrar em mérito de requisito condicionando o trabalho da autoridade de aviação civil no que se refere à segurança: uma questão em áreas de fronteira, outra questão na Região Norte. Eu creio que...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Talvez apenas assim, talvez fosse o parecer...

O SR. GERALDO VIEIRA – Talvez para informar, não é?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Para informar, só para dizer que há essa possibilidade. Mesmo que seja possível através de isenção de norma, de desvio de regra. Só para realmente justificar, até mesmo para não fazermos algo que seja a contrario sensu àquilo que determina a Anac.

O SR. ANTONIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Só lembrando que esta Casa mesmo modificou o Código atual por causa disso. Essa necessidade de escrever no Código essa questão dos aeroportos no interior do Brasil é um assunto que já foi anteriormente decidido colocar no Código. Então, não é uma coisa que estamos colocando, estamos só adequando a uma regra mais genérica, sem restringir somente a Amazônia Legal.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Perfeito.

O SR. GERALDO VIEIRA – Na realidade, foi um pouco de lobby, com razão, dos Parlamentares da Região Norte do País em função dos casos muito específicos da Amazônia Legal, onde se pode ter, inclusive, uso compartilhado. Ainda sou do tempo do Correio Aéreo Nacional. Enfim, a FAB acabou contribuindo com a Amazônia e cuidando dela muito melhor do que qualquer outro órgão. Por isso que os Deputados reivindicaram, com razão, como os Estados Unidos com o Alasca, enfim. Envolve programas de subsídios para linha aérea regional. São essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Também quero ver no futuro a decisão sobre a questão da autorização, permissão ou homologação que foi definida em relação às pistas da Comara, muitas em perfeitas condições, mas, obviamente, não estão compatibilizadas – por assim dizer – para operações de aeronaves civis, o que é uma pena. Mesmo assim são utilizadas, então...

Kerlington, por favor.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Só em relação àquele inciso da certificação especial. Certificação especial, que estava ali, um e dois. Quem está pilotando ali? Ninguém. Então, não se vai ver.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Só um minutinho. Já vai fazer.

O SR. GERALDO VIEIRA – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Pois não.

O SR. GERALDO VIEIRA – Eu ia sugerir, nessa matéria que é muito importante, foi muito bem trabalhada: será que não conseguimos evoluir para enxugar, na medida do possível, e deixarmos as normas regulamentares para a Anac? Porque, mediante resolução, basta uma decisão deles. Isso dá agilidade e é mais fácil a agência se adaptar às orientações da Icao do que ter que criar um processo legislativo novo, complexo...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Eu acredito que em questões de certificação, homologação de produtos aeronáuticos, temos realmente alguns artigos que merecem ser extirpados, desde que isso, obviamente, não represente um retrocesso, porque alguns desses artigos não eram aplicados pela Anac na íntegra. De repente, um dia, a agência, por necessidade ou por cobrança legal, começou a aplicar e algumas atividades passaram realmente a ter problemas graves. Temos que analisar isso, obviamente, buscando sintetizar, deixando que as atividades tenham maior liberdade de manobra.

O SR. GERALDO VIEIRA – Nós também, pari passu ao Código, vamos ter que fazer revogações aqui...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Obviamente, houve revogações propostas.

O SR. GERALDO VIEIRA – Se temos preocupação com relação à omissão da autoridade especificamente sobre um tema, podemos alterar a lei da Anac, então, e propormos a inclusão lá, não no CBA.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Obviamente que isso depende de um outro PLS. Aliás, isso dependeria de um PLS, mas isso é absolutamente viável e possível. O.k.?

Pois não, Kerlington, finalmente.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – No diapasão do Dr. Geraldo, o nível de especificidade está muito grande. Continuo pela terceira vez, concordando com o senhor, na questão da generalidade. Mas se houver isso aqui, se a Comissão entender por isso aqui, eu gostaria, volto a dizer: não existe só missão policial, defesa civil, eu estou tratando lá atrás como órgão de Estado, e dá para a autoridade entender o que é viável ou não. Porque há, volto a dizer: Funai, Ibama, Samu e outras que vão aparecer daqui a 30 ou 50 anos.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Perfeito.

Bom, senhores, uma vez exaurido, gostaria de passar a palavra... Ah, nós temos que colocar também em votação o Requerimento nº 2.

Então, senhores, em relação à votação, reiterando, Requerimento nº 1, sobre a questão da consulta, por assim dizer, à Comissão de Valores Mobiliários – cujo modelo nós vamos definir, se será audiência pública ou um convite para eles virem falar aqui na Comissão –, e, ao mesmo tempo, o Requerimento nº 2, relativo à oitiva de um técnico da Anac.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovados.

Senhores, eu gostaria de passar a palavra ao Dr. Respício.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Aí são os senhores que coordenam.

Castanho... Porque vamos definir assim: a sua questão é pertinente à alteração e a do Castanho pertinente a um comentário sobre uma atividade. Então, de repente, o senhor fala e depois o Castanho, porque o senhor vai especificamente ao Código, enquanto o Castanho tem uma explanação um pouco mais genérica, com todo o respeito, Castanho, por favor.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Presidente, foi o senhor que me solicitou à apresentação de hoje, não faço...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Não, o senhor requereu, eu solicitei porque é importante obviamente.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Fiz a seu pedido.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – O senhor está fazendo pouco caso da minha apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Bah tchê! Não diga isso. Agora tu magoaste!

Então, façamos assim: o senhor fará a apresentação, então. Vamos fazer com que o Respício o faça e posteriormente o senhor tem a palavra e já esgotamos.

O SR. RESPÍCIO ANTONIO DO ESPIRITO SANTO JÚNIOR – Na nossa reunião do dia 3 de agosto, eu levantei uma necessidade, pelo menos da minha parte, e outros colegas acompanharam, de nós termos alguns princípios norteadores para o nosso trabalho em geral. Até a própria Relatora, Maria Helena, me solicitou: “Por que você não passa isso no e-mail para todo mundo?” Então, pedi permissão ao Presidente para fazer uma colocação aqui bastante rápida a respeito do que eu acredito que poderiam ser alguns dos princípios norteadores. Então, não estou falando em nome de ninguém; estou falando apenas na minha necessidade de ter alguns nortes, que pudessem balizar, orientar, guiar os nossos trabalhos, as nossas atividades.

O objetivo aqui seria apresentar esses princípios para nós construirmos um novo CBA ou qualquer outro nome que venhamos a batizar esse documento. Esses princípios eu os escrevi muito baseado novamente naquilo que eu falei hoje de manhã cedo e que levantei aqui no plenário da Subcomissão de Aviação Civil, em dezembro de 2012, de uma folha em branco. Então, nós não começamos com uma folha em branco, mas vejo que poderíamos ter começado e por isso escrevi esses princípios.

Aí estão os princípios. Eu vou de um em um e gostaria inclusive da ajuda do Doriêdo, porque de manhã ele definiu de uma forma tão precisa a impessoalidade, que eu gostaria que ele pudesse levantar novamente.

Então, alguns desses princípios que eu acredito que poderiam nortear os nossos trabalhos seriam: modernidade e uma visão sistêmica pensando muitas coisas ao mesmo tempo e não apenas aquele item e que essa visão sistêmica fosse orientada sempre para frente. É claro que o atrás e o presente são as nossas referências de conhecimento, de experiência, do que está acontecendo mesmo, mas eu acredito que uma visão mais ampla possível do mosaico gigantesco que é a aviação civil, não apenas aqui no Brasil, mas em qualquer lugar do mundo.

Que nós façamos um documento atemporal, o máximo atemporal possível. Então, que ele dure bastante; que seus conceitos, que seus princípios, que seus valores perdurem durante um bom tempo. Um dos exemplos que citamos logo no início dos nossos trabalhos foi a própria Convenção de Chicago. Ela conseguiu ser tão

moderna em 1944 que encerra princípios de livre concorrência, cabotagem e uma infinidade de outros itens que muitos nem conseguiram ser colocados em prática, tamanha a modernidade daquele texto de Chicago.

Neutralidade e impessoalidade. É claro que todos nós temos os nossos conceitos, os nossos preconceitos, por menores que sejam, mas que possamos tentar ter o máximo de neutralidade possível e que essa neutralidade quanto mais esteja aliada à visão sistêmica melhor!

Para quem tem alguma dúvida quanto à impessoalidade, o Doriello fez um comentário sobre impessoalidade na parte da manhã que eu acredito que foi um dos melhores que já escutei sobre o tema. Que tudo que nós façamos, nossas propostas, nossas sugestões sejam mais simples e visando à desburocratização da atividade. Desburocratização para todas as partes possíveis e imaginárias, desde o privado, passando pelos prestadores de serviços regulares, passando pelo passageiro, passando pelo gestor, o operador do aeroporto. Que haja uma desburocratização da atividade.

Nós escutamos a aviação civil no Brasil é extremamente documental, é extremamente burocrática, é cheia de ritos. Então, muitos desses nós podemos não deixar de lado, mas que haja uma simplificação, uma desburocratização.

Um ponto sobre o qual eu falo muito com meus colegas é com relação à redução do custo da viagem para o passageiro. Que possamos imaginar que cada vez mais nós retiremos as impedâncias que existem na atividade que fazem com que, que resultam num maior custo de viagem do passageiro. Isso vai passar por uma infinidade de itens, desde tributação até a própria desburocratização, facilitação e tudo o mais.

Eu acredito que, assim como qualquer outro setor, ele seja guiado por pessoas, para pessoas e comece por pessoas, tenha o meio de pessoas e o fim de pessoas. “Ah, mas é transporte de carga.” Não interessa. Tem alguém interessado em fazer uma transformação daquela carga, uma utilização daquela carga. Então, eu vejo que precisamos humanizar muito o setor. O setor nasce em pessoas, passa por pessoas e termina em pessoas.

Dentro daquele primeiro item de modernidade e visão sistêmica, eu procurei, neste próximo item, colocar o máximo de itens juntos, para eles caminharem em uníssono. Eu coloquei ali: safety security, excelência na gestão, eficiência operacional e lucratividade. Nós não podemos engessar mais com relação à safety security e tudo o mais e com o prejuízo da lucratividade. Táxi aéreo, operador regular, operador não regular também, qualquer outro serviço que se preste, aerofotogrametria, sensoriamento remoto, o que for, na minha opinião, nós precisamos pensar também que isso é um negócio.

Aquilo que o Doriello falou também no início, que eu fiz questão de colocar aí, o empreendedorismo. Nós precisamos de novos empresários de novas empresas, de novos negócios. A tecnologia está um milhão por cento ao lado da atividade da aviação civil. Nós somos impactos pela tecnologia. Hoje em dia poucos de nós imprimem o cartão de embarque.

Os cartões de embarque estão nos nossos smartphones e tudo mais. Então, a tecnologia externa ao setor nos ajuda muito.

Acabamos de falar sobre veículos não tripulados, remotamente tripulados. Isso vai explodir nos próximos dez ou quinze anos. Literalmente explodir, comercialmente falando. A Amazon está em tratativa direta com a FAA nos Estados Unidos. Não há intermediário. A Amazon está falando direto com a FAA com relação a veículos não tripulados.

Um ponto que é o meu conceito: a aviação civil é uma atividade como outra qualquer. Tem particularidades? Tem características únicas? Sim. Eu gostaria que alguém me apontasse um setor que não tem particularidades e características únicas.

Com aquele penúltimo item eu estou externando aquilo em que acredito, que a aviação civil não é um setor especial. Ela não precisa de um tratamento especial. Se for assim, todos os outros setores da economia precisarão de tratamentos especiais e especialíssimos e nós vamos perder a oportunidade de multiplicar as condições de crescimento de negócios no setor, de formação de pessoal, de tudo o que é possível ou imaginário que isso envolve.

O último item, desmilitarização da aviação civil no Brasil. Eu estudei no Colégio Militar, tenho família de militares tanto por parte de mãe quanto por parte de pai, sou um vibrador com relação às Forças Armadas brasileiras, mas acredito que a aviação civil tem que ser tratada por civis. Vamos ser treinados pelo pessoal do Decea para constituir outro órgão, um Air Navigation Service Provider? Que o Decea seja o embrião para isso.

Eu sou um advogado ferrenho para que o Brasil, continental do jeito que é, com tantos meios de transporte que ainda precisam ser desenvolvidos, principalmente o meio ferroviário e o aquaviário... Nós precisamos de um National Transportation Safety Board. Não consigo entender por que dezenas, centenas de milhares de pessoas perecem nas nossas rodovias e o encarregado de analisar aquele acidente é o coitado de um delegado. “Ah, mas o delegado teve uma formação no Cenipa”. Então que o Cenipa seja o embrião do NTSB brasileiro. É nisso que eu acredito, certo? Nós precisamos de uma agência de segurança de transportes que

olhe exclusivamente para transportes, e não apenas transporte de pessoas; que ela olhe também o dutoviário, que muita gente não considera como um meio de transporte, mas é um senhor meio de transporte. Várias nações no mundo dependem do transporte do dutoviário. Um paralelo que também é outro país continental e uma referência em investigação de incidentes e acidentes em transportes é a Austrália – o Australian Transportation Safety Bureau.

Então, que nós possamos ter essas duas megarreferências de países de primeiro mundo, de países continentais para que nós possamos pensar numa gradativa desmilitarização da aviação civil brasileira. A Aeronáutica tem todo o arcabouço de conhecimento para fazer uma gradação e passar para o meio civil não apenas o controle de tráfego aéreo civil, mas também a investigação de incidentes e de acidentes aéreos, assim como outras atividades, como o CTA e tudo mais.

Nenhum demérito com relação à Aeronáutica, muito pelo contrário. Volto a enfatizar: tenho formação militar nos dois lados da família, sou um entusiasta das Forças Armadas, mas vejo que a aviação civil pode e deve passar por uma transição para ser totalmente civil.

Esses seriam os princípios que eu jogaria para cima, para que nós pudéssemos pensar. Não estou fazendo proposta, não estou fazendo sugestão, não estou fazendo nada. Estou fazendo apenas uma apresentação de pensamentos como um colega da Comissão falou: “Puxa vida, a gente deveria ter pensado nisso na primeira semana”. Tudo bem, nós não pensamos, mas estamos evoluindo. O nosso Presidente sempre fala que o nosso trabalho é dinâmico. Nosso trabalho é evolutivo.

Eu quis oficializar esse meu pensamento e, de forma nenhuma, estou encaminhando qualquer proposta, mas deixo à apreciação de todos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O.k., senhores. Obrigado, Respício.

Nós vamos, sim, tratar muito essa questão da principiologia, a própria questão dos princípios do Direito Aeronáutico como matéria autônoma que precisa ser revisada e colocada no Código. É uma das prioridades. E isso vai caber logo nos primeiros capítulos, até mesmo para que ele tenha uma identidade própria e autonomia. Não basta apenas ser um marco regulatório. Ele tem que estar hodiernamente concatenado dentro desses princípios e, obviamente, a aviação abarca todos eles.

A Força Aérea do Brasil, hoje, tem uma missão institucional que ela cumpre porque é uma missão. O entendimento da Força Aérea pode ser de que o seu interesse seria cuidar de suas aeronaves, de sua aviação, seria cuidar da defesa aérea propriamente dita, dedicar-se a tanto, mas o Brasil, por questões financeiras principalmente, não tem essa condição. Então, precisamos lançar mão desses meios e temos sido bem atendidos. Mas eu também acredito que, no futuro, nós poderemos ter uma Força Aérea dedicada, uma aviação civil madura e recursos principalmente para que nós possamos empreender essa missão.

Agradeço.

Gostaria de passar a palavra agora ao Castanho, para que ele faça as suas considerações em relação a... O Castanho tem a proposta de colocar a criminalização, como é que nós vamos fazer esse tratamento de questões criminais ou de pontuações criminais dentro do Código, essa tipificação dentro do Código, sendo que já foi debatido que nós temos outras matérias e leis que tratam da criminalização de algumas condutas.

Por favor.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Eu peço, por gentileza, que coloque exatamente essa.

Essa discussão começou com a defesa que fazemos no sentido de que deve haver no Código Brasileiro de Aeronáutica uma previsão para a soltura de balões, sejam eles de ar quente, sejam os ditos ecológicos. Por quê? Porque é um risco iminente que nós estamos vivendo na aviação brasileira, principalmente em Salvador, no Rio de Janeiro, em São Paulo e creio que em Curitiba, algo assim. Então, é relevante. Há uma proposta de inclusão que o nosso Jurídico entendeu por bem. E a proposta, na verdade, traz não a criminalização dentro do Código Brasileiro de Aeronáutica, mas remete-a ao Código Penal, assim como ocorre na Lei nº 12.970, do Sipaer, que remete a outro código para haver algum tipo de penalização. Creio que possamos seguir o mesmo caminho.

Perigo baloeiro e a proposta de inclusão.

Pode passar, por gentileza.

Prática comum no Brasil, maior incidência nos meses de março a agosto, quando verificamos nos céus de São Paulo e do Rio de Janeiro, nessas regiões ali, muitos balões. Chegamos a ter reporte de 17 balões em um dia, o que aumenta muito o risco de colisão com aeronaves. Todos têm uma história muito ruim. Temos incidentes que não são, infelizmente, divulgados devidamente. Há grupos organizados para a confecção e soltura de balões, competição entre grupos e premiação em dinheiro. As associações que estão envolvidas, junto com o sindicato, e trabalhando contra ou para tentar inibir a soltura de balões têm sofrido até ameaças desses

grupos, para vocês terem noção de como funciona isso. Então, são grupos organizados, são perigosos. Eu não diria que são marginais, porque talvez haja gente boa junto, mas estão atentando contra a segurança de voo.

Qual é o problema? O art. 261 do Código Penal é muito subjetivo:

Art. 261. Expor a perigo embarcação ou aeronave própria ou alheia ou praticar qualquer ato tendente a impedir ou dificultar a navegação marítima, fluvial ou aérea.

Pena de reclusão de 2 a 5 anos.

Pode passar, por favor. Depois eu chego aonde eu quero.

Com o advento da Lei nº 9.605, foi prevista como crime ambiental a questão da soltura de balões por causa do fogo.

Posteriormente, rede de televisão chegou a fazer programa de incentivo à soltura de balões ecologicamente corretos, sem fogo, esquecendo-se do perigo em que estaria colocando a aviação.

Pode passar.

Esse é um tipo de balão que veio para burlar essa lei, certo?

Ele é sustentado por energia solar, ele aquece por uma placa que fica em cima do balão; só que se esqueceram da possibilidade de ele causar incêndio mesmo assim, caindo em cima de redes elétricas ou mesmo a colisão, que é o principal foco nosso.

Pode passar.

Risco para aviação. Não controlabilidade. Perigo de impacto catastrófico na aeronave. Força de impacto estimada pode chegar a 100 toneladas e obstrução dos tubos de pitot e probes. Quase todos conhecem, mas para quem não conhece, são sistemas externos que captam informações e passam aos instrumentos do avião. Sem esses tubos, o piloto fica sem informação de altitude, de velocidade e outras informações muito importantes para o voo.

Pode prosseguir.

Há um incidente grave que aconteceu com um avião da TAM, em 17/6/2011, Santos Dumont-Confins, colisão com um banner, aquela parte de baixo do balão e cruzando o FL nível 120 a 275 nós, obstrução dos tubos de pitot. Aquilo que eu falei lá atrás, obstruindo esses tubos, que são a maneira de captar informação externa da aeronave para fornecer aos instrumentos, digamos assim, tem como voar? Sim, tem como voar, mas você colocou a aeronave numa situação de risco que poderia ser evitada, certo? Então, você fica com todo o sistema do avião degradado e numa situação em que somem outras, situação de mau tempo ou até uma outra pane acumulada, vai haver um problema ou, então, um acidente.

Pode passar.

Então, foi isso aí que aconteceu com o avião da TAM, que teve problema, teve que pousar em emergência.

Pode passar.

O relatório final do Cenipa. Potencial de causar acidentes de graves proporções, ausência de norma legal, proibindo a sua prática, atentando contra a segurança da aviação.

Pode passar.

Aí os locais onde tem mais reportes. Vocês podem ver que em 2013, nós tivemos ali, em São Paulo, 135 reportes. Em 2014, 206; e, até este ano, nós tivemos 121. A cada ano cresce, devido à questão do incentivo à soltura de balões ecologicamente corretos. Então, isso não pode continuar aumentando, porque aumenta exponencialmente o risco de colisão.

Pode passar, por favor.

Panorama atual: são 14 leis municipais, aprovadas, regulamentando a soltura de balões: Estado de São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro. Então, essas leis estão em vigor, senhores, e precisamos, de alguma forma, ter algum tipo de subsídio para a gente poder contestar e tornar essas leis irregulares, inconstitucionais. E são inconstitucionais.

Pode passar.

Essas são as leis: Rio de Janeiro, Niterói, São João do Meriti, São Gonçalo, Nova Iguaçu, enfim, todos aí estão lendo, estão vendo, são 14 leis em vigor que estão indo contra a Constituição. E por que estão indo contra a Constituição? Será que é uma coisa tão óbvia assim? Não é. E essa é a nossa defesa. Não é, porque não existe o nexo causal – e aí os advogados podem até me corrigir. O fato de você dar um tiro para o alto, você estaria colocando em risco a aviação? É difícil você criar o nexo causal de dar um tiro para o alto e você colocar em risco a aviação. Porque a defesa dos baloeiros, que são muito bem organizados e têm até corpo jurídico, é que não há esse nexo, não há essa ligação. A intenção deles não é de atingir ou de prejudicar ou de colocar em risco a aviação, mas acabam fazendo, assim como quem dá um tiro para o alto.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Um dolo eventual básico.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Nesse caso?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Não saberia dizer. Não sou advogado, mas o senhor pode me dizer. Ajudem-me.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Apenas é que, de repente, você assume uma conduta, cujo risco é tão grande que apenas não acontece um acidente por uma mera eventualidade. É como o senhor pegar o Eixão às 18h e querer dirigir o carro a 200km por hora. O senhor vai bater em alguém, só não sabe em quem nem quando. A probabilidade desse acidente não acontecer é zero, mas ele vai acontecer. Basicamente é isso.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Aí você entra em uma questão de que é erro ou violação. Se a pessoa que está fazendo isso não sabe, ou se não tem esse nexo causal, não tem noção de que isso pode fazer e não há uma lei que diga exatamente nessas palavras, ele está cometendo um erro, ele não está cometendo uma violação, ele não está fazendo intencional realmente. Por quê? Porque não existe nada que ligue soltar um balão a pôr em risco a aviação.

Essa é a questão. É por isso que o art. 261 do Código Penal e a Lei nº 9.605, de 1998, não criam também esse nexo, não fazem esse link.

Então, quer dizer, quem está soltando o balão não lincado em nada. Mas, se houver no Código Brasileiro da Aeronáutica, uma previsão de que soltar balões causa risco à aviação, cria-se esse nexo. Essa é a intenção.

Pode prosseguir, por favor.

Projetos de lei em andamento. Nós temos, acreditem, um na Câmara Federal, um projeto de lei que está tramitando, infelizmente. Esse tipo de coisa é complicado.

Pode passar.

Inconstitucionalidade do projeto de lei federal, aí é a questão do Projeto de Lei que está lá, ele contraria o CBA, mas fica ainda questionável.

Pode passar, por favor.

Justificativa para inclusão do artigo no CBA. Nexo causal. A falta de argumentos para ligar o ato de quem solta balões ao risco causado na aviação. Justificativa, onde está escrito o que causa o risco? E é isso que nós não temos hoje muito claro em nenhuma legislação.

Pode passar.

Questionamentos internacionais, nós tivemos já sobre essa questão, por reportes de companhias aéreas internacionais. Imaginem um acidente em uma companhia aérea internacional ou de fora do País aqui no nosso País por causa de balão. Questionamento da APPLA, questionamentos da Ifalpa, pilotos das empresas Delta, United, Emirates, American Airlines e outras.

Pode passar.

A fonte dessas informações é o Comitê Nacional de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos e a Comissão de Risco Baloeiro e a CR Consultoria foi contratada por nós para fazer esse trabalho.

Por favor, pode passar.

E a proposta de inclusão do CBA, é claro, depende muito da consultoria e até dos senhores aí sugerirem, mas a proposta inicial é essa, podemos amadurecê-la.

Ao art. 15, inseriram o §1º:

“Constitui crime fabricar, vender, transportar, ou soltar balões, sem dirigibilidade, que possam provocar perigo à segurança da navegação aérea. Entende-se por balões que possam provocar perigo, qualquer artefato inflado com ar quente ou gás, não tripulado, sem dirigibilidade e que utilize ou não fogo, que exponha a perigo ou dificulte a navegação aérea. A soltura de balões, sem dirigibilidade, inicia-se nos atos preparatórios ao seu lançamento, encerrando-se com a sua captura em qualquer local.”

Aí entra a letra c:

“À inobservância do disposto deste artigo, caberá a aplicação de pena, conforme previsto na Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal.”

Essa é a última, por favor, pode passar.

Então, era isso que a gente tinha para sugerir e para ponderar para a gente criar esse nexo, para a gente criar esse link com as outras regulamentações que tratam do assunto e, com certeza, a gente pode salvar vidas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Dr. Geraldo, depois o Doriêdo, depois o Tercio.

O SR. GERALDO VIEIRA – Só vou dar os parabéns ao Respício. Eu concordo com todos os pontos. É isso mesmo. Os princípios são muito importantes.

O Castanho fez um resumo bem ilustrativo da situação de descaso com que nós estamos tratando desse assunto.

Essa legislação, essas 14 leis, muitas delas surgiram nos últimos dois anos. Três anos atrás eu fiz uma pesquisa, eram quatro só. Então, elas estão, paulatinamente, aumentando. O mais interessante é que, como nós não reagimos, continua aumentando, cada clubinho desse daí em cada local do Brasil está levando isso aos poderes públicos municipais. A assembleia legislativa já tem um projeto e daqui a pouco está aqui na Câmara.

Enfim, eu creio que, por várias oportunidades, eu propus às empresas entrar com as PDFs, mas a explicação que vinha era a seguinte: “Não, o pessoal da Aeronáutica ou da Anac está providenciando isso junto à Procuradoria Geral da República ou à Advocacia Geral da União.” E o assunto está se agravando. Acho que daqui a pouco nós podemos ter um acidente grave, matando milhares de pessoas e a aí nós vamos, então, nos preocupar.

Eu acho o seguinte: no âmbito da Comissão, sendo um pouco mais heterodoxo, nós poderíamos fazer uma justificativa, Presidente, para encaminhar ao Presidente do Senado, para que ele encaminhe um pedido, pode ser uma medida provisória da Presidenta da República. A matéria é urgente, o assunto é grave, e melhorar um pouquinho a redação para torná-la mais ampla, porque daqui a pouco vai chegar um indivíduo dizendo: “Não, isso não é um balão, isso é outra coisa.” Mas é algo que está dentro do espaço e não é dirigível. É essa a questão.

Se isso não for adotado, nós vamos ter que sentar com as outras entidades que estão aqui e nos reunirmos e entrarmos com o pedido de uma PDF lá no Supremo, e pode ser coletiva, reunindo todas as leis municipais que estão invadindo esferas de competência da União Federal, que é Direito Aeronáutico, e tentarmos obter uma liminar.

Acho que dificilmente o Judiciário também não dará liminar porque, se não der e acontecer um acidente no percurso, o Tribunal vai ter que dar explicação para a sociedade.

Mas o assunto é grave e penso que esta Comissão poderia adotar essa providência.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Pois não.

Rapidamente, a palavra ao Dorieldo, depois ao Tercio.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Castanho, parabéns pela apresentação, eu não vou tecer nenhuma crítica ao conteúdo. Eu só estava pensando, enquanto você estava falando, sobre os arts. 43 e 44 do nosso atual Código, que tratam de restrições especiais, servidão administrativa, que é aquela servidão imposta por lei.

Só que esses dois artigos são restritivos, eles se aplicam à vizinhança do aeroporto – o que se entende é algo que está em terra. E eu estou vendo aqui agora que a gente tem mais um problema, não é só o que é vizinho do aeroporto, mas também o que está no ar. E o que está no ar é objeto de tratamento em Direito pela União.

Então, o que acontece? Há leis municipais que estão tratando de um assunto que tem impacto negativo ou destrutivo numa área que é regulada pela União.

Eu entendo que a via – creio que o Brigadeiro está mais inteirado da parte jurídica e pode nos esclarecer melhor – que o avião perfaz, quando trata de ir de um ponto A a um ponto B, mesmo ela não estando vizinho ao aeroporto, a gente está falando do ar, eu entendo que o espaço aéreo tem um uso especial, então, aí, a gente deveria também ter outro caso, restrições especiais nessa área da atmosfera que é utilizada pelo avião.

E quando ocorre esse voo, eu entendo que deve haver – entre aspas –, do jeito que tem aqui na propriedade vizinha ao aeroporto, uma espécie de “servidão administrativa” desse espaço aéreo que o avião utiliza, porque ali deve ser provida a necessária segurança para navegação aérea.

O SR. GERALDO VIEIRA – Dorieldo, um balão navega 300km, 400km. Há casos detalhados de 1.000km, então, não tem nada a ver com zona de proteção nem com sonda. É um objeto descontrolado no espaço. E à União cabe disciplinar o espaço aéreo.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Estou dizendo que não entra no 43 e no 44. É isso que estou dizendo.

O SR. GERALDO VIEIRA – Então, não tem nada a ver com zona de proteção ao corredor ou nada. Tem que criminalizar a atividade.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Sim, tem que criminalizar.

Então, no caso, a gente tem outro caso, da violação da segurança no espaço aéreo, que, aí, é um caso também que não dá para colocar aqui no 43 e no 44. Então, aí teríamos que ter outro artigo e colocar. Eu entendo válida a discussão.

Era só essa colocação.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Pois não.

Passo a palavra para o Dr. Tercio depois passo para o Brigadeiro, que ele está com o tempo curto, depois passo para o Cysneiros e para o Antônio Ivaldo.

O SR. TERCIO IVAN DE BARROS – Rapidamente, eu gostaria de parabenizar o Castanho pela apresentação porque esse assunto é extremamente importante e preocupante para quem trabalha em áreas aeroportuárias.

Eu gostaria de salientar que, alguns anos atrás, para que vocês tomem conhecimento, caiu um balão em cima do terminal de cargas do aeroporto de Guarulhos e, felizmente, o pessoal de contraincêndio, próprio do aeroporto, juntamente com a Seção de Contraincêndio conseguiu apagar o incêndio que poderia ter proporcionado um grave e grande prejuízo à empresa, à Infraero, naquele momento.

Outro ponto que também causa bastante preocupação, recentemente, nós tivemos um caso de Cubatão, em que os tanques de combustíveis pegaram fogo. Eu gostaria de lembrar que nos grandes aeroportos, nós temos PAAs de grande capacidade, com uma capacidade de litros de combustível, principalmente de gasolina e diesel, que são de grandes quantidades.

Em acidentes desses pode realmente causar um prejuízo, um estrago extremamente danoso, prejudicial, durante muito tempo, e isso com certeza vai afetar... Se pegar fogo, vai afetar todo tipo de aviação existente naquela região, sem contar ainda os estragos que são feitos junto à natureza. Se nós formos levar em conta, pegar um aeroporto como o de Congonhas, Guarulhos, onde existem instalações externas, dentro do lado A, que são de grandes proporções, grandes investimentos feitos por empresários – e às vezes até pelo próprio governo, como é o caso de base aérea –, nós teríamos aí uma consequência extremamente drástica.

Eu solicitaria que a Comissão se debruçasse realmente um pouco mais sobre esse assunto e que chegassemos a uma conclusão. Como disse o Castanho, esse é um assunto ao qual temos que dar uma definição que seja dura. Não pode haver meio-termo. Nesse caso, aqui, o balão é incontrolável quando está no ar. E quando ele está incontrolável, não existe uma área de transição que passe... “Aqui vai passar uma aeronave agora, ou daqui a dez minutos, ou daqui a 20 minutos.” Não há isso. Ele ultrapassa qualquer linha de segurança e, para nós, isso é extremamente grave.

Eu gostaria de deixar registrado que a minha preocupação é com relação a aeroportos, mas, principalmente, como um brasileiro, eu gostaria de deixar registrada essa nossa preocupação no sentido de que haja uma proibição dentro do CBA.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Brigadeiro, por favor.

O SR. GUSTAVO ADOLFO CAMARGO DE OLIVEIRA – Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, eu quero dizer que fiquei feliz ao saber que o Respício foi meu companheiro na casa de Thomaz Coelho. Eu só não me lembro de você, porque devo ser bem mais velho, mas passamos ali mais ou menos pela mesma época.

Com relação à desmilitarização, eu também acho que a gente precisa conversar um pouco. Eu concordo parcialmente. Eu só lembro também que a Austrália está fazendo um movimento ao contrário: haviam separado o controle de tráfego aéreo, militar e civil, e agora – nos últimos quatro, cinco anos – eles estão juntando e procurando tirar vantagens econômicas da integração. É claro que tem que ser uma coisa limitada. Eu também entendo que, enquanto controle de área, isso tem muito a ver com a defesa aérea, mas, no varejo de terminal e aeroporto, efetivamente pode ser feito por entidades civis, sem nenhum problema. Mais uma vez: não há nenhum problema também em o controle de área ser feito por uma entidade civil. É só uma questão de custo para o País, porque aumenta o valor, visto que você vai ter que pagar duas infraestruturas, separadas, para fazer mais ou menos a mesma coisa.

Com relação aos balões, eu queria parabenizar o Castanho. Eu gostei da apresentação também, achei interessante a forma como ele colocou, e a minha proposta é só para que a gente dê uma trabalhada em cima do texto, trabalhando em cima de exigência de certificação, porque, quando a Icao trata do assunto, ela fala que tem que ser guiado ou, então, haver um dispositivo de terminação de voo que me garanta que ele vai se manter dentro de uma determinada performance.

Então, se a gente falar que qualquer objeto que vá voar, alguma coisa assim, tenha que ter uma certificação do seu sistema de guiagem e que, se não tiver essa certificação, ele, sim, está infringindo o Código Penal, esse seria um caminho a seguir, que eu sugeriria. Em vez de a gente se prender só a balão, a gente colocaria mais genéricos. Obviamente, existem aplicações lícitas de balão. Então, há gente que faz pesquisa atmosférica e há outros tipos de aplicações que são lícitas. As pessoas chegam, pedem autorização, faz-se a reserva de área, publica-se na AIP que há um balão fazendo coleta de dados atmosféricos na Amazônia, por exemplo, como acontece de vez em quando.

Há ainda os nossos balões meteorológicos, os quais emitimos de forma controlada e em números muito menores. São balões que sobem de forma mais rápida, de modo que o risco fica muito mais controlado do que você colocar uma série de balões dentro de uma terminal, pois é justamente em cidades grandes que se solta balão. Onde convergem os voos e há uma grande quantidade de balões, o nível de risco começa a ficar inaceitável, e é disso que a gente tem que tratar, de quem está fazendo a coisa sem autorização.

Então, eu concordei com a proposição.

É só a gente trabalhar um pouco o texto, para nós vermos o que faremos para especificar que quem não tem certificação e está ferindo e que tem que ser encaminhado ao Código Penal. Se alguém for voar sem certificação, deverá ser encaminhado, tratado pelo Código Penal.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Achei interessante realmente trazer essa proposta de encaminhamento. Orientando, obviamente, ajuda um pouco até mesmo o julgador criminal, desculpem-me, a própria interpretação do texto.

Como o assunto está muito genérico, mas você faz encaminhamento, eu acho que isso aí vai ser um estudo interessante.

Cysneiros. Depois o Dr. Ivaldo.

O SR. HUGO JOSÉ SARUBBI CYSNEIROS DE OLIVEIRA – Sobre esses dois assuntos, em relação à questão dos balões, hoje, por coincidência, eu estava vendo o Bom Dia Brasil, em que passou uma reportagem – eu não sei se alguém chegou a ver aqui –, muito cedo, sobre balões para videovigilância, que foram lançados, na semana passada, em Santiago.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Balões blindados, inclusive.

O SR. HUGO JOSÉ SARUBBI CYSNEIROS DE OLIVEIRA – Blindados, inclusive, para patrulhamento de bairro. Tudo bem que isso é em outro país, outro regime jurídico, outro ordenamento, mas eu fico com medo desses modismos, principalmente nessa área de vigilância urbana, porque, daqui a pouco, vai haver prefeito fazendo inauguração de balão para videovigilância, sem dar satisfação absolutamente a ninguém. Tanto é verdade que a própria reportagem fala muito mais sobre a questão do direito à intimidade do que de segurança. A reportagem nem se lembra desse aspecto.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Ele é controlável?

O SR. HUGO JOSÉ SARUBBI CYSNEIROS DE OLIVEIRA – Ele sobe e desce rapidamente, com câmeras de altíssimo alcance, para poder pegar imagens.

O SR. GUSTAVO ADOLFO CAMARGO DE OLIVEIRA – São balões cativos, normalmente. Foram usados na Copa do Mundo, o Exército usou um próximo ao Maracanã, um balão cativo com uma câmera.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – É interessante o termo blindado, só que, quando o pessoal fala blindado, não é que ele tenha placas de aço, na verdade ele é feito de material, que é um kevlar, que é um material diferenciado, que realmente é mais resistente à bala. Quando se diz balão blindado, todo mundo pensa subindo uma coisa de aço.

Não tem muito a ver, mas é interessante.

O SR. HUGO JOSÉ SARUBBI CYSNEIROS DE OLIVEIRA – O que me fez lembrar essa reportagem é para lembrar o seguinte: hoje, a norma que fala sobre a soltura de balões como crime é uma norma ambiental, está preocupada muito mais com a questão dos incêndios que poderiam ser causados a partir da soltura desse artefato. Tem uma pena simbólica, porque pena máxima, em tese, de até três anos, significa dizer que não há pena, pelo sursis da própria pena, quer dizer, faz-se lá uma transação penal qualquer, o cara paga dez cestas básicas, ou passa três dias limpando uma calçada, e a composição penal está garantida. Então, eu acho que a questão do aumento da pena, por mais controverso que seja esse tipo de solução para a impunidade, deveria ser vista com carinho.

Quero lembrar também que já corre aqui nas duas Casas, Senado e Câmara, uma série de propostas legislativas para poder incrementar a pena e rever o tipo penal que combate esse tipo de ato. Então, talvez um encaminhamento, uma sugestão seria pedir à Consultoria da Casa que fizesse um apanhado do que já existe, em que estágio essas propostas estão, porque vai que nós já temos uma proposta já pronta para votação em plenário? Não sei, seria importante.

Paralelamente se deve ver a incorporação disso ou não ao CBA, porque a única dúvida que eu levanto é que incorporar um tipo penal específico ao CBA me leva às outras perguntas: e a questão ambiental, e os crimes decorrentes da questão ambiental também na navegação aérea, na Aeronáutica, também seriam trazidos para o Código ou não? Enfim, estou colocando aqui como algo a ser debatido, mas substancialmente elogiando a apresentação do Castanho.

Em relação aos princípios, houve um princípio que foi falado pelo Prof. Respício que me inquietou um pouco, que é a questão da diminuição dos custos. Concordo plenamente, o problema é que aqui nós vamos numa direção que é do incremento dos serviços a serem prestados, modernização de muita coisa, isso tudo custa. Hoje é sabido que há uma queixa corrente dos administradores aeroportuários, principalmente dos novos, quanto a perguntar: “Ótimo, para tudo isso que vocês estão querendo que eu faça, quem é que vai pagar por isso?” No final das contas, quem vai pagar é o passageiro, seja via passagem, seja via tarifa, taxa, sendo que nós

sabemos que, no Brasil, o que mais contribui para a questão do altíssimo custo do transporte aéreo chama-se tributação. Essa até pode ser uma explicação simplória, mas ela é patente. Por mais que a Comissão não tenha competência sobre isso, eu não acho uma má ideia – e coloco aqui como uma sugestão – nós podermos, no final dos trabalhos, no relatório final, que certamente será elaborado, fazer uma moção, fazer uma espécie de apelo ao Poder Público, para que definitivamente reveja a questão da tributação dessa área.

Porque me parece, fazendo uma comparação muito forçada de mito, aquele velho caso que nós temos na legislação brasileira, que é de taxar protetor solar como se fosse cosmético, sendo que a proteção contra os raios ultravioleta é uma questão de saúde pública, e os protetores solares são tratados como se fossem cosméticos de madame.

Parece que, até hoje, o transporte aéreo é tratado como algo de madame, coisa de luxo, quando já não é mais.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Olha, falando rapidamente, porque eu tenho que dispensar aqui dois membros para um compromissozinho... Ah, está tranquilo, ótimo. Então tudo bem, eu estou só fazendo aqui uma pequena consideração, uma coisa rápida.

O SR. HUGO JOSÉ SARUBBI CYSNEIROS DE OLIVEIRA – Mas era só isso mesmo que eu queria falar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O Senado fez um estudo há uns quatro anos e descobriu que o setor aeronáutico é mais taxado do que o setor rodoviário. Se o senhor fizer essa busca dentro do site do Senado, o senhor vai poder ter essa constatação.

Eu só queria, antes de passar a palavra aqui para o Antônio Ivaldo, de dizer o seguinte, aproveitando que ficaram aqui alguns coordenadores de grupos: nós temos que definir a respeito de uma reunião para a semana que vem, mas aí a Relatora vai me puxar a orelha pelo seguinte, porque os grupos têm que ver as contribuições dos que foram encaminhados. Nós temos assunto para a semana que vem? Temos, claro; temos, talvez, questões voltadas à aeronavegabilidade, ou coisas que nós podemos rever na reunião que vem, as matérias que foram aqui combatidas e debatidas, até mesmo para fins de exaurimento.

Mas eu queria muito, e principalmente, que os grupos se ativessem ao cronograma, que é o envio de propositores e das proposições, porque, senão, como se diz, o jurídico, o pessoal de São Paulo, farão a análise seca do código, a viabilidade legal, e passarão para os senhores apenas fazerem os incrementos de ordem técnica. Esse é outro recado da Relatora.

Então, senhores, nós vamos ter a reunião, podemos agendar a reunião para a semana que vem? Sim? Quem é contra?

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Eu não estarei aqui na próxima semana, vou estar no FAA, nos Estados Unidos.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Eu gostaria de estar também junto com o senhor, realmente lá é muito legal.

Bem, senhores, então, eu vou verificar a questão de pauta, qual vai ser a pauta para a semana que vem, e informo aos senhores. Eu realmente gostaria muito que os coordenadores cobrassem dos grupos a questão do cronograma, para que não esvazie a nossa pauta e para que nós possamos cumprir essa tarefa que nós temos para o Senado.

Antônio Ivaldo, por favor.

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – É, o comentário é basicamente sobre a apresentação do Castanho, achei uma apresentação muito boa e eu, particularmente, fiquei muito feliz porque eu fui um dos defensores de que o Castanho pudesse apresentar o assunto aqui hoje. Eu acho que sempre enriquece o nosso debate, quando a gente começar a ter dúvida sobre algum assunto, a gente pedir alguém que esteja interessado no assunto trazer a apresentação e trazer mais dados até para a gente entender qual é a realidade do problema.

Em relação à questão dos balões, eu, como profissional da aviação, e o próprio SNETA, o Sindicato Nacional das Empresas de Táxi Aéreo, nós estamos preocupados com esse problema, nós temos avistamentos frequentes de balões. E já tive outra oportunidade, por outro motivo, de ter que comparecer na frente de um delegado e o delegado colocar o código na minha frente me perguntando: “Tipifique o crime que você quer que eu autue”. Então, eu acho muito válido a gente poder colocar isso dentro de uma lei, porque, na hora em que a gente tiver algum problema desse tipo, tiver alguma denúncia de alguma associação que está soltando balões, e a gente precisar de ajuda da força policial ou de alguma coisa do tipo, a gente vai ter efetivamente um crime tipificado.

Então, faço votos para que, conforme a sugestão do Castanho, nós coloquemos no Código alguma coisa que deixe claro que soltar balões efetivamente afeta a segurança de voo e tem que haver punição.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Bem, senhores, volto a reiterar, mais alguma pauta para nós debatermos hoje? Pois não, Geraldo.

O SR. GERALDO VIEIRA (Fora do microfone.) – Até o final desta...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Dr. Geraldo, desculpe interrompê-lo, mas é que o pessoal sempre pede para que seja falado ao microfone, apesar de ouvi-lo bem.

O SR. GERALDO VIEIRA – O.k.

Até o final desta semana eu pretendo encaminhar o restante dos demais capítulos sobre o sistema aeroportuário. O que encaminhamos agora foi só uma primeira parte, a menos complexa e, até sexta-feira, encaminhamos também. Se puder ser objeto de pauta talvez do subgrupo para a gente trabalhar mais no texto, porque estou sentindo aqui no Plenário que há um grau de apropriação ainda não definido com relação a essas sornas, a abertura dessas sornas de aeródromos contemplando as hipóteses que estão no trabalho, nas sugestões que apresentamos. Isso agilizaria a formatação da etapa seguinte, os capítulos são vinculados e as matérias são correlatas e definir as categorias e os tipos...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Com certeza.

O SR. GERALDO VIEIRA – ...facilita a definição do restante.

Nós avançaríamos muito no tempo com relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Deixa só eu fazer um pedido.

A Prof. Maria Helena pediu para que fossem encaminhadas até, pelo menos, no máximo sexta-feira de manhã, essas contribuições.

Não as que o senhor já encaminhou hoje, porque essas já constarão da tabela. Se o senhor as encaminhar até sexta-feira no primeiro momento da manhã, com certeza, já podemos inseri-las na nossa tabela.

O SR. GERALDO VIEIRA – Presidente, quais são as pessoas do grupo que está encarregado de fazer o exame dessa matéria?

Poderia encaminhar também, ir produzindo e encaminhando antecipadamente, não é?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O senhor está no Grupo 3, Transporte Aéreo e o Coordenador-Geral é o Respício.

O SR. GERALDO VIEIRA – É o Respício?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O Respício é o Coordenador-Geral.

O SR. GERALDO VIEIRA – Que ótimo. O.k.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O Coordenador da área de aeroportos, do subgrupo de aeroportos, é o Prof. Cláudio Jorge, que está aqui...

O SR. GERALDO VIEIRA – Que é a próxima etapa de regulação que vamos oferecer.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Certo.

Pois não, Professor.

O SR. CLAUDIO JORGE PINTO ALVES – Bom, eu só pediria... porque a gente está recebendo esse material e nem sempre a gente está observando com alguma frequência que, como o material chega no fim de semana e tal, Maria Helena e o pessoal que está apoiando às vezes não consegue colocar.

Então, no caso do Dr. Geraldo, ele não só enviar para que a Maria Helena colocasse na tabela, mas poderia mandar o material dele mesmo, que ele gerou para ser colocado na tabela, para que a gente pudesse ler para, por exemplo, na próxima segunda-feira a gente já ter até uma ideia geral e não aguardar só o que pudesse estar na tabela, mas, sim, toda ideia que o grupo dele está trazendo.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Para se ter uma ideia holística da situação.

O SR. CLAUDIO JORGE PINTO ALVES – Isso.

Então, se pudesse ser mandado para a Drª Maria Helena e para nós todos.

O SR. GERALDO VIEIRA – Isso é para ser mandato para todos e não apenas para...

Quando eu falo Relatora é porque ela é a milestone obviamente, mas com certeza que isso daí vai ser encaminhado para todos do grupo e não apenas o grupo de aeroportos, mas para todos e com a maior antecedência possível, é claro.

Pois não, Antônio.

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Só lembrar algumas coisas que a gente já acordou aqui recentemente e, talvez, o Dr. Geraldo não esteja a par.

A ideia é que, quando a gente for discutir algum assunto, envie esse assunto com duas semanas de antecedência. Esse assunto seria enviado a todos, há um grupo do Yahoo e vou anexar o seu e-mail a esse grupo. Por enquanto, o senhor pode mandar para o Eduardo Bruno e Marcelo Assaife porque eles podem encaminhar para todo mundo. E o que a gente acordou foi que mandaria o assunto com duas semanas de antecedência,

as pessoas teriam uma semana para ler o assunto e responder, dar contribuições. E o senhor teria uma semana para consolidar um pouco esse assunto para apresentar posteriormente.

A ideia é que, antes da gente apresentar um assunto aqui, as pessoas já tenham recebido esse assunto duas semanas antes e tenham tido tempo de ler. O que a gente percebeu com o passar do tempo é que nem todo mundo tem tempo para ler tudo. Então, na prática, as pessoas escolhem os assuntos que têm mais interesse e leem e, no final, na apresentação, tiram as dúvidas finais aqui.

É só a questão do prazo e a questão de ser enviado para todo mundo, como falei, pode ser via os nossos auxiliares da Câmara, que estão fazendo um bom serviço, mas a ideia é que todo mundo receba tudo sempre.

O SR. GERALDO VIEIRA – Esse é o ideal, Antônio, mas, por exemplo, o senhor está dizendo que só sexta-feira é que o senhor vai conseguir mandar?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Quando puder já mande e, mesmo que não tenha as duas semanas de antecedência, mas se tiver dois, três dias que a gente possa dar uma lida num fim de semana acho que isso já vai ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Depois dos assuntos que acho que o Dr. Geraldo vai mandar, praticamente nós já discutimos aqui. Basicamente vai ser um plus o que ele vai encaminhar. Então, acho que isso não vai prejudicar, ao contrário, vai até aumentar. E todo o mundo estava questionando se haveria ou não uma reunião na semana que vem. O que eu posso fazer? Eu posso juntar de hoje para amanhã, coletar esta pauta, verificar a pauta que nós temos para semana que vem, até mesmo porque, na outra semana, será feriado. Então, ou nós podemos aproveitar a próxima reunião para já consolidarmos muitas opiniões, tudo aquilo que nós ponderamos até agora, até mesmo para, quando nós voltarmos lá pelo dia 14, já tenhamos realmente muito material, as contribuições sejam consolidadas, porque infelizmente nem todos que podem contribuir como o faz parte do grupo – nós somos aqueles que fazem as contribuições comensais, há outros que têm mais dificuldades. E também acho que seria importante para essas pessoas que têm dificuldades, pois muitas não podem vir sempre à Comissão que elas também contatem os grupos, os seus subgrupos, até mesmo porque de repente aparecem na reunião com um mês de atraso, às vezes não aparecem ou não leram o material, e chegam aqui e de repente querem ver na hora o que está acontecendo e abrir um debate e realmente a coisa não funciona.

É por isso que eu tenho feito o apelo no sentido de que todos leiam, estudem, cheguem aqui preparados para apenas nós pontuarmos. Debater os trezentos e tantos artigos aqui não é produtivo. Já trouxemos os assuntos que são mais relevantes, independentemente daqueles que são objeto apenas de atualização, como, por exemplo, trocar uma palavra ou outra no Código, perfeito! Se já tivermos todos os pontos anuídos para o debate, melhor ainda.

Então, senhores, podemos deixar pré-agendados para a semana que vem, dia 31 de agosto. Não vou deixar em suspense se vai ou não vai haver. Vou juntar a pauta. Vou ver as contribuições. Vou ver aquilo que nós podemos debater para a semana que vem. Insisto que vocês vejam e revejam os cronogramas das contribuições, porque, senão, realmente nós esvaziar a pauta. Isso é muito ruim. Vai ser um carão para a Comissão. Tudo bem?

Noves fora, eu quero dizer que o dia hoje foi muito produtivo. Nós tratamos de assuntos extremamente importantes, relevantes. O nível de debate é aquele que se espera. Foi um debate muito bom. Nós vimos aqui o compromisso de todos com o País e com o futuro da nossa Nação e com o modal de transporte que realmente, por afinidade, integra a nossa Nação.

Dessa forma, nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a reunião, convidando-os para a próxima, a ser realizada no dia 31 de agosto, às 10h.

(Iniciada às 10 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 47 minutos.)

Georges de Moura Ferreira
Presidente

Comissão de Especialistas com a finalidade de apresentar anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.**ATA DA 10ª REUNIÃO**

Ata Circunstanciada da 10ª Reunião, realizada em 14 de setembro de 2015, às 10 horas e 54 minutos, no Plenário nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a presidência do **Sr. Georges de Moura Ferreira** e com a presença dos membros: **Respício Antônio do Espírito Santo Júnior, Maria Helena Fonseca de Souza Rolim, Doriêdo Luiz dos Prazeres, Antônio Ivaldo Machado de Andrade, Celso Faria de Souza, Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira, Tércio Ivan de Barros, Kerlington Pimentel de Freitas, Ricardo Bisinotto Catanant, Geraldo Ribeiro Vieira, Enio Paes de Oliveira, José Adriano Castanho Ferreira, Ricardo Bernardi, Ricardo Nogueira da Silva e Fernando Silva Alves de Camargo.** Deixaram de comparecer os membros: **Donizeti de Andrade, Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva, Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira, Ronei Saggioro Glanzmann, Thiago Pereira Pedroso, Roberto José Silveira Honorato, Cláudio Jorge Pinto Alves e Carlos Ebner.** Na oportunidade, foi realizada audiência com o Sr. Daniel Alves da Cunha, Especialista em Regulação de Aviação Civil da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), e com o Sr. Fernando Soares Vieira, representante da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Foram, ainda, realizadas apresentações e debates sobre áreas aeroportuárias e responsabilidade civil no transporte aéreo. A reunião foi suspensa às 13h01, retomada às 14h42, novamente suspensa às 16h07 e retomada às 16h59. Após aprovação, a presente Ata será publicada juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Especialistas destinada a apresentar anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.

Primeiramente, coloco em votação a Ata da 7ª Reunião. Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Informo que esta reunião será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, tudo minúsculo e emendado, e do Alô Senado, pelo número 0800-612211.

Bem, senhores, conforme convocação, esta reunião terá duas partes, sendo que a primeira se refere a uma consulta que foi agendada junto com os membros, segundo recomendação da Comissão, com os seguintes convidados, que debaterão os temas: o Sr. Fernando Soares Vieira, representante da Comissão de Valores Mobiliários, Daniel Alves da Cunha, Especialista em Regulação de Aviação Civil e representante da Anac, e discussões e encaminhamentos acerca de atualização da programação da contribuição dos grupos e as considerações da relatoria.

Antes, senhores, eu quero apenas agradecer a todos aqueles que estão aqui presentes, porque nós marcamos nossa reunião sempre às 10 horas, mas, como nós temos tido muitas manifestações na nossa Capital Federal, muitas vezes alguns membros atrasam, não na chegada, mas também para sair do aeroporto. Sem dizer, também, que a conversa que nós temos aqui, dentro da Comissão, faz parte dos nossos trabalhos, para que nós possamos azeitar as nossas relações e, obviamente, atender aos interesses de todos, tendo em vista que os trabalhos estão sendo, inclusive, bem elogiados e por vários Senadores, conforme tem chegado a minha pessoa.

Senhores, nós teremos agora... Nós vamos fazer uma pequena inversão de pauta e eu gostaria de convidar, então, o Sr. Fernando Soares Vieira, perdão, Fernando, desculpe, eu gostaria de convidar aqui o Sr. Daniel Alves da Cunha, Especialista em Regulação Civil da Anac, para que ele fizesse a apresentação relativa à desburocratização para a autorização e/ou concessão de aeroportos. Ele terá 20 minutos, prorrogáveis por mais dez, e teremos, então, mais 30 minutos para os debates entre os membros. Obviamente, exaurindo antes o tempo, nós passaremos, então, a palavra ao Sr. Fernando Soares Vieira, representante da CVM.

Tudo aqui será colocado, será taquigrafado, será filmado e espero que esses debates não se esgotem aqui, no momento.

Eu fui informado, também... Já gostaria de convidar o Sr. Fernando para fazer parte da Mesa, por favor. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Assim, sem mais, apenas um pequeno recado da Secretaria: aqueles que necessitem de passagens para deslocamentos, procurem fazer o envio dos requerimentos até às 18 horas da quarta-feira anterior à reunião, para que assim, então, possamos fazer o planejamento e adquirir as passagens.

Sr. Daniel, o senhor tem alguma apresentação, algum PowerPoint? Tem?

O SR. DANIEL ALVES DA CUNHA – Tem, já está preparado. Ele vai passar.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Podemos? O.k.

O SR. DANIEL ALVES DA CUNHA – Bom dia a todos.

Meu nome é Daniel, sou Especialista da Anac.

Estou aqui para apresentar um estudo que a gente está fazendo lá, internamente, que tem subsidiado as nossas decisões no âmbito da regulação de infraestrutura, que é uma análise de risco para flexibilizações de ações regulatórias. Que ações são essas? Fiscalização, regulamentação e certificação de aeroportos.

Esse estudo está sendo feito por mim e pelo Marcos Paulo, que não pôde estar presente hoje, e eu vou começar passando um filme rápido, de um minuto, só para a gente ter uma noção do quão deteriorada pode estar a infraestrutura e ainda ter uma operação regular, uma operação de transporte num aeroporto.

Pode passar.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. DANIEL ALVES DA CUNHA – Isso são operações de transporte na África. Obviamente, a nossa infraestrutura não chega a esse nível e nem é intenção de que chegue a esse nível. Cem por cento das operações de transporte aéreo comercial no Brasil hoje são feitas em aeródromos com pavimento rígido. A intenção desse filme é mostrar que a gente pode fazer uma análise de risco e tentar entender qual a real influência da infraestrutura no risco final, numa operação comercial no Brasil.

Então, o objetivo da apresentação é mostrar essa avaliação de risco que está subsidiando o escalonamento de ações dentro da agência.

Pode passar.

Vamos mostrar um breve panorama da cobertura aeroportuária no Brasil e falar sobre a análise de risco e algumas conclusões que a gente já está tirando dessa análise.

O Brasil tem – são dados de 2015, do *site* da Anac – 658 aeroportos abertos hoje; um grande desenvolvimento no Sul, Sudeste e no litoral do País, devido, principalmente, à presença de PIB e população; e uma carência de cobertura aeroportuária no Norte, no Centro-Oeste e no interior do Nordeste.

Pode passar.

Essa carência vai gerar um alto nível de não conformidade com relação aos regulamentos. E o resultado disso daí é restrição na malha aérea. Então, por exemplo, a gente tem aeroporto que não tem a capacidade mínima para ter uma operação numa aeronave mais pesada no seu pavimento e tem uma restrição de malha aérea. Isso daí muito em função da falta de investimento. Então, o racional é esse.

Para tentar corrigir essa distorção, o Código Brasileiro de Aeronáutica foi atualizado, recentemente. Ele colocou que a autoridade de aviação civil podia expedir regulamento específico para aeródromo público na Amazônia Legal. Para quê? Para trazer o fomento regional dessa área.

Pode passar.

Então, qual é o princípio? O princípio é a desregulamentação, com o objetivo de desenvolvimento regional. O racional: você retira barreiras de entrada no mercado, corrige a carência de infraestrutura e aumenta a malha nessa região. Aí você consegue desenvolver a região, o desenvolvimento regional. Só que, no âmbito da Anac, é um pouco mais complicado. A gente não consegue simplesmente publicar um regulamento sem ter uma base numa análise de risco, numa análise de impacto regulatório. Existem alguns princípios que temos que considerar dentro da agência, que estão previstos na Política Nacional de Aviação Civil, na lei de criação da Anac. São sugestões, orientações da Organização de Aviação Civil, e a gente tem que seguir. Eficiência, desenvolvimento, regularidade, isso são objetivos, só que a gente tem que levar em consideração também a questão da segurança.

Então, quando a gente emite o regulamento, a gente tem que fazer uma análise de risco.

E o programa de segurança operacional da Anac coloca que a gente tem que ter, antes de tudo, capacidade de monitoramento do mercado, com indicadores, com metas de desempenho, e estabelecer níveis de desempenho em segurança operacional para a gente poder, aí, sim, conhecer o risco e, no processo de aceitação desse risco – pode passar –, aí, a gente faz avaliação do interesse e da necessidade da operação.

São dois interesses públicos aqui, um é o da segurança e o outro é o do desenvolvimento regional. A gente tem que balancear esses dois interesses, a gente tem que levar em consideração, fazer uma análise de pacto regulatório, levar em consideração também audiências públicas e, aí, sim – pode passar –, se possível, publicar um regulamento com flexibilização.

Pode passar.

Então, eu trouxe aqui só um exemplo do que a gente tem feito na nossa gerência. Antes não tinha isso, a gente tem agora. Hoje, a gente tem capacidade de compreender o desempenho que a gente está tendo com relação à conformidade dos regulamentos que estão publicados.

Então, a gente, hoje, tem índices de desempenho lá, na nossa gerência, a Gerência de Respostas e Emergência, e a gente consegue entender onde o mercado está sofrendo e, com base nisso, conseguimos avaliar quais requisitos não estão sendo atendidos e entender o porquê de eles não estarem sendo atendidos.

E com base numa análise de risco – pode passar, passa de novo –, aí, a gente consegue fazer uma flexibilização. Isso daí é um exemplo da flexibilização da regulamentação, em que aeroportos de menor índice de risco têm obrigações menores, têm que cumprir obrigações menores – pode passar –, e, na parte da certificação, a gente tem também o escalonamento da parte da certificação.

A gente compreende que 100% de atendimento do regulamento é muito complicado. Então, a gente escalona os requisitos em nível de criticidade. Os mais críticos, obviamente, têm que ser atendidos e, os menos críticos, a gente consegue flexibilizar, claro, com base no nível de risco do aeroporto. Então, esse é um exemplo daquele processo regulatório que eu passei ali na frente.

Pode passar.

Só que isso daí é pontual, ainda é um processo pontual, um processo evolutivo dentro da Agência.

Então, a gente identificou a necessidade de um estudo amplo para subsidiar um escalonamento que fosse mais profundo, para quê? Para racionalizar os recursos, para a gente não colocar recurso público onde não tem necessidade.

O que seria necessidade aqui? Onde não tem risco. Onde não há risco, não há necessidade de a agência estar colocando custos regulatórios para os operadores. E, aí, a base desse estudo foi o gerenciamento de risco na metodologia proposta pela Oaci.

Pode passar.

Isso daí é um *print* do estudo. É um estudo que está em andamento ainda, a gente já tem várias conclusões deste estudo, mas é um estudo que está evoluindo ainda.

Pode passar.

Então, só para a gente nivelar, o risco aqui, porque se considera o risco, é em função de duas variáveis. Uma variável é a probabilidade, que é a chance de ocorrência de um evento indesejado, e a outra é a severidade, que é, se esse evento indesejado ocorrer, o impacto que ele vai causar na sociedade.

Então, isso daí é jogado numa matriz que leva em consideração..., aí, na vertical, a gente tem a probabilidade, na horizontal, tem a severidade, e, aí, o risco é classificado dentro de uma matriz. Isso daí é uma sugestão da Organização de Aviação Civil Internacional, e, aí, você tem o nível de tolerabilidade, como é chamado o quanto você tolera de risco.

Então, os que estão em verde são os que são toleráveis, que são aceitáveis, você pode fazer uma operação dentro desse nível verde aí sem nenhuma medida mitigadora; no nível amarelo, você já tem que colocar algumas medidas de controle; e, no nível vermelho, se você classificou o risco como nível vermelho ali, já tem que tomar outras medidas para reduzir o nível de risco para, pelo menos, o nível amarelo. Mais para frente, vou dar um exemplo prático.

Então, esse daí é o exemplo do Doc nº 9.859, que é o Manual de Gerenciamento e Segurança da Organização de Aviação Civil Internacional. Ele dá uma orientação genérica de como você classificar a probabilidade da ocorrência de um evento e, dentro do próprio Manual, existe a recomendação de você adaptar essa metodologia à realidade do Estado, que foi o que a gente fez.

Do que a gente foi atrás para fazer o estudo? Atrás de dados, parâmetros que fossem mensuráveis e que estivessem disponíveis para a gente fazer o estudo.

Então, o que a gente utilizou? Índices de segurança e eventos passados, referentes à segurança operacional, que nada mais é do que o risco resultante da operação ao longo do tempo.

Pode passar.

Por que fomos atrás de informações referentes aos índices de segurança que são do momento presente para o passado? Porque, no momento da operação de uma aeronave, naquele exato momento, há vários fatores que estão influenciando aquela operação. Há aspectos médicos, psicológicos, operacionais, meteorológicos, há tudo influenciando o momento. Alguns desses fatores são ponderáveis, outros são imponderáveis, são de difícil identificação, e influenciam diretamente no risco. Isso pode causar um acidente, e enquanto autoridade de aviação civil, não tem como avaliar o risco de operação por operação, para propor medidas regulatórias em cima de cada operação.

Então, o que fazemos? Fazemos a análise do risco resultante, que são os dados fornecidos pelo próprio Cenipa, para podermos fazer uma inferência com relação ao futuro. Não significa que isso irá acontecer no

futuro, é uma inferência, se mantiverem-se as variáveis, se as condições se mantiverem, podemos fazer uma inferência com base nos dados passados. Olhamos os índices de segurança dos últimos onze anos e conseguimos fazer essa inferência em segurança operacional de forma mais concreta, é claro que em se mantendo as condições do estudo.

Pode passar.

Aí utilizamos três métricas para avaliar a probabilidade da ocorrência de um acidente. Primeira, acidentes fatais por um milhão de decolagens em aviação regular, dá uma noção geral da segurança operacional no Brasil. Segunda, acidentes fatais por milhão de decolagens em aeroporto. Usamos dados do Cenipa e da Anac. E a terceira é o tempo de decorrência de acidentes em aeroporto, só que acidentes influenciados por infraestrutura aeroportuária. Utilizamos estatísticas do Cenipa, de 2013, 2015, e de movimentação da Anac, de 2015.

Pode passar.

A primeira, acidentes fatais por milhão de decolagens. Como o Brasil está hoje em termos de acidentes fatais na aviação regular por milhão de decolagens geral. De 2004 a 2013, tivemos 0,84 acidentes por milhão de decolagens. Ficamos mais seguros do que países da África, do Oriente Médio, da América do Sul, de forma geral, e estivemos mais ou menos no nível da Ásia e da Oceania. E os mais seguros do mundo, neste período, foram a América do Norte e a Europa.

O que consideramos aqui no caso? Consideramos a curva, porque uma coisa é a média dos dez anos, outra coisa é a curva e o momento presente. No segundo gráfico, a linha vermelha é a evolução do índice de segurança do Brasil. Então, vemos que ainda não temos o relatório de 2014, com o índice de 2014, por isso usamos o de 2013, mas estamos com 0,19 acidente por milhão de decolagens hoje. É a média dos países mais seguros do mundo. Então, consideramos isso na nossa análise de risco.

Por que é seguro desse jeito? Vamos ver mais para frente que mais de 95% dos fatores que contribuem para a ocorrência de um acidente não são por conta da infraestrutura, são fatores influenciados principalmente pela parte regulatória preventiva. Tem que ter manuais de procedimentos, treinamentos, manutenção, toda parte preventiva protege a aviação. Hoje estamos neste nível, e temos um ambiente geral de segurança no Brasil de aviação regular favorável.

Pode passar.

Passamos para variação em aeroportos. Foram avaliadas 8,6 milhões de decolagens, de 2003 a 2013, tivemos um acidente fatal só em aeroporto, que é o que interessa, queremos avaliar a segurança em aeroporto. Houve um acidente só. São onze anos de operação, com quase nove milhões de decolagens, com um acidente fatal somente. Então, deu para gente uma noção de que a chance de ocorrência de um acidente em aeroporto é extremamente baixa. Dá uma noção do quão elevada é a segurança na operação aeroportuária. Do total, foram avaliados 1.207 acidentes, este evento corresponde a menos de um décimo por cento do total de acidentes.

É um evento muito esporádico. Essa taxa que a gente achou, 0,11 por milhão de decolagem, dá uma noção de que a segurança é alta. A gente não pode extrapolar isso para o todo, porque, se houver mais um acidente, a taxa vai dobrar. Então, a influência de cada acidente aí é grande.

Essa informação serviu para ver que, em aeroportos, a condição de segurança é boa.

Pode passar.

A terceira foi a avaliação de eventos que são menos críticos, porque a quantidade de dados de acidentes que havia para fazer o trabalho estatístico era muito pequeno. Então, a gente não conseguia ter inferência estatística nenhuma em cima disso aí.

Então, a gente avaliou o quê? Eventos que são menos críticos. Em vez de pegar acidente em aeroporto com fatalidade, a gente pegou acidentes em aeroporto e daí fez uma análise crítica da informação. Em cada acidente desse, a gente entrou no *site* do Cenipa, pegou o relatório do Cenipa e olhou se foi de fato, realmente, em aeroporto.

A gente utilizou, então, a classificação que foi colocada pelo Cenipa e encontrou dez acidentes em onze anos, entre eles, somente um fatal, a grande maioria, nove deles, não fatais.

O que a gente fez? Pegou essa informação...

Pode passar.

A gente pegou essa informação e aplicou o dado do Cenipa...

Passe de novo, mais um, aí.

Aplicou o dado do Cenipa, que... Esse gráfico do Cenipa, o gráfico maior, é um gráfico do relatório do Panorama de Segurança Operacional da Aviação Civil Brasileira, que o Cenipa publica no próprio *site* dele lá. E nessa estatística o Cenipa coloca que somente 1,74% dos acidentes em aviação civil são influenciados por infraestrutura. Ou seja, em 98,3% dos acidentes aeronáuticos no Brasil, não existe influência de infraestrutura aeroportuária.

Então, o que a gente fez? Pegou aquela informação, pegou essa segunda informação do Cenipa e tentou calcular qual seria o tempo de recorrência de um acidente em aeroporto, havendo influência de infraestrutura aeroportuária.

Pode passar. Passe.

A gente chegou a esses tempos de recorrência, segregou os aeroportos por classe, por quantidade de movimento e verificou que, em todas as classes de aeroporto, o tempo de recorrência de um acidente influenciado por infraestrutura seria acima de 100 anos. A gente não pode dizer que só vai haver um acidente influenciado por infraestrutura daqui a 100 anos, mas ele dá uma noção de que a influência da infraestrutura é muito baixa.

Então, a gente identificou também que quanto maior a movimentação do aeroporto, menor o tempo de recorrência e que quanto menor a movimentação do aeroporto, maior o tempo de recorrência. Ou seja, existe uma relação direta entre a movimentação do aeroporto e a chance de acontecer acidente. Por quê? Por causa da exposição. Cada risco, cada movimento que acontece li tem um risco.

Então, se há um aeroporto que tem um movimento por minuto, vão se somando os riscos naquele aeroporto. Se há um aeroporto que tem um movimento por dia, a exposição ao risco é muito menor. Então, o tempo de recorrência para acontecer um acidente é maior.

A gente identificou que a complexidade do aeroporto influencia diretamente as chances de ocorrência de um evento.

A gente fez outro cálculo e viu que movimentação operacional de aeronave e de transporte de passageiro tem 99% de correlação. O que a gente fez? Como a gente tem mais dados de movimentação de passageiro, utilizou, na matriz de probabilidade, o dado de movimentação de passageiro.

Pode passar.

Aí a gente passou para a variável “severidade”. Para avaliar a severidade... A severidade é um racional muito simples. Quanto maior o impacto causado na sociedade de um acidente aeronáutico, maior a severidade dele. Se há um acidente com uma aeronave de aviação geral – estou falando em sociedade –, para a sociedade aquele evento não tem muita importância. Agora, se se tem um acidente, como o que houve, por exemplo, com a Gol, em que morrem mais de 100 pessoas, em que há mais de 100 fatalidades, a comoção na sociedade é muito maior. Então, o critério que foi utilizado para a classificação de severidade foi este: quanto maior a comoção, maior o impacto, maior a severidade.

Nós identificamos essas seis classes de severidade. Começando-se com a menor severidade, a aviação geral, aeronaves de aviação geral; e maior severidade, aeronaves com mais de 75 assentos.

Pode passar. Passe de novo.

Isso resultou nessa matriz de gerenciamento e tolerabilidade. Vocês podem ver que há uma semelhança com a sugestão da Oaci, mas com adaptação necessária para o gerenciamento de risco que a gente precisa fazer.

Então, na vertical, tem ali a variável probabilidade, de 1 a 5, onde a menor probabilidade são os aeródromos de menor movimentação de passageiro, de zero a cem mil passageiros, e maior probabilidade acima de 5 milhões de passageiros.

Severidade. Aí operação de aeronave valor 1, de aeronave de pequeno porte, com pouco passageiro. E maior severidade aeronave de maior porte, com acima de 75 passageiros.

Para a região que está em vermelho está sendo sugerida mais regulação, mas ação regulatória, mais fiscalização, mais aprimoramento normativo, mais controle.

A região classificada em amarelo é a região de manutenção das condições atuais.

A região classificada em verde é a região que pode ter um movimento de desregulamentação do setor. Depois a gente vai ver por quê. Porque o risco menor está na região verde. Na região vermelha é onde está o maior risco.

Pode passar.

A título de exemplo, a gente pegou o art. 36-A do CBA e fez a classificação dentro da matriz. Aeródromos regionais da Amazônia legal. Então, primeiro, severidade. A aeronave mais frequente, em 2013, para esses 35 aeroportos foi a aeronave que se classificava entre 46 e 75 assentos. Severidade 5. Aí a gente vê movimentação de passageiro média nesses aeroportos é 152 mil por aeroporto. A probabilidade 2. Multiplica 2 por 5 dá um nível 10. Classificado ali no índice verde. Então hoje, pelo racional construído, esses aeroportos que estão englobados aí na Amazônia Legal poderiam tranquilamente ter um movimento de desregulação.

Isso não serve só para o caso da Amazônia Legal. Isso é transversal, para o mercado todo. Esse foi só um exemplo.

Pode passar.

A gente está falando aqui de aeroporto que tem transporte aéreo regular. A gente tem o caso daqueles aeroportos que movimentam entre cem mil e um milhão de passageiros com a versão regular, que são os ca-

sos do Campo de Marte, Carlos Prates, Bacacheri, esses aeroportos pequenos que têm um movimento muito grande de aviação geral. Eles são muito poucos perto do todo. Então esses recebem um tratamento específico e um estudo específico para eles. A gente está falando aqui do geral. A matriz é geral.

Pode passar.

A gente chegou nesse resultado aí. Dentro daquela matriz e dos índices de tolerabilidade, a gente identificou uma concentração muito grande do risco.

Pode passar.

A gente identificou que em 27% dos aeródromos com voo regular, 93% do risco está ali. E 58% dos aeroportos com voo regular têm apenas 2% do risco. O que isso significa? Que a gente tem que focar esforços nos aeroportos que têm maior índice de risco.

Pode passar.

Estamos completando essa análise ainda. A gente foi atrás dos dados dos últimos 11 anos de vigilância continuada da Agência, de 2004 a 2014, isso na área de infraestrutura. Num total de 1.005 inspeções aeroportuárias, auditorias em aeroportos, com mais de 68 mil horas estimadas. E a gente identificou que naquele grupo de 2% do risco, foram aplicados 47% da força de trabalho. E 93% do risco com 39% da força de trabalho.

Por que isso? Porque antes a gente não tinha identificado o risco ainda. Agora que existe identificação do risco, a gente pode balancear esse gráfico. A gente consegue diminuir custos regulatórios, principalmente para esses aeroportos que são pequenos, que não têm capacidade de colocar dinheiro ali, não têm capacidade de investir. Uma auditoria em aeroporto hoje varia de 2 mil a 57 mil reais. Então você tem um custo envolvido nisso, você tem um custo para atender os regulamentos, você tem um custo para capacitar os servidores para fazer o aeroporto funcionar de acordo com aquele regulamento que às vezes não é adequado àquele nível de risco.

Então a gente está fazendo esse estudo para balancear todas as ações regulatórias. Uma delas é essa, a vigilância. A outra é a certificação e a outra, as inspeções, a certificação e a regulamentação desses aeroportos.

E há curso para a Anac também. Isso aí, esse total de homem/hora representa um custo para o poder público também.

Pode passar.

Quais as conclusões deste trabalho, as conclusões iniciais? De fato, precisamos fazer uma análise de risco, para poder escalar a regulação de forma mais adequada, na parte regulamentar, de certificação e de vigilância continuada.

Na parte de regulamentação, flexibilização sugerida para os aeroportos, com risco naquela área verde. A gente já tem verificado movimentos nessa direção, mas podemos intensificar agora com essa análise de risco.

Na parte da certificação, seria nós colocarmos níveis de serviço para certificação; aeroportos com risco amarelo e os com maiores riscos. E liberar a certificação os aeroportos com menor risco, justamente por conta disso, porque eles não têm risco. Não há necessidade de você estar exigindo que ele garanta o tempo todo a segurança, porque os níveis de risco lá são menores.

E, na parte da vigilância continuada, uma racionalização, que é o que nós identificamos agora: quanto maior o risco, maior a presença do órgão regulador lá. Quanto menor o risco, menor a presença.

É isso. Agradeço, penso que até foi rápido.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Foi procedimental.

Senhores, antes que eu mesmo faça alguns questionamentos, que são de ordem bem prática – e muitas prefeituras têm interesse – eu abro agora para discussão, pelo período de 30 minutos, para que os membros possam fazer os seus questionamentos e considerações.

Engenheiro Celso.

O SR. CELSO FARIA DE SOUZA – Inicialmente, Sr. Daniel, muito obrigado pela explanação.

Eu tenho dois questionamentos. Primeiro, quando você passou aquele gráfico de cumprimento de requisitos, eu vi que o mais complexo era um requisito 11.2, que estava abaixo de 80%. Era o único.

Eu gostaria de saber se você lembra o que era esse requisito e gostaria que você esclarecesse o que seria o maior impacto que uma flexibilização sobre esse requisito, que já é de cumprimento complicado para todos os aeroportos, acarretaria para a segurança.

Depois, naquela sua matriz de análise de risco, eu queria saber como você determinou o parâmetro de corte. Verde, 1 a 12; amarelo, 15 a 18 e vermelho, acima de 20. Isso porque eu entendo que aquelas aeronaves E75 ou mais, mesmo que a exposição seja baixa, causariam a mesma comoção, mesmo que ocorressem em um aeroporto de pequena demanda.

Então, eu gostaria que isso fosse esclarecido. Essas são as minhas questões.

O SR. DANIEL ALVES DA CUNHA – Certo.

Inicialmente, com relação ao gráfico de conformidade.

É o seguinte: é um gráfico que eu peguei de um aeroporto, de uma auditoria que a gente fez em um aeroporto. Eu coloquei ali só para dar um exemplo de como é o monitoramento que a gente faz. Mas, vou dar um exemplo prático do que fizemos neste ano.

Dentro daquele monitoramento, identificamos quais são os requisitos que estão com menor nível de atendimento geral. A partir disso, o que fizemos? Fizemos um *workshop* com os operadores de aeroportos, tentando entender as dificuldades deles.

Então, a gente identificou que existem problemas na capacitação dos operadores. Então, estamos trabalhando junto à Secretaria de Aviação Civil para capacitar mais os operadores. Identificamos que poderíamos fazer um manual para auxiliar os operadores, e é isso o que estamos fazendo. Hoje, temos no *site* da ANAC manuais para auxiliar os operadores no cumprimento de requisitos.

São ações que a gente vai adotando, dentro desse monitoramento, com que a gente consegue melhorar os níveis de conformidade da aviação; níveis de atendimento de requisitos na aviação.

Então, é com base nesse monitoramento que a gente consegue. Antes, a gente não tinha isso, os relatórios eram feitos em *Word* e não tínhamos informação alguma dali. Não sabíamos quais eram os níveis de não conformidade. Então, hoje a gente tem uma estatística pelo que a gente consegue trabalhar em cima disso.

Com relação ao índice de corte, a avaliação do risco, como falei, leva em consideração as duas variáveis. Tudo bem, se você tiver um acidente com uma aeronave acima de 75 assentos, realmente a comoção vai ser muito grande.

Agora, em um aeroporto com até 100 mil passageiros, a movimentação desta aeronave acontecerá uma vez por semana, no máximo. O aeroporto fica parado uma semana, você tem um pouso e uma decolagem.

Então, dentro do risco, que é um cálculo da probabilidade e da severidade, ali dá um nível de risco baixo. É claro que, com relação à severidade, você viu que uma aeronave daquele porte foi classificada como de severidade maior. Agora, no cálculo do risco, o resultado final foi um nível de risco baixo, porque a chance de acontecer um acidente ali é baixa. A chance de o acidente acontecer é baixa, então, o risco final é baixo.

O SR. CELSO FARIA DE SOUZA – Certo.

E há alguma análise econômica também, paralela a essa análise de risco?

O SR. DANIEL ALVES DA CUNHA – Referente a quê? À capacidade de atendimento dos aeroportos?

O SR. CELSO FARIA DE SOUZA – Não, ao prejuízo que esse acidente causa.

O SR. DANIEL ALVES DA CUNHA – Aí, é análise de risco do operador da aeronave. Quem tem de fazer essa análise de risco é o operador da aeronave. Estamos falando de uma análise de risco para você colocar a flexibilização em requisito de infraestrutura aeroportuária.

É claro que você não vai abrir, a intenção não é abrir. A intenção não é deixar chegar ao caso que vimos ali: operação em pista de terra. É óbvio que não. Há um mínimo: pista pavimentada, você tem de ter um mínimo de sinalização, um mínimo de capacidade.

Então, se você não tem um PCN adequado ao ACN da aeronave, você não vai ter operação. Se não tem a capacidade de pavimento adequado à pressão que a aeronave exerce ali naquele pavimento, você não vai ter aquela operação.

Então, há um mínimo de segurança que tem de ser atendido. Não é assim, opera de qualquer jeito.

Existem critérios para você fazer essa flexibilização, como eu falei no começo. Tem que fazer a análise do risco. E para cada requisito que você vai flexibilizar... É complicado você trazer o processo todo, mas para cada requisito que você vai flexibilizar, você tem de explicar o porquê de estar flexibilizando e qual é o impacto dessa flexibilização, tanto economicamente, no mercado, quanto em termos de segurança.

Esse é um trabalho genérico, que diz o seguinte: “Nessa região de aeroportos aqui, você tem possibilidade de fazer flexibilizações”. Agora, para cada requisito que você vai flexibilizar, você tem de fazer uma análise específica, isso tem de ser apresentado no processo.

O Catanant está aqui e está familiarizado com esse processo de criação de regulamento na Agência, não é isso Catanant? Para cada requisito que a gente vai colocar, seja flexibilizado ou não, temos de explicar exatamente o porquê, qual o impacto daquele requisito.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Algum comentário?

Pois não, Castanho.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – A gente está utilizando essas informações, inclusive, para nos instruírem em relação a uma possibilidade de flexibilização que está sendo trabalhada no Código Brasileiro Aeronáutico.

Nesse caso se falou em uma liberalização, digamos assim, para aeroportos com menos de 2.500 operações – alguém pode me ajudar?

É claro que essa análise de risco não pode ser utilizada em uma situação onde um aeroporto privado pode ser liberado para operação de até 2.500 passageiros. Enfim, não sei qual era o período de tempo. Mas essa análise de risco pode ser utilizada para essa avaliação, essa é a questão, ou teríamos de fazer uma avaliação, uma análise de risco para essa situação?

Isso porque a nossa preocupação é em relação ao *safety*. É claro que você não tem o mesmo risco de *security* em um aeroporto privado no meio da selva. Mas o risco de *safety* aumenta muito. E essa tabela de análise de risco serve para essa situação?

O SR. DANIEL ALVES DA CUNHA – A análise de risco é feita em cima de parâmetros que são oriundos de transporte aéreo regular em aeroporto, em aeródromo público. Mas ela dá uma ideia de que quanto menor a movimentação, menor o risco.

Em uma operação em um aeroporto privado, em um aeródromo privado, falando em regulamento e presença da agência, ele teria menos proteção. Então, a operação em um aeródromo privado é um pouco mais arriscada. Agora, como a movimentação é baixa e como a responsabilidade é do próprio proprietário... É preciso fazer uma análise específica para isso, mas a movimentação é muito baixa. Então, a primeira linha de corte é até 100 mil passageiros.

Se você pensar que 2.500 passageiros dá mais ou menos uns oito por dia, você vê que é uma movimentação muito pequena, bem pequena.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Posso só complementar? A exigência da Anac, existe alguma regulamentação ou como é feito? No caso, de um aeródromo privado que não é homologado, é registrado, nesse caso teria que ter algum tipo de exigência maior para que ele operasse com passageiro. Mas a Anac hoje tem alguma preocupação quando ela registra – digamos assim – esses aeródromos? Alguma operação de – digamos – aeronave de passageiro?

O SR. DANIEL ALVES DA CUNHA – Hoje, no Brasil, só há um aeródromo, que é privado, com voo regular, que é o de Comandatuba. Os que são privados recebem um registro e, se existe a intenção de colocar voo regular naqueles aeródromos, passam por um processo de homologação. Daí é o que eu falo, o mínimo de segurança para o público passa a ser maior. Aí já tem que ter uma série de elementos, naquele aeroporto, para proteger a operação.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA (*Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Mais alguma consideração?

Daniel, muita dúvida que chega, talvez, seja até esclarecida, a questão dessa flexibilização de segurança, o que ela significaria. Por exemplo, nós temos casos de Prefeituras, como é o caso de Gurupi, que é uma Prefeitura que praticamente tem um terminal de passageiros montado, que a área está isolada, mas aí barra naquela eterna do carro do Corpo de Bombeiros.

Como isso seria feito? Porque o estudo que está sendo feito dentro do Código visa a obviamente facilitar as operações, mas isso aí fará com que, por exemplo, uma prefeitura dessa não tenha condições de adquirir veículos de R\$7 milhões, ou talvez a atual situação da economia também não o permita. Como é que isso seria tratado dentro da Anac, por exemplo, uma vez que sejam feitas essas alterações, dentro do nosso Código, quanto a esse quesito de segurança.

O SR. DANIEL ALVES DA CUNHA – Especificamente na área de resposta a emergência, como a gente tem a chance muito baixa, nesses aeroportos, de você ter um acidente, na área de resposta à emergência também está havendo um movimento de desregulamentação, nesses aeroportos com um menor índice de movimento.

Então, a gente já tem hoje – o regulamento, antes, era, até 2005, 100% de exigência para todos os aeroportos – 100% de exigência para aeroportos acima de 5 milhões, e para esses aeroportos que estão nessa faixa de movimentação, até 200 mil passageiros, grande parte dos requisitos deles já são flexibilizados.

Você só precisa ter um serviço de resposta à emergência lá se você tiver, dependendo do tamanho da aeronave, dois movimentos por semana, pelo menos. E aí, a partir da quantidade de passageiros que é transportada, você tem mais flexibilizações.

Então, esse estudo, inclusive, serve de base para um segundo estudo que a gente está fazendo para desregulamentar ainda mais a parte de resposta à emergência, porque o custo é muito alto, o custo não só de você adquirir um veículo, mas você manter o serviço, a parte de recursos humanos, isso é muito alto.

A gente vê que, nesses aeroportos de pequeno porte, pelo monitoramento de conformidade, a desconformidade era maior. E a gente não vê acidente acontecendo ali. De novo, a gente tem que racionalizar a aplicação de recursos públicos, a gente quer reduzir a exigência, nesse caso específico, para esses aeroportos menores, que já é menor do que, por exemplo, se você comparar hoje com a Inglaterra. Hoje a gente compara o Brasil com a Austrália, com o Canadá, que são países grandes, mas que racionalizaram também a regulamen-

tação deles, justamente por conta disso, porque não têm dinheiro para colocar em tudo, e eles observaram que pelo risco não justifica.

Então, é isso que a gente está fazendo na prática hoje. E a partir disso daí, você pode estender para... poderia, aí iria depender de um estudo específico para cada área, *security*, na parte de engenharia, aí você vai evoluir nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Alguma pergunta?

Em relação, por exemplo, nós temos uma outra situação, aí não apenas falando em aeroportos, mas também nós temos a questão dos aeródromos; aeródromos em geral.

Nós temos, por exemplo, na Região Norte, uma figura muito comum, que são as pistas da Comara, que é a Comissão de Aeroportos, da Força Aérea Brasileira. São pistas muitas vezes construídas com alto padrão, que não estão certificadas pela Anac e não podem ser utilizadas nem por táxis aéreos; não podem ser usadas para uma linha sistemática. Existe alguma previsão, algum estudo em relação a essa possibilidade? O que está acontecendo? Não está sendo buscada a autorização para utilização dessas pistas? Ou há algum impeditivo por ela ser da Força Aérea? Como se vê essa questão? Porque isso é muito cobrado, principalmente para quem opera na Amazônia, para poder utilizar essas pistas sem que tenha esses impedimentos de ordem técnica ou burocrática, por assim dizer.

O SR. DANIEL ALVES DA CUNHA – Eu não trabalho especificamente na parte de homologação de infraestrutura. Mas a homologação de um aeroporto, a evolução dele de registro para homologação tem que ter uma demanda inicial, que seria a demanda de você ter um operador aéreo ali. Então, não existe nenhum impedimento de se utilizar uma pista dessa para transporte aéreo público.

O que eu acho que poderia haver seria uma coordenação melhor entre a Anac e a Comara nesse sentido e, também, um estudo do que realmente impacta na homologação desses aeroportos. Se é a regulamentação, se é a burocracia que é muito grande, ou talvez a qualidade. Eu não sei, aí teria que analisar especificamente caso a caso. Mas não existe nenhum impedimento porque é uma pista militar, não há nada disso, isso não acontece.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Pois não, Geraldo.

O SR. GERALDO VIEIRA – Dr. Daniel, há uma questão recorrente na...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Geraldo, desculpe. Perdão. Eu cometi uma falha que é a seguinte: senhores, antes de nós falarmos é bom nos identificarmos, porque isso aqui está sendo gravado. Então, peço que cada membro se identifique, até mesmo para facilitar a vida do pessoal do audiovisual.

Geraldo, me perdoe.

O SR. GERALDO VIEIRA – Geraldo Vieira, da Abear.

Bom, há uma questão recorrente e importante no setor e me ocorre uma pergunta em razão da questão do Corpo de Bombeiros nos aeroportos do interior. Fiquei aqui preocupado com relação aos aeroportos de maneira geral. Há um adicional que incide sobre a prestação de serviço, um adicional de periculosidade, incide em cima de 25% sobre a remuneração de todos que trabalham na pista, por ocasião do abastecimento de aeronave. A norma é uma NR do Ministério do Trabalho.

Então, faço a pergunta da seguinte forma: nesse trabalho de vocês, de análise de risco, vocês verificaram a questão do abastecimento de aeronaves? Porque os dados que nós temos indicam que há mais de 40 anos não existe um acidente no abastecimento que resulte em fogo e, no entanto, a legislação trabalhista é bem antiga.

E sem entrar em considerações de *lobbies* corporativos, sem entrar nas considerações de salários, de pagamentos de salários e adicionais, vocês examinaram também, nessa matriz, os riscos pontuais? Quando você fala em análise de risco, você toma por acidente aéreo ou incidentes. Nessas suas planilhas, vocês consideraram as várias hipóteses e como ocorreram em cada questão específica, de maneira que a gente pudesse criar uma limitação, na legislação que está sendo imaginada, para excluir adicionais ou situações de risco onde não existem? Da mesma forma como vocês estão trabalhando para eliminar, onde não existe risco, os obstáculos de acesso, enfim.

O SR. DANIEL ALVES DA CUNHA – Entendi. Não, especificamente não. Porque esse trabalho foi visando a gerenciar o sistema como um todo. Gerenciar os 658 aeroportos.

Agora, especificamente com relação a incidentes e acidentes, possíveis acidentes com a ocorrência de abastecimento de aeronave, não. E outra coisa: não entramos nesse mérito de adicional de periculosidade. Isso aí é legislação trabalhista...

O SR. GERALDO VIEIRA – Isso eu sei! É porque, no entanto, faz parte do contexto. Se você reconhece que é possível fazer uma análise a partir de análise de risco profunda...

O SR. DANIEL ALVES DA CUNHA – É possível!

O SR. GERALDO VIEIRA – ...o seu trabalho está excelente. Eu só perguntei se vocês cuidaram de identificar determinados riscos que podem levar mais ou menos a acidentes.

O SR. DANIEL ALVES DA CUNHA – Provavelmente, essas informações suas apareceriam nas estatísticas de incidentes, mas nós não... É possível, sim, dentro dessa metodologia, você fazer uma análise de risco.

O SR. GERALDO VIEIRA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Alguém estava perguntando aqui a respeito das questões das pistas, da área. Eu acho que isso já foi respondido, em relação ao Comara, à utilização dessas pistas no futuro, a preocupação em geral.

Bom, senhores, mais alguma colocação? Então, nós podemos entender praticamente que dentro da sistemática, hoje, da regulamentação brasileira, estamos preparados para, dentro do Código Brasileiro de Aero-náutica, empreender essa missão, de, de certa forma, por assim dizer, desburocratizar a utilização dessas pistas com menor densidade, não apenas voltados aos aeródromos públicos privados, mas também aos aeroportos e também às pistas de voo no interior? Porque, obviamente, nós temos a intenção de que a demanda vá crescer bastante, sendo que nós temos aí o famoso PDAR, que, de repente, está querendo, não vou dizer criar, mas implementar 270 aeroportos, e obviamente que esses 270 aeroportos são aquilo: não basta comprar o carro do corpo de bombeiros, não basta colocar as pessoas para trabalhar lá; você tem que colocar os aviões que voam até lá também, e isso envolve todo um planejamento.

Então, com isso não seria... Isso representaria um desafogamento até mesmo das atribuições da Anac, ou talvez isso aumentaria e muito já a sobrecarga da Anac em relação a essa desburocratização que nós estamos conversando aqui?

O SR. DANIEL ALVES DA CUNHA – Não, em termos de desburocratização seria bom, seria positivo.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Seria positivo?

O SR. DANIEL ALVES DA CUNHA – Seria positivo.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Certo.

O SR. DANIEL ALVES DA CUNHA – É sempre positiva a desburocratização.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Uma das nossas intenções aqui é trabalhar nesse ponto.

O SR. DANIEL ALVES DA CUNHA – Levando em consideração o risco, sempre.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Não, isso, como se fala, a principal atenção que nós temos aqui, obviamente, é a segurança, mas principalmente trazer para a legalidade muitas operações que hoje ocorrem fora da normalidade, para não dizer ilegalidade. É o famoso *transponder* trocado de uma localidade, que coloca para outra, etc. e tal. Mas também, obviamente, cobrar, porque nós tivemos a preocupação muito grande aqui com as prefeituras, para que elas cuidem das zonas aeroportuárias, dos espaços aeroportuários.

Foi colocada aqui a possibilidade até mesmo de que seja aberta uma figura criminal, que sejam responsabilizadas criminalmente, por improbidade, prefeituras que não cuidarem de suas zonas aeroportuárias, dentro de suas áreas de segurança aeroportuária. E isso causou uma comoção até negativa, porque muitos prefeitos entraram em contato: “O que é isso? Não sei o quê!” Falando, etc. e tal. Quer dizer, espero que todos aí possam...

O SR. DANIEL ALVES DA CUNHA – É extremamente necessário isso.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – É necessário, mas também temos as questões ambientais, porque é impossível se construir novos aeroportos no Brasil praticamente, devido às leis ambientais; manter, então, eu acho que é obrigação.

Mas, enfim, não tendo mais alguma colocação, então, podemos encerrar os ciclos de debates.

Assim, senhores, eu acredito que o Daniel, assim como a própria agência, fica à disposição para os demais questionamentos que haverá ao longo da nossa Comissão, principalmente no sentido de viabilizar a utilização das pistas que existem. Espero que a Força Aérea, as prefeituras e a Anac também possam olhar com carinho as questões das pistas que estão na Amazônia, principalmente o Comara, e agradeço, em nome da Comissão, a participação do senhor, e espero que possamos conversar mais vezes. O.k.?

O SR. DANIEL ALVES DA CUNHA – O.k. Eu que agradeço. Ponho-me à disposição para eventuais dúvidas e esclarecimentos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O.k.

Bem, assim, senhores, vamos passar diretamente a palavra, salvo a licença poética do almoço, mas acho que nós podemos continuar.

Pois não?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim, pode permanecer na mesa, por favor.

Foi aprovado o Requerimento nº 1 para que fosse feita a convocação da Comissão de Valores Mobiliários, para que ela mesma fizesse as considerações a respeito da questão da abertura do capital estrangeiro.

Também foi feito o requerimento para o Cade, para que fosse encaminhado um membro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

O membro do Cade será devidamente convocado para que também possa dar a sua opinião, conforme requerido aqui e aprovado por todos.

E, dessa forma, oportunamente, eu gostaria, então, de passar a palavra para o Sr. Fernando Soares Vieira, para que o mesmo, então, faça as considerações para as quais foi convidado por esta Comissão. Por favor, o senhor tem a palavra por 20 minutos.

O SR. FERNANDO SOARES VIEIRA – Bom dia a todos. É um prazer para a CVM estar aqui, ajudando nessa discussão. O meu nome é Fernando Soares Vieira, eu trabalho na CVM desde 1998, desde 2002 na Superintendência de Relações com Empresas, e desde 2011 como Superintendente, que é o titular máximo da Superintendência.

Eu não sei se todos conhecem como funciona a CVM; então, vou falar rapidamente, só para deixar todo mundo em pé de igualdade de conhecimentos, porque depois, talvez seja importante saber como funciona a autarquia. A autarquia é vinculada ao Ministério da Fazenda; ela tem um colegiado com um presidente e quatro diretores; abaixo desse colegiado, temos um superintendente-geral, e abaixo do superintendente-geral, diversas superintendências; temos ainda uma Procuradoria Federal Especializada, que dá apoio a essas superintendências.

Ao colegiado cabe, basicamente, julgar as acusações que são feitas pelas áreas técnicas da CVM, recursos contra entendimentos e decisões dessas áreas técnicas, e também é responsável pela regulamentação, que são instruções e deliberações, na maior parte das vezes.

Já à Superintendência de Relações com Empresas, da qual sou o titular atualmente, cabe o registro de emissores – emissões aqui entendidos como companhias abertas estrangeiras e incentivadas – a supervisão desses participantes e sanções, apresentações de termos de acusação, que são processos administrativos sancionadores, quando as superintendências têm elementos de autoria e materialidade para fazer essa acusação. Quando não têm mas têm indícios, encaminhamos uma solicitação de inquérito administrativo para uma outra superintendência da CVM, chamada de Superintendência de Processos Sancionadores, que conduz o inquérito e, eventualmente, faz a acusação. Todas essas acusações feitas pelas áreas técnicas ou por essa superintendência especializada são julgadas em primeira instância pelo colegiado da CVM.

Bom, a Lei nº 6.385 criou a CVM, a SEP, que é a Superintendência de Relações com Empresas – eu, a partir de agora vou falar SEP, para facilitar, porque essa superintendência é responsável pelo registro, supervisão e sanção de emissores –, cabe fiscalizar basicamente a Lei nº 6.404, que trata das sociedades anônimas, e as instruções e deliberações da CVM.

Uma companhia, para se registrar na CVM, precisa apresentar uma série de documentos. Entre esses documentos destacam-se as demonstrações financeiras da companhia, documentações referentes aos seus administradores, um documento chamado formulário cadastral, em que ela informa diversas características da companhia, inclusive com relação ao seu controle, se o controle é nacional, é estrangeiro, é uma *holding*, enfim. E também se destaca o formulário de referência, que é um documento que pretende ser um resumo do emissor, para que, através da análise desse formulário de referência, todo o mercado de capitais consiga avaliar os riscos a que estão submetidos os seus investimentos naquela companhia e nos valores mobiliários por ela investidos... Por ela emitidos, desculpe.

Num campo desse formulário de referência, temos informações sobre eventuais aplicações de restrições às companhias. Então, por exemplo, aqui no caso mais específico do que nós estamos falando, aqui dessa restrição do Código Brasileiro de Aeronáutica, há o controle, há o percentual permitido para estrangeiros no controle de uma companhia. Então, no caso, a companhia, então, iria apresentar essas eventuais restrições, explicar um pouquinho a sua história com relação, por exemplo, a essa questão.

Já entrando mais fortemente nisso – a minha apresentação aqui é muito breve –, tivemos um caso recente muito importante, que foi o caso da companhia aérea Azul, que, em 2013, final de 2013, início de 2014, pretendeu o registro de companhia aberta na CVM, a companhia nacional, companhia aberta nacional na CVM – é um registro de companhia aberta –, e a área técnica, da qual eu já era titular, entendeu que o estatuto da companhia, tal como estava especificado, não atenderia à legislação e, por essa razão, indeferimos o pedido de registro da companhia.

Basicamente, ela alegava que em função das restrições do Código Brasileiro de Aeronáutica, a estrutura de capital dela teria que ser diferenciada, para possibilitar a captação de recursos vindos de estrangeiros e que, por essa razão, precisou fazer algumas adaptações no estatuto.

A área técnica da CVM entendeu que não era possível, a companhia recorreu ao colegiado da CVM – por isso, falei um pouquinho da estrutura decisória da CVM – e o colegiado, então, por unanimidade, acatou os

argumentos da companhia e a ela foi permitido o registro. Por questões de mercado, depois, ela acabou não levando à frente o pedido de registro, portanto, ainda não é uma companhia registrada, mas ficou essa jurisprudência na CVM.

Recentemente, a companhia aérea Gol, que é a única companhia aérea registrada como companhia aberta na CVM, fez uma alteração estatutária similar à que foi pretendida pela Azul, uma estrutura diferenciada, para permitir um maior investimento, inclusive de estrangeiros. A área técnica, dessa vez, analisando e levando em consideração a decisão do colegiado, entendeu que não era adequado fazer qualquer interferência, qualquer questionamento, assim, hoje, essa companhia aberta já tem estrutura de capital diferenciado em relação às demais 620 companhias que são registradas na CVM como companhias abertas, e uma das razões também para ela foi a questão da restrição hoje existente no Código Brasileiro de Aeronáutica.

As companhias podem ter ações ordinárias e preferenciais. No passado, essa proporção era de um terço de ordinárias para dois terços de preferenciais. A partir de 2001, passou a ser de 50% para cada espécie de ação. Para se capitalizar, muitas vezes, são necessários investimentos estrangeiros e essas empresas entenderam que precisavam fazer uma estrutura de capital, que não era convencional, para poder permitir essa capitalização. E hoje, tendo por base a decisão do colegiado, isso é feito basicamente respeitando a quantidade de ações emitidas por ordinárias e preferenciais e dando algumas vantagens adicionais para as preferenciais, porque, obviamente, quem coloca mais dinheiro na companhia pretende ter maiores dividendos, financeiramente uma resposta maior dessa companhia.

De todo modo, não cabe à CVM avaliar se a flexibilização da participação de estrangeiros numa companhia do setor aéreo é adequada ou não, inclusive, como já falei anteriormente, é possível qualquer companhia ter o controle estrangeiro, o que não permite a essas empresas ter um controle estrangeiro é o Código Brasileiro de Aeronáutica e, por essa razão, estão adequando seu estatuto de uma forma que a área técnica considera não convencional, mas que vem sendo acatada pelo colegiado da CVM.

Outra restrição que me cabe lembrar aqui é a questão dos níveis diferenciados de governança da BM&FBovespa. Você tem lá alguns níveis diferenciados de governança, o mais conhecido é o novo mercado. Nesse segmento, só são permitidas ações ordinárias, então, evidentemente, com essa restrição, não é possível para essas companhias se registrarem nesse segmento diferenciado.

A contribuição da CVM para reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica é tímida. Na nossa análise, que fazemos a partir de um pedido de registro de companhia ou mesmo de uma operação de reestruturação como aconteceu com a GOL, fica limitada à questão do mercado de capitais e é isso que cabe à CVM verificar, acompanhar, supervisionar e, eventualmente, aplicar sanções.

Os administradores de todo modo, os diretores de uma companhia precisam ser residentes no País, um investidor estrangeiro é alcançado – por exemplo, um controlador estrangeiro – é alcançado pela nossa regulamentação. Vamos fazer a sanção de todo modo, assim como o controlador brasileiro. Preferimos registrar companhias abertas com controle estrangeiro do que registrar companhias estrangeiras, porque companhias estrangeiras estão totalmente fora do Brasil e a supervisão da CVM é muito mais em cima da prestação de informações e menos nos deveres fiduciários dos administradores e dos acionistas, porque isso é feito normalmente no país de origem da empresa.

Era essa a minha contribuição, estou aberto aqui a questionamentos e, mais uma vez, agradeço a oportunidade da CVM de colaborar com esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Agradeço ao Fernando, ele realmente disse que seria muito objetivo. Ao público que está assistindo, quem também quiser acompanhar um debate que aconteceu sobre esse assunto, tivemos aqui uma entrevista entre o nosso membro, José Adriano Castanho, e também o Respício, do Espírito Santo, que foram entrevistados pela TV Senado e debatendo exatamente sobre esse assunto. Isso está disponível no *site* www.senado.gov.br/tv.

Assim, senhores, as inscrições estão abertas para o debate, gostaria de saber se alguém quer fazer alguma colocação? Acho que o Castanho.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Obrigado, Presidente.

Sr. Fernando, obrigado pelos esclarecimentos, só gostaria de esclarecer uma coisa: quando você falou que existem dois tipos de companhias, as abertas e as reguladas pelo capital estrangeiro; as abertas, no caso, as brasileiras, e as reguladas inteiramente pelo capital estrangeiro.

O simples fato de desregulamentarmos, de, digamos assim, revogarmos o art. 181 do Código Brasileiro de Aeronáutica daria a que situação, daria que características a essas companhias, companhia aberta brasileira ou uma companhia estrangeira?

O SR. FERNANDO SOARES VIEIRA – Bom, a opção pelo tipo de companhia não é assim tão liberada para o emissor, para ser considerada uma companhia estrangeira tem que ter certas características, mas, tentando

endereçar bem a sua pergunta, seria uma companhia aberta nacional com controle de capital estrangeiro, seria uma companhia aberta. A companhia teria seus ativos, a maior parte dos seus ativos, aqui no Brasil, os administradores estariam aqui no Brasil, só que o controlador dela seria um estrangeiro, isso é amplamente possível. Como falei, um dos principais documentos entregues pela companhia é o formulário cadastral da companhia que não é apenas um cadastro de endereço, é mais do que isso, fala um pouquinho sobre quem é o auditor da empresa; no caso de companhias abertas brasileiras, são auditores brasileiros, registrados na CVM, então, é só a questão de o capital está concentrado, do controle da companhia, ou seja, simplificando bem, mais de 50% das ações ordinárias estariam nas mãos de um estrangeiro que teria, para nós, as mesmas obrigações de um controlador nacional.

Como falei, a companhia nacional é uma companhia que tem a maior parte dos seus ativos aqui, a sua administração aqui, o seu registro de companhia é como companhia aberta. A fiscalização dela pela CVM, controle estrangeiro ou nacional, é muito melhor que a fiscalização da CVM numa companhia estrangeira, que, como disse, tudo funcionando na normalidade, essa companhia estrangeira está sendo supervisionada pela CVM local, com quem temos convênios e, no Brasil, basicamente, o que acompanhamos e cobra é o que chamamos de *disclosure* das informações a prestação das informações, então tudo que ela presta de informações lá fora tem que prestar aqui dentro, mas, na hora de fazer o *enforcement* disso eventualmente ou temos que contar com esses convênios ou focamos muito na questão da divulgação de informações, porque a Lei nº 6.404 não se aplica a companhias estrangeiras, só se aplica a companhias nacionais abertas, sociedades anônimas nacionais, com controle estrangeiro ou não.

Não sei se consegui responder.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Gostaria que ficasse mais claro a partir de qual ponto ou da participação, ou qual é a regra para definir o que é essa companhia brasileira de capital aberto e o que é uma companhia estrangeira? Só para que consigamos entender isso aí.

O SR. FERNANDO SOARES VIEIRA – Uma companhia não é considerada estrangeira quando tem a sede no Brasil e cujos ativos localizados no Brasil correspondam a 50% ou mais daqueles constantes das demonstrações financeiras individuais separadas ou consolidadas, prevalecendo a que melhor representar a essência econômica dos negócios para fins dessa classificação.

Essa questão faz um pouco de confusão com relação ao capital da companhia, se é estrangeiro ou não, mas aqui estamos diante de uma diferença, aqui você tem a Gol, como companhia aberta.

Vamos supor que o Código Brasileiro de Aeronáutica se flexibilizasse e permitisse que as empresas aéreas tivessem controladores estrangeiros, e um determinado controlador estrangeiro fosse o controlador da Gol, com 80% de participação na Gol. Vamos supor também, para facilitar, esquecer essa diferença entre ações ordinárias e preferenciais. Essa companhia seria uma companhia de novo mercado, só com ações ordinárias emitidas, 80% dessas ações estariam com um investidor estrangeiro. Isso seria uma companhia nacional, brasileira, com o controle estrangeiro, regulada pela CVM, tendo que atender toda a legislação pátria, no caso de sociedades anônimas, que é a 6.404.

Então, há um pouco de confusão quando se quer falar de controle para tipo de companhia. O emissor estrangeiro é aquela companhia estrangeira, de fato, que vem aqui captar recursos no Brasil, através de um título chamado BDRs. Aí, ela se registra na CVM como companhia estrangeira. É um registro diferenciado, a Instrução nº 480, que é a que regula, principalmente, as informações necessárias a serem encaminhadas pelas companhias, dá um tratamento diferenciado para essa companhia estrangeira. Acredito que, com relação ao Código Brasileiro de Aeronáutica, a gente está falando mais de uma companhia nacional, brasileira, registrada, se for o caso, no mercado de capitais, na CVM, que tenha o capital estrangeiro, é apenas isso.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – A instrução para esta Comissão, ela precisa saber qual o limite para isso. Não tenho claro ainda qual a *borderline* para essa situação. Por exemplo, se uma companhia aérea brasileira, se o Código Brasileiro de Aeronáutica permite, sem nenhuma restrição, sem nenhuma ressalva, a participação de 100% do capital estrangeiro, essa companhia poderia, nesse caso, ser estrangeira?

O SR. FERNANDO SOARES VIEIRA – Não, ela seria uma companhia brasileira que tinha 100% de acionistas estrangeiros no seu capital. O que é um pouco estranho, não seria 100%, porque, se ela está se registrando, é para apelar à poupança popular, distribuir ações no mercado. Então, por exemplo, ele teria, como o exemplo que dei: 80% estão no estrangeiro e 20% estão aqui no Brasil, com investidores.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – A nossa preocupação é com relação a ressalvas que tenham que haver nessa discussão. Simplesmente revogar um artigo do Código Brasileiro de Aeronáutica e deixar para que outros segmentos, que tenham uma correlação, que a gente não sabe qual, é muito complicado. Então, a gente precisava ter uma ideia de quais ressalvas teria que ter, inclusive, para o mercado dos trabalhadores. Esse controle, de certa forma, não acontece só aqui; acontece aqui e em outros fóruns, como o

Executivo, como a própria autarquia. Temos hoje a regulação do capital estrangeiro sendo feita pelo Legislativo, porém, existem acordos bilaterais com outros países sendo feitos pela autarquia e existem ainda outros acordos sendo feitos pelo Itamaraty, pelo Executivo. Então, é essa correlação que a gente tem que entender. E existe mais uma correlação ainda, que é com a CVM, se deixarmos para outra lei regular. A preocupação é simplesmente revogar um artigo, sem ressalvas. Mas ninguém vai fazer isso! Se pode acontecer, se se permite os 100%, poderá acontecer. Se houver interesse de outras companhias, a Anac não tem a prerrogativa de dizer não, não vou aceitar, se a lei permite.

O SR. FERNANDO SOARES VIEIRA – É como coloquei para o George quando ele entrou em contato comigo, a contribuição da CVM para a questão da eventual alteração do Código Brasileiro da Aeronáutica é muito pequena. Temos 620 companhias registradas como companhias abertas, grandes números, diversos setores, são muitos setores mesmo. A gente divide essas companhias por setores, para acompanhamento pelas gerências. Como os colegas da Anac, a gente também tem um plano de supervisão baseado em risco, a gente classifica companhias em grupos, só que, a questão do controle, se é nacional ou estrangeiro, não faz parte dessa medição. A gente também faz a questão da probabilidade de acontecer *versus* impacto daquele risco, uma vez acontecido. O nosso foco é muito mais com relação a se estão admitidas negociações na Bolsa daquelas ações, por exemplo.

Existem companhias que, apesar de registradas na CVM, não têm ações negociadas em Bolsa; a quantidade de acionistas interessados naquela companhia; a gente faz regras mais restritas para a participação em assembleias, a gente incentiva o voto à distância, nessas assembleias, por parte dos acionistas. Mas, a questão do controle ser nacional ou estrangeiro não é uma preocupação da CVM. Longe de nós, da CVM, estarmos aqui sinalizando qualquer alteração, se é bom ou se é ruim. O que a gente está querendo colocar aqui é que, para nós, seria uma companhia aberta do mesmo jeito, só que, em vez de ter controle nacional, teria um controle estrangeiro. Do ponto de vista da supervisão, não faz muita diferença.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Mais uma pergunta e encerro.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Temos mais quatro inscritos.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Um problema hoje nosso é que o produto final da companhia aérea não é o produto final de uma montadora de automóveis. O produto final da montadora de automóveis só pode ser adquirido e fabricado aqui. O produto final da aviação é vendido, adquirido e utilizado aqui e fora do País, isso interagindo com as liberdades do ar, que estão sendo utilizadas, por exemplo, pela LAN. Qual é a situação hoje, se você pode falar, da LAN com a TAM e outra, se isso já não está acontecendo, se o capital estrangeiro já não está presente nas companhias aéreas brasileiras, dessa forma que está sendo feito, através de fusão, que a gente sabe que não é fusão, é uma compra, mas é a maneira de você...

O SR. FERNANDO SOARES VIEIRA – Vou me permitir ler para vocês só um pedacinho do formulário de referência, que é esse documento importante que a gente cobra das companhias. Na seção 7.5, a gente tem lá a necessidade de esse emissor descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando, especificamente: necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades, histórico de relação com a Administração Pública para obtenção de tais autorizações, e mais algumas questões aqui. Você vê que, para a CVM, o que é importante é a companhia que está pleiteando o registro, ou que já tem lá o registro, deixar claro quais os efeitos relevantes dessa regulação estatal. Então, uma companhia aérea, por exemplo, tem a Anac como outra agência reguladora, num outro prisma que não o da CVM.

Com relação ao caso da TAM, a TAM foi uma companhia aberta nacional, tempos atrás, fez essa reestruturação societária, não foi objeto de nenhum problema na CVM, afora a prestação de informações adicionais, que a gente cobrou, e ela é hoje uma companhia estrangeira. A Latam tem um registro na CVM como companhia estrangeira, porque atende aquela determinação que a gente leu ainda agora, de companhia estrangeira.

Para a CVM, vamos imaginar, não estou dizendo que foi isso, mas vamos imaginar que essa restrição do Código Brasileiro da Aeronáutica teria levado uma companhia – não a TAM, vamos ficar numa companhia hipotética –, em função dessa restrição, a se associar a outra companhia estrangeira. O que ela faria? Teria que cancelar o registro de companhia aberta na CVM e, depois, adquirir o registro de companhia estrangeira na própria CVM, como eu falei, com um alcance muito menor da CVM, em função de ser uma companhia estrangeira. Então, hoje a Latam é uma companhia estrangeira, do Chile, como País de origem, porque atendeu aquela questão dos 50% de ativos da companhia, dessa companhia resultante, porque juntaram as duas companhias, seja qual for a forma societária utilizada para isso, elas se juntaram, são uma companhia hoje, com registro de companhia estrangeira na CVM, mas que não se confunde com companhia aberta com controle estrangeiro. É uma companhia estrangeira.

Resumidamente, para a CVM – vou falar muito da minha parte, como Superintendente de Relações com Empresas, responsável por essa missão difícil de registrar, supervisionar e fazer as sanções, com relação a admi-

nistradores e controladores de companhias abertas e estrangeiras –, para nós é muito mais fácil supervisionar uma companhia aberta, ainda que tenha controle estrangeiro, do que supervisionar uma companhia estrangeira, porque a nossa supervisão é muito focada apenas na prestação de informações.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Então, posso dizer que hoje já existe capital 100% nessa situação?

O SR. FERNANDO SOARES VIEIRA – Hoje já existe uma companhia estrangeira, chamada Latam, que juntou duas companhias, uma brasileira e uma chilena, que cancelou o registro, seguindo a lei, na CVM, de companhia aberta, a TAM, e hoje está lá como Latam estrangeira.

E existe uma única outra companhia com registro na CVM, que é a Gol, que ainda tem a maior parte do capital, em função, inclusive, do Código Brasileiro da Aeronáutica.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Obrigado.

Senhores, temos aqui inscritos Cysneiros, Respício, Kerlington e Dr. Geraldo.

Cysneiros, por favor.

O SR. HUGO JOSÉ SARUBBI CYSNEIROS DE OLIVEIRA – Obrigado.

Dr. Fernando, parabéns pela exposição.

A minha pergunta é bem teórica, ou seja, poderia estar acontecendo em qualquer forma: é possível afirmar que hoje há uma tendência clara de adoção no nível de governança Novo Mercado pelas novas companhias? E, se, nessa análise qualitativa que a CVM faz, há como se identificar essa adoção *compliance* da governança Novo Mercado com participação de capital estrangeiro nas empresas.

O SR. FERNANDO SOARES VIEIRA – Começando pela segunda pergunta, não tenho como responder. Não tenho cientificamente como responder a essa pergunta.

Agora posso falar um pouco do Novo Mercado. A tendência, se a companhia pretende acessar o mercado de capitais, em princípio é melhor que seja através de Novo Mercado. As principais companhias que acessaram mercado de alguns anos para cá, e são poucas infelizmente, vieram pelo Novo Mercado, porque acho que os próprios investidores preferem uma companhia Novo Mercado, que já não é tão novo assim. O Presidente da CVM, o Leonardo Pereira, já falou diversas vezes em fóruns que o Novo Mercado precisa dar um passo a mais, precisa melhorar em governança, foi muito importante naquela época. Hoje, já carece de alguma modificação. Então, o Novo Mercado é bom. A gente considera bom. Quem faz o *enforcement* relacionado ao Novo Mercado não é a CVM. A CVM não tem poder de exigir isso, mas o próprio mercado leva as companhias que querem acessar o mercado de capitais para esse segmento, que é o de maior governança, somente ações ordinárias. O que em princípio é muito melhor, uma ação, um voto, o que em princípio é muito melhor. A participação dos investidores econômica fica mais alinhada à parte política, que são os direitos políticos que têm na empresa.

Então, para nós é mais simples supervisionar uma companhia só com ações ordinárias. E é bom que esteja no Novo Mercado e melhor ainda se o Novo Mercado der passos adiante que são necessários. E o Presidente da CVM vem fazendo esse esforço para incentivar que a Bolsa dê esse passo a mais. Não são passos muito fáceis de serem dados, porque você tem já companhias lá, você precisa ouvir essas companhias para ver se elas estão de acordo com isso.

Mas a questão de melhorar a governança, acho que isso é bom para o mercado de capitais. Então, do ponto de vista do segmento diferenciado, esses segmentos diferenciados da Bolsa, em tese, são melhores e são aqueles que estão atraindo mais empresas que de fato têm essa vocação para companhias abertas, porque ser uma companhia aberta não é fácil, primeiro porque a supervisão da CVM é muito forte não só na parte de *disclosure* como na parte de regularidade das operações que são divulgadas.

Nós temos a superintendência de empresas, outras superintendências que são ouvidas para fazer essa supervisão, Superintendência de Normas Contábeis, a gente tem a Procuradoria Federal Especializada, a gente faz um número significativo de termos de acusação, como coloquei, por entender que há elementos de autoria e materialidade. A exigência da parte contábil é muito grande. Então, para você atender todos, IFRS, CPCs, contábeis, é bastante difícil. Você tem que ter uma equipe bastante preparada para isso. A gente faz uma supervisão muito forte. Os auditores registrados na CVM estão fazendo essa supervisão *in loco*. E para qualquer relatório de revisão deles com qualquer ressalva de auditoria, é disparada uma análise por parte da CVM junto à companhia e ao próprio auditor para ver aquela questão, outras temáticas que a gente faz de combinação de negócios e tudo. Então, atender essa supervisão é muito difícil. Assim é natural que as empresas que vão a esse mercado sejam empresas bem preparadas e que normalmente vão caminhar para o Novo Mercado.

Uma restrição como essa do Código Brasileiro de Aeronáutica inviabiliza esse Novo Mercado, porque ela acaba tendo que ter ações preferenciais e muitas vezes, como foi no caso da Azul e no caso da GOL, elas precisaram inclusive formar essa diferença entre ordinárias e preferenciais de uma forma ainda menos convencional para poder permitir essa capitalização.

Então, por favor, aqui não tem nenhum julgamento da CVM com relação à flexibilização ou não do Código Brasileiro de Aeronáutica, porque, uma coisa que acabei me esquecendo de falar, mas o *site* da CVM é acessível para todos. A gente o reformulou recentemente. Vocês podem, por exemplo, digitar: Azul S. A, e vocês vão encontrar tudo que foi discutido tanto pela área técnica quanto pelo colegiado, os argumentos de um e os argumentos de outro para chegar à conclusão a que chegou, no caso da Azul. Lá vocês vão ver que passamos pela questão da limitação imposta pelo Código Brasileiro de Aeronáutica. Fizemos considerações. A área técnica deixou claro que nós não temos nada com isso, que não é em função de um Código que a gente vai flexibilizar a lei do nosso ponto de vista. Agora, nós fomos vencidos naquela ocasião, e a CVM, ao final, pelo seu colegiado, entendeu ser possível aquela organização.

Mas eu acredito que até mesmo o colegiado da CVM preferia que não tivesse que se arvorar a uma decisão como aquela, porque foi alguma coisa que atraiu muito as atenções por uma questão que em princípio não é uma preocupação nossa, como falei. Uma companhia aberta pode ter controle estrangeiro. Isso para nós sequer tem um novo olhar na supervisão baseada em risco.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Obrigado.

Passo agora a palavra para o próximo inscrito, Respício.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Respício do Espírito Santo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Muito obrigado, Sr. Fernando.

As explicações, as elucidações aqui, o clareamento aqui está maravilhoso.

Muito obrigado mesmo.

Corrija-me se eu estiver errado do que escutei até agora sobre o que o senhor falou.

Seria muito bom para o mercado, para o Brasil, para o mercado de capitais, para o Brasil como um todo, se nós tivéssemos mais empresas, não falando mais de aéreas, mas de empresas em geral, que estivessem no Novo Mercado. Quanto mais, melhor, até mesmo para a participação da população, da sociedade brasileira em acessar essas empresas e investir. A sociedade investindo nas empresas. Seria isso?

O SR. FERNANDO SOARES VIEIRA – Perfeitamente, sem sombra de dúvida. Acho que ninguém briga com essa ideia. Inclusive a CVM está agora participando de um grupo por um código único de governança, que vai além do Novo Mercado ou de outros códigos específicos de um ou outro instituto. A gente está trabalhando junto com a sociedade, junto com outros agentes por esse código único de governança.

Certamente é um código que vai elevar o padrão de governança das companhias. Elas serão obrigadas a seguir ou a explicar por que não vão seguir esse código, porque é como a gente chama: pratique ou explique. Então, assim: você pratica a boa governança ou você explica por que você não a pratica. Sem dúvida nenhuma, quanto mais governança na companhia melhor, até porque é difícil você fazer alterações na lei, é muito mais difícil do que voluntariamente essa governança mais elevada, voluntariamente ou não tão voluntariamente assim, mas em função da Bolsa, por exemplo, exigir para registrar a companhia naquele segmento, que certamente é um segmento que é olhado com um olhar de diferenciado por parte dos investidores, porque eles vão ter mais garantias com relação ao Conselho de Administração, à composição do Conselho de Administração, ao tipo de direitos para os seus minoritários. Por exemplo, o direito, que a gente chama de *tag along*, é o direito a participar de uma alienação de controle, receber o mesmo que o controlador vai receber naquela alienação. Então, certamente o Novo Mercado ou um eventual futuro código único de governança vai ser o caminho das empresas que, como falei, realmente tenham vocação para companhias abertas, que entendam que a relação custo-benefício de ser uma companhia que presta informações completas à sociedade através do *site* da CVM, do *site* da Bolsa e do *site* da própria companhia, que abra o que aconteceu nas suas assembleias, nas reuniões do Conselho de Administração, que produzem efeito perante terceiros, nas demonstrações financeiras, no formulário de referência que fale dos riscos a que os investidores estão envolvidos. Isso certamente é muito bom.

Eu, sem sombra de dúvidas, entendo que uma empresa que vai para um segmento superior de governança está indo muito bem.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Obrigado.

E no caso, talvez o senhor não tenha resposta neste momento, depois o senhor encaminha para a mesa: não sei qual é o nome específico da empresa, mas nome fantasia, vamos dizer assim, de telecomunicações, a Claro. A Claro está na CVM como empresa aberta?

Uma pergunta para que eu possa continuar depois.

O SR. FERNANDO SOARES VIEIRA – Eu acredito que sim, mas muitas vezes não é o nome. O nome não é exatamente esse. Mas a Oi está, por exemplo, e eu acredito que a Claro está, sim, talvez não com o nome de Claro.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – E, no caso, essas empresas, especificamente falando da Claro, o senhor se lembra de cabeça se elas têm mais capital estrangeiro do que nacional?

O SR. FERNANDO SOARES VIEIRA – Eu realmente, a Claro eu prefiro até voltar atrás. Eu não tenho certeza se ela tem registro de companhia aberta. Então, fica prejudicada essa resposta agora.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Aí, no caso, eu pediria para o senhor para...

O SR. FERNANDO SOARES VIEIRA – Como eu falei, a questão do controle acionário não é uma questão que chama muito a nossa atenção porque a gente não tem na nossa regra nenhuma vedação a isso; essa vedação vem de fora. Então a companhia, quando ela vai pedir o registro de companhia, se houver a necessidade de obter alguma autorização governamental, ela já traz isso e já explica isso para a gente, e todos esses documentos são públicos, a gente não fica com nada para nós.

Então, a nossa supervisão, que é baseada em risco, é a supervisão preventiva. Nós temos uma supervisão que é reativa a reclamações da sociedade, de investidores, de acionistas, do público em geral, até reclamações sem se identificar a gente recebe, anônimas. A gente recebe reclamações de próprios administradores das companhias que são eleitos por minoritários. A gente recebe também contra os minoritários das companhias. Então, todas essas reclamações são analisadas e respondidas, mas não é uma questão que chama a atenção, mas eu posso fazer esse levantamento, até com certa facilidade, de quais companhias por setor que tem, quais são as companhias que têm o controle estrangeiro. Isso aí fácil.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Obrigado.

É que um dos nossos debates aqui é exatamente com relação à defesa nacional, soberania nacional, por esse controle de capital estrangeiro. Então, alguns aqui defendem não ter mais participação estrangeira pela soberania nacional, porque é um setor estratégico, a aviação seria um setor estratégico. Algumas pessoas defendem isso. Eu defendo que existem outros setores que são muito mais estratégicos do que a aviação e têm uma participação de capital estrangeiro muito mais efetiva. Então, esse é o meu contra-argumento. Então, é só para balizar outros setores, principalmente parte de telecomunicações e logística, que podem ter participação de capital estrangeiro pela nossa legislação – vamos dizer – praticamente liberado e são setores que, na minha visão, são muito mais estratégicos do que a aviação.

Então, é só para termos esse ponto não de comparação, mas de clareamento também de outros setores.

O SR. FERNANDO SOARES VIEIRA – Perfeito. O colega até me socorreu aqui dizendo que a Claro Telecom Participações S.A. teve o registro em dezembro de 2014, e agora me lembrei bem. Quer dizer, esse registro, na verdade, é um registro como companhia aberta, só que ela não tem ações negociadas no mercado, e esse registro de companhia aberta da Claro Telecom Participações, em função inclusive de uma regulamentação que não é da CVM, que obriga essas companhias a terem registro de companhia aberta. Não quer dizer que é uma companhia que efetivamente seja aberta, com uma vocação de ter acionistas. Então, essa companhia não tem qualquer acionista minoritário. E aí realmente também, voltando a dizer, é Claro Telecom Participações. Se vocês entrarem no *site* da CVM, vocês podem buscar todas as informações dessa companhia.

Existe uma sessão do formulário de referência para identificar o controle da companhia, a distribuição do capital. Então, também pode chegar lá – é a Sessão 15 –, acessar o formulário de referência, entrar na Sessão 15 e ver como é que está o controle de capital dessa Telecom Participações, mas eu já asseguro que não tem qualquer valor mobiliário admitido à negociação em mercado.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Eu gostaria de, mais uma vez, agradecer ao Dr. Fernando. Muito obrigado.

O SR. FERNANDO SOARES VIEIRA – Nada. O que é isso.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Próximo orador inscrito, Kerlington.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Kerlington. Não precisa do sobrenome porque com esse nome só tem eu.

Brilhante vossa explicação. Explanação bem didática, apesar de ser um tema bem técnico.

Uma pergunta que eu faço diante da sua explanação é a seguinte: no caso da Azul, que foi o seu mote da apresentação, então ela conseguiu de uma forma – aspas aí – “não convencional”, apesar da sua superintendência se posicionar de uma maneira, quando do recurso à instância superior à sua, ela conseguiu não convencionalmente sair, ou melhor, não ser interrompida pela norma do CBA. Sim ou não?

O SR. FERNANDO SOARES VIEIRA – Na CVM, nós entendemos que o seu estatuto, que previa certas vantagens para as ações preferenciais – vantagens essas não convencionais: 75 vezes a quantidade de dividendos pagos aos ordinaristas, enfim... e outras características –, a gente entendeu que a lei não permitiria essa regra estatutária. Foi por esse prisma... A gente não tratou, em momento algum, do Código Brasileiro de Aeronáutica, nada disso! Mas, em última instância, em função dessa restrição, isso alegado pela própria companhia, aquela estrutura entendia que atendia tanto ao Código Brasileiro de Aeronáutica quanto à Legislação Societária e, junto ao colegiado da CVM, por unanimidade, ela conseguiu convencer que sim: atendia ao que

a CVM supervisiona. E aí ficou apta a ter o registro de companhia aberta. Por questões de mercado, ela acabou desistindo disso, mas ficou a jurisprudência.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – A pergunta é porque, na verdade, o primeiro caso que chamou a atenção do Brasil foi, a meu ver, o da TAM. A gente sabe que a Gol é capital aberto, mas o controle ainda está com brasileiros. Mas, no caso da TAM, na verdade, a *holding* que controla... O mercado já encontrou mecanismos... O que eu quero dizer e quero, talvez, por não ser da área (só curioso), o mercado já encontrou mecanismos para deixar uma empresa estrangeira tendo ou não CBA.

O SR. FERNANDO SOARES VIEIRA – De controle estrangeiro.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – De controle estrangeiro.

O SR. FERNANDO SOARES VIEIRA – Ou indo pela...

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – Ou estrangeira.

Como no caso, por exemplo – e isso é de conhecimento, porque acompanhei de perto –, no caso da TAM, lá no Chile, permite-se às ONs sem valor econômico. Não sei se é assim...

O SR. FERNANDO SOARES VIEIRA – Não vou me arvorar e falar sobre isso.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – É... Mas eu posso me arvorar, não é?

No Chile, existe a possibilidade de ações, chamadas ONs, com direito a voto, mas sem valor econômico – o que aqui no Brasil não é permitido – e que, com uma manobra inteligente, de mercado, conseguiu deixar a *holding* estrangeira – apesar de o braço da TAM ser brasileiro. Então, a rigor, hoje, na prática, o que eu vejo e tenho visto, já acontece.

Então, na verdade, por exemplo, até o próprio acordo de acionistas, a Anac e ninguém, nem CBA, têm acesso sobre acordo de acionistas... Sim ou não?

O SR. FERNANDO SOARES VIEIRA – O acordo de acionista, registrado na companhia, tem de ser divulgado na CVM e qualquer um pode acessar.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – OK, OK! Mas eu digo... Não existe regulação. Por exemplo, a Anac, ela não...

O SR. FERNANDO SOARES VIEIRA – No caso da CVM, o art. 118 da lei a gente alcança.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – (*Fora do microfone.*) Você vê isso?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Dois minutos para acabar meia-hora. Já vai dar uma e meia para o almoço e... Ainda tem o Geraldo que deixar por escrito, por favor.

O SR. KERLINGTON PIMENTEL DE FREITAS – O que eu quero ressaltar aqui – foi acalorada essa discussão – é que, na verdade, na prática, o capital estrangeiro já está aqui, o controle estrangeiro já está aqui, a empresa estrangeira já está aqui. Eu acho que, hoje, o CBA, na verdade, pouco trava essa questão. É isso o que eu...

O SR. FERNANDO SOARES VIEIRA – De fato, hoje, nós temos esse caso da Azul, que ainda não tem registro na CVM, mas a CVM se manifestou, em última instância, da possibilidade de fazer aquela reestruturação... De aceitar o registro daquela companhia com aquele estatuto. A gente tem o caso da GOL que fez... caminhou no mesmo sentido, guardadas algumas diferenças, da Azul. Já fez a operação que fez em função da decisão do colegiado da CVM (no caso a Azul), e a gente já tem o caso da LATAM, que é uma companhia estrangeira, diferente dessas outras duas que eu acabei de falar, e que não mereceram da CVM qualquer reprimenda.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Bom, Dr. Geraldo, por favor.

O SR. GERALDO VIEIRA – Sou Geraldo Vieira, da BA, cumprimentando os comentários dos colegas.

Dr. Fernando, em nenhum momento eu entendi que o senhor disse que a operadora TAM S/A, que opera a empresa TAM, Linhas Aéreas, está sob o controle de capital estrangeiro, com violação do Código. O senhor está afirmando que existe uma empresa Latam, uma empresa sob controle de capital estrangeiro, mas essa empresa não controla a operadora nacional. Entendi assim, porque senão estaríamos sob violação da regra específica do Código Brasileiro de Aeronáutica, inclusive a fiscalização da Anac.

Para completar, na realidade, a limitação foi feita. Ela tem mais de 30 anos. Até o CBA ser aprovado aqui, no Congresso Nacional, ele foi discutido quase quatro anos. Então, estamos perante uma regra restritiva que nem sequer combina com a matriz constitucional, a regra restritiva atual, prevista no CBA.

Também temos aqui presente uma restrição que, conforme já salientado pelo colega, pode ser contornada. Há formas de contornar restrições desse tipo. Quando aparecem, podem ser contornadas. Aqui, estou absolutamente convencido de que, no tempo atual, não há nenhuma justificativa, quer pelo caráter estratégico ou não do setor, para manutenção da restrição, qualquer que seja o volume dela. Em primeiro lugar, porque não se pode entender que uma restrição vá prejudicar uma empresa com sede no País de captar recursos no exterior, porque há um teto que é fixado sem maior justificativa.

Também há uma outra questão vinculada ao acionista. Para o acionista, para qualquer investidor, é importante, sim, que a empresa esteja no novo mercado pelos mecanismos gerenciais e pela modernização, pela

fiscalização, por maior segurança a um acionista privado, uma pessoa física, que vai lá, compra a sua ação, seja aqui, nos Estados Unidos, enfim, compra em bolsas de valores.

A terceira observação é que o tipo de restrição não serve ao acionista controlador, porque parece que no mundo moderno, desregulamentado, é interessante ao acionista controlador abrir os mercados externos para que ele possa fortalecer, ajudar o crescimento da empresa. E é interessante também porque, quando a restrição existe, isso diminui o valor da ação da companhia, seja no mercado interno, seja no mercado externo, sobretudo dos controladores. Controle que não pode ser transferido importa em menor valor da ação. E, mesmo com os arranjos societários que foram aqui referidos, não há como dar um valor adicional a essas ações, ou valor real, valor de mercado, enquanto você mantém a restrição. Isso significa dizer que, se escolhermos essa disposição por inteiro, do CBA, e me refiro também aqui a exigências de que a empresa tenha dirigentes brasileiros, fazem-se arranjos. São apenas títulos simples que se atribui a determinada pessoa. Na realidade acaba não sendo a pessoa que dirige efetivamente a empresa.

Então, pergunto, dentro da sua experiência. Restrições desse tipo, normalmente levam, em função das necessidades do mercado, à criação de arranjos para se contornar a restrição, tanto no que se refere às ações de controle quanto no que se refere à determinação de que os dirigentes sejam brasileiros. Nós temos outro setor precedente que possa crescer, aproveitar, incluir-se no novo mercado que tenha tal restrição? Só me lembro do setor nuclear no Brasil e dos setores do petróleo, não na primeira geração, até a primeira geração, a pesquisa e a lavra, ainda assim, a ANP tem feito concessões de perfuração para empresas estrangeiras. Não me recorde de nenhum outro setor, fora o nuclear, em que haja necessidade de se fazer esse controle por brasileiros, que, muitas vezes, são mais estrangeiros do que brasileiros, como se sabe. Creio que restrições desse tipo acabam sendo inúteis e só prejudicam o País e o mercado.

(Soa a campanha.)

O SR. FERNANDO SOARES VIEIRA – Eu só queria deixar...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Só um minutinho, por favor, para um recado.

Ainda estão inscritos o Catanant, o Castanho e o Respício. Em seguida, encerramos as inscrições, lembrando que eu queria muito que todos estivessem aqui até as 14 horas porque a Relatora tem algumas informações importantes para dar e os coordenadores dos grupos terão um trabalhinho extra hoje. Vamos precisar muito da coordenação e da concentração dos grupos nas contribuições que pretendemos obter.

Por favor.

O SR. FERNANDO SOARES VIEIRA – Apenas para deixar claro que, com relação à TAM e à Latam, o que eu disse é que a TAM tinha registro de companhia aberta. Conseguiu o cancelamento desse registro seguindo a lei e as instruções da CVM. Ato contínuo, a Latam, também seguindo a regulamentação da CVM, conseguiu o registro de companhia estrangeira. Eu não disse mais do que isso.

O SR. PRESIDENTE (Dorieldo Luiz dos Prazeres) – Na sequência, Catanant.

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – Obrigado. Ricardo Catanant, da Anac.

Vou tentar ser bastante breve. Vou fazer dois pequenos registros e uma pergunta para o Sr. Fernando sobre um ponto levantado pelo Castanho que considero importante abordar aqui, sobre quais seriam os efeitos da eventual mudança da lei nos acordos celebrados pelo País.

Eu noticio que inclusive a própria Conferência de Estados na Icao e a 38ª Assembleia realizada no ano passado encomendaram ao grupo de expertos em regulação de transporte aéreo da Icao que desenvolvesse um tratado única e exclusivamente para que o critério utilizado em acordos bilaterais e multilaterais pelos países para celebrarem esses acordos de serviços aéreos seja alterado. A Icao tem preconizado e tem buscado alterar esse critério de verificação dos nacionais, o *ownership and control*, para um critério de *principal place of business*, que estaria de acordo, eventualmente, com essa nossa mudança. Inclusive com base naquela regra, que pode ser o caso de se utilizar nesse tratado multilateral, o que vai valer efetivamente é o lugar em que a empresa tenha a sede de seus negócios. Então, não haveria, necessariamente, uma mudança significativa ou um efeito perverso por conta dessa alteração.

Em segundo lugar, eu gostaria de acrescentar também a essas questões, aos entraves gerados por conta dessa limitação no CBA na questão mercadológica, enfim, de empresas listadas em bolsa ou não para conseguir investimentos, o custo regulatório que essa limitação hoje impõe, que a Agência inclusive tem que seguir. Por conta da limitação dos 20% de capital estrangeiro, a Agência tem que fazer a aprovação prévia de contratos, de acordos que essas empresas façam, de atos constitutivos. Então, qualquer modificação de um estatuto ou de um contrato social, dependendo da estruturação societária de uma empresa prestadora de serviços aéreos num país, ela tem que se submeter à prévia aprovação da Agência, em duplicação de esforços com o que hoje as juntas já são constituídas legalmente para fazer.

Então, a Anac faz exatamente o mesmo trabalho que as juntas de comércio reguladas pelo Departamento de Registro de Empresas fazem. É um ônus pesado que impõe à Agência estruturar uma área dedicada a isso e uma burocracia que constitui entrave muito grande. Então, a Agência tem a preocupação em que esse mercado de transporte aéreo seja altamente contestável. Nós tentamos ao máximo diminuir as barreiras e entraves para que novas empresas entrantes possam se constituir a fim de gerar maior concorrência, melhores serviços e – por que não? – menores preços.

A minha pergunta para o Sr. Fernando é a seguinte: caso, eventualmente, essa limitação de 20% para que estrangeiros detenham posse de ações de empresas no País venha a cair e tendo em vista os benefícios da governança corporativa, bem citados no caso de empresas listadas em bolsa de capital aberto, e as paixões que o tema desperta... Caminhamos de um sistema em que os países tinham suas empresas de bandeira para, hoje, no País, não haver nenhuma participação estatal nas empresas, elas são empresas privadas que assumem todo o risco de sua operação.

Então, dados os benefícios, os ganhos de transparência e de governança que eventual listagem em bolsa proporcionaria, parecia desarrazoado ou inapropriado obrigar que, eventualmente, as empresas prestadoras de serviço aéreo tivessem capital aberto em bolsa – a partir de determinado volume, claro –, para não obrigar justamente as entrantes, empresas pequenas, com pequeno *market share*, a abrir capital. Mas, a partir de 5% de participação de mercado, essas empresas teriam que abrir capital para garantir e até facilitar o trabalho da agência reguladora com relação a questões contábeis, publicação de balanços, para se beneficiar inclusive desses ganhos de transparência que o novo mercado traz.

O que lhe pareceria isso?

O SR. FERNANDO SOARES VIEIRA – Eu, como representante da CVM, só posso querer que o mercado de capitais cresça. Acho que é um caminho de captação melhor do que quando não se tem o mercado de capitais. E a CVM é responsável inclusive por tentar viabilizar o desenvolvimento do mercado de capitais. Agora, obrigar uma empresa a ser companhia aberta não parece ser um caminho que, depois de um tempo, considere-se adequado. Pode-se imaginar que seja bom num primeiro momento, mas eu, particularmente – vou dizer agora a minha opinião –, acredito que, para ser companhia aberta, como eu disse anteriormente, precisa ter vocação para isso.

Nós temos algumas companhias com as quais temos problemas justamente porque elas foram obrigadas, em algum momento, a ter o registro de companhia, não têm vocação para isso... Eu reconheço que não é para qualquer companhia colocar em prática toda a regulamentação. Nós temos empresas de categoria A e de categoria B, desde 2010. Resumindo, e isso está mais explicado na norma, a categoria A é para uma empresa que quer captar recursos via emissão de ações – negociação de ações em mercado; a categoria B é para quem vai fazer isso com outros valores mobiliários que não sejam ações, nem conversíveis em ações: debêntures e outros títulos.

Para essas companhias, fizemos um trabalho para tentar reduzir a obrigação que elas têm de prestar informação. Só que nós nos deparamos com muitos problemas para conseguir dar descontos para isso. O desconto principal é no ITR, a demonstração contábil trimestral: a companhia não precisa apresentar o consolidado, que é quando há grupo econômico. E, no formulário de referência, alguns descontos de algumas seções não precisam ser preenchidos, como, por exemplo, essa a que eu me referi dos efeitos relevantes da regulação estatal; para companhia de categoria B, isso não é um requisito obrigatório; ela pode prestar, mas não necessariamente, porque nós entendemos que, no caso de empresas que não têm possibilidade de ter ações negociadas em mercado, essa informação não é relevante – partindo sempre da questão da relevância da regulamentação que se está colocando. Por esse ponto de vista, entendo que obrigar não é bom.

Por outro lado, ser uma companhia aberta e atender à regulamentação, sobretudo na parte de divulgação das informações e da organização da companhia, é muito bom. Temos relatos de companhias que dizem: “Foi muito bom ter o registro de companhia aberta na CVM, sem concomitante oferta de distribuição; eu vou lá, tenho um registro, submeto-me ali durante um ano, dois anos àquele regime de cobrança...” Para que os senhores tenham ideia, a empresa não pode deixar de prestar nenhuma informação periódica nos prazos; se deixar de prestar sequer uma informação periódica nos prazos, a companhia é multada; se for contumaz nessa não prestação tempestiva, sofre processos sancionadores para apurar responsabilidades por não prestar informações de forma tempestiva, independentemente de ter ou não acionistas na companhia ou titulares de valores mobiliários.

Como o superintendente-geral diz, “se a companhia vem brincar no quintal da CVM, tem que estar apta a atender a toda regulamentação”. É claro que, numa supervisão preventiva nossa, nós vamos dar uma importância maior às companhias que têm ações, negócios em bolsa, porque o impacto de qualquer problema

numa companhia dessas é muito maior do que numa companhia que não tenha acionistas minoritários; mas algumas regras são absolutamente necessárias, e nós fazemos uma supervisão muito forte.

Do ponto de vista de melhorar a companhia como companhia, eu acho muito bom que ela seja companhia aberta; de outro lado, obrigar uma empresa a ser companhia aberta só por ser companhia aberta, eu acho ruim, porque as histórias que nós temos são histórias muito ruins. E depois, para cancelar o registro de companhia, se houver valores mobiliários admitidos à negociação, é muito difícil, porque aí é preciso ofertar para aqueles investidores um preço justo de recompra daqueles valores mobiliários, muitas vezes essas companhias deixam de ter essa possibilidade, ou mesmo o controlador não tem essa possibilidade. Então, nós ficamos convivendo com uma empresa lá na CVM que não tem essa vocação e que fica ali sujeita a todos os processos sancionadores que lhe imputamos.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Lembrando obviamente do nosso tempo, eu passo, então, a palavra aos últimos dois debatedores, Castanho e Respício, para as considerações.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Fernando, só uma ponderação: o que nós temos hoje de diferente na CVM, quais são as barreiras, o que os órgãos reguladores econômicos têm de diferente de outros países?

Na aviação, as grandes potências do mundo não abrem o capital em 100%. Aliás, eles são bem restritivos, começando pelos Estados Unidos, Canadá, China, que também tem uma aviação muito forte, Japão, Malásia, Nova Zelândia. Eles têm limitações bem consideráveis, e todos estipulam abaixo de 49% para capital estrangeiro. Quais são as garantias que nós temos de que faremos algo diferente e melhor do que essas potências fazem com relação a captar a participação do capital estrangeiro?

O que nós vemos hoje é que a abertura do capital interessa para pequenos países que não têm um território para explorar. Nós temos um continente para ser explorado, e estamos com a tendência à liberalização, a abrir para ele ser explorado por esses pequenos países. Cito o Chile, que está fazendo da abertura do capital, da liberalização deles a exploração de outros países como o nosso, que é a janela para o mundo.

Outra coisa que se vê, inclusive na União Europeia, é que a tendência, a longo prazo, dessas aberturas é a remonopolização. É óbvio que as grandes potências, os grandes capitais vão comprar as menores, e esse processo tende, sim, à remonopolização, e isso já está nas estatísticas.

Então, qual é a segurança que nós temos? O que a CVM faz em relação a isso, a olhar para esse futuro e nos proteger disso também?

O SR. FERNANDO SOARES VIEIRA – Eu vou até insistir: nós não vamos fazer nada. (*Risos.*)

Nem eu nem a CVM, tenho certeza, estamos nos manifestando favoravelmente à redução dessa restrição existente de capital estrangeiro em companhias aéreas, nem em qualquer outro setor. Desculpe-me insistir nisso. Eu até conversei de novo com o Georges quando vínhamos para cá, dizendo que, se esperassem isso da CVM, nós não teríamos como entregar.

O que eu falei e que talvez possa ter passado uma sensação disso é o seguinte: a situação atual não está impedindo arranjos societários que estão sendo feitos e que estão conseguindo, de certa forma, ultrapassar essa restrição com desenhos que, muitas vezes, para a área técnica, não são adequados, porque dificultam a nossa própria supervisão.

Como eu disse, uma companhia aberta, com controle estrangeiro ou não, tem uma supervisão, tem uma lei nacional, a Lei das Sociedades Anônimas, aplicada a ela, pela qual podemos utilizar, e cobrar, e acusar por infrações. Para uma companhia estrangeira, nós não temos como aplicar a lei.

Recentemente, tivemos essa discussão num caso concreto na CVM, em que deixamos claro, por mais dolorido que seja, que não dá para aplicar a lei para uma companhia estrangeira. Não se confunde com uma companhia aberta com controle estrangeiro. Agora, a questão de liberar ou não, de flexibilizar para 49% ou para 100%, enfim, isso não é uma questão que cabe à CVM manifestar-se. Nós não temos como nos manifestar.

O que nós temos como nos manifestar é o seguinte: uma companhia aberta, nacional, com capital estrangeiro ou não, tem a nossa supervisão pautada na lei e nas instruções da CVM. O que a CVM pode garantir é que o fato de ter capital estrangeiro não vai fazer diferenças relevantes em relação a ter um controle nacional. Agora, pode ser que a Agência Nacional de Aviação Civil ou algum outro órgão entendam de forma diferente. Quanto à CVM, nós temos convivido com isso até agora. Mas, do ponto de vista da supervisão da CVM, isso não é uma questão relevante. Não é uma questão relevante.

Há companhias que são obrigadas a ter registro de companhia aberta que, como eu não falei, não têm vocação para isso. Isso não é bom também. Do outro lado, também não é bom que tenha, no caso da supervisão da CVM, uma restrição que possa estar sendo ultrapassada, com custo para a CVM.

Eu sou um “burocra” convicto – há muitos anos, “burocra”. Eu estou olhando o lado da CVM e exigindo o cumprimento das regras da CVM, a supervisão. Se uma companhia pode se registrar na CVM com um capital

estrangeiro, vamos registrar essa companhia e fazer nossa supervisão. O que não vamos poder jamais permitir é que o fato de ter um controle estrangeiro limite a nossa atuação. Isso, não. Agora, é óbvio que alguém que está no Brasil é alcançado mais facilmente, até fisicamente, do que alguém que está fora. Porém, essa questão não é afeita à CVM. Poderia se direcionar o questionamento à Anac...

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Ou ao Cade.

O SR. FERNANDO SOARES VIEIRA – Ou ao Cade, enfim, mas não à CVM.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Está bom. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores, foi repassado para todos os membros do grupo pelo Doriêlto um e-mail relativo à posição da IATA referente à abertura de capital. Eu acho que é uma leitura interessante.

Assim, eu passo ao Respício, nosso último debatedor – pois estamos famintos –, para as considerações finais. Aí já vamos ao encerramento desta fase, à suspensão da reunião.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – No caso, a Mesa lerá o e-mail da IATA depois?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Não, esse e-mail foi passado apenas para conhecimento de todos. O.k.?

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – O.k..

Rapidamente, só tentando responder uma parte, meu querido Castanho, em relação a por que esses outros países não têm a liberação total. Sim, por motivos ideológicos; sim, por motivos políticos; e, por outro motivo também, que, no caso, é o inverso do nosso – e nós convivemos com os dois motivos: políticos e ideológicos –: acesso ao capital. Eles têm vastíssimo acesso ao capital. As classes médias são ávidas e estão presentes nas bolsas sem parar. É muito interessante quando se está num grande evento de aviação nos Estados Unidos e um palestrante fala assim: “Por favor, levante a mão quem é acionista de alguma empresa aérea”, e a maioria levanta o braço – isso no Canadá, na Europa, na Austrália, na Nova Zelândia. É uma festa. Eu fico até tímido, porque falo assim: “Se estivesse no meu País, eu acho que não haveria um que levantaria o braço”. Então, com o acesso ao capital, com a população, é exatamente o que nós estamos tendo o retorno positivo da CVM. Quanto mais darmos acesso à sociedade em investir, em apostar, em arriscar nas empresas aéreas, teoricamente – aí vou concordar com você –, é melhor. O mundo inteiro tem visto isso. Quanto mais a sociedade tem confiança nesse mercado, nessa governança que a CVM faz lá fora, mais eles estão investindo, mais eles estão apostando nas empresas aéreas. E as empresas aéreas saem ganhando com isso, e a população também.

Só encerrando aqui a minha participação, o que foi levantado pelo Kerlington, complementado pelo Catanant, é muito interessante. O principal lugar de negócios em voga... Até a própria Ical, a Oaci tem feito isso desde 2003, ou seja, há mais de dez anos, a Ical tem colocado isto: é importante cada país tentar, na medida do possível, alterar as suas legislações para flexibilizar o capital estrangeiro, porque o mais importante é o *place of business* e não a bandeira do capital. Já há algumas empresas que conseguiram se adaptar e dar uma driblada nos 20%, de acordo com um arranjo dentro da lei. Nenhum outro país questionou. E, pela Convenção de Chicago, eles poderiam ter questionado por não estarem satisfeitos com o controle. Então, se ninguém falou nada com relação à GOL voar para o exterior, República Dominicana, Estados Unidos, outros países da América Latina; se ninguém falou nada com relação à TAM; se ninguém falou nada com relação à AZUL, é porque todos os outros países – os Estados Unidos são os mais críticos com relação a isso – estão dizendo: “O.k., eu estou mais ou menos indo da minha fronteira para fora, não da fronteira para dentro. Da minha fronteira para fora, eu estou admitindo o *principal place of business*”. Essa é uma sinalização muito importante de quem está lá fora, dizendo assim: “Olha, eu ainda não flexibilizei o meu lado, mas eu aceito, se você flexibilizar o seu”, coisa que, até então, era muito dogmática, os outros países questionavam. Mas, que capital é o seu? Ainda mais depois do 11 de setembro. Mais uma vez, gostaria de agradecer muito ao Sr. Fernando, as explicações foram sensacionais, os exemplos foram magníficos! Agradeço bastante, novamente, em nome, espero, que da Comissão toda. Muito obrigado, Sr. Fernando.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Agradeço também aos palestrantes, ao Fernando e ao Daniel, lembrando que... Estou sentindo a sintomática da discussão sobre o capital, nós não podemos confundir capital aberto com céus abertos, coisas totalmente à parte e diferentes. Não podemos nos esquecer de que, num momento histórico, temos companhias dentro do Brasil graças à injeção de capital externo. Assim nasceram as grandes companhias, pelo menos num passado não muito distante. Como se diz, com o capital externo se estaria viabilizando. Obviamente, contamos com isso passando, porque este debate não termina aqui, vamos, obviamente, a Secretaria vai tomar as providências para que seja chamado o Cade, para que possa participar, obviamente, mas, havendo a possibilidade de abertura de capital, da entrada de aportes, nós temos não apenas a Comissão de Valores Mobiliários, como temos a própria Anac, a legislação nacional para garantir a integralização de capital, garantir a contratação de seguros e uma série de coisas para que, obviamente, com

várias empresas estrangeiras atuando no Brasil, para que isso possa acontecer. Essa é a sensação que tenho. Agora, se entendermos que por um motivo ideológico, econômico ou político devemos manter o capital res-
trito, vamos chegar a essa conclusão mais adiante.

Assim, Senhores, agradeço a presença de todos. Vamos tentar almoçar em uma hora, por favor, para tentarmos retornar às 14 horas, não às 14:30 ou às 15h, porque às 15h todo mundo começa a olhar para o relógio para ir embora. Reitero que é importantíssimo alinharmos com os grupos a tabela de contribuição e também as considerações importantíssimas da nossa relatora. Também vamos apresentar a tabela 4, onde vamos apresentar praticamente 54% das contribuições em relação ao novo CBA. Dessa forma, Senhores, vamos suspender para o almoço. A Senhora quer dar algum recado agora? Não. Obrigado. Suspendemos a reunião para almoçar. Retornaremos às 14h.

(Suspensa às 13 horas e 02 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 42 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores, realmente, a parte da manhã hoje foi muito importante, muito interessante. Vamos fazer uma aproximação em relação à Anac para que possamos tratar a questão dos aeroportos, porque já está dando um *feedback*. Peço desculpas pelo atraso, pois tive de passar no gabinete, pois, vira e mexa, o pessoal nos chama para puxar a orelha ou para elogiar, às vezes. Assim, Senhores, nós vamos passar para a segunda parte da reunião. Gostaria apenas que os Senhores observassem como está a questão das contribuições que foram feitas até agora para a Comissão. Esses trabalhos de atualização estão sendo enviados para a Professora Maria Helena. O Dr. Vicente Gomes de Oliveira – sempre acho importante que se anote o nome dele em ata – está fazendo um trabalho de organizar essa tabela, de verificar todas as contribuições que foram encaminhadas até este momento. Inclusive, já chegamos naquele patamar, estamos com um total de 53,94%, mas, vejam só, essas contribuições foram enviadas pelo grupo, pelos Senhores. Também temos alguns trabalhos de associações que estão encaminhando algumas contribuições, que estão sendo colocadas. Precisamos da cooperação de todos para fechar essas redações, para fechar o entendimento, porque, Senhores, o que nós temos de fazer aqui? Se nós continuarmos neste ritmo, talvez, até novembro, tenhamos condições de ter fechado a contribuição em cima de todos os artigos. Isso acontecendo, podemos nos preparar para discutir a formatação final dos artigos do CBA, porque, chegando em dezembro, sendo possível, não colocando em risco a qualidade dos trabalhos, obviamente, nós teremos que deliberar sobre o assunto. Teremos apenas uma audiência para deliberação, onde, por maioria, todos vão concordar ou não com as redações que serão, então, fechadas. Nós temos uma frequência média de 60% dos membros. Nós temos alguns membros que vieram pouquíssimas vezes. Eu tenho pedido para as pessoas que foram responsáveis pelas indicações que conversem com esses membros, porque eu não gostaria, pessoalmente, que chegássemos no dia da deliberação e, de repente, alguém quisesse abrir discussões no dia. Por quê? Porque vai chegar um momento em que vamos ter de fechar os trabalhos, seja por uma maioria ou não. Que seja por uma maioria sempre, ou por um consenso, é claro. Então, essa tabela já está disponibilizada a todos os membros? Já foi passada? Ela será passada para todos os membros, como sempre.

Realmente, aquilo que eu gostaria de lembrar a todos. Aqui na Comissão, obviamente que nós temos os grupos com pessoas que defendem instituições. Nós temos aqui pessoas que trabalham na Anac, pessoas que estão vinculadas à Força Aérea, pessoas que são a vinculadas a sindicatos e associações, mas o dever dos senhores é analisar todo o Código, ou seja, não apenas aquela área que seja afeta, porque os senhores vão ser chamados, obviamente, a dar uma contribuição.

Assim, senhores, eu quero chamar a atenção apenas para o seguinte, principalmente aos coordenadores dos grupos, ou então aos demais membros, porque aquela tabela de contribuição, que foi feita pelo Antônio Ivaldo, que praticamente viria até agora setembro, parece que boa parte dela já foi cumprida. Nós temos, por exemplo, o grupo 2, que parece que praticamente já cumpriu com as contribuições que deveriam ser colocadas. Quer dizer, não basta apenas o grupo contribuir, os senhores tem que analisar a proposta. Mesmo assim, o grupo 2 não está isento de participar de outros debates e também de dar outras contribuições. A mesma coisa o grupo 1, e, principalmente, o grupo 3.

Assim, senhores, nós temos que adotar uma dinâmica em relação à contribuição dos grupos e em relação também ao itinerário dessas contribuições. Isso nós podemos deixar à vontade para que os grupos possam discutir quais serão os objetivos, quais serão as contribuições que serão dadas, ou, então, também podemos, aqui na Mesa, sugerir.

O Geraldo já chegou aqui e falou assim: “Olha, nós podemos pegar *hot points*, escolher alguns assuntos que são assim mais candentes, ou, então, nós podemos seguir a sistemática do CBA, ver aquilo que já foi contribuído”. Podemos, mas isso é uma decisão que cabe aos senhores.

Eu chamo a atenção agora também da aviação geral, eu acho que o Nogueira tem uma missão muito árdua, eu não estou sentindo que as associações voltadas à aviação geral estão sendo tão contributivas. Mas aquilo que eu falo, senhores, independente disso aí, nós temos um trabalho e uma missão para cumprir. Ok?

Vamos lá. Os senhores querem que eu passe alguns pontos ou os senhores preferem discutir entre si? (Pausa.)

Posso, então, passar um ponto interessante? (Pausa.)

Celso, como é que está em relação à semana que vem?

O SR. CELSO FARIA DE SOUZA – Georges, para a semana que vem, eu fiz a apresentação para Vants e para aviação experimental. Mas ainda estou olhando, porque eu tinha ficado para eu fazer, semana que vem, Vants e aviação experimental, e para o dia 28 fazer delegações. Talvez eu deixe experimental para o dia 28 e puxe delegações para o dia 21.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O importante seria também já sistematizar quais são os artigos que serão abordados nesse assunto que o senhor dirá. Assim, seria importante, inclusive, conversar com os advogados do grupo, para que eles possam, de certa forma, sistematizar isso daí.

Um outro ponto que é importante, senhores, e que eu acho que nós estamos chegando no momento certo é o seguinte. Muitas pessoas estão discutindo a respeito da natureza dos serviços que são prestados, por exemplo, em empresas aéreas. Nós temos a questão do prestador de serviço aéreo público, coisa aí que interessa muito aos táxis aéreos, aos serviços auxiliares, questão que interessam às oficinas mecânicas, questões que interessam ao aerorreportagem, uma série de situações aí, as exatas, por exemplo. Porém, nós temos que firmar realmente o que, antes falar o que é ou não é um prestador de serviço aéreo público, qual é a natureza do serviço aéreo público, ou o que é serviço público, ou se é o serviço aberto ao público. Eu acho que essa discussão já tem que também ser preparada pelos grupos.

Eu acho que isso aí vai ser importantíssimo, até mesmo para nós definirmos a natureza, qual é a natureza de um serviço que é prestado por um táxi aéreo, por uma oficina de manutenção, pela própria linha aérea, entre outros. Isso aí seria a sugestão de um *hot point*.

Geraldo, o senhor teria um outro de imediato? Tem? Por favor.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GERALDO VIEIRA – Oi, desculpa, Presidente, poderia repetir?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim, senhor. Por exemplo, a questão de *hot point*, eu estou falando de nós colocarmos a questão do serviço aéreo público, para nós sugestionarmos sobre isso. Qual é a natureza do serviço? Se ele é aberto ao público? Se ele é público? Como é que isso vai ser dado tratamento para o Código.

Eu tenho certeza de que o senhor tem outras opiniões em relação a esses *hot points*, ou outras contribuições, alguns assuntos que queiram ser acertados.

O SR. GERALDO VIEIRA – Temos, sim.

Nós incluímos, para a próxima reunião, a apresentação das formas operacionais que podem ser consideradas para a autorização de aeroportos, aeródromos e tudo mais. E, nesse contexto, a gente estava pretendendo discutir a questão da técnica adotada pelo CBA do passado de classificação do serviço público, sem muita preocupação em falar da atividade econômica em si, e do defeito que o Código tem de, ao definir o que é serviço público, esquecer-se de atividades econômicas que vão aparecendo ao longo do tempo, em razão de mudanças tecnológicas, de logística, que fica muito estranho o Código.

Bom, o Código foi feito há 32 anos. Então, isso aqui nós temos que discutir, no sentido de abrir essas atividades econômicas para quem queira entrar dentro da ideia de que a Constituição autoriza o exercício de qualquer atividade econômica, observados os princípios da lei. Então, esse princípio tem que ser praticado, e o que esse Código fez foi submeter à autoridade aeronáutica, logo depois do círculo militar, e com a visão de segurança nacional, intervenção do Estado na economia. Queria arrumar um modelo que absolutamente agora nós temos que literalmente desconstruir e construir o modelo aberto, que possa operar numa economia de mercado, sem prejuízo da fiscalização, que é a questão essencial, em razão da segurança da aviação civil.

Então, o que eu pretendo trazer aqui rompe com esse modelo antigo, no meu entendimento, e, então, se nós nos enveredarmos para discutir se é ou não serviço público e ficarmos com, digamos, os princípios tradicionais do Direito Administrativo antigo, francês, blá, blá, blá, ou do Estado intervencionista, nós não vamos conseguir fazer a modernização que é necessária. Por isso que eu estou apresentando mais preocupado com o exercício de determinadas atividades econômicas do que romper com esse enfoque, com esse modelo do Código.

Eu pensei que na próxima reunião nós iríamos ter, necessariamente, de discutir isso, porque eu encaminhei uma proposta, que ainda tem que ser aperfeiçoada pelo grupo, não é uma proposta final, e dar consistência doutrinária para que ela tenha vida longa. Então, a partir da próxima semana, nós escolhermos formas operacionais, ou pelo menos não enrijecermos o sistema na escolha do acesso do cidadão às atividades econômicas. Assim, a partir daí, a gente consegue discutir o que é área aeroportuária, como é que se explora uma área aeroportuária. Nada disso mais é necessário também, aquele sistema rígido da década de 70, 60, isso está tudo ultrapassado.

E, então, definindo as formas operacionais, em seguida a gente teria condições de tratar do resto de toda a infraestrutura aeroportuária-aeronáutica e dos serviços – entre aspas – “aéreo”, que, no conceito do Código, o indivíduo lá entendeu, que, quando tu exploravas uma aeronave, tua, para o teu voo, um RV, ou uma asa delta, tu estavas explorando serviço público, uma coisa que não tem mais sentido hoje.

Mas, então, a gente está preparando para discutir isso na semana que vem, mas se quiser começar o debate agora, para mim não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Eu acho que mais importante seria nós alinharmos isso aí. Tudo que o senhor colocou é extremamente pertinente. Eu digo assim, que isso aí os senhores devem ter liberdade de manobra para colocar essas ideias em prática até.

Respício, o senhor pediu a palavra?

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Presidente, eu gostaria só de lembrar que, pegando carona no que o Geraldo acabou de colocar, que ele tem uma agenda, que nós combinamos e que nós colocamos aqui à Mesa, e a Mesa aprovou para a próxima semana, nós temos a apresentação de dois integrantes da Comissão, dois membros da Comissão para hoje. Estou vendo ali 15h se aproximando, sendo que, às 17h30, haverá o encerramento das atividades.

Nós temos uma agenda para hoje, dia 14 de setembro, com dois temas bastante relevantes e complexos, e esses membros do grupo 3 da nossa Comissão vão estartar o pensamento, os conceitos por trás disso. Eu acredito que nós temos de acelerar...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Vamos fazer o seguinte: vamos passar para a apresentação. Já está tudo preparado?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O.k.. Então, vamos passar para a apresentação. Podemos coordenar com 20 minutos cada? Ou mais? Senhores?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Perfeito. E, realmente, o Hugo e o Ricardo tinham a palavra.

Por fim, após a apresentação, eu precisaria muito que os grupos, realmente, alinhassem essa agenda e passassem, se for o caso, para o Ivaldo, se ele estiver disponível a tanto, para que ele possa novamente fechar aquele cronograma, para que possamos vislumbrar tudo isso daí que está programado dentro da Comissão.

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Só uma observação. Eu acho importante para todos que estão na Comissão que sigamos a rotina de enviar o material com duas semanas de antecedência, para todo mundo ler o material, ter uma semana para contribuições e trazer o material para discussão.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Façamos assim, da mesma forma: pegue as discussões que já estão agendadas, até mesmo porque eu acredito que as discussões que já estão agendadas devem ser passadas para o Vicente, mas só que também temos de ver a enquadração legal dentro do código.

Quem vai ter a palavra agora é o Hugo. Ou o Ricardo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Então, os mais jovens.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Então, perdeu. Tudo bem.

Então, vamos lá, com 20 minutos. Abriremos dez minutos para debate. Após, então, vamos pedir para que, realmente, os grupos apenas façam esse realinhamento, até mesmo para que possamos prestar contas para o Senado.

O SR. HUGO JOSÉ SARUBBI CYSNEIROS DE OLIVEIRA – Sr. Presidente, eu agradeço a palavra.

Adianto que a apresentação, provavelmente, não vai demandar os 20 minutos previstos por uma razão muito simples: eu até antecipo a minha conclusão.

Eu trago hoje um assunto que, neste exato momento, é objeto de discussão em pelo menos um outro fórum, que eu, particularmente, considero como um fórum importante e qualificado, que é o da Infraero, uma vez que eu falarei sobre as áreas aeroportuárias comerciais. Apesar de a Infraero ser uma administradora aeroportuária como outras, se olharmos de uma maneira fria, não há como ignorar o fato de ela ser hoje a maior administradora de aeroportos no País e ser, sem dúvida nenhuma, o paradigma do modelo que foi adotado pelos grandes consórcios que obtiveram outorga de administração a partir das chamadas – entre aspas – “privatizações” dos aeroportos no Brasil, pelo menos as mais recentes. Enfim, refiro-me basicamente aos arts. 41 e 42 do CBA, dentro daquela sequência 37, 38, 39... Isso já foi objeto de estudo. Quanto a artigo que fala especificamente sobre aquelas áreas em relação às quais há a dispensa de concorrência, já houve também aqui a sugestão. E chegamos, finalmente, aos arts. 41 e 42.

Qual é o meu objetivo aqui? Definir a melhor forma de outorga de áreas aeroportuárias com destinação comercial, uma vez que o anterior modelo de concessão via licitatório não mais corresponde à prática adotada nos aeroportos cuja administração já foi outorgada à iniciativa privada.

Basicamente, há hoje no Brasil dois modelos, muito bem definidos. Eu diria que é o modelo Infraero e o modelo dos consórcios, das sociedades empresárias constituídas sob forma de sociedade anônima, que, diga-se de passagem, também tem a Infraero como a sua segunda maior acionista. É algo bastante curioso. Há a Infraero como a administradora – entre aspas – “todo-poderosa”, pedindo licença o Dr. Tercio, sendo que aqui não vai nenhum tipo de piada subliminar, mas, sim, é verdade, pois há a Infraero como a única administradora aeroportuária, empresa pública, constituída na forma da lei específica etc. e tal. Além desse modelo da Infraero, há um outro modelo, que é o modelo adotado pelos grandes consórcios, consórcios estes que contam com a Infraero como uma grande acionista, porque 49% são muita coisa, não dá para negar isso, e que adotam, portanto, em razão da transferência de mando de gestão, um formato completamente distinto do que a Infraero aplica.

Então, como está escrito ali:

Convivem dois modelos distintos de outorga de áreas aeroportuárias:

- 1 - concessão de áreas comerciais, via licitação pública, nos aeroportos administrados pela Infraero;
- 2 - concessão formalizada com base contratual firmada no direito privado.

São dois regimes jurídicos distintos, e eu chamo aqui de *sui generis*, especificamente esse segundo. Por quê? Porque eu não consigo sequer dizer que ele é um modelo híbrido.

Hoje nós temos situações, contratos firmados pelas administradoras de aeroportos com concessionárias de áreas aeroportuárias – veja que eu acabei de falar: concessionárias de áreas portuárias –, porque são contratos chamados de contrato de concessão, de uma espécie que alguns chamam de cessão de uso de área de loja. Eu não sei onde é que isso está previsto na legislação, com regras claramente de direito privado, utilizando-se inclusive de mecanismos como garantia de fiança bancária, multa de três vezes o valor mensal do contrato, que são experientes claramente inspirados nos contratos comerciais, inclusive em contrato de locação não residenciais, e que ganham o nome de concessão, como se concessão fossem, com o poder concedente e a parte concessionária.

O problema todo é que, aparentemente, a herança do formato do contrato de concessão da Infraero, que se forjou durante 30 anos e que hoje é muito bem atendido pelo mercado de uma maneira geral, quer dizer, a pessoa que está disposta a ter uma lanchonete no aeroporto em Recife, ela sabe exatamente o que ela precisa fazer, o que ela vai encontrar. Ela vai participar de uma licitação pública, ela vai dar o maior preço fixo mensal, vai dar o maior percentual sobre o faturamento bruto, se a proposta dela for a maior, ela ganha a licitação, ela assina um contrato de concessão de área comercial durante X anos, existe o cálculo da amortização do capital investido, e ela segue a vida dela.

Nos aeroportos que já estão sob a administração desses consórcios empresariais, o modelo pode até ter nome de concessão, mas sequer poderia ter esse nome, na minha opinião, com regras de direito privado, o que é um contrassenso com o próprio sentido do formato, do expediente da concessão como forma de outorga. Até quero registrar aqui que para fazer esse, eu chamo isso aqui de resumo, que é o máximo que eu consigo enxergar nisso que eu fiz hoje, eu li muito material, faço, inclusive, aqui, elogios ao material de lavra do Doriel, do Respício, artigos que eles produziram, Doriel individualmente e também em grupo com o Respício e mais alguns outros colaboradores, por ocasião de algumas graduações ou pós-graduações que eles fizeram. Então, a observação, o nome dado ao contrato parece não ter importância técnica. Que contrato é? Não interessa o nome. O que mais interessa são as cláusulas que estão ali presentes, sendo que observo, são cláusulas que estão jogadas no ar.

Pode passar.

A legislação é essa:

Art 41. O funcionamento de estabelecimentos empresariais nas áreas aeroportuárias de que trata o art. 39, inc. IX, depende de autorização da autoridade aeronáutica [aí já chama a atenção, de cara, a palavra autorização, nós estamos falando de uma norma; os vocábulo, as palavras que estão presentes na lei não estão aí de maneira casual, a lei fala especificamente em autorização, e se é uma autorização, autorização é diferente de concessão] com exclusão de qualquer outra e deverá ser ininterrupto durante as 24 horas de todos os dias, salvo determinação em contrário da administração do aeroporto.

A utilização das áreas aeroportuárias, no caso deste artigo, sujeita-se à licitação prévia, na forma de regulamentação baixada pelo Poder Executivo. Vem a segundo observação, com a clara previsão legal de haver a necessidade de licitação prévia para essas autorizações. E alguém vai dizer: “Pois é, então as administradoras, esses consórcios empresariais que estão hoje administrando os ditos aeroportos privatizados, eles não estão fazendo licitação?”

Sim, elas não estão fazendo licitação. Poderiam elas escapar desse formato previsto na lei? Eu coloco uma grande interrogação sobre isso. O entendimento que prevalece hoje, certamente a Administração Pública já teria se atentado para isso, é que no momento em que o consórcio empresário assume a administração aeroportuária, ele se livra das regras licitatórias em razão da natureza jurídica que ele tem, que é um consórcio, uma sociedade anônima em geral.

O problema é que a Infraero, que se submete às regras da licitação para poder – entre aspas – “conceder” essas áreas comerciais, ela, em tese, sujeita-se também ao Direito Privado, por ser uma empresa pública. Aliás, essa é a razão de ser da criação de empresa pública. Então, a pergunta que, na minha opinião, não quer calar é por que a Infraero fica ainda algemada às regras do Direito Público, por ser uma empresa estatal, uma empresa pública, que, diga-se de passagem, na sua lei adota o formato de S.A.? É uma coisa bem curiosa, a Infraero na sua lei de fundação é uma empresa pública, não é uma sociedade de economia mista. Submete-se ao Direito Privado, mas adota o formato de governança de uma sociedade anônima, é uma coisa bem curiosa, mas é assim que está previsto na lei da Infraero. E a Infraero negocia áreas comerciais por meio da licitação, enquanto que os consórcios administradores não se sujeitam às normas da licitação.

E, no final, vem o art. 42 dizendo que “à utilização de áreas aeroportuárias não se aplica a legislação sobre locações urbanas”. Bem, essa vedação é clara “não se aplica a legislação sobre locações urbanas”. Muito bem, mas o problema é: qual é o alcance desse artigo? Até onde esse artigo pode ir? Quando ele fala “não se aplica à lei de locação”, para mim é muito claro que você não pode fazer lá referência no contrato à lei de locação. Mas o que me impede de adotar técnicas comerciais ordinárias de contratos locatícios comerciais? Tanto é verdade que essas técnicas são adotadas.

Existe uma indefinição, na minha opinião, repito – e eu fico repetindo “na minha opinião”, e vou explicar o porquê, não é para colocar tudo em primeira pessoa, é por uma questão de justiça mesmo, não comigo, com os outros – existe hoje uma completa indefinição do formato de exploração de áreas comerciais em aeroportos. Tentando me colocar aqui na situação de um consórcio administrador de aeroportos, ou tentando me colocar aqui na situação da Infraero, o que eu gostaria era poder – entre aspas – “competir” em igualdade de condições com o meu concorrente. Existe uma noção, que, inclusive, na minha opinião, também é equivocada, de que os aeroportos não concorrem entre eles. Eu acho que eles, sim, concorrem. Não é porque um está em Recife e o outro está em Salvador que eles não estão concorrendo. O aeroporto de Brasília concorre, sim, com o aeroporto de Guarulhos. Eu não tenho nenhuma dúvida quanto a isso.

Então, essa mudança, essa variação de regime jurídico, por uma questão que depende, um, de quem é o administrador, Infraero ou os demais – lembrando que nos demais a Infraero tem participação de 49% –, e, dois, entre esses outros consórcios empresariais o formato é o que eles assim quiserem adotar? Eu vejo nisso uma insegurança jurídica muito grande.

Pode passar, por favor.

Questionamentos.

Como garantir um regime jurídico comum para os administradores de aeroportos, independentemente da composição do seu capital? Aqui, sinceramente, não me interessa se o administrador é uma empresa pública ou é um consórcio formado sob a forma de sociedade anônima, porque, no fundo, no fundo, o fato da vida, que é um empresário querer instalar uma lanchonete no aeroporto, é idêntico, ele é o mesmo. O patrimônio é da União nos dois casos. A atividade aeroportuária, aeronáutica, num sentido mais geral, é a mesma, é idêntica. Então, como garantir um regime jurídico comum para as administradoras de aeroportos, independentemente

da composição do seu capital, para fins de exploração de áreas comerciais? Como preservar a segurança jurídica? Como se proteger a precariedade? Como primar pelo menor intervencionismo estatal? São bandeiras levantadas de maneira reiterada por todos aqueles que se dedicam ao estudo desse tema.

E como preservar os direitos dos passageiros? Eu iria ali um pouco além, eu deveria ter colocado ali: como preservar os direitos das empresas concessionárias, as empresas comerciais, e os interesses dos passageiros? E veja, eu mesmo falando aqui, eu incorro no erro de continuar chamando as empresas de concessionárias, quando a lei fala em autorização e quando os aeroportos administrados por consórcios empresariais adotam um formato que é duro de chamar de concessão.

É por isso que aí eu chego àquilo que eu já adiantei, e repito o porquê de eu estar aqui todo o tempo falando em primeira pessoa, porque não posso ter a pretensão de dizer que essa minha opinião é a opinião do Dr. Tercio, por exemplo, que desde o início deveria estar junto comigo aqui nessa história, e que eu faço questão aqui de separar porque ele é da Infraero, e a Infraero, neste momento, discute esse assunto.

Tendências:

1. Adoção generalizada de um modelo de autorização. Veja, é seguir o CBA, o CBA já fala em autorização.

2. Efetivar a igualdade de tratamento para os autorizatários em qualquer aeroporto do Brasil. Quer dizer, eu não posso, se eu tiver a pretensão, e é lícito que eu tenha, de explorar áreas comerciais em vários aeroportos do País, eu não posso ter um código para cada aeroporto.

3. Promover o papel regulatório da Anac. E aí eu ressalto a figura da Anac porque ela tem, sim, competência, muito embora a lei da Anac, nesse aspecto, seja muito genérica, ela passa pela questão da competência da Anac em regular, em disciplinar a exploração de áreas comerciais em aeroportos, está lá previsto de uma maneira muito aberta, muito ampla, mas há previsão legal para isso.

Então, esse é o meu encaminhamento. Perceba, não há uma proposta aqui formada. Eu não posso ignorar o fato de que hoje na Infraero existe um grupo de estudo instalado para tal finalidade. “Ah, está querendo fazer média com a Infraero.” Não, é como eu escrevi no *e-mail* aqui, eu não tenho problema nenhum, escrevi um *e-mail* para toda a presidência e também para o meu coordenador. Eu fico com medo de trazer aqui uma proposta inócua. Então, eu prefiro seguir a recomendação e a sugestão do Respício, a quem eu agradeço, que foi bom, para mim foi fundamental, e dizer: olha, eu vou trazer o assunto, vou jogá-lo para cima e dizer que, do jeito que está, na minha opinião, na dá para continuar. A insegurança jurídica, na minha opinião, é absoluta; é absoluta. É absolutamente nebuloso o marco legal dessa questão nos atuais termos do CBA.

Eu agradeço a atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Parabéns, excelente. Inclusive é um detalhe, porque o que é que vira? Também está em discussão a própria formulação da Lei 8.666, ela está em debate hoje aqui dentro do Senado. E, obviamente que a Lei 8.666, com todos os seus ganhos e com todos os seus não ganhos, também não preservou diversas situações, não foi capaz de coibir uma série de situações que hoje está em todos os noticiários. E seria interessante realmente que isso fosse preparado, algo talvez assim, que tivéssemos uma identidade própria para a própria atividade aeronáutica.

Obviamente, seria importante que a Infraero tivesse uma maior liberdade de manobra, até mesmo para que ela possa, como o senhor bem colocou, concorrer, porque ela vai ter que concorrer. Não há como ela ficar presa a uma situação antiga, sendo que os novos atores que estão por surgir por aí vão ter plena liberdade de manobra, enquanto ela vai ficar atachada a uma série de quesitos que, obviamente, hoje não mais viabilizam muito a atividade econômica.

O Respício pediu a palavra para fazer algumas considerações.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Obrigado, Presidente.

Primeiramente, gostaria de declarar aqui em alto e bom tom o orgulho que eu sinto do meu grupo – meu, não, carinhosamente –, do grupo de trabalho Transporte Aéreo. A apresentação do Hugo, ele escreveu um *e-mail* para todos aqui na dúvida, e, poxa, foi uma apresentação extraordinária, Hugo. Eu tinha, tinha, não, eu tenho mais do que confiança no que você apresentar aqui, um encaminhamento extremamente pertinente, extremamente positivo.

Concordo em gênero, número e grau com você. Eu acredito que, de alguma forma, não sei como, e aí cabe à relatoria e ao conselho jurídico interplanetário, que a nossa Relatora formou, saber como nós, dentro de uma legislação temática poderíamos propor que as áreas comerciais de quaisquer aeroportos no Brasil sejam livres, não haja concessão, não haja uma licitação.

Não importa se é Infraero, não importa se é Espro, não importa se é Prefeitura do Rio, de Niterói, não importa. Quer seja administração ou operação pública, mista, privada, extraterrena, não importa, que seja aberto. Quem quiser se instalar, há esse código aqui, há essa segurança jurídica, há isso e aquilo outro, mas que seja o

mais aberto possível, não apenas em questão concorrencial, no que eu novamente concordo com o Hugo, eu sempre defendi isso, todos os aeroportos concorrem entre si.

Eu acredito que nós temos aqui uma grande oportunidade de modernizarmos isso; modernizarmos. Não é a favor do concessionário A, do concessionário B, do administrador do aeroporto A nem B, mas é a favor do sistema, nós precisamos pensar aqui a aviação como um sistema. E aquelas últimas linhas que o Hugo colocou: nós temos também que pensar no presente e no futuro não apenas como aquele empresário que está ali na área comercial, mas como o passageiro, o acompanhante, o visitante, o funcionário que estão ali também consumindo aqueles produtos, que estão desde comprando um presentinho para o filho, para a filha, para o sobrinho, para o afilhado, até o estrangeiro que está vindo aqui e comprando alguma coisa, um cafezinho que seja, ou uma joia na H Stern ou na Amsterdam Sauer, nós temos que abrir, nós temos que ter, como o europeu gosta de falar, *level playing field*.

O europeu não se arvora, ele não fala assim: não, eu quero todo mundo igual, porque ele sabe que isso não existe, igualdade não existe. Nós somos diferentes, cada um aqui é diferente, ainda mais as empresas, que são organismos vivos. Então, que se tenha um *level playing field*, quer dizer, o mesmo patamar para todo mundo, não importa se é um administrador público, se é um administrador privado, ou se é misto, que todo mundo tenha o mesmo jogo para jogar, que jogue na mesma regra, e não que haja uma regra para se o cara é de camisa branca, ou se é de camisa azul. De camisa azul, não, é diferente; se a camisa é verde, então, é mais diferente ainda. Todo mundo, na minha visão, tem que ter a mesma regra, e a regra tem que ser a mais simples, a mais segura e mais livre possível. É difícil? Muito, mas eu acredito que nós podemos chegar muito próximos de um Estado ideal aqui com a modernização que está nas nossas mãos.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – É, realmente você falou uma coisa interessante: está em nossas mãos. Espero que essa consciência realmente se replique.

Geraldo, pois não.

O SR. GERALDO VIEIRA – Olha, eu peço vênias para discordar das opiniões do Hugo e do Respício, e também da do Presidente, quando diz que está em nossas mãos. Não, não está em nossas mãos, está nas mãos da Constituição de República, que exige licitação quando uma das partes é o Poder Público. E o faz por princípios e valores constitucionais que estão aí, e nós conhecemos, não há como abrir mão desses valores.

Eu aqui quero entender que a opção desse modelo intervencionista, que saiu lá da ditadura militar e que escolheu uma empresa estatal como seu longo braço para fazer um longo processo de intervenção da economia, poderia ser até apropriado para a época, mas não é mais. As empresas estatais estão aí absolutamente falidas, quebradas, sujeitas a um conjunto de restrições na sua operação comercial.

Na primeira questão, portanto, quero dizer que a preliminar requer questão constitucional. O erro está em colocar uma empresa estatal para explorar esse mercado nas condições atuais.

A segunda questão é que, na concepção desse modelo, o modelo atribui, cria uma espécie, o aeroporto público, cujos bens constituem, cujo patrimônio é bem público federal.

Aí foi bem o Código, porque o que Código quis fazer foi proteger o bem do aeroporto, tenha sido ele proveniente de uma venda ou de uma doação de um particular para a Administração Pública para que ele não pudesse ser objeto de penhora, sobretudo de penhora, para que aquele patrimônio não ficasse sujeito à aplicação de tributos de âmbito estadual e municipal, para não falar nas outras características, apenas nessas duas.

Em terceiro lugar, eu não concordo também com a opinião de que um aeroporto concorre com outro. Poderia até concorrer se tivéssemos um conceito antigo, se a gente recriasse o conceito de hinterlândia, por exemplo, que tem para porto, em que o Porto do Rio de Janeiro concorre com o Porto de Itaguaí ou com o Porto de Niterói, uma vez que todos fazem parte, digamos, da mesma bacia marítima. Eu não concordo. Eu acho que nós temos uma questão aqui que é muito importante resolver, muito importante resolver: admitir que aeroporto é monopólio, porque, aqui, o interesse público é que tem que ser protegido. E o interesse público começa pelo interesse do cidadão.

Portanto, querer imprimir um regime de que a autoridade pública vai lá e entrega para quem quer o bem, sem um processo de licitação, uma empresa pública, isso não é possível. Então privatize, venda as ações, privatize a empresa, entre para o setor privado. Então, essa é a primeira observação.

A segunda que nós temos é reconhecer que é monopólio natural, e tem que ser reconhecido, para corrigir os efeitos, porque abusos de preços estão sendo praticados no âmbito de todas as concessões públicas para exploração de aeroporto, o que foi feito aqui. Essa questão é grave. Nós tivemos casos de concessão de áreas aeroportuárias, e não estou falando nem da comercial, em que a relação do preço em relação àquele cobrado pela Infraero subiu dez mil vezes em um ano. Isso significa dizer que ou a Infraero, empresa pública, estava com seu preço muito atrasado ou que o indivíduo que está praticando esse preço está errado. Então, o

problema não é simples assim, não é dialético, como parecer ser, como foi apresentado. Nós temos que melhorar o sistema e temos que conviver com a empresa estatal aí no sistema. Infelizmente, é o dado da realidade.

Então, nessa de isonomia que existe com a proposta do Hugo, e aí peço vênha também para discordar, de que há que ter uma mesma regra que seja aplicada em ambas as situações, seja aeroporto explorado por uma empresa pública estatal ou por uma empresa privada, a mesma regra, isso é impossível. Não atenderia aos princípios da impessoalidade, da moralidade, que são os princípios constitucionais. Além disso, arrastaria para dentro do aeroporto privado a ineficiência da empresa pública, que é o que se percebe em portos. Nós estamos, aí, sem capacidade de exportar a nossa safra de grãos.

Então, eu só quero registrar aqui a minha inconformidade, a minha manifestação contrária ao que foi proposto ali. Nós temos que aprofundar mais essa discussão. Não é da forma como foi proposto, porque não tem proposição, mas como foi orientado que nós vamos dar uma solução adequada para isso.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Perfeito.

Bom, Geraldo, vou passar a palavra para o professor, depois para o Hugo, depois vamos passar para o próximo debatente, para o próximo debate, só lembrando o seguinte: eu reitero que está em nossas mãos, sim. Obviamente, para propor mudanças. Está em nossas mãos e o momento é este. Obviamente que nós temos limites, que são os limites legais, os limites da Constituição. E eu acredito que todo mundo está aqui imbuído desse espírito até.

Então temos que fazer um projeto de lei, vamos observar a legalidade, o debate é saudável, as considerações do Hugo foram pertinentes, a do senhor também.

Recomendo, obviamente, que os senhores possam levar esse debate inclusive extracomissão para depois trazer um produto dessa dialética entre esses dois pontos de vista.

Então, depois do Hugo, professor, já posso passar para o Ricardo?

Pois não, Hugo.

O SR. HUGO JOSÉ SARUBBI CYSNEIROS DE OLIVEIRA – Eu agradeço pelas palavras ao Respício, também ao Dr. Geraldo. Acho que a beleza do Direito está justamente em discordar e ter visões que são, às vezes, de fato, inconciliáveis. Isso é natural. Agora, existem informações de caráter técnico, objetivo, que precisam ser observadas para que também não haja uma falha nas premissas.

A Infraero, hoje, concede – e já há muitos anos concede –, sem licitação pública, dezenas, centenas, milhares de porções aeroportuárias no Brasil que são aquelas que não são objetos de licitação por comando expresso do Código Brasileiro de Aeronáutica.

A se levar como verdade a afirmação de que é impossível para a Infraero fazer uma outorga de área sem licitação significa dizer que – eu não tenho isso em percentual, mas me arrisco a dizer – a gigantesca maioria dos contratos celebrados pela Infraero é inconstitucional.

O SR. GERALDO VIEIRA – Hugo, um minutinho só para esclarecer. Nós estamos tratando de área comercial.

O SR. HUGO JOSÉ SARUBBI CYSNEIROS DE OLIVEIRA – Eu sei, mas a Constituição não fala “áreas comerciais”.

O SR. GERALDO VIEIRA – Não estou tratando de área aeroportuária destinada à prestação de serviços públicos. São áreas comerciais.

O SR. HUGO JOSÉ SARUBBI CYSNEIROS DE OLIVEIRA – Eu sei, mas veja...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores, façam as conclusões, por favor.

O SR. HUGO JOSÉ SARUBBI CYSNEIROS DE OLIVEIRA – É assim: ou a Constituição permite ou não permite. Ela, de fato, faz uma observação referente a entes públicos. A Infraero pertence à Administração Pública direta... indireta, é verdade, mas ela adotou o formato de empresa pública submetida ao regime jurídico privado. E é fato, não é uma questão de opinião, há aqui advogados da Infraero, ex-Diretor Comercial da Infraero por 20 anos, a Infraero concede áreas sem licitação pública. Não é porque ela descumpra a Constituição, é porque a Constituição faz esse apontamento, excepciona situações na forma da lei e vem uma lei, que é o Código Brasileiro Aeronáutico, permitindo isso.

É apenas para que não fique aqui no ar uma informação...

O SR. GERALDO VIEIRA – Presidente, se a empresa está ilegal, eu não tenho o que comentar. O que a lei diz é que área comercial tem que ser licitada. Aqui está escrito na lei...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores...

O SR. HUGO JOSÉ SARUBBI CYSNEIROS DE OLIVEIRA – Mas a gente está mudando a lei, doutor!

O SR. GERALDO VIEIRA – Não, eu não estou mudando a lei.

O SR. HUGO JOSÉ SARUBBI CYSNEIROS DE OLIVEIRA – Mas a gente está aqui para mudar a lei!

O SR. GERALDO VIEIRA – Não é isso, não.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Pela ordem. Esse debate, por favor, nós vamos levar adiante em outro momento, até mesmo pelo nosso tempo estar esgotado.

Kerlington, vamos esperar o Dr. Ricardo fazer as considerações e, se o senhor quiser retomar o tema, até podemos dar um tempo para isso. O.k.?

Então, senhores, realmente o tema é candente, um tema muito importante. Espero que daí surja a melhor ideia.

Dr. Ricardo, por favor, o senhor tem a palavra por vinte minutos para sua apresentação, lembrando que gostaria...

Sim, Professora?

A Relatora quer a palavra um minutinho.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Primeiro, este grupo de estudo é interestadual, ainda não chegou a ser intergaláctico. Então, a coisa é bem aqui. E o que estou achando é que estamos começando aos poucos... E estamos começando aos poucos uma revisão jurídica e eventualmente temos que atingir o mérito de algumas propostas jurídicas, se realmente elas não forem adequadas a todo ordenamento jurídico brasileiro.

Mas, em síntese, esse grupo está tendo essa grande preocupação de fazer interface do mundo jurídico com o mundo com experiência prática na parte aeronáutica.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Dr. Ricardo, por vinte minutos.

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – Bom, primeiramente, nosso tema aqui não é menos polêmico, infelizmente ou felizmente, do que o tema anterior.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Esse realmente...

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – Preliminarmente, eu queria pedir que, quando foi feito esse eslaide, na realidade colocaram no fundo errado. Eu não gostaria que aparecesse o nome do meu escritório, até porque o estudo está sendo feito por mim como pessoa física. Então, não vou seguir o eslaide e, depois, eu mando um eslaide só para efeito de registro. Vou falar independentemente da apresentação do eslaide por esse motivo.

Bom, quando se fala em responsabilidade civil no transporte aéreo, a primeira palavra que vem à mente é harmonização. Harmonização no plano internacional e harmonização de regras também no plano internacional e no plano nacional.

Aliás, a base do transporte aéreo é harmonização, é sistematização, como o próprio Respício acabou de falar, com toda razão. Nós temos que ter um conjunto de regras que possibilite ou que viabilize a realização do transporte aéreo entre países, entre localidades distintas, sob pena de efetivamente não funcionar. Não há segurança no transporte aéreo sem um sistema harmonizado; não há desenvolvimento econômico no transporte aéreo sem um sistema harmonizado. E dentro desse sistema de harmonização, esse sistema de harmonização foi criado pela própria Convenção de Chicago e estabelecido a partir de tratados internacionais. Tanto os que tratam da própria concessão de serviços, os tratados de transportes e de serviços de transportes aéreos, como também os tratados multilaterais sobre segurança na aviação como também os tratados sobre responsabilidade civil e documentos de transporte no transporte aéreo.

Estou falando aqui especificamente da antiga Convenção de Varsóvia e, atualmente, a Convenção de Montreal, de 1999.

É tão importante a sistematização do transporte aéreo que a própria Constituição Federal, no art. 178, determina que “a lei disporá sobre a ordenação dos transportes aéreo, aquático e terrestre, devendo, quanto à ordenação do transporte internacional, observar os acordos firmados pela União [...]”

O que o art. 178 da Constituição está fazendo? Na realidade, está criando um subsistema no que se refere à responsabilidade civil e a todas as questões atinentes a transporte aéreo, de forma a tornar o regime harmonizado, de forma a se harmonizar regras do Brasil com regras de outros países, de forma a tornar o sistema viável, de forma a permitir a realização do serviço como um todo.

Especificamente quanto à responsabilidade civil, que é que nos interessa aqui, nós temos uma problemática muito grande no Brasil, no que diz respeito a um alegado conflito entre certas regras previstas na Convenção de Montreal – vou falar só sobre Convenção de Montreal, porque é a regra válida hoje, de 1999 – e o Código de Defesa do Consumidor. E basicamente isso toca a três aspectos fundamentais: a questão do limite de responsabilidade do transportador aéreo – limite este que está previsto na Convenção de Montreal e também no atual Código Brasileiro de Aeronáutica – e o que diz respeito aos prazos de prescrição, que são diferentes – no Código do Consumidor, são cinco anos, e na legislação aeronáutica são dois anos. E até no que diz respeito à fórmula de caracterização da responsabilidade civil. O nosso Código de Defesa do Consumidor

prevê por exclusivamente regime de responsabilidade objetiva, ao passo que na Convenção de Montreal, no que se refere a atraso de voo especificamente, nós temos um sistema de responsabilidade subjetiva, com inversão do ônus da prova, na medida em que a Companhia Aérea pode não ser responsabilizada se provar que adotou todas as medidas para que o atraso não se verificasse – conceito este que não seria compatível, a rigor, com o Código de Defesa do Consumidor.

Bom, na realidade, o que nós entendemos aplicável e essas considerações todas eu aqui faço para que nós tenhamos fundamentos e decidir como proceder com o novo Código é que, em primeiro lugar, não existe conflito nenhum entre a legislação específica, seja o atual CBA, seja o nosso futuro CBA, seja a Convenção de Montreal e o Código de Defesa do Consumidor. Não há conflito. Não há conflito pelo seguinte motivo: porque o Código de Defesa do Consumidor determina que não serão aceitas cláusulas em contratos de consumo que de alguma forma limitem ou excluam a responsabilidade do transportador, ou a responsabilidade do fornecedor de serviços.

Quando estamos diante da Convenção de Montreal, quando estamos diante de transporte de passageiros – daqui eu falo sobre transporte de cargas –, a limitação de responsabilidade não decorre do contrato. Se decorresse do contrato, nós estaríamos, sim, diante de uma hipótese que feriria as provisões do Código de Defesa do Consumidor.

A limitação de responsabilidade decorre do tratado, portanto, decorre de lei. Nós temos posições do Supremo que determinam que o tratado tem força de lei federal no Brasil. Então, a partir dessa simples conclusão nós entendemos que não há antinomia, quer dizer, não há conflito entre o que dispõe o Código de Defesa do Consumidor e o que dispõe a legislação específica. Eu não estou dizendo aqui, longe disso, que não há relação de consumo entre passageiro e companhia aérea. É claro que há relação de consumo entre transportador aéreo e consumidor, e passageiro. Claro que há.

O que estamos querendo aqui colocar e acho que o Código encampar esse posicionamento é que é uma relação de consumo, trata-se de uma relação de consumo que, muito embora regida nos seus aspectos gerais e principiológicos pelo Código de Defesa do Consumidor, também é regida, em alguns aspectos, pela lei específica, que é a Convenção de Montreal no transporte internacional e o Código Brasileiro de Aeronáutica no que se refere ao transporte doméstico, quanto ao que é específico: limitação de responsabilidade, a questão da prescrição – para citar mais de um exemplo – e por aí afora.

E iria até mais longe, nós sabemos que existem muitas decisões que simplesmente afastam a aplicação da lei específica, afastam a aplicação da Convenção de Montreal e aplicam o CDC sem maiores considerações, sem, inclusive, as considerações que acabei de falar, quando, na realidade, defendemos que há um subsistema a ser aplicado aqui.

Mas, ao aplicar simplesmente o CDC, fere também a própria Convenção de Viena. A Convenção de Viena entrou em vigor em 2010, recentemente, embora seja muito mais antiga – o Brasil é signatário, inclusive – e determina que nenhum país poderá deixar de aplicar tratados internacionais alegando como motivo lei interna. Quer dizer, à medida que não se aplica a Convenção de Montreal, alegando ferimento com o CDC, estamos violando o próprio art. 27 da Convenção de Viena, além, claro, de violar o próprio art. 178 da Constituição Federal.

Posso ir até mais longe e acho que vale a pena ir um pouquinho mais longe. Ainda que considerássemos, por hipótese, que há antinomia – vamos partir do pressuposto de que há um conflito entre normas da Convenção de Montreal, entre normas do atual CBA e normas do Código do Consumidor –, esse conflito de normas seria apenas aparente, pois pode ser resolvido por simples técnicas de hermenêutica, de aplicação de lei.

Ora, nós temos – segundo até o próprio Norberto Bobbio – uma técnica de interpretação que é a mais importante de todas, que é o princípio da especialidade. Ora, onde a lei é mais específica, aplica-se a lei específica em detrimento da lei geral. Claro, aplica-se o CDC ao transporte aéreo de passageiros – não há dúvida – agora, onde a Convenção de Montreal e onde o Código Brasileiro de Aeronáutica são mais específicos, aplica-se a lei específica, sem que com isso se afastem as outras normas e princípios do CDC.

Também o princípio cronológico é tão importante quanto o princípio da especialidade. Lei posterior revoga ou derroga lei anterior.

Ora, o Código de Defesa do Consumidor é de 1990, a Convenção de Montreal foi aprovada no Brasil em 2006, portanto, a lei posterior prevalece sobre a lei anterior. E não é só Convenção de Montreal, o Código Civil de 2002 também prevê aplicação aos tratados internacionais, no transporte aéreo especificamente. Nós temos leis esparsas, como a lei do multimodal – esqueci o número, mas pouco importa. A lei que trata do multimodal também prevê a aplicação do tratado especificamente para transporte aéreo e transporte em geral.

Então, pelo princípio cronológico e pelo princípio da especialidade, se antinomia houvesse, se conflito de leis houvesse, o que não é o caso, nós também teríamos fundamentos para concluir que se aplicam à legislação aeronáutica específica.

Esse posicionamento não é meu, esse posicionamento é de muitos estudiosos e vem sendo encampado pelo Supremo Tribunal Federal. Vale aqui reportar que temos um caso que foi reconhecido como repercussão geral, há três anos, que é o caso da Air France contra um passageiro, envolvendo perda de bagagem, em que já há três votos. O Relator Ministro Gilmar Mendes, o Ministro Luís Roberto Barroso e o Ministro Teori Zavascki, os três concluíram que deve ser aplicada a antiga Convenção de Varsóvia, porque os fatos ocorreram na época em que vigente ainda a Convenção de Varsóvia, porque: número um, trata-se de lei mais específica e, número dois, um princípio constitucional de proteção ao consumidor não é o único, existem outros princípios constitucionais que também devem ser observados e que justificam a aplicação dos tratados internacionais, o próprio princípio dos que regem a livre iniciativa na ordem econômica.

Empresa aérea tem que se ver protegida também contra o número de demandas. Vou falar daqui a pouquinho sobre indenizações descabidas e sem qualquer limite, fundamentação ou razoabilidade. E para que se proteja acima de tudo a própria harmonização do sistema. A sistematização do sistema, como coloquei no início, é a harmonização que permite o desenvolvimento da própria atividade econômica. Temos que aqui aplicar os tratados que são aplicáveis em todos os países, por que não aqui?

Não temos ainda a data para decisão final, mas tudo indica que o Supremo, nesse caso de repercussão geral, decidirá pela aplicação da convenção.

Aí, temos uma discussão sobre a inclusão ou não dos danos morais dentro dos limites da indenização. Talvez os danos morais não sejam incluídos nos limites da indenização previstos na Convenção de Varsóvia, porque os limites estavam muito defasados à época daquela convenção. Justamente por isso que surgiu a Convenção de Montreal, para se aumentarem os limites de responsabilidade.

Então, aplicando-se o raciocínio que vem sendo adotado no Supremo Tribunal Federal à luz da Convenção de Montreal, nós vamos ter base para o entendimento segundo o qual as indenizações abrangem não apenas dano material, mas também dano moral. Os limites de responsabilidade abrangem tanto danos materiais como também danos morais, em caso de atraso de voo, em caso de perdas de bagagem, ao que especificamente estou fazendo referência aqui.

Existe também outra posição do Supremo, já que estamos falando em precedentes, uma decisão monocrática da Ministra Ellen Gracie, que entendeu que, em se tratando de prescrição, vale o prazo prescricional de dois anos previsto na Convenção de Varsóvia – também foi uma decisão mais antiga. Então, também em relação à prescrição, há um precedente, muito embora não com repercussão geral, muito embora uma decisão monocrática, mas, sim, uma decisão do Supremo determinando a aplicação, pelo princípio da especialidade, da lei aeronáutica, do tratado internacional aqui, no caso.

Quanto à questão de danos morais, eu quero registrar que a própria Convenção de Montreal prevê que não serão indenizados danos punitivos. O Brasil aderiu a essa convenção, mas não há o conceito de dano punitivo aqui, no Brasil, como existe nos Estados Unidos. Mas nós sabemos, por outro lado, que os nossos tribunais concedem indenizações por danos morais em parte para compensar o desgaste emocional decorrente da ação ou omissão do causador do dano e em parte como punição ao agente para que se desencoraje a prática do ilícito. Então, no dano moral, há um componente do dano punitivo. Aplicar-se dano moral à luz da Convenção de Montreal, portanto, é ilegal também.

Eu prometo que estou terminando.

Qual é a problemática que nós vivemos aqui, no Brasil? Hoje, qualquer companhia aérea se sujeita a um número absurdo de ações judiciais envolvendo perda ou atraso de bagagem ou atraso de voo. Os números no Brasil são incomparáveis com os números em qualquer outro lugar no mundo, em razão da posição que foi adotada pelos nossos tribunais. Isso começou por volta de 1997, 1998, por conta de dois precedentes do Supremo em que se afastou a aplicação da Convenção de Varsóvia e se aplicou o Código de Defesa do Consumidor.

Eu comecei a trabalhar na área em 1991 e lembro que, de 1991 a 1998, nós não víamos nenhuma ação com pedido de indenização por atraso de voo, por perda de bagagem. Isso era incomum, efetivamente, porque, verificando-se o fato, pagava-se o valor previsto na lei, tanto no Código Brasileiro da Aeronáutica, como também na Convenção de Varsóvia, e o assunto estava resolvido.

Depois desses precedentes, começou-se a criar o que eu posso chamar de verdadeira indústria das indenizações. Se existe uma ação num determinado país contra uma companhia aérea que tem uma determinada frequência semanal, vocês podem ter certeza de que, no Brasil, existirão cem, duzentas ou trezentas ações. Essa é a proporção. Eu converso muito com seguradoras, localizadas em todo o mundo, e companhias aéreas. Não existe a menor comparação em percentuais no que se refere a isso.

Agora, qual é a consequência? A consequência é, obviamente, o custo para a companhia aérea, não apenas o custo das indenizações, mas o custo do litígio, o custo da exposição. Há também o custo com o próprio Judiciário, efetivamente, porque lidar com milhares e milhares e milhares de ações que poderiam ser resol-

vidas de outra forma é um custo desnecessário. E, na realidade, isso prejudica também o próprio passageiro, porque, se fosse observada a limitação, no final das contas, ele receberia sua indenização de forma muito mais célere, sem ter que recorrer ao caminho judicial. E vou dizer: muitas vezes, depois de um litígio por um período de tempo bastante razoável, ao final das contas, o que se paga, seja por um acordo, seja por uma sentença bem proferida, não difere do que receberia, considerando o tempo decorrido se aceito o limite originalmente estabelecido em lei.

Muito embora a questão seja muito polêmica, eu aqui não estou querendo colocar uma verdade, eu estou colocando o problema, eu estou colocando a fundamentação que entendemos razoável para que se apliquem os limites da Convenção de Montreal, para que se redija o projeto de lei estabelecendo-se limite de responsabilidade para o transporte doméstico. Para isso, nós vamos ter de ter um mecanismo – obviamente, vamos ter de ter a concordância de todos ou um consenso pelo menos – muito claro para que se exclua a aplicação de regras específicas do CDC que, de alguma forma, não sejam compatíveis com aquelas previstas na Convenção de Montreal ou no Código Brasileiro de Aeronáutica, mas que possam levar a uma interpretação de que não sejam compatíveis, porque compatíveis são.

Então, a proposta, inclusive, que eu coloquei na tabela que nós estávamos organizando aqui foi no sentido de se criar artigos, ao tratar de responsabilidade civil, que encampem esses fundamentos, que façam valer as convenções internacionais e que permitam a continuidade dos limites de responsabilidade, como forma de proteção para as empresas aéreas e para os passageiros. Ou seja, para a proteção do bem comum, do interesse público.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Bom, antes de passar a palavra ao Geraldo, uma coisa é interessante, Dr. Ricardo: a própria questão do contrato do transporte aéreo, aqui no Brasil, não é clara. Nós sabemos que, quando você compra passagem, você tem um pré-contrato. Há um momento específico, quando ele passa à execução, e, mesmo quando ele passa à execução, ele tem uma dupla característica, que é a característica do local, do meio do transporte, do local onde ele será transportado, até mesmo dentro da própria aeronave.

Na própria questão da responsabilidade do transportador aéreo, que inspirou até o Sistema de Varsóvia, depois passou para o Sistema de Montreal, muitas vezes, o próprio transportador aéreo não tem domínio sobre tudo aquilo que pode acontecer e que pode influenciar na situação, não apenas em relação ao tempo, mas também em relação à própria questão de aeronavegabilidade. Esse é um assunto importante, eu acho que nós precisamos debater.

O senhor já chegou a encaminhar algum texto, alguma coisa, alguma proposta?

O SR. RICARDO BERNARDI – Eu cheguei a encaminhar comentários, mas não proposta do texto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Perfeito.

O SR. RICARDO BERNARDI – Eu estava aguardando aqui um posicionamento do grupo, para que nós pudessemos trabalhar em cima do texto.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O.k.

Dr. Geraldo, por favor.

O SR. GERALDO VIEIRA – Presidente, esse é um tema dos mais relevantes e talvez o mais importante para as companhias aéreas, que aqui eu represento, porque defende o que já está Constituição.

Na realidade, foi uma opção do legislador de 1988 colocar que cabe ao Supremo Tribunal Federal declarar a inconstitucionalidade de lei ou o tratado Federal. O Supremo está em saias justas, e a solução que tem encontrado, Profª Maria Helena, é criar uma terceira categoria de normas – as supralegais –, que seriam superiores à legislação interna – as normas infralegais –, mas inferiores à norma fundamental, a Constituição.

O Supremo tem uma vontade enorme de aplicar a regra da Convenção de Viena e nós também achamos que seria essencial para o Brasil, sobretudo a partir da globalização da aviação civil.

Como desdobramento disso que ficou mal redigido, por opção constitucional, na minha opinião e na de vários juristas também, nós temos, infelizmente, visto a tutela das relações de consumo por uma lei específica, que também está prevista especificamente na Constituição Federal, tratar, neste momento – eu acho que o Dr. Ricardo poderia dar uma contribuição excelente –, de atualizar o Código, com uma norma bem recente, atual, cumprindo as convenções e acordos internacionais. E a atualizá-lo sempre que uma norma posterior vier a alterar essa regra, por efeito de uma modernização do Código de Defesa do Consumidor, que está aqui, sendo examinado no Congresso Nacional, Presidente.

Nós conseguimos convencer a Comissão de Juristas, que preparou o substitutivo geral ao projeto inicial do Senador José Sarney, a excluir o setor de Aviação Civil. O Relator, Senador Ricardo Ferraço, concordou com o argumento do setor e excluiu. Se isso não for excluído e essa lei de modernização do CDC for posterior à nos-

sa lei, ao nosso substitutivo, então nós vamos ficar de novo em maus lençóis. Levaremos ao Supremo Tribunal Federal a decisão final sobre isso.

Então, eu acho que é de fundamental importância que o Dr. Ricardo ou outro membro especializado, na Comissão, em Direito Internacional, traga para dentro do direito interno brasileiro tudo o que for possível trazer, porque nós ficaríamos em uma situação melhor.

Eu conheço mais de 14 mil processos no contencioso administrativo da Anac. Já foram abertos mais de 30 mil processos desde a criação da agência contra as empresas, em casos em que a excludente de responsabilidade é óbvia. Eu mesmo atuei em mais de 2 ou 3 mil processos, em que nós trazíamos a comprovação da excludente de responsabilidade, por congestionamento do tráfego aéreo, problema meteorológico.

A Anac tem um órgão julgador, de que nós temos que cuidar, quando tratarmos da agência reguladora. A Anac faz a norma, interpreta a norma e aplica a norma. Ela faz as vezes de Poder Executivo, Legislativo e Judiciário ao mesmo tempo e tranca instâncias administrativas antes de chegar à diretoria colegiada do órgão.

Ela produz decisões absurdas, como essas, em que, nitidamente, uma autoridade da aeronáutica, do controle do tráfego aéreo, manda a aeronave orbitar, Presidente, durante 40 minutos em cima do aeroporto, e a empresa atrasa o voo e é sancionada ou é obrigada a cancelar os voos na trilha. Isso aumento o risco, aumento o preço da passagem aérea, destrói a segurança jurídica do operador. De modo que nós temos aqui o dever de tornar essa relação a mais clara possível.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Pode. Depois eu faço uma consideração.

A SR^a MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Realmente uma das técnicas para você incorporar um tratado, em face de todas essas questões que nós temos em nível de dualismos, monismo e todas as possíveis interpretações, é transformar alguns dispositivos do acordo internacional, mesmo que já ratificado. Você transforma em uma norma interna, de direito material ou norma programática.

Isso realmente já vai, realmente, resolver muito. Nós poderíamos depois verificar como transformar isso em uma norma de direito material ou programática, mas a programática você também já vai ter problema. Se bem que ela dá a teleologia ampla daquele dispositivo, mas, eventualmente, em direito material, para se evitar esses níveis de posições divergentes de aplicação na questão da limitação da responsabilidade.

Eu concordo muito com a sua opinião também, porque eu sempre fui monista, mas, em termos práticos, é possível ter um contraditório em nível de posição de jurisprudência e doutrina também.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Dr. Geraldo, eu sempre falei que a Comissão tem um fim, que é a apresentação de um relatório e de um anteprojeto de lei. Mas também ela é meio. Ou seja, também estamos discutindo vários vieses da aviação.

Eu não sei, mas parece que hoje a Junta Recursal da Anac conta com seis membros titulares ou pouco mais do que isso. Realmente eu acho que é um número reduzido. Acho que está em torno desse número, pelo menos quando eu tive notícia, no começo do ano. Obviamente é impossível lidar com a massa de notificações que acontecem.

A própria Resolução nº 23 da Anac, no meu ponto de vista, tem que ser revista, porque não atende aquilo que eu entendo dentro do Direito Administrativo. Mas, enfim, eu acho que este debate pode ser colocado, inclusive, para outros Parlamentares que queiram levar isso adiante, na forma de projeto de lei ou o que seja. Mas eu acredito que o momento também é oportuno para nós verificarmos o que podemos fazer para melhorar a aviação.

Sr. Respício.

Respício, só um minutinho.

Nós temos aqui inscritos: Respício, Doriêdo e Celso. Mais alguém quer fazer o uso da palavra? Porque é importante ter aquele momento com os grupos.

Então, podemos encerrar o debate?

Por favor.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Obrigado, Presidente. Mais uma vez declaro aqui meu orgulho pelo nosso grupo. Hugo e Ricardo são os medalhistas de hoje. Extraordinário mesmo, muito obrigado.

Pegando essa carona no que o Ricardo, de forma magistral, colocou a respeito dos custos jurídicos, do custo de toda máquina de fazer isso, de todo esse processo e tudo mais, imaginemos que várias empresas estrangeiras não operam para o Brasil, pensando nessa barreira, que é uma senhora barreira. Então, o País, ou seja, a sociedade brasileira, a economia brasileira ficam tolhidos de conectividade, de redução no custo do

transporte, para n lugares do mundo, porque algumas dezenas de consumidores e dezenas de magistrados entendem de forma deturpada aquilo que deveria ser tão fácil de entender, que é o tratado internacional que deveria ser levado em consideração por ser uma norma específica.

Então, eu fico imaginando que todos nós estamos perdendo. O Brasil está perdendo porque temos isso em voga, em uso. A sociedade está perdendo, a economia está perdendo. E, vamos ser sinceros, hoje em dia, com todas as mídias sociais que existem, o consumidor não precisa de uma indenização moral para atacar uma empresa aérea. Ele ataca num Facebook, num Twitter da vida, e daqui a três segundos acaba com a empresa aérea, detona a imagem da empresa aérea, se souber trabalhar uma reclamação...

(Soa a campainha.)

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – ... um ponto negativo, etc., usando todas as mídias sociais, Instagram, YouTube, seja o que for.

Então, que a sociedade pare e pense também em indivíduos. Nós estamos falando individualmente. Aquelas cabeças que querem obter uma vantagem financeira que pensem não de forma egoísta naquele valor, mas de forma coletiva, como sociedade, porque aquilo está prejudicando todos, não apenas ele, daqui a algum tempo, mas todos. Se ele quiser atacar a empresa aérea, que ataque no Face, que ataque no Twitter, que faça o que quiser pela mídia social porque a repercussão vai ser muito maior, muito mais pesada para a empresa aérea, do que um processo por danos morais, por exemplo.

Eu gostaria de contar o que senti na pele. Eu já tive bagagem extraviada também, e me retornaram quase quatro dias depois. Eu estava em um evento no exterior. Só estava com a bagagem de mão e a roupa do corpo. Escrevi para a empresa, que era uma empresa estrangeira – continua servindo no Brasil –, que se desculpou dizendo: “Olha, o senhor chegou via Nova York, seu destino era Seattle, sua bagagem viajou de Nova York para Dallas, depois, de Dallas, foi para Los Angeles, depois voltou para Dallas, e só agora nós a estamos encaminhando para Seattle. Por favor, queira nos desculpar”, etc. Eu disse: “Não tem problema, mas eu gostaria de ter creditada no meu cartão de milhagem, a milhagem que a bagagem voou sem mim”. E prontamente a empresa creditou.

Quer dizer, por que não nós interagirmos muito mais com o prestador de serviços como consumidores inteligentes e não como consumidores que queremos destruí-lo porque ele prestou um serviço ruim? Vamos nos manifestar nas mídias sociais, vamos ser mais inteligentes na hora de cobrar das empresas aéreas, porque nós seremos muito mais participantes desse grande sistema. Nós, não apenas esta Comissão, mas quem está nos ouvindo e assistindo, precisamos tornar a aviação brasileira muito mais eficiente, muito melhor do que é. E essa, acredito eu, é uma das formas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Doriello.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Dr. Ricardo, sou Doriello, Vice-Presidente. Parabéns pela apresentação.

De minha parte, tenho apenas duas perguntas.

Primeira: o senhor teria condições de propor um texto? Segunda: na mesma esteira da primeira, o senhor já chegou a avaliar como esse problema é tratado em outros países, notadamente na América Latina, se já existe algo mais evoluído do que aqui? O senhor se importaria de dizer para esta Comissão, por favor?

O SR. RICARDO BERNARDI – Em primeiro lugar, sim, teria condições de elaborar sugestões para discussão aqui, acerca de artigos, e sugestões de redação.

E sim, tenho informações de como funciona em outros países. Vou citar o exemplo da Argentina. O código de defesa do consumidor argentino tem um artigo específico excluindo o transporte aéreo dos efeitos da legislação consumerista. Exatamente por esse motivo o número de ações na Argentina não se compara nem de perto com o que nós vivenciamos aqui no Brasil. De outros países não tenho notícia de uma exclusão tão expressa como na Argentina, mas o que posso dizer certamente é que o número de ações não se compara em nada com o que nós vemos aqui no Brasil.

Aliás, o que se vê aqui no Brasil não se compara a lugar algum do mundo, eu já fiz um comparativo.

Vamos lembrar os números de cabeça, mais ou menos. Vamos imaginar uma empresa que tem cinco frequências semanais. Esse foi o critério que nós tomamos em consideração: uma empresa estrangeira que opera com cinco frequências semanais. Chegamos à conclusão de que essa empresa teria uma média de cinco ações na Alemanha, catorze ações em Israel, duas ou três ações nos Estados Unidos e trezentas e cinquenta ações no Brasil, pelos mesmos fatos. Essa é a comparação.

Então, eu acho, sim, interessante, acho que faz parte do raciocínio buscar números atualizados...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Desculpe, o senhor pode repetir esses números, por favor, para constar?

O SR. RICARDO BERNARDI – Estou falando de cabeça: com cinco frequências semanais, por fatos semelhantes, teríamos, em média, no decorrer de um ano, cinco ações propostas na Alemanha, catorze ou quinze propostas em Israel, duas nos Estados Unidos, contra trezentas e cinquenta no Brasil. Esses são os números registrados a partir de consulta feita por mim junto a uma empresa aérea que opera em todos esses países.

Então, o que acho que seria interessante, apenas para que possamos ter um espelho dessa situação, é, talvez, buscar novamente esses dados. A IATA, talvez, poderia contribuir nesse sentido, para que possamos ter uma comparação e perceber que aqui tem alguma coisa errada. Se, nos outros países... Nós estamos aqui com algum problema.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Só para concluir, se o senhor puder trazer dados, além da Argentina, de mais uns dois países, acho que seria suficiente. E está dentro do grupo Transporte Aéreo, não é?

Respício, já há previsão no cronograma para apresentar esse tema? Aí veria com o Respício uma data, entra no cronograma e...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Catanant, você pediu a palavra? Acho que Celso está inscrito, queria saber se você pediu a palavra.

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – Isso. Vou só colorir os dados apresentados pelo Ricardo, sem ponderar pelo volume de operações que essa mesma empresa deva ter nesses mercados. Então, se você ponderar número de voos que ela eventualmente tenha para o Brasil, esse número assume contornos ainda mais graves.

O SR. RICARDO BERNARDI – Muito mais graves. Na realidade, eu fiz uma relação muito ampla entre frequência e número de ações. Obviamente, esses números não são números...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Absolutos.

O SR. RICARDO BERNARDI – São números a título de exemplo, mas não são números firmes, por isso até sugeri que nós arrebanhássemos números firmes para que nós possamos ter essa comparação. Mas o que posso garantir é que a diferença fica nessa proporção, uma diferença abissal entre número de ações aqui e em outras localidades.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Celso, o último inscrito. Por favor.

O SR. CELSO FARIA DE SOUZA – Sr. Ricardo, inicialmente, muito obrigado pela apresentação.

Como eu já havia até comentado com os demais membros, em aeroportos, eu não contribuí muito porque não é minha área, não conheço; porém, nessa apresentação do senhor, eu gostaria de fazer uma pequena contribuição como usuário.

Eu já tive bagagem que foi danificada, mala quebrada e tal, e eu fui atrás da companhia e falei: “Olha, eu gostaria que isso fosse reparado.” Fui receber minha mala dois meses depois, um reparo horrível. E aí eu admito que eu fui extremamente relapso como consumidor, porque eu vi aquilo lá, fiquei tão chateado que falei: “Quer saber de um negócio? Vou jogar isso fora porque se eu for brigar vou é ter mais dor de cabeça.”

Então, eu acho que, na verdade, o que nós precisamos é de regras claras, para que nem a empresa seja subjugada nem o consumidor tenha seus direitos deixados para lá. Acho que essas regras devem ser bem claras, para que ninguém fique refém de ninguém, para que ninguém tenha que ficar entrando com ações na Justiça. E eu acho que, pelo valor da passagem que eu havia pagado – era um trecho internacional, Frankfurt-Brasília –, o mínimo que eles deveriam ter feito era ter reparado minha mala da forma correta.

Acho que a proposta do senhor tem que conter questões claras de como isso vai ser tratado.

O SR. RICARDO BERNARDI – Eu tenho certeza de que nenhuma companhia aérea quer fugir da sua responsabilidade pelo ocorrido; isso eu tenho visto na prática, reiteradamente. O que é de se estranhar e o que nós realmente temos que buscar é o outro lado, quer dizer, é evitar o abuso do passageiro, que não é esse caso, obviamente, mas existem muitos casos.

Numa situação como essa, eu iria claramente à companhia aérea com a firme intenção de reparar e entregar a mala de forma correta. Quer dizer, fazendo um trabalho conforme esperado, até porque é obrigação da companhia aérea proceder dessa forma.

O que eu acho que temos de evitar é o abuso – é isso que temos visto muito – e a ausência de razoabilidade. Eu sempre comparo o valor das indenizações que por aí ocorrem no transporte aéreo com outros modais de transporte. Eu já vi situações em que uma pessoa ficou sem mala, na situação em que o Respício colocou, e recebeu indenização – tudo bem, depois revertida em segunda instância – de R\$50 mil a R\$60 mil de danos morais, quando, muitas vezes, num caso de morte em um acidente ferroviário, não chega a 20 ou 30, quer dizer, isso, na realidade, só espelha o abismo social que há aqui no Brasil: quem tem dinheiro e voa de avião recebe mais, quem não tem recebe menos. Onde está a razoabilidade disso tudo? Acho que falta razoabilidade,

e, para que possamos resolver essa problemática, nós temos que ter a lei estabelecendo os limites, que são razoáveis, acabando com a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Bom, em relação realmente aos valores de indenização no Brasil, eu participei de um IATA day, e realmente vimos que a desproporcionalidade é de dez para um, cinco para um quanto aos valores que são dados em nível de indenização entre Estados Unidos e Brasil.

Mas também temos de observar a necessidade de que até mesmo o consumidor da década de 90 ou da década de 80, quando foi feito o Código, não é mais aquele consumidor que não tem acesso a informações; afinal de contas, não precisa estar assistido 24, 25 horas por dia, porque ele tem condições.

E também há aquelas situações: eu já vi desvio de malas que rendeu R\$5 mil para um passageiro, mas, porque uma pessoa tinha um cargo no Judiciário, rendeu quase R\$60 mil. Então, realmente existe alguma discrepância, e espero que isso possa ser trabalhado.

Assim, senhores, eu gostaria que os grupos se reunissem agora para verificarem como as contribuições serão feitas, como serão agendadas as apresentações, para que, então, seja passado não só para a Comissão, mas também para os grupos, a fim de que tenhamos um espelho.

Será que em meia hora conseguimos organizar isso? Sim? O.k.?

Então, senhores, vamos suspender os trabalhos para que os grupos possam conversar entre si, no sentido, realmente, de atualizarmos a nossa tabela de contribuição.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Presidente, me permite um momento institucional? Pode ser?

Eu só gostaria de fazer um convite, estendido a todos – tenho o convite físico para entregar também. No dia 23 de setembro, teremos o lançamento da Frente Parlamentar dos Aeronautas, aqui, no Salão Nobre da Câmara dos Deputados, às 17h30. Todos estão convidados.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores, representantes dos grupos, vamos pelo menos fechar a nossa *gestalt*, por favor.

(Suspensa às 16 horas e 7 minutos, a reunião é reaberta às 16 horas e 59 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores, vamos lá, para encerrar as nossas atividades. Relembro que na reunião passada nós pedimos que os grupos realinhassem a pauta de contribuições.

Os grupos já terminaram? Já têm as propostas a serem repassadas? *(Pausa.)*

Senhores, são 17 horas. Eu acho que algumas pessoas têm voos. *(Pausa.)*

Senhores, última chamada. Os grupos já fizeram a pauta de contribuições? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores coordenadores dos grupos aqui presentes, alguém quer ter uso da palavra para falar a respeito do cronograma?

Dr. Respício, sim.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Presidente, temos aqui um cronograma, inclusive até dezembro de 2017.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Até a Copa do Mundo! Acabaram de aumentar o IOF, então, temos muito trabalho pela frente.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Inclusive com proposta de emenda à Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O momento é esse.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – O momento é esse.

Então, dia 21 de setembro, próxima semana, nós teremos, no grupo de Transporte Aéreo, aqui na nossa Comissão, os membros Celso e Geraldo fazendo explanações, respectivamente, sobre aeronaves não tripuladas e remotamente tripuladas e aviação experimental e o Dr. Geraldo com outorgas de aeródromos e assuntos afins.

Dia 28 de setembro, pelo grupo de Transporte Aéreo, teremos apresentações do membro Castanho e do futuro membro Marcos, da Embraer, respectivamente sobre o Título V do atual CBA, incorporando os arts. 156 a 173, com tripulação e afins, e o Marcos com delegações e certificação.

Dia 5 de outubro, teremos nosso membro do grupo de Transporte Aéreo e da Comissão, Dr. Geraldo, tratando de serviços aéreos, todos eles. O Dr. Geraldo fará uma apresentação incluindo serviços aéreos especiais e tudo mais.

Dia 12 de outubro, dia da padroeira do Brasil, é feriado nacional, uma segunda-feira. Então, não teremos nossos trabalhos presenciais.

Dia 19 de outubro, teremos a apresentação do nosso membro da Comissão e do grupo de trabalho Transporte Aéreo Ricardo Bernardi, com uma proposta de texto sobre a responsabilidade civil, fruto da apresentação

que ele fez hoje e dos debates que nós fizemos aqui, e ele também apresentará tratativas sobre a Convenção da Cidade do Cabo.

Também no dia 19, teremos nossos membros Antônio Ivaldo e Ricardo Catanant tratando sobre a definição de serviço público propriamente dita e as propostas de redação para o novo Código.

No dia 26 de outubro, nós temos apresentação do nosso membro do grupo de Transporte Aéreo, representante da Associação Brasileira de Aviação Geral e executiva, Nogueira, com gerenciamento de aeronaves e propriedade compartilhada.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Mais alguém? *(Pausa.)*

Senhores, dentro de todos esses trabalhos que estão sendo apresentados agora, eu gostaria que os grupos, principalmente os juristas, verificassem a situação do que está coberto, são praticamente todos os assuntos do CBA, verificando aqueles que estão faltando, até mesmo para termos o controle, e que possamos também colocar em foco e em debate o que por acaso ainda não tenha sido discutido.

Então, eu gostaria de contar com os coordenadores dos grupos, por favor, para verificar os assuntos que já foram colocados em debate, aquilo que já foi apresentado, as contribuições que já foram feitas e se há algum assunto que não esteja sendo coberto.

Ao mesmo tempo, não podemos abrir mão, fora as apresentações, de que as contribuições também sejam feitas focando os artigos do CBA ou então a proposta para alteração do texto, para que a Profª Maria Helena possa trabalhar e alimentar o Vicente e o pessoal que pode dar apoio para ela em São Paulo.

Professora, alguma recomendação nesse sentido?

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Realmente agora a nossa intenção com o grupo jurídico é já começar a fazer uma sistematização do que será o novo CBA, vamos dar uma roupagem jurídica em relação aos artigos que receberam somente uma proposta significativa, que não houve nenhuma outra visão divergente em relação àquele artigo, mas isso daí será uma estrutura pré-definitiva, porque ainda não poderemos falar que é uma estrutura definitiva do novo CBA, mas nós já vamos começar, a partir de uma reunião no dia 24, em São Paulo, a trabalhar realmente nessa parte jurídica.

Enfim, quem tiver eventualmente colaboração a dar ao material que já foi encaminhado até agora, mais alguma proposta, porque nós já vamos começar a consolidar o que está pronto, e matérias em que tivemos divergência, vamos verificar como isso vai ser solucionado, senão, teremos que encaminhar duas propostas como texto final.

Mas, agora, nós vamos nos reunir para verificar especificamente qual a metodologia que vamos adotar daqui para frente para terminarmos esse material paralelamente ao trabalho que a área técnica está fazendo.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Em atenção à solicitação da Presidência da Comissão, eu peço que a Secretaria da Comissão coordene com os relatores dos nossos subgrupos, do grupo de Transporte Aéreo, sub-Relator Antônio Ivaldo, sub-Relator Claudio Jorge e sub-Relator Ricardo Catanant, nos seus respectivos subgrupos, para, junto com a Secretaria da Comissão, poderem fazer esse rastreamento do que já foi tratado em todas as nossas audiências, em todos os nossos trabalhos presenciais, com relação ao grupo de Transporte Aéreo.

Então, eu solicito que haja uma integração dos três sub-Relatores junto com a Secretaria da Comissão para levantarmos isso já para a próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores, eu só quero reiterar não só a importância do trabalho, e, novamente, não querendo colocar pressão sobre o grupo de forma alguma, mas também a questão orçamentária para a manutenção da própria Comissão.

Eu entendo a preocupação, inclusive o Dr. Geraldo diversas vezes colocou para nós aqui, de que, talvez, não se sabe se seis meses seriam suficientes ou não para fazer a entrega do relatório final ou para que seja feito o anteprojeto de lei.

Concordo que esse tempo é muito exíguo, mas, diante agora de algumas contenções que estão sendo feitas, inclusive as que acabaram de ser informadas pelo Governo e por aí vai, eu não sei como ficaria a condição para manter esta Comissão por mais seis meses – a não ser que, realmente, houvesse um objetivo muito claro ou extremamente justificado.

Por isso, peço, encarecidamente, para que os senhores se dediquem a este momento, porque, talvez, se houver uma necessidade de uma prorrogação, é possível sim, mas talvez possa não acontecer no ano que vem. E, no ano que vem, já temos um problema que se chama eleições. Então, de repente, esse trabalho todo que estamos fazendo aqui, de certa forma o sacrifício que estamos fazendo aqui também, pode ficar prorrogado por alguns anos, ou seja, é um momento importante, sabemos a pressão, mas espero também contar com a compreensão de todos especialmente em relação ao momento de dificuldade que estamos passando até no País.

Alguém quer fazer mais alguma consideração?

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Ah sim, aproveitando o Castanho, lembro que, na semana que vem, a Comissão de Valores Mobiliários confirmou que virá.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – A Comissão de novo? O Cade?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Perdão. Chama-se erro material, ato falho.

Nós já encaminhamos ofício ao Cade e, como o Cade está aqui em Brasília, estamos aguardando uma resposta, e os senhores serão informados da confirmação da vinda do Cade.

Senhores, a Comissão aqui trata de diversos assuntos. Atualmente, são 12 comissões em funcionamento. Se, por acaso algum, dos membros verificar a pauta e der que algum dos assuntos que foi debatido e que deveria ser apresentando e não o foi, os senhores tenham liberdade de entrar em contato e comunicar, para que possamos sempre e aprimorar o nosso trabalho.

Castanho, pois não.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Era esta a pergunta: se havia uma previsão sobre o CAT.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Então, está em previsão.

Pois não.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Respício, em relação ao assunto que foi tratado, nós vamos novamente colocar, vamos questionar a Consultoria do Senado. Já foi feito pedido à Consultoria do Senado e vamos reiterá-lo, aproveitando até mesmo a atualização desses assuntos que já foram colocados. Perfeito?

Finalmente, senhores, temos aqui um convite que foi distribuído pelo Castanho. Isso tem muito do trabalho dele. É preciso o reconhecimento do trabalho do Castanho e do Sindicato. Assim como a IAB trabalhou muito para a criação da Frente Parlamentar pela Indústria Aeronáutica no Brasil, os aeronautas, agora, conseguiram a criação de uma Frente Parlamentar dos Aeronautas. Então, senhores, a Frente Parlamentar Mista dos Aeronautas, replicando aqui o convite, tem a honra de convidá-lo para o seu lançamento, que ocorrerá no dia 23 de setembro de 2015, quarta-feira, às 17h30, no Salão Nobre da Câmara dos Deputados. Deputado Federal Jerônimo Goergen, Presidente da FPAer. Também convite endereçado pelo Comandante Adriano Castanho.

Parabéns. E que seja um sucesso sempre.

Assim, senhores...

Pois não, Geraldo, pode falar.

O SR. GERALDO VIEIRA *(Fora do microfone.)* – ... as empresas?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Olha, meu amigo, desculpe. Eu dou parabéns para todo mundo.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Sinergias. Temos que explorar as sinergias. Depende de vocês também.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – É sinergia. Não é questão de patrão e empregado. É simplesmente o momento. Eu acho que você precisa, porque até mesmo os empregados não são só das empresas aéreas. Há vários outros aspectos que precisam ser abordados, é claro. Espero que seja feito com sabedoria.

Antes de encerrar a reunião, agradeço a presença de todos e convido-os para a próxima, a ser realizada no dia 21 de setembro.

E lembrando só um detalhe: alguns Parlamentares querem participar de uma reunião. Há Senadores que querem participar, querem estar presentes. Só que segunda-feira é um dia bloqueado para o pessoal. Talvez, não para a próxima semana, mas para a outra, pode haver a possibilidade de deslocarmos uma reunião para uma terça-feira. Isso deverá ser informado com antecedência maior, para que isso aconteça.

Muitos Líderes de partidos têm visto os trabalhos da Comissão com bons olhos, mas, obviamente, o bom político também quer participar, ele quer, de certa forma, agir e também trazer alguma demanda. Eu só posso dizer que serão bem-vindos. Vamos ver se isso será ou não apropriado ao trabalho das comissões.

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Só um comentário. Infelizmente, eu só soube hoje que, semana que vem, vai ser tratado o assunto de VANT, que é um assunto que muito me interessa. Até pedi encarecidamente ao Celso para mandar, ainda hoje, o assunto, para que eu possa dar alguma contribuição, na medida do possível. Mas, infelizmente, na semana que vem, não vou poder estar aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Certo, mas em 5 de outubro, a FAA confirmará o encaminhamento de um técnico para tratar desse assunto, segundo a visão americana. Se o senhor puder estar presente, seria muito bom.

Obrigado, senhores. Boa semana.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 14 horas e 42 minutos, a reunião é suspensa às 13 horas e 02 minutos; reaberta às 14 horas e 42 minutos, a reunião é suspensa às 16 horas e 7 minutos; reaberta às 16 horas e 59, a reunião é encerrada às 17 horas e 8 minutos.)

Georges de Moura Ferreira
Presidente

Já sabe pesquisar o diário na Internet?

Siga o passo a passo!



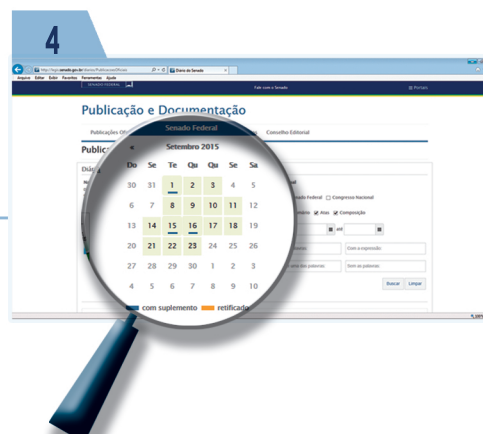
Na página inicial do Senado Federal, selecione **Publicações** no menu superior.



Em **Publicações Oficiais**, clique em **Diários**.



Escolha entre **Diário do Senado Federal** e **Diário do Congresso Nacional**. Há também um link para os diários da **Câmara dos Deputados**.



Selecione a **data da sessão** publicada no diário.



Você tem a opção de fazer **pesquisas textuais** pelo inteiro teor de documentos e notas taquigráficas.

Acesse: www.senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211

